

**ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS  
DE  
OEIRAS**

**27**



**CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS  
2020**

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 27 • 2020



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS  
2020

**Estudos Arqueológicos de Oeiras** é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular para além de contributos sobre a História da Arqueologia e de comunicações apresentadas a reuniões científicas organizadas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor Alfredo Mederos Martín (Universidade Autónoma de Madrid)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professora Doutora Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra)
- Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora)

## ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 27 • 2020      ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO – João Luís Cardoso  
DESENHO E FOTOGRAFIA – Autores ou fontes assinaladas  
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO  
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras  
Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Estrada das Fontainhas  
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.  
É expressamente proibida a reprodução de quaisquer imagens sobre as quais existam direitos de autor sem o prévio consentimento dos signatários dos artigos respectivos.

*Aceita-se permuta  
On prie l'échange  
Exchange wanted  
Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO – César Antunes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Grificamares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

## ÍNDICE GERAL/CONTENTS

ISALTINO MORAIS

Apresentação

*Presentation* ..... 7

NUNO BICHO, JOÃO CASCALHEIRA & JONATHAN HAWS

Reflexões sobre o estudo do Paleolítico Médio e do Paleolítico Superior em Portugal

*Reflections on the study of the Middle Paleolithic and the Upper Paleolithic in Portugal* ..... 9

JOÃO LUÍS CARDOSO, JOÃO CASCALHEIRA & FILIPE MARTINS

A estação solutrense do Olival do Arneiro (Rio Maior)

*The solutrean site of Olival do Arneiro (Rio Maior)* ..... 27

ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO

Entre evidências e conceitos. Plantas e animais nos estudos neolíticos em Portugal

*Between evidence and concepts. Plants and animals in the neolithic studies in Portugal* ..... 99

JOÃO LUÍS CARDOSO

A necrópole da gruta das Alcobertas (Rio Maior) e a sua importância para o conhecimento do Neolítico Médio em Portugal

*The necropolis of the Alcobertas cave (Rio Maior) and its importance for the knowledge of the Middle Neolithic in Portugal* ..... 117

RUI MATALOTO

Antas e seus congéneres: algumas reflexões em torno do Megalitismo a partir da aba Sul da Serra d'Ossa

*Passage graves and related monuments: some thoughts on megalithism from the south slope of Serra d'Ossa (South Portugal)* ..... 141

NUNO NETO, PAULO REBELO & JOÃO LUÍS CARDOSO

A oficina campaniforme de instrumentos de sílex do Alto do Cidreira, Cascais

*The beaker workshop of flint instruments in Alto do Cidreira, Cascais* ..... 181

ALFREDO MEDEROS MARTÍN

De vuelta al Mediterráneo. Los contactos e intercambios del sur de la Península Ibérica durante el Campaniforme y El Argar con el Egeo y Levante (2500-1600 AC)

*Back to the Mediterranean. The contacts and exchanges of the Southern Iberian Peninsula during Bell Beakers and Argaric phases with the Aegean and Levant (2500-1600 BC)* ..... 197

RAQUEL VILAÇA	
O ocidente peninsular de há 3000 anos num cruzamento de escalas. Itinerários das coisas e das pessoas	
<i>Western iberia 3000 years ago at a crossing of scales. Itineraries of things and people. . . . .</i>	281
ANA MARGARIDA ARRUDA	
Fenícios e Indígenas no território português: o estuário do Tejo como paradigma	
<i>Phoenicians and Indigenous people in Portuguese territory: the Tagus estuary as a paradigm. . . . .</i>	317
MARTÍN ALMAGRO-GORBEA	
Los celtas en la península ibérica: una perspectiva actual	
<i>Los celtas en la península ibérica: a current perspective. . . . .</i>	327
JOÃO LUÍS CARDOSO & MARIA DA CONCEIÇÃO ANDRÉ	
O povoamento romano do Concelho de Oeiras: antecedentes, economia e sociedade (séculos I a.C. a V d.C.)	
<i>The Roman settlement of the Municipality of Oeiras: antecedents, economy and society (centuries I BC to V AD) . . . . .</i>	349
GERMÁN RODRÍGUEZ MARTÍN, JOÃO LUÍS CARDOSO & GUILHERME CARDOSO	
Cabo de sombrinha romana de marfim achado em Oeiras (Portugal)	
<i>Ivory Roman umbrella handle found in Oeiras (Portugal) . . . . .</i>	377
JOÃO LUÍS CARDOSO	
Sobre a presença de <i>Conus pulcher</i> (Lightfoot), 1756 na gruta das Fontainhas (Cadaval)	
ou a ocorrência de objectos exóticos africanos em Portugal no decurso do século XVI	
<i>About the presence of Conus pulcher (Lightfoot), 1756 in the cave of Fontainhas (Cadaval) or the occurrence of exotic African objects in Portugal during the 16th century . . . . .</i>	387
JOÃO LUÍS CARDOSO	
Evocação do povoado pré-histórico de Leceia através de um monumento impressionante	
<i>Evocation of the prehistoric settlement of Leceia through an impressive monument . . . . .</i>	397

## APRESENTAÇÃO

A obra agora editada pela Câmara Municipal de Oeiras é o vigésimo sétimo volume dos “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, revista científica iniciada em 1991 e publicada anualmente sem interrupção desde então, constituindo um dos mais preciosos repositórios da arqueologia portuguesa.

Resultante da actividade desenvolvida pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, serviço criado em Novembro de 1988, um dos mais antigos no seu género no âmbito do Poder Autárquico e incontestavelmente o de maior respaldo científico conferido por obra publicada, esta revista consubstancia a importância que à investigação, e subsequente divulgação e valorização do Património Arqueológico oeirense foi desde logo assumida pela autarquia. Os resultados não tardaram, e as permutas entretanto estabelecidas entre os “Estudos Arqueológicos de Oeiras” e as mais importantes publicações nacionais e internacionais de Arqueologia, que presentemente envolvem cerca de 120 periódicos, bem evidenciam o prestígio científico rapidamente por aquela atingido.

A estratégia de internacionalização dos “Estudos Arqueológicos de Oeiras” conheceu, já em 2020, um progresso qualitativo determinante, com o sucesso obtido na submissão da revista ao Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP) acompanhado pelo carregamento da colecção completa na plataforma “Open Journal Systems – OJS”, em <https://eao.cm-oeiras.pt/index.php/DOC>, o que veio possibilitar a consulta instantânea e gratuita, em qualquer lugar do Mundo, de qualquer artigo publicado na revista desde o seu início, totalizando mais de 13 500 páginas impressas. Congratulo-me com tal realidade que constitui evidente mais-valia, não só para a revista, mas também, naturalmente, para o Município de Oeiras.

A difusão alargada do trabalho produzido no Centro tem expressão em outras vertentes nele desenvolvidas: é o caso da informação de natureza arqueológica disponibilizada no portal do Município, em permanente actualização, a par de acções no terreno, que conheceram significativo acréscimo a partir de 2019 através do programa “Oeiras Educa”. As visitas guiadas realizadas às duas Exposições permanentes de Arqueologia patentes ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena, a par da visita ao povoado pré-histórico de Leceia, a que se juntou, mais recentemente, a sala Prof. Doutor Octávio da Veiga Ferreira, são a expressão da valia dessa iniciativa que constitui, também, um permanente desafio, na formação dos mais novos.

Para além das exposições permanentes de Arqueologia, palestras e vistas guiadas, mais recentemente emergiu uma outra expressão, muito relevante, da divulgação dos resultados decorrentes da investigação arqueológica desenvolvida em Oeiras: refiro-me à realização dos colóquios internacionais “História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia”. Nas páginas do presente volume publicam-se as comunicações apresentadas ao segundo daqueles Colóquios, realizado a 19 de Outubro de 2019, que reuniu, na Sala de Arqueologia Prof. Doutor O. da Veiga Ferreira, na Fábrica da Pólvora de Barcarena, naquele mesmo dia inaugurada, alguns dos mais renomados arqueólogos ibéricos, no quadro do encerramento das comemorações do XXX aniversário do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras.

As comunicações então apresentadas constituem notáveis sínteses sobre temáticas arqueológicas candentes a nível internacional, cuja abordagem fora previamente proposta aos sucessivos autores, todos eles especialistas de renome internacional, e que assim nos honraram com a cedência para publicação de trabalhos originais da mais alta actualidade e valia científica.

Tal é o caso das sínteses apresentadas sobre a relação entre neandertais e homens anatomicamente modernos observada no centro e sul de Portugal; sobre os processos de neolitização no território português com base nas plantas e animais identificados no registo arqueológico; sobre o megalitismo, seus conceitos e

terminologias; sobre o Bronze Pleno no sul peninsular e os contactos mediterrâneos então ocorridos; sobre a circulação de pessoas e de produtos no final da Idade do Bronze no ocidente peninsular; sobre a relação estabelecida entre Fenícios e indígenas tomando o estuário do Tejo como palco e paradigma de tal acontecimento; e, enfim, a conferência de encerramento, na qual o Prof. Doutor Martín Almagro-Gorbea proferiu notável ensaio sobre as novas perspectivas oferecidas pela investigação acerca da presença dos Celtas na Península Ibérica. Todos estes contributos constituirão marcos miliários do conhecimento existente em 2020 sobre os temas sucessivamente abordados, fazendo deste volume dos “Estudos Arqueológicos de Oeiras” uma obra de referência incontornável por muitos anos.

Assim sendo, é com verdadeiro sentimento de missão cumprida que agradeço, em meu nome pessoal e no de Presidente da Câmara Municipal de Oeiras aos autores convidados que colaboraram neste volume, transmitindo-lhe o prestígio do seu labor: são eles, os Prof. Doutores Nuno Ferreira Bicho (em colaboração com o Doutor João Cascalheira e o Prof. Doutor Jonathan Haws) e António Faustino Carvalho (Universidade do Algarve); Ana Margarida Arruda (Universidade de Lisboa); Alfredo Mederos Martín (Universidad Autónoma de Madrid); Raquel Vilaça (Universidade de Coimbra) e Martín Almagro-Gorbea (Universidad Complutense de Madrid), bem como ao Dr. Rui Mataloto (Município de Redondo).

O volume integra ainda outros valiosos contributos devidos a diferentes autores, de que destaco dois, apenas por se relacionarem directamente com concelho de Oeiras: o primeiro, corresponde a uma síntese da ocupação romana verificada no espaço geográfico concelhio, com base nas investigações e escavações arqueológicas ate ao presente efectuadas, nas quais o Centro de Estudos Arqueológicos deteve papel determinante, da autoria do Prof. Doutor João Luís Cardoso e da Dr.<sup>a</sup> Conceição André. O segundo respeita a uma raríssima peça arqueológica romana, recolhida nas escavações dirigidas pelo Prof. Doutor João Luís Cardoso na rua Marquês de Pombal, no Centro Histórico de Oeiras, realizadas em 2017 no âmbito da requalificação urbana relacionada com o Programa Oeiras Jovem: trata-se de um cabo de sombrinha de marfim torneado, de época alto-imperial, o primeiro exemplar deste tipo que se identificou em território peninsular, revelador das surpresas que tantas vezes surgem, sobretudo em intervenções arqueológicas realizadas em meio urbano.

O volume encerra com a notícia da inauguração no dia 10 de Julho de 2020 do monumento alusivo ao Castro de Leceia, público reconhecimento da importância que, para as gerações do presente, detém aquela que é uma das estações pré-históricas de referência da Arqueologia nacional e internacional.

A terminar, agradeço ao Prof. Doutor João Luís Cardoso, verdadeira *alma mater* do Centro de Estudos Arqueológicos a qualidade e elevado interesse de mais esta publicação que soube conduzir a bom porto e que muito prestigia a Câmara Municipal de Oeiras. Faço votos para que, com o seu empenho e capacidade de concretização, possa continuar a produzir a publicação de obras como esta, pois é também com contributos desta natureza, plenos de modernidade e de qualidade, que se vencem, em Oeiras, os grandes desafios do Presente, em prol da Sociedade do Conhecimento, certo de que não existe Futuro sustentado para quem desconhece, ou, ainda pior, menospreza o seu próprio Passado.

Oeiras, 29 de Julho de 2020

O PRESIDENTE



(Isaltino Afonso Morais)

## **REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO DO PALEOLÍTICO MÉDIO E DO PALEOLÍTICO SUPERIOR EM PORTUGAL**

### ***REFLECTIONS ON THE STUDY OF THE MIDDLE PALEOLITHIC AND THE UPPER PALEOLITHIC IN PORTUGAL***

Nuno Bicho<sup>(1)</sup>, João Cascalheira<sup>(1)</sup> & Jonathan Haws<sup>(2)\*</sup>

#### **Abstract**

This paper is divided into three main sections: a short history of the research on the Middle and Upper Paleolithic in Portugal; a review on the methodological applications and the respective shortfalls on the study of the Portuguese Paleolithic; and a final section on the future of research on those two phases on the Portuguese Paleolithic.

*Keywords:* Portugal; Middle Paleolithic; Upper Paleolithic

## **1 – NOTA PRÉVIA**

O presente trabalho, apresentado como uma reflexão, resulta de uma apresentação no II Encontro Internacional da História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia, que teve lugar em Oeiras em 2019. O seu responsável, João Luís Cardoso, pediu-nos para falar sobre a situação contemporânea do estudo do Paleolítico Médio e Superior em Portugal. Essa apresentação teve três secções principais: as problemáticas teóricas e metodológicas desse estudo; a apresentação de dados, alguns deles inéditos, sobre as jazidas mais relevantes com cronologia relativa ao Paleolítico Médio e ao Paleolítico Superior; e uma última secção sobre futuros temas de investigação.

Na presente reflexão, vamos focar apenas os aspetos das problemáticas metodológicas, sem tratarmos dados específicos para o período em questão. Naturalmente falaremos também de potenciais temas de investigação que deverão ter lugar no futuro próximo, mas começaremos com uma primeira secção que se dedica à história e contextualização teórica da situação atual da investigação do Paleolítico Médio e Superior no território português.

---

\* (1) ICArEHB – Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behavior. Universidade do Algarve. Campus de Gambelas. 8005-139 Faro nbicho@ualg.pt; (2) Department of Anthropology University of Louisville. Louisville, KY 40292 USA. jonathan.haws@louisville.edu

## 2 - HISTÓRIA DO ESTUDO DO PALEOLÍTICO EM PORTUGAL

O estudo do Paleolítico em Portugal, particularmente o do Paleolítico Médio e Superior, teve o seu advento na segunda metade do séc. XIX pela mão de Nery Delgado com os trabalhos que decorreram nas grutas da Casa da Moura e da Furninha (DELGADO, 1867, 1884). Esses trabalhos seguiram metodologias que comparadas com o que então se fazia no resto do mundo eram, sem dúvida, de grande qualidade (BICHO & CARDOSO, 2010; CARDOSO, 2008; ZILHÃO, 1993). Como não será de estranhar, a maioria desses materiais não foram, à época, identificados como paleolíticos, tendo sido o seu reconhecimento cronológico feito apenas muito depois, já no século seguinte (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942; ROCHE, 1964; ZILHÃO, 1997).

Mais importante para Delgado parece terem sido as faunas encontradas nessas jazidas, para o que contou com a cooperação de colegas franceses, nomeadamente Albert Gaudry e Edouard Harlé, especialistas de renome na altura. O resultado dessas colaborações foi a publicação geral sobre os restos faunísticos encontrados nos vários contextos plistocénicos portugueses (HARLÉ, 1909, 1910/1911).

Os trabalhos de escavação de Nery Delgado tinham, seguindo a tendência internacional, como objetivo principal a identificação dos mais antigos vestígios da presença humana no nosso território (BICHO & CARDOSO, 2018), permitindo de certa forma que os cientistas portugueses tivessem também uma palavra a dizer numa das grandes discussões teóricas sobre evolução humana do séc. XIX: a presença do Homem plistocénico no território português e mesmo em épocas anteriores (RIBEIRO, 1873; CARDOSO, 1999/2000).

O estudo do Paleolítico português teve depois um hiato temporal importante entre o final dos trabalhos de Nery Delgado e a chegada de Henri Breuil a Portugal. Em 1916, Breuil visitou a região de Arronches para confirmar e estudar a arte pré-histórica da região (CARDOSO, 2016); tendo sido detido pelas autoridades, aproveitou a oportunidade para recolher materiais paleolíticos sobre seixos rolados nas imediações da povoação, os quais publicou pouco depois, tanto em França, como em Portugal (BREUIL, 1917, 1920). Dois anos mais tarde regressou, desta feita a Lisboa (BREUIL, 1918), altura em que identificou vários artefactos provenientes de museus e de trabalho no campo, como paleolíticos. É o caso de materiais, líticos e ósseos, da Casa da Moura, identificados por Breuil como sendo Magdalenenses. Décadas mais tarde, já durante a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, Breuil regressou a Portugal e juntamente com Georges Zbyszewski, geólogo contratado pelos Serviços Geológicos de Portugal, desenvolve, por vezes com a colaboração de outros investigadores, um trabalho estrutural de reconhecimento e interpretação dos depósitos quaternários e das respetivas jazidas paleolíticas, maioritariamente de cronologias mais antigas, datadas do Paleolítico Inferior e Médio, principalmente ao longo do litoral minhoto, estremenho, alentejano e algarvio, e também no vale do Tejo (BREUIL *et al.*, 1962; BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942, 1945; BREUIL *et al.*, 1942, 1943).

Data também desta época, no seguimento de contributos publicados desde o início do século por Joaquim Fontes e Virgílio Correia, o estudo sistemático dos abundantíssimos materiais paleolíticos existentes nos arredores de Lisboa, espelhados de forma quase contínua à superfície dos terrenos basálticos, que originou a designação de “Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa”, objecto de um trabalho de síntese (CARDOSO, ZBYSZEWSKI & ANDRÉ, 1992), cuja estação-tipo é a de Casal do Monte, uma das primeiras a ser identificada em Portugal por Joaquim Fontes, exaustivamente estudada na década de 1940 (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942).

Os trabalhos destes investigadores, permitiram não só a identificação das várias fases do Paleolítico em Portugal, bem como a definição de várias indústrias, com cronologias diversas, nomeadamente o Languedocense, o Ancorense ou o Mirense, inicialmente pensadas como plistocénicas e que nos últimos 40 anos foram atribuídas a idades holocénicas (BICHO & CARDOSO, 2018).

Naturalmente, não foram apenas Breuil e Zbyszewski que impulsionaram o estudo do Paleolítico em Portugal. Outros nomes de referência foram relevantes no desenvolvimento do conhecimento da ocupação humana plistocénica no território português, nesta fase de influência francesa. É o caso de Mendes Corrêa, Abel Viana, O. da Veiga Ferreira, Carlos Penalva e Eugénio Jalhay. Manuel Heleno deve ser destacado por via do trabalho dos anos 30 e 40, sobre o Paleolítico Superior em Rio Maior e na costa estremenha junto a Torres Vedras. No final da década de 1950 e inícios da seguinte, destaca-se a localização e escavação da gruta das Salemas, onde se caracterizou pela primeira vez em Portugal uma sequência estratigráfica do Paleolítico Superior e, logo depois, a da Gruta Nova da Columbeira, na qual se identificou sequência de níveis ocupacionais mustierenses, intercalados por outros correspondentes essencialmente à ocupação da gruta por carnívoros (CARDOSO *et al.*, 2002), seguindo-se ainda na década de 1960 a intervenção na Lapa da Rainha. Bastariam estas escavações para colocar num lugar cimeiro da história da Arqueologia paleolítica os nomes de Georges Zbyszewski e de O. da Veiga Ferreira, coadjuvados por outros investigadores portugueses, de que é justo salientar Camarate França e Manuel Farinha dos Santos. Importa ainda não esquecer os contributos prestados por Jean Roche, com a revisão de espólios arqueológicos obtidos anteriormente, e as novas escavações por si realizadas em 1972 na Gruta Nova da Columbeira, as quais foram prosseguidas, ainda no decurso daquela década, na vizinha Lapa do Suão, com o Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Foi a época das primeiras sínteses sobre o Paleolítico Superior português (HELENO, 1956; ROCHE, 1964). Os elementos principais resultantes desses estudos são, por um lado, a importância da região de Rio Maior e, por outro, a presença de uma sequência crono-cultural idêntica à da França, isto é, com a presença de ocupações do Aurinhacense ao Magdalenense (BICHO & CARDOSO, 2018). Esta fase culmina com a descoberta da Gruta do Escoural em 1963, e a identificação da única jazida portuguesa com pinturas parietais do Paleolítico Superior (SANTOS, 1964; VAULTIER *et al.*, 1965), realidade que permanece até aos dias de hoje. Data também da década de 1960 a publicação do um notável conjunto de foliáceos solutrenses recolhidos em Évoramonte, cujas condições de jazida permanecem por esclarecer cabalmente (ROCHE *et al.*, 1968; ZBYSZEWSKI *et al.*, 1999/2000).

Na década de 70 do século passado, em parte devido à nova situação política resultante da revolução de 1974, deu-se uma inflexão importante na investigação do Paleolítico em Portugal. A influência da Nova Arqueologia fez-se sentir nas gerações mais novas de arqueólogos portugueses, transformando o paradigma histórico de influência francesa, na perspetiva tendencialmente antropológica da escola americana (BICHO & CARDOSO, 2018). A formação académica formal em Arqueologia desenvolve-se em Portugal, e várias teses de doutoramento são terminadas neste período de expansão da investigação arqueológica paleolítica. Desenvolvem-se, pela primeira vez, projetos integrados sobre temas do Paleolítico em Portugal, dando assim oportunidades a jovens estudantes de participar nestes trabalhos. Novas metodologias são ensaiadas e aplicadas, permitindo uma outra configuração dos dados arqueológicos, mais objetivos, mais replicáveis, assentando em cronologias absolutas fiáveis. É exemplo disso o projeto doutoral de João Zilhão na Estremadura, em colaboração com Anthony Marks da *Southern Methodist University* (EUA). É também nesta altura que se apresenta a primeira tese de doutoramento sobre as faunas plistocénicas do território português, recorrendo em parte à revisão dos espólios das antigas escavações e, em parte, aos materiais obtidos em estações arqueológicas então recentemente escavadas ou ainda em curso de escavação, de que se referem, entre outras, a Foz do Enxarrique, a gruta do Caldeirão e a gruta da Figueira Brava (CARDOSO, 1993).

A partir de meados da década de 90, dá-se início à última fase da história das investigações sobre o Paleolítico em Portugal (BICHO & CARDOSO, 2018). Esta fase é marcada pela descoberta da arte rupestre do vale do Côa, pelos avanços institucionais na tutela governamental relacionada com a Arqueologia, nomeada-

mente com a criação de um serviço central com valências técnicas e científicas de apoio à investigação arqueológica a nível nacional e de proteção e monitorização do património arqueológico.

Do ponto de vista académico e de investigação do Paleolítico Médio e Superior, assiste-se a um aumento progressivo do número de teses de doutoramento, bem como na sua diversidade temática a nível regional e metodológico. Este avanço suportou a consolidação de estruturas académicas ao nível das unidades de investigação e desenvolvimento financiadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a implementação de centros ou, no seu seio, de grupos de investigação dedicados ao estudo do Paleolítico. É o caso do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, com o *Quaternary and Prehistory Group* sediado no Instituto Politécnico de Tomar, o Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ) que durante algum tempo contou com um grupo dedicado ao estudo dos caçadores-recoletores e, por fim, do *Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Human Behaviour* (ICArEHB) da Universidade do Algarve, grandemente dedicado ao estudo do Paleolítico e evolução humana em Portugal e além fronteiras.

Estas infraestruturas permitiram o desenvolvimento de várias equipas principais a nível nacional, que operam não só no âmbito do nosso território, mas que focam também o Paleolítico europeu, bem como a Idade da Pedra africana. As principais equipas são atualmente lideradas por João Zilhão (Estremadura e região de Múrcia em Espanha), Jonathan Haws (Estremadura e Moçambique), Luiz Oosterbeek (Vales do Tejo e do Nabão e Angola), Nuno Bicho (Algarve e Moçambique) e Thierry Aubry (Beira Alta e Vale do Côa e França). Como resultado dos trabalhos durante as últimas 3-4 décadas, as jazidas portuguesas que se afiguram mais relevantes para o estudo do Paleolítico Médio português (Fig. 1), devido à sua cronologia, artefactos ou materiais conducentes a uma reconstrução paleoecológica são a Praia Rei Cortiço (Peniche), o complexo do Almonda (Torres Novas), Gruta da Figueira Brava (Sesimbra), Mira Nascente (Nazaré), Foz do Enxarrique (Vila Velha de Rodão) e Cardina (Côa). Para o Paleolítico Superior (Fig. 2), as jazidas consideradas mais importantes são Cardina e Fariseu (Côa), Grutas da Buraca Grande e Buraca Escura (Coimbra), Gruta do Caldeirão (Tomar), Lapa do Anecrial (Porto de Mós), Lapa do Picareiro (Alcanena), Abrigo do Lagar Velho (Leiria), Cabeço do Porto Marinho e Carneira (Rio Maior) e Vale Boi (Vila do Bispo).

Presentemente, os dados sobre o Paleolítico Médio em Portugal são ainda relativamente escassos (BICHO & CASCALHEIRA, 2020), mas permitem-nos ter uma perspetiva cronológica que abrange o período entre cerca de 250 mil a cerca de 40 mil anos para as ocupações neandertais e para o Paleolítico Médio no nosso território. Do ponto de vista tecnológico e tipológico, parece haver duas fases principais no Paleolítico Médio, uma primeira fase com características micoquenses, e uma segunda, já sem bifaces, com indústrias tendencialmente simples, não apresentando a diversidade de fácies que se encontra em França, mas em geral caracterizadas pela presença da técnica levallois e de outra tecnologia centrípeta (discoide), com produção quase exclusiva de lascas e raras pontas. Os fósseis humanos são raros, limitados a alguns dentes ou falanges, com a exceção de um fragmento de calote craniana encontrada na Gruta da Aroeira no complexo do Almonda (DAURA *et al.*, 2017), mas que deverá ser anterior ao início do Paleolítico Médio. Uma das questões principais é a falta de datações absolutas para todo o período, sendo que as últimas ocupações neandertais estão ainda deficientemente caracterizadas.

A questão da transição entre o Paleolítico Médio e o Superior tem sido amplamente discutida, com duas perspetivas principais: por um lado Zilhão tem argumentado que a sequência do Paleolítico Superior em Portugal é essencialmente idêntica à de França, com a presença de uma fase Aurignacense presente em jazidas como a Gruta de Pego do Diabo (Loures) ou Vascas e Vale de Porcos em Rio Maior (ZILHÃO, 1997) que substituiu o Moustierense, com uma fronteira cronológica por volta dos 37-35 mil anos (ZILHÃO *et al.*, 2010, 2017). Contrariamente a esta posição, Bicho argumenta que a evidência presente relativa a aspetos das

indústrias líticas e respetiva cronologia não confirma a presença de Aurignacense em Portugal e que os dados inequívocos relativos às ocupações mais antigas do Paleolítico Superior em Portugal datam de um máximo de 34 mil anos atrás, correspondendo assim ao início da ocupação Gravetense no nosso território (BICHO, 2005). No entanto, dados recentes, ainda preliminares, resultantes dos trabalhos recentes na Lapa do Picareiro parecem vir resolver parte desta questão, com a efectiva presença de indústrias Aurignacenses datadas de perto de 40 mil anos (BENEDETTI *et al.*, 2019, HAWS *et al.*, 2018), mas tipologicamente muito diferentes das que Zilhão indicava como aurignacenses.

Enquanto os principais complexos de indústrias do Paleolítico Superior, isto é, o Gravettense, o Solutrense e o Magdalenense, estão neste momento bem caracterizados, quer do ponto de vista cronológico, quer culturalmente, o mesmo não se passa com as fases intermédias entre esses tecno-complexos. O Proto-Solutrense encontra-se em fase de caracterização, uma vez que a falta de datações absolutas para os contextos mais importantes é ainda uma realidade marcante. Idêntica limitação afeta a transição entre o Solutrense e o Magdalenense, onde poderá haver ainda uma pequena faixa temporal sem evidência de ocupação humana.

### 3 – QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A qualidade, quantidade e diversidade dos dados é fundamental para o desenvolvimento do estudo do Paleolítico. De facto, a evolução das metodologias adoptadas em Portugal no estudo das indústrias paleolíticas é muito interessante porque, apesar de tendencialmente acompanhar a linha evolutiva internacional, tem havido momentos em que há claramente um atraso metodológico relativamente às tendências coevas desenvolvidas no contexto internacional. Esta realidade é ainda mais expressiva no caso da investigação em Paleolítico, uma vez que por razões intrínsecas ao tipo de contextos, mais antigos do que todos os outros, os restos deixados no terreno são limitados. Na verdade, são em grande parte constituídos por materiais orgânicos, de preservação difícil. Quer isto dizer que as boas práticas adoptadas na metodologia da escavação são decisivas, porque apenas elas poderão ampliar o número e diversidade da informação arqueológica permitindo, como em nenhuma outra cronologia ou temática arqueológica, o desenvolvimento efetivo do conhecimento.

Por razões lógicas de organização da investigação metodológica, em primeiro lugar serão abordados os avanços metodológicos observados na prospeção arqueológica. É evidente que elementos tão simples como o acesso direto, pouco oneroso, a equipamento e tecnologia que permite a aquisição em tempo real, por exemplo, de imagens aéreas, conseguidas por pequenos drones, ou a sistemas de informação geográfica através de equipamentos GPS e a software como o Google Earth, ou ainda o desenvolvimento de softwares em *open source* com facilidade de modificação e aplicação específica a cada projeto ou trabalho de campo com utilização em equipamentos pessoais de baixo custo como os smartphones (CASCALHEIRA *et al.*, 2014, 2017), permitiram saltos qualitativos enormes, que se aplicam de forma generalizada não só ao Paleolítico, mas a todas as cronologias arqueológicas.

Mais interessante, e com aplicações com impacto particularmente importante no estudo do Paleolítico, é a metodologia de escavação arqueológica. Os dois vetores principais da arqueologia, isto é, o tempo e o espaço, resultam primeiramente da escavação das jazidas arqueológicas, pelo que o seu registo permanece como o elemento básico de aquisição de dados – quanto melhor e mais preciso for esse registo, melhor será a qualidade (e a quantidade e diversidade) dos dados adquiridos e, logo, a capacidade de utilização desses mesmos dados na interpretação e reconstituição do passado.

Desde o início do século passado, com a introdução sistemática do método de Wheeler e do desenho de cortes e de plantas, que a metodologia de escavação essencialmente estagnou, dependendo a qualidade e

precisão da escavação principalmente do arqueólogo responsável. Há cerca de 30 anos, um conjunto pequeno de investigadores, de que se destaca Harold Dibble na University of Pennsylvania, introduziu a estação total como equipamento fundamental de precisão na escavação arqueológica (MCPHERRON & DIBBLE, 2002). Muito antes disso, era comum usar-se o nível ótico e/ou o teodolito para a aquisição de elementos topográficos da jazida arqueológica. Em Portugal, a estação total foi inicialmente usada em arqueologia principalmente quando havia o suporte ou colaboração de entidades institucionais como câmaras municipais, que tinham capacidade de aquisição e equipamento de custos elevados, bem como conhecimento especializado, mas que estavam essencialmente dedicados a trabalho topográfico de obras públicas. Provavelmente devido a custos e à relativa complexidade técnica de uso de uma estação total, o nível ótico foi durante muitos anos o equipamento primordial usado não só para a topografia, mas também para o levantamento das cotas dos artefactos escavados com recurso a localização tridimensional, sendo que as variáveis X e Y são obtidas manualmente com o uso de uma fita métrica, método que ainda hoje se usa comumente na Arqueologia portuguesa.

A introdução da estação total, como preconizada por Dibble e McPherron (2002; MCPHERRON *et al.*, 2005) como utensílio base de precisão na escavação arqueológica para uma reconstituição tridimensional dos achados arqueológicos veio trazer um avanço qualitativo idêntico ao da aplicação, há cerca de cem anos, da quadricula de Wheeler ou das plantas e desenhos de corte, respetivamente por Flinders Petrie e Augustus Pitt-Rivers. A utilização da estação total é agora absolutamente necessária para uma escavação de uma jazida paleolítica que utiliza standards modernos, que permitem, ainda no campo, medir e verificar a preservação da jazida arqueológica. E à estação total, juntaram-se outras técnicas como o chamado método do balde (MCPHERRON *et al.*, 2005) ou a utilização de códigos de barras que permitem uma muito mais precisa utilização e organização dos dados (DIBBLE *et al.*, 2007), mas cujo uso, infelizmente, é ainda raro em Portugal.

Claro que até este sistema ficará ultrapassado rapidamente, uma vez que novas metodologias estão já a ser desenvolvidas, também pela mesma equipa de Dibble, infelizmente a que ele não poderá já assistir, em que a escavação da jazida se faz integralmente em laboratório, com a remoção de blocos localizados tridimensionalmente e levados para o laboratório. Aí, a escavação faz-se com alta precisão e exatidão altamente controladas, em que todo o sedimento, sem exceção, é recolhido por via de um sistema de aspiração, permitindo simultaneamente a identificação de todas e quaisquer estruturas, naturais ou antropogénicas, que, juntamente com todos os artefactos e ecofactos, são mapeados tridimensionalmente com uma estação total. Esta metodologia, no âmbito do projeto *The Application of High Resolution Excavation in Reconstructing Early Technologies* financiado pela *National Science Foundation* dos EUA, está a ser aplicada na jazida de Pech de l'Azé IV, em França, e permitirá que os contextos do Paleolítico Médio e as ocupações neandertais do sítio sejam detalhadas e estudadas, não só do ponto de vista cultural, mas também geoquímico, geofísico e sedimentológico, para além de biomolecular.

O outro campo fundamental no desenvolvimento e estudo do Paleolítico é a datação absoluta. A descoberta e aplicação do método do radiocarbono no final da década de 40 do século passado alteraram em geral e de forma profunda a Arqueologia e a Pré-História e, em particular, o estudo do Paleolítico. A limitação cronológica da aplicação do Radiocarbono a jazidas com cerca de 50 mil anos, fez com que para o estudo do Paleolítico Médio fosse necessário o uso, cada vez mais frequente, de outros métodos de datação absoluta, particularmente os casos da Luminescência (TL e OSL ou ainda outros métodos mais recentes, nomeadamente o IRSL), Ressonância de Spin, Racemização de aminoácidos e das Séries de Urânio, incluindo TIMS (*Thermal ionization mass spectrometry*). A utilização simultânea de vários métodos permite um aumento da confiança dos resultados, técnica que é cada vez mais utilizada em jazidas paleolíticas.

No caso do Radiocarbono, provavelmente o método mais utilizado para datação do Paleolítico, cedo se reconheceram problemas inerentes à sua aplicação: variações no rácio de  $^{14}\text{C}/^{12}\text{C}$  na atmosfera, quer a nível cronológico quer espacial; fracionamento isotópico, variações do teor de radiocarbono nos vários reservatórios (terrestre, marinho, lacustre) e contaminação das amostras. Os avanços consecutivos da aplicação do radiocarbono têm permitido a resolução de algumas dessas questões. É o caso da introdução de sistemas de calibração, de correção dos valores do reservatório oceânico, de novo equipamento como o AMS (*Accelerator Mass Spectrometer*), ou ainda de novos métodos de descontaminação das amostras.

No caso da calibração, que se encontram em permanente atualização, dá-se a publicação de curvas cada vez mais precisas e que chegam a períodos mais remotos, sendo as mais recentes a IntCal13 (REIMER *et al.*, 2013) e a SHCal13 (HOGG *et al.*, 2013), respetivamente para os hemisférios Norte e Sul. Estas curvas incluem resultados que permitem a calibração até idades de cerca de 50 mil anos, mas o período mais antigo, com mais de 15 mil anos continua com uma precisão que é limitada. Por esse motivo, o *European Research Council* financiou recentemente um novo projeto que incide especificamente sobre a calibração do Radiocarbono para os períodos mais antigos, o *RESOLUTION, Radiocarbon, tree rings, and solar variability provide the accurate time scale for human evolution and geoscience*, coordenado por Sagra Talamo da Universidade de Bolonha. Tal como a calibração que pode ser feita online ou nos nossos próprios computadores (ex: OxCal em <https://c14.arch.ox.ac.uk/oxcal.html>; Calib em <http://calib.org/>), a correção dos valores do reservatório oceânico encontra-se agora muito mais desenvolvida, através da publicação e acesso público a dados mundiais, permitindo ao investigador a sua utilização imediata através da *CHRONO Marine Reservoir Database* (<http://calib.org/marine/>).

Os processos de descontaminação devem também ser tidos em conta, particularmente no Paleolítico e em amostras mais antigas, em que qualquer partícula ou elemento adicionado à amostra original poderá alterar de forma drástica o resultado da datação e, por isso, mascarar a verdadeira idade do horizonte arqueológico em questão. É assim necessário utilizar sistematicamente o processo de ultrafiltração no caso de amostras ósseas (HIGHAM, 2011; HIGHAM *et al.*, 2010; TALAMO *et al.*, 2012a; TALAMO & RICHARDS, 2011; WOOD *et al.*, 2010), bem como a aplicação de Difração de Raios X no caso de amostras de conchas devido ao processo de recristalização isotópica e diagenética (DOUKA *et al.*, 2010) e incorporação de carbono antigo em espécies como é o caso das lapas, ainda que recentemente se argumente que a incorporação de carbono antigo é menosprezável em datações por radiocarbono (ALLEN *et al.*, 2019). No caso de amostras de carvão, os métodos de descontaminação são também importantes. O protocolo tradicional ABA (*acid-base-acid*), que permite a remoção de carbonatos e complexos húmicos, parece ser suficiente na maior parte das amostras, mas no caso daquelas com mais do que 20 mil anos esse protocolo é aparentemente limitado (HIGHAM, 2011). Um novo protocolo designado por ABOx-SC (*acid-base-oxidation: stepped combustion*) apresenta resultados mais antigos de forma sistemática, que analisados estatisticamente parecem ser mais fidedignos (HIGHAM, 2011; HIGHAM *et al.*, 2009). Infelizmente, e ao contrário dos outros novos protocolos de tratamento das amostras que se encontram difundidos em muitos laboratórios, em geral até de forma comercial, o protocolo ABOx-SC é pouco utilizado e geralmente apenas no âmbito muito restrito de projetos de investigação dos especialistas que trabalham em laboratórios de radiocarbono, como é o caso do laboratório da Universidade de Oxford.

Mais recentemente, uma nova tendência ou aplicação estatística, permitiu uma compreensão diferente da cronologia paleolítica, particularmente a do período de transição entre o Paleolítico Médio e Superior. É o caso do método Bayesiano, que permite uma avaliação estatística de cada resultado numa sequência, mostrando quais as amostras que têm problemas e que são *outliers* na sequência cronológica, com base estratigráfica (HIGHAM *et al.*, 2014; WOOD *et al.*, 2014). Esta mesma aplicação tem permitido reduzir e definir com maior

precisão não só a duração de vários complexos industriais do Paleolítico, mas também a duração das fases de transição entre complexos (CASCALHEIRA & BICHO, 2015; TALAMO *et al.*, 2012b).

Para além dos aspetos acima referidos relacionados com os processos de datação absoluta, a Arqueologia assistiu nas últimas décadas à evolução de uma tendência generalizada, com maior impacto no estudo do Paleolítico, que se pode por “Microarqueologia” (WEINER, 2010). A Arqueologia tradicional observa principalmente os vestígios de dimensões visíveis a olho nu, como é o caso dos vários artefactos resultantes de escavações. Contudo, muito para além desse universo visível, existe um manancial de outros elementos, cuja diversidade aumenta exponencialmente todos os dias, devido ao desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias. Talvez o primeiro de entre estes casos, seja o da geoarqueologia, e particularmente a micromorfologia, que se começou a desenvolver ainda no início dos anos 80 com os trabalhos de Karl Butzer e que depois, com William Farrand, deu lugar a uma disciplina que está agora consolidada no seio da Arqueologia, com departamentos e grupos de investigação por todo o lado, incluindo em Portugal. Exemplo particularmente importantes deste tipo de aplicação são os casos dos estudos sobre o registo da formação do registo arqueológico (ALDEIAS *et al.*, 2014), sobre o fogo no Paleolítico Médio (ALDEIAS *et al.*, 2012) ou das estruturas de habitação na Idade da Pedra da África do Sul (WADLEY *et al.*, 2011).

Também os estudos isotópicos permitiram um desenvolvimento impressionante dos conhecimentos no que diz respeito a vários aspectos, dos quais se destaca a questão do ambiente através dos isótopos de Oxigénio e de Carbono, a dieta (com o Carbono e o Azoto, entre outros) ou a mobilidade espacial de pessoas através do doseamento do Estrôncio. Mas talvez os maiores desenvolvimentos, com um impacto direto para o Paleolítico e a evolução humana tenham sido os estudos de biomarcadores, ADN antigo e da paleoproteómica, todos eles no âmbito do que se pode chamar Arqueologia Biomolecular. Os biomarcadores permitem o reconhecimento e presença de lípidos e de aminoácidos em sedimentos ou artefactos, reconstituindo com grande precisão os elementos originais presentes no contexto arqueológico, tanto de origem animal como vegetal. Neste mesmo campo, mas aparentemente com maior precisão e capacidade de identificação ao nível da espécie, temos, com cada vez maior impacto, a paleoproteómica. Esta técnica permite a identificação ao nível da espécie, com base em elementos de pequeníssimas dimensões, por vezes microscópicas, com base na presença de proteínas, que são específicas de cada espécie, seja ela animal ou vegetal, presente nos sedimentos de uma jazida arqueológica. A forma mais comum desta técnica é conhecida por ZooMs (*Zooarchaeology by Mass Spectrometry*), assentando no reconhecimento das proteínas presentes no colagénio de ossos de animais (BUCKLEY, 2018), com resultados muito interessantes na identificação de restos humanos em contextos paleolíticos (BROWN *et al.*, 2016). Esta técnica, em conjugação com os estudos de ADN antigo, revolucionaram o conhecimento da evolução humana, permitindo reconstituir o genoma humano e neandertal (GREEN *et al.*, 2010; PRÜFER *et al.*, 2014), bem como identificar os primeiros exemplos de denisovianos (KRAUSE *et al.*, 2010), possibilitando o conhecimento da evolução e trocas genéticas no Velho Mundo durante o Paleolítico Médio (PEYRÉGNE *et al.*, 2019).

Em Portugal o número de arqueólogos e de equipas de investigação têm sido sempre reduzidas. A consequência direta desse facto tem sido o insuficiente número e diversidade de dados sobre o Paleolítico Médio e Superior e talvez ainda mais sobre o Paleolítico Inferior. Se a quantidade de dados condiciona, com algumas exceções, principalmente no Paleolítico Superior, a definição das indústrias líticas e complexos tecno-culturais, mais limita estudos relacionados com demografia, economia, mobilidade, exploração de recursos cinegéticos e outros inerentes às dietas dessas populações, bem como a investigação sobre uso e exploração do território, estrutura de ocupação, organização espacial intra – e inter-sítio e cronologia. No caso do território português, essas limitações são visíveis hoje no que toca ao número de jazidas conhecidas para cada período, em parte devido à escassez de prospeções sistemáticas regionais dirigidas ao Paleolítico, particularmente nas últimas

duas décadas – as exceções são as do trabalho no Vale do Côa por Zilhão e depois por Aubry, na costa estre-menha por Haws, e por Bicho no Algarve. Em termos práticos, o número de jazidas que inequivocamente se podem atribuir a cada período é muito reduzido, na ordem das poucas dezenas, na melhor das hipóteses, para todo o território, sendo que há regiões do país onde são completamente desconhecidas jazidas do Paleolítico.

Esta realidade é ainda mais óbvia para jazidas com sequências longas. O número de sítios marcados pela presença de vários horizontes com Paleolítico Médio é muito pequeno, sendo ainda mais limitado o número de sítios que foram escavados recentemente com técnicas contemporâneas, destacando-se as jazidas escavadas da Gruta da Oliveira, da Lapa do Picareiro a que se podem adicionar outras escavadas anteriormente como é o caso da Furninha, da Gruta Nova da Columbeira ou da Gruta da Figueira Brava. As jazidas com sequências que incluem a transição entre os dois períodos, isto é o final do Paleolítico Médio e ocupações do Paleolítico Superior inicial são também muito reduzidas, podendo-se destacar os casos da Gruta do Caldeirão e da Lapa do Picareiro. Para o Paleolítico Superior, temos mais casos, com uma distribuição geográfica bastante maior, incluindo várias jazidas no Vale do Côa (Cardina e Fariseu), na zona da Redinha (Grutas da Buraca Grande e Buraca Escura), Estremadura (Picareiro, Caldeirão, Cabeço do Porto Marinho, Carneira) e Algarve (Vale Boi). Infelizmente, apenas uma parte dessas jazidas permitiu a preservação de faunas, quer terrestres, quer aquá-ticas, ou de outras evidências de origem orgânica, limitando por isso todo o trabalho potencial sobre a recons-tituição ecológica e da paisagem que esses elementos permitem, tal como qualquer estudo sobre a exploração de recursos naturais e dietas.

Felizmente que o número de datações absolutas, apesar dos problemas cima referidos, não é tão escasso como o de outro tipo de dados ou quando se compara com outras regiões da Europa. De facto, a base de dados para o período em questão, isto é, entre cerca de 300 e 12 mil anos, enquadra talvez perto de duas centenas de resultados provenientes principalmente de radiocarbono, mas também de Luminescência e Séries de Urânio. Naturalmente, o Paleolítico Médio está mais limitado, principalmente nas suas fases iniciais, mas o final desse período começa já a ter um número interessantes de jazidas e horizontes datados. O Paleolítico Superior encontra-se em geral bem datado, com mais reservas no que toca ao Aurignacense e à transição entre o Gravettense e o Solutrense, e entre o Solutrense e o Magdalenense. Contudo, na grande maioria dos casos de transição entre as várias fases, persistem questões relacionadas com o controle e precisão dos resultados, em parte consequência das questões acima descritas sobre a questão dos processos de preparação e descon-taminação das amostras destinadas a análise de radiocarbono. Naturalmente, a maior parte destes problemas poderão ser resolvidos com uma maior intensidade e diversidade das escavações arqueológicas e de datações absolutas no nosso território.

#### **4 – O FUTURO DA INVESTIGAÇÃO PALEOLÍTICA EM PORTUGAL**

Se na secção anterior focámos um conjunto de questões relativas aos aspetos metodológicos e limitações no conhecimento do Paleolítico Médio e Superior em Portugal, importa agora abordar o rumo da investigação no nosso território. Se por um lado se torna necessária a aplicação dos métodos acima referidos, desde a meto-dologia de prospeção a uma escavação de grande detalhe e precisão, terminando em aplicações laboratoriais ao nível da microarqueologia e da arqueologia biomolecular (incluindo o ADN antigo, a proteómica, biomar-cadores, isótopos, etc.), por outro as temáticas deverão ser mais focadas em determinados aspetos que podem fornecer respostas a questões específicas que não tenham sido ainda respondidas.

Talvez um dos mais importantes de entre esses temas seja o do impacto das alterações climáticas abruptas durante o Plistocénico nas adaptações humanas, nomeadamente os eventos Heinrich (SANCHEZ GOÑI & HARRISON, 2010) e Dansgaard-Oeschger (RAHMSTORF, 2003). Naturalmente, as perguntas que lhe estão associadas são “Quais foram essas alterações e como e quando se manifestaram?” No atual quadro de investigação, a qualidade, quantidade e diversidade de dados paleoambientais existentes, provindo de jazidas arqueológicas, de estudos paleoecológicos ou ainda de cores marinhos oceânicos executados em águas territoriais portuguesas, permitem ou permitirão um desenvolvimento muito rápido de modelos e interpretações possíveis, que se podem ancorar numa cronologia fina e precisa e cada vez de melhor qualidade, disponível para o nosso território.

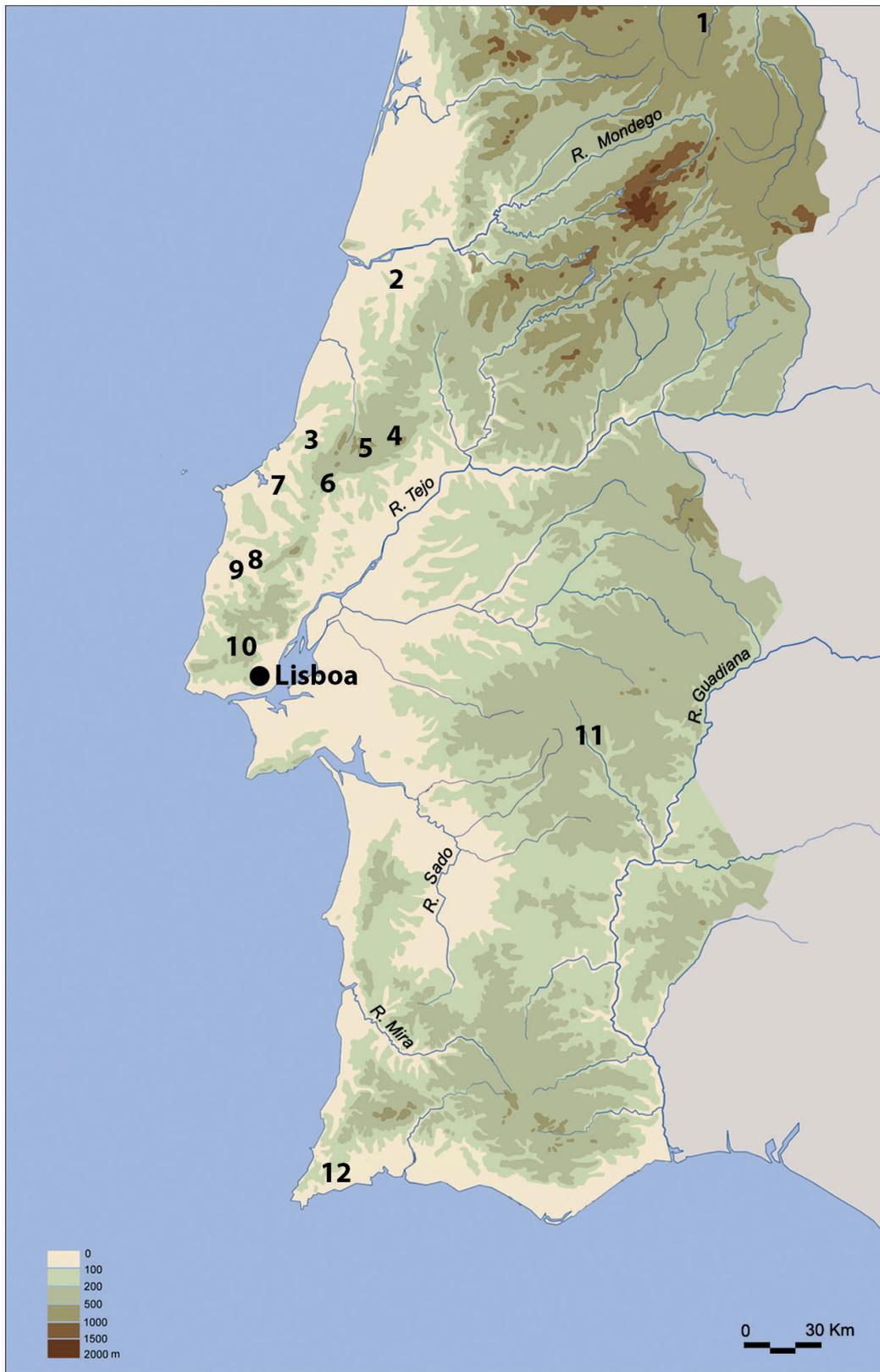
Com o quadro paleoclimático e ecológico cada vez melhor definido, será possível então verificar quais as alterações na tecnologia lítica que correspondem a respostas adaptativas a alterações ambientais e climáticas, quer a nível global quer a nível regional. Um segundo passo será a confirmação/negação de hipóteses sobre o impacto que essas alterações ambientais tiveram na economia e dieta dessas populações, bem como na sua tecnologia, seja ela lítica, óssea, fogo, artística ou outra. Neste âmbito, um dos potenciais tópicos de estudo será o da importância dos recursos aquáticos no desenvolvimento e adaptação das populações humanas, particularmente no que diz respeito à relação entre os Neandertais, já amplamente discutido (BICHO, 2015; BICHO & HAWS, 2008; BICHO *et al.*, 2011; HAWS *et al.*, 2010) e recentemente (re)confirmado (ZILHÃO *et al.*, 2020), e primeiras comunidades de homens anatomicamente modernos, bem como a penetração destes últimos no nosso território.

Inerente a esta problemática está a temática geral da transição entre o Paleolítico Médio e Superior e a relação genética e cultural entre as duas subespécies de homínidos, bem como a cronologia dessa substituição e ou contacto. Talvez um dos aspetos mais importantes (e interessantes) é investigar-se a relação e/ ou correspondência entre a dinâmica cultural e a genética neste período de transição. A verdade é que no território português, os dados empíricos com precisão e exatidão entre os 45 e os 30 mil anos são ainda muito deficientes, pelo que é difícil ter-se uma visão clara sobre como foi o Paleolítico Médio final, a presença e características do Paleolítico Superior inicial, particularmente o Aurignacense e a provável ausência de indústrias chamadas de transição, existentes na maior parte da Europa e, finalmente, qual foi a espécie ou espécies autoras de cada uma dessas indústrias; infelizmente não há fósseis humanos para este período, o que significa que ainda existe a possibilidade remota, quase puramente académica, de os Neandertais no sul da Península Ibérica, terem sido os responsáveis pelo raro e talvez atípico Aurignacense conhecido. Esta hipótese, que de novo se sublinha como improvável, fica mais interessante conforme se torna mais evidente a capacidade cognitiva complexa dos neandertais, nomeadamente no que ao desenvolvimento artístico diz respeito (HOFFMANN *et al.*, 2018a, 2018b; RODRÍGUEZ-HIDALGO *et al.*, 2019). Desta forma, a capacidade artística neandertal é neste momento um dos grandes temas de investigação na Península Ibérica, estando claramente mais atrasado o seu desenvolvimento no território português e, por isso mesmo, constituir um campo que terá sem dúvida um desenvolvimento importante nos próximos anos.

Uma última temática, que se nos afigura como relevante para a próxima década de estudos do Paleolítico, é a da mobilidade e dispersão das comunidades no território português, temática que será, com certeza, tendencialmente investigada no contexto geográfico de toda a Península Ibérica. De entre outros tópicos, podemos listar o estudo das rotas de dispersão de cada uma das duas sub-espécies de homínidos (isto é, os Neandertais e os chamados homens anatomicamente modernos), bem como de cada um dos tecno-complexos, ou as diferenças entre cada uma das fases do Paleolítico Superior como elementos de adaptação e de resiliência humanas.



**Fig. 1** – Mapa das jazidas do Paleolítico Médio referidas no texto. 1. Cardina; 2. Buraca Grande e Buraca Escura; 3. Mira Nascente; 4. Foz do Enxarrique; 5. Lapa do Picareiro e Complexo Cársico do Almonda; 6. Casa da Moura e Furninha; 7. Praia Rei Cortiço; 8. Gruta Nova da Columbeira; 9. Salemas, Pego do Diabo e Casal do Monte; 10. Gruta da Figueira Brava; 11. Escoural.



**Fig. 2** – Mapa das jazidas do Paleolítico Superior referidas no texto. 1. Cardina e Fariseu; 2. Buraca Grande e Buraca Escura; 3. Lagar Velho; 4. Caldeirão; 5. Lapas do Picareiro e Anecrial; 6. Cabeço do Porto Marinho, Carneira, Vascas e Vale de Porcos; 7. Casa da Moura e Furninha; 8. Lapa do Suão, 9. Lapa da Rainha; 10. Salemas e Pego do Diabo; 11. Escoural e Évoramonte; 12. Vale Boi.

Do ponto de vista cronológico, parece-nos que será importante focar a atenção em três períodos em particular, uma vez que os nossos conhecimentos são ainda limitados. São os casos evidentes do Aurignacense e do Proto-Solutrense, cuja cronologia e desenvolvimento internos, bem como a sua origem, são ainda mal conhecidos, devido ao número muito reduzido de jazidas e de cronologias precisas associadas a cada uma destas indústrias. De igual modo, parece ser ainda deficiente a informação acerca da transição do Solutrense para o Magdalenense bem como a transição para o Holocénico, ambos com potenciais hiatos na sequência que precisam de ser confirmados.

Nos últimos 10 anos, viu-se um aumento progressivo de jovens investigadores, em geral alunos de doutoramento e investigadores juniores que desenvolvem investigação no Paleolítico (e também no Mesolítico) em Portugal. A este conjunto, somou-se um crescente interesse por parte de investigadores estrangeiros em trabalhar em Portugal. O número de contratos de investigadores a trabalhar em Portugal aumentou exponencialmente desde 2018, alguns deles já a trabalhar como bolsiros de pós-doutoramento há uns anos. O resultado desse contexto foi um aumento progressivo de financiamento para projetos, principalmente vindo da FCT, mas também de outras fontes internacionais como é o caso da *National Science Foundation* dos EUA, e a sua homóloga canadiana, bem como instituições de foro privado como é a *National Geographic Society*, a *Wenner-Gren Foundation* ou ainda o *Archaeological Institute of America*. O resultado, pensamos nós, será um aumento drástico na investigação do Paleolítico Médio e Superior em Portugal na próxima década, com base num número crescente de projetos de longa duração financiados por essas instituições, bem como pela FCT, aqui em Portugal.

## REFERÊNCIAS

- ALDEIAS, V., GOLDBERG, P., SANDGATHE, D., BERNA, F., DIBBLE, H., MCPHERRON, S., TURQ, A. & REZEK, Z. (2012) – Evidence for Neandertal use of fire at Roc de Marsal (France). *Journal of Archaeological Science*. 39(7), p. 2414-2423.
- ALDEIAS, V., GOLDBERG, P., DIBBLE, H. & EL-HAJARAOU, M., (2014) – Deciphering Site Formation processes through Soil Micromorphology at Contrebandiers Cave, Morocco. *Journal of Human Evolution*. 69, p. 8-30.
- ALLEN, K. R., REIMER, P. J., BEILMAN, D. W., CROW, S. E. (2019) – An Investigation into 14C offsets in Modern Mollusk Shell and Flesh from Irish Coasts shows no Significant differences in areas of Carbonate Geology, *Radiocarbon*. 61, p. 1913-1922.
- BENEDETTI, M. M., HAWS, J. A., BICHO, N. F., FRIEDL, L., ELLWOOD, B. B. (2019) – Late Pleistocene site formation and paleoclimate at Lapa do Picareiro, Portugal. *Geoarchaeology*. 34, p. 698-726.
- BICHO, N. (2005) – The extinction of Neanderthals and the emergence of the Upper Paleolithic in Portugal. *Promontoria*. Faro. 3, p. 173-228.
- BICHO, N. (2015) – Ecological niches of the Iberian Peninsula: a comparative analysis of European coastal adaptations. In SANZ, N. (Ed.), *Human origin Sites and the World Heritage Convention in Eurasia*. UNESCO – World Heritage Papers, p. 108-126.
- BICHO, N. & CARDOSO, J. L. (2010) – Paleolithic occupations and lithic assemblages from Furninha Cave, Peniche (Portugal), *Zephyrus*. Salamanca. 66, p. 17-38.
- BICHO, N. & CARDOSO, J. L. (2018) – O estudo do paleolítico superior e do mesolítico em Portugal: uma perspectiva historiográfica, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24, p. 67-98.

- BICHO, N. & CASCALHEIRA, J. (2020) – Neanderthal e Homem Anatomicamente Moderno. In FIOLEAIS, C., FRANCO, J. E. & PAIVA, J. P. (Dir.), *História Global de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 27-33.
- BICHO, N. & HAWS, J. (2008) – At the land's end: Marine resources and the importance of fluctuations in the coastline in the prehistoric hunter-gatherer economy of Portugal. *Quaternary Science Reviews* 27, p. 2166-2175.
- BICHO, N., HAWS, J. A. & DAVIS, L. G. (2011) – *Trekking the shore: Changing coastlines and the antiquity of coastal settlement*. Springer Science & Business Media.
- BREUIL, H. (1917) – Glanes paléolithiques anciennes dans le bassin du Guadiana. *L'Anthropologie*. Paris. 28 (1/2), p. 1-19.
- BREUIL, H. (1918) – Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 13/14, p. 17-26.
- BREUIL, H. (1920) – La station paléolithique ancienne d'Arronches (Portalegre). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24, p. 47-55.
- BREUIL, H. (1962) – Les industries paléolithiques des plages quaternaires du Minho (La station de Carreço). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 46, p. 53-131.
- BREUIL, H., ZBYSZEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l'étude des industries Paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 23).
- BREUIL, H., ZBYSZEWSKI, G. (1945) – *Contribution à l'étude des industries Paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terraces de basse vallée du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 26).
- BREUIL, H., RIBEIRO, O. & ZBYSZEWSKI, G. (1943) – Les plages quaternaires et les industries préhistoriques du littoral de l'Alentejo entre Sines et Vila Nova de Milfontes. IV Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. Porto. 8, p. 48-62.
- BREUIL, H., VAULTIER, M. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – Les plages anciennes portugaises entre les Caps d'Espichel et Carvoeiro et leurs industries paléolithiques. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 27. 7 p.
- BROWN, S., HIGHAM, T., SLON, V., PÄÄBO, S., MEYER, M., DOUKA, K., BROCK, F., COMESKEY, D., PROCOPIO, N. & SHUNKOV, M. (2016) – Identification of a new hominin bone from Denisova Cave, Siberia using collagen fingerprinting and mitochondrial DNA analysis. *Scientific Reports*. 6, 23559.
- BUCKLEY, M. (2018) – Zooarchaeology by mass spectrometry (ZooMS) collagen fingerprinting for the species identification of archaeological bone fragments. *Zooarchaeology in Practice*. Springer, p. 227-247.
- CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1999/2000) – As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o "Homem Terciário": resultados e consequências na época e para além dela. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 8, p. 33-54.
- CARDOSO, J. L. (2008) – Joaquim Felipe Nery Delgado, arqueólogo, in: Ramalho, M. (Ed.), *Nery Delgado (1835-1908), Geólogo do Reino*. Lisboa: LNEG, p. 65-81.
- CARDOSO, J. L. (2016) – Henri Breuil e a Arqueologia Portuguesa. Primórdios de uma longa actuação. *Al-Madan*. Almada. Série II, 20, p. 197-203.

- CARDOSO, J. L., RAPOSO, L. & FERREIRA, O. da Veiga (2002) – *A Gruta Nova da Columbeira (Bombarral)*. Bombarral: Câmara Municipal do Bombarral.
- CARDOSO, J. L., ZBYSZEWSKI, G. & ANDRÉ, M. C. (1992) – *O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 3).
- CASCALHEIRA, J. & BICHO, N. (2015) – On the Chronological Structure of the Solutrean in Southern Iberia, *PLoS one* 10, e0137308.
- CASCALHEIRA, J., BICHO, N. & GONÇALVES, C. (2017) – A Google-Based Freeware Solution for Archaeological Field Survey and Onsite Artifact Analysis. *Advances in Archaeological Practice*. 5, p. 328-339.
- CASCALHEIRA, J., GONÇALVES, C. & BICHO, N. (2014) – Smartphones and the use of customized Apps in archaeological projects, *The SAA Archaeological Record*. 14, p. 20-25.
- DAURA, J., SANZ, M., ARSUAGA, J. L., HOFFMANN, D. L., QUAM, R. M., ORTEGA, M. C., SANTOS, E., GÓMEZ, S., RUBIO, A. & VILLAESCUSA, L. (2017) – New Middle Pleistocene hominin cranium from Gruta da Aroeira (Portugal., *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 114, p. 3397-3402.
- DELGADO, J. F. N. (1867) – Da existencia do homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas: noticia acerca das Grutas de Cesareda. Lisboa: Comissão Geologica de Portugal.
- DELGADO, J. F. N. (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. IX Session (Lisboa, 1880)*. Actas. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, p. 207-278.
- DIBBLE, H. L., MAREAN, C. W. & MCPHERRON, S. P. (2007) – The use of barcodes in excavation projects: examples from Mossel Bay (South Africa) and Roc de Marsal (France). *The SAA Archaeological Record*. 7, p. 33-38.
- DOUKA, K., HEDGES, R. E. & HIGHAM, T. F. (2010) – Improved AMS <sup>14</sup>C dating of shell carbonates using high-precision X-ray diffraction and a novel density separation protocol (CarDS). *Radiocarbon*. 52, p. 735.
- GREEN, R. E., KRAUSE, J., BRIGGS, A. W., MARICIC, T., STENZEL, U., KIRCHER, M., PATTERSON, N., LI, H., ZHAI, W., FRITZ, M. H., HANSEN, N. F., DURAND, E. Y., MALASPINAS, A. S., JENSEN, J. D., MARQUES-BONET, T., ALKAN, C., PRUFER, K., MEYER, M., BURBANO, H. A., GOOD, J. M., SCHULTZ, R., AXIMU-PETRI, A., BUTTHOF, A., HOBER, B., HOFFNER, B., SIEGEMUND, M., WEIHMANN, A., NUSBAUM, C., LANDER, E. S., RUSS, C., NOVOD, N., AFFOURTIT, J., EGHOLM, M., VERNA, C., RUDAN, P., BRAJKOVIC, D., KUCAN, Z., GUSIC, I., DORONICHEV, V. B., GOLOVANOVA, L. V., LALUEZA-FOX, C., DE LA RASILLA, M., FORTEA, J., ROSAS, A., SCHMITZ, R. W., JOHNSON, P. L., FALUSH, D., BIRNEY, E., MULLIKIN, J. C., SLATKIN, M., NIELSEN, R., KELSO, J., LACHMANN, M., REICH, D., PAABO, S. & EICHLER, E. E. (2010) – A draft sequence of the Neandertal genome. *Science*. 328, p. 710-722.
- HARLÉ, E. (1909) – Faune de la grotte à Hyènes rayées de Furninha et d'autres grottes du Portugal, *Bulletin Société Géologique de France*. Paris. Série IV, 9, p. 85-99.
- HARLÉ, E. (1910/1911) – Les mammifères et oiseaux quaternaires connus jusqu'ici en Portugal. Lisboa. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 8, p. 22-85.
- HAWS, J., BENEDETTI, M., FRIEDL, L., BICHO, N., CASCALHEIRA, J. & CARVALHO, M. (2018) – The Middle-Upper Paleolithic Transition in Southern Iberia: New Data from Lapa do Picareiro, Portugal. *8th Annual Meeting of European Society for the study of Human Evolution ESHE*. Faro, p. 87.
- HAWS, J. A., BENEDETTI, M. M., FUNK, C. L., BICHO, N. F., DANIELS, J. M., HESP, P. A., MINCKLEY, T. A., FORMAN, S. L., JERAJ, M., GIBAJA, J. F. & HOCKETT, B. S. (2010) – Coastal wetlands and the Neanderthal settlement of Portuguese Estremadura. *Geoarchaeology*. 25, p. 709-744.

- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 3, p. 3-19.
- HIGHAM, T. (2011) – European Middle and Upper Palaeolithic radiocarbon dates are often older than they look: problems with previous dates and some remedies. *Antiquity*. 85, p. 235-249.
- HIGHAM, T., BROCK, F., PERESANI, M., BROGLIO, A., WOOD, R. & DOUKA, K. (2009) – Problems with radiocarbon dating the Middle to Upper Palaeolithic transition in Italy. *Quaternary Science Reviews*. 28, p. 1257-1267.
- HIGHAM, T., DOUKA, K., WOOD, R., RAMSEY, C. B., BROCK, F., BASELL, L., CAMPS, M., ARRIZABALAGA, A., BAENA, J. & BARROSO-RUIZ, C. (2014) – The timing and spatiotemporal patterning of Neanderthal disappearance. *Nature*. 512, p. 306-309.
- HIGHAM, T., JACOBI, R., JULIEN, M., DAVID, F., BASELL, L., WOOD, R., DAVIES, W. & RAMSEY, C. B. (2010) – Chronology of the Grotte du Renne (France) and implications for the context of ornaments and human remains within the Chatelperronian. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. 107, p. 20234-20239.
- HOFFMANN, D. L., ANGELUCCI, D. E., VILLAVERDE, V., ZAPATA, J. & ZILHÃO, J. (2018 a) – Symbolic use of marine shells and mineral pigments by Iberian Neandertals 115,000 years ago. *Science Advances* 4.
- HOFFMANN, D. L., STANDISH, C. D., GARCÍA-DIEZ, M., PETTITT, P. B., MILTON, J. A., ZILHÃO, J., ALCOLEA-GONZÁLEZ, J. J., CANTALEJO-DUARTE, P., COLLADO, H., DE BALBÍN, R., LORBLANCHET, M., RAMOS-MUÑOZ, J., WENIGER, G.-C. & PIKE, A. W. G. (2018 b) – U-Th dating of carbonate crusts reveals Neandertal origin of Iberian cave art. *Science*. 359, p. 912-915.
- HOGG, A. G., HUA, Q., BLACKWELL, P. G., NIU, M., BUCK, C. E., GUILDERSON, T. P., HEATON, T. J., PALMER, J. G., REIMER, P. J. & REIMER, R. W. (2013) – SHCal13 Southern Hemisphere calibration, 0–50,000 years cal BP. *Radiocarbon*. 55, p. 1889-1903.
- KRAUSE, J., FU, Q., GOOD, J. M., VIOLA, B., SHUNKOV, M. V., DEREVIANKO, A. P. & PÄÄBO, S. (2010) – The complete mitochondrial DNA genome of an unknown hominin from southern Siberia. *Nature*. 464, p. 894-897.
- MCPHERRON, S. P. & DIBBLE, H. L. (2002) – *Using computers in archaeology: A practical guide*. McGraw-Hill.
- MCPHERRON, S. J. P., DIBBLE, H. L. & GOLDBERG, P. (2005) – *Geoarchaeology*. 20, p. 243-262.
- PEYRÉGNE, S., SLON, V., MAFESSONI, F., DE FILIPPO, C., HAJDINJAK, M., NAGEL, S., NICKEL, B., ESSEL, E., LE CABEC, A. & WEHRBERGER, K. (2019) – Nuclear DNA from two early Neandertals reveals 80,000 years of genetic continuity in Europe. *Science advances*. 5, eaaw5873.
- PRÜFER, K., RACIMO, F., PATTERSON, N., JAY, F., SANKARARAMAN, S., SAWYER, S., HEINZE, A., RENAUD, G., SUDMANT, P. H. & DE FILIPPO, C. (2014) – The complete genome sequence of a Neanderthal from the Altai Mountains. *Nature*. 505, p. 43-49.
- RAHMSTORF, S. (2003) – Timing of abrupt climate change: A precise clock. *Geophysical Research Letters* 30.
- REIMER, P. J., BARD, E., BAYLISS, A., BECK, J. W., BLACKWELL, P. G., RAMSEY, C. B., BUCK, C. E., CHENG, H., EDWARDS, R. L. & FRIEDRICH, M. (2013) – IntCal13 and Marine13 radiocarbon age calibration curves 0–50,000 years cal BP. *Radiocarbon*. 55, p. 1869-1887.
- RIBEIRO, C. (1873) – Sur des silex taillés, découverts dans les terrains miocène du Portugal. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques (Bruxelles 1872)*. Actas, p. 95-100.

- ROCHE, J. (1964) – Le Paléolithique supérieur portugais. Bilan de nos connaissances et problèmes. *Bulletin de la Société Préhistorique française*. Paris. 61, p. 11-27.
- ROCHE, J. (1968) – L'industrie du gisement d' Evoramonte (Alentejo). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 2, p. 7-13.
- RODRÍGUEZ-HIDALGO, A., MORALES, J. I., CEBRIÀ, A., COURTENAY, L. A., FERNÁNDEZ-MARCHENA, J. L., GARCÍA-ARGUDO, G., MARÍN, J., SALADIÉ, P., SOTO, M., TEJERO, J. M. & FULLOLA, J. M. (2019) – The Châtelperronian Neanderthals of Cova Foradada (Calafell, Spain) used imperial eagle phalanges for symbolic purposes. *Science Advances*. 5, eaax1984.
- SANCHEZ GOÑI, M. F. & HARRISON, S. P. (2010) – Millennial-scale climate variability and vegetation changes during the Last Glacial: Concepts and terminology. *Quaternary Science Reviews*. 29, p. 2823-2827.
- SANTOS, M. Farinha dos (1964) – Vestígios de pinturas rupestres descobertas na Gruta do Escoural, *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 5, p. 5-47.
- TALAMO, S., HUGHEN, K. A., KROMER, B. & REIMER, P. J. (2012 a) – Debates over Palaeolithic chronology – the reliability of <sup>14</sup>C is confirmed. *Journal of Archaeological Science*. 39, p. 2464-2467.
- TALAMO, S. & RICHARDS, M. (2011) – A comparison of bone pretreatment methods for AMS dating of samples > 30,000 BP. *Radiocarbon*. 53, p. 443-449.
- TALAMO, S., SORESSI, M., ROUSSEL, M., RICHARDS, M. & HUBLIN, J.-J. (2012 b) – A radiocarbon chronology for the complete Middle to Upper Palaeolithic transitional sequence of Les Cottés (France). *Journal of Archaeological Science*. 39, p. 175-183.
- VAULTIER, M., SANTOS, M. Farinha dos & GLORY, A. (1965) – La grotte ornée d'Escoural (Portugal). *Bulletin de la Société préhistorique française*. Paris. 62, p. 110-117.
- WADLEY, L., SIEVERS, C., BAMFORD, M., GOLDBERG, P., BERNA, F., & MILLER, C. (2011). Middle Stone Age bedding construction and settlement patterns at Sibudu, South Africa. *Science*. 334 (6061), 1388-1391.
- WEINER, S. (2010) – *Microarchaeology: beyond the visible archaeological record*. Cambridge University Press.
- WOOD, R., BRONK RAMSEY, C. & HIGHAM, T. (2010) – Refining the ultrafiltration bone pretreatment background for radiocarbon dating at ORAU. *Radiocarbon*. 52, p. 600-611.
- WOOD, R. E., ARRIZABALAGA, A., CAMPS, M., FALLON, S., IRIARTE-CHIAPUSSO, M. J., JONES, R., MAROTO, J., DE LA RASILLA, M., SANTAMARIA, D., SOLER, J., SOLER, N., VILLALUENGA, A. & HIGHAM, T.F. (2014) – The chronology of the earliest Upper Palaeolithic in northern Iberia: New insights from L'Arbreda, Labeko Koba and La Vina. *Journal of Human Evolution*. 69, p. 91-109.
- ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M. & FERREIRA, O. da Veiga (1999/2000) – Le Paléolithique Supérieur au Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 55-82.
- ZILHÃO, J. (1993) – As origens da arqueologia paleolítica em Portugal e a obra metodologicamente precursora de Joaquim Filipe Nery Delgado. *Arqueologia e História*. Lisboa. 10, p. 111-125.
- ZILHÃO, J. (1997) – O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa. 2 vols. Lisboa: Colibri.
- ZILHÃO, J., DAVIS, S. J. M., DUARTE, C., SOARES, A. M. M., STEIER, P. & WILD, E. (2010) – Pego do Diabo (Loures, Portugal): Dating the Emergence of Anatomical Modernity in Westernmost Eurasia. *PloS one* 5, e8880.

- ZILHÃO, J., ANESIN, D., AUBRY, T., BADAL, E., CABANES, D., KEHL, M., KLASSEN, N., LUCENA, A., MARTÍN-LERMA, I., MARTÍNEZ, S. (2017) – Precise dating of the Middle-to-Upper Paleolithic transition in Murcia (Spain) supports late Neandertal persistence in Iberia. *Heliyon*. 3, e00435.
- ZILHÃO, J., ANGELUCCI, D., IGREJA, M., ARNOLD, L., BADAL, E., CALAPEZ, P., CARDOSO, J. L., D'ERRICO, F., DAURA, J., DEMURO, M., DESCHAMPS, M., DUPONT, C., GABRIEL, S., HOFFMANN, D., LEGOINHA, P., MATIAS, H., SOARES, A., NABAIS, M., PORTELA, P., QUEFFELEC, A., RODRIGUES, F. & SOUTO, P. (2020) – Last Interglacial Iberian Neandertals as fisher-hunter-gatherers. *Science*. 367, eaaz7943.

## **A ESTAÇÃO SOLUTRENSE DO OLIVAL DO ARNEIRO (RIO MAIOR)**

### ***THE SOLUTREAN SITE OF OLIVAL DO ARNEIRO (RIO MAIOR)***

João Luís Cardoso\*, João Cascalheira\*\* & Filipe Martins\*\*\*

#### **Abstract**

The Solutrean site of Arneiro, or Olival do Arneiro, was identified by Manuel Heleno in 1942 and successively explored by him, in several intermittent campaigns of limited duration, until October 1944. It had already been the subject of a preliminary study in the seventies by Zbyszewski and collaborators. However, the authors were not aware of the contents of Manuel Heleno's field notebooks with important informations on the spatial distribution of materials, as a result of the ditches that were opened, as well as their typology and stratigraphy. Such elements appear essential for the framing of the results now presented, corresponding to the study of the whole collection, in the light of new morphometric and morphological criteria performed. In this way, the study of the 30 bifacial points identified and separated from the rest of the collection by O. da Veiga Ferreira, constituting to date the most important set of solutrean points from one single place of the Portuguese territory, was completed by the study of the remaining part of the original set, consisting of 391 bifacial points in different stages of execution belonging to the Museu Nacional de Arqueologia collections, of which only 51 are near the final stage of execution. The general conclusion obtained through the different analytical methodologies adopted led to the integration of this second set of pieces also in the Solutrean techno-complex. However, as there is no possibility of confronting this operative chain with another one known to be solutrean or more modern, it remains to demonstrate its true chronology.

*Keywords:* Solutrean; Rio Maior; Portugal; workshop.

## **1 - LOCALIZAÇÃO; DOCUMENTAÇÃO ESTUDADA**

A estação do Arneiro, ou do Olival do Arneiro, situa-se junto à povoação de Arruda dos Pisões, concelho de Rio Maior (Fig. 1) constituindo uma mancha situada na encosta esquerda da ribeira dos Pisões, relacionada com outras duas manchas equivalentes, igualmente desenvolvidas do mesmo lado daquele curso de água, correspondentes aos sítios de Passal e de Quintal da Fonte, também eles investigados por Manuel Heleno.

Os cadernos de campo de Manuel Heleno sobre os trabalhos realizados e a estratigrafia então observada no Arneiro até agora inéditos conservam-se no Arquivo de Manuel Heleno do Museu Nacional de Arqueologia e revelaram-se de importância decisiva para a compreensão da estação arqueológica. Por tal motivo foram transcritos na íntegra em anexo a este trabalho (ANEXO 1).

---

\* Universidade Aberta; Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras); ICAREHB (Universidade do Algarve). cardoso18@netvisao.pt

\*\* ICAREHB (Universidade do Algarve).

\*\*\* Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

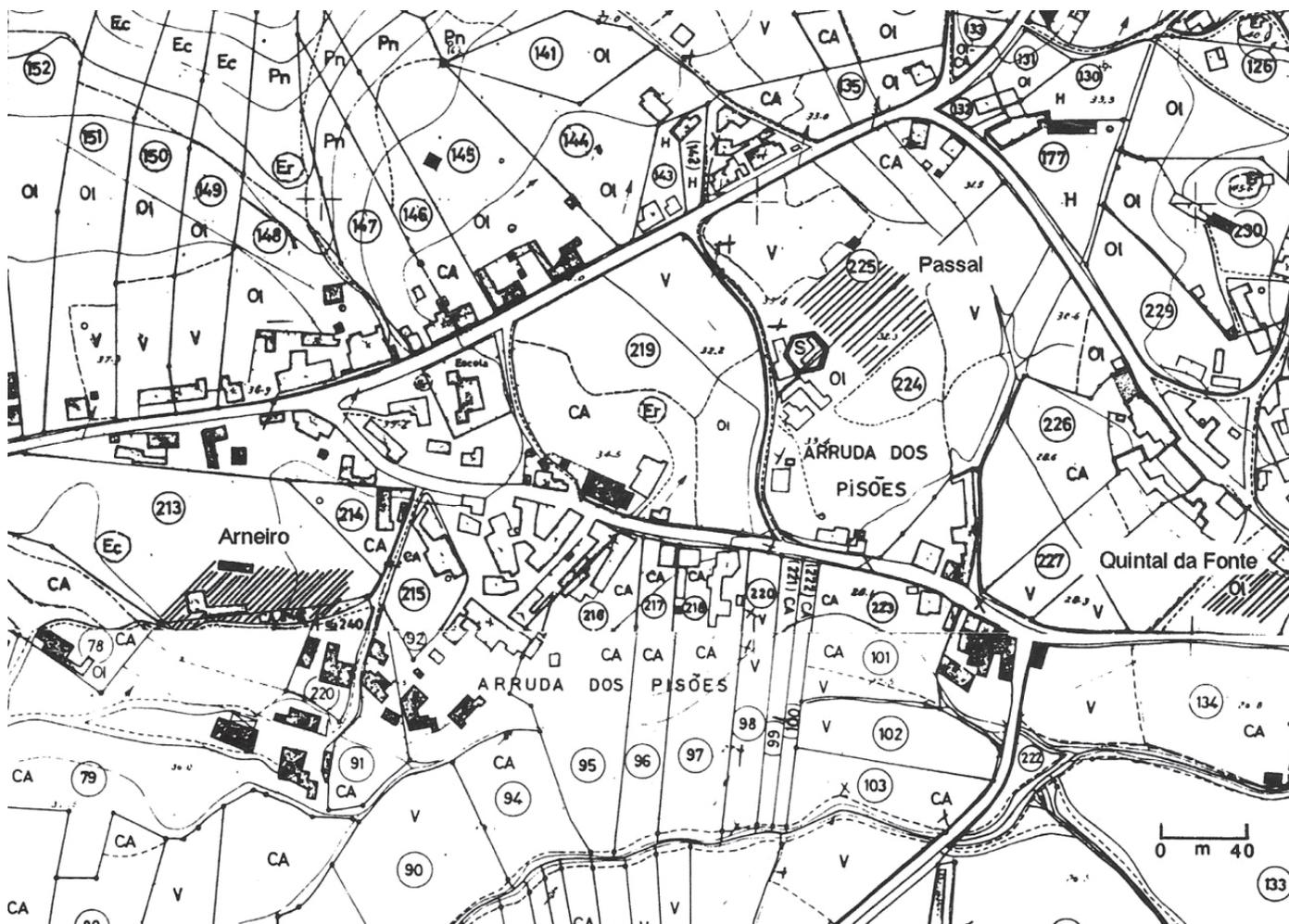


Fig. 1 - Localização das estações do Arneiro/Olival do Arneiro e do Passal na área da povoação de Arruda dos Pisões, Rio Maior (Seg. ZILHÃO, 1997, Fig. 31.2, mod.).

Foram estudados os seguintes cadernos de campo (Fig. 2):

- Caderno de campo n.º 22 relativo a Maio-Novembro de 1942 (apontado na capa pelo autor).
- Caderno de campo n.º 23 relativo a Junho de 1943 (apontado na capa pelo autor).
- Caderno de campo n.º 24 relativo a 1943 (apontado na capa pelo autor).
- Caderno de campo n.º 27 relativo a Outubro de 1944 (apontado na capa pelo autor).
- Caderno de campo n.º 28 relativo a Março de 1944 (apontado na capa pelo autor).

Por outro lado, a existência de diversas fotos efectuadas na altura das escavações, as quais agora se apresentam pela primeira vez - na sequência da autorização dada a um de nós (J.L.C.) pelo Director do Museu Nacional de Arqueologia para o efeito - forneceram informação importante quer quanto às condições do terreno em que se realizaram as escavações, quer no respeitante às características das mesmas.

A documentação assim reunida e agora pela primeira vez estudada conferiu valor acrescido ao estudo dos materiais líticos, o qual, por sua vez, carreou novos elementos para o conhecimento da presença solutrense na região de Rio Maior. Foi assim possível conhecer a natureza dos trabalhos realizados e as condições de jazida dos espólios recuperados, e efectuar a caracterização destes últimos de forma rigorosa, dado que até

agora os mesmos tinham sido objecto de um único estudo (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1977) que se encontra presentemente ultrapassado.

Na verdade, João Zilhão, na sua investigação sobre as estações solutrenses da região de Rio Maior não abordou o espólio recolhido por Manuel Heleno no Arneiro, ou Olival do Arneiro (ZILHÃO, 1997) por razões que adiante se apresentam. O estudo deste autor incidiu exclusivamente sobre o espólio recolhido no vizinho sítio do Passal, igualmente identificado por Manuel Heleno. Dada a estreita articulação existente entre os dois sítios, e porque algumas das peças da presente colecção provêm deste último local, conforme o registo nelas conservado, foi igualmente averiguada as condições de jazida ali verificadas, a partir da consulta da documentação original conservada no arquivo pessoal de Manuel Heleno, que se manteve até ao presente inédita. Esta documentação só deu entrada no Museu Nacional de Arqueologia anos depois de publicado o estudo de João Zilhão.

A consulta agora efectuada permitiu recolher algumas informações úteis sobre o desenrolar dos trabalhos de campo no Passal por ele orientados na década de quarenta do século XX, que decorreram paralelamente aos trabalhos efectuados no Arneiro, completando deste modo as observações apresentadas por João Zilhão em 1997.

Por tal motivo, e também por se articularem directamente com a realidade identificada no Arneiro foram transcritos na íntegra constituindo o ANEXO 2.

## 2 - TRABALHOS REALIZADOS POR MANUEL HELENO NO ARNEIRO/OLIVAL DO ARNEIRO; DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS INDÚSTRIAS E SEQUÊNCIA ESTRATIGRÁFICA OBSERVADA

A informação contida nos cadernos de campo existentes indica que foi em Novembro de 1942 que Manuel Heleno recolheu no Olival do Arneiro os primeiros artefactos que lhe pareceram ser do Solutrense.

A 21 de Junho de 1943, de novo no local, identificou o proprietário do terreno, o Sr. José Gregório de Abreu, da povoação de Arruda dos Pisões, na periferia da qual se localiza a estação, e recolheu mais algumas peças: “fragmentos de pontas solutrenses, um raspador afocinhado, etc.”. A 19 de Julho do mesmo ano iniciaram-se as sondagens no Olival do Arneiro, abrindo-se uma vala de 17 metros de comprimento, de Norte

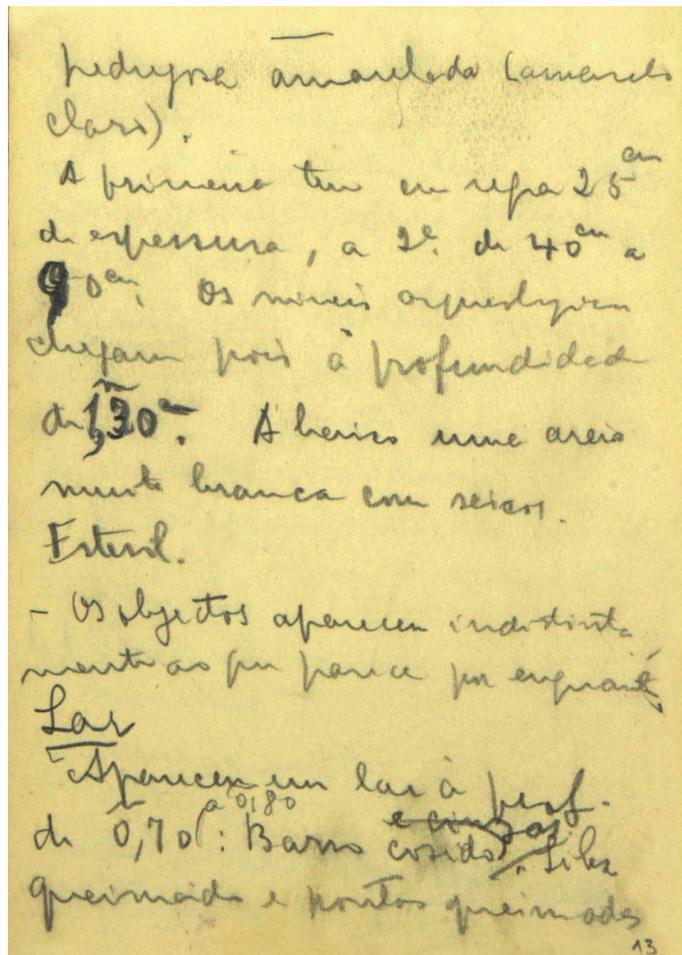


Fig. 2 - Trecho do caderno de campo de Manuel Heleno, escrito pelo próprio, relativo à identificação de um lar no decurso da escavação realizada no Olival do Arneiro em finais de Julho de 1943. Arquivo Manuel Heleno. Museu Nacional de Arqueologia.

para Sul (Figs. 3 e 4). A zona mais rica ficaria a nascente e ao meio desta vala, onde se encontraram “muitas pontas, as quais mostram o trabalho Solutrense desde os primeiros desbastes até às folhas de loureiro.”

Manuel Heleno voltou ao terreno nos dias 26 e 27 de Julho de 1943 relatando, no seu caderno de campo, que se abriram 42 sondagens, algumas das quais atingiram a profundidade de 130 a 150 cm, à qual já não ocorriam espólios arqueológicos (Figs. 5 e 6).

Destaca-se o aparecimento de uma estrutura de combustão no decorrer da escavação a uma profundidade de 70 a 80 cm, designada como “lar” composto por: “barro cosido e cinzas. Sílex queimado e pontas queimadas em cima e em volta. (...) Apareceram nesta estrutura 10 pontas inteiras, m.<sup>tos</sup> fragmentos doutras e próximas duas raspadeiras sobre lâmina fina”. Note-se a total ausência de cerâmica nesta estrutura, sugerindo uma ocupação anterior ao Neolítico, pois de outro modo seria quase certa a sua ocorrência.

A área arqueológica até então escavada atingia já, no final desse primeiro ano de escavações, cerca de 700 m<sup>2</sup>.



**Fig. 3** – Olival do Arneiro. Vista parcial da vala realizada em finais de Julho de 1943. Arquivo Manuel Heleno. Museu Nacional de Arqueologia (reprodução fotográfica de João Luís Cardoso).



**Fig. 4** – Olival do Arneiro. Vista parcial da vala realizada em finais de Julho de 1943. Arquivo Manuel Heleno. Museu Nacional de Arqueologia (reprodução fotográfica de João Luís Cardoso).



**Fig. 5** – Vista parcial das sondagens realizadas no Olival do Arneiro em finais de Julho de 1943. Arquivo Manuel Heleno. Museu Nacional de Arqueologia (reprodução fotográfica de João Luís Cardoso).



**Fig. 6** – Vista parcial das sondagens realizadas no Olival do Arneiro em finais de Julho de 1943. Arquivo Manuel Heleno. Museu Nacional de Arqueologia (reprodução fotográfica de João Luís Cardoso).

Em Março de 1944 as escavações prosseguiram para Este. Ao verificar diferenças entre o tipo de espólio recolhido anteriormente na parte central (abundante em pontas e peças com pouco retoque marginal) e o reunido na parte mais a leste (abundante em pontas e lascas com retoque marginal) decidiu dividir a área de escavação em “Arneiro E” (a Este), “Arneiro C” ou “Arneiro” (ao centro) e “Arneiro W” (a Oeste).

As notas tomadas a 4 e 5 de Maio, 7 de Junho, 6 de Julho, 8 de Agosto, 4 Outubro e 30 de Novembro de 1944 revelam que Manuel Heleno continuou a explorar os três sectores em que subdividiu a estação, e a registar a distribuição em profundidade dos materiais recolhidos.

Em resumo, verifica-se que, em 1943 e 1944, se realizaram várias campanhas de escavação na estação do Arneiro/Olival do Arneiro, tendo-se dividido a área intervencionada em três sectores diferenciados pela tipologia e pela densidade de distribuição de materiais, apesar de a sequência estratigráfica ser essencialmente semelhante, com a presença de três camadas:

- a primeira, correspondente a terras negras (solo arável), até aos 30 cm de profundidade;
- a segunda, constituída por areias de origem fluvial, esbranquiçadas, dos 30 cm até aos 150 cm;
- e uma terceira camada, de areias finas e brancas, com seixos, estéril de materiais arqueológicos.

No “**Arneiro E**”, com maior potência estratigráfica, Heleno recolheu indústria com patine amarelada e lustrosa, e peças com retoques marginais, que lhe fazia lembrar o Aurignacense (nas primeiras camadas decapadas). Desta área regista a abundância de folhas e lascas com retoque marginal, bem como pontas solutrenses.

No “**Arneiro C**” a recolha de materiais arqueológicos aparenta ter sido menor, mas com abundância de pontas que atribuiu ao Solutrense, e lascas com escasso retoque marginal. Refere-se nos cadernos de campo que neste sector, nos níveis onde o retoque marginal aumenta, diminuem as pontas, isto é, as pontas aparecem sobretudo entre a camada dos 25 cm aos 75 cm, e a partir dos 80 cm as peças com retoque marginal aumentam, relativamente às pontas.

O arquivo do Museu Nacional de Arqueologia conserva dois desenhos de pontas solutrenses com a indicação de serem do Arneiro, da autoria de Francisco Valença um no arquivo de Manuel Heleno (Fig. 7), outro no álbum de desenho n.º 4 de Francisco Valença (Fig. 8).

A zona correspondente ao “**Arneiro W**” foi a que menos material arqueológico forneceu devido à pouca potência estratigráfica preservada (até aos 50 cm), fornecendo peças com e sem patine.

No Passal, a sequência estratigráfica registada apresentava-se idêntica à do Arneiro, com base nos trabalhos de campo que ali foram efectuados, em paralelo com os realizados no Arneiro. Tal realidade e a proximidade dos dois locais faz crer que se trata apenas uma única grande mancha arqueológica, caracterizada por forte dispersão de materiais em estádios diferentes de trabalho, configurando uma grande oficina, aliás justificada pela conhecida abundância de sílex na própria região.

### 3 – RESENHA HISTÓRICA

A primeira referência na bibliografia arqueológica referente ao Arneiro deve-se a Manuel Heleno, bem como às vizinhas estações do Passal e Quintal da Fonte. Descreve-as como estações do Solutrense Superior, admitindo assim a sua contribuição para a demonstração das origens europeias dos povoadores do Paleolítico Superior do território português, questão que então o separava de outros arqueólogos peninsulares, entre os quais Mendes Corrêa (CARDOSO, 2013). Por outro lado, foram exumadas pontas de tipo Parpalló, o que colocou em causa “as concepções espanholas e sistematizações sobre a existência dum Solutrense ibérico

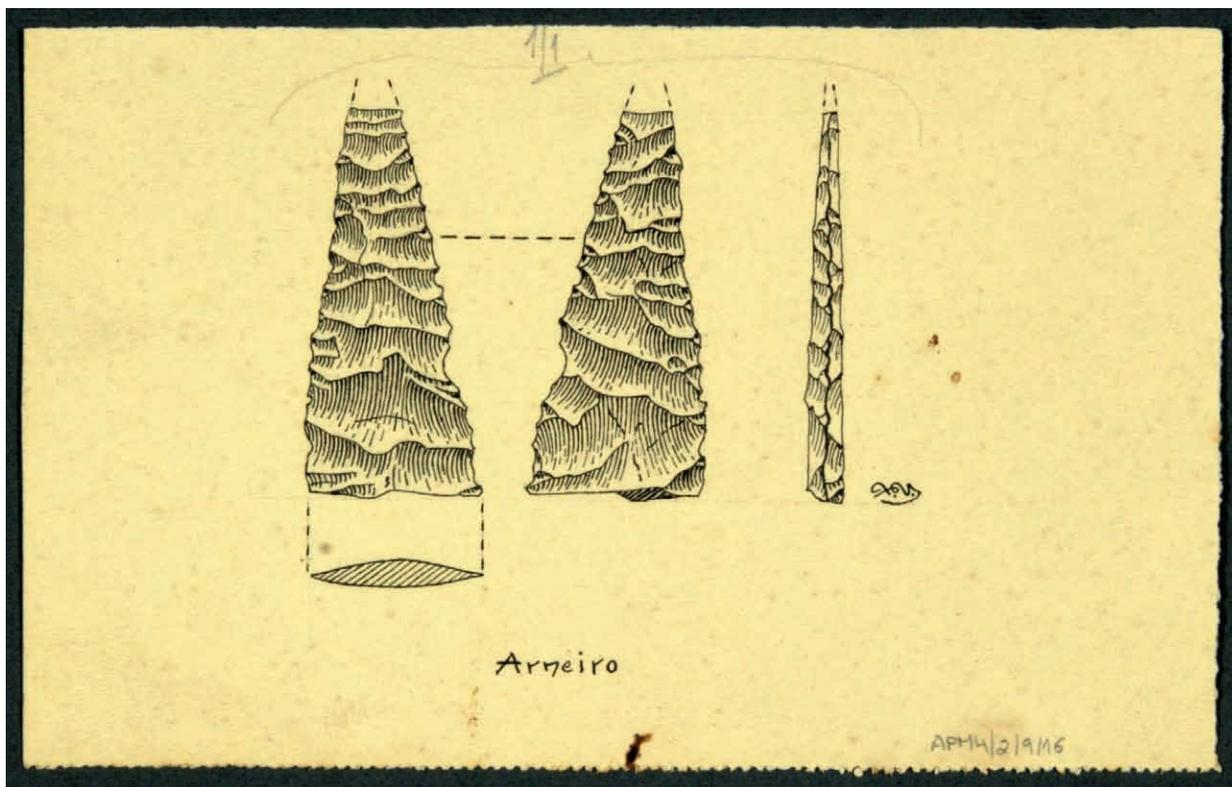


Fig. 7 – Desenho de ponta solutrense por Francisco Valença, a mesma que se encontra reproduzida na Fig. 12, n.º 3 do presente trabalho. Arquivo Histórico de Manuel Heleno, MNA.

levantino, distinto do cantábrico e do ocidental” (HELENO, 1956, p. 9 da sep.). A ocorrência no Centro de Portugal, de pontas solutrenses pedunculadas era, à época, de evidente interesse e novidade no respeitante ao território português, tendo sido confirmada plenamente por alguns dos exemplares agora publicados pertencentes àquela tipologia.

Apesar do seu inquestionável interesse internacional, o primeiro estudo detalhado dedicado às peças do Arneiro/Olival do Arneiro, só viria a ser publicado em 1977 (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1977), com base em comunicação apresentada ao III Congresso Nacional de Arqueologia reunido no Porto em Dezembro de 1973. Os autores sublinham a importância das “numerosas peças foliáceas às vezes diferentes do Solutrense clássico francês e mesmo dos exemplares do Paleolítico Superior conhecidos nas outras jazidas portuguesas tais como os da gruta da Furninha (...), os de Évora-Monte e os da gruta das Salemas” (*op. cit.*, p. 264). Tal realidade levantou dúvidas quanto à atribuição ao Solutrense das referidas pontas, questão que é discutida no referido trabalho. A alternativa que então foi discutida – não aceite pelos autores, e bem – era atribuir o fabrico de tais peças aos artífices locais talhadores de pederneiras para isqueiros, tendo presente que a abundância de sílex na região justificou a existência de oficinas de preparação de pederneiras para tais fins ainda no princípio do século XX (NATIVIDADE, 1893); por outro lado, conforme também é referido pelos autores, Manuel Heleno dava boas gratificações a quem lhe entregasse bons exemplares, pelo que os antigos artífices poderiam ter fabricado tais exemplares à semelhança dos protótipos que lhes tivessem sido mostrados por Manuel Heleno. Os autores chegam, no entanto, à conclusão de que as peças em causa são originais, avançando, como argumentos mais sólidos, os seguintes: 1) as peças exibem patine e, por vezes, várias patines; 2) não há evidências da utilização de peças de ferro, ao contrário do que seria observável na preparação das pederneiras.

O estudo tipológico do conjunto evidenciou, segundo os autores, uma “evolução no tempo a partir do Mustierense de tradição acheulense até ao Solutrense e não apenas uma simples indústria solutrense tal como se pensou inicialmente” (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1977, p. 265, 266). Segundo os autores, estar-se-ia em presença de dois complexos principais, sendo o mais moderno do Mustierense e, sobretudo, do Solutrense.

O conjunto tipológico mais abundante é constituído pelas peças foliáceas de tipo solutrense que ascendem, no total, a 373 exemplares (*op. cit.* cf. Quadro estatístico). Residualmente foram identificadas 4 peças foliáceas de “tipo Achelense superior”, e 19 pontas de “tipo mustierense” em diversas séries definidas pela patine. Estes últimos exemplares foram integrados, em trabalho ulterior, no grupo das “blattspitzen”, que “podem representar a passagem, na região de Rio Maior, do Mustierense para o Solutrense português” (FERREIRA & LEITÃO, 1981, p. 86), tendo por tal razão sido atribuídos ao Proto-Solutrense.

Estes exemplares correspondem a alguns dos esboços ou pré-formas reconhecidos na revisão agora realizada. Por outro lado, é importante registar que o trabalho de Zbyszewski *et al.*, 1977 não reproduz nenhum dos exemplares acabados tipicamente solutrenses que agora se publicam e que se mantinham em posse de O. da Veiga Ferreira; pelo contrário, o dito estudo incluiu apenas exemplares inacabados, mesmo que em fase final de acabamento, de acordo com a sequência tripartida adoptada no presente trabalho, alguns dos quais foram reproduzidos ulteriormente por João Zilhão tanto em 1987, como 1997: é o caso dos exemplares da Est. II, n.º 22 e da Est. V, n.º 82 da obra de Zbyszewski *et al.*, 1977. Fica porém por responder qual o motivo de ter O. da Veiga Ferreira retirado do conjunto que lhe foi entregue para estudo pelo então director do Museu Nacional de Arqueologia, autorizando a que o mesmo se fizesse nas instalações dos Serviços Geológicos de Portugal. Provavelmente tal decisão prendia-se com a intenção de proceder a um estudo específico sobre tais peças, excepcionais no contexto da época, o qual, porém, nunca chegou a concretizar.

A questão da integração cronológico-cultural destas indústrias só voltaria a ser debatida na década seguinte. João Zilhão considerou, em 1987, que os grandes foliáceos que Zbyszewski e colaboradores haviam atribuído ao Mustierense corresponderiam na verdade a esboços de pontas foliáceas solutrenses abandonadas numa fase inicial do seu processo de fabrico. A cronologia destes esboços não deixava então dúvidas a João Zilhão pois, à “excepção de uma ou outra peça rolada encontrada a grande profundidade, são homoganeamente solutrenses, tal como Heleno havia defendido” (ZILHÃO, 1987, p. 36).

Mais tarde, aquela opinião foi modificada pelo autor, declarando a propósito das colecções que entretanto voltaram ao Museu Nacional de Arqueologia, “que o estudo de Zbyszewski *et al.* havia causado misturas consideráveis na do Arneiro, onde eram numerosos os casos em que peças cuja marcação a lápis ou tinta da china as

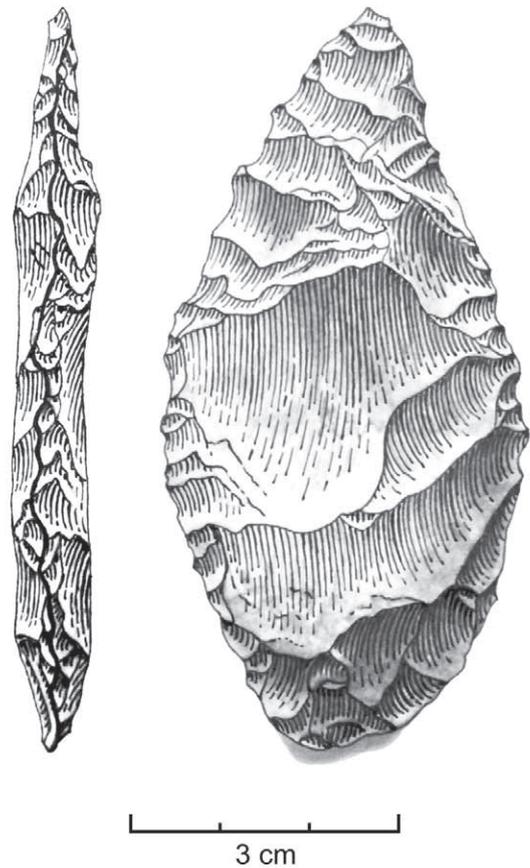


Fig. 8 – Desenho de ponta solutrense do Arneiro. Álbum de desenhos n.º 4 de Francisco Valença. Museu Nacional de Arqueologia.

dava como provenientes de certos *loci* ou de certos níveis artificiais se encontravam acondicionadas, no entanto, em sacos com etiquetas que indicavam um proveniência diversa” (ZILHÃO, 1997, p. 572). Segundo este autor, tal situação não se verificava no conjunto do Passal, o qual não foi objecto de estudo pela equipa de Zbyszewski e colaboradores, pelo que foi este o conjunto que foi seleccionado para o estudo por si realizado em 1997.

No entanto, mesmo que as etiquetas dos sacos de plástico escritas ulteriormente pela equipa que estudou a colecção – tarefa que foi testemunhada por um de nós (J.L.C.) nas instalações dos Serviços Geológicos de Portugal – não coincidam com as inscrições apostas por Manuel Heleno individualmente em algumas das peças neles contidas, tal não impede de se manter como válida a conclusão da atribuição da globalidade da colecção ao Arneiro/Olival do Arneiro.

Na verdade, a certeza do conjunto estudado por Zbyszewski e colaboradores provir na sua totalidade do Arneiro/Olival do Arneiro é dada pelos próprios, ao declararem que “iniciámos o estudo do Paleolítico das colheitas do Professor Manuel Heleno (...), começando pela jazida do Paleolítico superior do Olival do Arneiro à entrada de Arruda dos Pisões.” (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1977, p. 265).

Existe, pois, a certeza de que a colecção agora examinada – limitada às peças foliáceas – provém da área designada Olival do Arneiro ou simplesmente de Arneiro.

Com efeito, Arneiro e Olival do Arneiro fazem parte da mesma vasta estação arqueológica, podendo correlacionar-se a designação de Olival do Arneiro com o *locus* bem documentado pelo registo fotográfico realizado por Manuel Heleno, onde se observa o olival e as intervenções realizadas através da vala acima referida e das numerosas sondagens executadas no terreno por si então designado Arneiro C nos cadernos de campo.

A designação simples de Arneiro corresponderá ao *locus* Arneiro W registado nos cadernos de campo de Manuel Heleno, respeitante a área situada a cerca de 100 m a Oeste, conforme as indicações ulteriormente apresentadas por Zbyszewski e colaboradores sobre a estação, que conheciam bem, até por terem realizado o levantamento geológico respectivo (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1977, p. 266).

Por seu turno, o *locus* Arneiro E, registado por Manuel Heleno, situar-se-á junto à própria povoação de Arruda dos Pisões, cujas construções o separam do sítio designado Passal, correspondente ao seu prolongamento lateral, correspondente ao conjunto que foi estudado por João Zilhão, ele próprio proveniente de dois *loci* distintos, o “Olival do Passal” e o “Passal – vinha”.

Importa, também, discutir a questão da integridade estratigráfica da estação que agora nos ocupa, com base nos registos de campo deixados por Manuel Heleno, os quais eram completamente desconhecidos à data do trabalho realizado por João Zilhão publicado em 1997, onde tal questão é discutida.

A escavação conduzida por Manuel Heleno nos diversos *loci* da estação foi realizada por níveis artificiais, devidamente registados a lápis pelo próprio nalgumas peças consideradas mais importantes.

As observações mais relevantes resumem-se à presença de uma estrutura de combustão associada a pontas foliáceas queimadas pelo calor entre os 70 e os 80 cm e à presença de uma estratigrafia simples, constituída essencialmente por três camadas, das quais a camada intermédia, formada por areias fluviais era a que detinha maior importância arqueológica, situada entre os 30 e os 150 cm de profundidade.

Naturalmente que a existência de um olival na área mais importante da estação perturbou de forma pontual a sequência estratigráfica, embora tal perturbação se circunscrevesse às covas abertas para o plantio das árvores. Os remeximentos seriam ainda maiores com o plantio das vinhas, existentes nas imediações e que em épocas anteriores poderiam também ter-se estendido à área depois ocupada por oliveiras. São, portanto, tais remeximentos profundos que poderão explicar a existência, na sequência estudada por João Zilhão no *locus* Arneiro E com base nos registos de campo de Manuel Heleno, de 2 artefactos de pedra polida, um entre os 75-100 cm e outro entre os 100 e 125 cm de profundidade. O seu carácter localizado e excepcional em profun-

didade, dá força à hipótese de terem resultado precisamente das aludidas acções mecânicas verificadas no terreno em profundidade. Na verdade, foram observados no Museu Nacional de Arqueologia alguns artefactos de pedra polida, bem como escassos fragmentos de cerâmicas pré-históricas incaracterísticas dadas como do Arneiro/Olival do Arneiro, que nada terão a ver com as centenas de artefactos de sílex recolhidos na mesma altura. Tal realidade explica-se facilmente pela recorrente frequência dos mesmos locais onde se recolhem facilmente peças de várias épocas, sobretudo quando estes são objecto de aprofundados trabalhos de prospecção e de escavação, como foi o caso.

## 4 – NOVAS OBSERVAÇÕES

### 4.1 – Objectivos

Face ao acima exposto, se é problemática a valorização da informação sobre a distribuição dos artefactos em profundidade, já a tipologia do conjunto de foliáceos revelou assinalável uniformidade, evidenciando uma sequência operatória coerente integrando três fases distintas. Assim, a questão essencial que importa clarificar respeita à época a que devem ser reportadas as indústrias em causa. Esse é o objectivo essencial deste trabalho, partindo para tal da discussão crítica de duas premissas incompatíveis entre si:

- a primeira, que decorre da conclusão de João Zilhão para o conjunto por si estudado da vizinha estação do Passal (ZILHÃO, 1997), em tudo comparável à do Arneiro, faz atribuir o espólio a uma oficina de artefactos bifaciais neolítica ou calcolítica, representada por centenas de peças inacabadas, a par da ocorrência de escassíssimos exemplares solutrenses acabados e característicos;
- a segunda faz corresponder ao conjunto a oficina de folhas bifaciais de época solutrense, correspondendo as peças com recorte tipológico mais característico aos exemplares concluídos, que constituíam a fase final de uma sequência operatória integrando três fases principais. Esta hipótese recupera a ideia inicial de João Zilhão, ao ter atribuído inicialmente às estações da região de Arruda dos Pisões – integrando o Olival do Arneiro, Arneiro e Passal, entre outras – o estatuto de oficinas solutrenses (ZILHÃO, 1987).

Note-se que esta última perspectiva pouco difere, nos seus traços essenciais, da apresentada anteriormente por Zbyszewski e colaboradores, ao considerarem que o conjunto estudado do Arneiro/Olival do Arneiro era quase exclusivamente solutrense. O que passou despercebido a estes autores foi o facto de não terem identificado como esboços de peças foliáceas solutrenses os exemplares mais grosseiros, atribuindo-os a bifaces mustierenses ou de tradição acheulense (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1977). Tal falha é perfeitamente justificável, dado que, à época, não se conheciam no Solutrense tão vastas oficinas de talhe como estas, bem como a noção de cadeia operatória que impediu o reconhecimento de se tratarem de esboços, confundindo-os com peças acabadas mustierenses do tipo “Blattspitzen”.

Os resultados a que conduziu o estudo sistemático do conjunto das produções foliáceas em apreço no sentido de responder à questão enunciada serão apresentados seguidamente.

### 4.2 – Materiais

A colecção estudada é constituída por dois conjuntos distintos: um referente aos materiais seleccionados por O. da Veiga Ferreira, separado do conjunto estudado por Zbyszewski e colaboradores em 1977; e um outro, compreendendo a numerosa colecção depositada no Museu Nacional de Arqueologia, estudada por aqueles autores.

#### 4.2.1 – O conjunto seleccionado por O. da Veiga Ferreira

O primeiro conjunto estudado correspondeu ao seleccionado por O. da Veiga Ferreira anteriormente ao estudo de 1977 de que foi co-autor, resultante de recolhas efectuadas por Manuel Heleno, ao qual se poderão ter juntado alguns exemplares recolhidos pelo próprio ou a ele oferecidos, conservados em sua casa, possivelmente para estudo ulterior, que não chegou a efectuar. Ali foi identificado pelo primeiro signatário, após o falecimento do Mestre um primeiro conjunto de peças, por aquele depositado em 1998 no MNA, onde agora foi estudado, conforme carta que deu entrada naquela instituição a 16 de Setembro de 1998. A este conjunto inicial de 20 exemplares juntou-se um outro, constituído por 11 exemplares ulteriormente identificado na residência daquele arqueólogo, presentemente em poder. Com um total de 30 peças bifaciais, devidamente assinaladas no QUADRO 1, trata-se do mais importante conjunto de peças bifaciais solutrenses do território português. Parte das peças apresentam marcações individualizadas indicando a sua proveniência específica; assim, embora a maioria seja reportável ao Arneiro/Olival do Arneiro, algumas provêm do Passal, o que não constituiu factor relevante para a exclusão do conjunto ora estudado, dado que como atrás se referiu, os dois *loci* fazem parte de um único complexo arqueológico.

**Quadro 1** – Inventário dos materiais reproduzidos nas Figs. 9 a 22.

Fig.	Peça nº	Marcação	Comprimento (cm)	Largura (cm)	Espessura (cm)	Tipo/Subtipo (com base em Zilhão 1997)	Matéria-Prima	Fraturas
9	1*	50-75 cm	5.65	2.36	0.53	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C – Estádio 4)	Silex	
	2*			2.20	0.40	Fragmento de folha de loureiro – Estádio 4	Silex	Fratura transversal na extremidade distal
	3*			2.50	0.46	Fragmento de folha de loureiro – Estádio 4	Silex	Fraturas transversais nas extremidades distal e proximal
10	1*	25-50 cm	5.60	2.17	0.39	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C) – Estádio 4	Silex	Fratura na extremidade proximal
	2*	Arneiro		2.41	0.45	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C) – Estádio 4	Silex	Fratura transversal na extremidade distal
	3*		5.61	2.62	0.48	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C) – Estádio 4	Silex	
11	1*			1.71	0.50	Ponta de pedúnculo e aletas (tipo Parpalló)	Silex	Fraturas transversais na extremidade distal e no pedúnculo
	2*	50-75 cm		1.86	0.45	Ponta de pedúnculo e aletas (tipo Parpalló)	Silex	Fratura transversal na extremidade distal
	3*	100-125 cm		1.74	0.34	Ponta de pedúnculo e aletas (tipo Parpalló)	Silex	Fratura transversal na extremidade distal
12	1*	25-50 cm		1.87	0.45	Fragmento de folha de loureiro, possivelmente pedunculada (subtipo H) – Estádio 4	Silex	Fraturas transversais na extremidade distal e no pedúnculo
	2**			2.77	0.57	Ponta de pedúnculo e aletas (tipo Parpalló)	Silex	Fratura em lingueta na extremidade distal e fratura transversal no pedúnculo
	3**	Arneiro		2.27	0.44	Fragmento de folha de loureiro – Estádio 4	Silex	Fraturas transversais nas extremidades distal e proximal

Fig.	Peça nº	Marcação	Comprimento (cm)	Largura (cm)	Espessura (cm)	Tipo/Subtipo (com base em Zilhão 1997)	Matéria-Prima	Fraturas
13	1*			2.08	0.36	Fragmento de folha de loureiro – Estádio 4	Sílex	Fratura transversal oblíqua na extremidade distal
	2**	<i>Arneiro</i>	4.47	2.13	0.50	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C) – Estádio 4	Sílex	
	3*		4.45	2.18	0.46	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C) – Estádio 4	Sílex	
14	1**		4.32	1.45	0.34	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C) – Estádio 4	Sílex	
	2*	<i>100-125 cm</i>		2.34	0.43	Fragmento de folha de loureiro – Estádio 4	Sílex	Fratura transversal na extremidade distal
	3*	<i>50-75 cm</i>		2.53	0.51	Folha de loureiro inacabada – Estádio 3	Sílex	Fratura transversal oblíqua na extremidade proximal
15	1**			2.20	0.61	Folha de loureiro inacabada – Estádio 3	Sílex	Fratura transversal na extremidade distal
	2*	<i>100-175 cm</i>	5.37	2.46	0.72	Esboço bifacial de folha de loureiro – Estádio 3	Sílex	
	3**	<i>Arneiro</i>		2.20	0.43	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C) – Estádio 4	Sílex	
	4*	<i>25-50 cm</i>	6.78	3.16	0.67	Esboço bifacial de folha de loureiro – Estádio 3	Sílex	
16	1*	Passal	7.61	2.62	1.11	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C) inacabada – Estádio 3	Sílex	
	2*	Passal	8.41	3.48	1.01	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C) inacabada – Estádio 3	Sílex	
	3*	Passal	8.43	4.10	0.84	Folha de loureiro assimétrica (enquadrável no subtipo M, sem ser biapontada) inacabada – Estádio 3	Sílex	
17	1**		2.33	0.78	0.29	Folha de loureiro miniatura (subtipo I) – Estádio 4	Cristal de rocha	
	2**			1.66	0.26	Folha de loureiro alongada, de bordos paralelos (folha de salgueiro bifacial) (subtipo L) – Estádio 4	Sílex	Fraturas transversais na extremidade distal e proximal
	3**	<i>50-75 cm</i>		2.01	0.59	Ponta de pedúnculo e aletas (tipo Parpalló)	Sílex	Fratura em lingueta na extremidade distal
18	1**			1.97	0.47	Fragmento de peça bifacial – Estádio 4	Sílex	Fratura transversal na extremidade proximal
	2**	<i>Passal 0-25 cm</i>		2.85	0.59	Ponta de pedúnculo e aletas (tipo Parpalló)	Sílex	Fratura transversal na extremidade distal
	3	<i>Passal (Rio Maior). Solutrense inf. Colheita O. da Veiga Ferreira (coleção Miguel Telles Antunes)</i>	7.58	3.36	1.02	Esboço bifacial de Folha de loureiro – Estádio 2	Sílex	
19	1	<i>150-175 cm</i>	5.76	2.99	0.77	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C), inacabada – Estádio 3		

Fig.	Peça nº	Marcação	Comprimento (cm)	Largura (cm)	Espessura (cm)	Tipo/Subtipo (com base em Zilhão 1997)	Matéria-Prima	Fraturas
	2		9.05	4.40	1.48	Esboço de peça bifacial – Estádio 2	Silex	
	3		7.42	4.83	0.86	Esboço de peça bifacial – Estádio 2	Silex	
20	1		6.77	2.49	0.78	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C), inacabada – Estádio 3	Silex	
	2		10.00	3.98	1.05	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C), inacabada – Estádio 3	Silex	
	3		9.91	4.85	1.11	Folha de loureiro de base convexa (subtipo C), inacabada – Estádio 3	Silex	
21	1	50-75 cm	8.33	5.51	2.18	Esboço de peça bifacial – Estádio 1	Silex	
	2	50-75 cm	8.04	4.85	1.63	Esboço de peça bifacial – Estádio 1	Silex	
22	1	50-75 cm	6.27	3.71	1.14	Esboço de peça bifacial – Estádio 2	Silex	
	2	25-50 cm	7.03	4.82	1.47	Esboço de peça bifacial – Estádio 2	Silex	
	3	25-50 cm	7.79	4.26	1.76	Esboço de peça bifacial – Estádio 2	Silex	

\* Exemplares da colecção O. da Veiga Ferreira (depositados no Museu Nacional de Arqueologia pelo primeiro signatário a 16/9/1998).

\*\* Exemplares da colecção O. da Veiga Ferreira na posse do primeiro signatário.

Assinalam-se duas principais categorias. A primeira, mais numerosa, engloba fragmentos e pontas foliáceas completas, algumas inacabadas. Dentre as peças completas são mais abundantes as folhas de loureiro de base convexa do que as de base apontada. Salienta-se, também, a presença de uma folha de loureiro alongada, de bordos paralelos, subtipo L de Smith (1966) (Fig. 17, n.º 2), bem como uma possível folha de loureiro pedunculada, subtipo H de Smith (1966), partida no extremo distal e no pedúnculo (Fig. 12, n.º 1), semelhante à peça da camada H da gruta do Caldeirão (ZILHÃO, 1997 Vol. 2: Fig. 27.3).

Ainda na classe dos foliáceos, destaca-se exemplar de muito reduzidas dimensões (2,33 cm comprimento x 0,78 cm largura x 0,29 cm espessura) (Fig. 17, n.º 1), manufacturada em cristal de rocha, para a qual não se conhecem paralelos publicados, com excepção da peça, ainda que de dimensões muito superiores e de quartzo leitoso proveniente do sítio da Foz do Medal, no Vale do Côa (GASPAR *et al.*, 2015).

Importa salientar que, desta colecção de vinte e quatro exemplares de pontas foliáceas que se encontrava na posse de O. da Veiga Ferreira, 7 exemplares pertencem ao **Estádio 3** (3 do Passal), adiante caracterizado, o que significa que não se encontrariam ainda finalizadas, correspondente ao estágio mais avançado de preparação deste tipo de exemplares, correspondente ao **Estádio 4**, a que pertencem 17 exemplares, conforme se indica no QUADRO 1.

A segunda categoria de artefactos é constituída por seis pontas de pedúnculo central e aletas, também conhecidas como pontas de Parpalló, cujas morfologias parecem ser muito peculiares dentro da variabilidade conhecida para o território peninsular (Fig. 11, n.ºs 1 a 3; Fig. 12, n.º 2; Fig. 17, n.º 3 e Fig. 18, n.º 2, esta última do Passal).

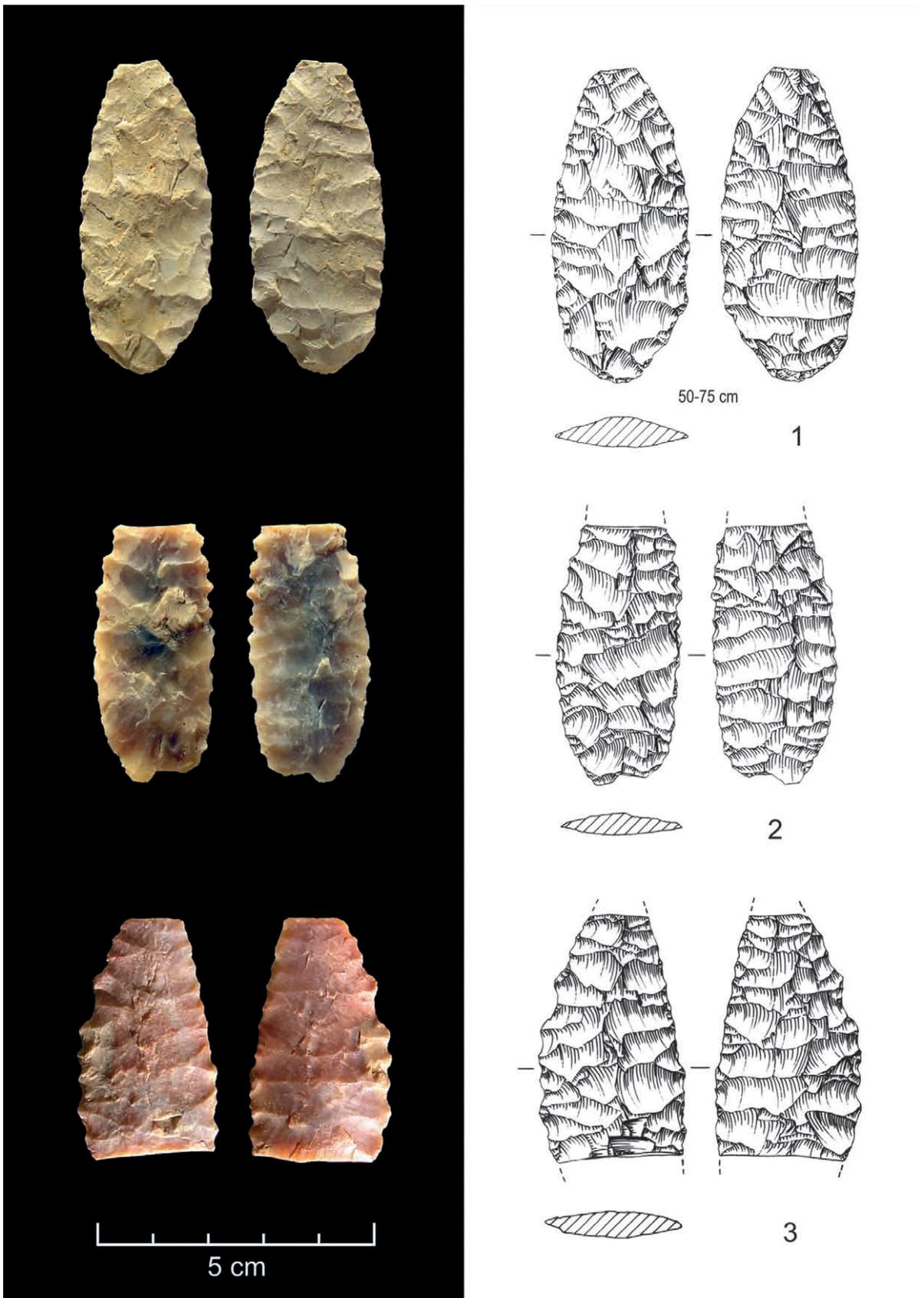


Fig. 9 – Pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1. Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

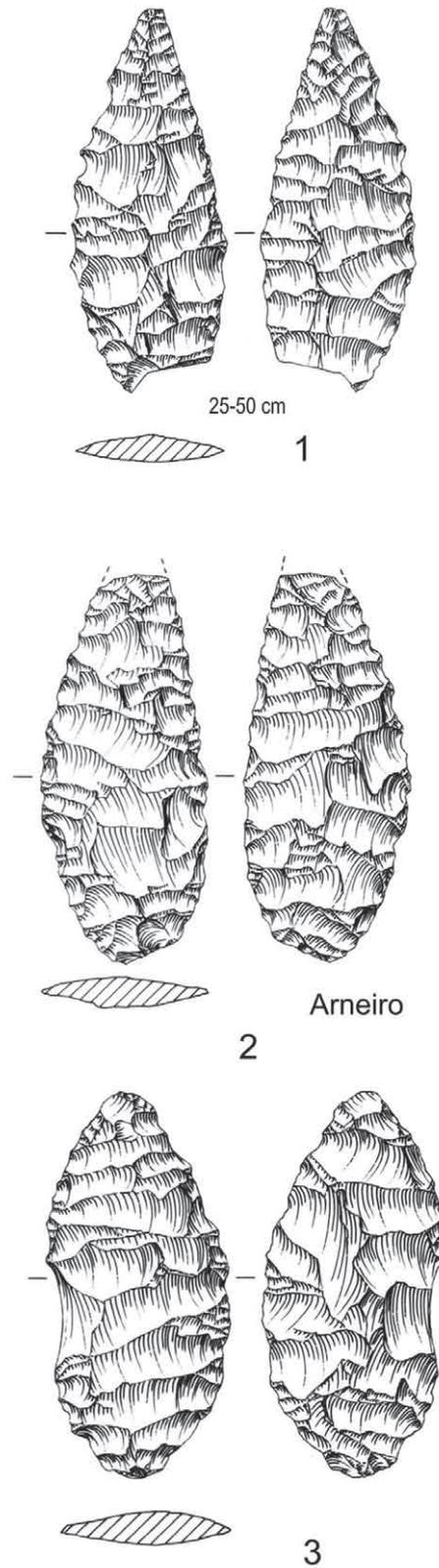


Fig. 10 – Pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1. Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

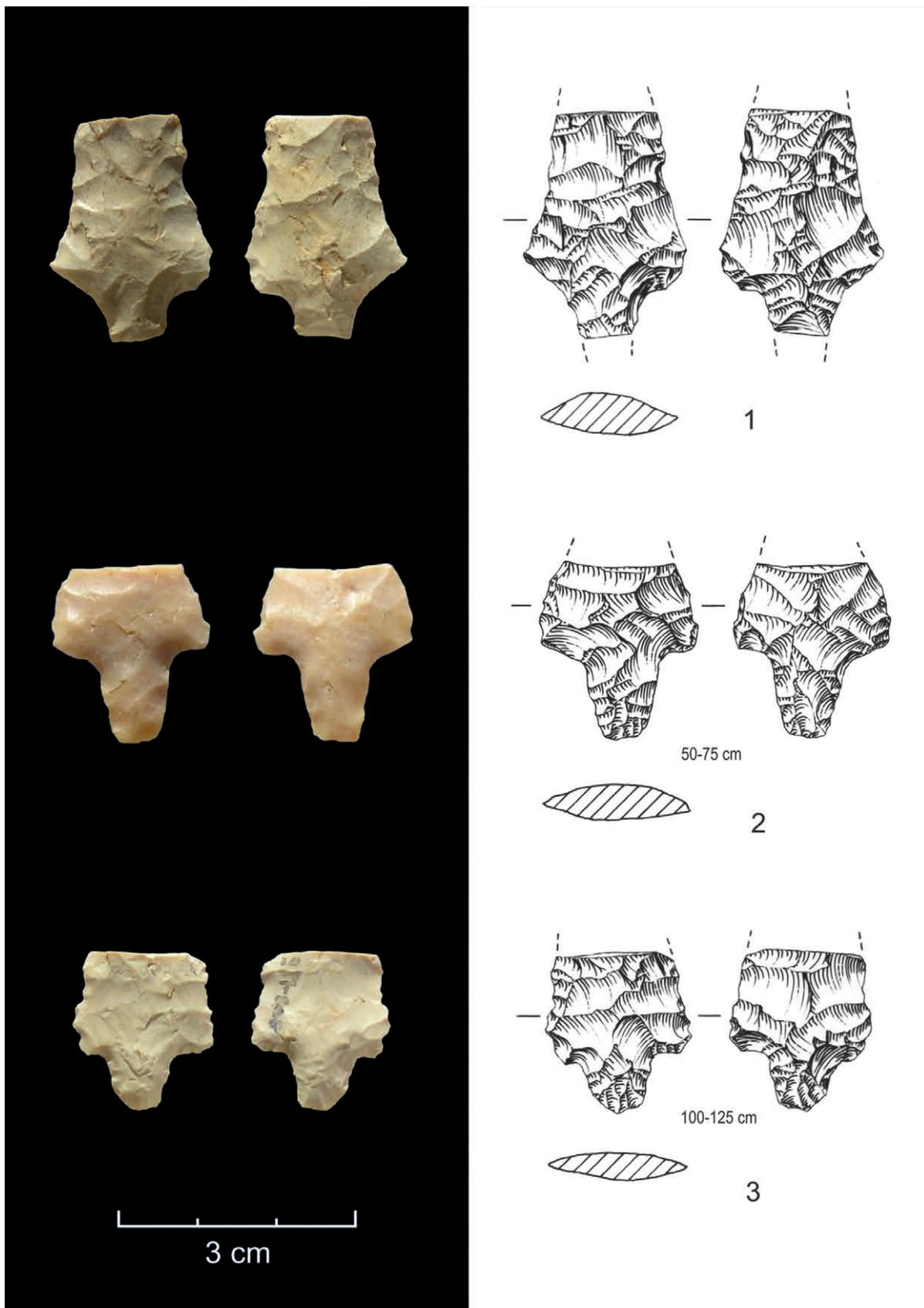


Fig. 11 - Pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1. Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

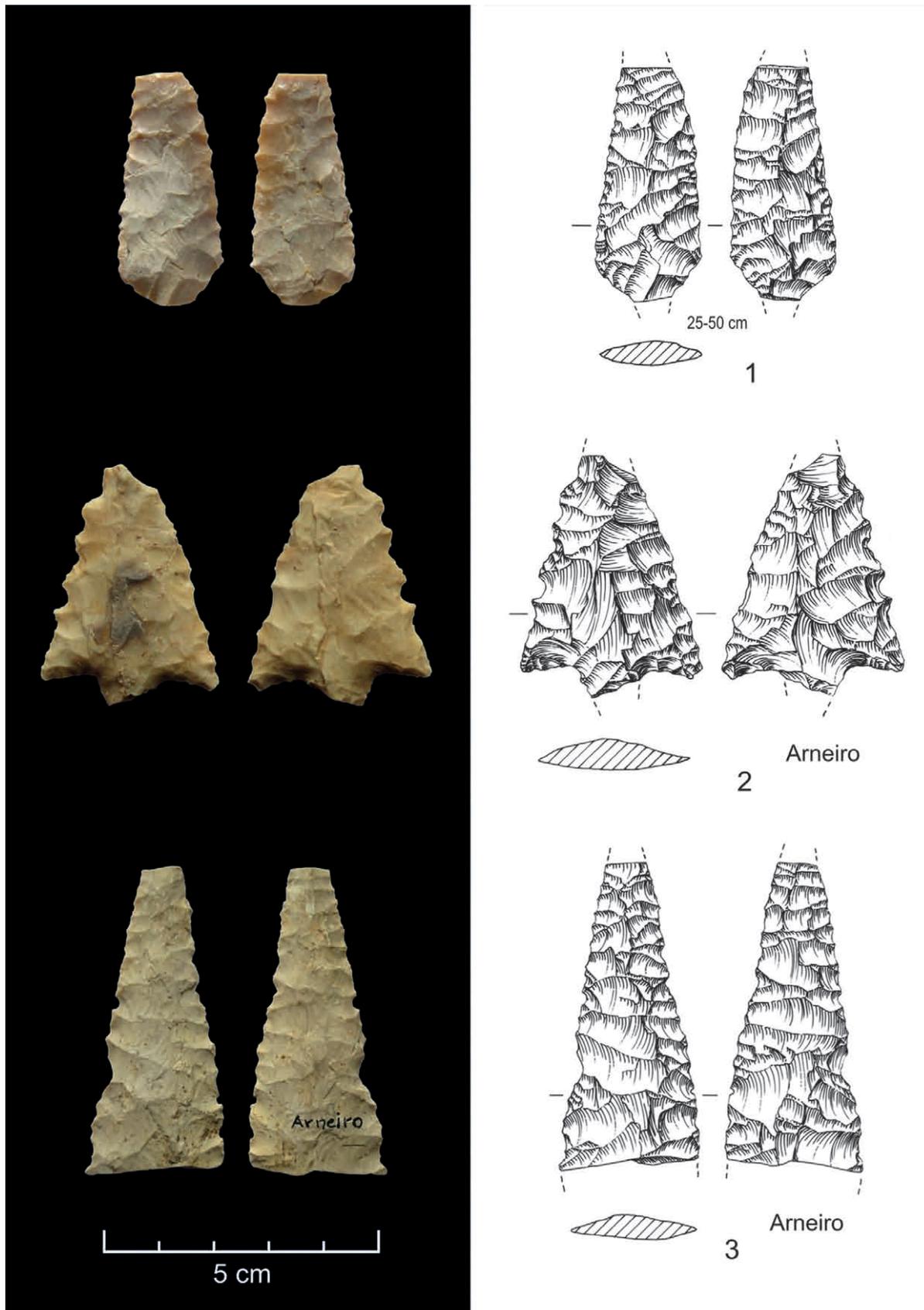


Fig. 12 – Pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1. Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

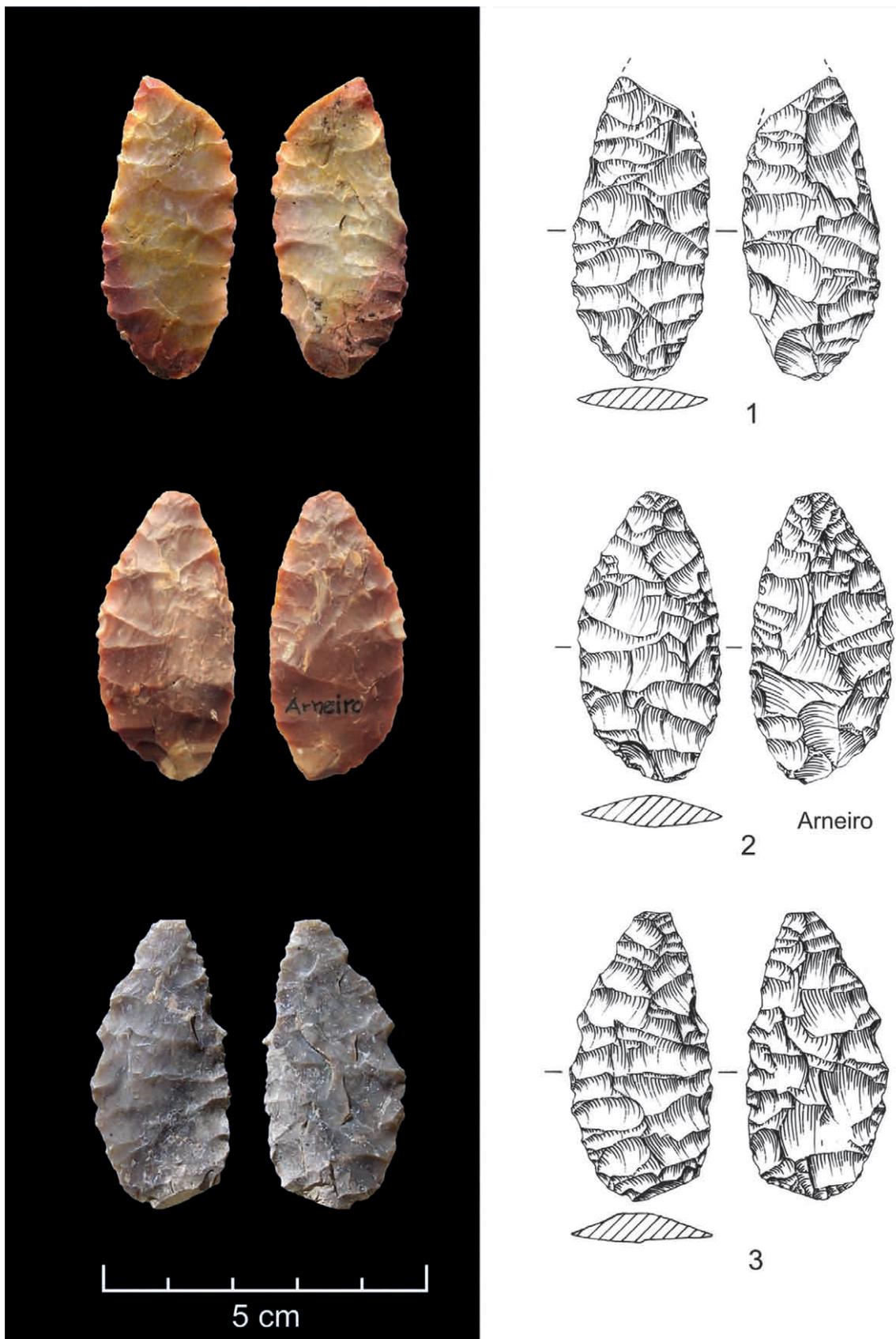


Fig. 13 - Pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1. Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

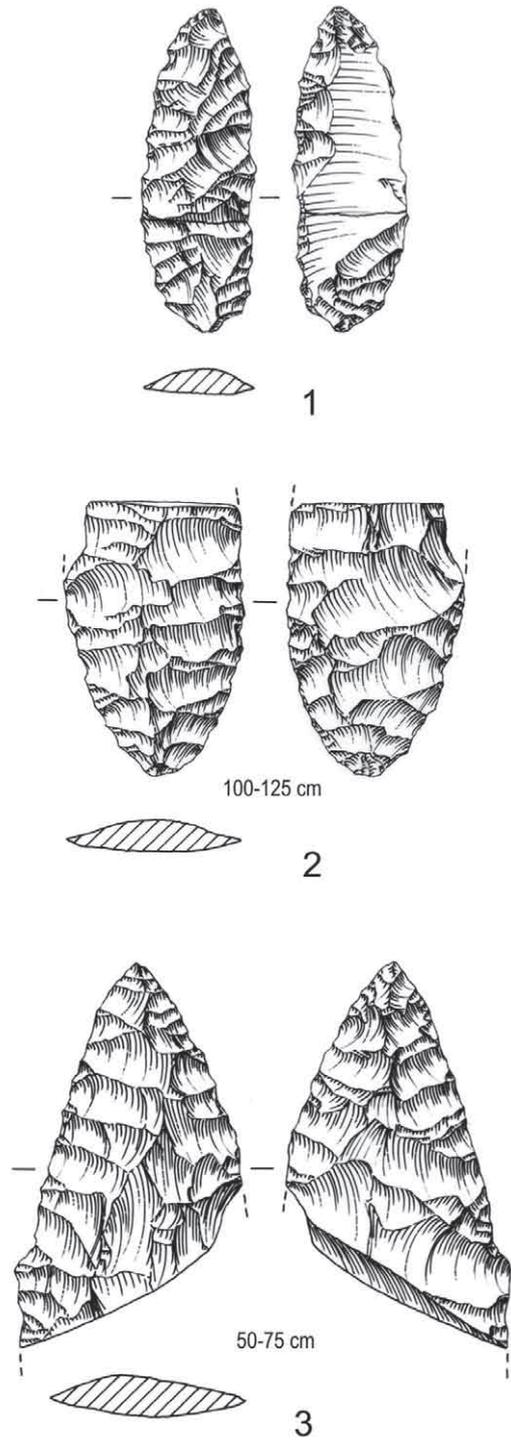
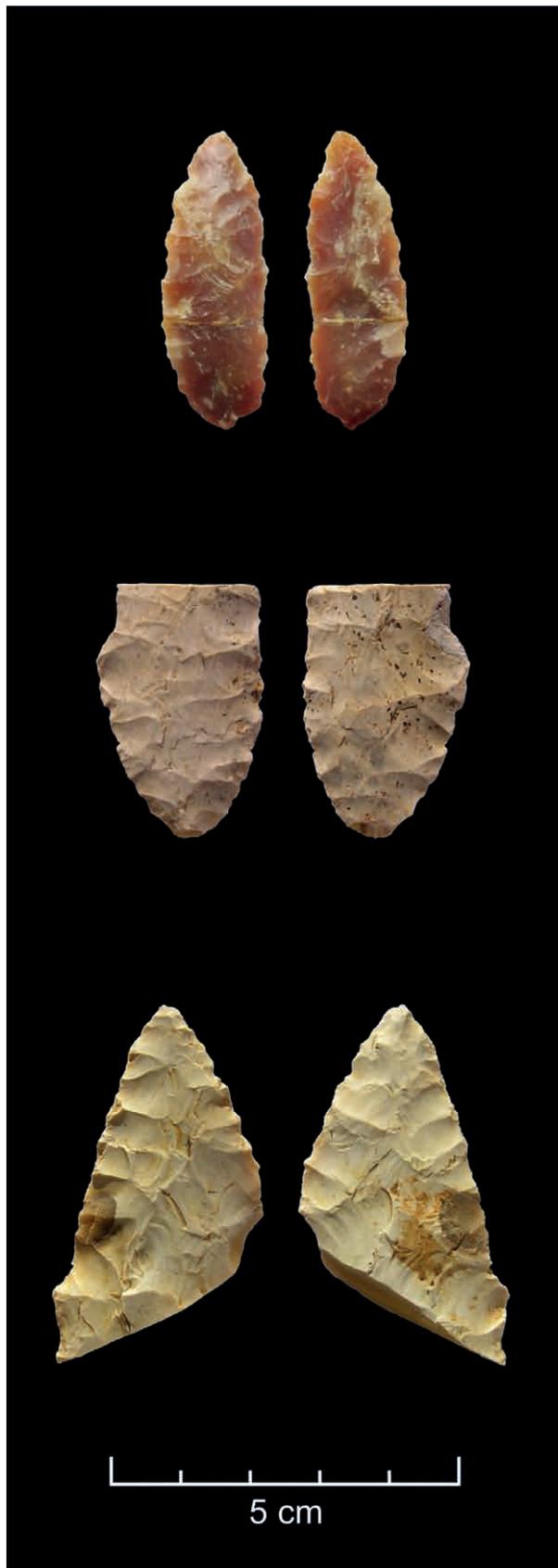


Fig. 14 - Pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1. Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

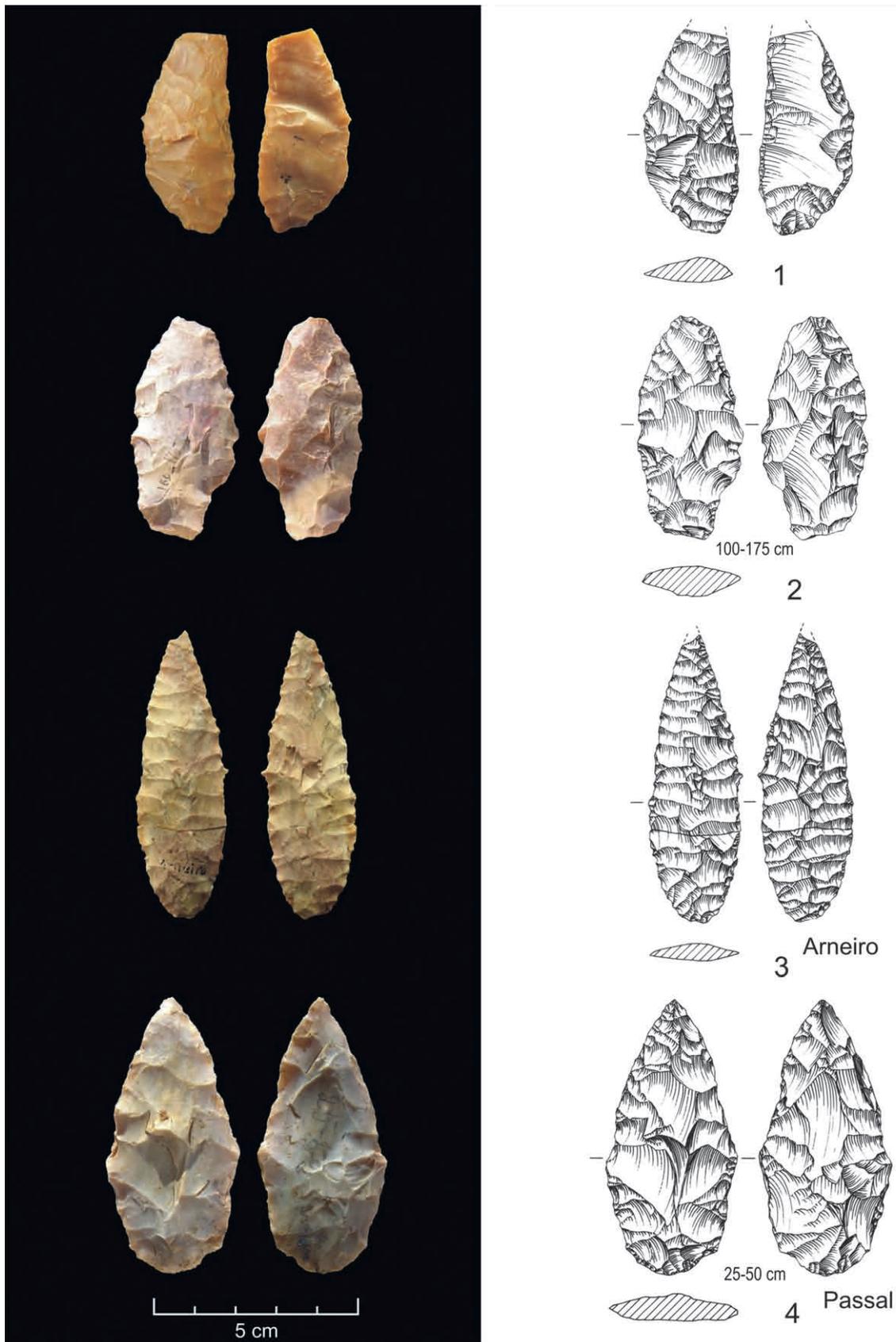


Fig. 15 – Pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1. Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

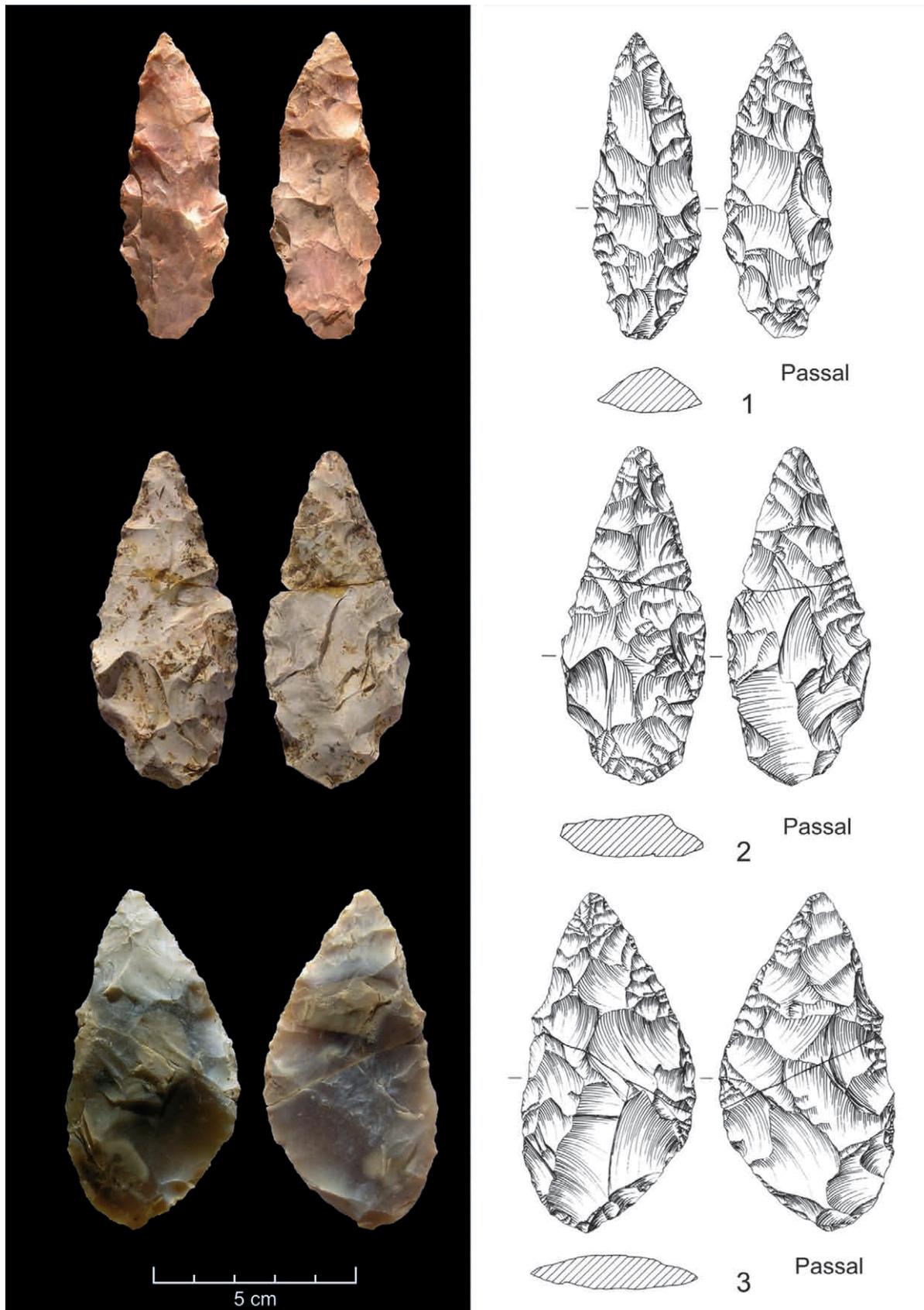


Fig. 16 – Pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1. Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

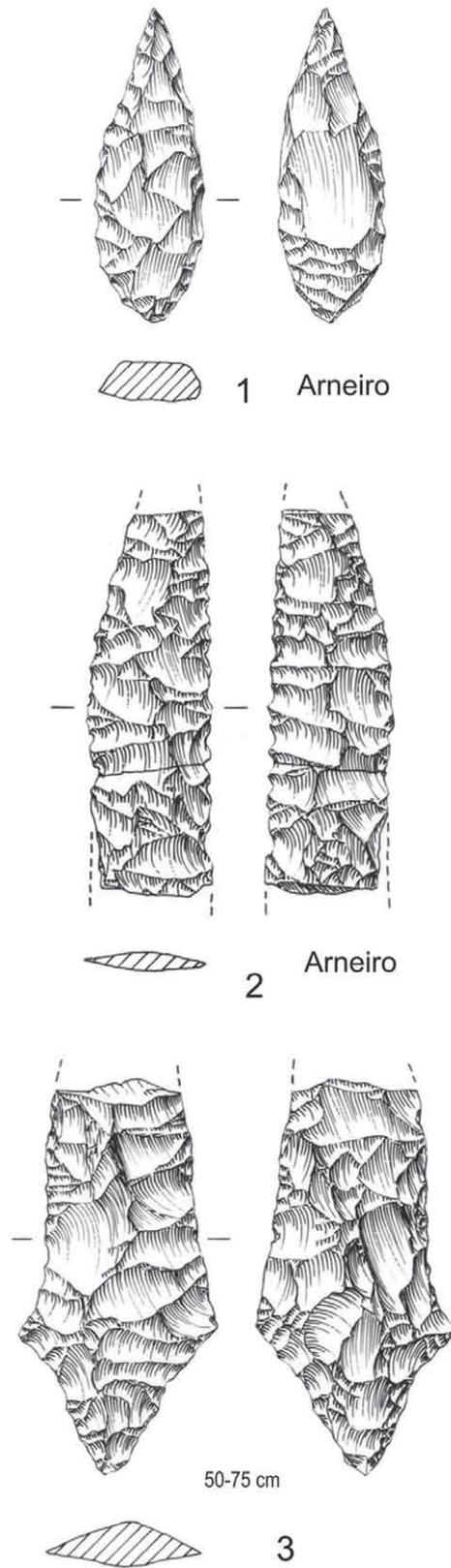


Fig. 17 - Pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1. Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

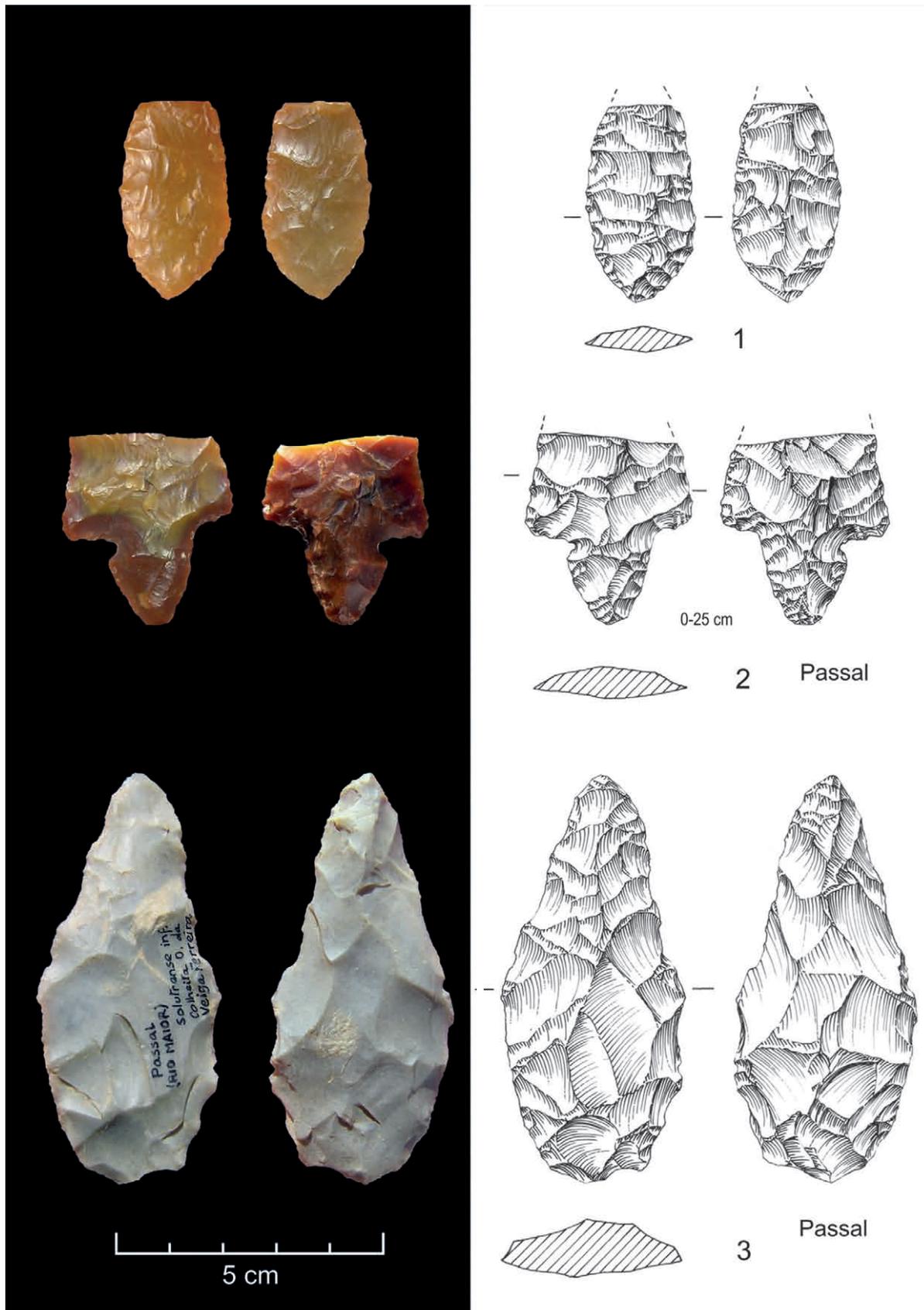


Fig. 18 – Pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1. Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

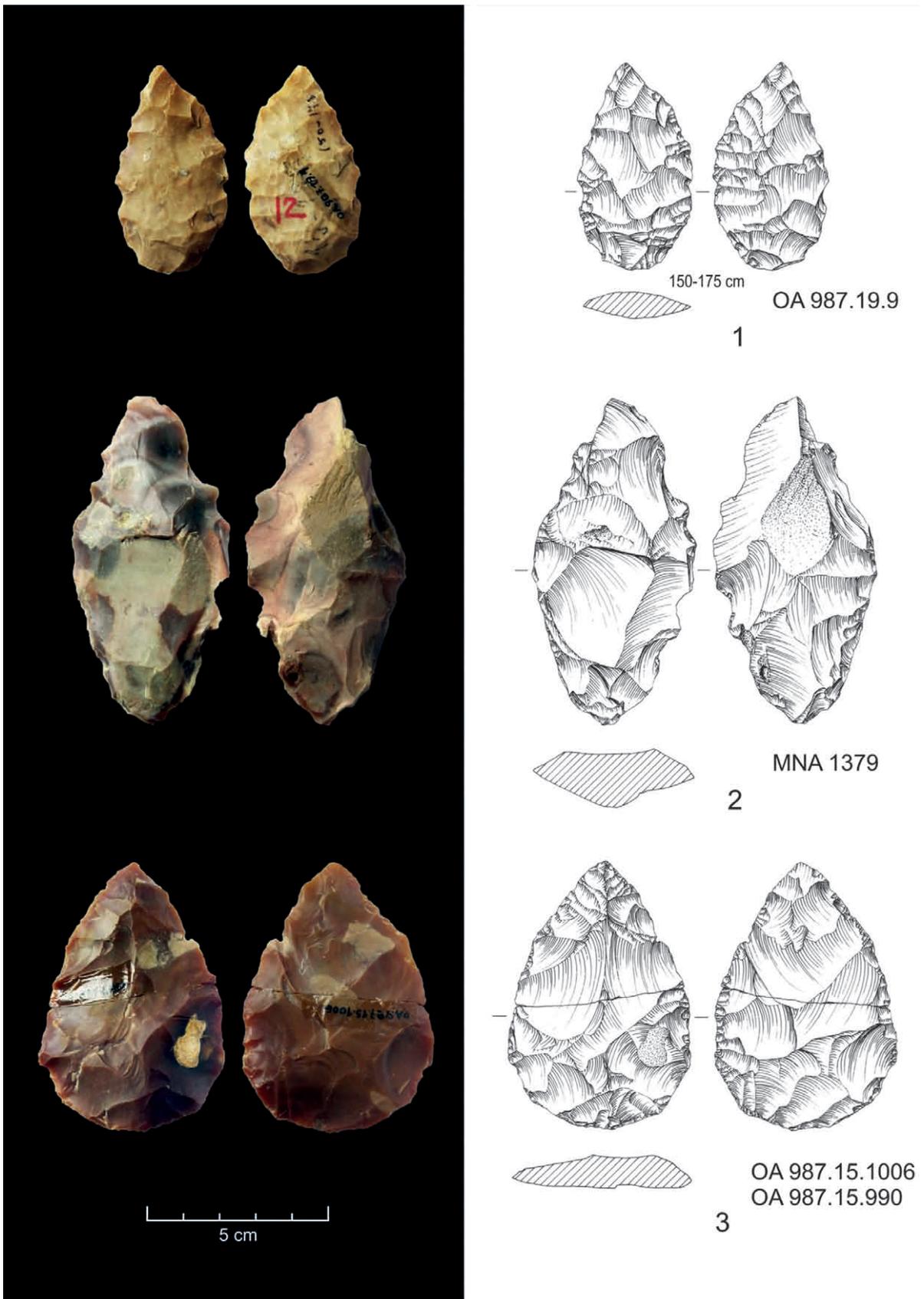


Fig. 19 – Pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1. Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

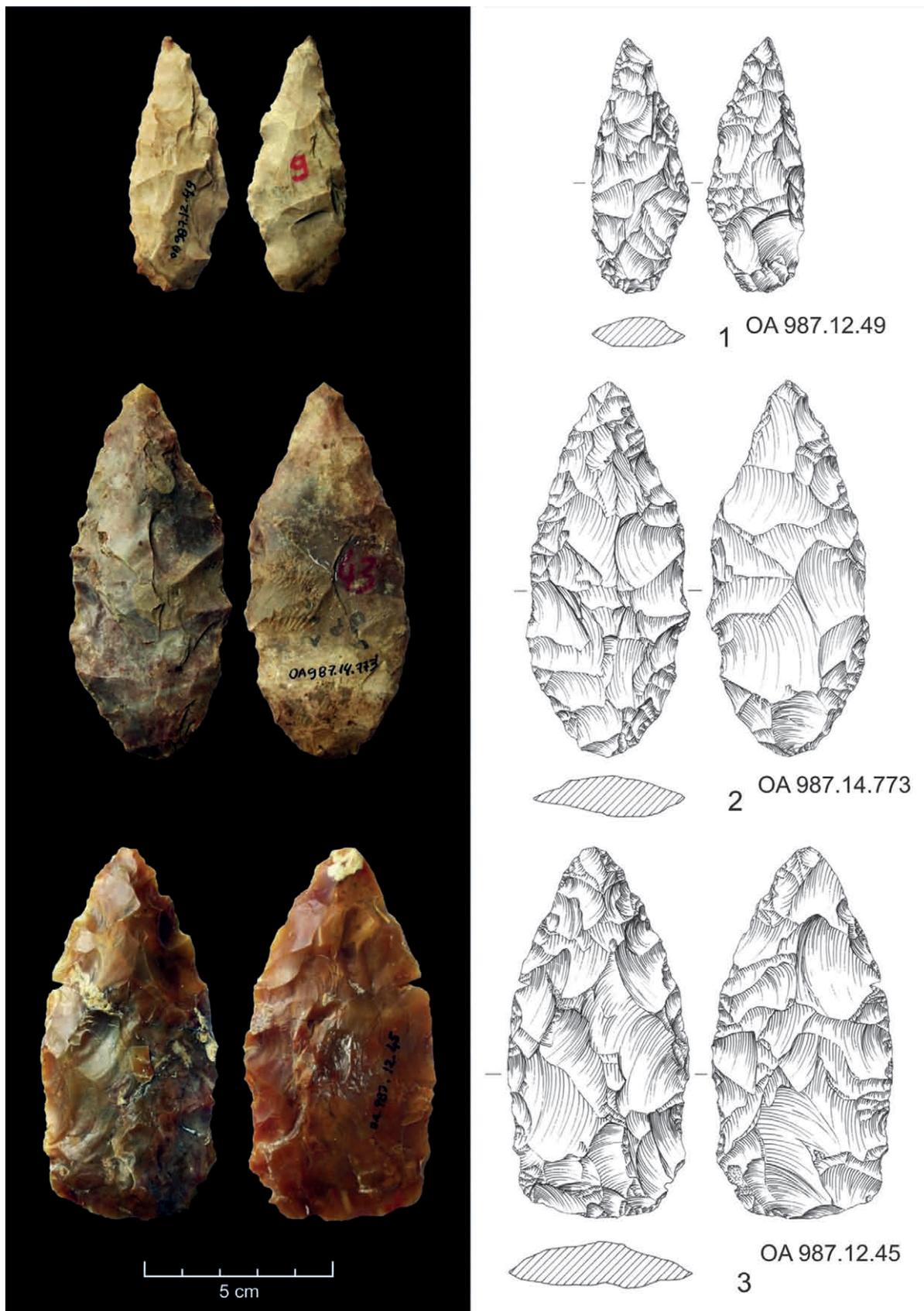


Fig. 20 – Pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1. Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

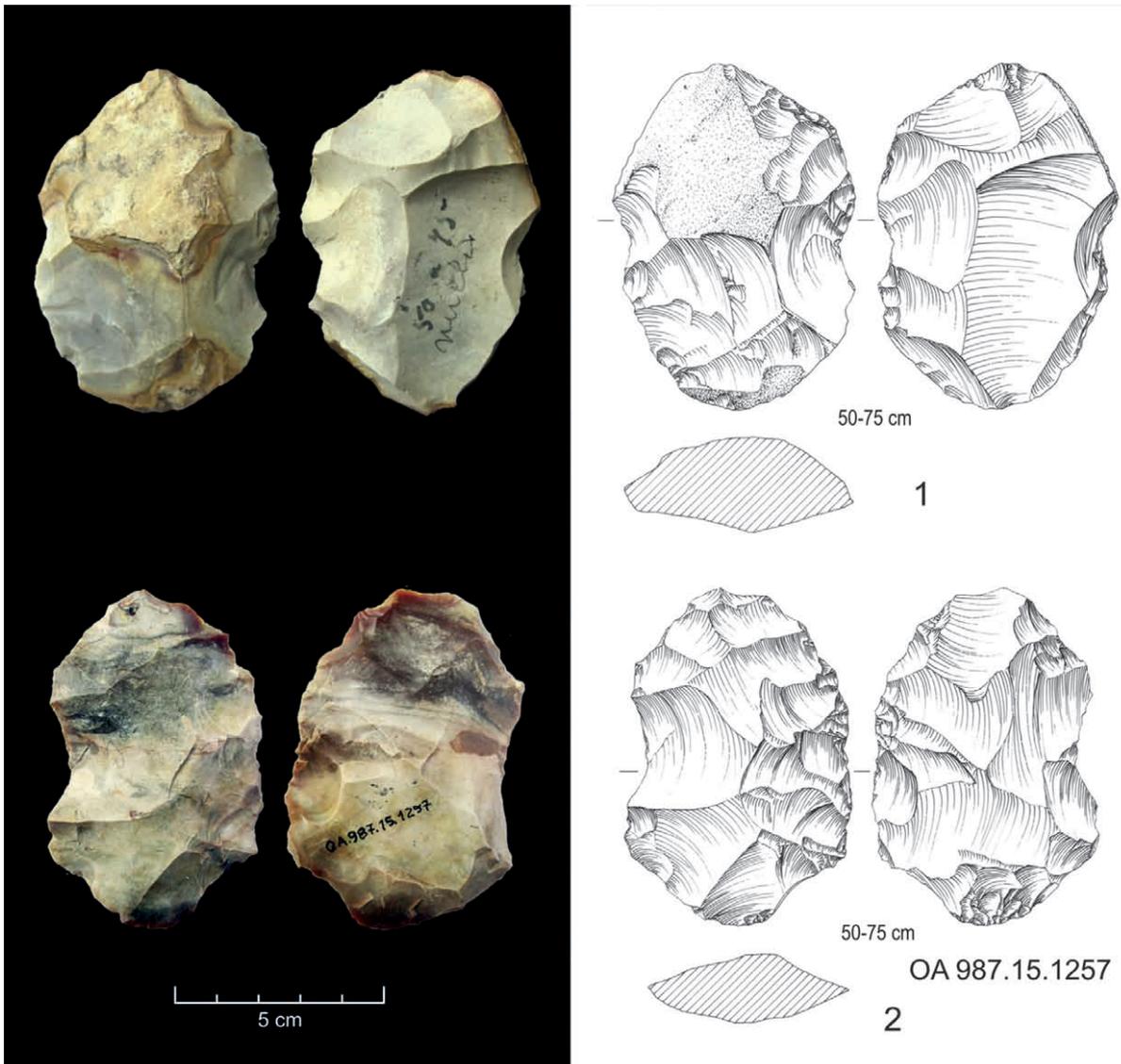


Fig. 21 - Estádio 1 da confecção de pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1.  
Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

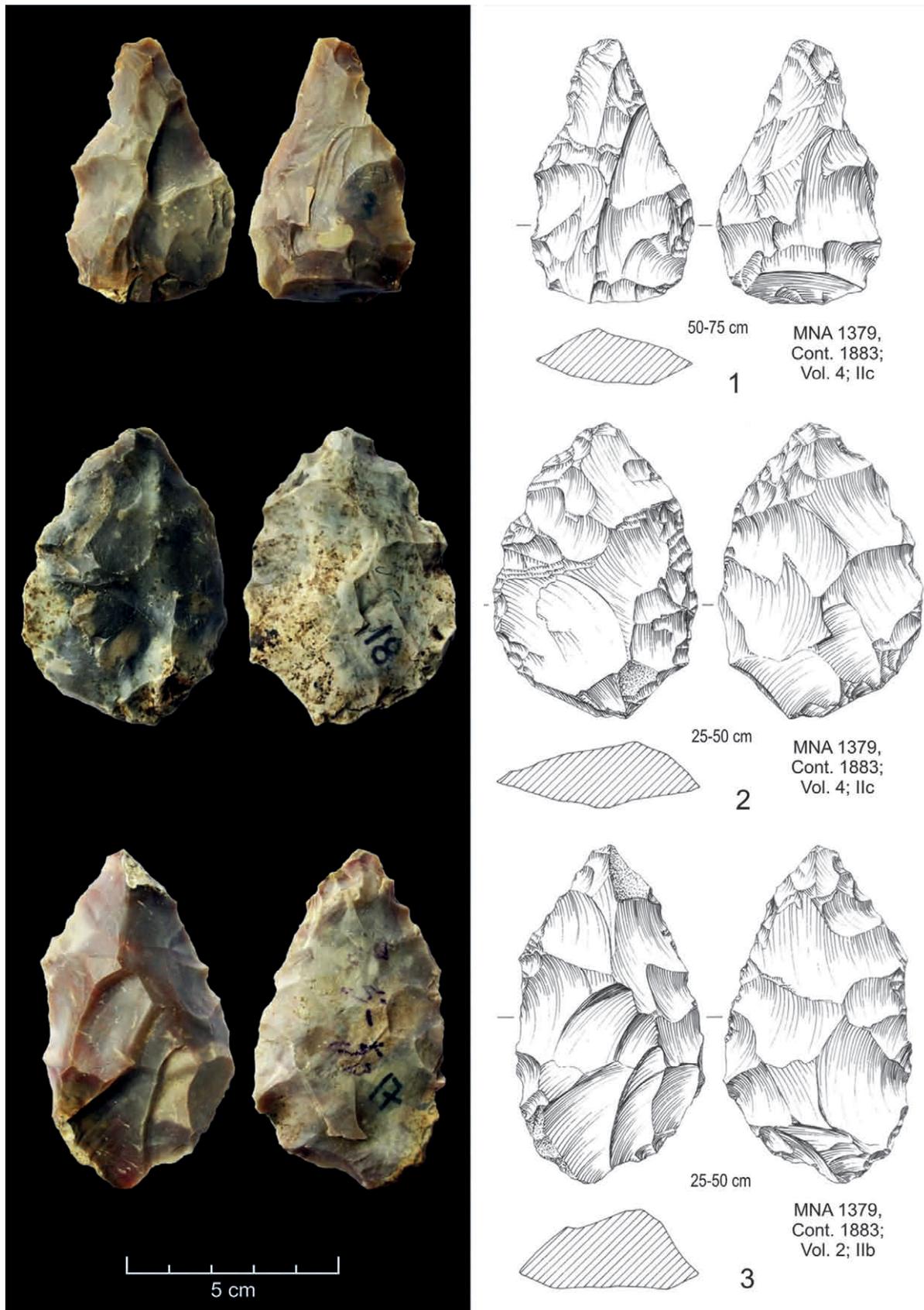


Fig. 22 – Pontas solutrenses. Para a descrição de cada exemplar, ver Quadro 1. Fotos de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

Quatro destas peças apresentam fracturas transversais na parte distal à semelhança das duas peças publicadas por Zilhão (1997, Vol. 2, Fig. 31.5, n.ºs 3 e 4) provenientes do Olival do Passal, encontrando-se as duas restantes partidas no pedúnculo.

Em quatro dos exemplares as aletas não são proeminentes. O facto de estas peças não apresentarem aletas proeminentes pode ser resultado de:

- 1) se terem fracturado por uso e ter ocorrido um posterior afeiçoamento daquela área da peça, como de resto parece ser o caso de algumas peças no sítio arqueológico de Vale Boi (*vide* SCHMIDT, 2015);
- 2) corresponderem a esboços de produção deste tipo de ponta. Em concordância com esta última hipótese parece estar o facto de nenhuma das peças apresentar uma aplicação extensiva e sistemática do típico retoque por pressão, utilizado quase sempre no processo final da manufactura deste tipo de projecteis, conferindo-lhes por vezes uma maior linearidade nos bordos, outras vezes bordos denticulados. Curiosamente, nos exemplares em que este tipo de retoque está presente, limita-se ao pedúnculo ou aletas das mesmas o que, se se aceitar que se trata efectivamente de esboços, aponta para a zona de encabamento ser a primeira a receber finalização durante o processo de manufactura. Este facto parece, no entanto, ser em parte discordante com o observado por Schmidt (2015) e Tiffagom (2006) noutras jazidas solutrenses do Sul da Península Ibérica, nas quais os autores identificaram que a maior parte das fracturas por acidente de talhe na parte distal dos esboços (semelhantes às presentes em 3 destes exemplares) surgem sempre antes da configuração final dos pedúnculos e das aletas.

Em termos métricos, as pontas de Parpalló aqui apresentadas possuem dimensões superiores às médias conhecidas para outras jazidas do Sul da Península Ibérica, o que não é de estranhar uma vez que, invariavelmente, podem efectivamente tratar-se de esboços. Acresce ainda o facto de, quando presentes na Estremadura portuguesa, estas pontas serem sempre ligeiramente maiores que as encontradas nas restantes regiões do território português. Este padrão tem sido apontado por alguns autores como evidência de que estas poderão ser diferenças de base cultural e estilística (BICHO, 2009; CASCALHEIRA, 2010; SCHMIDT, 2015) que separam, juntamente com outras características, o fácies solutrense português do fácies solutrense mediterrânico.

#### 4.2.2 – Os materiais do Museu Nacional de Arqueologia

O segundo conjunto estudado é constituído pela colecção conservada no Museu Nacional de Arqueologia, cuja atribuição ao Arneiro/Olival do Arneiro se encontra sistematicamente assinalada, o qual não contém peças com o recorte tipológico das existentes na colecção separada por O. da Veiga Ferreira, ainda que inclua alguns exemplares próximos da fase de utilização.

A análise realizada ao conjunto de foliáceos conservados no MNA, a que se juntaram os da colecção separada por O. da Veiga Ferreira permitiu a organização da totalidade da colecção em três estádios distintos de preparação de tais peças, anteriores ao da utilização efectiva (**Estádio 4**), a saber:

- o **Estádio 1** (Fig. 21 n.ºs 1, 2), correspondente aos esboços;
- o **Estádio 2** (Fig. 18, n.º 3 (do Passal); Fig. 19, n.º 2 e 3; Fig. 22, n.ºs 1, 2, 3), correspondente às pré-formas;
- o **Estádio 3** (Fig. 14, n.º 3; Fig. 15, n.ºs 1, 2 e 4; Fig. 16, n.ºs 1 a 3, todas do Passal; Fig. 19, n.º 1; Fig. 20, n.ºs 1 a 3) correspondente a peças ainda inacabadas, mas próximo da conclusão.

Os QUADROS 2 a 4 apresentam o inventário de todas as peças reportadas a cada um daqueles estádios, indicando as dimensões principais e respectivo peso, resumindo-se essa informação no QUADRO 5, que apresenta as médias de tais valores referentes aos três estádios considerados.

**Quadro 2** – Inventário dos exemplares do **Estádio 1** do Arneiro/Olival do Arneiro conservados no Museu Nacional de Arqueologia.

Arneiro. Esboços de peças foliáceas – Fase I									
Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
1	OA987.36.780	50-75 cm	8,6	6,3	2,5	109,2	S	223	-
2	OA987.15.1282	50-75 cm	10,2	5	2,1	98,4	S	224	-
3	OA987.15.1231	-	9,4	5,5	1,8	108,2	S	225	-
4	OA987.15.1285	50-75 cm	6,9	4	1,6	44,9	S	226	-
5	OA987.15.1288	50-75 cm	9,2	4,5	2,6	101,4	S	227	-
6	OA987.15.1254	50-75 cm	7,6	5,4	2,5	106,7	S	228	-
7	OA987.36.113	50-75 cm	5,5	4,4	2,5	47,9	N	229	-
8	OA987.15.1301	50-75 cm	9,2	4,2	2,2	86,4	S	230	-
9	OA987.12.54	-	7,2	5	2,2	66,6	N	231	27 (a vermelho na peça)
10	OA987.36.109	-	8,3	5,1	1,9	75,5	S	232	-
11	OA987.15.1232	50-75 cm	8,4	6,4	2,4	122,4	N	233	-
12	OA987.18.31	135-150 cm	8,4	5,2	2,9	122,3	N	234	-
13	OA987.15.1260	-	10,8	6,9	2,5	177,2	S	235	-
14	OA987.13.1259	-	10,6	4,2	2,2	85,3	S	236	-
15	OA987.15.1256	-	8,9	5,5	1,9	91,7	S	237	-
16	OA987.15.778	-	8,3	5,1	3,3	96,9	S	238	-
17	OA987.15.1290	-	7,4	4,5	2,8	78	N	239	-
18	OA987.15.1228	-	8,1	5,3	3,1	111,7	S	240	-
19	OA987.15.1235	-	9	6,4	3	144,5	S	241	-
20	OA987.15.1289	50-75 cm	7	5,6	1,6	59,1	S	242	-
21	OA987.15.1236	50-75 cm	7,6	6,3	3	143,2	S	243	-
22	OA987.15.932	50-75 cm	6,2	4,5	2	47,5	S	244	-
23	OA987.15.1286	-	6,3	4,1	1,9	48,9	S	245	-
24	OA987.15.1233	-	10,4	5,8	2,3	116,1	S	246	-
25	OA987.15.1292	-	7,7	4,8	2	79,3	N	247	-
26	OA987.15.1230	-	9,3	5	1,9	102,4	S	248	-
27	OA987.15.1229	50-75 cm	8,5	4,8	2,6	87,2	N	249	-
28	OA987.15.1300	-	5,5	5,4	1,9	58,7	N	250	-
29	OA987.36.778	-	5,6	4	1,5	26,6	N	251	-
30	OA987.15.1293	50-75 cm	7,8	4,8	1,8	78,5	S	252	-
31	OA987.13.234	-	11,6	7,8	2,9	299,6	S	253	-
32	OA987.13.253	-	10,1	5,9	1,7	115,7	N	254	-
33	OA987.13.390	0-25 cm	7	5,2	2,2	73,1	S	255	-
34	OA987.13.290	-	8,6	6,8	3,1	161,6	S	256	-

Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
35	OA987.13.330	-	7,1	4,8	2,5	75	S	257	-
36	OA987.13.386	-	6,6	4,8	2,2	64,9	S	258	-
37	OA987.13.772	0-25 cm	4,6	2,9	1,5	18,8	S	259	32 (a vermelho na peça)
38	OA987.13.393	0-25 cm	7,2	4,4	2,1	52,9	N	260	-
39	OA987.13.403	-	7,6	7,1	2,1	111,5	N	261	-
40	OA987.13.71	-	8,9	5,2	2,6	113,9	S	262	-
41	OA987.13.389	-	6,6	4,1	1,7	40,6	S	263	-
42	OA987.13.463	0-25 cm	6,6	3,7	2,3	43,3	S	264	28 (a vermelho na peça)
43	OA987.13.405	-	6,6	4,5	1,8	55,2	S	265	-
44	OA987.13.398	0-25 cm	5,7	4,1	1,7	40,2	S	266	-
45	OA987.13.10	-	7,2	4	2,2	49,3	S	267	-
46	OA987.13.355	-	7	4,7	1,9	51,2	S	268	-
47	OA987.13.350	-	5,9	4,4	1,3	39	S	269	-
48	OA987.13.399	0-25 cm	7,3	4	2,2	47,5	S	270	-
49	OA987.13.335	0-25 cm	6,9	4,9	2,3	69,6	S	271	-
50	OA987.13.264	-	7,8	5,2	2,9	109,9	S	272	-
51	OA987.12.28	-	9,7	6	3,3	157,6	N	273	Sonda
52	OA987.14.719	-	7	4,4	2,2	65	N	274	-
53	OA987.14.707	-	7	4,5	2,2	76	S	275	-
54	OA987.15.1225	50-75 cm	10,4	4,8	2,5	90,4	S	276	-
55	OA987.34.2	25-50 cm	6,5	5,2	1,5	52,6	S	277	-
56	OA987.14.629	-	7,5	5,6	2,7	91,5	S	278	-
57	OA987.27.227	100-120 cm	8,4	5,3	2,7	112,6	S	279	-
58	OA987.15.1025	-	6,8	5	2	54	S	280	-
59	OA987.15.784	-	6,4	4,1	2,8	65,9	S	281	-
60	OA987.15.781	-	9,1	5,7	2	86,8	S	282	-
61	OA987.27.161	-	7,4	3,8	2	50,7	S	283	-
62	OA987.27.220	100-125 cm	7,2	4	2,5	62,1	N	284	-
63	OA987.15.1291	50-75 cm	7	4,2	2,3	54,8	S	285	-
64	OA987.14.716	-	7,2	4,5	2,3	77,2	S	286	-
65	OA987.22.144	-	6,4	3,7	1,9	43	S	287	-
66	OA987.15.1148	-	6,4	3,7	1,6	29,8	S	288	-
67	OA987.15.1296	-	6,5	4,8	2	62,2	S	289	-
68	OA987.14.725	-	6	3,2	1,9	32,4	S	290	-
69	OA987.14.714	-	6,5	5,4	2,2	73,3	S	291	-
70	OA987.15.1304	-	6	4,3	1,7	45,7	S	292	-
71	OA987.25.20	-	8,2	5,7	2,1	98	S	293	-
72	OA987.25.18	50-75 cm	8,4	4,5	2,8	77,7	S	294	-
73	-	-	9	5,7	2	111	S	295	-
74	-	-	7,9	5,2	2,8	108,8	S	296	-

Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
75	OA987.22.168	-	5,8	4,2	1,6	41	N	297	-
76	-	-	7,4	5,5	2,7	87,3	N	298	-
77	OA987.25.15	50-75 cm	6	4,2	1,5	36,5	N	299	-
78	-	100-125 cm	9,4	6,3	2,9	170,6	S	300	-
79	-	-	7,8	6,2	3,5	168,8	S	301	-
80	-	25-50 cm	8,7	3,9	1,8	58,5	S	302	-
81	-	-	9,2	6,7	2,6	143,5	S	303	-
82	-	-	7,3	5,1	2,5	91,7	S	304	-
83	-	25-50 cm	7,6	5,4	3,7	112,1	S	305	-
84	-	-	6,4	3,9	1,7	38,7	N	306	-
85	-	50-75 cm	7,7	5,3	2,1	82,9	S	307	-
86	OA987.25.3	50-75 cm	6,9	4,7	2,5	83,1	S	308	-
87	-	25-50 cm	6	3,6	1,6	41,9	S	309	-
88	-	100-125 cm	10,2	7,5	2,3	203,6	S	310	-
89	OA987.25.1	50-85 cm	11,1	7,7	2,9	200,3	S	311	-
90	OA987.25.2	50-75 cm	10,4	5,4	2,8	160,1	S	312	-
91	OA987.16.11	0-25 cm	12,3	6,3	3,3	194,4	S	313	-
92	OA987.16.1	-	10,2	7	2,4	177,9	S	314	-
93	OA987.16.13	75-100 cm	6,4	6,2	1,8	83,4	S	315	-
94	OA987.16.9	-	7,1	5,7	2,1	80,5	S	316	-
95	OA987.16.5	-	8,8	5,8	2,6	143,1	S	317	-
96	OA987.16.7	-	8,2	5,3	2,8	118	S	318	-
97	OA987.16.8	-	7,4	4,5	2	68,3	S	319	-
98	OA987.13.279	0-25 cm	8	4	2,7	78,6	S	320	-
99	OA987.13.267	-	10,1	6,3	3	168,9	S	321	-
100	OA987.37.503	-	11,4	7,3	3,3	259,5	S	322	Esboço folha loureiro . 37
101	OA987.14.681	-	8,8	6,2	1,8	90,9	S	323	-
102	OA987.14.638	-	7,8	6,1	1,7	86,9	S	324	-
103	OA987.14.644	25-50 cm	10	5	2,6	129,6	S	325	-
104	OA987.14.582	25-50 cm	9,3	4	2,4	71,7	S	326	-
105	OA987.14.689	-	6,8	4,3	2	48,8	N	327	-
106	OA987.14.682	-	6,8	5,6	1,8	72,8	S	328	-
107	OA987.14.700	-	7,3	3,9	2,5	49,1	S	329	-
108	OA987.14.676	-	8,1	5,5	3	91,1	S	330	-
109	OA987.14.645	-	8,6	5,4	3	127	N	331	-
110	OA987.14.631	-	8,2	5,7	2,6	108,2	S	332	-
111	OA987.14.640	25-50 cm	11,3	5	2,2	118,8	S	333	-
112	OA987.14.639	-	8,5	7	2,7	146,5	S	334	-
113	OA987.14.634	-	8	5,2	2,3	110,8	S	335	-

Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
114	OA987.14.690	-	6,3	3,1	1,9	33,7	S	336	-
115	OA987.14.702	-	8,5	4,7	2,1	85,2	N	337	-
116	OA987.25.17	50-75 cm	7,4	5,7	2,1	96,6	S	338	-
117	OA987.34.5	25-50 cm	6,8	3,6	2,1	50,1	S	339	-
118	OA987.15.1287	50-75 cm	7,9	4,2	2,4	69,4	S	340	Vit. 4
119	-	25-50 cm	7,9	4,8	1,7	59,3	S	341	-
120	OA987.37.735	-	7,3	4,8	2,3	69,6	S	342	Casal do Arneiro
121	OA987.26.69	-	9,7	8,2	2,3	218,6	N	343	-
122	OA987.26.75	-	8,4	6,8	3,1	156,7	S	344	-
123	MNAE 1379, Cont.1583; Vol.7; IIa	25-50 cm	7,6	5	2	75,3	S	345	Arneiro C 73 (a vermelho na peça)
124	OA987.24.96	25-50 cm	7	4,8	1,8	49,5	S	346	-
125	OA987.24.106	25-50 cm	6,9	4,6	2,3	52,3	S	347	-
126	OA987.24.97	25-50 cm	8	4,3	2,1	67,8	N	348	-
127	OA987.24.99	50-75 cm	8,1	5,2	1,8	81,4	S	349	-
128	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.8; IIc	-	9,1	5,2	3,3	121,8	S	350	-
129	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.8; IIc	-	11,1	6,4	3,4	241,7	S	351	20 (a preto na peça)
130	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.6	-	8,1	5	2,2	91,5	N	352	32 (a vermelho na peça)
131	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	-	8,4	5,6	2,9	102,8	S	353	-
132	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	-	9,3	6,1	2,7	149,2	S	354	21 (a preto na peça)
133	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	-	8,2	4,3	2,2	87,3	S	355	M 142 (a preto na peça)
134	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	-	7,1	6,7	2,1	97,1	S	356	95 (a preto na peça)
135	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	-	7,2	3,9	2	52,7	S	357	145 (a preto na peça)
136	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	-	7,5	5,4	2,6	107,3	N	358	94 (a preto na peça)
137	OA987.35.351	50-75 cm	8,7	7	2,5	131,1	S	359	-
138	OA987.15.927	50-75 cm	12	4,8	3,7	193,4	S	360	-

Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
139	OA987.15.1430	50-75 cm	9,7	7,9	2,4	233,2	S	361	-
140	OA987.15.1269	-	7	4,6	2,5	86,9	S	362	-
141	MNAE 1379, Cont.1883; M3; s/ ind.	-	12	6,6	2,3	165,8	S	363	79 (a preto na peça)
142	MNAE 1379, Cont.1883; M3; s/ ind.	-	9,9	6,5	2,9	179,9	S	364	11 (a vermelho na peça)
143	OA987.16.16	75-100 cm	8,9	6,6	3,9	192,7	S	365	-
144	-	75-100 cm	6,9	3,8	1,5	31,7	S	366	-
145	OA987.13.415	-	5,9	4,2	1,7	34,5	S	367	-
146	OA987.13.48	0-25 cm	4,9	3,3	1,2	24,1	S	368	-
147	OA987.13.358	-	6,9	4,1	1,4	36,5	S	369	-
148	OA987.14.649	-	11,6	7,6	3,6	231,1	S	370	-
149	OA987.14.636	-	9	4,2	3,1	79,7	S	371	-
150	OA987.14.695	-	7	3,6	1,8	44,3	N	372	-
151	OA987.34.8	25-50 cm	6,3	4,6	1,7	48,2	S	373	folha loureiro; 0,34
152	OA987.13.262	0-25 cm	8,8	5,2	2,2	80,4	S	374	-
153	OA987.13.18	-	8,3	4,1	1,4	45,8	S	375	-
154	-	-	11	6,2	1,7	114,8	S	376	-
155	-	25-50 cm	6,4	5,5	3,3	96,6	S	377	Arneiro U
156	-	25-50 cm	5,4	4,2	1,6	37,8	N	378	Arneiro U
157	OA987.15.1255	50-75 cm	14,6	7,7	3,6	282,9	N	379	pseudo biface ou esboço de folha de loureiro
158	OA987.37.502	100-125 cm	11	6,4	4,1	286,4	S	380	Arneiro E
159	OA987.37.454	100-125 cm	9,4	7,2	2,7	143,6	S	381	Arneiro E
160	OA987.37.486	-	9,4	6,8	4	262	S	382	Arneiro E
161	Cont. 96 - A	-	7,7	6,4	2,6	124	S	383	Arneiro E
162	OA987.15.1283	50-75 cm	9,2	4,9	2,2	77,4	N	384	Arneiro E
163	Cont. 96 - A	-	7,2	5,1	1,4	57,6	N	385	Arneiro E 3 (a preto na peça)
164	Cont. 96 - A	-	7	4,1	1,8	49,1	N	386	Arneiro E
165	Cont. 96 - A	-	5,5	3,2	1,7	25,7	S	387	Arneiro E
166	Cont. 96 - A	0-25 cm	8,2	4,5	2,1	62,4	S	388	Arneiro E 0,25 (a preto na peça)
167	Cont. 96 - A	-	6,3	4,6	1,5	41,1	S	389	Arneiro E
168	Cont. 96 - A	75-100 cm	7	4,9	1,9	59,6	N	390	Arneiro E
169	OA987.34.39	25-50 cm	5,3	4,1	2,1	42,3	S	391	Arneiro E

**Quadro 3** – Inventário dos exemplares do **Estádio 2** do Arneiro/Olival do Arneiro conservados no Museu Nacional de Arqueologia.

<b>Arneiro. Pré-formas de peças foliáceas - Fase II</b>									
Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
1	OA987.12.7	-	8,3	4,4	1,5	55,5	N	52	-
2	OA987.15.1410	50-75 cm	7,2	4,3	1,5	37,5	N	53	61 (a vermelho na peça)
3	OA987.15.930	-	7,6	4,6	1,8	62,8	S	54	-
4	OA987.15.929	50-75 cm	7,7	5	1,4	53,2	S	55	-
5	OA987.15.1048 e 1315	50-75 cm	9,2	3,1	1,6	46,8	S	56	-
6	OA987.15.1020 e 1088	-	10,9	4,6	1,4	60,9	N	57	-
7	OA987.15.1442	50-75 cm	6,6	3,5	1,5	32,1	S	58	13 (a vermelho na peça)
8	OA987.15.1443	50-75 cm	6,7	3,3	1,6	31,7	S	59	4 (a vermelho na peça)
9	OA987.15.1412	50-75 cm	6,9	2,9	1,7	27,5	S	60	63 (a vermelho na peça)
10	OA987.12.42	-	5,7	2,5	1	15,1	N	61	52 (a vermelho na peça)
11	OA987.26.77 e 80	-	8,1	5,5	1	42,1	S	62	-
12	OA987.15.931	50-75 cm	10,5	6	2,1	112,2	S	63	-
13	OA987.15.1257	50-75 cm	8	5,2	1,7	69,2	N	64	-
14	OA987.15.1106 e 1001	50-75 cm	8,3	5,2	1,3	66,8	S	65	-
15	OA987.15.1297	50-75 cm	6,8	5,2	1,5	57,3	N	66	-
16	OA987.14.795	25-50 cm	6,8	3,5	1,8	39,6	S	67	60 (a vermelho na peça)
17	OA987.28.66	125-150 cm	10,3	5,5	1,5	82,8	S	68	-
18	OA987.38.447	-	5,8	3,2	0,7	14,7	S	69	-
19	OA987.15.1284	-	7,7	6	1,8	86,2	S	70	vit. 4
20	OA987.15.1437	-	7,2	3	1,3	20,9	S	71	6 (a vermelho na peça) vit. 4
21	MNAE 1379	25-50 cm	5,9	3,1	1,3	23,8	N	72	-
22	MNAE 1379	0-25 cm	6,9	3,5	1,4	30,5	N	73	-
23	MNAE 1379	-	6,5	3	0,7	15,8	N	74	Arneiro
24	MNAE 1379	-	5,9	3	1,1	15	N	75	-
25	MNAE 1379	25-50 cm	6,8	2,6	1	14,7	S	76	-
26	MNAE 1379	-	7	2,6	1,1	16,9	S	77	-
27	MNAE 1379	0-25 cm	6,6	3,9	1	26,5	N	78	-
28	MNAE 1379	25-50 cm	6,5	4,5	1,2	36,3	N	79	-
29	MNAE 1379	50-75 cm	7,2	2,6	0,7	14,3	N	80	-
30	MNAE 1379	0-25 cm	5,9	2,4	1	12,7	N	81	-
31	OA987.15.1068	50-75 cm	9,1	4,6	1,3	63,8	N	82	-
32	OA987.15.1295	50-75 cm	6,5	4,9	1,6	52,3	S	83	-
33	OA987.13.387	-	5,7	4,6	1,5	41,2	N	84	-

Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
34	MNAE 1379	25-50 cm	7,6	3,9	1,6	36,7	S	85	Arneiro C
35	MNAE 1379	-	5,2	2,1	1,2	10,6	N	86	-
36	MNAE 1379	-	6,9	3	1	21,1	N	87	-
37	MNAE 1379	50-75 cm	5,8	3	1	13,2	N	88	-
38	OA987.16.12	-	7,2	3,8	1,7	38,9	S	89	-
39	OA987.16.2	-	6,1	3,6	1,5	33,1	S	90	-
40	OA987.36.304	0-25 cm	6,2	3,7	1,5	33,2	N	91	.33
41	OA987.13.469	0-25 cm	8,2	3,5	1,4	31	N	92	3 (a vermelho na peça)
42	OA987.13.462	0-25 cm	8,5	4,7	1,5	47,9	N	93	29 (a vermelho na peça)
43	OA987.13.378	-	6,3	4,8	1,5	45,2	S	94	-
44	OA987.13.465	0-25 cm	6,9	3,9	0,8	22,3	N	95	30 (a vermelho na peça)
45	OA987.13.467	0-25 cm	7	4,4	1,2	36,3	S	96	25 (a vermelho na peça)
46	OA987.13.440	0-25 cm	5,6	3,4	1,4	25,9	S	97	-
47	OA987.13.466	0-25 cm	6,6	3,7	1,5	31,9	S	98	26 (a vermelho na peça)
48	OA987.13.29 e 276	-	10,2	5,3	1,5	69,7	N	99	-
49	OA987.13.461	0-25 cm	7,5	3,1	1,1	28,1	S	100	11 (a vermelho na peça)
50	OA987.13.66	-	7,2	5	1,5	60,8	S	101	-
51	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	25-50 cm	7,9	4,3	1,8	55	S	102	17 (a preto na peça)
52	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	-	7,4	5,5	1,5	81,2	S	103	129 (a preto na peça)
53	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	-	7,7	5	1,2	45	N	104	134 (a preto na peça)
54	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	0-25 cm	7,4	3,5	1,2	30,2	S	105	36 (a preto na peça)
55	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	-	6,2	2,8	1,6	23,5	N	106	32 (a preto na peça)
56	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	25-50 cm	7,3	4,2	1,6	46,1	N	107	37 (a preto na peça)
57	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	-	5,6	4	1	27,9	N	108	131 (a preto na peça)
58	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.8; IIc	25-50 cm	7,2	5	1,7	65,6	S	109	19 (a preto na peça)
59	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.8; IIc	0-25 cm	8,4	6,2	1,6	82,3	S	110	132 (a preto na peça)
60	OA987.13.444	0-25 cm	13,4	6,4	2,8	223,6	N	111	33 (a vermelho na peça)
61	OA987.15.1401	50-75 cm	13,5	5,5	2	162,9	S	112	38 (a vermelho na peça)
62	OA987.15.1410	50-75 cm	12,3	4,3	2,1	103,2	S	113	39 (a vermelho na peça)
63	OA987.15.1299	-	7,2	5,5	1,6	70,6	S	114	-

Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
64	OA987.14.574	-	6,9	3,4	1,4	26	N	115	-
65	OA987.14.576	-	6,9	3	1,5	27,8	N	116	-
66	OA987.14.694	-	6,6	3,6	1,2	23,8	N	117	-
67	OA987.14.696 e 469	-	9,8	4,5	1,3	50,7	S	118	-
68	OA987.14.774	25-50 cm	9,4	4,6	2,3	90,4	N	119	40 (a vermelho na peça)
69	MNAE 1379	-	8,9	4,3	1,7	55,7	S	120	-
70	MNAE 1379	50-75 cm	9,3	4	1,3	50,8	N	121	-
71	MNAE 1379, Cont.1583; Vol.7; IIa	-	6,3	2,8	1,2	25	N	122	68 (a vermelho na peça)
72	MNAE 1379, Cont.1583; Vol.7; IIa	-	7,3	3,9	1,7	42	S	123	80 (a vermelho na peça)
73	MNAE 1379, Cont.1583; Vol.7; IIa	-	6,3	2,8	1,2	17,5	N	124	144 (a preto na peça)
74	MNAE 1379, Cont.1583; Vol.7; IIa	0-25 cm	6,4	3,3	1,2	25	N	125	81 (a vermelho na peça)
75	MNAE 1379, Cont.1583; Vol.7; IIa	-	8,2	4,9	1,1	46,2	N	126	47 (a vermelho na peça)
76	MNAE 1379, Cont.1583; Vol.7; IIa	-	7,1	4,2	1,1	30,9	N	127	69 (a lápis na peça)
77	MNAE 1379, Cont.1583; Vol.7; IIa	-	5,5	3,8	1	21	S	128	76 (a vermelho na peça)
78	MNAE 1379, Cont.1583; Vol.7; IIa	25-50 cm	5	3,1	1	14,6	N	129	67 (a vermelho na peça)
79	MNAE 1379, Cont.1583; Vol.7; IIa	0-25 cm	3,9	3,4	1	14,5	N	130	-
80	OA987.15.1403	50-75 cm	8,9	3,5	1,4	37,5	N	131	54 (a vermelho na peça)
81	OA987.36.108	-	7,8	5,2	1,3	65,4	S	132	-
82	OA987.12.55	-	8,3	3,8	1,8	41,8	N	133	23 (a vermelho na peça)
83	OA987.36.110	-	5,8	3,7	1,3	26,7	N	134	-
84	OA987.36.128	25-50 cm	7,6	3,2	1,5	34,9	S	135	-
85	OA987.36.118	-	6,3	3,4	1,2	26,8	S	136	-
86	OA987.12.5	-	7,6	3,3	1,7	42,3	S	137	146 (a preto na peça)
87	OA987.12.6	-	6,5	3,5	1,1	25,4	N	138	42 (a vermelho na peça)
88	OA987.36.107	-	6,1	3,8	1,3	25,9	S	139	-
89	OA987.36.152	-	5,7	3,4	1,3	22,9	S	140	-
90	OA987.36.120	25-50 cm	5,4	3,2	1,1	21,4	N	141	-
91	OA987.36.112	-	6,5	5	1,9	54,8	S	142	-
92	OA987.36.125	-	6,5	4,2	1,3	40,5	S	143	-
93	OA987.36.72	-	5,3	3,2	1,4	24,2	N	144	-

Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
94	OA987.12.48	-	5,7	3	1	17,4	N	145	52 (a vermelho na peça)
95	OA987.12.44	-	6,2	3,1	0,9	15,8	S	146	59 (a vermelho na peça)
96	OA987.36.115	-	5,4	2,8	1,1	16,8	N	147	M (a preto na peça)
97	OA987.36.117	0-25 cm	5,6	2,7	0,6	11,1	N	148	-
98	OA987.12.53	-	5,5	2,2	0,7	8,5	N	149	51 (a vermelho na peça)
99	OA987.36.127	50-75 cm	6	2,8	1,2	17,2	S	150	-
100	-	50-75 cm	6,1	3,5	1	23,8	S	151	-
101	-	50-75 cm	7,9	3,5	1	29,9	N	152	-
102	-	-	6,5	3,5	1,1	23,7	S	153	M (a preto na peça)
103	OA987.15.1045	-	6,6	4,3	0,9	26,7	N	154	-
104	-	-	5,3	3,2	0,8	13,6	N	155	-
105	-	-	5,9	3,6	1,2	20,5	N	156	-
106	-	-	6,1	3,3	1,3	20,2	N	157	M (a preto na peça)
107	-	25-50 cm	5,3	3	0,8	14,3	N	158	-
108	-	50-75 cm	5,2	2,8	1,1	14,2	N	159	-
109	OA987.22.169	-	5,4	3,1	1	18,7	N	160	-
110	-	25-50 cm	5,3	4,2	1,4	30,1	N	161	-
111	-	50-75 cm	7,8	4,5	1,7	47,6	N	162	-
112	OA987.25.14	50-75 cm	6,6	3,4	1,3	34,2	S	163	-
113	-	25-50 cm	7,9	4	1,4	46,8	N	164	-
114	-	-	5,7	3,6	0,9	23,7	S	165	-
115	OA987.22.262	-	7	1	0,9	27,2	S	166	-
116	-	-	5,8	2,8	0,7	11,4	N	167	M (a preto na peça)
117	-	50-75 cm	5,2	2,6	0,9	13,3	N	168	-
118	-	-	6,8	3,3	1	19,8	S	169	M (a preto na peça)
119	-	-	6,9	3,3	1,5	31,9	N	170	-
120	-	-	6	3	1,4	23,9	N	171	-
121	OA987.13.309	-	5,9	4	1,7	37,1	N	172	-
122	-	50-75 cm	6,4	4	1,5	37,1	S	173	-
123	OA987.22.260	-	7	3,9	1,3	30,5	N	174	-
124	-	50-75 cm	6,8	2,9	1,1	22,1	S	175	-
125	-	50-75 cm	4,4	2,9	1,2	13,1	N	176	-
126	-	0-25 cm	4,5	2,4	0,5	7,4	N	177	-
127	-	-	6,5	2,7	0,8	15,5	S	178	M (a preto na peça)
128	-	0-25 cm	7,1	3,1	0,8	16,1	N	179	-
129	OA987.36.119	75-100 cm	7	4,3	2	53,9	S	180	-
130	OA987.36.125	75-100 cm	6,8	5,5	1,9	65,9	S	181	-
131	MNAE 1379, Cont.1883, Vol.1; IIa	0-25 cm	6,2	4,1	1,1	36,8	N	182	130 (a preto na peça)

Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
132	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.1; IIa	0-25 cm	6,9	4,1	2,3	49,3	S	183	139 (a preto na peça)
133	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.1; IIa	50-75 cm	8,1	4,4	1,8	58,6	N	184	Arneiro C 135 (a preto na peça)
134	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.1; IIa	-	5,5	2,4	0,6	10	N	185	26 (a preto na peça)
135	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.1; IIa	25-50 cm	5,7	3,3	1,3	22,2	S	186	138 (a preto na peça)
136	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.1; IIa	-	5,3	3,1	0,6	11,5	S	187	35 (a preto na peça)
137	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.1; IIa	-	5	2,7	0,7	7,3	N	188	25 (a preto na peça)
138	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.1; IIa	-	7	4	1,3	33,8	S	189	140 (a preto na peça)
139	OA987.36.129	75-100 cm	5,9	3,5	1,6	32,4	S	190	-
140	OA987.36.124	75-100 cm	8	5,5	2,6	109,3	S	191	-
141	OA987.27.162	100-125 cm	9,1	5,3	1,6	81,8	S	192	-
142	OA987.27.226	-	6,8	5,5	1,5	67,7	S	193	-
143	OA987.27.225	-	8,8	4,6	2,1	75,3	S	194	-
144	OA987.27.229	100-125 cm	6,3	4	1,5	40,6	S	195	-
145	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.4; IIc	-	6,5	3,3	1,7	29,9	S	196	31 (a preto na peça)
146	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.4; IIc	50-75 cm	7,1	3,3	1,2	26,8	N	197	30 (a preto na peça)
147	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.4; IIc	50-75 cm	6,1	3,5	1,1	26,5	N	198	33 (a preto na peça)
148	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.4; IIc	25-50 cm	6,9	4,7	1,5	51,2	S	199	18 (a preto na peça)
149	OA987.16.52	75-100 cm	6,7	5,8	1,4	59,5	S	200	-
150	OA987.35.3	50-75 cm	8,7	5	1,5	60,2	S	201	-
151	-	25-50 cm	6,9	4,6	1,9	41,1	S	202	Arneiro W
152	-	-	7,4	3,2	1,3	29	N	203	Arneiro W
153	-	-	8,2	3,8	1,8	46,6	N	204	Arneiro W
154	OA987.18.38	125-150 cm	9	4,2	1,9	71,5	S	205	C. 28; V1
155	OA987.18.34	125-150 cm	6,7	3	0,8	18	S	206	C. 28; V1
156	OA987.18.37	125-150 cm	6,3	3,4	1,3	20,3	S	207	C. 28; V1
157	OA987.18.39	125-150 cm	5,2	2,9	1	14,7	N	208	C. 28; V1
158	OA987.15.1258	50-75 cm	10,6	6,5	2,7	196,3	S	209	vit. 4
159	OA987.24.172	-	6	5,2	1,6	47,1	S	210	-

Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
160	OA987.24.103	25-50 cm	6,3	3,2	1	20,6	S	211	-
161	MNAE 1379, Cont. 96-A	25-50 cm	6,5	3,6	0,7	21	N	212	Arneiro E
162	MNAE 1379, Cont. 96-A	25-50 cm	6	3,6	1,7	31,9	N	213	Arneiro E
163	MNAE 1379, Cont. 96-A	25-50 cm	6,3	2,7	1,1	16,4	N	214	Arneiro E
164	MNAE 1379, Cont. 96-A	25-50 cm	8	4,4	1,8	49,3	N	215	Arneiro E
165	MNAE 1379, Cont. 96-A	25-50 cm	6,8	4	1,4	28,8	N	216	Arneiro E
166	MNAE 1379, Cont. 96-A	25-50 cm	6,1	3,5	1	20,2	N	217	Arneiro E
167	MNAE 1379, Cont. 96-A	25-50 cm	6	3,3	1,5	27,7	S	218	Arneiro E
168	MNAE 1379, Cont. 96-A	25-50 cm	7,8	3,7	1,1	27,1	S	219	M (a preto na peça) Arneiro E
169	MNAE 1379, Cont. 96-A	25-50 cm	6,6	4,1	1,5	33,8	S	220	Arneiro E
170	OA987.15.1357	75-100 cm	6,6	4,8	2,2	75	S	221	Arneiro E
171	OA987.17.38	100-125 cm	5,5	3,2	1,2	20,6	S	222	C. 28; V1

**Quadro 4** – Inventário dos exemplares do **Estádio 3** do Arneiro/Olival do Arneiro conservados no Museu Nacional de Arqueologia.

**Arneiro. Peças foliáceas - Fase III**

Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
1	OA987.15.1004 e OA987.17.21	-	10,3	6,3	1,8	118	N	1	-
2	OA987.15.1149, OA987.15.1122 e OA987.15.916	50-75 cm	12,6	4,3	0,9	42	N	2	-
3	OA987.15.975 e OA987.15.1104	50-75 cm	9,4	4	0,9	33	N	3	-
4	OA987.13.470	0-25 cm	5,9	2,5	0,7	11,6	S	4	-
5	OA987.12.49	-	6,3	2,5	0,7	10,6	N	5	9 (a vermelho na peça)
6	OA987.13.471	0-25 cm	7	2,5	0,8	14,1	N	6	8 (a vermelho na peça)
7	OA987.18.16	1,35 cm	8,2	4,1	1,3	44,6	N	7	44 (a vermelho na peça); Junto ao lar
8	OA987.16.113	75-100 cm	6,5	4,3	0,8	22,6	N	8	21 (a vermelho na peça)

Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
9	OA987.16.114	75-100 cm	8,7	5	0,9	39	N	9	20 (a vermelho na peça)
10	MNAE 1379, Cont.1583; Vol.7; IIa	-	5,4	3,1	0,8	11,6	N	10	-
11	OA987.15.956 e OA987.15.1039	50-75 cm	12	5,5	1,2	75,6	S	11	-
12	OA987.15.1283 e OA987.15.1173	50-75 cm	8,1	6,1	0,6	38,4	N	12	-
13	OA987.15.573	-	8,7	3,9	1,1	38,8	S	13	-
14	OA987.15.949 e OA987.15.1017	-	8,8	5,4	0,9	46,2	N	14	-
15	OA987.15.1083	-	9,3	4,3	1,1	40,5	N	15	-
16	OA987.15.998 e OA987.15.1022	50 cm	8,9	3,3	0,8	21,2	N	16	-
17	OA987.15.1096 e OA987.15.1009	50 cm	8,6	5,5	1,1	46,6	N	17	-
18	OA987.15.1043 e OA987.15.1241	50-75 cm	10,1	3,6	0,8	33,1	N	18	-
19	OA987.15.990 e OA987.15.1006	50-75 cm	6,8	4,6	0,8	24,9	S	19	-
20	OA987.15.928	50-75 cm	5,7	3,1	0,9	15,7	N	20	-
21	OA987.15.972, OA987.15.1177 e OA987.15.1028	-	9,5	4,4	0,9	37,7	N	21	-
22	OA987.15.1431	50-75 cm	6,1	2,1	1	13	S	22	62 (a vermelho na peça)
23	OA987.13.468	0-25 cm	6,6	2,6	0,7	11,2	N	23	10 (a vermelho na peça)
24	OA987.14.449 e OA987.13.11	-	9,2	4,5	1,3	45,1	N	24	-
25	OA987.14.560 e OA987.13.49	-	8,4	4,3	1,2	44,6	N	25	-
26	OA987.13.62 e OA987.15.1014	-	8,5	3,7	0,7	28,1	N	26	-
27	OA987.13.68 e OA987.11.461	-	8,5	3,8	0,9	31,4	N	27	-
28	OA987.19.1	150-175 cm	5,3	2,9	0,7	11	N	28	12 (a vermelho na peça)
29	OA987.35.2	50-75 cm	5,4	3,2	1	15,4	N	29	Arneiro E
30	MNAE 1379, Cont.1883; Vol.2; IIb	25-50 cm	8,1	2,3	1,1	18,2	N	30	143 (a preto na peça)
31	OA987.22.193 e OA987.22.234	-	8,8	4,3	1	32,6	S	31	-

Nº	Nº inventário MNA	Camada	Medidas em cm.			Peso em g.	Presença de córtex	Foto	Observações
			Comp.	Larg.	Esp.				
32	OA987.27.24	100-125 cm	6,4	2,8	0,7	13,5	N	32	-
33	OA987.22.5 e OA987.22.187	-	9,7	4,4	1	42,3	S	33	-
34	OA987.14.475	-	8,1	3,6	1	26,5	S	34	-
35	OA987.14.483 e OA987.14.563	-	8,4	3,4	1	24,1	N	35	-
36	OA987.14.802	25-50 cm	5,9	2,7	0,8	11,3	N	36	17 (a vermelho na peça)
37	OA987.14.803	25-50 cm	7,6	3	1,2	27,1	N	37	7 (a vermelho na peça)
38	OA987.15.1401	-	6,5	2,6	0,9	13,4	N	38	57 (a vermelho na peça)
39	OA987.15.1405	-	7	2,7	0,8	14,2	S	39	58 (a vermelho na peça)
40	OA987.15.1439	50-75 cm	6,5	2,5	0,8	13,8	S	40	-
41	OA987.16.104	75-100 cm	9,6	6,4	1	70,7	N	41	36 (a vermelho na peça); Vit. 4
42	OA987.15.1243	50-75 cm	10,5	4,8	1,1	62,9	N	42	Vit. 4
43	OA987.12.23 e OA987.15.1408	-	9,2	4,9	0,8	44,8	N	43	Vit. 4
44	OA987.15.1438	-	5,8	2,8	0,6	11,1	N	44	18 (a vermelho na peça); Vit. 4
45	OA987.16.103	-	8,5	5,2	0,8	43,8	N	45	Vit. 4
46	OA987.14.773	25-50 cm	9,4	3,7	1	33,2	N	46	43 (a vermelho na peça); Vit. 4; Expo. EMEE Dr. Raposo - 14/2/2014
47	OA987.15.1283	-	6,1	2,5	0,8	11,7	N	47	Vit. 4
48	OA987.15.1407	50-75 cm	8,8	3,7	0,9	33,7	N	48	Vit. 4
49	OA987.12.45	-	9,2	4,5	1,1	47,8	N	49	Vit. 4
50	OA987.12.47	-	7,2	2,3	0,8	13,5	N	50	-
51	OA987.18.41	125-150 cm	7,3	2,2	0,9	13,4	S	51	-

**Quadro 5** – Valores médios (geral e para cada um dos estádios de preparação) das variáveis comprimento, largura, espessura e peso das peças analisadas no Museu Nacional de Arqueologia.

	Média geral	Média por Estádio		
		1	2	3
Comprimento (cm)	7.55	8.00	6.96	8.03
Largura (cm)	4.39	5.15	3.83	3.78
Espessura (cm)	1.71	2.32	1.35	0.93
Peso (g)	62.55	95.97	39.08	31.16

### 4.3 – Métodos

Os métodos escolhidos para análise dos materiais do Arneiro/Olival do Arneiro contemplaram duas abordagens distintas, que visaram a caracterização da variabilidade da colecção e a sua possível comparação com outras colecções de peças de produção bifacial.

Em primeiro lugar, procedeu-se à recolha de dados métricos tradicionais, que incluíram o peso, comprimento, largura e espessura, sendo os últimos três medidos nos pontos médios dos eixos de cada peça. Com estes dados foram produzidas análises descritivas e comparativas com outros sítios relevantes para o presente estudo de cronologia solutrense e neo-calcolítica. Os dados das colecções utilizadas para comparação foram, na sua maioria, recolhidos de forma indirecta, a partir de desenhos e gráficos publicados, utilizando a ferramenta de digitalização *WebPlotDigitizer* (ROHATGI, 2011).

Em segundo lugar, procedeu-se à recolha de dados morfológicos através de um conjunto de técnicas digitais de Morfometria Geométrica. Utilizadas maioritariamente na classificação e comparação de morfologias biológicas, estas técnicas começam agora a ter mais expressão na análise tecno-tipológica de indústrias líticas (ARCHER *et al.*, 2017; ARCHER & BRAUN, 2010; CARDILLO, 2010; IOVITA & McPHERRON, 2011).

Tradicionalmente, as abordagens ao estudo dos conjuntos líticos baseiam-se na determinação de traços qualitativos, com definições que são, na maior parte das vezes, arbitrárias e subjectivas, impedindo ou dificultando a replicação da análise por outros investigadores. Pelo contrário, a abordagem da Morfometria Geométrica foca-se numa visão mais arqueográfica dos artefactos, procurando-se sobretudo a exploração da variabilidade das morfometrias de uma forma quantitativa e, por isso, objectiva.

Algumas das abordagens mais utilizadas no âmbito da Morfometria Geométrica baseiam-se na aplicação das denominadas *landmarks*, definidas como localizações específicas na morfologia de um espécime ou artefacto, representadas em todos os indivíduos que se pretendem comparar. No caso dos artefactos líticos não há, na maior parte dos casos, pontos que sejam indubitavelmente homólogos (*vide* ARCHER *et al.*, 2017 para uma solução com *landmarks* fixas). Uma das soluções mais recorrentes no caso dos líticos tem sido a utilização de métodos que se focam na parametrização de curvas em detrimento do uso de *landmarks*. São disso exemplo os estudos feitos sobre peças bifaciais disponíveis na literatura (e.g. ARCHER & BRAUN, 2010; IOVITA, 2009; IOVITA & McPHERRON, 2011; SERWATKA, 2015).

Para se obterem os dados relativos à morfologia dos artefactos analisados foi primeiro necessário extrair as coordenadas dos seus contornos. Apesar de estarem actualmente disponíveis vários métodos (incluindo modelos 3D) de registo de coordenadas, o mais simples e menos dispendioso é mediante a utilização de fotografias digitais (IOVITA, 2009).

Assim, todos os artefactos inteiros da colecção foram fotografados, com escala, na sua vista superior. Ainda que a mesma técnica possa ser aplicada a todas as vistas ortogonais dos artefactos (i.e. perfil longitudinal e secção) optou-se por usar apenas a vista que melhor define a variabilidade morfológica no caso das peças bifaciais (IOVITA, 2010). Um dos mais importantes factores na fase de recolha dos dados é que todos os artefactos estejam orientados da mesma forma. Aqui optou-se por seguir o estipulado noutros estudos em que a extremidade mais apontada da peça é orientada para a direita. As fotografias foram importadas para o software *tpsDig2* (ROHLF, 2001), onde foram individualmente referenciadas relativamente à escala, tendo os contornos sido manualmente digitalizados.

Um total de 60 pontos, com espaçamento igual entre eles e registados em sentido oposto ao do ponteiro do relógio, foram obtidos ao longo do contorno de cada peça. A primeira coordenada registada foi sempre o ponto

mais à direita do artefacto (i.e. o extremo distal da peça). As coordenadas  $X$  e  $Y$  de cada um dos 60 pontos foram depois guardadas num ficheiro *.txt* e importadas para o software R (R TEAM, 2013).

De forma resumida, após a importação foram adaptados os dois scripts disponibilizados por RaduIovita (<https://raduiovita.wordpress.com/software/>), baseados em trabalho anterior (CLAUDE, 2008). O primeiro script (*fixxydata.R*) transfere, roda e ajusta todos os artefactos a uma posição estandardizada (com as coordenadas do centróide dos contornos igual a (0,0), e divide os valores das 60 coordenadas de cada objecto pela respectiva escala para eliminar os efeitos do tamanho das peças da análise. O segundo script (*EFA.R*) transforma, através de uma Análise Elíptica de Fourier (AEF) normalizada, os vários contornos numa série de harmónicos que podem ser utilizados para desenvolver análises estatísticas comparativas mais aprofundadas.

Existem muitos tipos de abordagem para análise estatística de contornos, incluindo aproximações polinomiais, análises Fourier clássicas, análises de *eigenvalues*, e AEF. Esta última é uma extensão do trabalho de Jean-Baptiste Fourier (1768-1830) que transforma curvas fechadas em combinações lineares de funções sinusoidais (seno e cosseno) com multiplicadores (ou amplitudes) apropriados. O método tem sido aplicado num leque alargado de estudos, desde o reconhecimento de impressões de mãos em arte parietal, quantificação de morfologias de grãos de sedimentos e, mais frequentemente, para a quantificação de morfologias biológicas (para mais informação *vide* CAPLE *et al.*, 2017; CARDILLO, 2010).

O resultado da AEF é um ficheiro *.csv* em que são compilados os coeficientes da totalidade de harmónicos calculados, neste caso  $n=30$ . Destes, apenas um número reduzido de harmónicos deve ser utilizado, tendo sempre em conta a contribuição cumulativa de cada harmónico para explicar a variabilidade geral dos conjuntos.

Os harmónicos seleccionados foram depois analisados através de uma Análise de Componentes Principais (ACP), com recurso ao pacote *Momocs* (BONHOMME *et al.*, 2014), que permitiu reduzir ainda mais a variabilidade da amostra e mostrar de forma mais clara as tendências morfológicas patentes na colecção.

## 5 – RESULTADOS

### 5.1 – Dados métricos

A organização da colecção em três estádios de uma única cadeia operatória foi efectuada com base numa combinação de variáveis qualitativas definidas pelos signatários com base na observação prévia da colecção.

Esta perspectiva de atribuição de peças bifaciais a estádios sucessivos vai ao encontro de muitos dos trabalhos realizados por outros investigadores que se debruçaram sobre indústrias bifaciais, na sua maioria amplamente influenciados pelo trabalho pioneiro de Callahan (1979).

Ainda que muitos autores concordem que a definição de estádios é útil na sumarização e apresentação de uma colecção, as estratégias de redução bifacial são sempre particularmente complexas, e mais bem entendidas como processos alométricos de continuidade de uma sequência, mais do que uma sucessão de estádios tecnológicos distintos (SHOTT, 2017). Nesta perspectiva, procurou-se testar se a classificação em três estádios utilizada teria reflexo nas variáveis métricas registadas (peso, comprimento, largura e espessura) através da aplicação de uma Análise Discriminante. Este tipo de análise permite aferir o nível de precisão com que as várias peças são classificadas nos estádios definidos, neste caso tendo apenas em consideração as variáveis métricas.

No geral, 79,5% das peças aparecem como correctamente alocadas à respectiva fase (QUADRO 6).

**Quadro 6** – Estatísticas de classificação da Análise Discriminante comparando o número de peças corretamente atribuído a cada Estádio de manufatura com base apenas nos dados métricos.

Estádio atribuído estatisticamente	Estádio atribuído durante a análise dos artefactos		
	1	2	3
1	137	15	0
2	28	131	9
3	3	25	42
N total	168	171	51
N correcto	137	131	42
Proporção	0.815	0.766	0.824

Os **Estádios 1 e 3**, que correspondem respectivamente a peças no início da exploração e a peças próximo de concluídas, apresentaram as maiores proporções (81,5% e 82,4% respectivamente) de atribuição correta. O **Estádio 2** apresentou a menor proporção de atribuição correta, com 131 das 171 peças (76,6%) classificadas correctamente, revelando, portanto, que um sistema de classificação baseado unicamente nas variáveis métricas teria mais problemas ao identificar as observações pertencentes a este estágio. Estes resultados não são de todo inesperados, tomando em consideração a grande variabilidade verificada e, portanto, a dificuldade acrescida na classificação de algumas das peças deste grupo. Por outro lado, há que ter em consideração que a atribuição das peças aos vários estádios teve em consideração critérios morfo-tecnológicos e, portanto, alguma da variabilidade identificada pode ter origem em diferenças nesses critérios.

Ainda assim, tendo em conta as diferenças métricas entre os sistemas de produção do Solutrense e do Neolítico Final/Calcolítico, seria de esperar, se se aceitasse a existência de peças de ambas as cronologias no Arneiro/Olival do Arneiro, uma muito menor precisão no agrupamento das peças analisadas. Dentro do **Estádio 3**, por exemplo, era expectável que existissem peças de dimensões muito distintas, sendo a única conclusão possível a de que estes são conjuntos relativamente coerentes, atribuíveis a uma única cadeia operativa.

A Análise Discriminante também permitiu verificar que as grandes alterações métricas ao longo dos estádios são sobretudo nas largura, espessura e peso das peças, não sendo tão marcadas no comprimento (QUADRO 5).

Este é, por norma, um padrão comum em contextos de produção de peças bifaciais, e que havia já sido identificado em território português por Forenbaher (1999) aquando da sua análise aos materiais provenientes dos sítios localizados em Arruda dos Pisões, e também por Zilhão (1997) relativamente aos materiais solutrenses do sítio de Vale Almoinha.

Curiosamente, e à semelhança do que parece acontecer nessas colecções, também os materiais do Arneiro/Olival do Arneiro revelam que a média dos comprimentos durante o **Estádio 2** de produção é inferior à do **Estádio 1**, e também à do **Estádio 3**. Tratando-se teoricamente de um processo de redução contínuo, este padrão é inesperado, podendo ter origem no abandono de peças que, por diversos motivos (e.g., acidentes de talhe, imperfeições naturais da matéria prima), ultrapassaram os limites métricos requeridos para a sua finalização.

Quando comparados com os dados disponíveis para outros sítios do território português em que as respectivas colecções de peças bifaciais foram extensivamente analisadas, a largura e a espessura revelam padrões interessantes que importa aqui salientar (QUADRO 8).

**Quadro 8** – Comparação dos valores médios e desvio padrão da largura e espessura das peças analisadas neste trabalho com os de outras jazidas seguramente associadas ao Solutrense (Vale Almoinha, Casal do Cepo e Monte da Fainha) e ao Neolítico/Calcolítico (Leceia e Vila Nova de São Pedro).

	Largura (cm)		Espessura (cm)		Referência
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	
Arneiro (Estádio 1)	5.15	1.10	2.32	0.58	-
Arneiro (Estádio 2)	3.83	0.96	1.35	0.40	-
Arneiro (Estádio 3)	3.78	1.14	0.92	0.21	-
Arneiro (col. OVF)	2.54	0.56	0.58	0.21	-
Leceia (Lâminas bifaciais)	3.10	0.69	0.73	0.20	CARDOSO & MARTINS, 2013
Vila Nova de São Pedro	3.09	0.81	0.80	0.19	ZILHÃO, 1997
Casal do Cepo (esboços)	3.30	0.46	1.30	0.12	ZILHÃO, 1997
Casal do Cepo (acabadas)	2.30	0.51	0.70	0.10	ZILHÃO, 1997
Vale Almoinha (acabadas)	2.08	0.65	0.51	0.21	ZILHÃO, 1997
Vale Almoinha (esboços)	3.08	0.79	1.01	0.29	ZILHÃO, 1997
Vale Almoinha (inacabadas)	2.95	0.79	0.69	0.21	ZILHÃO, 1997
Monte da Fainha	3.21	0.91	0.8	-	ZILHÃO, 1997

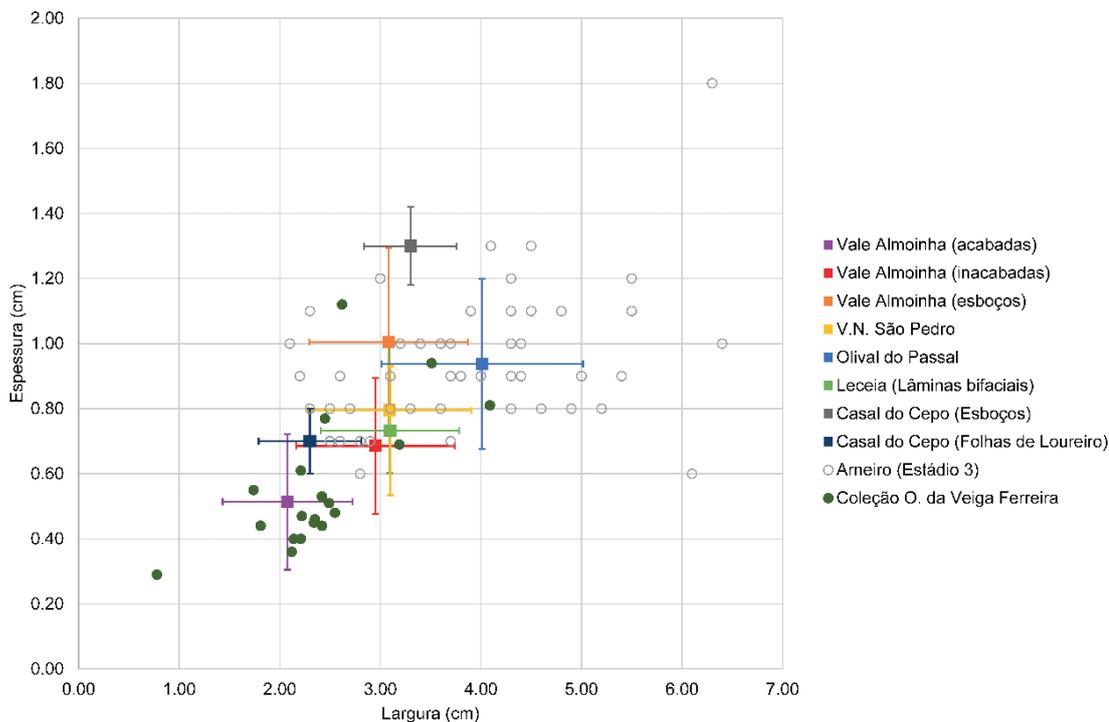
Obs – A diferença entre esboços e peças inacabadas de Vale Almoinha é dada por Zilhão 1997, vol. 2 p. 624, sendo que os esboços são “mais largos, mais espessos e, geralmente, ainda com vestígios de córtex numa ou em ambas as faces” e nas inacabadas “a peça adquiriu já as suas proporções finais, conforme demonstrado pela identidade estatística dos respectivos índices de carenagem com os das peças acabadas”.

Em primeiro lugar, os valores médios e respectivos desvio-padrão para as peças do Arneiro/Olival do Arneiro atribuídas ao **Estádio 1** são sempre superiores às dimensões registadas em todos os outros sítios. Este facto aponta para que esta jazida, à semelhança dos outros sítios da Arruda dos Pisões, por se encontrar localizada numa área com abundante presença de sílex, terá nela representada com maior abundância exemplares em fase muito precoce da exploração dos volumes de matéria prima, como de facto é comprovado por alguns exemplares. Por si só, esta realidade torna esta jazida, independentemente da sua cronologia, uma das principais referências para futuros estudos das sequências de talhe bifacial no centro de Portugal. Por outro lado, a presença insistente de exemplares em fases iniciais de exploração nesta colecção torna muito difícil a sua comparação com outros conjuntos bifaciais do território português em que maioritariamente só se encontram artefactos em fases mais avançadas de talhe.

Em segundo lugar, como demonstrado na Fig. 23, apesar da grande dispersão de valores de largura e espessura apresentada pelas peças atribuídas ao Estádio 3 e das peças finalizadas da colecção OVF, alguns destes artefactos (ca. 16%) ostentam dimensões que coincidem com os valores registados por Zilhão (1997) para as folhas de loureiro acabadas de Vale Almoinha.

As peças que se agrupam junto deste limite inferior das métricas apresentadas fazem parte do grupo de artefactos em posse de O. da Veiga Ferreira, que estavam até agora inéditos e separados da restante colecção, talvez precisamente por constituírem um grupo de peças terminadas, com inquestionável recorte solutrense.

Mais importante, aqueles valores são inferiores às médias calculadas para as peças acabadas de cronologia holocénica provenientes dos povoados de Leceia (CARDOSO & MARTINS, 2013; CARDOSO & GIBAJA, 2019) e de Vila Nova de São Pedro (ZILHÃO, 1997).



**Fig. 23** – Diagrama de dispersão comparativo entre os valores individuais das larguras e espessuras dos foliáceos atribuídos ao Estádio 3 do Olival do Arneiro (coleção Museu Nacional de Arqueologia) e peças acabadas da coleção OVF, com as médias (pontos) e desvio padrão (barras) de peças bifaciais de Vale Almoinha (VALM), Casal do Cepo, Leceia, Olival do Passal e Vila Nova de São Pedro. Dados obtidos de Zilhão, 1997 e Cardoso & Martins, 2013.

Estes resultados sugerem que no Arneiro/Olival do Arneiro está presente, de facto, cadeia operatória de cronologia solutrense, conclusão reforçada pela identificação de pontas de pedúnculo e aletas (de tipo Parpalló) inacabadas entre os materiais inéditos pertencentes ao conjunto separado por O. da Veiga Ferreira.

Por outro lado, a presença dominante de peças acabadas no conjunto de materiais do Arneiro/Passal separado por O. da Veiga Ferreira justifica a reformulação da conclusão de Zilhão (1997) segundo a qual “(...) no local correspondente à jazida [(Olival do Passal)] apenas se teriam processado actividades relacionadas com a fase inicial da cadeia operatória para a produção de foliáceos [e] que que as fases finais, de acabamento, seriam provavelmente realizadas já nos lugares de residência” (vol. 2, p. 584). Naturalmente esta afirmação do autor explica-se pelo desconhecimento que à data detinha do notável conjunto solutrense ainda em posse de O. da Veiga Ferreira.

Como ficou agora claramente demonstrado, todas as fases de execução de folhas bifaciais se encontram presentes no Arneiro/Olival do Arneiro, documentadas por três estádios sucessivos até à conclusão, correspondente ao Estádio 4.

## 5.2 – Dados morfológicos

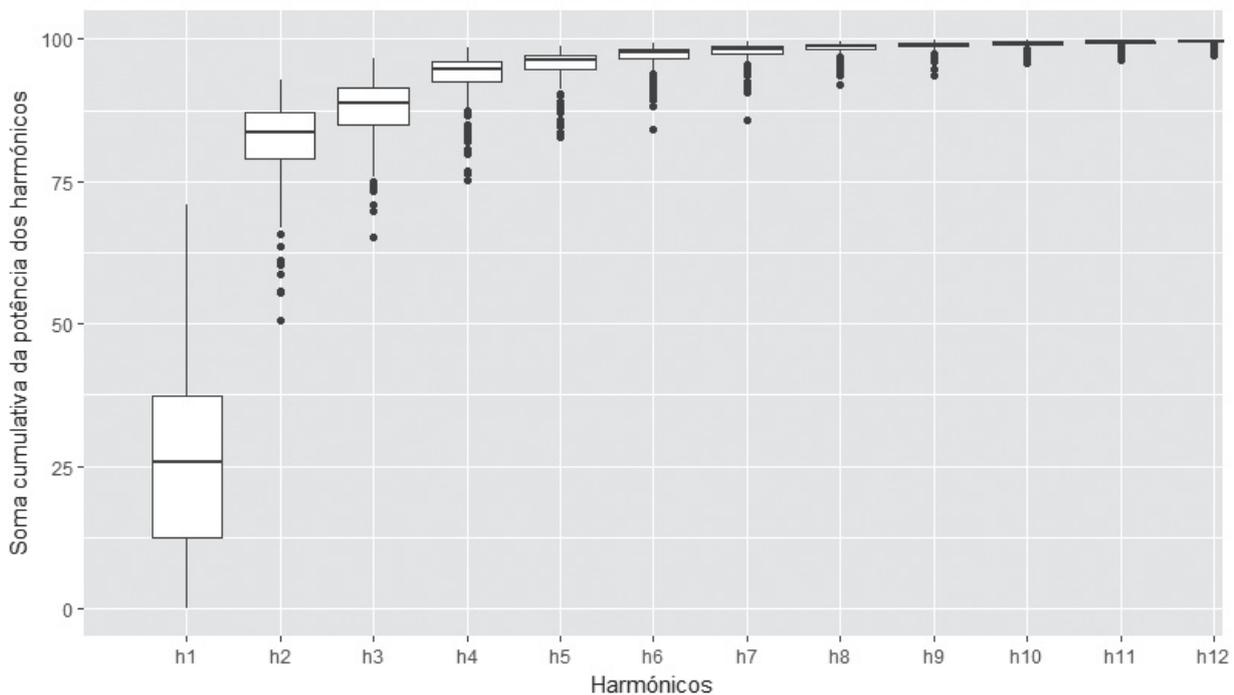
Sendo que um dos objectivos do presente estudo discutir a possível integração dos materiais do Arneiro/Olival do Arneiro nas práticas de talhe bifacial do Solutrense, utilizou-se, como teste, para a análise morfológica uma colecção comparativa proveniente da estação arqueológica de Vale Almoinha (ZILHÃO, 1984; ZILHÃO *et al.*, 1987; ZILHÃO, 1997), que foi processada utilizando os métodos acima descritos. Para comparação inter-sítio dos resultados da Análise de Componentes Principais (ACP) foi utilizada uma Análise de Variância (ANOVA) e respectivo teste *post hoc*.

Os contornos de um total de 253 peças para o Olival do Arneiro (coleção Museu Nacional de Arqueologia) e de 20 peças para o sítio de Vale Almoinha foram digitalizados seguindo a metodologia descrita anteriormente. A aplicação da Análise Elíptica de Fourier sobre os dados normalizados revelou que os 10 primeiros harmónicos calculados explicam ca. de 99% da variabilidade das morfologias reconstruídas (Fig. 24). A redução com recurso à ACP sobre estes 10 harmónicos revelou, por sua vez, que 7 dos componentes explicam mais de 95% da variabilidade, com os dois primeiros componentes a totalizar ca. 83% (QUADRO 9).

**Quadro 9** – Resultado da Análise de Componentes Principais (ACP) aplicada aos dados obtidos pela Análise Elíptica de Fourier.

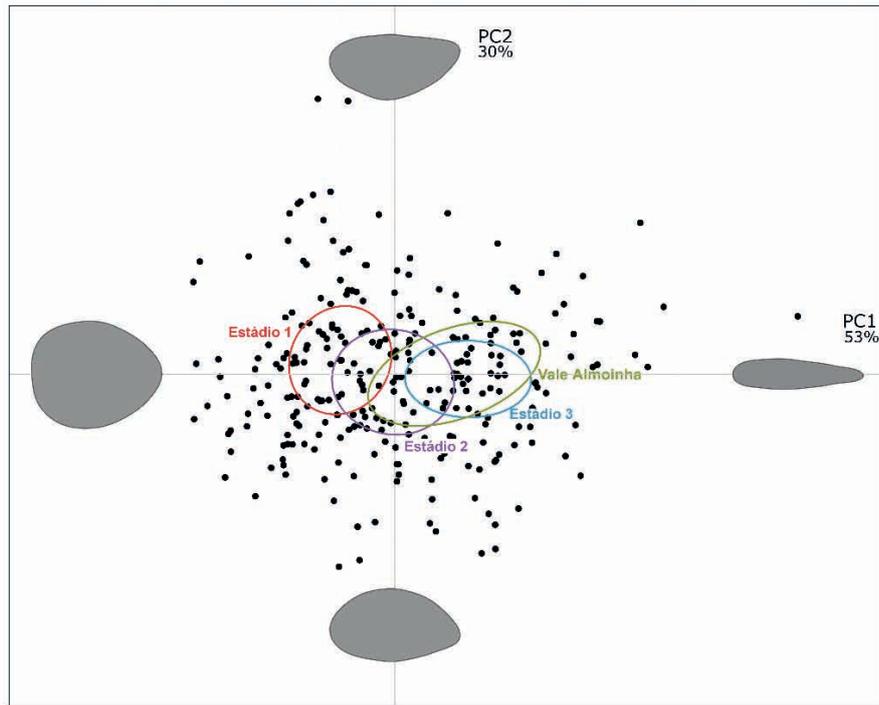
	Proporção de variância	Proporção acumulada
PC1	0.53	0.53
PC2	0.30	0.83
PC3	0.04	0.88
PC4	0.03	0.91
PC5	0.02	0.93
PC6	0.02	0.94
PC7	0.01	0.96
PC8	0.01	0.96
PC9	0.01	0.97
PC10	0.00	0.97

Obs. – Uma vez que o objectivo da ACP é reduzir a dimensionalidade de um conjunto de dados, este quadro serve para avaliar que percentagem da variabilidade nos contornos das peças é englobada por cada um dos componentes de redução calculados.



**Fig. 24** – Resultados do efeito do aumento do número de harmónicos no erro entre as representações dos contornos originais dos artefactos e os contornos simulados pela Análise de Fourier Elíptica (AEF). 99% da variabilidade é dada pelos primeiro 7 harmónicos, concordando com a maioria dos estudos em que a aplicação da AEF a morfologias holomórficas deve ficar abaixo dos 10 harmónicos (IOVITA, 2010).

A Fig. 25 apresenta a distribuição dos vários artefactos no espaço calculado pela ACP, bem como as morfologias extremas nas secções negativas e positivas de cada um dos componentes principais.



**Fig. 25** – Projecção dos 2 primeiros componentes da Análise de Componentes Principais efectuada sobre os dados obtidos das Análise Elíptica de Fourier. No total, estes 2 componentes englobam c. 83 % da variabilidade na morfologia dos contornos das peças analisadas. As elipses de confiança (95%) de diferentes cores representam os quatro conjuntos considerados e apontam para a existência de semelhanças morfológicas entre os artefactos do Estádio 3 do Olival do Arneiro e os de Vale Almoinha.

Assim, no Componente Principal 1 (PC1), que explica por si só ca. 53.2% da variabilidade, os artefactos variam entre peças essencialmente de contorno ovóide no extremo negativo do eixo até artefactos muito alongados no extremo positivo do mesmo. Já o PC2 (30.3%) é composto por uma variação nas assimetrias laterais das peças, com, respectivamente, bordos assimétricos à esquerda ou à direita. A importância deste último componente deve, contudo, ser esbatida, tendo em conta que o padrão encontrado se poderá relacionar com problemas de orientação das peças (nomeadamente na escolha da face principal para fotografar ou desenhar) durante a recolha de dados.

Mais significativa é o facto de as elipses de confiança (95%) projectadas para cada uma das fases de redução da colecção do Arneiro/Olival do Arneiro revelarem que há uma relação clara entre o contínuo morfológico definido pelo PC1 e o contínuo tecnológico assumido aquando da definição das três fases. Este padrão vem confirmar os dados métricos acima apresentados, revelando que o Estádio 1 é sobretudo composto por peças de contorno ovóide com bases tendencialmente aplanadas que se transformam, sobretudo, através da redução da sua largura ao longo das restantes duas fases, e tendo como objectivo final peças relativamente esguias de base convexa (Estádio 3). A separação entre as três fases tem, mais uma vez, à semelhança dos resultados obtidos para os dados métricos, significado estatístico, como revelam os resultados da análise ANOVA e teste de comparação múltipla TukeyHSD, com valores de significância sempre inferiores ao valor de referência 0.05 (QUADRO 10), revelando que todos os grupos são diferentes entre si.

Por outro lado, o único caso em que os valores são superiores ao valor de referência, e revelando por isso que os dois conjuntos não são significativamente diferentes ( $p = 0.94$ ) do ponto de vista das morfologias, é entre o Estádio 3 do Arneiro/Olival do Arneiro e os materiais de Vale Almoinha. Naturalmente, à semelhança do que ficou demonstrado para os dados métricos, estes resultados parecem apontar para a impossibilidade de distinguir as morfologias presentes no conjunto solutrense de Vale Almoinha das peças do Estádio 3 do Arneiro/Olival do Arneiro. Fica a ressalva de que pelo facto das peças da coleção OVF não terem sido incluídas nesta análise morfológica preliminar, se estima que em análises futuras esses mesmos artefactos cobrirão a área mais à direita da Fig. 25, integrando-se na elipse de confiança de Vale Almoinha. Esta estimativa é corroborada pela semelhança morfológica, mas também métrica (Fig. 23), entre as peças de Vale Almoinha e os artefactos do Estádio 3 do Arneiro/Olival do Arneiro que, apesar de não terminados, teriam já adquirido as suas proporções finais.

**Quadro 10** – Resultados estatísticos (por meio de uma Análise de Variâncias e teste TukeySHD) de comparação entre as médias da distribuição de cada um dos estádios de manufatura do Arneiro/Olival do Arneiro e as peças bifaciais de Vale Almoinha nos 2 componentes apresentados na Fig. 25.

		Diferença média	Mínimo	Máximo	<i>p-value</i>
Estádio 1	Estádio 2	0.04	0.01	0.07	0.00
	Estádio 3	0.10	0.07	0.13	0.00
	Vale Almoinha	0.09	0.04	0.13	0.00
Estádio 2	Estádio 3	0.06	0.03	0.09	0.00
	Vale Almoinha	0.05	0.00	0.09	0.03
Estádio 3	Vale Almoinha	-0.01	-0.06	0.04	0.94

Obs. – As duas primeiras colunas deste quadro apresentam todas as comparações possíveis e únicas entre pares de coleções, devendo ler-se: Estádio 1 vs Estádio 2; Estádio 2 vs. Estádio 3, etc. Assim, o Estádio 3 apenas aparece comparado com Vale Almoinha, uma vez que a comparação com os restantes Estádios é apresentada nas linhas sobrejacentes. Os resultados indicam claramente que não há diferença estatisticamente significativa entre as morfologias do Estádio 3 e dos materiais de Vale Almoinha.

## 6 – DISCUSSÃO

Aquando da análise efectuada ao conjunto do Passal, jazida vizinha do Arneiro/Olival do Arneiro, João Zilhão apontou as principais características que separariam os materiais por ele considerados neo-calcolíticos dos elementos possivelmente atribuíveis ao Solutrense:

- 1) as dimensões das peças foliáceas serem bastante maiores do que as encontradas entre o material inquestionavelmente solutrense documentado noutras jazidas, em particular na de Vale Almoinha;
- 2) uma parte substancial das bases apresentar uma morfologia recta ou arredondada larga, de todo desconhecida no Solutrense;
- 3) a angulação das extremidades em ponta revelar formas de um modo geral menos agudas do que as que se encontram nos foliáceos solutrenses;
- 4) “em numerosas peças (e em especial nas de base recta ou arredondada larga) [...] [ser] possível observar-se um retoque periférico curto, executado sobre os grandes levantamentos planos de afeiçoamento bifacial e destinado à regularização dos bordos do artefacto, retoque este que nunca se encontra no material solutrense” (ZILHÃO, 1997, p. 584).

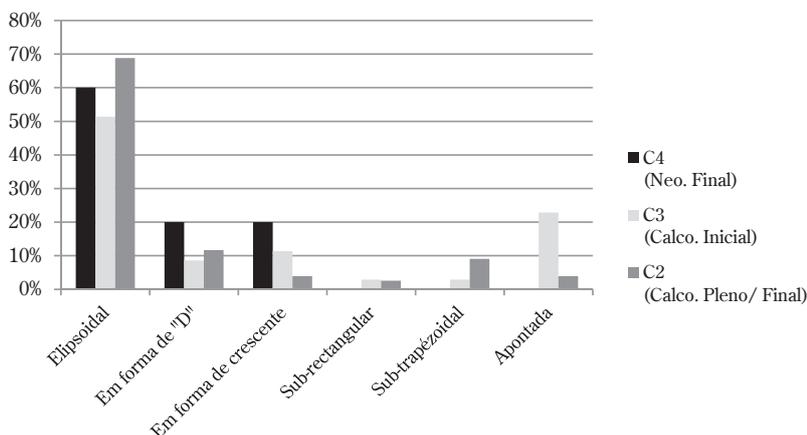
A aplicação destes critérios resulta, segundo se viu anteriormente, inconclusiva, tendo em conta que a quase totalidade dos materiais analisados por João Zilhão provenientes da jazida do Passal corresponderá a peças inacabadas e, portanto, na nossa opinião, não comparáveis, nem metricamente, nem morfológicamente com as peças finalizadas provenientes de sítios solutrenses ou neo-calcolíticos.

Contudo, as análises apresentadas anteriormente fornecem dados relevantes para testar a aplicabilidade das referidas observações à colecção do Arneiro/Olival do Arneiro. Assim:

- 1) os dados métricos revelaram que, muito embora a maior parte dos materiais analisados sejam de grandes dimensões, fruto da natureza e funcionalidade únicas da própria jazida e por isso de difícil associação a outros sítios arqueológicos, existe um conjunto importante de artefactos inacabado e acabados de dimensões reduzidas, em tudo semelhantes aos exemplares de Vale Almoinha;
- 2) a análise morfológica não indica, também, diferenças significativas entre os materiais acabados do Arneiro/Olival do Arneiro e os materiais de Vale Almoinha, nem indica como estatisticamente relevante a presença das bases rectas características das peças recuperadas nas jazidas neo-calcolíticas. Ainda que, entre os materiais atribuíveis ao Estádio 2, existam de facto algumas peças que apresentam bases relativamente largas (vide e.g., Fig. 19, n.º 3), o carácter alométrico inerente a uma sequência de redução bifacial (tal como noutro qualquer tipo de utensílio retocado), em que as sucessivas transformações até o utensílio se encontrar concluído ou inutilizável são métricas mas também morfológicas, não permite, no entanto, colocar totalmente de lado a hipótese de que uma “versão final” dessas peças fosse mais semelhante aos típicos foliáceos solutrenses documentados nestas e noutras jazidas.
- 3) ainda que Zilhão não forneça dados concretos sobre as diferenças numéricas entre os ângulos das extremidades distais das peças solutrenses e neo-calcolíticas, nem se esta diferença é ao nível os exemplares acabados ou inacabados, a comparação entre os exemplares representativos dos Estádios 2, 3 e peças acabadas, reproduzidos nas Fig. 9 a 22 e os de época neo-calcolítica do povoado de Leceia (CARDOSO & MARTINS, 2013) revela que as morfologias das extremidades dos artefactos são na esmagadora maioria dos casos muito diferentes. Com efeito, nos exemplares do Arneiro/Olival do Arneiro apresentam-se maioritariamente apontadas, enquanto que nos de Leceia são arredondadas ou rectilíneas; esta observação pode ser melhor fundamentada no estudo ulteriormente dedicado a este tipo de artefactos (CARDOSO & GIBAJA, 2019). Assim, a par do reconhecimento de vários exemplares de esboços e de pré-formas (Fig. 26), foram identificadas seis formas principais de lâminas bifaciais, representadas nas Figs. 27 e 28. O QUADRO 11 mostra a distribuição estratigráfica dos exemplares incluídos nessas seis formas, podendo concluir-se que a forma apontada, com base convexa ou sub-rectilínea é aquela que mais se aproxima de alguns dos esboços dos estádios 2 e 3 do Arneiro/Olival do Arneiro, embora esteja representada por escasso número de exemplares, face aos das outras 5 formas. Tal realidade não abona a favor de semelhanças morfológicas relevantes entre ambos os conjuntos, reforçando a impossibilidade de serem sítios de épocas compatíveis;
- 4) por último, nenhuma das peças do Arneiro/Olival do Arneiro analisada e fotografada apresentava indícios do retoque periférico mencionado por Zilhão com vista à conformação dos gumes. Importa referir que nas peças acabadas da colecção O. da Veiga Ferreira, se identifica, com alguma frequência, outros dois atributos salientados por Zilhão (1997, p. 624) como característicos das folhas de loureiro de Vale Almoinha: a utilização de retoque cobridor organizado em bandas paralelas de levantamentos e a presença de gumes denticulados (*vide* sobretudo as Fig. 9, n.º 2 e 3; Fig. 10, n.º 1 e 2; Fig. 13, n.º 3; Fig. 15, n.º 3).

**Quadro 11** – Leceia. Tipologia das lâminas foliáceas e respectiva distribuição estratigráfica.

	C4 (Neo. Final)		C3 (Calco. Inicial)		C2 (Calco. Pleno/ Final)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Elipsoidal	3	60%	18	51,4%	53	68,8%
Em forma de “D”	1	20%	3	8,6%	9	11,7%
Em forma de crescente	1	20%	4	11,4%	3	3,9%
Sub-rectangular	-	-	1	2,9%	2	2,6%
Sub-trapézoidal	-	-	1	2,9%	7	9,1%
Apontada	-	-	8	22,9%	3	3,9%



De igual forma, nenhuma das características supramencionadas se apresenta no conjunto separado por O. da Veiga Ferreira. De facto, embora 11 exemplares se inscrevam ainda no **Estádio 3**, de um total de 25 exemplares de folhas solutrenses, todas as peças deste conjunto possuem dimensões de largura e espessura que são sempre inferiores às das médias (de cerca de 3,1 cm e 0,8 cm respectivamente) dos foliáceos do Neolítico Final/Calcolítico, estando, pelo contrário, muito mais perto das dimensões dos exemplares de Vale Almoinha, bem como dos valores de outras jazidas localizadas mais a Sul, como o caso de Vale Boi, em que os valores médios para a largura e espessura de peças foliáceas rondam, respectivamente, os 1,9 cm e 0,52 cm (CASCALHEIRA, 2010). Até mesmo quando comparados com os valores para toda a Península Ibérica (~1,8 cm largura/ 0,46 cm espessura, cf. SCHMIDT, 2015), os artefactos aqui apresentados enquadram-se perfeitamente nos padrões métricos do Solutrense.

Outro aspecto relevante para a associação dos materiais do Arneiro/Olival do Arneiro ao tecno-complexo Solutrense respeita às assimetrias detectadas como estatisticamente relevantes na análise morfológica das peças. De facto, ainda que padrões de assimetria sejam sempre comuns entre indústrias de produção bifacial, os exemplares identificados no Arneiro/Olival do Arneiro com assimetria lateral parecem estar muito mais próximos dos padrões reportados para, por exemplo, as jazidas solutrenses de Monte da Fainha (ROCHE, 1972; ZBYSZEWSKI *et al.*, 1999/2000) e de Vale Almoinha (ZILHÃO, 1997), do que propriamente os exemplares de Leceia, embora aqui existam duas formas, “em forma de D” e “em forma de crescente” que, sendo minoritárias (ver QUADRO 11) resultam de necessidades funcionais associadas a estes artefactos, os quais se destinariam a encabamento, do que resultava ser apenas um dos gumes funcional. Na base desta afirmação está o facto de que, quando presente nos materiais neo-calcolíticos, a assimetria é sobretudo marcada pela existência de um bordo relativamente recto e outro, oposto, semi-circular, com o ponto de maior largura situado sensivelmente

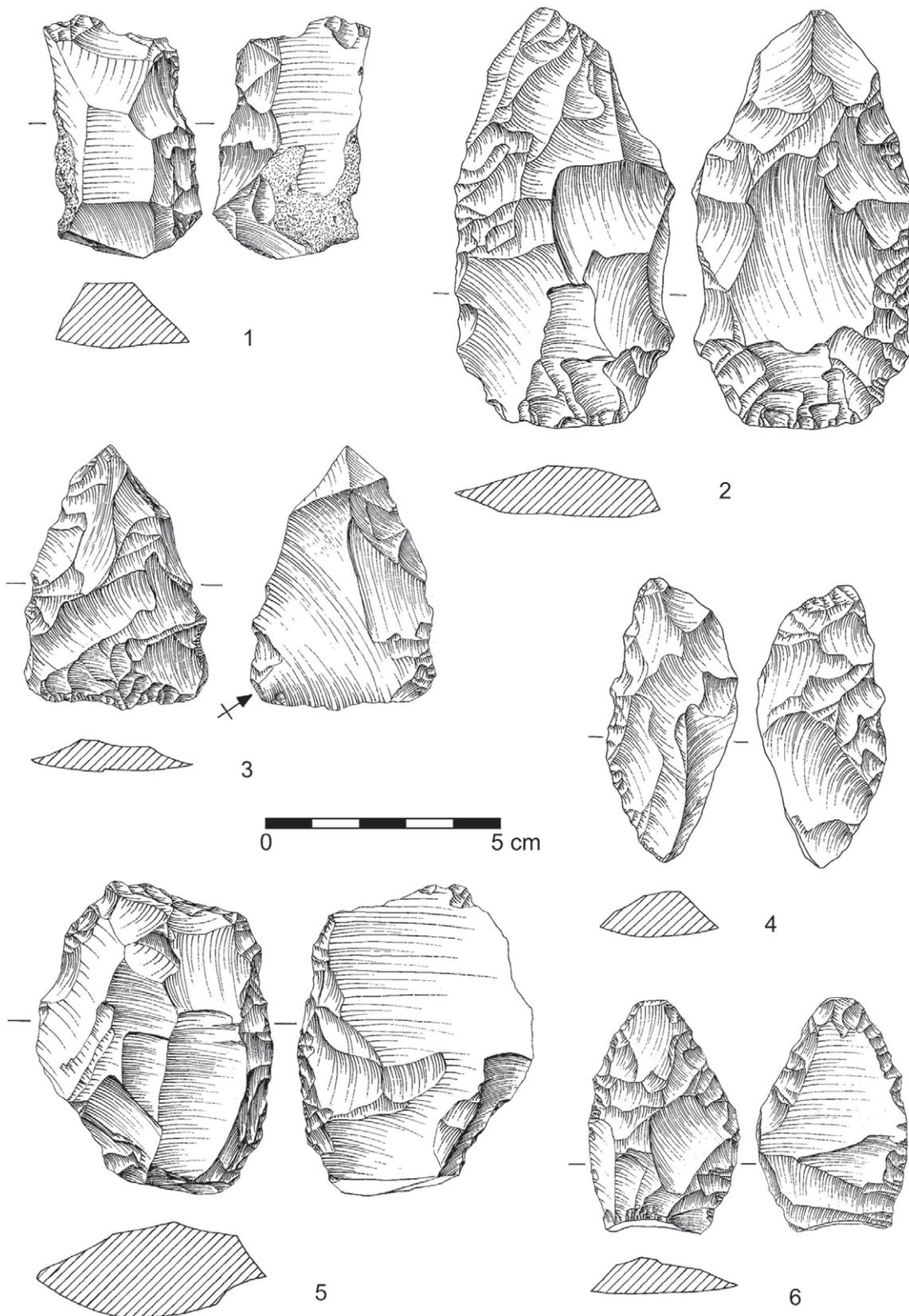


Fig. 26 - Esboços de lâminas bifaciais neo-eneolíticas do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. Escavações de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

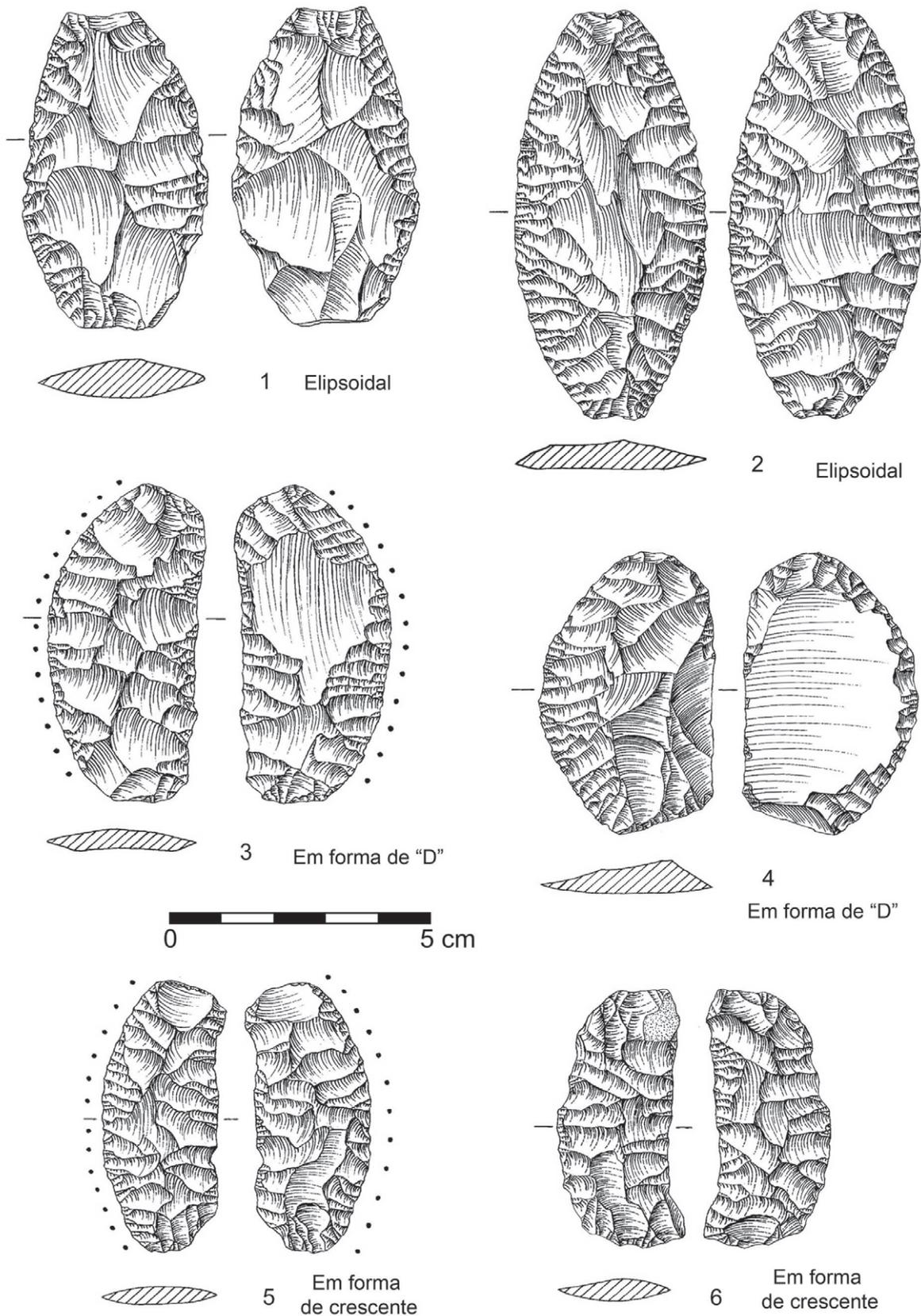


Fig. 27 - Diferentes tipologias de lâminas bifaciais neo-calcolíticas do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. Escavações de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

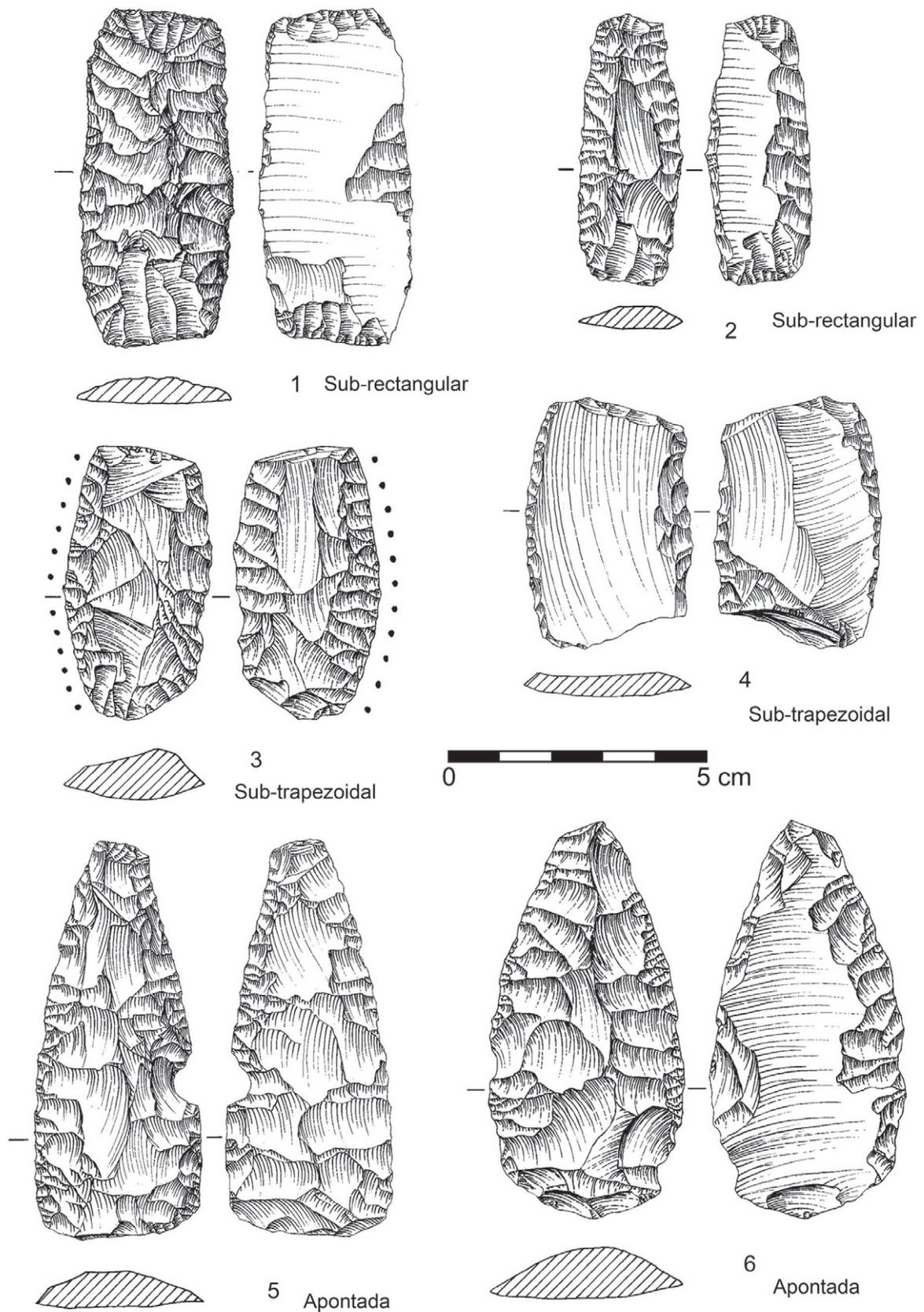


Fig. 28 – Diferentes tipologias de lâminas bifaciais neo-calcolíticas do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. Escavações de João Luís Cardoso. Desenhos de Filipe Martins.

a meio da peça enquanto que, nos materiais solutrenses, o ponto de maior largura tende a situar-se mais junto da parte proximal dos artefactos, dando-lhes um formato característico, enquadrável no subtipo M definido por Smith (1966) (Fig. 9, n.º 3; Fig. 10, n.º 2 e 3; Fig. 13, n.º 3).

Em conclusão, do ponto de vista morfológico, não existem diferenças significativas entre os materiais do **Estádio 3** e acabados do Arneiro/Olival do Arneiro e os materiais provenientes da jazida de Vale Almoinha.

Face aos resultados acima expostos e sua discussão é lícito admitir que aos três estádios identificados no Arneiro/Olival do Arneiro tenham sucedido as peças concluídas, correspondentes ao **Estádio 4**, exclusivamente representadas por exemplares da colecção O. da Veiga Ferreira (ver QUADRO 1), as quais pela sua beleza e regularidade, foram isoladas do resto dos materiais, correspondendo assim, conjuntamente com os três estádios anteriores, a sequência ininterrupta, coerente e única, e não a dois conjuntos distintos, um neo-calcolítico, o outro solutrense, como forçosamente decorreria das conclusões de João Zilhão relativas ao conjunto do Passal (ZILHÃO, 1997).

A integração da colecção do Arneiro/Olival de Arneiro no Solutrense tem implicações relevantes para uma melhor compreensão das dinâmicas da adaptação humana ao Último Máximo Glaciário, e para o estudo da produção de peças bifaciais ao longo da Pré-história no actual território português.

Desde logo, tal conclusão resulta para o notável aumento do número de peças solutrenses bifaciais até ao momento conhecidas, dado que, na região, apenas 8 peças foram consideradas reconhecidamente solutrenses, provenientes do Passal publicadas por João Zilhão, entre a quais duas pontas de Parpalló e dois fragmentos de folhas de loureiro (ZILHÃO, 1997, Quadro 31.2). Tenha-se, no entanto, em consideração o estudo de Zbyszewski *et al.* (1977), que já apontava para a importância daquela presença, bem como o estudo de Zilhão de 1987.

As peças agora publicadas da colecção O. da Veiga Ferreira constituem, até o momento, o mais relevante conjunto de artefactos solutrenses recuperados em território português. No âmbito da Estremadura Portuguesa, por exemplo, o conjunto de pontas de pedúnculo e aletas do Arneiro/Passal aqui apresentado representa mais de 25% de todas as peças registadas na literatura (a que acresce os dois exemplares publicados por João Zilhão, oriundos do Passal), enquanto que o das peças classificadas como foliáceas representam perto de 19% do total (a que acresce também os dois exemplares do Passal publicados por aquele autor).

A estação do Arneiro/Olival do Arneiro e, por extensão, as restantes estações da área da Arruda dos Pisões, incluindo o Passal, encontravam-se direccionadas para o aprovisionamento de matérias-primas e exploração inicial das mesmas através da conformação de pré-formas/esboços de peças bifaciais, facto que de resto se coaduna bem com a riqueza em recursos siliciosos da região.

O conjunto artefactual ora estudado, viabilizou o conhecimento das estratégias de produção desses artefactos, até agora muito insuficientemente conhecidas em resultado do fraccionamento das cadeias operatórias até agora verificadas (SCHMIDT, 2015). De facto, em Portugal, com muito raras excepções, das quais se salientam os sítios de Vale Almoinha (FERNÁNDEZ, 1999; ZILHÃO, 1984; ZILHÃO *et al.*, 1987; ZILHÃO, 1997), a Gruta de Salemas (ZILHÃO, 1997), e o sítio de Vale Boi (CASCALHEIRA, 2010; CASCALHEIRA *et al.*, 2012), a presença de peças com talhe bifacial é baixa. Este facto torna-se particularmente relevante quando comparamos a realidade portuguesa com a de outras regiões peninsulares, como a cantábrica ou o levante espanhol onde, em sítios como La Riera (STRAUS & CLARK, 1986), Ambrosio (RIPOLL, 1988) ou Parpalló (TIFFAGOM, 2006) se conhecem centenas de pontas e esboços bifaciais solutrenses.

Por outro lado, a possibilidade, devidamente fundamentada, de atribuição ao Solutrense vem lançar novos dados para a reconstrução das estratégias de ocupação do território da Estremadura portuguesa durante aquela época, uma vez que até ao momento apenas se atribuía seguramente um sítio a esta cronologia na região de Rio Maior, o Olival da Carneira (curiosamente com poucas evidências de talhe bifacial). Esta

estranha ausência de outras jazidas numa área tão rica em recursos siliciosos e com ocupação intensiva, quer durante o Gravetense, quer durante o Magdalenense (ALMEIDA, 2000; BICHO, 2000; MARKS *et al.*, 1994; ZILHÃO, 1997) era difícil de explicar, ficando agora resolvida com a publicação do notável conjunto solutrense do Arneiro/Olival do Arneiro.

Dos resultados apresentados não se reconheceu no seio da totalidade da colecção estudada (o conjunto separado por Veiga Ferreira e o conjunto que permaneceu no MNA), peças foliáceas acabadas ou não, de cronologia reconhecidamente neo-calcolítica, embora elas pudessem ocorrer fortuitamente, o que aliás seria compatível com os escassos artefactos de pedra polida recuperados no tempo de Manuel Heleno.

Assim, ainda que possa ser argumentado que a ausência de alguns dos elementos característicos desses períodos mais recentes, designadamente no que se refere às lâminas bifaciais, possa ser o resultado de uma fragmentação da cadeia-operatória com a exportação em fase de esboço deste tipo de artefactos para sítios residenciais, a análise métrica e morfológica realizada não revelou nenhuma tendência para a produção dessas morfologias e, pelo contrário, revelou inequívoca tendência para a produção de morfologias apontadas as quais, possuindo fraca expressão no Neo-Calcolítico, são exclusivamente características do Solutrense.

Deste modo, embora fique por demonstrar de forma definitiva a atribuição do conjunto alargado de esboços e pré-formas depositados no espólio do Museu Nacional de Arqueologia ao Solutrense ou ao Neolítico/Calcolítico, os argumentos a favor da primeira alternativa afiguram-se muito mais relevantes que os seus contrários, que não encontram justificação. Para que esta dúvida pudesse ser cabalmente resolvida seria necessário aceder, numa primeira fase, a conjuntos abundantes, completos e bem datados cujo estudo pudesse conduzir à distinção morfométrica de cadeias-operatórias indubitavelmente pertencentes ao Solutrense e ao Neo-Calcolítico para, numa segunda fase, utilizar os critérios de distinção entre as produções de ambos os períodos permitindo a compreensão da variabilidade presente nas colecções do Arneiro. A dificuldade reside, pois, na identificação de colecções com interesse comparativo que tenham, à semelhança da situação excepcional observada no Arneiro/Olival do Arneiro, uma presença estatisticamente válida de exemplares susceptíveis de conduzir à diferenciação das respectivas cadeias operatórias, tal qual a que foi neste estudo identificada e validada.

## 7 – CONCLUSÕES

O estudo dos dois conjuntos de materiais acima descritos permitiu chegar às seguintes conclusões:

- 1) confirmou a importância da componente solutrense na notável colecção de pontas bifaciais separada por O. da Veiga Ferreira da restante colecção do Arneiro/Olival do Arneiro e mantida inédita até ao presente constituindo o mais notável conjunto deste tipo de peças em território português;
- 2) atestou que, na sua totalidade, os materiais presentes nas reservas do MNA referentes ao Arneiro apenas contêm esboços e peças inacabadas, os quais se organizaram em três estádios sucessivos, correspondentes a uma cadeia operatória contínua que só por comodidade foi assim compartimentada. O último estádio desta cadeia operatória – o estádio 4 – está representado pelas peças foliáceas em estado de utilização, apenas presentes no conjunto separado da parte restante da colecção na década de 1970 por O. da Veiga Ferreira, que pode integrar também exemplares por ele recolhidos no terreno ou que lhe foram oferecidos;
- 3) apontou para a existência de oficinas de talhe solutrenses no Centro de Portugal e a utilização dos abundantes recursos de sílex de excelente qualidade disponíveis na região de Rio Maior região onde, surpreendentemente, as evidências deste tecno-complexo eram até agora quase desconhecidas, ao contrário do verificado para outros tecno-complexos do Paleolítico Superior, o que constituía uma incongruência.

## AGRADECIMENTOS

Pela autorização concedida ao acesso e estudo da coleção do Olival do Arneiro e respectiva documentação ao primeiro signatário, e pelo apoio no acesso aos respectivos materiais e espólio pertencente ao Arquivo Histórico de Manuel Heleno, consignam-se os devidos agradecimentos ao Dr. António Carvalho, director do Museu Nacional de Arqueologia, à Dr.<sup>a</sup> Lúvia Cristina Coito, bem como à Sr.<sup>a</sup> D. Luísa Guerreiro. J. Cascalheira foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, através do contrato programa com a referência DL 7/2016/CP1361/CT0026.

O primeiro signatário agradece ainda ao Prof. Doutor António Faustino Carvalho a troca de impressões com ele havida aquando da preparação deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. (2000) – *The terminal Gravettian of Portuguese Estremadura: technological variability of the lithic industries* (PhD Thesis). Southern Methodist University.
- ARCHER, W. & BRAUN, D. R. (2010) – Variability in bifacial technology at Elandsfontein, Western cape, South Africa: a geometric morphometric approach. *Journal of Archaeological Science*. 37, p. 201-209.
- ARCHER, W.; POP, C. M.; REZEK, Z.; SCHLAGER, S.; LIN, S. C.; WEISS, M.; Dogandžić, T.; DESTA, D. & MCPHERRON, S. P. (2017) – A geometric morphometric relationship predicts stone flake shape and size variability. *fg*, p. 1-13.
- BICHO, N. (2000) – Technological change in the final Upper Paleolithic of Rio Maior. *Arkeos*. Tomar. 8, p. 13-454.
- BICHO, N. (2009) – Fashion and glamour: weaponry and beads as territorial markers in Southern Iberia. In: DJINDJAN ; F, KOZLOSKI, J. K. & BICHO, N. (eds.), *Le concept de territoires dans le Paléolithique Supérieur européen*. Oxford: (BAR International Series 1938, p. 243-251.
- BONHOMME, V.; PICQ, S.; GAUCHEREL, C. & CLAUDE, J. (2014) – *Momocs*: outline analysis using R. *J. Stat. Softw.* 56, p. 1-24.
- CALLAHAN, E. (1979) – The basics of biface knapping in the eastern fluted point tradition: a manual for flintknappers and lithic analysts. *Eastern States Archeological Federation*.
- CALLAHAN, E. (1979) – The basics of biface knapping in the eastern fluted point tradition: a manual for flintknappers and lithic analysts. *Eastern States Archeological Federation*.
- CAPLE, J.; BYRD, J. & STEPHAN, C. N. (2017) – Elliptical Fourier analysis: fundamentals, applications, and value for forensic anthropology. *Int. J. Legal Med.*, p. 1-16.
- CARDILLO, M. (2010) – Some applications of geometric morphometrics to archaeology, in: *Morphometrics for Nonmorphometricians*. Springer, p. 325-341.
- CARDOSO, J. L. (2013) – 4. A história da arqueologia portuguesa vista pelas suas aulas. In CARDOSO, J. L. (ed.), *Manuel Heleno pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional-Casa da Moeda (2013), p. 37-40.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2013) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo dos utensílios de pedra lascada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 357-524.
- CASCALHEIRA, J. (2010) – *Tecnologia lítica do abrigo solutrense de Vale Boi*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Cadernos da Uniarq 5).
- CASCALHEIRA, J.; BICHO, N.; MARREIROS, J.; PEREIRA, T.; ÉVORA, M.; CORTÉS SÁNCHEZ, M.; GIBAJA, J. F.; MANNE, T.; REGALA, F.; GONÇALVES, C. & MONTEIRO, P. (2012) – Vale Boi (Algarve, Portugal) and the Solutrean in Southwestern Iberia. *Espac. Tiempo Forma*. Madrid. 5, p. 455-467.
- CLAUDE, J. (2008) – *Morphometrics with R*. Springer Science & Business Media.

- FERNÁNDEZ, J. M. M. (1999) – Esquemas operativos y conocimiento técnico: el caso del yacimiento solutrense del valle Almoinha (Torres Vedras, Portugal). *Espac. Tiempo y Forma*. Serie I, Prehistoria y Arqueología 0. <https://doi.org/10.5944/etfi.12.1999.4685>
- FORENBAHER, S. (1999) – Production and exchange of bifacial flaked stone artifacts during the Portuguese Chalcolithic. Oxford: BAR International Series 756.
- GASPAR, R.; FERREIRA, J.; HERNÁNDEZ, F. M.; GARCÍA-VADILLO, F.; REBELO, P. & NETO, N. (2015) – Away from the Edges: A New Solutrean Site in Interior Iberia (Foz do Medal Left Bank, Sabor Valley, Northeast Portugal). *Journal of Anthropological Research*. 71, p. 545-564.
- IOVITA, R. (2009) – *Ontogenetic scaling and lithic systematics*: method and application. *Journal of Archaeological Science*. 36, p. 1447-1457. <https://doi.org/10.1016/j.jas.2009.02.008>.
- IOVITA, R. (2010) – Comparing Stone Tool Resharpener Trajectories with the Aid of Elliptical Fourier Analysis. In *New Perspectives on Old Stones*. Springer, New York, NY, p. 235-253. [https://doi.org/10.1007/978-1-4419-6861-6\\_10](https://doi.org/10.1007/978-1-4419-6861-6_10).
- IOVITA, R. & MCPHERRON, S. P. (2011) – *The handaxe reloaded*: a morphometric reassessment of Acheulian and Middle Paleolithic handaxes. *Journal of Human Evolution*. 61, p. 61-74. <https://doi.org/10.1016/j.jhevol.2011.02.007>.
- MARKS, A. E.; BICHO, N.; ZILHÃO, J. & REID FERRING, C. (1994) – Upper Pleistocene prehistory in Portuguese Estremadura: results of preliminary research. *Journal of Field Archaeology*. 21, p. 53-68.
- NATIVIDADE, M. V. (1893) – *La taille du silex au XIX siècle*. Alcobaca: Typographia de A. Coelho da Silva.
- RIPOLL LOPEZ, S. (1988) – *La Cueva de Ambrosio (Vélez-Blanco, Almería) y su posición cronoestratigráfica en el Mediterráneo Occidental*. Oxford: BAR International Series 462.
- ROCHE, l'abbé J. (1972) – L'industrie du gisement solutréen de Monte da Fainha (Evoramonte. Alto Alentejo. Portugal). *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 69, p. 49-54.
- ROHATGI, A. (2011) – WebPlotDigitizer. URL: <http://arohatgi.info/WebPlotDigitizer/app>.
- ROHLF, F. (2001) – TPSDig2: a program for landmark development and analysis. See [Http://life.bio.sunysb.edu/morph](http://life.bio.sunysb.edu/morph).
- SCHMIDT, I. (2015) – *Solutrean Points of the Iberian Peninsula: Tool Making and Using Behaviour of Hunter-gatherers during the Last Glacial Maximum*. Oxford: British Archaeological Reports.
- SERWATKA, K. (2015) – *Bifaces in plain sight: testing elliptical Fourier analysis in identifying reduction effects on Late Middle Palaeolithic bifacial tools*.
- SHOTT, M. J. (2017) – *Stage and continuum approaches in prehistoric biface production*: A North American perspective. *PLoS One* 12, e0170947. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0170947>
- SMITH, P. (1966) – *Le Solutréen en France*. Bordeaux: Delmas.
- STRAUS, L. G., CLARK, G. A. (1986) – La Riera Cave: Stone Age Hunter-Gatherer Adaptations in Northern Spain. *Anthropological Research Papers No. 36*. Arizona State University, Tempe.
- TEAM, R. C. (2013) – *R: A language and environment for statistical computing*.
- TIFFAGOM, M. (2006) – De la pierre à l'Homme. Essai sur une Paléoanthropologie Solutréenne. Liège : ERAUL.
- ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M. & FERREIRA, O. da Veiga (1999/2000) – Le Paléolithique Supérieur au Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 55-82.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da Veiga; LEITÃO, M. & NORTH, C. T. (1977) – Estação paleolítica do Olival do Arneiro (Arruda dos Pizões, Rio Maior). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 61, p. 263-333.
- ZILHÃO, J. (1984) – O Solutrense superior de fácies cantábrica de Vale Almoinha (Cambelas, Torres Vedras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4, p. 15-86.
- ZILHÃO, J. (1987) – *O Solutrense da Estremadura portuguesa*. Lisboa: IPPC (Trabalhos de Arqueologia, 04).
- ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa*. Colibri, Lisboa, 2 vols.
- ZILHÃO, J.; REAL, F. & CARVALHO, E. (1987) – Estratigrafia e cronologia da estação solutrense de Vale Almoinha (Cambelas, Torres Vedras). *Arqueólogo Português*. Lisboa. 5, p. 21-35.

## ANEXO 1

**Transcrição dos cadernos de campo de Manuel Heleno relativos às intervenções de campo realizadas no Arneiro ou Olival do Arneiro, entre 1942 e 1944 (arquivo Manuel Heleno, Museu Nacional de Arqueologia)**

### [Caderno n°22]

1942

Escavações de Rio Maior (Maio a Nov.)

(...) Olival do Arneiro, Olival do Passal, Atras da Igreja  
(...)

#### VIII – Estações dos Pisões:

##### a) Dentro da Aldeia

Assenta a aldeia numa estação pré-hist.com paleol. Há objectos

##### b) Cabeço da Chã

À entrada da aldeia. Há uma estação de prof. Aparecem objectos a 50 cm de prof. Paleo. Antigo? Há peças mais modernas: um grattoir afocinhado.

Há uma pequena peça com trabalho (julgo) solutrense.

##### c) Olival do Arneiro

Há entrada da Aldeia de Pisões. Uma peça que lembra um coup-de-poing. Várias pontas, algumas das quais parecem solutrenses. Poucas raspadeiras.

##### d) Olival do Passal

(...)

Na terra do Joaquim Abreu, quando se abriu um poço, apareceu um coup-de-poing a 3,5 m de profundidade (acheulense).

### [Caderno n°23]

1943

Cad. 1

Escavações de Rio Maior: Arruda dos Pisões

##### a) Pisões (Arruda dos)

1. Olival do Arneiro
2. Olival do Passal
3. Olival do Casal
4. Atras da Igreja

#### Estações paleol. de Arruda dos Pisões

Em Nov. de 1942 procedi a investigações na Arruda dos Pisões. Apesar de poucos resultados no início insisti e descobri as estações do Arneiro, Passal e Atras da Igreja cujo material me pareceu solutrense.

**-1943-**

No dia 21 de Junho de 1943 visitei a Arruda dos Pisões. Encontrou-se paleol. sup. No sobreiral do Brejo, à entrada, (antes do rio) dos Pisões.

Procurou-se e encontrou-se pederneira no Brejo (sobreiral), no Casal da Chã (Olival) e no Oiteiro da Chã.

#### Olival do Arneiro

Pertence a José Gregório de Abreu, de Arruda dos Pisões.

Está na margem esquerda da ribeira dos Pisões, num terraço (creio eu) a norte dos moinhos (azenhas), a cerca de 50 m de distância.

Encontraram-se muito sílex com trabalho: fragmentos de pontas solutrense, um raspador afocinhado etc.

Também encontrei um coup-de-poing do acheulense antigo (ou médio?) perto dos moinhos.

#### Olival do Passal

Fica junto da estrada que serve a aldeia, na margem esquerda do rio, numa esplanada.

Deu indústria mustierense, pontas solutrenses, raspadores afocinhados, laminas apontadas, buris, etc.

Área mais extensa que no Arneiro.

#### Atras da Igreja

Fica a nascente do cemitério na margem esquerda do rio.

Deu alguma pederneira.

Olival do Casal

Perto do Passal. Deu duas pontas, uma partida.

Marcação dos objectos desta viagem:

- 1 = Brejo
- 2 = Casal do Chã
- 3 = Cabeço da Chã
- 4 = Olival do Arneiro
- 5 = Olival do Passal

#### Sondagens e escavações

Começaram na Arruda dos Pisões no dia 19 de Julho de 1943.

As primeiras sondagens fizeram-se no **Olival do Arneiro**.

Abriu-se uma vala de 17 m de comprimento de N. para S.. Ao meio encontraram-se muitas pontas, as quais mostram o trabalho solutrense desde os primeiros desbastes até às folhas de loureiro.

A parte do nascente é mais rica. As sondagens vão a 1 m de profundidade. Numa delas deu-se com um lar.

Ao todo dezenas de pontas, mas finas, umas 10.

Também raspadeiras.

—

Algumas destas pontas servem para classificar uma aparecida no Via Vai (?) pois são de tipo igual: É solutrense.

Nesta estação não há camadas.

[pág. 6]

[...]

[pág. 12]

Arneiro

Visitei a escavação nos dias 26 e 27. Fizeram-se 42 sondas.

O Arneiro pertence a José Gregório de Abreu, da Arruda dos Pizões.

A parte que acusou objectos é a metade do lado do nascente.

A norte corre a estrada e a sul a ribeira. Do N. e Leste casas.

As sondas mostraram:

a) Uma camada de terra escura, arável.

b) Uma camada de terra (areia) pedregosa amarelada (amarelo claro).

A primeira tem em regra 25 cm de espessura, a 2ª de 40 cm a 90 cm. Os níveis arqueológicos chegam pois à profundidade de 1,30 m. A baixo uma areia muito branca com seixos. Esteril.

Os objectos aparecem indistintamente ao que parece por enquanto.

### Lar

Apareceu um lar à prof. De 0,70m a 0,80m: Barro cosido e cinzas. Silix queimado e pontas queimadas em cima e em volta. Esp. do lar 0,10m.

Apareceram nesta 10 pontas inteiras, m.<sup>tos</sup> fragmentos doutras e próximas duas raspadeiras sobre lâmina fina.

**Escavação.** Feitas as sondagens começou-se a escavação do meio do olival de poente para nascente.

As camadas eram duas:

a) Terra escura, mexida, lavrada, vegetal – Em regra com 25 cm de prof.

b) Terra ou melhor areia amarelada.

c) Camada estéril de areia fina e seixo.

Usamos do seguinte processo:

1º Tiram-se a camada dos 0 a 25 cm. Era a 1ª camada de terra arável.

2º A camada de terra por mexer (amarelada) foi dividida em capas de 25 cm também, extraindo sucessivamente os objectos do nível dos 25 a 50 cm, dos 50 a 75 cm, dos 75 a 100 cm e assim sucessivamente.

Não se observaram ... diferenças na distribuição industrial.

A estação é rica, parece do solutrense médio e abrange uma área de 600 m<sup>2</sup> pelo menos.

### Características do material por camadas

#### Camada acima dos 1,25m

Junto do lar nº1 apareceu a 1,35m de prof. uma ponta do tipo de folha de loureiro mas de trabalho rustico.

#### Camada de 1,00 a 1,25m

Nada de notável, cinzas do lar. Uma ponta partida (...) a 1m de prof. – Camada pobre. Deu frag. de pontas a 1,20m no lar.

#### Camada dos 75 cm a 100cm

14? Frag. de pontas regulares

3 laminas

1 buril

1 ponta com retoque forte marginal

1 raspadeira fina

1 raspadeira

1 raspador nucleiforme

1 raspadeira em (...)?

15 frag. de pontas.

#### Camada 50 a 75 cm

3 raspadeiras sobre lamina

4 raspadores em quilha ou afocinhados

2 denticulados

2 nucleiformes

1 circular

4 de tipos vários

**Laminas** – Não m.<sup>to</sup> abundantes. Em 15 uma truncada, uma denteada, outra com sinal de uso.

**Furador** – Um

**Buris** – Falta. Um?

#### Pontas inteiras

4 finas

5 grosseiras

1 partida, completa, grande

Partidas: 26 frag. finas  
26 frag. grosseiras

**Camada 25 - 50 cm**

10 laminas  
2 furadores

**Raspadores**

4 afocinhados  
14 de tipos vários  
3 em extremidade de laminas  
4 espessos

**Pontas - 17 inteiras,**

Fragmentos: 114 de tipos do solutrense médio

**Camada 0 a 25 cm**

Laminas: 1 apontada  
1 com retoque  
12 varias + variados

**Furadores - 2 ou 3?**

**Raspadores e raspadeiras**

1 afocinhado  
1 sobre extremidade lamina  
2 circulares  
6 variados + 3  
Nucleo - 1

**Pontas - 4 finas**

8 grosseiras  
Fragmentos de pontas - 68 + 11

**Conclusão** - Parte mais rica: 25 a 50 cm

—

Atenção. No sobreiral do Arneiro fiz sondagens que deram uma ponta, frag. de outras, raspadeiras, etc.

[pág. 20]

(...)

[pág. 30]

**- Arneiro -**

A partir duma linha que vai duma oliveira partida, junto do curral, a outra do lado do sobreiral, juntamente a pederneira, começou a aparecer no Arneiro industria com patine diferente e com retoque marginal a lembrar aurignacense (Pal. Superior)

Consideraremos essa zona um talhão independente que designaremos por Talhão 2 (a nascente) ou Arneiro E.

Área explorada 1943 - 700m<sup>2</sup>

**[Caderno nº24]**

1943

Cad. nº 2

Escavações em Rio Maior:

Arruda dos Pizões

- (...)

- Arneiros

- (...)

**Arneiro** (freg. Arneiro)

Fica a nascente de Arruda, acerca de 300m.

Paleol. sup. Buri!

**[Caderno nº28]**

1944

Escavações na Arruda dos Pizões (Rio Maior)

Março de 1944

24-III-44

Visitei as estações de Arruda nesta data.

Colhemos à superfície do Passal fragmentos de ponta (...).

Arneiro

As escavações começaram no Arneiro continuando o serviço para leste.

À superfície na parte ocidental(?) do Arneiro no local onde se tinha assinalado industria solutrense achou o dono (?) duas pontas grosseiras (primeiras fases de talhe).

Nas escavações temos a considerar:

**Camada de 0 cm - 25 cm**

Na parte Leste do Arneiro a indústria (...) da parte central (onde começamos):

A patina é amarelada, os objectos lustrosos; as peças eram m.<sup>to</sup> mais retoque marginal, por vezes finos.

Apareceu peças com concavidades (coches).

As pontas são em maior quantidade. Será aurignacense?

**Camada de 25 - 50 cm**

Continua o retoque marginal

Laminas retocadas (coche)

Duas metades de ponta

Uma raspadeira

**Camada 50 - 75 cm**

Continua o retoque marginal, por vezes muito fino, semelhante ao Casal Felipe. O retoque é porem em laminas e não pontas.

Aparecem folhas encarnadas a lembrar Chatelperron, mas o retoque é simples e não em degraus. Complica isto o aparecerem fragmentos de pontas solutrenses. Patina branca e brilhante, atirando para o creme.

### **Camada 75 cm – 100 cm**

Camada com muitas lâminas com retoque fino, sem pontas solutrenses.

Raspadeira m.<sup>to</sup> bela.

### **Camada 100 – 125 cm**

Laminas com retoque

Fragmentos de ponta solutrense finas.

Uma ponta solutrense mais fina

Bico

Uma peça acheulense.

### **Camada 125 cm – 150 cm**

O mesmo. Sem pontas solutrenses.

\*

As camadas desta parte da escavação que abrange a parte de leste, são ainda duas:

a) Terra negra, vegetal, arável (30 cm a 25 cm)

b) Terra esbranquiçada (areia e seixo de rio) de origem fluvial (até 1,5m).

A estação pois (?) num terraço da Ribeira.

\*

Como material da parte central (abundancia de pontas, pouco retoque marginal) é diferente da parte leste (abundancia de folhas e lascas com retoque marginal) designarei esta Arneiro E (este);

O Centro ficará sem designação ou será indicado por C;

A parte Oeste, além da eira por W (oeste)

\*

No material por escolher encontrei uma raspadeira denticulada; duas peças com retoque solutrense que na parte proto-solutrense (sendo assim a **estação podia ser do aurignacense superior**) e um buril, um furador talvez solutrense e uma pedra com dupla patina. **Esta importante para a cronologia relativa.**

### **Arneiro E**

Estive de novo na Arruda dos Pizões nos dias 4 e 5 de Maio.

Do exame do material do Arneiro resultou o seguinte:

### **Camada 0 – 50 cm**

Peças com retoque marginal, mas em decadência.

Poucos instrumentos, a saber:

– Fragmentos duma ponta solutr.

– Ponta com retoque marginal, rebaixando o bordo e do resto, coche.

– Raspadeira espessa (3)

– Raspadeira (micro)

– Outras peças e folhas com retoque marginal

– Coche

### **Camada 25 – 50 cm**

Folhas e outras peças com retoque marginal.

Nucleo

Ponta solutrense partida; outro fragmento; peça com o menor trab.

Raspadeira m.<sup>to</sup> boa

Raspador nucleoforme

Faquinhas retocadas

Furador, etc.

### **Camada 50 – 75 cm**

Furadores

Laminas com retoque, por vezes fino

Buris

Coche

Micro-raspadeiras

Raspadeiras, poucas

Ponta fragmentada solutrense.

### **Camada 75 – 100 cm**

– Folhas retocadas marginalmente

– Folha pequena de Chatelperron

– Furadores

– Raspador

– Buril

– Raspadeira

### **Camada 100 – 125 cm**

O material desta camada é mais grosso.

Continua o retoque marginal, mas apareceram dois fragmentos de ponta solutrense.

Uma raspadeira; outras peças grandes.

### **Camada 125 – 150 cm**

Continuação das peças grossas, algumas compatina do paleolítico antigo (must. e ach.)

Raspadeira.

### **Arneiro E**

#### **5.V.44**

### **Camada 0 – 25 cm**

– Peças com retoque solutrense (meia ponta, um frag., outra metade grosseira)

– Facas com retoque lateral (m.<sup>tas</sup>)

– Pontasinhas retocadas

– Três buris de angulo (mais)

– Coche

– Raspadeira afocinhada

– Nucleo

### **Camada 25 – 50 cm**

Peças antigas, mustierense, ou pal. Antigo.

- Raspadores
- Peças com retoque marginal, e as vezes facial
- Raspadeiras
- Furador
- Faquinha com retoque
- Nucleo
- Buril
- Facas
- Furadores
- Nucleo
- Ponta solutrense

### **Camada 50 – 75 cm**

Raspador lateral

Raspadeira

Raspadeira concava

Nucleo

Coup de poing pequeno de quartzito acheul.

Linda raspadeira concava, denticulada.

- Faca cortada transversalmente
- Coche
- Furador
- Ponta de lança(?), retoque marginal

### **Camada 75 – 100 cm**

- Nucleo
- muitas pedras com retoque marginal
- Uma pedra do paleol. antigo.
- Lamina com retoque facial e marginal
- Raspadeira nucleiforme
- Pedra para lança na 1ª fase de preparação, patine branca
- Fragmento de ponta solutrense
- Raspador concavo
- Micro-buril
- Pontasinha retocada
- Laminasinhas
- Ponta solutrense, em princípio

### **Camada 100 – 125 cm**

Peças maiores.

Furador grande ou bico

Lasca retoc. trabalhada, quartzito antigo

Raspadeira

Fragm.<sup>to</sup> de ponta solutrense

Laminas grandes retocadas

### **Camada 125 – 150 cm**

Peças antigas

Coche

Bico grande

Buril de angulo

Faquinhas retocadas, etc.

\*

Na visita que fiz às escavações do Arneiro no dia 7 de Junho analisei o material proveniente duma língua de terra na parte central, que ficara por explorar em 1943. O terreno era pobre de objectos. Vão marcados com **Arneiro C** (igual a Arneiro simplesmente). Arneiro C ou Arneiro indica a zona central ( consideramos no Arneiro três zonas: a Central indicada por Arneiro ou Arneiro C; a leste = Arneiro E e a W = Arneiro O).

Os objectos (...) constam do que se segue:

#### **Arneiro C = Arneiro**

### **Camada 0 – 25 cm**

Deu: fragmentos de pontas solutrenses

- Um furador solutrenses
- Raspadeira e raspadores
- Uma peça partida de sílex, talhe grosseiro, que lembra as peças brancas da Perra(?) do Monsanto(?).

### **Camada 25 – 50 cm**

Raspador e Raspadeiras

Nucleo

Pontas solutrenses ou fragm.

Furador

Buril

Laminas compridas e retocadas na margem. Lembram madalen.

Raspadeira concava

### **Camada 50 – 75 cm**

Bastantes peças com retoque marginal

Nucleos

- Uma ponta solutrense, tipo folha de salgueiro
- Raspador em carena
- Raspadeira
- Furador
- Raspador concavo com retoque solutrense
- Laminas
- Raspador lateral
- Buril

### **Camada 75 – 100 cm**

- Raspadeira retoque marginal

- Tres pontas solutrensespartidas mas completas
- Fragn. de outra
- Laminas retocadas
- Raspadeiras

#### **Camada 100 - 125 cm**

- Raspadeiras, uma linda sílex com (...) vermelhos.
- Dois fragn. de ponta solutrense.
- Folhas retocadas
- Furador

#### **Camada 125 - 150 cm**

- Nucleo
- Fragmentos de ponta solutrense
- Pontas retocadas
- Uma pontazinha m.<sup>to</sup> fina com retoque.

\*

**6 de Julho de 1944**

Visitei as escavações dos Pizões nesta data.

Analisei o material achado numa sondagem feita no **Passal**, e em escavações feitas no **Arneiro W** (ao pé do Vale do (...) Quiterio) e na continuação do **Arneiro C** e **Arneiro E**.

Passal(...)

#### **Arneiro W**

##### **Camada 0 - 25**

- Algum retoque marginal
- Uma raspadeira dentada feita por corte transversal de lasca.
- Folha retocada.

##### **Camada 25 - 50**

- Raspadeira
- Lamina
- Ponta (...) pouco trabalhada

##### **Camada 50 - 75**

- Peças com pouco trabalho

\*

#### **Arneiro C**

##### **Camada 0 - 25**

- Pedra com pouco trabalho

##### **Camada 25 - 50**

- Alguns retoques marginal
- Nesta camada um lindo instrumento (...)

##### **Camada 50 - 75**

- Fragn. de ponta fina pouco trabalhadas

Furador

Nucleo

#### **Camada 75 - 100**

- Uma ponta em dois fragn.
- Retoque marginal (pouco)
- Outras fragn. de ponta.
- Uma peça em preparação de ponta.

#### **Camada 100 - 125**

- Fragn. de ponta
- Retoque marginal

#### **Camada 125 - 150**

- Nucleos grandes
- Laminas mais alongadas
- Ponta partida
- Retoque marginal

\*

#### **Arneiro E (cont.)**

##### **Camada 0 - 25**

- Raspadeira denticulada
- Laminas com retoque marginal
- Fragn. de ponta

##### **Camada 25 - 50**

- Lamina retocada
- Buril
- Meia ponta
- Furador
- Peça com entalhes

##### **Camada 50 - 75**

- Nucleo
- Raspadeira
- Raspadeira
- Laminas retocadas

##### **Camada 75 - 100**

- Raspadeira
- Retoque marginal
- Pontas em fragmentos

##### **Camada 100 - 125**

- Retoque marginal, por vezes m.<sup>to</sup> fino.

##### **Camada 125 - 150**

- Lamina, núcleo, Furador

**Arneiro E**  
(visitei em 8 de Agosto de 1944)

**Camada dos 0 - 25**

Raspadeira, raspador nucleiforme, folhas retocadas, furador, **fragm. de ponta solutrense**, facas de bordo retocado.

**Camada dos 25 - 50**

Uma peça de paleol. antigo. Uma mustierense. Retoque marginal. Faquinhãs. Raspadeiras, fragm.<sup>tos</sup> de ponta solutrense, pontas e facas retocadas.

**Camada 50 - 75**

Nucleos, raspadeiras, laminas com retoque marginal. Fragm. de pontas solutrenses. Uma ponta partida com concavidade assinalada.

**Camada 75 - 100**

Uma boa peça acheulense. Peça de quartzito. Raspadeiras, uma afocinhada, buril, fragm. de pontas solutrenses e uma bela inteira.

**Camada 100 - 125**

Continuação do retoque marginal. Nucleos, raspadeiras, coches, fragm. de pontas solutrenses.

**Camada 125 - 150**

Peças maiores. Núcleos, lâmina retocada, coche, furador, raspadeiras.

**Camada 150 - 175**

Um lindíssimo coup-de-poing. Retoque mais largo. Nucleos. Furadores. Outro coup-de-poing.

**Camada 175 - 200**

Nucleos, etc.

\*

**Arneiro C**

Em 9 de Setembro voltei a Arruda dos Pizões para ver o material da parte central, que se começou a explorar com início na trincheira aberta em 1943, quando se começou a exploração.

Confirmou-se que nesta parte há menos pedra trabalhada, menos retoque marginal, menos laminas(?) e mais peças com trabalho solutrenses (pontas).

**Camada 0 - 25**

Peça de quartzito lascada. Raspador. Nucleo. Fragmentos de ponta solutrense, dois finos. Raspadeira concava.

**Camada 25 - 50**

Muitos fragmentos de pontas solutrenses e pontas grosseiras.

Laminas. Algum retoque marginal

**Camada de 50 - 75**

Peças grosseiras com desbaste para preparação de pontas. Uma ponta inteira e fragmento de outras. Raspadeira. Uma peça patinada (raspadeira) mais antiga.

Algumas laminas retocadas.

**Camada 75 - 100**

Pontas solutrenses e fragmentos. **Mais retoque marginal**, assemelhando-se mais ao Arneiro E, mais delicado.

Raspadeiras, uma concava.

**Camada 100 - 125**

O retoque pouco aumentou com a profundidade e as pontas solut. diminuiram.

Nucleo. Retoque marginal abundante, semelhante ao do Arneiro E.

Raspador nucleiforme. Raspador com coche.

**Camada 125 - 150**

O Arneiro C é menos profundo, menos delicado que o Arneiro E, que chega a dois metros. A cima de 125 cm o Arn. C pouco tem.

A folha retocada de lado que se tivesse retoque mais largo e plano podia ser proto-solutrense. (...)

Um frag. de ponta solutrense.

Continuação do retoque marginal, como no Arn. E.

**Camada 150 - 170**

Pontinhas retocadas. M.<sup>to</sup> pouco material. No Arneiro E ainda aparece m.<sup>to</sup>.

Conclusão: Parece que quando o retoque marginal aumenta diminuem as pontas. Assim neste material as pontas aparecem sobretudo entre 25 a 75 cm, ora é a partir de 75 cm que o retoque aumenta. Não acompanha as pontas. Deste modo o material **com retoque parece (?) mais antigo**.

A 125 cm há peças que podem ser proto-solutrenses.

**[Caderno nº27]**

**1944**

Escavações na Arruda dos Pizões (Rio Maior)  
Outubro de 1944

**Arneiro C**

**Visita em 4 Out. 44**

**Camada 0 - 25**

Fragm.<sup>tos</sup> de pontas solutrenses  
Alguns retoques marginais  
Raspadeiras afocinhadas  
Raspadeira circular  
Butil

**Camada 25 - 50**

- Lâmina ou folhas em abundancia  
- Núcleo  
- Alguns fragm.<sup>tos</sup> de ponta, m.<sup>to</sup> retoques marginal  
- Raspadeiras grosseiras e uma algo afocinhada

**Camada 50 - 75**

Núcleo  
Coche  
Folhas com retoque marginal  
Pontas retocadas marginalmente, talvez furador ou butil  
Fragmentos de pontas solutrenses  
Peças com trabalho solutrense  
Raspadeira afocinhada perfeita  
Raspadeira circular

**Camada 75 - 100**

Fragmento grande ponta tipo folha de loureiro  
Peças mais grossas  
Raspadores grosseiros  
Retoque marginal  
Bico  
Nucleos  
Retoque marginal abundante  
Raspadeira  
Folhas retocadas pequenas

**Camada 100 - 25**

Bico  
Núcleos  
Coche  
Raspador nucleiforme  
m.<sup>to</sup> retoque marginal  
Laminas e folhas  
Peça com retoque solutrense  
Ponta solutrense inteira

**Camada 125 -150**

Raspador  
Furador  
Retoque marginal  
Folhas  
Coches  
Bicos  
Buris  
Fragm.<sup>to</sup> de ponta solutrense  
- ponta talvez aurignacense  
- laminas

**Conclusão geral**

Mais solutrense na parte das camadas dos 0 a 75 cm.

**Arneiro W (visita de 30 Nov. 1944)**

Fiz lá sondagens em Outubro de 1944.  
As camadas com objectos são quase superficiais: não vão além dos 50 cm.

Deu:

**Camada 0cm - 25cm**

Algumas peças bem patinadas: patina cinzento claro, amarelo carregado e sem patina.

**Camada 25cm-50cm**

Ponta grosseira. Pedras com talhe e retoque. Butil?  
Faquinha retocada. Furador.

## ANEXO 2

### Transcrição dos cadernos de campo de Manuel Heleno relativos às intervenções de campo realizadas na estação do Passal (Arruda dos Pisões)

A estação do Passal foi descoberta e explorada nos anos de 1942-1944 por uma equipa de trabalhadores locais orientada pelo Prof. M. Heleno, na mesma altura da descoberta e dos trabalhos realizados nas estações muito próximas do Arneiro, Quintal da Fonte e Atrás da Igreja, situadas no interior ou na periferia do aglomerado populacional de Arruda dos Pisões.

De acordo com as indicações do investigador, a estação arqueológica do Passal localiza-se “junto da estrada que serve a aldeia” de Arruda dos Pisões, concelho de Rio Maior, “na margem esquerda do rio”.

O primeiro relato da descoberta e recolha de materiais arqueológicos no local data de Novembro de 1942, atribuindo-os ao Solutrense.

A 21 de Junho de 1943, M. Heleno visita o local, informando que a área arqueológica é mais extensa que a do Arneiro e faz recolha de materiais arqueológicos, marcando os objectos desta colheita com o número 5, dando conta nas suas notas que recolheu: “indústria mustierense, pontas (?) solutrenses, raspadeiras afocinhadas, lâmina apontada, buril, etc.” (cf. Notas de Paleolítico, 21 de Junho de 1943).

A 26 de Julho do mesmo ano iniciam-se os trabalhos de campo com a abertura de 53 sondagens, na propriedade de Francisco Gregório de Abreu, num terreno composto de Oliveiras velhas. A 26 de Agosto do mesmo ano, M. Heleno visita o local e identifica a seguinte estratigrafia:

- a) Dos 0 aos 25 cm de profundidade, camada de terra arável negra;
- b) Dos 25 aos 100 cm, camada de terra amarelada ou esbranquiçada (areia).
- c) Por debaixo desta segunda camada amarela existe uma outra composta por areia e seixo (de rio?).

Os objectos arqueológicos recolhidos aparecem nas duas primeiras camadas identificadas. O autor, no seu caderno de campo efectua breve inventário das peças arqueológicas recolhidas (Cadernos de Manuel Heleno, n.º 23, 1943).

A 20 de Setembro do mesmo ano M. Heleno visita de novo o local e relata no seu caderno de campo a reali-

zação de 19 novas sondagens para o lado Sul, até à estrada, decapando o terreno em camadas artificiais de 25 cm de profundidade, recolhendo em todas elas materiais arqueológicos, com a seguinte observação estratigráfica:

- a) Uma camada arável, escura, dos 0 aos 25 cm;
- b) Uma camada de areia com seixos, com materiais arqueológicos, dos 25 cm até 150 cm.

Nas suas notas de campo M. Heleno descreveu os materiais recolhidos em cada camada artificial correspondente.

A 17 de Outubro faz nova visita aos trabalhos de campo dando conta, no seu caderno de campo algumas das peças recolhidas, concluindo que a camada mais rica em materiais arqueológicos se situava entre os 50 cm e os 75 cm de profundidade.

A superfície explorada em 1943 corresponde a 900m<sup>2</sup>.

A 6 de Julho de 1944, M. Heleno faz nova visita às escavações que estavam a realizar-se nessa data em Arruda dos Pisões, quer no Passal como no Arneiro W, Arneiro C e Arneiro E.

Para a estação do Passal identifica os objectos recolhidos em escavação arqueológica, em camadas artificiais de 25 cm de profundidade, atingindo a cota mais baixa de 150 cm. (Caderno n.º 28)

Em Outubro e Novembro de 1944 realizaram-se novas escavações no Passal, na propriedade de António de Carvalho. A profundidade atingida nas sondagens foi até aos 125 cm.

M. Heleno visitou os trabalhos de campo a 3 de Novembro e relata no seu caderno os materiais mais representativos por camadas artificiais de 25 cm de profundidade (Caderno n.º 27) e faz os seguintes reparos: os materiais arqueológicos possuem vários tipos de patine (creme, cinzenta, amarelada e sem patine); o terreno apresenta-se variável: “na parte superior a 25 cm terra escura; depois passa a barro (argila) entre os 25 cm e os 75 cm. Por fim o terreno é um areal grosso, com m.<sup>tos</sup> seixos misturados”; Faz também a referência que “o material é de talhe no qual mais grosseiro, mas apresenta raspadeiras delicadas e às vezes pontas finas. As pontas aparecem sobretudo entre 25 cm e 75 cm” (Caderno n.º 27).

No Caderno das Fichas das peças, o autor, faz referência a várias peças pedunculadas, pontas e fragmentos de

pontas solutrenses devidamente retocadas e outras em fase de preparação, inacabadas.

[Caderno, 1942, Diário das escavações na Terra do Manuel dos Vales (Sr<sup>a</sup> da Luz), Casal do Filipe, Vale Comprido (Rio-Maior), pág. 58]

Arruda dos Pisões  
Olival do Paçal

Fica no centro da aldeia a uns 50 m da entrada do lado do S. Por detrás da igreja também apareceu pederneira. Continuaram a explorar os Pisões, o Paçal e chegaram a 1km em redor. Continuaram a aparecer pedaços de lanças com trabalho. Não apareceu cerâmica. Acabou-se o serviço com a ida á gançaria (?). As terras estão a criar pastos e já não se pode pesquisar mais.  
5/11/1942

[Caderno nº23]

1943

Cad. 1

Escavações de Rio Maior: Arruda dos Pisões

- b) Pisões (Arruda dos)
- 5. Olival do Arneiro
- 6. Olival do Passal
- 7. Olival do Casal
- 8. Atras da Igreja

#### Estações paleol. de Arruda dos Pisões

Em Nov. de 1942 procedi a investigações na Arruda dos Pisões. Apesar de poucos resultados no início insisti e descobri as estações do Arneiro, Passal e Atras da Igreja cujo material me pareceu solutrense.

-1943-

No dia 21 de Junho de 1943 visitei a Arruda dos Pisões. Encontrou-se paleol. sup. No sobreiral do Brejo, à entrada, (antes do rio) dos Pisões. Procurou-se e encontrou-se pederneira no Brejo (sobreiral), no Casal da Chã (Olival) e no Oiteiro da Chã.

#### Olival do Arneiro

Pertence a José Gregório de Abreu, de Arruda dos Pisões. Está na margem esquerda da ribeira dos Pisões, num terraço (creio eu) a norte dos moinhos (azenhas), a cerca de 50 m de distância.

Encontraram-se muito sílex com trabalho: fragmentos de pontas solutrenses, um raspador afocinhado etc. Também encontrei um coup-de-poing do acheulense antigo (ou médio?) perto dos moinhos.

#### Olival do Passal

Fica junto da estrada que serve a aldeia, na margem esquerda do rio, numa esplanada. Deu indústria mustierense, pontas solutrenses, raspadores afocinhados, laminas apontadas, buris, etc. Área mais extensa que no Arneiro.

#### Atrás da Igreja

Fica a nascente do cemitério na margem esquerda do rio. Deu alguma pederneira.  
Olival do Casal

Perto do Passal. Deu duas pontas, uma partida.

—————  
Marcação dos objectos desta viagem:

- 1 = Brejo
- 2 = Casal do Chã
- 3 = Cabeço da Chã
- 4 = Olival do Arneiro
- 5 = Olival do Passal

#### Sondagens e escavações

Começaram na Arruda dos Pisões no dia 19 de Julho de 1943.

As primeiras sondagens fizeram-se no **Olival do Arneiro**.

Abriu-se uma vala de 17 m de comprimento de N. para S.. Ao meio encontraram-se muitas pontas, as quais mostram o trabalho solutrense desde os primeiros desbastes até às folhas de loureiro.

A parte do nascente é mais rica. As sondagens vão a 1 m de profundidade. Numa delas deu-se com um lar.

Ao todo dezenas de pontas, mas finas, umas 10.

Também raspadeiras.

—————  
Algumas destas pontas servem para classificar uma aparecida no Via Vai (?) pois são de tipo igual: É solutrense.

Nesta estação não há camadas.

\*

Visitei as escavações no dia 26 de Agosto de 1943.

**Passal** – Fizemos 53 sondas e verificamos que a parte com material está situada na propriedade de Francisco Gregorio de Abreu e que começa junto da carreira de Oliveiras velhas que fica na estrema do lado do norte. As sondagens que se figuram a norte desta propriedade, alem da dita carreira de [fim da pág. 6] [início da pág. 7]

### **Olival do Passal**

Começou a ser sondado no dia 26 de Julho. Nos três primeiros dias não se encontrou nada, mas a seguir pontas e raspadeiras.

A profundidade vai a cerca de 1,5 m, sempre terra da mesma qualidade, sem camadas.

\*

Visitei esta escavação no dia 26 de Agosto de 1943.

As sondagens do Passal foram feitas em especial na propriedade de Francisco Gregorio de Abreu e ainda na que continua com esta do lado do norte. Aqui porem não se encontrou nada. Só a partir duma carreira de oliveira que havia a dita estrema norte da propriedade do Gregorio é que se encontraram objectos.

Fizeram-se 53 sondas. Em todas elas se notou:

- d) Camada de terra arável negra, em regra com 25 cm.
- e) Camada de terra amarelada ou esbranquiçada (areia). Apresenta objectos até uma espessura de 68 cm, quer dizer portanto até a profundidade de 25+68=93. As vezes a profundidade vai até a 1m da superficie.

Os objectos aparecem nas duas camadas.

Deu a 40 cm uma ponta de pedúnculo centrado, e uma outra grosseira.

Por debaixo de terra amarela uma camada de areia e seixo, (de rio?) e por debaixo terra forte.

\*

Numa escavação que fiz no dia 27 de Agosto de 1943 encontramos entre 0,90 m. e 0,95 m. de prof. uma esteira de pederneira, fornecendo uma massa, na qual 12 pontas ou fragmentos de pontas. Alem disso restos de fabrico ou peças grosseiras que se (?) utilizaram (?) partindo-se. [fim da pág. 9]

[pág. 21]

### **Passal**

Deram as sondas:

Pontas na 1ª fase.

- outas de sílex m.<sup>to</sup> fino, mas partidas. Partidas: fragm.: 40
- Raspadeiras espessas
- Raspadeiras afocinhadas
- Raspadeiras denticuladas
- Raspadeiras sobre lamina (?)
- Laminas: poucas, algumas com retoque marginal.
- Um furador
- Uma base de ponta com espigão nítido, e outra possível
- Raspadeiras frag.

\*

Visitei o Passal no dia 20 de Set. Fizeram-se mais 19 sondas para o lado sul, até à estrada. Encontrou-se em todas material, em menor quantidade.

### **Caracter do material:**

Raspadeiras sobre lasca, pico, núcleo, facas, raspadeira redonda.

### **Escavação**

Começou-se de N. para S.

Encontrou-se:

- c) Uma camada arável, escura com 25 cm
- d) Uma camada de areia com seixos que dá objectos até 1,50 m.

Dividimo-la em capas de 25 cm

### **Camada de 0 – 25 cm**

Raspador e raspadeiras e pontas partidas tipo sol. grande e outras finas – total dos fragmentos de pontas: 13.

### **– Dois fragmentos de pontas com pedúnculo central**

Três fragmentos de pontas finas, uma de sílex m.to fina (amarelo), translucido.

### **Camada 25 – 50 cm**

Nucleos, raspadeiras, pontas partidas. Uma inteira partindo-se devido à solidos do terreno

Fragmentos de ponta; tipo esbaiguiense(?) – 14 fragmentos

Trabalho regular – 18 fragmentos

Trabalho fino – 6 fragmentos

### **Um fragm. de ponta pedunculada**

Um núcleo

### **Camada de 50 a 75 cm**

Pontas grosseiras (frag.) 14

Frag. de outras mais finas – 45

Raspadeiras – 7

Pontas inteiras, duas, uma pedunculada

– **Um fragm.<sup>to</sup> de outra pedunculada**

**Camada de 75 a 100 cm**

Raspadeiras, furador, lascas retocadas, fragmentos de pontas- quatro

**Uma ponta (?)**

**Camada 100 a 125 cm**

Uma raspadeira

---

**Passal**

Visitei de novo em 17 de Out.

O material que lá se recolheu foi o seguinte:

**Camada 0 a 25 cm**

Laminas, algumas com vestígio de trabalho

**Pontas** – 12 frag. de pontas grosseira

16 frag. de pontas finas

Núcleo

10 raspadeiras

**Pontas inteiras** – 8

Um buril – (?)

**Camada 25 a 50 cm**

Poucas peças bem trabalhadas.

Trabalho grosseiro.

11 frag. de pontas grosseiras

9 frag. de pontas finas

5 raspadeiras

1 ponta inteira

Há dois fragmentos que parecem esboços

**Camada 50 a 75 cm**

Na parte ao norte da carreira de oliveira onde começamos a camada mais rica, mesmo bastante rica, era a de prof. 50 a 75 cm. Deu:

– Algumas folhas (...?) retocadas

– Pontas em começo de preparação (técnica ...?)

– 47 frag.<sup>tos</sup>

– Raspadeiras – 8 + 17

Frag. de pontas finas – 130

Pontas inteiras grosseiras – 8

Pontas inteiras ou completas – 18

Varios fragmentos com pedúnculo.

Há pontas curvas, ou arqueadas

**Camada 75 a 100 cm**

Fragmento de pontas.

Pouco material

**Camada 100 a 125 cm**

Fragmentos de ponta.

Denticulação – só 3 peças

Passal, Superfície explorada em 1943 – 900 m<sup>2</sup>

[fim da pág. 29]

**[Caderno n°27]**

**1944**

Escavações na Arruda dos Pizões (Rio Maior)

Outubro de 1944

[pág. 6]

**Passal**

Realizei no Passal escavações em Outubro e Nov. de 1944, na parte do Antonio de Carvalho.

A camada arqueológica vai até 125 cm.

Na visita que fiz à Arruda em 3 de Nov. de 1944 para ver escavações e material colhi as seguintes elementos:

**Camada 0 – 25 cm**

Fragm.<sup>tos</sup> de pontas.

Raspadeiras circulares

Raspadeira com extremidade de lâmina espessa

Raspadores

Trabalho solutrense

–

Nota: No Passal objectos com patine creme, sem patine, e patine cinzenta.

**Camada 25 – 50 cm**

Núcleo

Fragmentos de pontas grosseiras

Furadores

– Raspador (?)

– Lâminas com retoques marginais, patine amarelada (creme carregado)

– Peças em preparação solutrenses

– Grande raspador

– Raspadeira lateral

– Ponta solutrense

– Ponta proto solutrense

– Faquinhas retocadas (poucas)

– Facas e raspadeira

– Três frag. de pontas finas

– Pontas grosseiras

Muitos frag. de pontas solutrenses

**Camada 50 – 75 cm**

Retoque marginal em lâmina

(?) raspadeira  
Butil  
Trabalho solutrense  
Furadores  
Raspador  
Ponta em preparação (?)  
Butil

#### **Camada 75 – 100 cm**

Ponta solutrense  
Coche  
Retoque marginal em folhas  
Nucleo  
Raspador  
Peça mais antiga  
Coup-de-poing (?)

#### **Camada 100 – 125 cm**

Núcleos  
Ponta  
Furador

#### **Conclusão**

O terreno apresenta-se variável.  
Na parte superior a 25 cm terra escura; depois passa a barro (argila) entre os 25 cm e os 75 cm. Por fim o terreno é um areal grosso, com m.<sup>tos</sup> seixos misturados (graviers)  
O material é de talhe no geral mais grosseiro, mas apresenta raspadeiras delicadas e às vezes pontas finas.  
As pontas aparecem sobretudo entre 25 cm e 75 cm.

#### **[Caderno nº28]**

**1944**

Escavações na Arruda dos Pizões (Rio Maior)  
Março de 1944

[pág. 21]

\*

**6 de Julho de 1944**

Visitei as escavações dos Pizões nesta data.  
Analisé o material achado numa sondagem feita no **Passal**, e em escavações feitas no **Arneiro W** (ao pé do Vale do (...) Quiterio) e na continuação do **Arneiro C** e **Arneiro E**.

#### **Passal**

#### **Camada 0 – 25 cm**

Um fragm. de ponta. Raspad.

#### **Camada 25 – 50 cm**

Fragmentos de pontas

#### **Camada 50 – 75 cm**

Frag. de pontas finas (3)  
Algumas peças com retoque marginal

#### **Camada 75 – 100 cm**

Algum trabalho grosseiro. Algumas peças mais finas com retoque marginal.  
Raspadeira circular (mais antiga).

– 100-125 cm – nada

– 125-150 cm: Algum trabalho incharacterístico.

#### **[Notas de Paleolítico]**

Dia 21 de Junho 1943

Visitei neste dia os **Pisões** (Arruda)

(...)

#### **Olival do Passal**

Fica junto da estrada que serve a aldeia, na margem esquerda do rio, numa esplanada: Deu industria mustiense, pontas (?) solutrenses, raspadeiras afocinhadas, lamina apontada, butil, etc.  
Área mais extensa que o Arneiro.

#### **Pisões**

Marcação:

- 1 = Brejo
- 2 = Casal de Chã
- 3 = Cabeço de Chã
- 4 = Olival do Arneiro
- 5 = Olival do Passal

#### **[Caderno Fichas de Peças]**

#### **Olival do Passal – Rio Maior**

#### **Camada 150 – 175**

– 1 grattoir carené;  
– 13 Fragmentos de pontas solutrenses;  
Gaveta 61; Ficheiro 2.

#### **Olival do Passal – Rio Maior**

#### **Camada 125 – 150**

– 18 fragmentos de pontas e uma folha de loureiro;  
Gaveta 80; Ficheiro 2.

#### **Olival do Passal – Rio Maior**

#### **Camada 100-125**

– 1 Furador;  
– 1 Butil bico de flauta;  
– 1 Ponta alongada com pedúnculo muito pronunciado;

- 9 Fragmentos de pontas, um deles com “coche” para encabamento;
  - Raspadeira em extremidade de lâmina;
  - 2 Raspadores laterais;
- Gaveta 79; Ficheiro 2.

**Olival do Passal – Rio Maior**  
**Camada 75 – 100**

- 2 grattoirs nucleiformes;
  - 1 Raspadeira circular;
  - 1 Raspador;
  - 1 Coup de poing acheulense;
  - Lâminas de bordos paralelos retocados;
  - 20 Fragmentos de pontas em preparação.
- Gaveta 78; Ficheiro 2.

**Olival do Passal – Rio Maior**  
**Camada 75 – 100**

- Ponta encontrada ao fazer-se um poço à profundidade de 2 m.;
  - Ponta partida com um comprido pedúnculo;
  - Ponta solutrense, uniface, alongada;
  - Ponta com pedúnculo lateral;
- Gaveta 78; Ficheiro 2.

**Olival do Passal – Rio Maior**  
**Camada 50 – 75**

- Folhas com retoque lateral;
  - 9 Raspadeiras circulares ou em extremidade de lâmina;
  - Raspadeiras nucleiformes;
  - 1 Grattoir carené corrompido.
- Gaveta 77; Ficheiro 2.

**Olival do Passal – Rio Maior**  
**Camada 50 – 75**

- 2 Raspadores nucleiformes;
  - 4 Raspadeiras redondas em extremidade de lâmina;
  - 27 Pontas com trabalho de preparação; algumas bonitas;
  - 1 Raspadeira em extremidade de lâmina;
  - 1 Raspador amplo.
- Gaveta 77; Ficheiro 2.

**Olival do Passal – Rio Maior**  
**Camada 50 – 75**

- 8 Pontas ainda em preparação, mas que se verificam apresentarem começos de pedúnculo central ou lateral;
- 2 Pontas de base redonda;
- 3 Bicos ou espigões alongados.

Gaveta 77; Ficheiro 2.

**Olival do Passal – Rio Maior**  
**Camada 25 – 50**

- 29 Peças (Folhas) (pontas) em começo de preparação;
  - 1 Raspadeira circular;
  - 1 Bonito furador (des.);
  - Raspadores;
  - Raspadores nucleiformes;
  - Bom raspador afocinhado;
  - Raspador côncavo;
- Gaveta 76; Ficheiro 2.

**Olival do Passal – Rio Maior**  
**Camada 25 – 50**

- 1 Buril obtido por truncadura oblíqua;
  - 1 Buril de ângulo;
- Gaveta 76; Ficheiro 2.

**Olival do Passal – Rio Maior**  
**Camada 25 – 50**

- 25 Pontas ou fragmentos solutrenses, dos quais 9 têm trabalho de certa perfeição;
  - Pontas com retoque marginal;
  - Raspadeira furador;
  - Folhas de bordos paralelos e retocados.
- Gaveta 76; Ficheiro 2.

**Olival do Passal – Rio Maior**  
**Camada 25 – 50**

- Folhas retocadas;
  - Raspadeiras circulares na ponta da lâmina;
  - Bom furador – (desenhar);
  - 34 Pontas ou fragmentos solutrenses em mais meia preparação;
  - 2 Pontas retocadas de lado, mais antigas;
  - 1 Bico de boa ponta;
- Gaveta 76; Ficheiro 2.

**Olival do Passal – Rio Maior**  
**Camada 0 – 25**

- 1 Buril de ângulo; (bom) – desenhar;
  - 1 Buril que lembra os de à noaille(?);
- Gaveta 75; Ficheiro 2.

**Olival do Passal – Rio Maior**  
**Camada 0 – 25**

- Raspadeiras;
- Folhas retocadas;
- Raspador côncavo;
- 17 Pontas com retoque não terminado;

- 7 Bicos ou bases de pontas melhor trabalhadas e uma delas com espigão;
- 4 Raspadeiras em extremidade de lâmina;
- 1 Raspadeira semi-circular;
- 1 Raspador espesso semi-circular, e um outro lateral e alongado.

Gaveta 75; Ficheiro 2.

### **Olival do Passal – Rio Maior**

#### **Camada 0 – 25**

- 2 Coup de-poing acheulenses: um de quartzito, outro de sílex;
- 1 Raspador nucleiforme (Paleolítico superior);
- 1 Ponta solutrense, partida, com uma moosa (notável);
- 8 Peças em forma de moeda do Paleolítico superior;
- 1 Peça acheulense (?);
- 1 Ponta solutrense partida e reutilizada.

Gaveta 75; Ficheiro 2.

### **Olival do Passal – Rio Maior**

- 29 Pontas com começo de preparação;
- 12 Fragmentos de outras com trabalho mais perfeito;
- Núcleos;
- Raspadores;
- Raspadeiras dentadas e côncavas;
- Pontas retocadas (bordos retocados em grande quantidade);
- Machadinho neolítico.

Gaveta 74; Ficheiro 2.

### **Olival do Passal – Rio Maior**

- 5 Pontas solutrenses em começo de preparação;
- 1 Base de outra já mais perfeita;
- 1 Peça trabalhada para encabamento.

Gaveta 74; Ficheiro 2.

### **Olival do Passal – Rio Maior**

- Grattoir e micro-núcleo;
- Peças com talhe de duas épocas: solutrense e mais moderno;
- 1 Peça solutrense com retoque mais moderno;
  - Grattoir bom também com duas patines;

Gaveta 74; Ficheiro 2.

### **Olival do Passal – Rio Maior**

Paleolítico antigo

- Folhas com retoques; Mustierense.
- 1 Peça mustierense;

Gaveta 74; Ficheiro 2.

**ENTRE EVIDÊNCIAS E CONCEITOS. PLANTAS E ANIMAIS  
NOS ESTUDOS NEOLÍTICOS EM PORTUGAL**

***BETWEEN EVIDENCE AND CONCEPTS. PLANTS AND ANIMALS  
IN THE NEOLITHIC STUDIES IN PORTUGAL***

António Faustino Carvalho\*

**Abstract**

The analysis of reference works allows us to identify three main phases in the study of subsistence practices in the Neolithic of Portugal. In a first, from the mid-nineteenth century, the “three age system” is assimilated but the issues of subsistence do not enter into the concerns of the authors (Pereira da Costa, Gabriel Pereira). Between the end of that century and the middle of the twentieth century, there was a rapid introduction of the correlation Neolithic = agriculture and pastoralism (Carlos Ribeiro, Augusto Filipe Simões), which however disappears through time. Finally, between the 1940s and 80s, V. G. Childe’s proposal for a “Neolithic revolution” does not penetrate Portuguese research; the perception that the Neolithic was essentially characterized by pastoral practices will predominate (Georg and Vera Leisner).

*Keywords:* Neolithic; domestication; agriculture; herding.

**1 - INTRODUÇÃO**

Ao longo da década de 1970, um conjunto de perspetivas interpretativas derivadas da arqueologia processual anglo-saxónica iniciou um amplo movimento de crítica a diversos aspetos teóricos da arqueologia histórico-cultural (o difusionismo e migracionismo enquanto explicações preferenciais da mudança cultural, a noção normativa de cultura, etc.). No âmbito deste novo contexto teórico surgiu a rejeição da ideia de que o Neolítico teria consistido numa profunda transformação socioeconómica e demográfica – a “revolução neolítica” de Gordon Childe – que, tendo tido lugar primeiramente no Próximo Oriente, se teria expandido daí para o continente europeu através de vagas migratórias.

No caso especificamente mediterrâneo, este movimento de crítica ao migracionismo enquanto explicação para a expansão neolítica assentou, por um lado, na assunção teórica da possibilidade de existência de processos de neolitização de raiz autóctone e, por outro, na documentação empírica de casos de domesticação local de plantas e animais, e mesmo de invenção da tecnologia cerâmica em ambiente mesolítico.

---

\* CEAACP - Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património. Universidade do Algarve, FCHS, Campus de Gambelas, 8000-117 Faro. afcarva@ualg.pt

O texto fundamental de D. Clarke, “*Mesolithic Europe: the economic basis*”, ao propor explicitamente que a longa familiaridade das populações paleolíticas e mesolíticas europeias com plantas comestíveis poderá ter proporcionado a emergência de alguma forma de cultivo (“*husbandry*”, na expressão original do autor), contribuiu enormemente para aquela viragem teórica (CLARKE, 1976). Embora não caiba aqui uma descrição exaustiva dos diversos locais onde se defendeu o reconhecimento de práticas agrícolas ou pastoris durante o Mesolítico, alguns fizeram história pelo impacte que à época tiveram na investigação e devem ser assinalados a título de exemplo. É o caso de Balma de Abeurador, no Languedoque, onde se encontraram abundantes quantidades de restos carbonizados de leguminosas (fava, chícharo, ervilha), avelã e vinha-brava em níveis datados de c. 9000 a.C. em diante, o que levou os autores dos trabalhos a hesitar se se estaria perante “recolecção” ou “horticultura” mesolítica (VAQUER & BARBAZA, 1987), ou das grutas de Dourgne, Jean Cros ou Gazel, na mesma região francesa, ou Châteauneuf-les-Martigues, no Vale do Ródano, onde se equacionou a possibilidade do pastoreio de ovinos por parte dos grupos tardenoisenses locais (GEDDES, 1983). Ou ainda também do nível IV da gruta de Verdelpino, na região espanhola de Cuenca, onde se haviam encontrado fragmentos de cerâmica associados a fauna selvagem e a uma indústria lítica de tipo Paleolítico Superior datados de c. 6900 a.C. (MOURE & FERNÁNDEZ-MIRANDA, 1978). Esta viragem radical impregnou profundamente a imagem da transição Mesolítico-Neolítico em sínteses gerais publicadas na década de 1980 (p. ex., CHAMPION *et al.*, 1984; DENNEL, 1985) e exerceu um peso muito importante na construção de modelos teóricos, de que o chamado “modelo da disponibilidade” (“*availability model*”, na sua designação inglesa) foi seguramente o mais impactante no continente europeu (ZVELEBIL, 1986, 1996). O eco deste novo estado de coisas fez-se ouvir naturalmente também nos estudos neolíticos em Portugal pela mesma época.

Como já tratado noutras análises (DINIZ, 2006-2007), os estudos neolíticos em Portugal entravam naquela década de 1980 num momento de assinalável desenvolvimento em várias vertentes. Um foram mais puramente metodológicas, como a escavação em área de contextos de ar livre, de que são exemplo os habitats da área de Sines (SOARES & SILVA, 1979; SILVA & SOARES, 1981), outras tiveram maior pendor teórico, como a adoção de perspetivas interpretativas materialistas e/ou processualistas (ARNAUD, 1982; SILVA & SOARES, 1987), que trouxeram consigo também a notícia dos achados acima referidos. A introdução de estudos pluridisciplinares sistemáticos, como no caso do estudo da Gruta do Caldeirão, em Tomar (ZILHÃO, 1992), tiveram lugar também neste novo contexto. Estes desenvolvimentos fizeram-se notar inicialmente no estudo da fase antiga do Neolítico mas, conquanto de modo paulatino e distendido no tempo, acabariam por se aplicar também a outras realidades e etapas cronológicas dentro do período. Do ponto de vista da interpretação das realidades arqueológicas, a transição Mesolítico-Neolítico em Portugal, e mesmo a caracterização do Neolítico no seu todo, passou a refletir aquela visão em muitos dos seus aspetos estruturantes, uma visão portanto menos hermética e monolítica, logo mais difusa e multifacetada. Esta nova visão coloca finalmente a investigação neolítica portuguesa no mesmo patamar teórico-metodológico então praticado noutros contextos europeus da época.

Com efeito, a investigação anterior, que remontava a meados do século XIX, caracterizara-se por “altos” e “baixos”, num trajeto ao qual as realidades político-sociais e económicas do País – e, logo, científicas – não foram indiferentes (p. ex., FIOLEAIS, 2014). Nesse tempo longo desenvolveu-se pois um panorama geral pontuado por particularismos próprios à investigação portuguesa face aos desenvolvimentos teóricos que iam tendo lugar noutros países europeus (Quadro 1). Assim, o objetivo do presente texto é rastrear no tempo a correlação entre a evolução do conceito de Neolítico, por um lado, e o suporte empírico disponível a cada momento para a sua caracterização. Para este fim, a periodização utilizada, tal como realizado anteriormente a propósito da definição do Neolítico Antigo em Portugal (CARVALHO, 2018), baseia-se na releitura de

obras-chave e sínteses sobre o tema específico do papel das plantas e dos animais naquela caracterização<sup>1</sup>. Esta releitura seletiva, sem preocupação de exaustividade, parte do princípio de que as sínteses que foram sendo produzidas refletirão de algum modo o pensamento e as práticas dominantes na época em que foram escritas.

**Quadro 1** – Quadro-síntese da evolução do conceito de “Neolítico” e seu impacto na investigação arqueológica portuguesa, 1830-1970

	<b>1830-1865: antes do “Neolítico”, o “Sistema das Três Idades”</b>  (THOMSEN, 1836)	<b>1865-1940: o “Neolítico” como idade da pedra polida e da domesticação de plantas e animais</b>  (LUBBOCK, 1865; MORTILLET, 1873; DUPONT, 1878)	<b>1940-1970: o “Neolítico” como revolução económica e social</b>  (CHILDE, 1947)
Características da investigação portuguesa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilizam-se as expressões “idade da pedra” ou, de modo mais específico, “época das palafitas”.</li> <li>• A investigação busca a determinação da época de construção dos dólmenes, o seu inventário e distribuição pelo país, e a caracterização do seu “povo constructor”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O conceito de “idade da pedra polida” e o termo “Neolítico” são rapidamente introduzidos.</li> <li>• A correlação “Neolítico / domesticação” é adotada por A. F. Simões e principalmente por C. Ribeiro; porém, não tem impacto nos estudos neolíticos e acaba por desaparecer da bibliografia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A noção de “revolução neolítica” de Gordon Childe é introduzida na década de 1940 mas não é adotada.</li> <li>• O Neolítico é entendido como “vida pastoril” (por influência do casal Leisner); a agricultura está atestada apenas no Eneolítico (Vila Nova de S. Pedro).</li> </ul>
Referências principais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A. F. Pereira da Costa (1868), <i>“Descrição de alguns dolmens ou antas...”</i>.</li> <li>• Gabriel Pereira (1875), <i>“Dolmens ou antas dos arredores d’Évora”</i>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carlos Ribeiro (1878), <i>“A estação humana de Licêa”</i>.</li> <li>• Augusto Filipe Simões (1878), <i>“Introdução à Archeologia da Peninsula Iberica”</i>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Georg e Vera Leisner (1951), <i>“Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz”</i>.</li> <li>• Afonso do Paço (1954), <i>“Sementes pré-históricas do castro de Vila Nova de S. Pedro”</i>.</li> </ul>

## 2 – ANTES DO “NEOLÍTICO”, A ÉPOCA DAS PALAFITAS

*“A ultima idade da pedra, 3.<sup>a</sup> segundo o sr. Lyell, 4.<sup>a</sup> segundo o sr. Gervais, é a época das palafittas ou das habitações lacustres e das turfeiras da Dinamarca e tambem segundo o sr. Lyell a época dos principaes dolmins.”* (COSTA, 1868, p. 40)

Para o devido enquadramento dos primeiros estudos neolíticos em Portugal, é talvez importante relembrar as datas de dois momentos-chave na história da própria disciplina arqueológica, por forma a melhor perceber a nomenclatura e as opções interpretativas avançadas pelos pré-historiadores portugueses que se citarão adiante. Assim, o primeiro daqueles momentos é a definição do “sistema das três idades”, conceito que foi sendo construído a partir de 1816, ano em que o seu proponente, Christian J. Thomsen, assume o cargo de secretário

<sup>1</sup> Neste texto utilizam-se, sem conversão para o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 16 de dezembro de 1990, as ortografias originalmente empregues pelos autores que se citam.

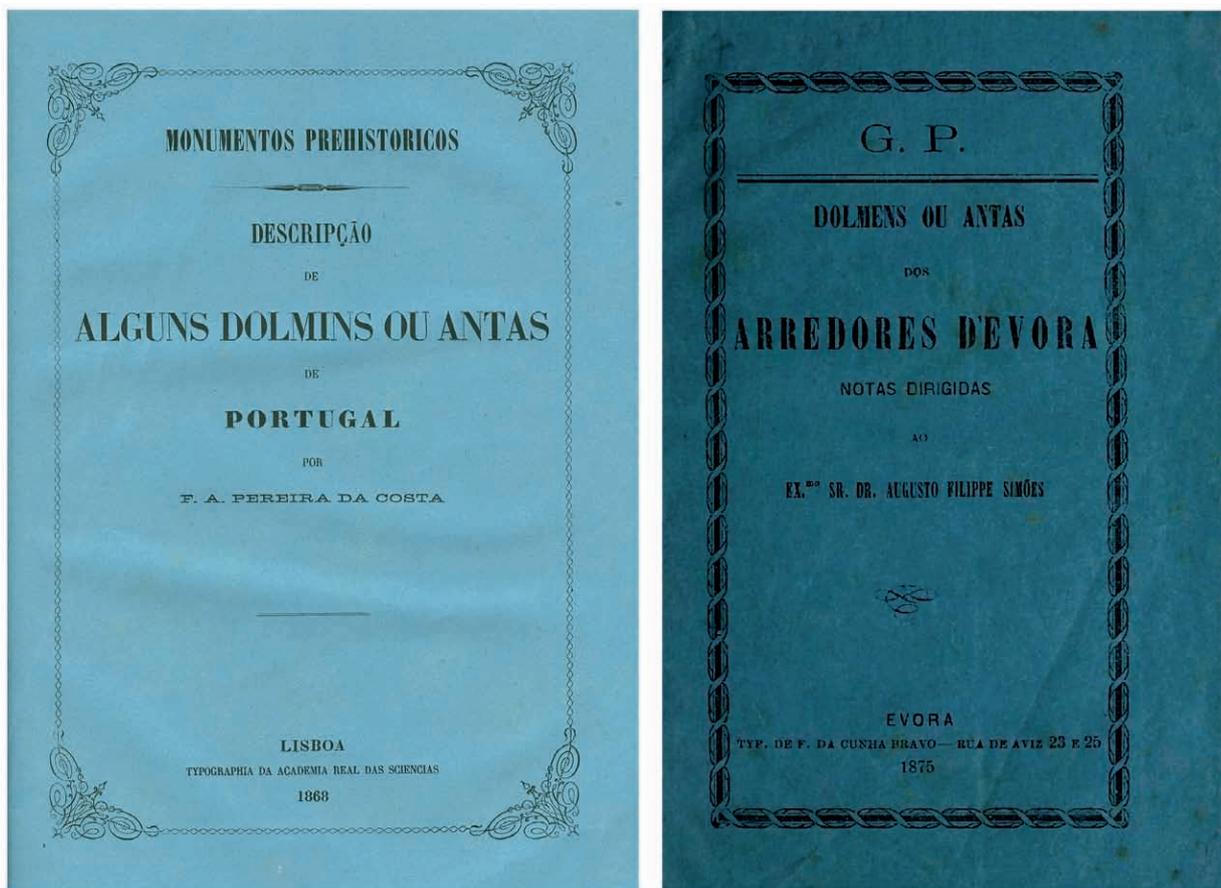


Fig. 1 – “*Descrição de alguns dolmins ou antas de Portugal*”, por A. F. Pereira da Costa (1868), e “*Dolmens ou antas dos arredores d’Évora*”, por Gabriel Pereira (1875).

da *Kongelige Commission for Oldsager Opbevaring* (“Real Comissão para a Preservação das Antiguidades”) da Dinamarca. Com efeito, durante os anos em que esteve à frente desta instituição, C. Thomsen desenvolveu um método de seriação dos objetos de acordo com as matérias em que eram fabricados, tendo proposto a sequência de idades da “pedra”-“bronze”-“ferro”, cuja universalidade viria depois a ser comprovada. O “sistema das três idades” não terá propriamente uma data concreta de definição uma vez que o seu autor o publica em diversos textos entre 1830 e 1831, culminando depois na publicação do livro-guia da exposição do referido museu, “*Ledetraad til Nordisk Oldkyndighed*” (THOMSEN, 1836). Como é também sabido, um segundo momento dá-se com a subdivisão da Idade da Pedra em duas fases, para as quais se criaram os neologismos “Paleolítico” e “Neolítico”, que viria a ter lugar apenas vinte anos mais tarde, com a publicação de “*Pre-historic times*” por John Lubbock. Estes conceitos entraram na linguagem corrente da arqueologia pré-histórica a partir deste momento (LUBBOCK, 1865).

Portanto, os pré-historiadores portugueses que escreveram em anterioridade ou em torno da data de publicação da obra de J. Lubbock, 1865, não teriam podido fazer uso daqueles termos. É o caso da “*Descrição de alguns dolmins ou antas de Portugal*”, de F. A. Pereira da Costa, que é publicado apenas três anos mais tarde e se constitui como a primeira síntese científica sobre o megalitismo português. O autor não tem a preocupação de reconstituir a economia praticada pelos construtores de dólmenes, mas deixa uma frase que sintetiza o que

pensa a este respeito e, mais do que isso, reflete a época em que escreve. Com efeito, depois de descrever três épocas que hoje colocaríamos sob a designação de “paleolíticas”, diz o que se segue acerca da quarta:

*“Esta época é posterior á extinção dos grandes quadrupedes, e tambem á retirada da renna para paizes situados mais para o Norte d’aquelles que habitara na época anterior. Os machados de pedra são polidos, e não lascados como eram nas épocas anteriores: os ossos de animaes são pertencentes a especies actualmente viventes, mas reconhece-se que existiam n’essa época na Europa central bois selvagens, e grande abundancia de bestas feras, se bem que especificamente identicas ás que hoje existem”* (COSTA, 1868, p. 40).

Todas as considerações que tece subsequentemente acerca da “época dos principais dólmins”, antes de tratar propriamente deles, assenta na discussão da presença ou ausência e evolução tecnológica de determinados instrumentos. Trata, portanto, de questões de evolução técnica. As práticas económicas e as formas de subsistência praticadas pelos construtores de dólmenes é tema não explorado. Esta mesma perspectiva, assim como os termos e conceitos empregues, encontramos-a também, um pouco mais tarde, na obra de Gabriel Pereira “dólmens ou antas dos arredores d’Évora”, onde aliás o trabalho de Pereira da Costa é elogiosamente citado (PEREIRA, 1875).

### 3 - NEOLÍTICO E DOMESTICAÇÃO

*“E parece-nos poder afirmar que os homens do fim da epocha da pedra polida, que dominavam no nosso solo, e levantaram os dolmens dos districtos adjacentes a Lisboa, não só conheciam a arte de domesticar os animaes, como já faziam uso da alimentação vegetal e principalmente de fructos [...]”* (C. RIBEIRO, 1878, p. 67)

O processo de correlação entre o conceito de “Neolítico” e as primeiras formas de domesticação de plantas e (sobretudo) animais domésticos decorre principalmente ao longo da década de 1870. Pouco antes, já pré-historiadores – como, por exemplo, Edouard Lartet (1861) – vinham chamando a atenção para a observação segundo a qual a presença de animais domésticos era tardia dentro dos esquemas que então se construíam sobre a evolução cultural no continente europeu, mas sem desenvolvimento dessa constatação<sup>2</sup>.

Dois nomes emergem naquele processo. Um é o pré-historiador francês Gabriel de Mortillet, em particular com o seu trabalho sobre a “classification des diverses périodes de l’âge de la pierre”, apresentado à sexta sessão do *Congrès International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistoriques* (Bruxelas, 1872). Aqui, o autor redefine o faseamento interno do Paleolítico rejeitando as nomenclaturas de base paleontológica, e propõe para a última das idades da pedra a designação de Robenhausiense a partir do sítio suíço epónimo de Robenhausen (Zurique). E é na definição deste período, tal como proposta, que vemos uma das formulações mais precoces do que se viria muito mais tarde a apelidar de “pacote neolítico”: “*Avec le Robenhausien, ont*

---

<sup>2</sup> Segundo E. Lartet, a introdução de animais domésticos terá tido lugar somente em etapas muito tardias, talvez com o megalitismo mas seguramente pouco anteriores à romanização; nas palavras do próprio, “*Nous venons de voir d’ailleurs que, dans les dolmens explorés par M. Delpon (du Lot), il a été trouvé des ossements de Boeuf, de Cheval, de Mouton, toutes espèces probablement domestiquées. C’est également aux mêmes espèces que revenaient la plupart des ossements de provenance analogue que j’ai eu occasion d’examiner. Or, de l’aveu même des ethnographes du Nord, c’est aux peuples à métaux, aux Celtes et aux Germains venus de l’Orient, qu’il faut attribuer l’introduction de nos principales races domestiques*” (LARTET, 1861, p. 243).

*apparu non seulement les instruments en pierre polie, mais encore le poterie, les monuments, dolmens et menhirs, les animaux domestiques et l'agriculture. C'est donc un changement complet*" (MORTILLET, 1872, p. 441).

O outro autor é o geólogo e paleontólogo belga Edouard Dupont, que se dirige à sessão seguinte daquele congresso (Estocolmo, 1874) com uma comunicação sobre a domesticação de animais em época pré-histórica. Aí defende explicitamente que:

*"L'un des problèmes qui me paraît avoir le plus d'importance pour l'ethnographie ancienne de l'Europe occidentale, est la détermination de l'époque où nos populations arrivèrent à posséder des animaux domestiques. L'assujétissement des animaux par l'homme fut incontestablement un grand progrès pour l'humanité. Ce progrès serait même digne de caractériser une phase de la civilisation et de servir de point de repère dans la série des développements que l'humanité eut à traverser"* (DUPONT, 1878, p. 818).

Augusto Fillipe Simões, na sua "Introdução à archeologia da Península Ibérica", incorporará rapidamente estes desenvolvimentos teóricos, obtidos diretamente a partir dos autores acima citados. Numa importante tabela, que intitula "classificação da idade da pedra" (SIMÕES, 1878, p. 26), onde cada época é definida em função de caracteres zoológicos e industriais – e onde, interessantemente, surge já a época mesolítica – vemos o Neolítico definido, respetivamente, pelos "animas domésticos ainda hoje companheiros do homem" e pelos "instrumentos em pedra polida". Porém, as extensas considerações seguintes serão dedicadas àqueles caracteres industriais, às grutas e dólmenes, mas não ao aprofundamento do papel de plantas e animais nesta época da Pré-História.

A primeira – e, como se verá, quase única – abordagem desenvolvida aos modos de vida e à subsistência dos povos neolíticos na investigação oitocentista será levada a cabo por Carlos Ribeiro, também em 1878, portanto uma década depois da publicação de Pereira da Costa, a propósito do estudo que fez do primeiro povoado neolítico tratado neste período da investigação arqueológica em Portugal. Trata-se da "estação humana de Licêa" (Oeiras), como o próprio intitula (RIBEIRO, 1878), e onde de algum modo vemos que se supre a lacuna representada pela inexistência no nosso território de contextos equivalentes aos de tipo palafítico dos Alpes suíços, a que os autores nesta época tão frequentemente faziam referência. Este estudo de C. Ribeiro seria reeditado mais tarde, em 1991, por coincidência nas páginas do primeiro volume desta mesma revista. Importa também referir que, graças ao esforço recente de investigação naquele sítio por J. L. Cardoso, que seria exaustivo desenvolver aqui, sabemos hoje serem bem mais amplas e diversificadas as realidades de Leceia, mas que incluem de facto uma presença neolítica, de finais do IV milénio a.C., hoje já bem documentada em diversos aspetos do seu registo.

Efetivamente, C. Ribeiro começa por descrever a implantação de Leceia, as estruturas construídas e, a partir deste enquadramento, trata depois sucessivamente da classificação e análise dos objetos encontrados. É na secção intitulada "*descrição dos instrumentos e utensílios de pedra da estação de Licêa*" que encontramos a proposta da sua classificação cultural, a qual é atribuída ao Neolítico face à descoberta de diversos instrumentos em pedra, entre os quais "[...] *os machados ou hachas, as facas, pontas de flexa e de lança, e varios objectos de pedra polida com formas especiaes e de acabamento mais perfeito, e que de maneira alguma poderão confundir-se com os typos de idade paleolithica*" (RIBEIRO, 1878, p. 17). A cronologia do povoado de Leceia ficou assim imediatamente estabelecida pelo autor com base nos critérios definidos no "sistema das três idades" de C. Thomsen. Como o próprio dirá páginas à frente, depois de descrever a indústria cerâmica e os achados faunísticos (RIBEIRO, 1878, p. 63 e 64, respetivamente), "[a] *prova de que a estação de Licêa data de época neolithica, está no proprio facto da presença de instrumentos de pedra polida e na completa ausência de objectos fabricados de cobre, de bronze e de ferro*", sendo que o autor discorrerá de seguida acerca da possibili-

dade, que defende segundo um mesmo raciocínio de evolução tecnológica, que viria aliás a obter confirmação nos trabalhos mais recentes, da existência de “*duas civilizações prehistoricas em Licêa, que se sobrepozeram; uma evidentemente da época da pedra polida, e outra talvez da transição d’esta para a idade de bronze [...].*”

A questão que se coloca então é a de avaliarmos, neste raciocínio de C. Ribeiro, qual o papel desempenhado pelos restos faunísticos, aliás diversos e numerosos (RIBEIRO, 1878, p. 47-54). Em primeiro lugar, assinala-se que o mesmo procede detidamente à sua classificação taxonómica, discute algumas questões em termos que se podem considerar de perfeita atualidade (p. ex., o problema da distinção entre cabra e ovelha ou a questão da domesticidade dos suínos), para finalmente listar as espécies de moluscos marinhos e vertebrados terrestres que encontrou. Neste processo analítico, o autor chega mesmo a lamentar-se, a pp. 50, de que “[...] *falta-nos o auxílio do estudo da zoologia do período da pedra polida, que infelizmente ainda não pôde encetar-se entre nós, a fim de se compararem mesmo dentro dos estreitos limites onde pôde ser feito, e se conhecerem as alterações e diferenças produzidas pela domesticidade e pela civilização nas especies recentes mais communs no paiz desde o começo do indicado período.*”

Algumas linhas são dedicadas também à questão da agricultura em Leceia. Neste ponto, C. Ribeiro parece estabelecer precocemente um preceito interpretativo que veremos depois utilizado de forma recorrente ao longo de todo o século XX. Trata-se da dedução segundo a qual as práticas agrícolas terão feito parte da economia neolítica, mesmo que indícios diretos das mesmas – leia-se, os restos botânicos – não sejam encontrados em escavação, mas tão-somente os utensílios supostamente utilizados nas mesmas; em particular, os utensílios fabricados em pedra polida que definem o novo período. Os termos em que C. Ribeiro se refere a este problema são, pois, os seguintes:

*“Passando outra ordem de considerações diremos, que nenhum facto ou dado ethnographico e directo possuímos, que nos prove ter existido a pratica da cultura da terra durante a primitiva occupação de Licêa; e é só por inducção que ousamos aventar a opinião de que os primitivos homens d’esta estação tivessem possuido alguns rudimentos d’esta arte”* (RIBEIRO, 1878, p. 67).

Esta dedução servirá igualmente, como se verá adiante, para defender a ideia da menor representatividade ou peso da agricultura face à pastorícia, quando não mesmo da sua inexistência em determinados contextos ou momentos concretos do desenvolvimento do Neolítico. Só não se pode dizer que é uma ideia que ganhará raízes e fará história porque, como se verá, o impacto desta componente da obra de C. Ribeiro é reduzido na sua época e será depois praticamente ignorado em quase todo o século XX.

Todas estas considerações de C. Ribeiro sobre os modos de vida das populações instaladas em Leceia são verdadeiramente únicas nos trabalhos pré-históricos então realizados em Portugal. O próprio J. Nery Delgado, que consignará diversas páginas dos seus trabalhos ao estudo de múltiplos aspetos das populações neolíticas, não faz da presença de economia de produção um elemento estruturante do entendimento desse passado. Quando apresenta a Gruta da Furninha ao congresso de Lisboa em 1880 lista os géneros faunísticos encontrados, explica que estes se encontravam misturados com os restos humanos, que predominam os pequenos ruminantes, e que apresentam o mesmo tipo de fratura intencional observada naqueles, o que o leva a equacionar a possibilidade de que o canibalismo tenha assumido forte importância alimentar. Nas suas palavras,

*“Le cannibalisme était-il si invétéré chez ces sauvages qu’ils préféraient la chair humaine à tout autre genre de nourriture à leur portée, ou bien la réunion accidentelle de la tribu dans la grotte a-t-elle déterminé ce choix exclusif? Nous ne saurions le décider”* (DELGADO, 1884, p. 226).

Porém, não discorre sobre a importância económica dos restos faunísticos.

Será com as sínteses subsequentes de É. Cartailhac e de J. Leite de Vasconcelos que se encontram algumas considerações, mais desenvolvidas no segundo caso, sobre o papel da criação de animais e do cultivo de plantas em época neolítica. Mas ambos recorrerão unicamente a C. Ribeiro e ao seu trabalho sobre Leceia. O primeiro autor faz apenas uma síntese dos achados no sítio oeirense (CARTAILHAC, 1886, p. 68-69) e Leite de Vasconcelos, quando trata o “*período neolítico*” nas “Religiões da Lusitânia”, vai somente citar a p. 67 da obra de C. Ribeiro sem nunca desenvolver o tópico nem a importância desta transição económica para a definição do próprio período:

*“A ocupação do homem nos tempos neolíticos póde em parte inferir-se das reliquias da sua indústria, e dos ossos dos animais seus companheiros. A julgar pelos restos de varios animais, como o boi, o carneiro, parece que já se praticava a domesticidade d’estes; talvez já também se praticasse a agricultura, pelo menos em alguns pontos. Noutros o homem viveria principalmente da caça e da pesca: com effeito, são muito numerosos os restos de coelho, mariscos, etc., encontrados em estações humanas, e que servião sem dúvida para alimentação d’elle”* (VASCONCELOS, 1897, p. 59-60).

Na linha destes seus contemporâneos, Estácio da Veiga irá também tecer algumas considerações acerca da agricultura e criação de animais no Neolítico. No volume I (“Tempos pré-históricos”) das “Antiguidades monumentais do Algarve”, com efeito, discorre acerca da agricultura de “*diversos trigos e cevadas*”, do linho, e dos modos de processamento destes recursos, assim como da domesticação de animais, e avança mesmo com a ideia da produção de bebidas fermentadas a partir de frutos silvestres e o aproveitamento de laticínios; como o próprio diz,

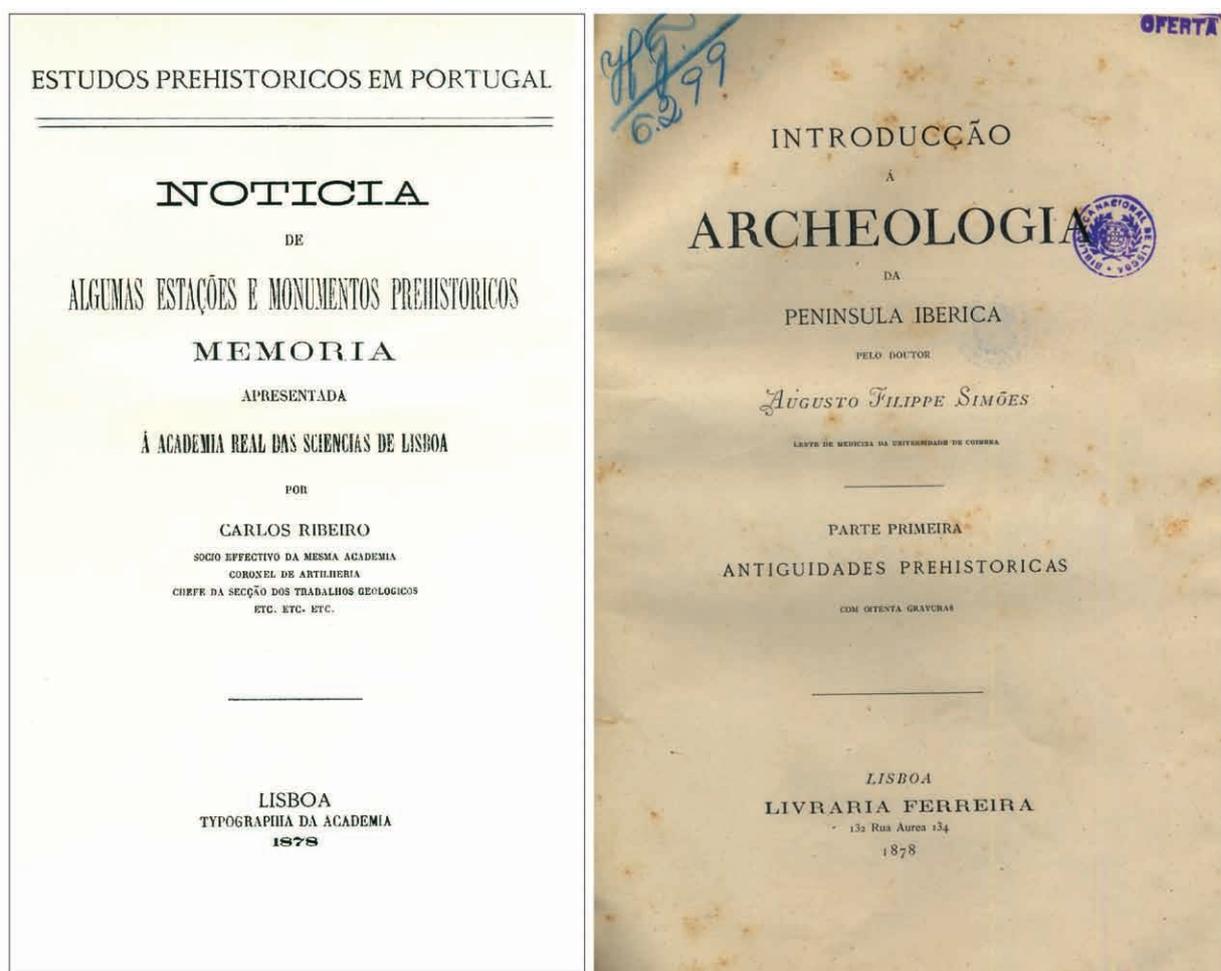
*“[a] domesticação da vacca, da cabra e da ovelha produziu outros alimentos, que bem parece terem sido utilizados. Não só o leite puro seria aproveitado, como com elle se preparariam coalhadas para serem comidas em fresco, ou curadas ao ar para produzirem o queijo, que mui provavelmente se guardaria entre as provisões de reserva”* (VEIGA, 1886, p. 138).

Entrados no século XX, o foco dos estudos e das considerações produzidas acerca do Neolítico em Portugal centra-se no entendimento do seu faseamento interno – em que o trabalho de A. Santos Rocha é verdadeiramente notável (ROCHA, 1908) – e na descrição de aspetos das respetivas produções materiais, principalmente cerâmicas e líticas. O Neolítico é entendido como uma etapa concreta da evolução tecnológica, sem se explicitar ou desenvolver questões de economia de subsistência. Mesmo na sua síntese sobre a região da Figueira da Foz (ROCHA, 1900), não aborda esta questão. Nestes primeiros anos do novo século, é M. Vieira da Natividade quem produz algumas considerações que buscam uma caracterização, em moldes já adjetivados anteriormente (CARVALHO, 2018), dos modos de vida neolíticos:

*“Trazia como prendas: – rudimentares conhecimentos de cerâmica, a arte de talhar o sílex, de polir os machados, de cortar e alindar o osso, e de gravar na loiça vagos esboços de ornamentação. Caçava o veado, o lobo, o javardo, que sustava na carreira com um tiro de flecha bem dirigido, e que acabava a golpes de lança ou porventura de grandes maçãs de pau ou de pedra. [...] Durante longos séculos por ahí foi arrastando a sua vida, entre as cruzezas da caça e, raras vezes, entre as curiosidades da pesca. A agricultura, com seguros conhecimentos de panificação, surge numa phase muito pouco nitida do homem [...]”* (NATIVIDADE, 1901, p. 11-13).

O trabalho de C. Ribeiro em Leceia já não entra nas considerações destes autores.

O mesmo é verdade em autores subsequentes. A década de 1920 assiste à publicação de um conjunto muito relevante de trabalhos de cariz monográfico e o ano de 1921, em particular, vê serem publicadas duas obras-chave para outras tantas áreas megalíticas do nosso País, “*El Neolítico de Pavia*” de Vergílio Correia e as “*Antiguidades pré-históricas de Lafões*” de A. de Amorim Girão. Porém, em nenhuma se encontra qualquer discussão acerca da economia de subsistência das sociedades que construíram os monumentos estudados. Quando trata das escavações que empreendeu no Castelo de Pavia (ou “*Castillo*”, no original...), V. Correia é omissivo quanto a achados faunísticos ou botânicos, e apenas refere a farinação de cereais a propósito do achado de mós manuais. Também os apontamentos inéditos do segundo autor, onde encontramos o esboço de algumas reflexões acerca do megalitismo (BETTENCOURT, 1989), nada contém a respeito deste tema. E as duas sínteses que A. Mendes Correia publica sucessivamente ao longo desta década, “*Os povos primitivos da Lusitânia*” e “*A Lusitânia pré-romana*” (CORREIA, 1924, 1928), não diferem das obras anteriores mesmo quando as “povoações neolíticas e eneolíticas” são explicitamente tratadas.



**Fig. 2** – “*Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos*”, por Carlos Ribeiro (1878), reproduzida a partir da reedição da Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras, n.º 1, 1991, com notas e comentário por João Luís Cardoso), e “*Introduccão à archeologia da Peninsula Iberica*”, por Augusto Fillipe Simões (1878).

#### 4 – O NEOLÍTICO COMO “VIDA PASTORIL”

*“Machados e enxós permitem admitir uma agricultura incipiente como actividade económica desta fase. Porém, os meios de subsistência deviam basear-se predominantemente na pastorícia.”* (V. LEISNER, 1966, p. 11 da tradução portuguesa de 1983)

A observação de que o surgimento de pedra polida e cerâmica, elementos definidores do período neolítico, teria coocorrido com o aparecimento de animais e plantas domésticos é uma evidência empírica que se consolida na década de 1870, como se viu acima. Portanto, a ideia por vezes difundida segundo a qual a correlação conceptual entre Neolítico e domesticação se deve a V. Gordon Childe não é historicamente correta; o estabelecimento desta correlação é-lhe anterior. O que este autor faz é desenvolvê-la em termos de análise económica – e seu impacto sobre as formas de organização social e tendências demográficas – nas diversas sínteses que redige na passagem da década de 1920 para 1930, e que culminarão na formulação da teoria da “revolução neolítica”. *“Childe sought to emulate the work of economic historians by searching for broad economic trends in prehistory, in terms of which specific instances of diffusion might be explained. He presented the results of this research in three books: ‘The most ancient East’ (1928), ‘The Bronze Age’ (1930), and ‘New light on the most ancient East’ (1934). [...] In ‘New light on the most ancient East’, which was written after a visit to major archaeological excavations in Iraq and the Indus Valley, Childe synthesized and elaborated the arguments advanced in his two previous books. He maintained that two revolutions had occurred in prehistoric times in the Near East that were equivalent in their importance to the Industrial Revolution. These were the transition from food-collecting to food-producing and from self-sufficient food-producing villages to urban societies”* (TRIGGER, 2006, p. 151, 253). É portanto neste momento, com Childe, que se introduz o termo “revolução” para caracterizar algo que se vê como uma transformação profunda das sociedades humanas, um conceito elaborado em termos que acabarão por ser aceites pelos seus contemporâneos, percorrer todo o mundo da arqueologia histórico-cultural, e perdurar no debate científico até à atualidade.

É, portanto, também este o momento em que poderemos apreciar o impacto que o pensamento de Childe terá tido no meio arqueológico nacional de então. Saliente-se, desde já, que os títulos citados antecedem a sua primeira publicação em língua portuguesa, dada à estampa logo em 1947 sob o título de *“O Homem faz-se a si próprio”* (CHILDE, 1947), mas que na realidade reúne não só o título homónimo *“Man makes himself”* (2.<sup>a</sup> ed., 1940), como também *“What happened in History”* (1942) e *“Progress and Archaeology”* (1944). E, como se pode verificar ao consultar a edição portuguesa, a identificação do Neolítico com a noção de produção de alimentos já aí está bem presente e consolidada, ao ponto de em nenhuma passagem se apreciar sequer a discussão mais teórica desta nova perspetivação do período. Portanto, os pré-historiadores portugueses tinham já à sua disposição estas novas perspetivas teóricas e, assim, a possibilidade de explorar as realidades do nosso território sob este prisma. Porém, raramente assim aconteceu.

Conquanto não seja objetivo deste texto aprofundar esta questão, a razão para a ausência daquele conceito de Neolítico na nossa investigação arqueológica da época poderá residir num facto duplo. Por um lado, no desinteresse generalizado do meio académico pelo estudos pré-históricos. Relembremo-nos das palavras de J. Verissimo Serrão, no prefácio da *“Pré-História de Portugal”* publicada pela Verbo (CARDOSO, 2002), que parecem ilustrar de forma muito clara esse estado de coisas. Segundo o autor – que, de acordo com o mesmo, fez parte da “geração de 1943-1948” na Universidade de Coimbra (portanto, abarcando o ano de publicação daquela tradução de Gordon Childe) –, *“[a] recusa em mergulhar nas origens longínquas do homem provinha de variados factores, entre os quais a de não contarmos nenhum especialista no quadro docente, com a possível*

*exceção do Doutor Virgílio Correia, todavia mais voltado para os domínios da História da Arte. Vinha também da antiga tradição de se ligar o início da História ao uso da escrita, ao ponto de situar no século XIII a.C., com a chegada dos Dórios à Península Helénica, a aurora de um novo tempo no curso da Humanidade. E, desta forma, se quedavam envoltas numa espécie de nevoeiro impossível de desvendar. Não estou a caricaturar uma situação universitária, mas apenas a relembrar um ambiente não propício aos estudos da Pré-História, por carência da paixão que aos mestres incumbe despertar nos discípulos. [...] Insisto que sem os estímulos conducentes a uma entrega do espírito ao mundo do intelecto, não se tornava possível, como hoje ainda sucede, abrir as portas de qualquer actividade criadora.”* Naturalmente, este panorama, desenhado para a universidade coimbrã, não se transporá rigorosamente para as restantes universidades portuguesas, mas sabemos também que não existiram, a este nível, diferenças significativas entre elas.

Uma segunda razão para a difícil penetração do pensamento childeano nos estudos neolíticos portugueses poderá talvez radicar na presença de Georg e Vera Leisner, que pautaram fortemente a investigação a partir dos anos de 1930. Não é fácil determinar até que ponto terá sido a sua influência a marcar o pensamento dos pré-historiadores portugueses a respeito das práticas de subsistência em época neolítica, mas o facto é que emerge a partir deste momento, e com estes autores alemães, uma interpretação segundo a qual a agricultura e a pastorícia são efetivamente elementos caracterizadores deste período mas sobressaindo uma ideia geral que se configurará como estruturante durante todas as décadas subsequentes – e mesmo até aos dias de hoje – e que é a seguinte:

- Em primeiro lugar, que o Neolítico corresponde a uma fase em que a agricultura *pode* estar presente, mas a caracterização do período, designadamente com o megalitismo, assentará em práticas pastoris. Estaremos, assim, perante sociedades ainda essencialmente móveis e sem habitats estáveis, uma perspectiva que encontramos pela mesma época de forma muito vincada também em Espanha, graças a Bosch-Gimpera (1932).
- Em segundo lugar, que a plena sedentarização se encontra associada aos construtores de povoados fortificados (portanto, já na idade dos metais) e que é só neste momento que surge, pela primeira vez em época pré-histórica, uma agricultura plenamente afirmada.

Esta última ideia cimentar-se-á a partir do achado de abundantes sementes em Vila Nova de S. Pedro (Azambuja) durante os trabalhos aí conduzidos entre as décadas de 1930 e 1950 por Afonso do Paço e seus sucessivos colaboradores, principalmente Eugénio Jalhay (p. ex., PAÇO & JALHAY, 1945). O estudo daqueles restos, levado a cabo pelo botânico A.R. Pereira da Silva, que realizaria também diversos estudos de colaboração com outros arqueólogos a partir desse momento, acabaria publicado pelo próprio escavador (PAÇO, 1954). Nesta publicação, o autor passa em revista as “sementes pré-históricas provenientes de escavações portuguesas anteriores a Vila Nova de S. Pedro”, como o próprio intitula, e apresenta o amplo leque de espécies identificadas naquele sítio: fava, trigo, cevada, linho e bolota, esta última selvagem. Este leque de espécies é de facto testemunho de práticas agrícolas diversificadas, entre as quais se deteta uma agricultura mista que inclui leguminosas e cereais. A. do Paço dedicaria também alguns parágrafos acerca das técnicas e dos instrumentos possivelmente utilizados nas respetivas tarefas, que é interessante rever. Embora refira que “[n]ão sabemos se os habitantes do castro de Vila Nova de S. Pedro possuíam ou não algum arado rudimentar [...]”, o achado de machados (“alguns muito rombos”), de fragmentos de facas em sílex (que “encastoados numa haste curva de madeira ou chavelho, produziriam excelentes foicinhas”) e de elementos de moagem (“encontra-se no nosso castro uma profusão de mós”) sugerem-lhe de facto a produção e consumo de cereais sob diversas formas:

*“Foi nesta fase que, por adição de cereais triturados ou farinados, se chegou ao conhecimento de uma papa que por muito tempo constituiu a alimentação exclusiva do homem. Êste cozimento, tornando-se mais compacto, levaria mais tarde ao fabrico do pão”* (PAÇO, 1954, p. 329-335).

Como apontamento, mas contudo muito relevante para se entender como estes elementos empíricos viriam a determinar a própria conceção do Neolítico no nosso país, refira-se que aquela revisão dos achados de sementes feita por A. do Paço incluiu os sítios de Pepim, em Amarante (PINHO, 1931), Gruta das Redondas, em Alcobaça (NATIVIDADE, 1901), Outeiro da Assenta, em Óbidos (PEREIRA, 1914), e a Lapa da Rotura, em Setúbal (COSTA, 1903). Estes sítios, a par de Vila Nova de S. Pedro, viriam assim a ser entendidos ao longo do século XX como pertencendo genericamente ao “Neo-Eneolítico”, não podendo portanto ser correlacionados de forma direta com o período neolítico propriamente dito. Porém, passaram a representar uma espécie de arquétipo de tudo aquilo que durante o Neolítico ainda não se disporia em termos de práticas agrícolas e produtos cultivados, ideia que os posteriores achados botânicos calcolíticos do Zambujal (Torres Vedras) viriam a reforçar ainda mais (HOPF, 1981).

Inversamente ao caso dos restos botânicos, já o estudo das faunas de Vila Nova de S. Pedro não ultrapassaria a simples enumeração das espécies presentes. Por exemplo, no extenso artigo de balanço dos trabalhos acima referido, A. do Paço e E. Jalhay procedem apenas à listagem das espécies, que haviam sido classificadas por Henri Breuil, adicionando-lhes tão-somente um brevíssimo comentário acerca da sua presença relativa no sítio (“rara”, “abundante”, “muito abundante”), para concluir: *“Se ve pues, que la carne que más comían era la de ciervo, toro y jabalí, y acaso también de caballo”* (PAÇO & JALHAY, 1945, p. 257 da reedição portuguesa de 1971).

Em suma, o achado de vestígios botânicos e faunísticos em contexto neolítico continuava, salvo alguns eventuais achados singulares e pouco representativos, essencialmente ausente. Vila Nova de S. Pedro pontificava como referência daquilo que se constituiria como o desenvolvimento posterior, já “eneolítico”, face a um quadro neolítico assente numa base unicamente conjectural, sem suporte empírico. E é este o contexto, mais especulativo que empiricamente fundamentado, em que o casal Georg e Vera Leisner laboraria – ou, pode dizer-se com toda a propriedade, ajudaria mesmo a construir. O que fazem constar em diversos dos seus trabalhos é a dedução do carácter eminentemente pastoril da economia em época neolítica, como referido atrás. Uns parágrafos importantes que ilustram muito bem esta ideia encontramos-os nas “Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz”, onde afirmam textualmente o seguinte:

*“Embora faltem provas seguras sobre o estado económico do povo megalítico na primeira fase cultural [neolítica], o próprio habitat deixa supor uma vida pastoril, e o facto de terem sido encontradas enxós, já nesta fase, leva-nos a crer que já tivesse iniciado o amanho da terra. A escassez de cerâmica nos pequenos dólmenes vem confirmar esta hipótese. [...] A actividade agrícola intensifica-se no período eneolítico das antas, como se prova pelos moinhos de mão, pelos sílices de foices e pela abundância de cerâmica”* (LEISNER & LEISNER, 1951, p. 15).

O peso da “indução”, como dissera C. Ribeiro, construída a partir de dados indiretos, é determinante no pensamento dos autores a este respeito. Mesmo anos mais tarde, V. Leisner irá aprofundar aquela ideia mas agora fortemente baseada numa classe de instrumentos particulares que correlaciona com as práticas agrícolas e pecuárias: os machados e enxós em pedra polida.

“Machados e enxós permitem admitir uma agricultura incipiente como actividade económica desta fase [neolítica]. Porém, os meios de subsistência deviam basear-se predominantemente na pastorícia. Uma recolha documental de grande número de machados cilíndricos e respectiva distribuição em Portugal deu como resultado que a sua principal zona de difusão se situa no Sudoeste e no Ocidente, isto é, a Sul do Tejo, onde, a par dos achados funerários, inúmeros achados isolados nos campos deixam considerar a possibilidade de, além dos sepulcros de câmara, terem existido outros simplesmente abertos na terra. [...] As peneplanícies do Alentejo são ainda hoje a região mais importante na criação de porcos e ovelhas. Isto poderia apoiar a teoria de Menghin<sup>3</sup>, que supõe haver uma conexão entre o machado cilíndrico e a criação de porcos” (LEISNER, 1966, p. 11 da tradução portuguesa de 1983).

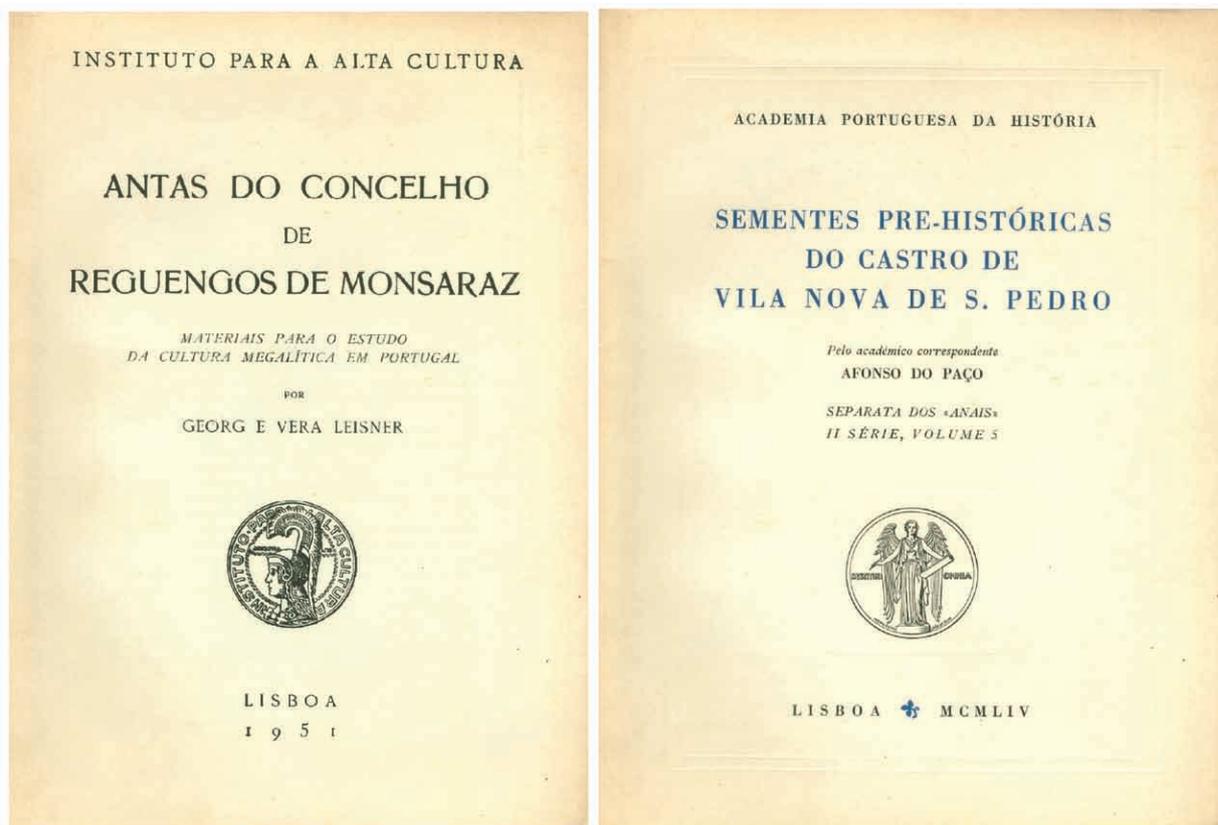


Fig. 3 – “Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz”, por Georg e Vera Leisner (1951), e “Sementes Pré-Históricas do Castro de Vila Nova de S. Pedro”, por Afonso do Paço (1954).

Esta ideia do maior pendor pastoril durante o Neolítico perpassará praticamente todo o século XX na caracterização do período, em particular na fase correspondente ao surgimento e desenvolvimento inicial do megalitismo. Esta tendência interpretativa observa-se nos escritos de autores portugueses, mas encontramos-a também adotada por autores espanhóis; por exemplo, por P. Bosch-Gimpera, que se refere ao primeiro período da “cultura megalítica portuguesa” como sendo constituída por construtores de megálitos que “pertencem a uma población certamente agrícola pero acaso predominantemente pastora [...]” (BOSCH-GIMPERA, 1966, p. 265). É possível defender a ideia de que este estado de coisas se deverá em grande medida a uma causa dupla, mas em que o papel dos Leisner parece estar sempre presente e ser mesmo determinante:

- por um lado, uma investigação de campo virada para a escavação de contextos cársicos ou megalíticos, deixando de lado a investigação de contextos habitacionais, onde evidências botânicas e faunísticas estarão melhor representadas;
- por outro lado, o peso da arqueologia histórico-cultural, que fornece um quadro interpretativo já formado e preestabelecido, que não é questionado – isto é, o período neolítico como correspondendo ao aparecimento das primeiras formas de agricultura e pastorícia.

## 5 – EPÍLOGO

O panorama acima descrito será de facto aquele que iremos encontrar em obras de síntese sobre a Pré-História de Portugal à entrada do último quartel do século XX. Como referido em trabalho anterior acerca da definição do Neolítico Antigo em Portugal (CARVALHO, 2018), o “*Spain and Portugal*” de Hubert N. Savory segue muito de perto, em diversos dos seus aspetos interpretativos, as teses de P. Bosch Gimpera. E isso vê-se, uma vez mais, no tópico particular do advento e caracterização do período neolítico, onde o autor galês admite “[...] a possibilidade de algumas comunidades utilizadoras de micrólitos [i.e., mesolíticas] da Espanha mediterrânica estarem já, na realidade, num certo grau de neolitização por volta de 6000 a. C.” (SAVORY, 1968, p. 67 da edição portuguesa), possibilidade que se baseia expressamente no então recente achado de ossos de ovelha doméstica em contexto tardenoisense no abrigo francês de Châteauneuf-les-Martigues (ESCALON DE FONTON, 1956), que então iniciava o movimento, referido na introdução, de identificação de supostos processos de domesticação em contexto pré-neolítico no continente europeu (ver acima). E nada mais acrescenta acerca do estatuto económico dos primeiros neolíticos, ou mesmo a propósito do megalitismo, para além de uma breve referência à prática de uma “agricultura mista” durante a “*Cultura de las Cuevas*”.

Na década de 1970, e na passagem para a seguinte, surgem duas Pré-Histórias de Portugal, assinadas por pré-historiadores que detinham um vasto conhecimento das realidades arqueológicas do nosso País, tendo eles mesmos em diversos casos procedido à escavação de alguns dos sítios arqueológicos que fundamentariam as ideias expostas nos seus trabalhos. A primeira é devida a M. Farinha dos Santos. Na visão deste autor, o Cardial é a entidade responsável pela expansão neolítica desde o litoral sírio-palestino até à Península Ibérica, uma perspetiva que o mesmo defendia – inclusivamente para o caso da Gruta do Escoural, que escavara na década anterior (SANTOS, 1971) – com base, ao que se pode supor, uma vez que não são citados, nos trabalhos então desenvolvidos por M. Dunand em Biblos (Líbano), que erroneamente havia classificado algumas cerâmicas impressas deste sítio como de tipologia cardial (DUNAND, 1961). As referências aos modos de subsistência são vagos e tratados rapidamente, preferindo o autor desenvolver questões relacionadas com produções artefactuais, arquiteturas, práticas funerárias ou – tema caro ao mesmo – a arte pré-histórica. A principal passagem que faz referência à subsistência diz que

*“Um pouco por toda a parte, embora sem contextos rigorosamente definidores, a civilização neolítica aflora em múltiplas manifestações, de norte a sul do país, através das peças polidas associadas a micrólitos e à cerâmica, evidenciando a sua fase predominantemente pastoril ou uma intensa actividade mista, com o cultivo de cereais e criação de gado”* (SANTOS, 1974, p. 37-39).

Da mesma forma, a síntese seguinte, de O. da Veiga Ferreira e M. Leitão, parte da noção de que o Neolítico se define pela “[...] descoberta dos meios de controlar e desenvolver as fontes naturais de alimentação, pela

*criação dos animais e pela agricultura, [que] mudou radicalmente o estilo de vida dos caçadores-pescadores-recolectores e permitiu a sedentarização*” (FERREIRA & LEITÃO, 1981, p. 145). Porém, uma vez mais, esta ideia não é desenvolvida e o ênfase é colocado nos inventários arqueológicos, na listagem exaustiva dos sítios onde estes se manifestam em território português, e numa proposta de faseamento interno do período. Entre os diversos sítios desta fase indicados vemos então reaparecer o “Castro de Liceia, Barcarena (Oeiras)” e o nome de C. Ribeiro. O círculo fechou-se.

## REFERÊNCIAS

- ARNAUD, J. M. (1982) – Néolithique ancien et processus de néolithisation dans le Sud du Portugal. *Colloque International de Préhistoire sur le Néolithique ancien méditerranéen*. Montpellier (Archéologie en Languedoc; N.º Spécial), p. 29-48.
- BETTENCOURT, A. M. S. (1989) – Inéditos de Amorim Girão, 1. *Arqueologia*. 20, p. 160-165.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1932) – *Etnología de la Península Ibérica*. Barcelona: Alpha.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1966) – Cultura megalítica portuguesa y culturas españolas. *Revista de Guimarães*. 76: 3-4, p. 249-306.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CARTAILHAC, É. (1886) – *Les âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris: Ch. Reinwald Librairie.
- CARVALHO, A. F. (2018) – De Cartailhac a Guilaine. A definição de uma fase “antiga” no Neolítico de Portugal. In CARDOSO, J. L., dir. – *Volume comemorativo do XXX aniversário do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, 1988-2018*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras; 24), p. 141-156.
- CHAMPION, T.; GAMBLE, C.; SHENNAN, S. & WHITTLE, A. (1984) – *Prehistoric Europe*. London: Academic Press.
- CHILDE, V. G. (1947) – *O Homem faz-se a si próprio (O progresso da Humanidade desde as suas origens até ao fim do Império Romano)*. Lisboa: Cosmos (A Marcha da Humanidade; 1).
- CLARKE, D. (1976) – Mesolithic Europe: the economic basis. In SIEVEKING, G.; LONGWORTH, J. K. & WILSON, K. E., eds. - *Problems in economic and social archaeology*. London: Duckworth, p. 449-481.
- CORREIA, A. A. M. (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia (Geografia, Arqueologia, Antropologia)*. Porto: Tipografia Sequeira Lda.
- CORREIA, A. A. M. (1928) – A Lusitânia pré-romana. In PERES, D. (dir.), *História de Portugal*, vol. I. Barcelos: Portucalense Editora Lda., p. 75-214.
- CORREIA, V. (1921) – *El Neolítico de Pavia (Alentejo, Portugal)*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas (Memoria; 27).
- COSTA, A. I. M. (1903) – Lapa da Rotura. *O Archeologo Português*. VIII, p. 267-271.
- COSTA, F. A. P. (1868) – *Noções sobre o estado prehistórico da Terra e do Homem seguidas da descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- DANIEL, G. (1967) – *The origins and growth of Archaeology*. London: Penguin Books.

- DELGADO, J. F. N. (1884) – La Grotte de Furninha a Peniche. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne*. Lisbonne: Académie Royale des Sciences, p. 17-278.
- DENHAM, T.; IRIARTE, J. & VRYDAGHS, L., eds. (2007) – *Rethinking agriculture. Archaeological and ethnoarchaeological perspectives*. Walnut Creek: Left Coast Press (One World Archaeology; 51).
- DENNEL, R. W. (1985) – *European economic prehistory. A new approach*. London / New York: Academic Press.
- DINIZ, M. (2006-2007) – O Neolítico Antigo em Portugal. Contributos para uma historiografia do tema. *Arqueologia e História*. 58-59, p. 17-34.
- DUNAND, M. (1961) – Rapport préliminaire sur les fouilles de Byblos en 1958. *Bulletin du Musée de Beyrouth*. 16, p. 75-79, 81-85.
- DUPONT, E. (1878) – Sur les animaux domestiques pendant les temps préhistoriques. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte Rendu*, vol. 2. Stockholm, p. 818-833.
- ESCALON DE FONTON, M. (1956) – Préhistoire de la Basse Provence. *Préhistoire*. 12, p. 162.
- FIOLHAIS, C. (2014) – *História da ciência em Portugal. Da universidade medieval à entrada na União Europeia, passando pelos Descobrimentos e pelo Iluminismo*. Lisboa: Gradiva.
- GEDDES, D. (1983) – Neolithic transhumance in the Mediterranean Pyrenees. *World Archaeology*. 15:1, p. 51-66.
- GIRÃO, A. A. (1921) – *Antiguidades pré-históricas de Lafões. Contribuição para o estudo da arqueologia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- HOPF, M. (1981) – Pflanzliche reste aus Zambujal. In SANGMEISTER, E.; SCHUBART, H., eds. – *Zambujal, die Grabungen 1964 bis 1973*, vol. 1. Mainz am Rhein: Verlag Philipp Von Zabern (Madrider Beiträge; 5), p. 315-340.
- LARTET, E. (1861) – Nouvelles recherches sur la coexistence de l'Homme et des grands mammifères fossiles réputés caractéristiques de la dernière période géologique. *Annales des Sciences Naturelles: Zoologie*. 15, p. 177-253.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz. Materiais para o estudo da cultura megalítica em Portugal*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, V. (1966) – Die verschiedenen Phasen des Neolithikums in Portugal. *Palaeohistoria*. 12, p. 363-372. [tradução portuguesa de 1983, “As diferentes fases do Neolítico em Portugal”, *Arqueologia*. 7, p. 7-15].
- LUBBOCK, J. (1865) – *Pre-historic times as illustrated by ancient remains, and the manners and customs of modern savages*. London / Edinburgh: Williams and Norgate.
- MORTILLET, G. (1873) – Classification des diverses périodes de l'âge de la pierre. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. 6<sup>ème</sup> Session (Bruxelles, 1872)*. Bruxelles: Typ. de M. Weissenbruch, p. 432-444.
- MOURE, J. A.; FERNÁNDEZ-MIRANDA, M. (1978) – The cave of Verdelpino (Cuenca, Spain). *Current Anthropology*. 19:1, p. 149-150.
- NATIVIDADE, M. V. (1901) – *Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do Homem*. Porto: Imprensa Moderna.
- PAÇO, A. (1954) – *Sementes pré-históricas do castro de Vila Nova de S. Pedro*. Lisboa: Academia Portuguesa de História (Separata dos Anais, II Série, vol. 5).

- PAÇO, A.; JALHAY, E. (1945) – *El castro de Vilanova de San Pedro*. Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria. XX, p. 5-93. [reedição de 1971 em *Trabalhos de Arqueologia de Afonso do Paço (1929-1968)*, vol. II. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 183-274].
- PEREIRA, G. (1875) – *Dolmens ou antas dos arredores d'Evora: notas dirigidas ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Filippé Simões*. Évora: Typographia de Francisco da Cunha Bravo.
- PEREIRA, F. A. (1914) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Archeologo Português*. XIX, p. 135-146.
- PINHO, J. (1931) – Sur des graines trouvées dans la station énéolithique de Pepim, Amarante. *XV<sup>ème</sup> Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Comptes rendus*. Porto / Coimbra, p. 356-358.
- RIBEIRO, C. (1878) – *Estudos prehistoricos em Portugal. Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. I. Notícia da estação humana de Lecêa*. Lisboa: Typographia da Academia.
- REBAY-SALISBURY, K. C. (2011) – Thoughts in circles: *Kulturkreislehre* as a hidden paradigm in past an present archaeological interpretations. In ROBERTS, B. W.; VANDER LINDEN, M. (eds.), *Investigating archaeological cultures. Material culture, variability, and transmission*. Springer, p. 41-59.
- ROCHA, A. S. (1900) – *Antiguidades prehistoricas do concelho da Figueira*. Coimbra: Imprensa da Universidade (Memoria oferecida ao Instituto de Coimbra; Quarta Parte).
- ROCHA, A. S. (1908) – Phases do neolithico em Portugal. *O Archeologo Português*. XIII: 7-12, p. 193-201.
- SANTOS, M. F. (1971) – A cerâmica cardial da Gruta do Escoural. *II Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I. Coimbra: Ministério da Educação Nacional, p. 93-94.
- SANTOS, M. F. (1974) – *Pré-História de Portugal*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Verbo (Biblioteca das Civilizações Primitivas; 14).
- SAVORY, H. N. (1968) – *Spain and Portugal. The Prehistory of the Iberian Peninsula*. London: Thames and Hudson [edição portuguesa de 1985, *Espanha e Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo].
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1987) – Les communautés du Néolithique ancien dans le Sud du Portugal. In GUILAINE, J.; ROUDIL, J.-L.; VERNET, J.-L. (dir.), *Premières Communautés Paysannes en Méditerranée Occidentale*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 663-671.
- SIMÕES, A. F. (1878) – *Introdução à Archeologia da Peninsula Iberica. Parte Primeira: Antiguidades prehistoricas*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (1979) – Alguns aspectos do Neolítico antigo do Alentejo litoral. *1.<sup>a</sup> Mesa-Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto; 3), p. 9-52.
- THOMSEN, C. J. (1836) – *Ledtraad til Nordisk Oldkyndighed*. Kjöbenhavn: Møllers Bogtrykkeri.
- TRIGGER, B. (2006) – *A history of archaeological thought*. 12<sup>th</sup> ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- VAQUER, J.; BARBAZA, M. (1987) – Cueillette ou horticulture mésolithique: la Balma de l'Abeurador. In GUILAINE, J.; ROUDIL, J.-L.; VERNET, J.-L., dir. - *Premières Communautés Paysannes en Méditerranée Occidentale*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 231-242.
- VASCONCELOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitania*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. E. (1886) – *Antiguidades monumentaes do Algarve*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.

- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico antigo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia; 6).
- ZVELEBIL, M. (1986) – Mesolithic societies and the transition to farming: problems of time, scale and organisation. In ZVELEBIL, M., ed. - *Hunters in transition. Mesolithic societies of temperate Europe and their transition to farming*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 167-188.
- ZVELEBIL, M. (1996) – The agricultural frontier and the transition to farming in the circum-Baltic region. In HARRIS, D. R. (ed.), *The origins and spread of agriculture and pastoralism in Eurasia*. London: University College of London Press, p. 323-345.

**A NECRÓPOLE DA GRUTA DAS ALCOBERTAS (RIO MAIOR)  
E A SUA IMPORTÂNCIA PARA O CONHECIMENTO DO NEOLÍTICO MÉDIO  
EM PORTUGAL**

***THE NECROPOLIS OF THE ALCOBERTAS CAVE (RIO MAIOR)  
AND ITS IMPORTANCE FOR THE KNOWLEDGE OF THE MIDDLE NEOLITHIC  
IN PORTUGAL***

João Luís Cardoso \*

**Abstract**

The archaeological occupation of the Alcobertas cave, a collective necropolis of the Serra dos Candeeiros in the “Maciço Calcário Estremenho” was characterized and dated. The two dates obtained, place the installation of the necropolis in the second quarter of the 4th millennium BC, corresponding to the full phase of the Middle Neolithic period. This conclusion is consistent with the typology of the archaeological materials, which have remained together with the anthropological set obtained, since the time of the excavation, in 1880, by António Mendes, collector of the former Geological Survey of Portugal.

*Keywords:* Alcobertas cave; necropolis; Middle Neolithic; Portugal.

**1 – INTRODUÇÃO**

A história da investigação arqueológica da região onde se implantam as grutas das Alcobertas é rica e diversificada (Fig. 1). A referência mais antiga que foi possível compulsar é a que se pode ler na célebre corografia de João Baptista de Castro:

*“Alcubertas. Fica no ermo da Villa de Alcanena, onde se descobre huma grande concavidade, e dentro della huma casa de pedra brilhante, que parece cristal, e outras, que congeladas da neve com a mistura da terra são muy galantes, e procuradas para ornar embrechados, e grutescos.”* (CASTRO, 1762, p. 82).

Embora João Baptista de Castro refira apenas a existência de uma gruta, na verdade são várias as que existem na região envolvente da povoação das Alcobertas; a gruta primeiramente explorada por António Mendes em 1880, colector da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, terá sido aquela que é especialmente destacada pelo autor da corografia, já que de acordo com o relato do referido Colector “é das maiores que se tem descoberto em Portugal”, com os seus 150 m de comprimento. Tal facto pode ter pesado na decisão

---

\* Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). Investigador do ICArEHB (Univrsidade do Alentejo). cardoso18@netvisao.pt

de ali se executarem escavações, em local onde a mesma atingia a sua maior largura, verificada aproximadamente na sua parte central, conforme refere o relatório por aquele elaborado (SANTOS, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971, p. 99):

*“Foi neste largo que se fez a exploração. Abriu-se um poço de 3 a 4 metros em marnas vermelhas. Como havia pouco espaço para arrumação do que se tirava e o despejo fora dela difficilimo, mandou o Exm.º Sr. Carlos Ribeiro parar o trabalho. Antes desta ordem, encontrou-se, a 10 metros a contar da boca, alguns ossos de animais, metidos em estalagmites, e foi tudo o que se encontrou em toda esta furna. (...)”.*

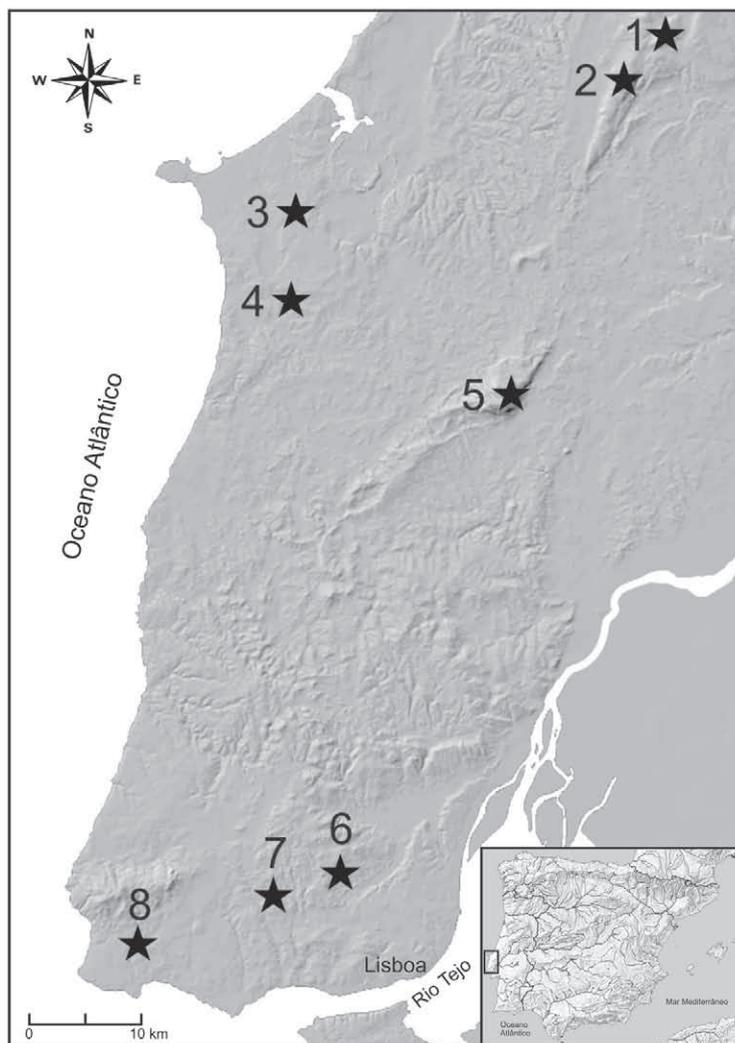
Importa ter presente a descrição estratigráfica observada “no poço que se abriu” a 10 m da entrada da gruta, na qual a 1.<sup>a</sup> camada, designada por “entulho superior”, à semelhança da terminologia adoptada na mesma época para a escavação da camada neolítica e calcolítica da gruta da Casa da Moura (CARDOSO, 2020 a) – não ultrapassava 0,30 m de potência. As camadas mais fundas embalavam fragmentos de estalagmites argila vermelha, tendo-se observado um leito exclusivamente de argila vermelha e seriam estas que integravam os ossos de animais, sem espólios arqueológicos associados.

Mais à frente, no relatório de António Mendes, pode ler-se o seguinte:

*“Ao Norte, a 1000 metros, pouco mais ou menos, encontrei uma pequena furna. No fundo achei alguns ossos humanos e facas de sílex. A Serra das Alcobertas pode chamar-se a serra das furnas. Descobri bastantes que, exploradas, dariam bastantes objectos”.*

Pode assim concluir-se que o conjunto agora estudado provém, na íntegra, da segunda cavidade explorada, de pequenas dimensões.

Esta gruta poderá ser a mesma que, muitos anos depois, foi designada por gruta da Esperança, tendo F. B. Barbosa registado a tradição, ali ouvida, de, no passado, “terem levado algumas cerâmicas e sacos de “azagaias” (PAÇO *et al.*, 1959, p. 285). Não causa estranheza, de facto, que esta tradição oral – naturalmente mitificada – respeite à escavação ali realizada por António Mendes em 1880 e da qual, na década de 1950 os mais velhos habitantes da região ainda se lembrariam. Situação idêntica foi documentada na região de Monte Real, quando, em 1864, se descobriu acidental-



**Fig. 1** – Localização das principais necrópoles da Estremadura do Neolítico Médio. Grutas naturais: 1 – Lugar do Canto (Alcanede); 2 – Alcobertas (Rio Maior); 3 – Casa da Moura (Peniche); 4 – Feteira (Lourinhã); 5 – Algar do Bom Santo (Torres Novas); 8 – Porto Covo (Cascais). Sepulcros megalíticos: 6 – Pedras Grandes (Caneças); 7 – Carrascal de Agualva (Cacém).

mente um depósito pré-histórico, objecto de estudo arqueológico de Frederico de Vasconcelos Pereira Cabral pouco depois efectuado (CARDOSO, 2020 b), e do qual, ainda em 1922 havia eco entre a população, conforme Manuel Heleno registou (HELENO, 1922).

Ainda na década de 1950 a referida gruta se mostrava abundante em espólios pré-históricos (PAÇO *et al.*, 1959, p. 285), o que não admira, dada a breve intervenção realizada por António Mendes, na eventualidade de se tratar da mesma cavidade.

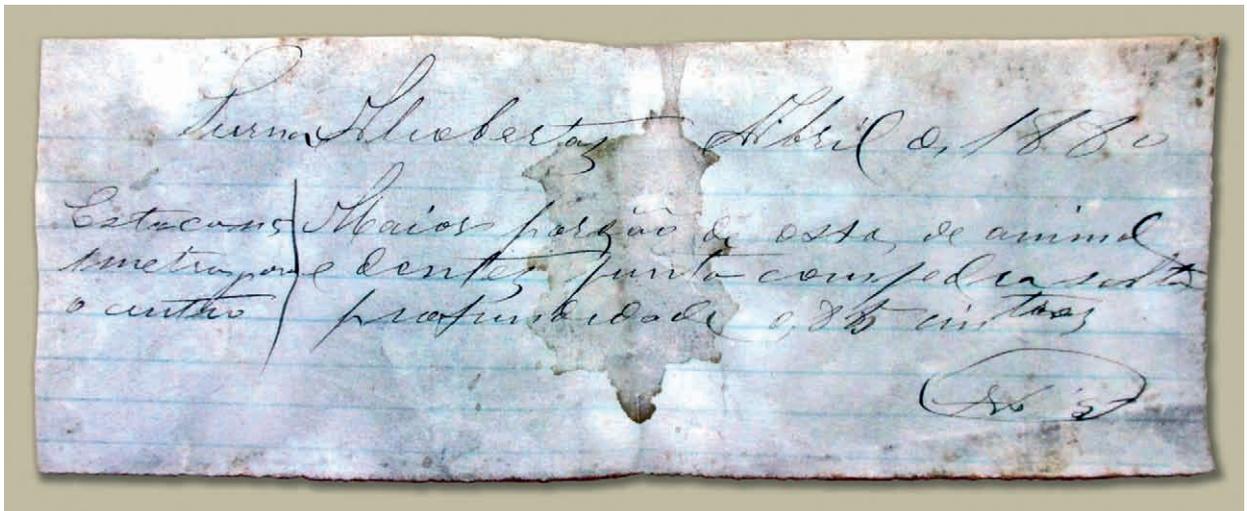
A exploração foi realizada em Abril de 1880, conforme consta de etiqueta manuscrita de sua autoria conservada num dos dois tabuleiros com espólios arqueológicos (Fig. 2) que continham, tal como hoje, os materiais então recuperados (Fig. 3):

*“Furna Alcobertas Abril de 1880  
Estaca n.º 5 Maior porção de ossos de animal  
1 metro (???) e dentes junto com pedra solta  
O centro profundidade 0,85 metros  
(rubrica ?)”*

No entanto, esta etiqueta deve reportar-se à intervenção efectuada na gruta de maiores dimensões, a qual só deu restos de animais, e não à realizada na pequena cavidade logo a seguir explorada, onde aqueles não foram registados, mas que, em compensação, forneceu “ossos humanos e facas de sílex”, que correspondem aos espólios agora estudados.

Seja como for, trata-se de informação importante por datar claramente ambas as intervenções, explicando também os objectivos que estiveram na origem da intervenção.

Com efeito, esta integrou-se – a par de muitas outras naquela época realizadas em numerosas cavidades cársicas da Estremadura – no âmbito da realização da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, realizado em Lisboa em Setembro daquele ano de 1880: afigurando-se importante mostrar aos congressistas o maior número possível de espólios antropológicos e arqueológicos, desde o ano anterior foram enviados colectores para o terreno, orientados por Carlos Ribeiro ou por Nery Delgado,



**Fig. 2** – Etiqueta conservada num dos tabuleiros contendo espólios arqueológicos da gruta das Alcobertas, no Museu Geológico do LNEG. Legenda da etiqueta autógrafa, de António Mendes, responsável das escavações: *Furna Alcobertas Abril de 1880/Estaca n.º 5 Maior porção de ossos de animal/1 metro (???) e dentes junto com pedra solta/O centro profundidade 0,85 metros/(rubrica ?)*. Foto de F. Martins.



**Fig. 3** – Um dos tabuleiros das vitrines laterais do Museu Geológico do LNEC contendo, desde 1880, alguns dos espólios arqueológicos da gruta das Alcobertas agora estudados. Foto de F. Martins.

com aquele propósito. Assim se explica a exploração, entre outras, das grutas da Furninha e da Casa da Moura (CARDOSO, 2020 a), bem como das grutas das Fontainhas (CARDOSO, 2020 c), da Malgasta e da Lapa Furada (CARREIRA & CARDOSO, 1996) cujos espólios, na maioria dos casos, só tardiamente se estudaram. Tal foi também o caso dos materiais recolhidos na gruta das Alcobertas, os quais só foram objecto de publicação, muito sumaria e apenas descritiva em 1971 (SANTOS, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971). No entanto, esta publicação tem o mérito de reproduzir na íntegra o relatório de António Mendes, permitindo assim o enquadramento dos trabalhos de campo por este realizados, a par do inventário dos restos humanos, arqueológicos e faunísticos, feitos pelo próprio.

No respeitante ao espólio arqueológico recolhido, aquele notável colector da então designada Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, com aturados trabalhos de campo em diversas regiões do País realizados sob orientação de Nery Delgado e de Carlos Ribeiro (cf. CARNEIRO, 2005, Table 4), apresenta o seguinte inventário:

- 16 fragmentos de vasos lisos; 7 machados; 1 goiva; 3 estiletos de osso incompletos; 1 dente de javali (cortado); 32 facas de sílex, completas, sendo uma de grande tamanho”. Ainda hoje todos estes materiais se conservam no Museu Geológico do LNEG, para além de um bloco de hematite apenas referido no estudo mais recente e de mais dois exemplares ósseos igualmente apenas neste último mencionados. No

entanto, o trabalho publicado em 1971 não se debruça sobre o inventário dos restos humanos, apenas apresentado no manuscrito de António Mendes; tal estudo justificar-se-ia pela abundância dos restos então recolhidos e presentemente ainda conservados.

Como se verá no Capítulo 3, as duas datações absolutas de radiocarbono realizadas sobre restos de dois indivíduos humanos deram resultados coerentes, indicando cronologia para a única ocupação funerária ali identificada do 2.º quartel do IV milénio cal BC claramente integrável no Neolítico Médio pleno do ocidente peninsular, situável, com base no excelente estudo realizado por César Neves, entre cerca de 3700 e 3200 cal BC (NEVES, 2018).

Face aos resultados obtidos, a gruta das Alcobertas passará doravante a integrar o conjunto das necrópoles estremenhas do Neolítico Médio do território português mais relevantes, conferindo aos respectivos espólios – agora pela primeira vez estudados de forma detalhada – interesse acrescido, cumprindo-se assim o principal objectivo do presente estudo, a demonstração da sua, até agora ignorada, importância arqueológica.

## 2 – ESPÓLIOS ARQUEOLÓGICOS

Os espólios arqueológicos recolhidos por António Mendes conservam-se ainda integralmente, correspondendo a um conjunto muito importante para a caracterização do Neolítico Médio no território português. Apesar da escavação ter durado pouco tempo, e, provavelmente, não ter esgotado a jazida, dada a pressa de se terminar o trabalho, na sequência da ordem de Carlos Ribeiro emitida nesse sentido, evidencia-se o cuidado dispensado à mesma, com o registo em algumas peças das respectivas profundidades de recolha: 0,20 m para um fragmento de vaso em calote de bordo simples (Fig. 10, n.º 1); 0,50 m para três enxós (Fig. 9, n.ºs 2, 3 e 6); 1,0 m para uma enxó e um machado (Fig. 9, n.ºs 3 e 8), entre outras. Este cuidado de registo das profundidades de colheita dos espólios arqueológicos era norma seguida na época pelos colectores da Secção dos Trabalhos Geológicos, não tendo sido possível, no entanto, estabelecer uma quadrícula ortogonal dada a pequenez da cavidade, ao contrário do que Miguel Pedroso conseguiu na escavação da gruta da Casa da Moura, efectuada por esta mesma altura (CARDOSO, 2020 a).

Os espólios arqueológicos jazeriam, pois, a diversas profundidades, sem prejuízo de os ossos poderem distribuir-se também em profundidade, e não apenas à superfície, como é característico das duas necrópoles mais importantes desta mesma época, a gruta do Lugar do Canto e o algar do Bom Santo. No entanto, o bom estado de conservação dos mesmos mostra que, mesmo que enterrados, a sua remoção seria fácil, pois de outro modo estariam profundamente fracturados, o que não acontece, apesar da sua fragilidade.

### 2.1 – Pedra lascada

Nas Figs. 4 e 5 apresenta-se a totalidade do espólio de pedra lascada recolhido na gruta, inteiramente constituído por utensilagem de sílex.

#### 2.1.1 – Produtos alongados

Trata-se de conjunto constituído por 30 lâminas e lamelas predominantemente de média dimensão, com um comprimento e larguras que se enquadram bem na norma dimensional respeitante aos conjuntos do Neolítico Médio da Estremadura, respectivamente de 25-100 mm e de 8-12 mm (CARVALHO, 2012).

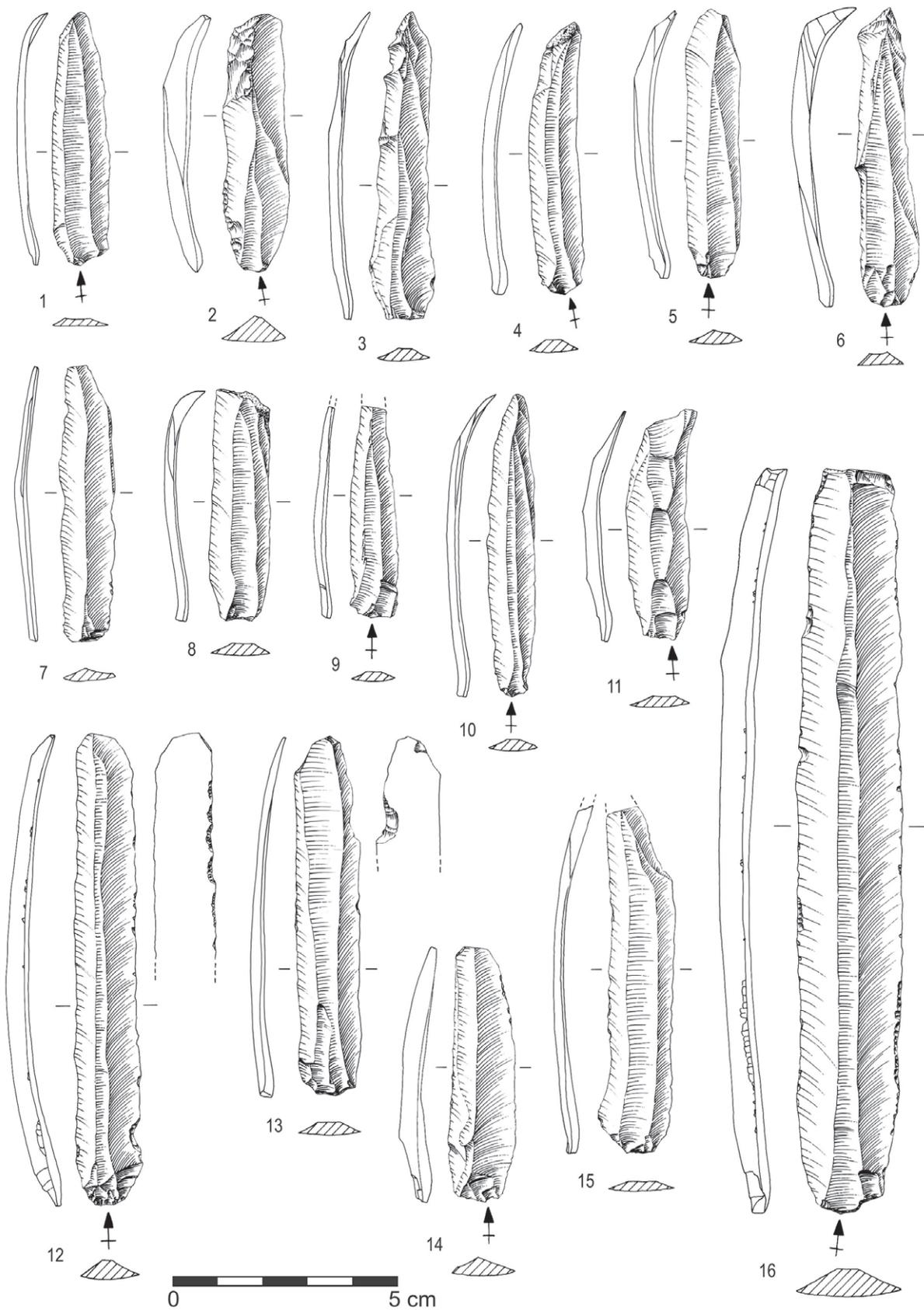


Fig. 4 – Gruta das Alcobertas. Indústrias de pedra lascada. Desenhos de F. Martins.

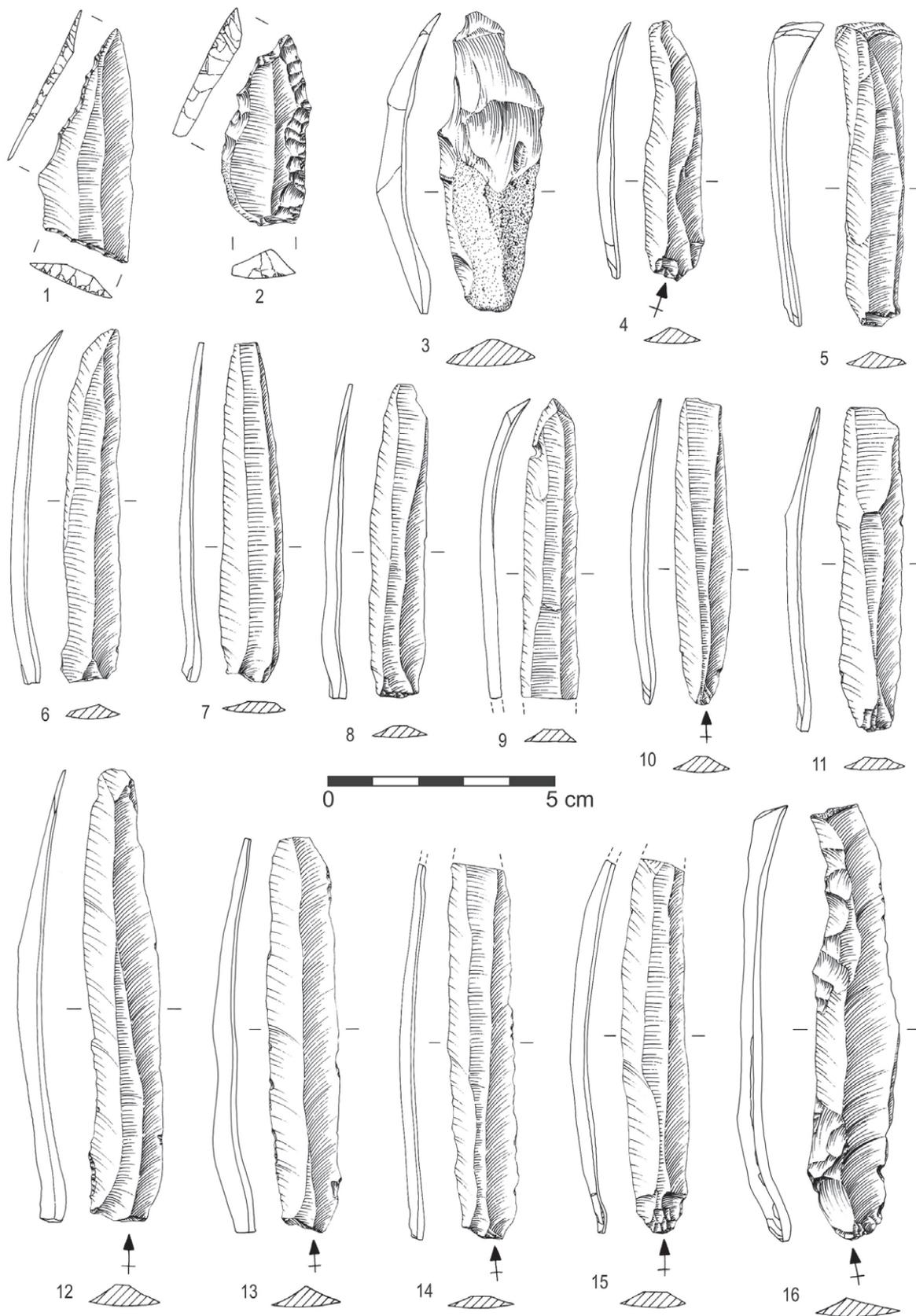
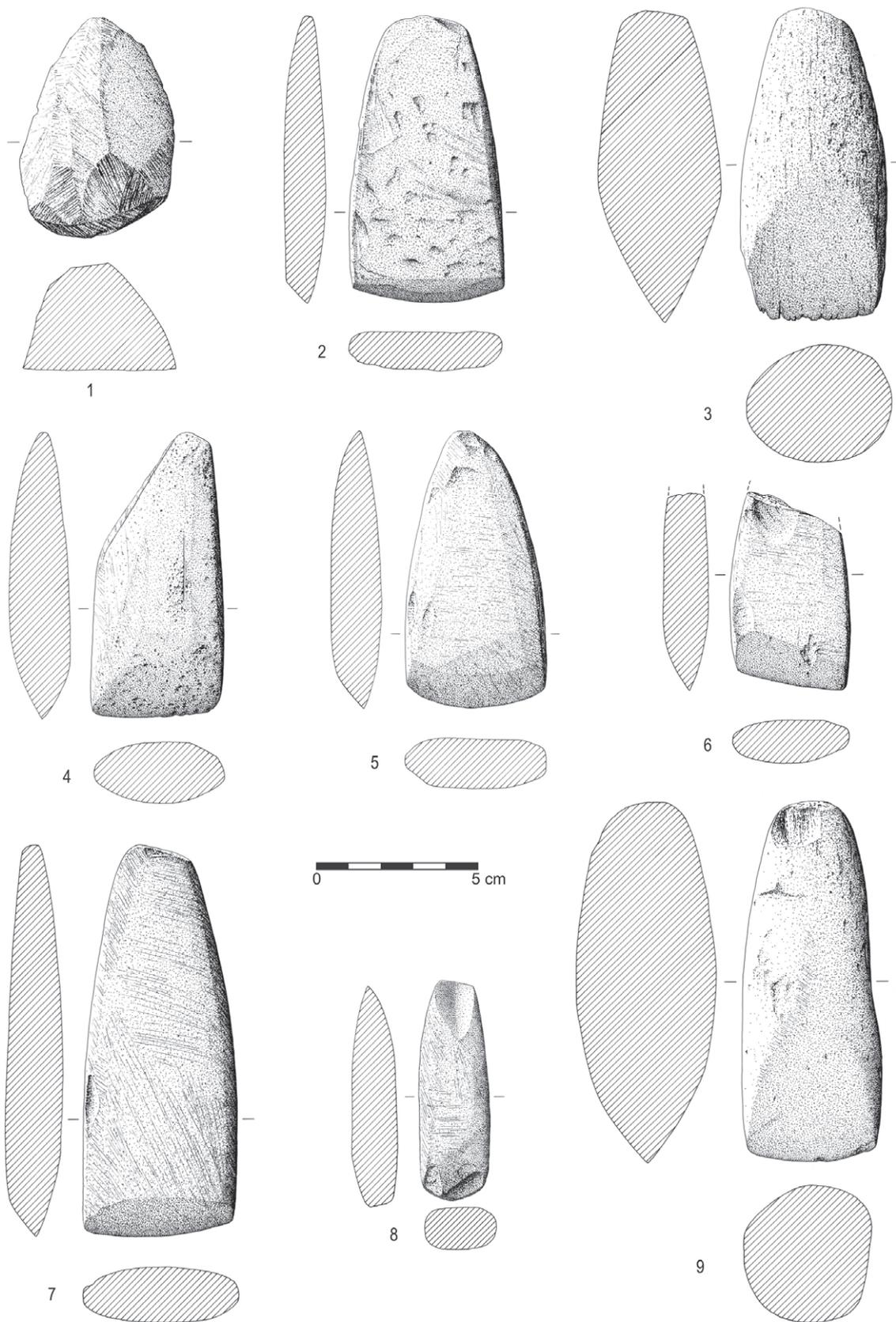


Fig. 5 - Gruta das Alcobertas. Indústrias de pedra lascada. Desenhos de F. Martins.



**Fig. 6** – Gruta das Alcobertas. Indústrias de pedra polida (n.ºs 2 a 9) e bloco de hematite (n.º 1), facetado pelo desgaste provocado pela extracção do corante. Desenhos de F. Martins.

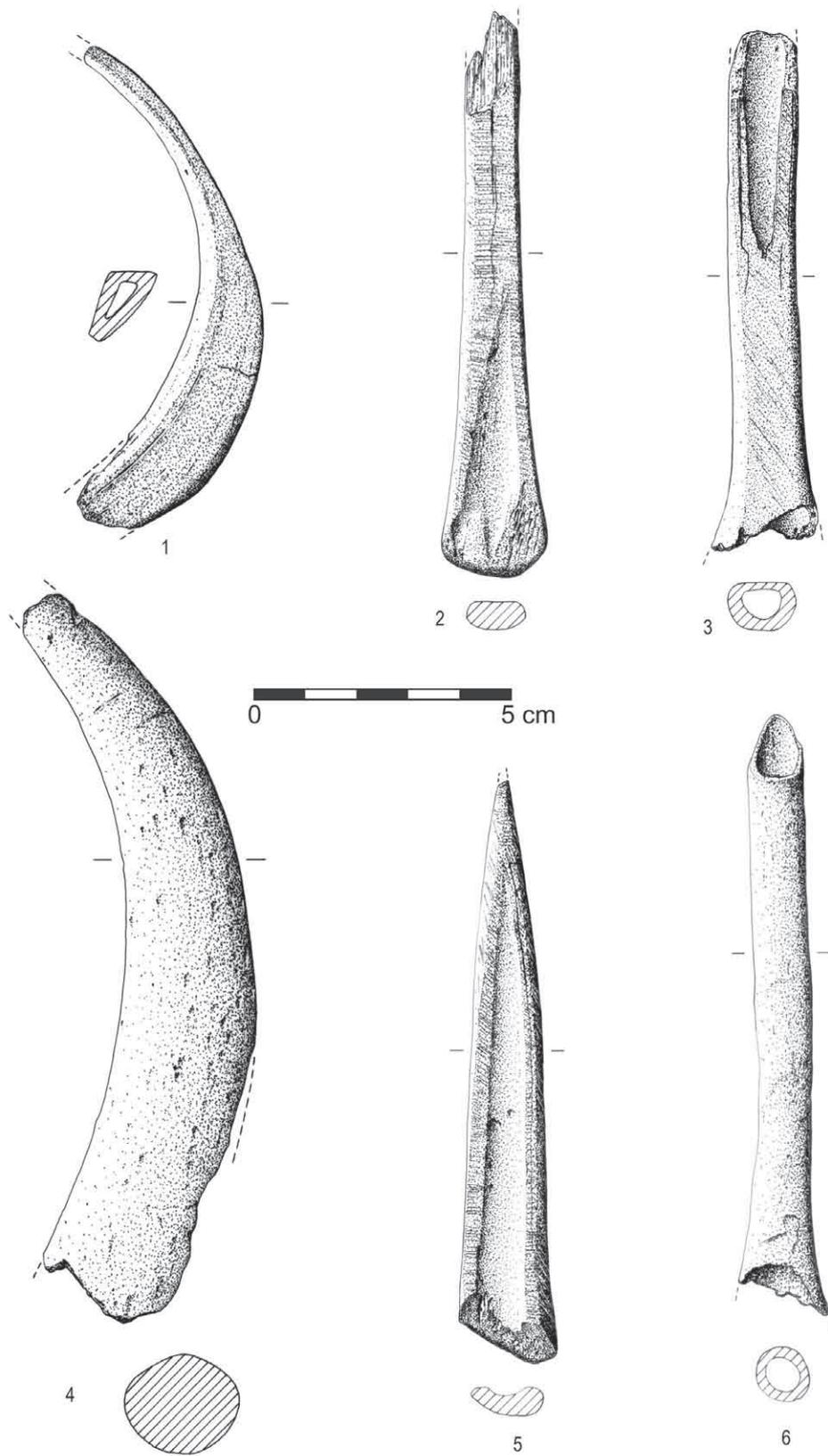


Fig. 7 - Gruta das Alcobertas. Indústria óssea. Desenhos de F. Martins.



Fig. 8 - Gruta das Alcobertas. Diversos artefactos de pedra lascada e de osso. Fotos de J. L. Cardoso.



Fig. 9 – Gruta das Alcobertas. Diversos artefactos de pedra polida (n.ºs 2 a 9) e bloco de hematite facetado (n.º 1). Fotos de J. L. Cardoso.

Exceptua-se uma grande lâmina de sílex acastanhado Fig. 4, n.º 16; Fig. 8, n.º 6), já devidamente destacada por António Mendes no seu relatório, com um comprimento superior a 15 cm e uma largura superior a 2 cm. Embora excepcionais, conhecem-se peças comparáveis de outros contextos funerários do Neolítico Médio pleno de necrópoles estremenhas em grutas naturais, como é o caso da gruta do Lugar do Canto (CARDOSO & CARVALHO, 2008, Fig. 6, n.º 5) e do algar do Bom Santo (CARVALHO & GIBAJA, 2014, Fig. 5.2.1, n.º 1).

Alguns exemplares revelam ainda que parcialmente a presença de cristas (Fig. 4, n.º 11; Fig. 8, n.º 5; Fig. 5, n.º 16), e um outro conserva na região basal o córtex primitivo (Fig. 5, n.º 3).

Como é usual nos exemplares do Neolítico Médio, a presença de retoque é rara, ou excepcional, situação corroborada pela presente colecção que não integra nenhum exemplar retocado, mas apenas com vestígios de utilização marginal (Fig. 4, n.ºs 12 e 16), ostentando um outro exemplar pequena “encoche” que poderá ser também resultante de utilização (Fig. 4, n.º 13).

Um exemplar possui a extremidade distal em diedro, produzido por dois levantamentos cruzados, configurando, aparentemente, um microburil (Fig. 5, n.º 9).

Muitas vezes observa-se arqueamento terminal do perfil devido à ultrapassagem do comprimento núcleo.

Não se registou o tratamento térmico, técnica que tem sido observada em exemplares de pequenas dimensões de jazidas do Neolítico Médio (CARVALHO, 2009).

Em suma, trata-se de um conjunto numeroso e muito homogéneo, podendo considerar-se excepcional face o número de lâminas e lamelas recolhidas no algar do Bom Santo, afigurando-se mesmo muito superior ao reunido do Lugar do Canto, o que configura situação excepcional e resultante de uma selecção cuidada dos exemplares utilizados como oferenda.

### 2.1.2 – Furadores

Um exemplar sobre lâmina apresenta-se retocado por levantamentos abruptos contínuos, formando dois bordos laterais convergentes, em extremidade pontiaguda espessa (Fig. 5, n.º 2). Trata-se de exemplar excepcional em contextos desta época, o que terá levado os primeiros autores que publicaram este espólio a atribuírem-no ao Paleolítico Superior (SANTOS, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971, p. 102; Est. II, n.º 17). No entanto, não existe fundamento para esta atribuição, sendo, pelo contrário, peça que poderia ocorrer num contexto do Neolítico Final, ou mesmo do Calcolítico, tal como outra ocorrência adiante referida.

### 2.1.3 – Geométricos

Os geométricos estão representados por um único exemplar, correspondente a um trapézio. Tal situação contrasta com a observada em outros contextos da mesma época e região; assim, no Lugar do Canto recolheram-se 34 geométricos, sendo a larga maioria deles representados por trapézios, realidade confirmada no algar do Bom Santo, onde os 35 exemplares são também maioritariamente representados por trapézios. Na verdade, este tipo de geométricos correspondem às produções mais abundantes em contextos funerários estremenhas do Neolítico Médio. O único exemplar recolhido, de assinaláveis dimensões (Fig. 5, n.º 1; Fig. 8, n.º 1), foi executado sobre lâmina cuja largura seria da ordem dos 20 mm inscreve-se no limite superior das produções laminares para o Neolítico Médio (CARVALHO, 2012), valor que, segundo o mesmo autor, corresponde à média das produções laminares mais tardias, do Neolítico Final em diante (CARVALHO, 1998).

## 2.2 – Pedra polida

O conjunto integra sete exemplares completos e um incompleto (Fig. 6) com os gumes intactos ou quase, como é usual em contextos funerários, podendo subdividir-se em diversas categorias tipológicas, de acordo com os critérios definidos pelo signatário (CARDOSO, 1999/2000; CARDOSO, 2004; CARDOSO, 2014).

### 2.2.1 – Machados

Dois exemplares completos (Fig. 6, n.ºs 3 e 9; Fig. 9, n.º 7 e 8), de anfiboloxisto, ambos de secção sub-circular, um deles polido apenas no gume e com o corpo de tendência fusiforme apenas picotado, o outro apresentando a superfície melhor regularizada.

Do ponto de vista tipológico, integram-se nas produções tradicionalmente consideradas mais primitivas destes utensílios; no entanto, no Neolítico Antigo podem já ocorrer, em associação, com estes, machados polidos de secção sub-quadrangular, como é o caso do que provém do contexto NA1 da gruta do Caldeirão (ZILHÃO, 1992, Fig. 7.7); situação idêntica foi observada, ulteriormente, em contextos do Neolítico Médio, na gruta do Lugar do Canto (CARDOSO & CARVALHO, 2008, Fig. 10 a 12) e no algar do Bom Santo, onde os três exemplares ali recolhidos possuem aquele tipo de secções (CARDOSO, 2014, Fig. 5.3.2), pelo que o valor discriminante das produções consideradas mais arcaicas é nulo. Importa, ainda, referir, como suporte a esta conclusão, que mesmo em contextos calcolíticos ocorrem machados de secção sub-circular, picotados no talão, como é o caso do povoado do Outeiro Redondo, Sesimbra (CARDOSO, 2019, Fig. 62, n.º 5,7 e 9; Fig. 65, n.º 2), para além de os mesmos terem ocorrido em estratigrafia, em contextos do Neolítico Final, no povoado de Leceia (CARDOSO, 1999/2000; CARDOSO, 2004).

Os dois exemplares em apreço são de anfiboloxisto, à semelhança dos recolhidos na gruta do Lugar do Canto e no algar do Bom Santo, indício de que o comércio de anfibolitos já se encontrar então estabilizado, a partir das fontes da matéria-prima. As mais próximas da gruta das Alcobertas encontravam-se na região de Constância e Abrantes, ao longo da faixa de rochas da “Série Negra” que dali se prolonga até à área de Tomar e Alvaiázere, de idade pré-câmbrica (TEIXEIRA, 1981).

### 2.2.2 – Enxós

Identificaram-se cinco exemplares, dos quais um partido pela metade, mas conservando o gume intacto (Fig. 6, n.º 6), tipologicamente muito homogéneos (Fig. 6, n.ºs 2 e 3 a 7; Fig. 9, n.º 2, 3, 4 6 e 9).

Como é usual na generalidade das necrópoles estremenhas que integram este grupo de artefactos, os exemplares evidenciam características comuns: com efeito, apesar de poderem evidenciar assinaláveis diferenças no respeitante ao tamanho e à relação comprimento/largura, correspondendo a formas mais ou menos alongadas, estas são sempre achatadas, por vezes encurvadas no sentido longitudinal, ostentando secções sub-rectangulares a sub-elipsoidais espalmadas, polimento extensivo nas duas faces maiores, podendo ser total. Alguns exemplares conservam ainda os grandes negativos sub-horizontais resultantes do desbaste dos lingotes originais, que no entanto não se observam em nenhum dos exemplares em apreço.

Estas características evidenciam assinalável coerência e uniformidade das produções, ao contrário da maior variabilidade verificada no conjunto dos machados. Tal facto sugere a existência de uma única origem aparentemente, ou de várias origens, todas elas estreitamente partilhadas pelas populações da Estremadura, entre o Neolítico Pleno e o Neolítico Final, ou mesmo o Calcolítico, abarcando um intervalo temporal de mais de 700 anos. Importa referir que, no Alentejo, no único dólmen atribuível ao Neolítico Médio e cujo inte-

rior foi encontrado intacto – a Anta 2 do Poço da Gateira, Reguengos de Monsaraz (LEISNER & LEISNER, 1951) – as 11 enxós recolhidas exibem características diferentes das que na mesma época eram utilizadas na Estremadura, indício de duas tradições culturais distintas.

Para a discussão da questão acima enunciada é essencial ter em consideração as fontes de abastecimento destas rochas, e as vias que permitiram a sua chegada à Estremadura.

A observação macroscópica dos exemplares evidencia rochas negras ou de coloração esverdeada/acinzentada, de granularidade finíssima, as quais por alteração superficial adquirem colorações esbranquiçadas. No entanto, as escassas análises petrográficas ao microscópio de luz polarizada são ainda muito insuficientes para terem representatividade. Uma enxó da Lapa do Bugio, Sesimbra, cuja ocupação se situa no Neolítico Final e no Calcolítico (CARDOSO, 1992) corresponde a um vulcanito básico, com forte componente sedimentar, integrando-se no conjunto das rochas do complexo Vulcano-Sedimentar da Zona Sul Portuguesa (CARDOSO, 2014). Outros exemplares, recolhidos no povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras, evidenciaram serem siltitos chérticos, podendo provir da mesma unidade geo-estrutural ou, em alternativa, da bacia meso-cenozóica lusitaniana (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995). Tais factos indicam, assim, que, não obstante serem semelhantes em amostra de mão, as petrografias exibem diferenças suficientes para sugerir proveniências distintas; mas bastaria a identificação de vulcanitos básicos para comprovar a sua origem na Zona Sul Portuguesa. Tal significa que, enquanto que os anfiboloxistos podiam provir de territórios cujas distâncias seriam da ordem dos 50 km em linha recta (distância entre as povoações de Alcobertas e de Constância), já os vulcanitos básicos corresponderiam a distâncias da ordem dos 120 a 140 km (região de Alcácer do Sal/Grândola).

A menor dureza destas rochas comparativamente aos anfibolitos levou a admitir a possibilidade de constituírem objectos estritamente votivos, apenas com uso funerário. No entanto, a sua ocorrência em contextos habitacionais, como é o caso do povoado calcolítico do Outeiro Redondo, Sesimbra (CARDOSO, 2018, p. 169) e sobretudo o de Leceia, Oeiras, onde se reconheceram exemplares desta petrografia, genericamente designados por “chertes”, com sinais de uso, tanto em contextos do Neolítico Final, como do Calcolítico (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995; CARDOSO, 1999/2000), a maioria deles incompletos e com evidentes vestígios de utilização, afasta a interpretação simbólica.

### 2.2.3 – Goivas

Recolheu-se um exemplar, de rocha de coloração esverdeada que se quadra no conjunto petrográfico anteriormente referido, podendo corresponder a um vulcanito do Complexo Vulcano-Sedimentar da Zona Sul Portuguesa (Fig. 6, n.º 8; Fig. 9, n.º 5).

A presença de goivas em contextos do Neolítico Médio é sempre excepcional, o mesmo se verificando para o Neolítico Final e o Calcolítico, tanto na Estremadura como no sul de Portugal. Um exemplar de assinaláveis dimensões provém da gruta do Lugar do Canto (CARDOSO & CARVALHO, 2008, Fig. 16, n.º1); para além deste, é de registar a presença de alguns exemplares de dimensões menores, um deles proveniente da gruta próxima da Casa da Moura (CARREIRA & CARDOSO, 2001/2002, Fig. 10, n. 4), a qual foi também ocupada no Neolítico Médio, conforme evidenciam as datações publicadas (CARVALHO & CARDOSO, 2010/2011), embora não seja possível destrinçar as produções específicas a esta etapa cultural das restantes.

### 2.3 – Indústria óssea

Registaram-se quatro exemplares afeiçãoados. Três integram-se no grupo dos furadores, aproveitando um deles uma porção longitudinal de uma defesa inferior de javali, já mencionada no inventário de António Mendes que o descreve do seguinte modo: “um dente de javali (cortado)” (Fig. 7, n.º 1).

Os outros três exemplares são também referidos por António Mendes como “três estiletos de osso incompletos”. Trata-se de esquirolas de ossos longos fracturados longitudinalmente e depois polidos, correspondendo à tipologia dominante no Neolítico Médio, onde o seccionamento por polimento abarcou quase todo o comprimento do osso, apresentando-se sub-horizontal (Fig. 7, n.ºs 2, 3 e 5), ao contrário do que se verifica a partir do Neolítico Final e durante todo o Calcolítico, em que tal seccionamento é em bisel oblíquo.

Reconheceu-se ainda um osso longo, possivelmente de ave, o qual foi considerado como sendo “em forma de goiva” (SANTOS, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971, p. 101), possibilidade funcional sugerida pelo facto de a pequena espessura da extremidade da peça, terminando em bisel abrupto e apontado, poder facilitar tal tarefa (Fig. 7, n.º 6). O último objecto deste conjunto é uma ponta de veado de secção circular com indícios de leve afeiçãoamento para ser utilizada como furador (Fig. 7, n.º 4), situação frequente em contextos estremenhos de épocas muito diversas.

### 2.4 – Cerâmicas

As associações do Neolítico Médio de carácter funerário caracterizam-se pela escassa presença de cerâmicas, certamente por razões de ordem ritual, ao contrário do que se observa em contextos habitacionais coevos. Esta realidade transparece no conjunto conservado, onde, como é usual para a época em causa, as produções lisas são praticamente exclusivas. Um dos dois fragmentos com interesse tipológico correspondem a uma taça em calote de bordo simples, conservando uma pequena etiqueta com a indicação da profundidade de colheita (0,20 m) (Fig. 10, n.º 1); trata-se de forma comum em contextos desta época. Já o mesmo não se verifica com o fragmento de taça com bordo espessado e lábio aplanado, que corresponde à tipologia de uma taça Palmela lisa (Fig. 10, n.º 2), integrando diversos fragmentos, apresentados de forma independente nas reproduções fotográficas publicadas (SANTOS, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1971, Est. III, n.º 34, 37 e 45). Na verdade, este exemplar não se afigura compatível com o Neolítico Médio, devendo ser considerado como prova de reocupação da gruta no decurso do Calcolítico, época em que se conhecem, em diversos contextos estremenhos, taças Palmela lisas.

### 2.6 – Diversos

Este grupo encontra-se representado por um bloco de hematite compacto, com diversas facetas resultantes do desgaste por fricção associado à extracção do pó, por forma a este poder ser utilizado como corante (Fig. 6, n.º 1; Fig. 9, n.º 1).

O ocre vermelho era frequentemente utilizado com finalidades rituais, quer em contextos domésticos, como comprovam os fragmentos recolhidos no povoado pré-histórico da Penha Verde, Sintra (CARDOSO, 2010/2011), quer em contextos funerários, dos quais o exemplo mais evidente é o da Lapa do Fumo, Sesimbra, onde a chamada “camada vermelha” denunciava o seu uso intensivo nas cerimónias fúnebres ali desenroladas (SERRÃO & MARQUES, 1971).

Na gruta da Casa da Moura, situada na plataforma calcária da Cesareda, a cerca de 30 km de distância em linha recta, as escavações ali realizadas em 1879/1880 por Nery Delgado permitiram a recolha, conforme se pode ler no relatório / inventário efectuado por aquele geólogo, de diversos exemplares (CARDOSO, 2020 a):

*“Casa da Moura Crivo Objectos achados no entulho superior até 2,0<sup>m</sup> de profundidade*

*Ferro oxydado vermelho terreo (ochra vermelha), 10 pequenos fragmentos, o maior apresentando diferentes superficies lisas, e mostrando claramente ter sido raspado ou gasto para d’elle obterem pó”.*

Para além de finalidades rituais, em cerimónias fúnebres ou na pintura corporal com estas associadas, a hematite transformada em pó seria também utilizada no acabamento de certas produções cerâmicas, revestidas de uma aguada avermelhada (almagre) que dariam às respectivas superficies maior regularidade e brilho.

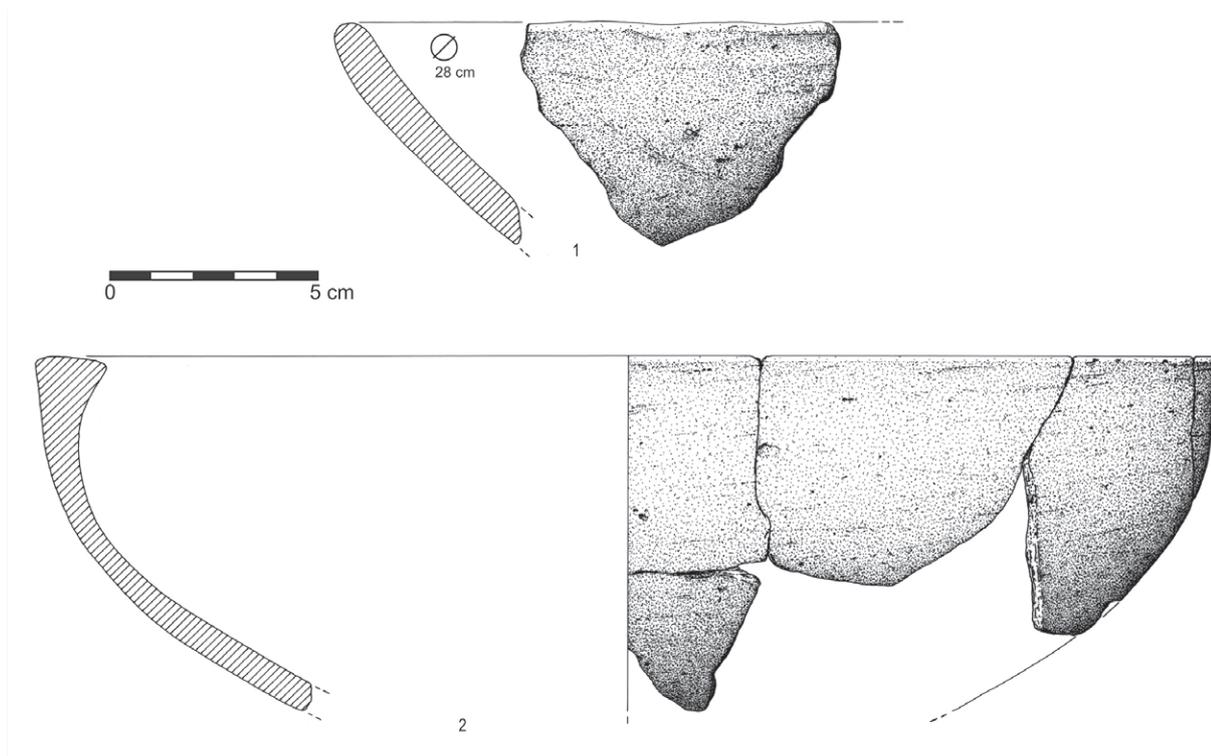


Fig. 10 – Gruta das Alcobertas. Indústria cerâmica. Desenhos de F. Martins.

### 3 – CRONOLOGIA ABSOLUTA

Em inícios de Abril de 2016 recolheram-se duas amostras de dois fragmentos de ossos maxilares humanos de dois indivíduos destinados a datação. Os resultados obtidos foram os seguintes:

Wk 43567 – 4922 +/- 20 BP

Wk 43568 – 4761 +/- 20 BP

Fazendo uso do programa de calibração OXCal v4 2.4 (BRONK RAMSEY, 2013) e a IntCal13 atmospheric curve (REIMER *et al.*, 2013), obtiveram-se os seguintes resultados para 95,4% de probabilidade:

Wk 43567 – entre 3770-3640 cal BC;

Wk 43568 – entre 3640-3510 cal BC.

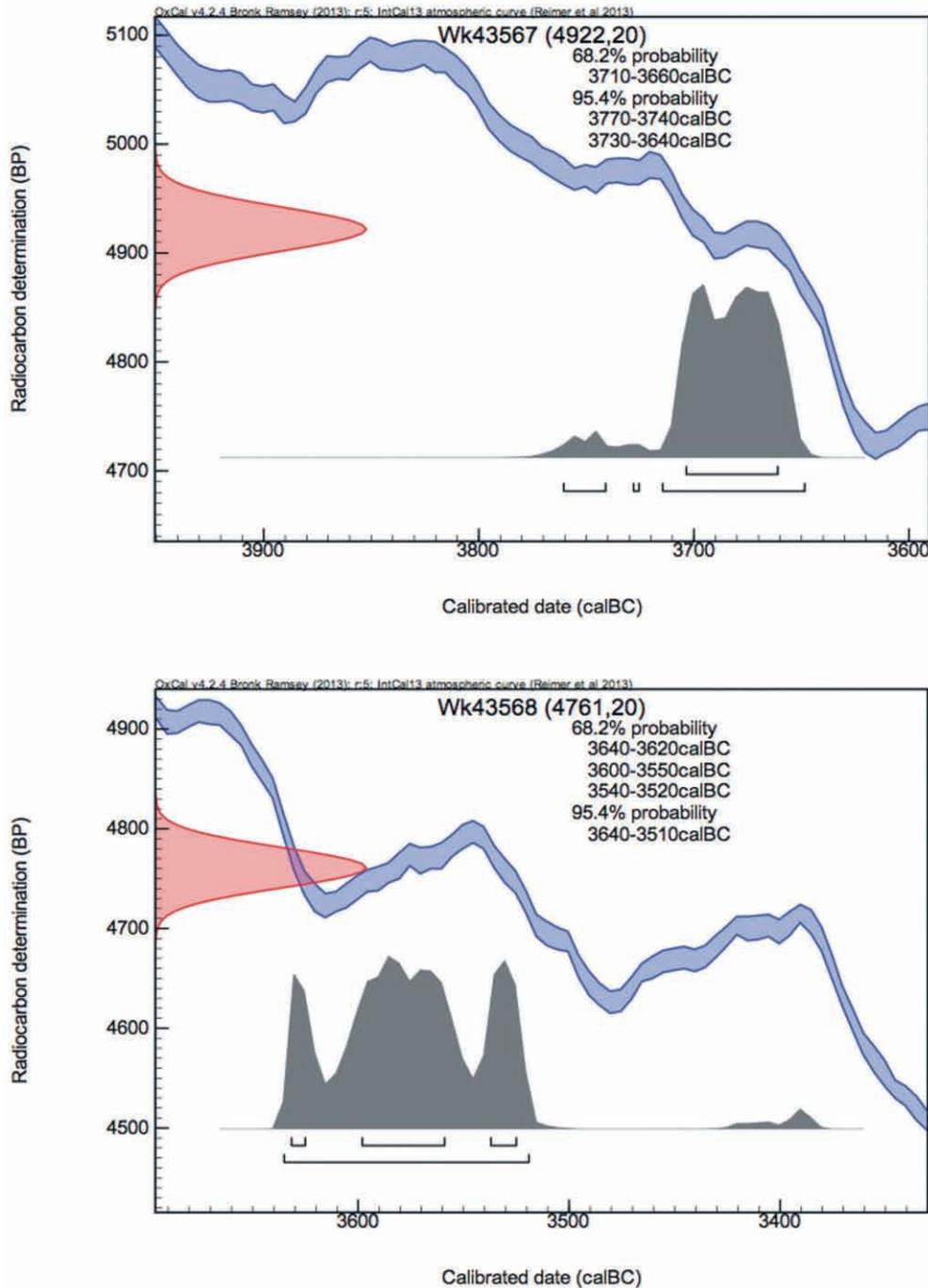


Fig. 11 – Gruta das Alcobertas. Resultados das duas datações absolutas obtidas pelo radiocarbono sobre dois fragmentos de ossos maxilares de indivíduos diferentes.

Os resultados afiguram-se coerentes, correspondendo à utilização funerária da cavidade ao longo de todo o segundo quartel do 4.º milénio cal BC, cronologia que corresponde ao Neolítico Médio pleno, segundo a terminologia de César Neves (NEVES, 2018), sendo estatisticamente idênticos à cronologia obtida para a ocupação da gruta do Lugar do Canto (Alcanede), situada também na serra dos Candeeiros a cerca de 6 km de distância (CARDOSO & CARVALHO, 2008), bem como para o algar do Bom Santo, na Serra d’Aire, a pouco mais de 30 km de distância, cuja ocupação foi situada entre 3800 e 3600 cal BC (PETCHEY, 2014), sendo deste modo rigorosamente coeva das duas anteriores.

#### 4 - DISCUSSÃO E SÍNTESE CONCLUSIVA

1 – Caracterizou-se e datou-se a ocupação da gruta das Alcobertas, necrópole da serra dos Candeeiros que até hoje não despertou a atenção dos estudiosos que, nos últimos trinta anos, vêm estudando as presenças neolíticas no Maciço Calcário Estremenho, apesar de ter sido uma das primeiras grutas a ser explorada nesta unidade geográfica, em Abril de 1880, antecedendo imediatamente a realização da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas realizado em Setembro daquele ano em Lisboa, com o propósito de coligar espólios susceptíveis de serem expostos naquela ocasião.

2 – A cronologia absoluta obtida com base em restos de dois indivíduos corresponde ao segundo quartel do 4.º milénio cal BC, sendo compatível com a tipologia dos espólios recuperados, cuja coerência configura uma única fase de utilização da gruta, culturalmente integrada no Neolítico Médio pleno, correspondente à instalação de uma necrópole na cavidade. Os restos humanos inventariados pelo escavador da mesma, o colector da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal António Mendes sugere um número mínimo de indivíduos não inferior a 11 indivíduos, tantas são as mandíbulas inferiores ainda que incompletas ali identificadas (embora alguns fragmentos possam pertencer a um mesmo indivíduo). No entanto, uma taça Palmela lisa configura presença calcolítica ulterior, de natureza pontual.

3 – O espólio de pedra lascada é quase exclusivamente representado por produtos alongados não retocados que ascendem a 30 exemplares, revelando a importância simbólica deste tipo de oferendas, relacionadas tradicionalmente com a utilização de foices (apesar de não se ter evidenciado marcas de uso em nenhum exemplar pela análise macroscópica). Tal predominância atesta a importância da agricultura e consequentemente a presença de uma comunidade relativamente numerosa, de carácter estável e sedentário.

A quase exclusividade de produtos alongados de dimensões geralmente médias, com a presença de um exemplar de dimensões excepcionais para a época em causa, documenta a selecção dos espólios que foram utilizados como oferendas fúnebres, diferente na sua composição, da distribuição tipológica da utensilagem usualmente presente nos contextos habitacionais coevos, como Pena d’Água, Costa do Pereiro, Cerradinho do Ginete e Cabeço de Porto Marinho III, para citar apenas alguns sítios que se implantam na região em causa (CARVALHO, 2008).

No entanto, importa referir que os sítios referidos, onde ocorre insistentemente a decoração com “sulco abaixo do bordo”, são tendencialmente anteriores à fase plena do Neolítico Médio, onde tal decoração já não ocorre (NEVES, 2018), na qual se insere a necrópole em causa. Seja como for, este argumento, no respeitante às grutas-necrópole, não pode ser excessivamente valorizado, uma vez que nestas, a cerâmica é vestigial ou pode mesmo não ocorrer, como é o caso da gruta do Lugar do Canto, por prescrições de natureza cultural.

A existência de comunidade de natureza sedentária sugerida pela indústria lítica, de pedra lascada contrasta com as características da generalidade dos sítios habitacionais até ao presente conhecidos na região do Maciço Calcário Estremenho do Neolítico Médio, como os acima referidos, de dimensões modestas, e de carácter temporário, sublinhando, aparentemente, a mobilidade dos seus ocupantes.

Assim, afigura-se de assinalável interesse o conjunto lítico lascado recuperado, por poder documentar, ainda que indirectamente, a existência de sítios habitacionais de carácter mais permanente, ainda não identificados na região do Maciço Calcário Estremenho no decurso do Neolítico Médio. Com efeito, a matéria-prima utilizada na confecção dos exemplares estudados provinha, na sua maioria ou totalidade, da região de Rio Maior, de onde é característico o sílex de colorações castanho-avermelhadas em que são confeccionados boa parte dos exemplares. A sublinhar esta realidade, importa referir que o único geométrico presente na colecção, produção tradicionalmente associada a práticas cinegéticas constituindo, por conseguinte, um indicador de mobilidade, é um trapézio, que corresponde, aliás, à forma mais comum em contextos desta época.

4 – Se a tipologia e natureza dos produtos de pedra lascada sugerem comunidade estabilizada no território, a tipologia dos objectos de pedra polida e a sua natureza petrográfica são também condizentes com tal realidade, mas por razões distintas. Assim, os dois machados recolhidos são de anfiboloxisto, rocha que teria de ser importada, sendo a área mais próxima onde ocorre tal tipo petrográfico a de Constância/Abrantes ou para além do Tejo, a região de Ponte de Sor e Avis. Qualquer das possibilidades é de admitir. Para tal, concorrem os dados bioantropológicos, que, embora ainda escassos, sugerem assinalável mobilidade destas populações entre a região estremenha e a alentejana; prova desta realidade é o facto de 12 dos indivíduos tumulados no algar do Bom Santo provirem do Alentejo Central (PRICE, 2014). Em alternativa, é admissível a intervenção de intermediários que garantiam o abastecimento estremenho do anfibolito, em troca do sílex, que falta na região alentejana (CARDOSO, 2015, p. 114). Tais intermediários poderiam ocupar regiões de charneira entre as duas regiões, correspondente ao vale do Tejo, constituindo, nesta perspectiva, o sítio de Moita do Ourives um desses locais de estacionamento (NEVES, 2018). Com efeito, alguns dos artefactos de sílex ali recolhidos recorreram a variedades de sílex presentes na região de Rio Maior e mesmo a outras, ainda mais longínquas, disponíveis nos calcários oxfordianos da região de Tomar, ilustrando, em sentido contrário, o abastecimento de rochas duras de origem alentejana via de regra presentes nas grutas-necrópole da Estremadura, a partir do Neolítico Médio.

5 – Outro índice de mobilidade que resulta da análise da utensilagem em pedra polida é expressivamente dado pela tipologia e matéria-prima das 5 enxós recuperadas. A sua relativa abundância, a par da observada em outros contextos funerários do Neolítico Médio contrasta com a raridade observada nos escassos contextos habitacionais coevos, o que sublinha, tal como a selecção de produtos alongados de sílex, o cunho simbólico que tais elementos detinham – o que não inviabiliza o seu carácter essencialmente funcional nas tarefas do quotidiano – exprimindo a sua importância nas actividades económicas das comunidades estremenhas da época.

Com efeito, a sistemática abundância observada nas necrópoles do Neolítico Médio em diante de machados e de enxós evidencia o relevo que as práticas agrícolas então já detinham, reforçando a conclusão acima apresentada associando a presença quase exclusiva de produtos alongados a elementos de foice. Uma vez mais, a natureza da comunidade que sepultou nesta gruta os seus mortos parece afastar-se da realidade que transparece dos pequenos sítios habitacionais coevos, com ocupações pouco prolongadas, os únicos até agora conhecidos na região do Maciço Calcário Estremenho.

6 – A natureza das matérias-primas em que as cinco enxós identificadas são confeccionadas mostra a existência de fontes de abastecimento de matérias-primas de origem geológica supra-regional, configurando, também por esta via, a presença de comunidades com capacidade económica suficiente para procederem à sua aquisição, necessariamente com os excedentes proporcionados por uma economia estável e duradoura, podendo caber o abastecimento de tais produtos a outras comunidades, como as anteriormente referidas, habitando o vale do Tejo, possuindo índices de mobilidade muito mais acentuados, logo a partir do Neolítico Médio.

Do ponto de vista petrográfico, estão representados vulcanitos, cuja origem em afloramentos da Zona Sul-Portuguesa é segura, os quais, durante mais de 700 anos, abasteceram abundantemente as populações neolíticas estremenhas, desde a região setentrional da Estremadura, como a Lapa do Bugio (CARDOSO, 1992), até à quase totalidade das principais necrópoles a norte do Tejo, algumas seguramente do Neolítico Médio, como as grutas de Porto Covo (GONÇALVES, 2008), e Casa da Moura (CARREIRA & CARDOSO, 2001/2002; CARVALHO & CARDOSO, 2010/2011), para além das duas grutas-necrópole mais importantes desta época, a gruta do Lugar do Canto (CARDOSO & CARVALHO, 2008) e o algar do Bom Santo (CARDOSO, 2014).

Por outro lado, tendo presente a evidente uniformidade tipológica que caracteriza estes exemplares, é de admitir a possibilidade de ter existido apenas um ou vários importantes centros de produção, mas estreitamente articulados entre si, a partir dos quais se difundiriam as peças pré-formatadas que seriam ulteriormente transformadas nos locais de utilização. Tratar-se-ia de um processo semelhante ao já observado para os artefactos (machados, enxós, formões, escopros, goivas) de anfibolito, desde os locais de mineração até aos de consumo (CARDOSO, 2004) com a diferença de que, no caso dos vulcanitos e rochas associadas (siltitos chérticos, p. ex.), a uniformidade tipológica é assinalavelmente mais acentuada, estando centrada na produção de enxós. A este propósito, é de reter a observação ainda actual, de Émile Cartailhac, que, tendo observado os conteúdos sepulcrais de muitas das principais grutas-necrópole neolíticas da Estremadura, concluiu que, “Ce qui caractérise l’âge néolithique du Portugal, tel qu’il nous est révélé par les sépultures, ce sont les pierres polies aiguisées en biseau, et qui par consequence ont dû servir emmanchées à la manière des herminettes.” (CARTAILHAC, 1886, p. 108).

7 – A coerência formal deste tipo de produções e, por outro lado, a aparente uniformidade petrográfica das matérias-primas utilizadas no seu fabrico, transversais a amplos territórios do ocidente peninsular onde tais matérias-primas não existem naturalmente, encerram um significado ainda mais expressivo que o da ocorrência das rochas anfibolíticas, de há muito conhecido (CARDOSO, 2008; CARDOSO, 2014). Tal realidade é acentuada pela uniformidade tipológica das produções de enxós, característica desta área geográfica, correspondente à região estremenha no seu sentido geográfico, de Sines ao Cabo Mondego, tal como já em 1886 havia sido sublinhado por É. Cartailhac, sugerindo um ou mais centros de produção sediados no Baixo-Alentejo e estreitamente relacionados entre si.

Pode assim concluir-se que, já no 2.º quartel do 4.º milénio a. C. se teria observado a generalização da circulação de produtos exógenos representados por rochas destinadas ao fabrico de instrumentos de pedra polida, que abasteciam maciçamente as comunidades sediadas na Estremadura, sucedendo ao modelo vigente até aos finais do Neolítico Antigo em que predominava o recurso a rochas duras de origem local ou regional para a confecção da utensilagem de pedra polida.

Aliás, a existência de grupos de artefactos formalmente homogéneos e de cronologia bem definida, ocupando vastas regiões do centro e sul do actual território português, como é o caso das enxós de rochas essencialmente metavulcánicas, foi antecedida por outras produções, como os vasos decorados com sulco abaixo do bordo, conhecidos desde a Estremadura ao Algarve, característicos do Neolítico Médio inicial

(2.<sup>a</sup> metade do V e 1.<sup>o</sup> quartel do IV milénio a.C.), ilustrando assinalável unidade cultural das respectivas populações, partindo do princípio que esta pode ser corporizada pela tipologia da respectiva cultura material.

8 – Data do final do período em que esta gruta foi ocupada (meados do 4.<sup>o</sup> milénio a.C.), integrado no Neolítico Médio pleno (2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> quartéis do 4.<sup>o</sup> milénio a.C.) a emergência do fenómeno megalítico na região estremenha, em meados do 4.<sup>o</sup> milénio a.C., representado por associações de artefactos semelhantes aos nesta observados, reforçando a perspectiva da existência de uma unidade cultural destas populações, independentemente do tipo de contentor escolhido para sepultar os seus mortos: daí não fazer presente-mente nenhum sentido a alusão ao “Megalitismo de grutas”. Para além da evidente incongruência semântica da expressão, ambos os tipos de sepulcros passaram a conviver na Estremadura a partir de meados do 4.<sup>o</sup> milénio a.C. (BOAVENTURA, 2009; CARVALHO & CARDOSO, 2015), com uma evidente semelhança nos respectivos espólios, em estrita continuidade com os utilizados anteriormente, no decurso do 2.<sup>o</sup> quartel do dito milénio, a que respeita a ocupação da gruta das Alcobertas. Com efeito, desde meados do 4.<sup>o</sup> milénio cal a.C., até à eclosão das pontas de seta e de outros artefactos ideotécnicos, como as placas de xisto, apenas a partir de ca. 3200 cal a.C., os espólios continuaram a ser essencialmente os mesmos que já vinham a ser utilizados desde o segundo quartel do 4.<sup>o</sup> milénio cal a.C., a que respeita a ocupação da gruta agora em estudo. Tal é a situação identificada em outras grutas desta mesma região, como o algar do Barrão, o Covão do Poço, a Cova das Lapas e a gruta dos Ossos (CARVALHO, ANTUNES-FERREIRA & VALENTE, 2003) e, mais a sul, a gruta da Feteira (ZILHÃO, 1995).

## AGRADECIMENTOS

Ao Doutor M. M. Ramalho e ao Dr. J. A. Anacleto, respectivamente, a autorização e o apoio ao estudo dos espólios da gruta das Alcobertas conservados no Museu Geológico do LNEG.

## REFERÊNCIAS

- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obter o grau de Doutor no ramo de História, especialidade de Pré-História. 2 vols.
- BRONK RAMSEY, C. (2013) – Recent and planned developments of the program OxCal. *Proceedings of the 21st International Radiocarbon Conference. Radiocarbon* 55 (2-3), p. 720-730.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 89-225.
- CARDOSO, J. L. (1999/2000) – Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 241-323.
- CARDOSO, J. L. (2004) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madridier Mitteilungen*. Mainz. 45, p. 1-32.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Polished stone tools. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 17), p. 185-194.

- CARDOSO, J. L. (2015) – Na Estremadura do Neolítico Antigo ao Neolítico Final: contributos de um percurso pessoal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 93-138.
- CARDOSO, J. L. (2019) – Outeiro Redondo – Sesimbra – escavações 2005-2016. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 25, p. 87-338.
- CARDOSO, J. L. (2020 a) – A primeira escavação arqueológica metodologicamente moderna foi realizada em Portugal em 1879/1880: a intervenção de Nery Delgado na gruta da Casa da Moura (Óbidos, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 26, p. 123-242.
- CARDOSO, J. L. (2020 b) – As explorações arqueológicas realizadas em Monte Real (Leiria) em 1865 por Frederico Augusto de Vasconcelos Pereira Cabral ou a história de uma placa de xisto gravada pré-histórica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 26, p. 243-258.
- CARDOSO, J. L. (2020 c) – Sobre a presença de *Conus pulcher* (Lightfoot), 1756 na gruta das Fontainhas (Cadaval) ou a ocorrência de objectos exóticos africanos em Portugal no decurso do século XVI. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 27 (no prelo).
- CARDOSO, J. L. & CARVALHO, A. F. (2008) – A Gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e a sua importância no faseamento do Neolítico no território português. In CARDOSO, J. L. (ed.), *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 269-300 (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 16).
- CARDOSO, J. L. & CARVALHOSA, A. B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análise de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 123-151.
- CARNEIRO, A. (2005) – Outside Government Science, “Not a Single Tiny Bone to Cheer Up” The Geological Survey of Portugal (1857-1908), The Involvement of Common Men, and the Reaction of Civil Society to Geological Research. *Annals of Science*, 62 (2), p. 141-204.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1996) – Escavações de Nery Delgado no planalto de Cesareda nas grutas da Lapa Furada e da Malgasta (Peniche): estudo do espólio arqueológico. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 78 (2), p. 145-173.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (2001/2002) – A gruta da Casa da Moura (Cesareda Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-361.
- CARTAILHAC, E. (1886) – *Les âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris: Ch. Reinwald.
- CARVALHO, A. F. (1998) – O talhe da pedra e a Transição Neolítico-Calcolítico no Centro e Sul de Portugal: tecnologia e aspectos da organização e produção. *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.* Lisboa. 3/4, p. 41-60.
- CARVALHO, A. F. (2008) – *A Neolitização do Portugal Meridional: os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental*. Faro: Universidade do Algarve, Faro (Promontória Monográfica, 12).
- CARVALHO, A. F. (2009) – O final do Neolítico e as origens da produção laminar calcolítica na Estremadura Portuguesa: os dados da gruta-necrópole do Algar do Bom Santo (Alenquer, Lisboa). In GIBAJA, J. F.; TERRADAS, X.; PALOMO, A. & CLOP, X., eds. – *Les grans fulles de sílex. Europa al final de la Prehistòria*. Barcelona: Museu d’Arqueologia de Catalunya (Monografies; 13), p. 75–82.
- CARVALHO, A. F. (2012) – Do Neolítico à Idade do Bronze. GIBAJA, J. F. e CARVALHO, A. F. (eds.) *Introdução ao Estudo da Pedra Lascada*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências p. 91-105. (Manuais de Arqueologia, 1).

- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2010/2011) – A cronologia absoluta das ocupações funerárias da gruta da Casa da Moura (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 393-405.
- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto cave (Santarém). *SPAL*. Sevilla. 24, p. 35-63.
- CARVALHO, A. F. & GIBAJA, J. F. (2014) – Knapped stone tools, In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica; 17), p. 173-184.
- CARVALHO, A. F.; ANTUNES-FERREIRA, N. & VALENTE, M. J. (2003) – A gruta necrópole neolítica do Algar do Barrão (Monsanto, Alcanena). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (1), p. 101-119.
- CASTRO, J. B. de (1762) – *Mappa de Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. Tomo Primeiro. Parte I e II.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – *A utilização pré-histórica da gruta de Porto Covo (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais (Cascais Tempos Antigos, 1).
- HELENO, M. (1922) – *Antiguidades de Monte Real*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- NEVES, (2018) – *O Neolítico médio no Ocidente Peninsular: o sítio da Moita do Ourives (Benavente), no quadro do povoamento do 5º e 4º milénio AC*. Tese apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obter o grau de Doutor no ramo de História, especialidade de Pré-História. 2 vols.
- PAÇO, A. do; BARBOSA, F.; SOUSA, J. N. S. & BARBOSA, F. B. (1959) – Notas arqueológicas da região de Alcobertas (Rio Maior). *I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Actas. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 281-292.
- PETCHEY, F. (2014) – Radiocarbon chronology and palaeodiets. In CARVALHO, A. *Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 17), p. 143-150.
- PRICE, T. D. (2014) – Preliminary isotope proveniencing of individuals. In CARVALHO, A. F. (ed.), *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 17), p. 151-158.
- REIMER, P. J. *et al.* (2013) – IntCal13 and Marine13 Radiocarbon Age Calibration Curves 0–50,000 Years cal BP. *Radiocarbon*. 55(4).
- SANTOS, M. C.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1971) – A gruta pré-histórica das Alcobertas. *II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Coimbra: Ministério da Educação Nacional, 2, p. 97-106.
- SERRÃO, E. C. & MARQUES, G. (1971) – Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra). *II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional, 1, p. 121-142.

- TEIXEIRA, C. (1981) – *Geologia de Portugal. 1 – Precâmbrico, Paleozóico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Lisboa: IPPAR (*Trabalhos de Arqueologia*, 6).
- ZILHÃO, J. (1995) – Primeiras datações absolutas para os níveis neolíticos das grutas do Caldeirão e da Feteira: Suas implicações para a cronologia da Pré-história do Sul de Portugal. In KUNST, M. (coord.) – *Origens, estruturas e relações das culturas calcolíticas da Península Ibérica*. Lisboa: IPPAR, p.113-122. (*Trabalhos de Arqueologia* 7).

**ANTAS E SEUS CONGÉNERES: ALGUMAS REFLEXÕES  
EM TORNO DO MEGALITISMO A PARTIR DA ABA SUL DA SERRA D'OSSA**

***PASSAGE GRAVES AND RELATED MONUMENTS: SOME THOUGHTS  
ON MEGALITHISM FROM THE SOUTH SLOPE OF SERRA D'OSSA  
(SOUTH PORTUGAL)***

Rui Mataloto\*

“A maior parte dos escriptores só escrevem nos seus gabinetes, copiando uns dos outros, sem visitarem os monumentos pelos montes e bosques, estudando-os e examinando-os nas localidades”. Padre J. J. R. Espanca (1894), in *As Antas e seus congéneres*.

**Abstract**

The emergence and development of funerary Megalithism must have occurred during the second quarter of the 4th millennium BC, most likely within a framework of some structural and volumetric diversity, certainly far from the linear process of architectural development that has been proposed since Manuel Heleno. Indeed, this will have been a truly crucial moment in the process of neolithization, with the foundation of new landscapes and the strengthening of the process of territorialization, which will determine, as it happened again in the Middle Ages, the reappropriation of any sign of ancestry, as is patent in the passage graves overlays to significant old spaces, sometimes with burial areas.

*Keywords:* Megalithism; Landscape; Passage Graves; Mounds; Identity

**1 – LANDMARKS: AS ANTAS E A PERCEPÇÃO MEDIÉVICA DA PAISAGEM**

A segunda metade do século XIII marca, no Alentejo, a consolidação da conquista cristã e uma efectiva apropriação do território, que se irá fazer através da outorga de terras e cartas de Foral, principalmente por D. Afonso III, mas também por D. Dinis, prolongando-se já pela centúria seguinte. Será essencialmente no reinado de ambos que se traçará, em boa medida, a malha humana no território alentejano, em particular da raia centro oriental do Alentejo, na qual se enquadra a área que nos serve de base de reflexão.

---

\* Município de Redondo. [rmataloto@gmail.com](mailto:rmataloto@gmail.com)

Este sentido de apropriação irá marcar-se no território através do estabelecimento das linhas de delimitação concelhias, que se mantiveram em grande medida até aos nossos dias com pequenos ajustes. Este facto evidencia um conhecimento directo do território, que foi efectivamente percorrido, e que se encontrava já, em boa medida, marcado pela toponímia, num acto de evidente percepção, apropriação e gestação da Paisagem. O território terá sido justamente apropriado e integrado numa paisagem que se assumiu, desde logo, como ancestral, como fica patente na integração de diversas antas, penedos e cabeços como marcas delimitadoras. Este processo é conhecido desde antes da fundação da nacionalidade portuguesa, encontrando-se bem estudado na Galiza, onde a análise aprofundada de muita da documentação medieval permitiu verificar um uso reiterado de sepulcros pré-históricos como delimitadores de propriedades, mas igualmente de freguesias, ao ponto de se ter desenvolvido a designação de *megalitos de término* (Martínon-Torres, 2001).

Um dos exemplos mais interessantes para o território alentejano é o foral de Monsaraz<sup>1</sup>, na delimitação do qual, em 1276, além de se mencionarem diversas penedias, ribeiras e cabeços, alguns dos quais mantêm o mesmo topónimo, como Travessa, *Çiada* (Asseada) ou Redondo, é particularmente interessante a passagem na qual uma anta é apropriada como marco delimitador: “*at(ra)vessa esta carreira e a sobred(i)ta moita e vai a umas antas de uma arca do tempo antigo a esta arca esta poram marco*”. Também da mesma época surge a menção a uma anta na definição do termo de Montemor-o-Novo (OLIVEIRA, 2001, p. 41), deixando entender, como em outro local se apontou (GONÇALVES, 1992, p. 169), que estas foram com frequência utilizadas como marcas delimitadoras pelo seu sentido de perenidade e visibilidade.

Pouco mais tarde, já durante o reinado de D. Dinis, a desafecção de parte do território do concelho de Evoramonte para a criação do concelho de Redondo, em 1318, leva a nova menção a uma anta, uma vez mais utilizada como suporte de marca delimitadora: “*aãta do [...] aalto da mamoad hu fezerõ hu(m)a cruz na pedra da d(i)ta ãta descontra o Redondo ...*” (v. Fig. 5). Tal como se propôs para o caso de Monsaraz com a possibilidade da mesma ser a Anta do Viseu (Gonçalves, 1999, p. 9), também no Redondo procurámos identificar qual seria, ainda que as alterações sofridas no limite concelhio a Poente, através da integração da freguesia do Freixo pelo desmembramento do concelho de Evoramonte, 1832, na sequência da guerra civil, não facilitasse. Todavia, a identificação de uma pedra com covinhas com cruciformes no alto do Paço durante os trabalhos da Carta Arqueológica de Redondo (CALADO & MATALOTO, 2001, p. 70 – 450-B.3) serviu como indício da proximidade da mesma. Esta pedra surge na proximidade da Anta do Paço, a qual julgámos inicialmente poder corresponder à mencionada no foral (MATALOTO, 2019, p. 32), dado o seu destaque na paisagem. Todavia, trabalhos de campo posteriores vieram a permitir verificar que a anta mencionada deve corresponder ao sepulcro inédito da Anta 7 do Colmeeiro, na qual, justamente no esteio de cabeceira, o mesmo “*descontra o Redondo*”, se documentou a presença de um cruciforme, coincidindo então com o citado sepulcro (Fig. 1). Nesta mesma percepção mediévia do território, e de construção de Paisagem, importa realçar o facto de dois outros penedos com covinhas, na Herdade da Maroteira e na Herdade do Paço (CALADO & MATALOTO, 2001, p. 44 e 74), aparentemente de cronologia pré-histórica, haverem sido utilizados para traçar e marcar os limites concelhios. Uma vez mais a percepção do território e a construção de uma Paisagem através dos elementos físicos particulares, neste caso afloramentos rochosos nem sempre destacados, foi coincidente entre a Pré-História e a Idade Média, deixando entrever processos fenomenológicos de entendimento e leitura do território semelhantes. Temos alguma dificuldade em assumir uma noção de *continuidade* entre duas comunidades tão distantes e diferenciadas no Tempo, dificuldade assu-

---

<sup>1</sup> Foral de Monsaraz acessível em <https://digitalq.arquivos.pt/viewer?id=4694053>; com transcrição disponível em [http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/Documents/equipamentos/arquivo-municipal/forais-monsaraz/1276\\_carta-foro-monsaraz.pdf](http://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/pt/Documents/equipamentos/arquivo-municipal/forais-monsaraz/1276_carta-foro-monsaraz.pdf)

mida igualmente por outros que verificaram fenómenos semelhantes (MARTIÑON-TORRES, 2001, p. 101). Todavia, e como sublinha este último autor, e de alguma forma foi já apontado por nós (MATALOTO, 2007), a manutenção de um modo de vida camponês, onde o ciclo da vida é marcado pelo ciclo das culturas e do clima, a percepção da território, o que na Arqueologia da Paisagem se pode designar de *Fenossistema* (BEGUIRISTÁIN & VÉLAZ, 1999, p. 321), e que nós designámos de Meio Físico (MATALOTO, 2007), encontra certamente pontos de convergência, especialmente porque este dita os modos de uso em sociedades com escassa capacidade de transformação do meio.

A Anta 7 do Colmeeiro implanta-se justamente numa linha de cumeeada que claramente marca a paisagem, limitando a visibilidade para Poente a partir do Redondo, criando uma barreira visual (v. Fig. 3). Este aspecto creio haver sido de fulcral relevância em ambos momentos, demonstrando uma forma semelhante de percepção do território em dois períodos, de certa forma, fundadores de Paisagem. Na realidade, a primeira centúria após



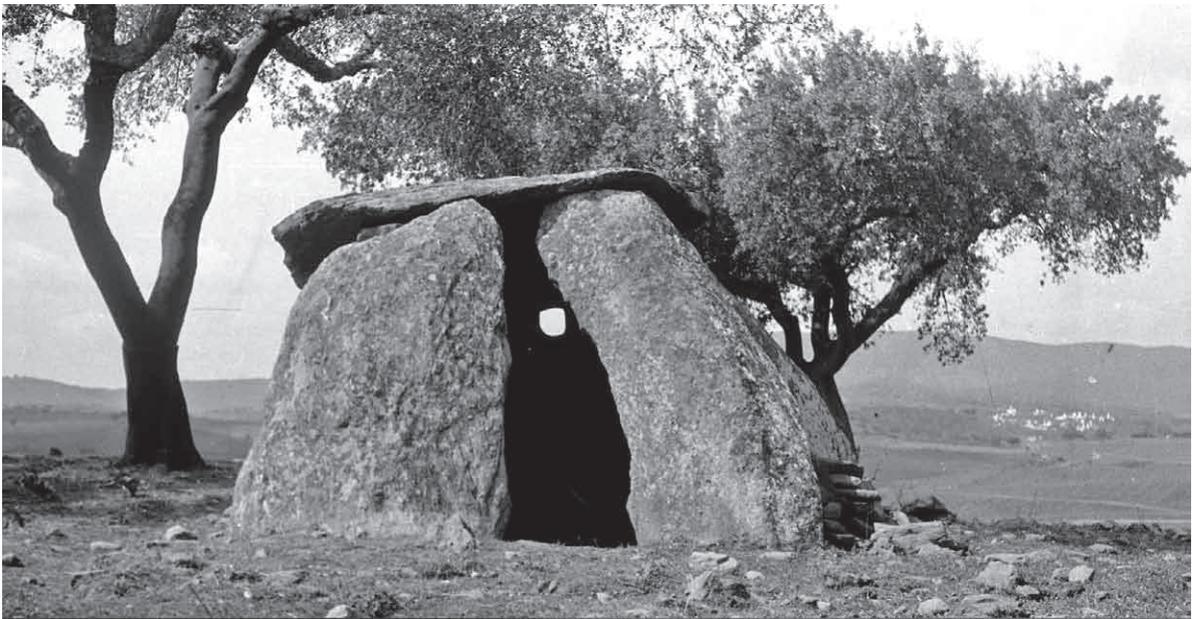
**Fig. 1** – Anta 7 do Colmeeiro (Redondo), provavelmente o sepulcro mencionado no Foral dionisino do concelho de Redondo; em baixo, cruciforme gravado no topo do esteio de cabeceira.

a conquista cristã da região é fundamental para a criação da paisagem mediéfica, não apenas com a demarcação concelhia, mas igualmente através do desbravamento dos matagais e da sua transformação, desde cedo, em “terras de pão” e vinho. Não por acaso é este o momento de criação de muita da toponímia ainda hoje existente, símbolo evidente da construção de uma nova Paisagem. Durante o século XIV importa igualmente assinalar o início da ocupação dos ermos da Serra d’Ossa por uma comunidade eremítica, o que nos revela, por um lado, o cariz liminar desta, mas igualmente o seu papel de território de ligação e atravessamento, dada a propensão que estas comunidades tinham para se instalar em zonas de passagem (FONTES, 2012). Cremos que terá sido justamente esta a origem da ocupação da Anta da Candeeira em época medieval (v. Fig. 2), atestada na intervenção aí levada a efeito (BOAVENTURA & MATALOTO, 2015), o que o reuso de um fragmento de uma placa de xisto como suporte de uma cruz de seis pontas parece reforçar. Ora, esta anta encontra-se justamente num dos acessos a duas das mais importantes portelas da Serra, São Gens e Meio Mundo, uma vez mais assinalando a entrada num espaço liminar (Fig. 3).

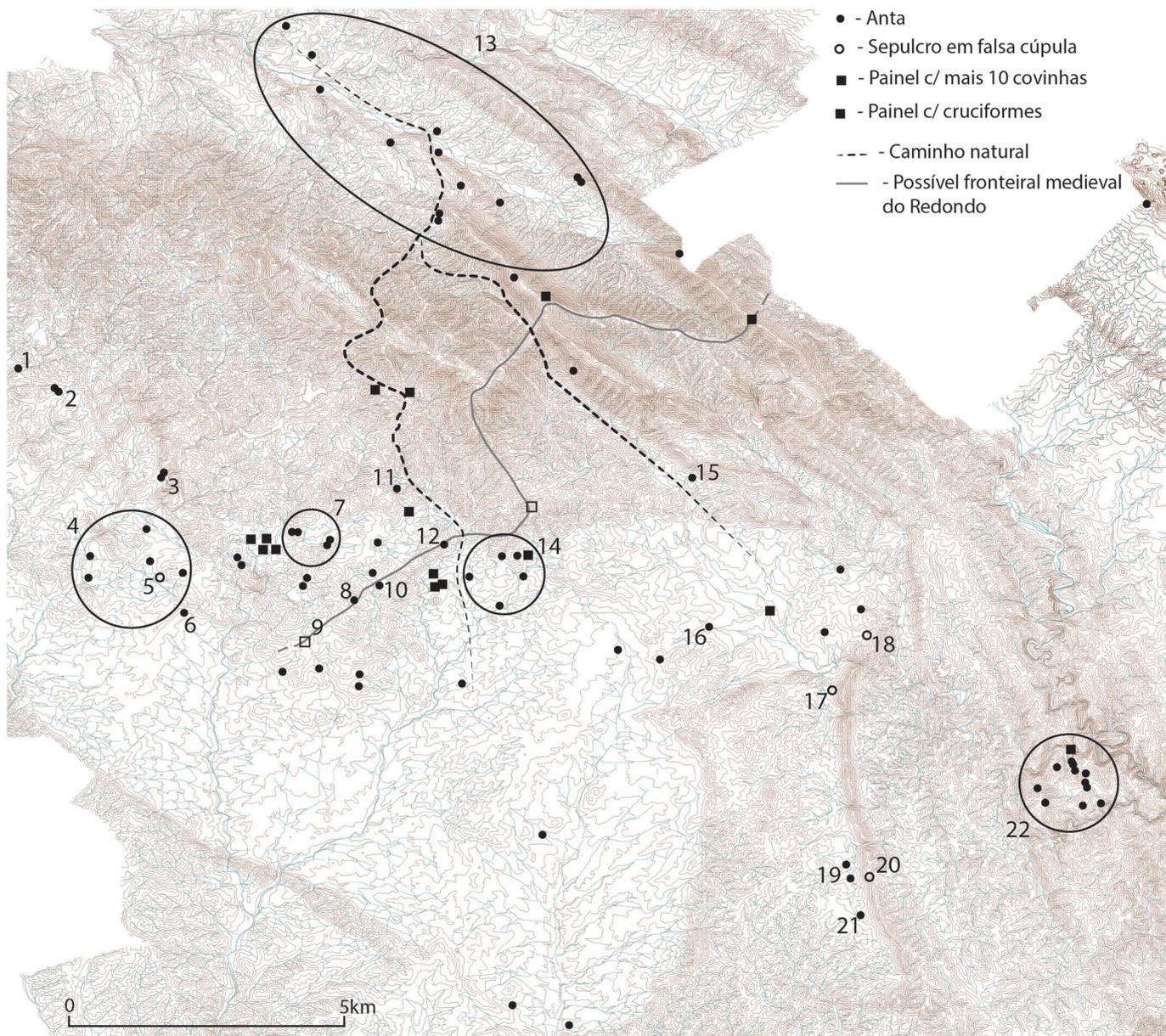
Efectivamente, tanto quanto nos é possível verificar actualmente, existe uma especial concentração das antas das abas da serra d’Ossa nas áreas de afunilamento de passagem e acesso a importantes portelas da serra, demarcando, de certa forma, como o fizeram em época medieval, quer a entrada, ou saída, de um espaço liminar, de fronteira, como se a marca simbólica dos antepassados delimitasse os espaços dos grupos (Fig. 3). Por outro lado, a sua concentração em áreas de passagem pode associar-se, como aconteceu ao longo de muitos séculos, à possibilidade de reconhecimento e veneração por parte dos viandantes dos antepassados, como sabemos acontecer na Idade do Ferro ou em época romana, com a instalação dos espaços sepulcrais ao longo dos caminhos.

Estas perspectivas vêm reforçar, em nosso entender, a noção dos sepulcros, em diversos momentos históricos, não apenas como *landmarks*, isto é balizadores de territórios, mas igualmente como *timemarks*, ou marcos de ancestralidade também em época medieval, como fica patente no foral de Monsaraz (Fig. 4). Esta alteração de perspectiva, de certa forma dicotómica, de há muito que se desenvolveu na historiografia europeia (BEGUIRISTÁIN & VÉLAZ, 1999, p. 324), no entanto, cremos que de modo algum podemos assumir a sua dualidade, mas antes complementaridade, aliás na esteira de outros autores (MARTIÑON-TORRES, 2001, p. 97). As antas seriam, então, não apenas marcadores de um espaço indicando zonas de transição e passagem, mas igualmente balizadores de uma espessura de tempo que reforçaria a sinalização dessa zona de transição. Talvez seja igualmente este o factor que impele os redactores da carta de foral de Monsaraz não apenas a utilizar a anta como marcador do limite concelhio, mas igualmente a enunciar ser “*arca de tempo antigo*”, como que num acto legitimador da sua utilização (Fig. 4).

No entanto, estamos conscientes das dificuldades, ou pelo menos limitações destas leituras, justamente por serem estes espaços liminares, usualmente de menor qualidade agrícola e logo menos trabalhados ao longo dos milénios, o que auxiliaria na preservação dos sepulcros, ao invés dos campos abertos mais agricultados onde estes seriam mais facilmente desmantelados. Todavia, importa realçar que as antas aqui em causa, quer na aba Sul quer na Norte, se concentram nas áreas imediatas às zonas de transição, marginando vias naturais de passagem. Este facto fica bem patente no conjunto de sepulcros da Herdade das Casas, Pinheiro e alguns do Colmeeiro (Fig. 3). Assim, enquanto a necrópole das antas das Casas, com 5 sepulcros, se concentra no limite da planície, antecedendo as primeiras elevações do patamar que margina a serra, sobre estas, sobranceiros ao plano, implantam-se sepulcros de médio porte como a Anta do Pinheiro, a anta da Godinha de Cima e a Anta 7 do Colmeeiro, justamente a utilizada para marcar o limite do concelho na Idade Média (Fig. 3). O caminho natural que margina estas elevações vê a sua paisagem ficar cada vez mais confinada, marcando com clareza a passagem para a portela das Cortes. Assume particular relevância, como assinalámos já em outra



**Fig. 2** – Anta da Candeeira (Redondo, 1945) seg. G. e V. Leisner (IAA1525); em baixo, foto actual por forma a realçar a diferença na densidade de vegetação.



**Fig. 3** – Antas e covinhas da região da Serra d'Ossa (Concelhos de Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa); numerados os sepulcros ou grupos de sepulcros mencionados no texto: 1- Anta da Barroca; 2 – Antas 1 e 2 das Chãs; 3 – Antas 1 e 2 das Martes; 4 – Antas da Quinta do Freixo; 5 – Anta 4 da Quinta do Freixo; 6 – Anta Vidigueira; 7 – Antas do Colmeeiro; 8 – Anta 7 do Colmeeiro; 9 – Pedra com covinhas e cruciformes do Paço; 10 – Anta da Godinha de Cima; 11 – Anta dos Godinhos; 12 – Anta do Pinheiro; 13 – “Antas das Herdades da Casa de Bragança” na região do Canal, na aba Norte da Serra d'Ossa; 14 – Antas e pedra com covinhas da Herdade das Casas; 15 – Anta da Candeeira; 16 – Valdanta; 17 – Tholos do Caladinho; 18 – Anta das Fontanas; 19 – Antas 1 e 2 da Orvalha; 20 – Tholos dos Ambrósios; 21 – Anta da Vinha; 22 – Antas do Lucas.

ocasião (MATALOTO *et al.*, 2015a), o facto do pequeno sepulcro dos Godinhos se encontrar sobranceiro a este mesmo caminho, sendo justamente o último antes da portela, ou o primeiro que antecede a planície, consoante o sentido. A presença deste pequeno sepulcro, aparentemente de cronologia antiga no contexto local, justamente no limite do espaço liminar parece inaugurar a construção de uma Paisagem megalítica ancestral, que acompanha os caminhos naturais de atravessamento das serranias, também marcados pela presença de importantes penedos com covinhas, como os do Pinheiro, Pero Crespo ou Barroqueiras, nos quais o sentido megalítico se exacerba, numa paisagem que ao sair dos granitos vai perdendo essas referências (v. Fig. 3). Uma vez mais, é na margem do patamar, que marca uma convulsão na paisagem aplanada, e que cria limites visuais que irão ser também utilizados como fronteira natural para demarcar a paisagem medieval, que encontramos mais de uma dezena de painéis com um número variável de covinhas, como que demarcando esse espaço liminar em que se iria entrar.

É conveniente, no entanto, sublinhar que esta paisagem pré-histórica terá resultado de um processo de acumulação de elementos significantes ao longo de um espaço de tempo muito provavelmente dilatado, estruturada em torno de um fio condutor destas comunidades como terão sido os caminhos de transitabilidade natural. Igual processo deverá ter sucedido em outras áreas das abas da serra, como julgamos poder entrever, com menos propriedade é certo, na portela do Convento, ou São Gens, mais a nascente nesta aba Sul da Serra, marcada pela Anta da Candeeira, como já se assinalou, a par de outras desmanteladas em tempo antigo junto ao Convento, como nos foi relatado na Crónicas dos Eremitas da Serra d'Ossa (Frei HENRIQUE DE SANTO ANTÓNIO, 1745). Ambas portelas, e respectivos sepulcros deveriam confluir para o vale do Canal, na aba Norte, onde se desenvolve um importante núcleo de sepulcros dado a conhecer por Georg e Vera Leisner (1955) como as *Antas da Casa de Bragança* (v. Fig. 3). Estas parecem oferecer um panorama relativamente semelhante ao encontrado a Sul, com a sua concentração justamente em áreas liminares, onde a paisagem se abre ou fecha, consoante o sentido da deslocação. Aqui, na aba Norte, ainda que os sepulcros nos surjam construídos em xisto, que corresponde ao substrato geológico, a diversidade morfológica e morfométrica poderá indiciar um processo de construção da Paisagem dilatado no Tempo, mas seguindo iguais preceitos de ancestralidade, liminaridade e transitabilidade como os propostos na aba Sul do qual, cremos, dever ter sido, de certo modo, concomitante.

Regressando à percepção medieval da Paisagem, não por acaso, cremos, ser juntamente aqui que se constituiu a primeira comunidade de eremitas, em Vale de Infante no ano de 1374 (FONTES, 2012), julgamos ser igualmente por esta noção de espaço diferenciado e de transição que o extenso patamar do Canal, no lado Norte da Serra d'Ossa, se manteve como um concelho autónomo até às reformas liberais, contando no início do século XIX apenas com 156 habitantes.

A percepção medieval do território, profundamente empírica, verdadeiramente fenomenológica, porque humana, agrícola e silvícola, pode auxiliar-nos, pelo menos na Serra d'Ossa, a compreender uma percepção ancestral, igualmente fundadora e desbravadora, que presenciou a edificação dos sepulcros pré-históricos. Esta acção humanizou o território, dando-lhe uma espessura de Tempo, ancestralidade, criando uma Paisagem, como a toponímia ou os cruciformes nos penedos o fizeram na medievalidade.

O estudo do Megalitismo no território actualmente português passou relativamente ao lado do grande *trend* de análise *pos-processualista* que “varreu” a investigação do Neolítico e do Megalitismo europeus nos finais dos anos 80 e 90. Não que tenha existido um verdadeiro desconhecimento de obras fulcrais como *Rethinking the Neolithic* (THOMAS, 1991), *A Phenomenology of Landscape - Places, Paths and Monuments* (TILLEY, 1994), *Time, Culture & Identity* (THOMAS, 1996), *Altering the Earth* (BRADLEY, 1993), *The Significance of Monuments* (BRADLEY, 1998), entre várias outras, que vão surgindo nas bibliografias. Todavia, estas não

transformaram o modo como o Megalitismo funerário foi sendo abordado, talvez porque dependente ainda de uma longa tradição histórico-culturalista, ou talvez mesmo porque esta nunca foi suficientemente aprofundada como para estabelecer uma base de análise que permitisse uma abordagem diferenciada. A absoluta necessidade de estabelecer novas bases de trabalho foi sendo reconhecida pelo malgrado R. Boaventura, que procurou desenvolver a sua investigação, principalmente na península de Lisboa (BOAVENTURA, 2009), através de uma verdadeira exegese das fontes arqueológicas, por forma a “limpar” longos anos de incorrecções, erros e localizações dúbias permitindo colmatar as lacunas das velhas monografias de Georg e Vera Leisner. O projecto *MegaGeo*, que desenvolveu, foi em boa medida dedicado a isso, contudo, as *Parcas* não permitiram prosseguir, continuando a faltar o básico e velho medir e contar...

## 2 – MEGALITISMO, MEGALITISMOS: BACK TO BASICS AND BEYOND...

Tomando esta feliz expressão (CALADO, 2003) pretende-se discorrer um pouco, no contexto actual, sobre os conceitos de Megalitismo, na sua diversidade e amplitude. De modo algum pretendemos aqui historiar o conceito de Megalitismo, intento feito de forma relativamente abrangente por Rui Boaventura (2009, p. 12), quer no plano nacional, quer nas suas acepções internacionais, onde o canal da Mancha parece estabelecer uma quebra entre duas tradições, uma insular onde a componente da monumentalidade e diversidade é mais realçada e assumida, independentemente do suporte, e uma continental, na qual a investigação portuguesa se têm vindo a enquadrar, onde o suporte e porte megalítico é mais assumido, ainda que reconhecendo a diversidade de tipo de contentor funerário. Esta ambiguidade tem levado a tomadas de posição ambíguas entre vários autores, em particular V.S. Gonçalves, que muito sobre o tema se debruçou, oscilando entre uma percepção clara sobre o Megalitismo como uma parte da realidade das práticas funerárias das comunidades do IV<sup>o</sup> e III<sup>o</sup> milénio a.C. e uma noção abrangente do mesmo, justamente como o conjunto dos preceitos, ritos e mitos em torno destas práticas funerárias do final da Pré-História (GONÇALVES, 2006, p. 498-499). Efectivamente, os últimos 20 anos da investigação sobre as práticas funerárias pré-históricas no território alentejano, mesmo em áreas centrais do Megalitismo ibérico, como o território de Reguengos de Monsaraz, permitiram entender que, muito provavelmente, e os sepulcros megalíticos serão apenas uma pequena parte dos espaços funerários do IV<sup>o</sup>/III<sup>o</sup> milénio a.C., e que mesmo as práticas, mitos e ritos associados poderão ser muito mais diversos, múltiplos e variáveis que o entrevisto até ao momento nos monumentos megalíticos. A diversidade de contextos funerários que têm vindo a ser documentadas quer no seio de espaços de ocupação e agregação, permanente ou temporária (VALERA *et al.* 2014), quer numa periferia alargada (VALERA *et al.*, 2019), além de muitas outras referências (p. ex. BAPTISTA *et al.*, 2013; VALERA & FILIPE, 2012; VALERA, 2013), impõe recolocarmos a questão sobre a amplitude que deveremos assumir para a noção de Megalitismo. Com este panorama mais recente sobre os contextos e gestos funerários do IV<sup>o</sup>/III<sup>o</sup> milénio a.C. no território alentejano creio que hoje se impõe uma utilização mais restrita do conceito de Megalitismo.

A noção de Megalitismo como designação abrangente para as práticas funerárias dos IV<sup>o</sup>/III<sup>o</sup> milénios a.C. foi, claramente, a marca de um Tempo em que os grandes monumentos marcaram histórica e cientificamente o conhecimento das comunidades humanas do final da Pré-História, sendo um dos mais expressivos símbolos da sua grandeza e mesmo complexidade. O Megalitismo lançou fundo as suas raízes e bases no estudo destas comunidades pela extensão dos trabalhos de Manuel Heleno no Alentejo, verdadeiramente mitificados pelo próprio, mas igualmente pela abrangência e rigor das grandes monografias de Georg e Vera

Leisner sobre o Megalitismo no território nacional, que o projectaram até internacionalmente. Estes trabalhos, a que se poderiam juntar outros como o de Virgílio Correia em Pavia, tornaram o Megalitismo absolutamente central e dominante na análise das comunidades subjacentes, quase que tornando irrelevantes todos os dados restantes, os quais, todavia, eram praticamente inexistentes. Na realidade, a sua perpetuação na Paisagem conferiu-lhe uma enorme visibilidade até aos dias de hoje, induzindo a investigação a calcorrear sempre os mesmos trilhos, muitas vezes com muito poucos dados novos. Creio que terá sido esta visibilidade e este trajecto de investigação, ou falta dele, que por um lado centrava o discurso sobre estas comunidades, por outro afastava a necessidade de uma visão mais detalhada sobre cada sepulcro, impondo uma visão global da “floresta” quando se nos escapava a “árvore”. Num momento em que se adensa imenso a informação sobre uma diversidade de contextos pré-históricos que não apenas os funerários, inclusivamente no cerne das grandes áreas megalíticas, não podemos trilhar erroneamente igual caminho, centrando o discurso noutras realidades, e esquecendo o marcante Megalitismo; todavia, para isso, há que voltar ao básico, a cada sepulcro, e procurar o lugar do Megalitismo na Paisagem pré-histórica, que sabemos hoje ser bastante mais preenchida e diversa.

Tal como tentámos deixar patente desde o início, sob o conceito de Megalitismo, mesmo o mais restrito e atinente a construções pétreas de alguma dimensão, abarca-se uma enorme diversidade de “megalitismos” que se dispersam por amplos territórios europeus, mas que encontram mesmo no território actualmente português um eco e variabilidade enorme, que importa reter e analisar. Desde logo procuramos distinguir duas vertentes, a funerária e a não funerária, de que nos ocuparemos aqui apenas da primeira.

O Megalitismo funerário alentejano, que se pretende aqui problematizar a partir da aba Sul da Serra d’Ossa, centra-se em sepulcros do tipo *anta*. No entanto, começa desde logo aqui a nossa dificuldade, sentida desde há muito, como nos faz notar o Padre Joaquim da Rocha Espanca no título da sua obra sobre os mesmos, ao designá-la sabiamente de “*Estudo sobre as antas e seus congéneres*” (ESPANCA, 1894).

Pode assumir-se *anta* como um sepulcro pré-histórico de câmara poligonal com 7 a 9 esteios, pontualmente com mais, dispostos na vertical, que se solapam parcialmente, inclinados para uma área central, podendo estar dotado ou não de corredor, com vão de entrada por norma aberto ao quadrante Nascente-Sul, e se assume ser coberto por uma ou mais tampas líticas e uma estrutura tumular. Ao invés de outros autores, como V. S. Gonçalves (1992, p. 222), não cremos que esta designação se deva aplicar apenas a sepulcros com dimensão “*megalítica*”, ainda que reconheçamos, como veremos, que na origem a designação a tal estaria associada.

Sem querer historiar, de modo algum, a origem e etimologia do termo, sabemos que a sua associação a este tipo de construções se perde no tempo, como nos recorda o Padre Espanca (1894, p. 13), Leite de Vasconcelos (1897, p. 25; 252) ou L. Monteagudo, (1954), dispersando-se amplamente pelo território nacional, como o menciona Martinho de Mendonça e Pina no seu estudo apresentado à Academia Real da História Portuguesa (PINA, 1733), ou o deixa entender a célebre listagem do Padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro de 24 de Setembro de 1733, que menciona a existência de 315 antas no território então português e 67 no termo de Évora (GUERREIRO, 1734; CARDOSO, 2002, p. 185). Importa realçar, como o próprio J. L. Vasconcelos o faz (1897, p. 26) dois aspectos: por um lado, o facto de esta designação ser muito antiga, provavelmente já de origem romana, dada a etimologia, e que a tal se deve a sua ampla dispersão pelo Ocidente peninsular, mas não só; por outro, o facto mencionado por este mesmo autor nos finais do século XIX de ser então apenas usado no Alentejo, tendo desaparecido da linguagem popular na sua referência a sepulcros megalíticos em boa parte do país.

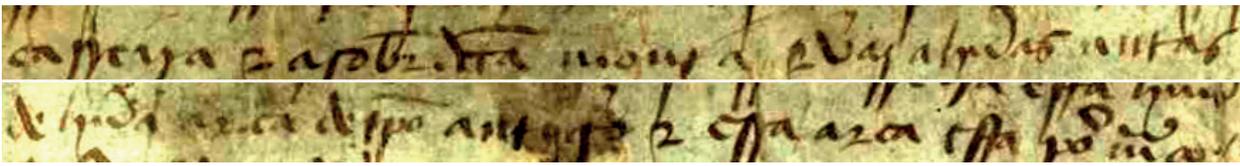


Fig. 4 – Excerto do original do Foral de Monsaraz atribuído em 1276, por D. Afonso III, na parte em que se refere a inclusão de uma anta como marco de delimitação concelhia: “*algumas antas de uma arca de tempo antigo*”.

As mais antigas menções a antas deixam claro, por um lado, a sua associação a pedras de alguma dimensão erguidas na vertical designando-se, como no caso do foral de Monsaraz, anta às próprias pedras do sepulcro, que se chama de “arca”: “*e vai a umas antas de uma arca do tempo antigo*” (v. Fig. 4), como se viu acima. No mesmo sentido vai a utilização toponímica de Vale de Anta em Redondo no testamento de Catarina Pires Folgada, datado de 1408 (MOREIRA & CALADO, 2010), na justa medida em que sabemos hoje que tal sepulcro nunca foi terminado (MATALOTO, 2019), correspondendo certamente, no séc. XV, apenas a um conjunto de esteios erguidos, reconhecidos, no entanto, como anta que dará origem ao nome da herdade (v. Fig. 3). Todavia, o foral de Redondo apresenta-nos uma noção bastante mais clara e detalhada destes monumentos, logo no início do século XIV, como se viu. Aí se menciona “*hu fezerõ hu(m)a cruz na pedra da d(i)ta ãta*” que se situava no alto de uma “*mamao*” (Fig. 5), deixando claro o entendimento desta realidade ser composta por uma mamoa e uma anta, feita de pedras. Assim, desde cedo temos claro que, pelo menos para alguns, estas seriam construções complexas, de mamoa e uma edificação de pedras, certamente ao alto, a que se chamava anta. O foral de Monsaraz é igualmente bastante explícito sobre a noção de antiguidade destas construções, “*a umas antas de uma arca do tempo antigo*” percepção que cremos ser generalizada nas classes letradas que traçavam os limites dos concelhos. Nesta última alusão cremos entender que se podia designar de anta cada pedra erguida do sepulcro, caso igualmente constatado em outras regiões, como na Galiza (MONTEAGUDO, 1954, p. 109).

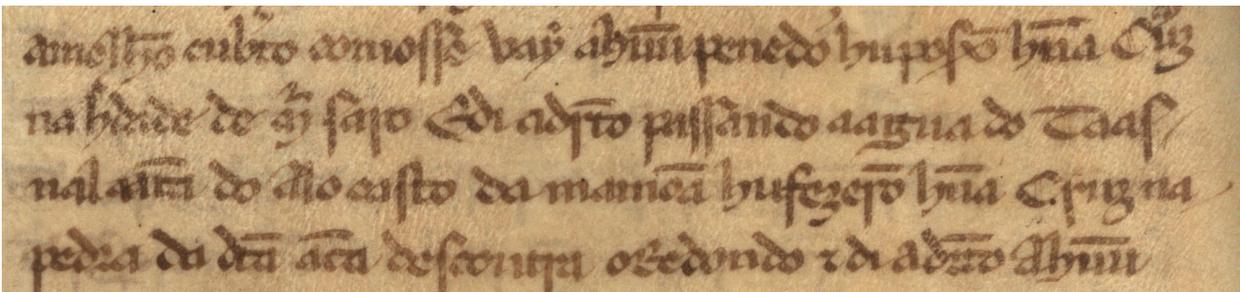


Fig. 5 – Excerto do original do Foral de Redondo atribuído em 1318, por D. Dinis, em que se menciona a utilização de uma anta como marco de delimitação concelhia: “*alto da mamoa onde fizeram uma cruz na pedra da dita anta descontra o Redondo*”.

A percepção e designação ancestral de Anta, certamente dada a erros e problemas é, em nosso entender, ainda assim aquela que devemos manter, especialmente nos seus aspectos arquitectónicos, mais que nos “megalíticos”, porque congrega em si o conjunto de preceitos construtivos que melhor exprimem uma determinada cosmogonia. Deste modo, cremos que o conceito de *anta* acima expresso por nós se deve manter como unidade de análise, que nos permita reconhecer outros modelos arquitectónicos, eventualmente expressivos de outras percepções, organizações e identidades. Assim sendo, as antas serão apenas uma vertente do Megalitismo funerário, no qual poderemos incorporar, como se verá, outro tipo de monumentos, sendo este apenas uma vertente, com marcada visibilidade e identidade, dentro das práticas funerárias pré-históricas. A

demarcação e entendimento restrito do Megalitismo permitirá uma aproximação muito mais fina das cosmogonias e ritualidades inerentes a estas edificações, de modo a podermos obter leituras mais precisas e diversas face a muitos outros espaços funerários, como os hipogeicos ou as fossas simples. Obviamente, e como cremos ficar patente na necrópole da Sobreira de Cima (VALERA, 2013), estes não terão sido mundos estanques, antes se interconectavam e “hibridizavam” de modo a criar uma Paisagem significativa para os diversos grupos, da mesma comunidade ou não. O lado megalítico, ou mesmo “*filolítico*” da necrópole da Sobreira de Cima, fica bem patente, por um lado, nas grandes lajes utilizadas para selar a entrada do hipogeu 1 (VALERA, 2013, p. 19), e por outro, de modo mais expressivo e visível, nas designadas estelas que demarcavam o corredor de acesso ao sepulcro 5 (VALERA, 2013, p. 28). De realçar ainda que estes sepulcros partilhavam a paisagem funerária com as antas 1 e 2 do Monte da Sobreira, escassas centenas de metros a Sul, demonstrando a convivência da multiplicidade de soluções funerárias na construção de uma Paisagem ancestral, numa dimensão difícil de apurar neste momento em outras áreas, mas que nos pode estar a apontar para o significado identitário que os vários tipos de sepulcros poderiam representar. Assim, torna-se imperativo, segundo cremos, “*back to basics*” numa linha que partilhámos com o malogrado amigo Rui Boaventura. Voltar às Antas. E voltar com uma necessidade de análise detalhada que complementa, em primeiro lugar, os dados avançados por Georg e Vera Leisner, e outros que depois vieram, mas igualmente possa, nas novas abordagens, fornecer-nos dados mais concretos sobre as estruturas tumulares, as implantações, as pré-existências cada vez mais frequentes, por forma a melhor entendermos cada sepulcro.

O velho “medir e contar” volta a tornar-se necessário, não por si só, mas sim para melhor categorizarmos e conhecermos as antas, na sua diversidade, e no que nelas existe de “agenciamento”, que reúna nas suas especificidades as cosmogonias de uma comunidade e os preceitos inerentes às mesmas. O Megalitismo de Antas tem que encontrar forma de conhecer e depois compreender a sua diversidade, que vai muito além da dimensão ou implantação, passando pelos processos particulares até de abandono, como no caso da Valdanta (MATALOTO, 2019).

Neste contexto, e na esteira do que Rui Boaventura, dentro da sua tendência “neopositivista”, pretendia efectivar no âmbito dos múltiplos projectos MegaGeo que perspectivava, achou-se por bem encetar com ele um conjunto de reflexões com vista a uma definição dos critérios volumétricos e arquitectónicos a considerar na avaliação dos sepulcros de tipo anta, na maioria das vezes amplamente desmantelados. Esta breve reflexão está certamente muito empobrecida pela ausência do Rui Boaventura, cujo precoce falecimento deixou um vazio difícil de suplantar. Mas sigamos, como seria seu apanágio.

Esta reflexão constrói-se sobre muitas outras de diversos autores que se têm debruçado pela temática megalítica do Sul de Portugal, aquela que integra a região que temos como base, desde V. S. Gonçalves (1992), J. Oliveira, (1998) ou L. Rocha (2005).

Em primeiro lugar manteríamos a designação de Anta para monumentos de planta poligonal edificados em pedra, de maior ou menor dimensão. Como a experiência nos foi demonstrando, a dificuldade de avaliação da arquitectura das antas em altura impôs que o diâmetro da câmara fosse um elemento essencial numa primeira categorização. A enorme diversidade que a dimensão do espaço sepulcral pode apresentar tem subjacente uma economia de esforço empregue na sua construção, por sua vez representativa da capacidade de agenciamento e agregação que cada comunidade consegue para a sua erecção. Nesta medida importa, cremos, categorizar os sepulcros por um dos critérios mais usualmente preservado no conjunto que a nós chegou, o diâmetro transversal da câmara. Poder-se-ia haver seguido, certamente, outros critérios ou índices, como o proposto a partir do sepulcro do Marco Branco através da proporção do comprimento e a largura da câmara (SILVA & SOARES, 1983, p. 67). Contudo, cremos que desta análise não resultaria um conjunto de

resultados substancialmente distinto, dificultando, pela escassez de dados fiáveis de escavação e do estado de preservação de alguns sepulcros, uma avaliação mais alargada, pelo que se preferiu manter o critério da dimensão transversal interior da câmara.

**Tabela 1** – Diâmetro transversal da Câmara dos sepulcros da aba Sul da Serra d'Ossa

Sepulcro	Câmara (largura transversal)	Dimensão
Barroca	1m	Pequena
1 das Chãs	1,1 m	Pequena
Godinhos	1,1m	Pequena
6 do Colmeeiro	1,6 m	Média
Colmeeiro 4	1,8 m	Média
Tesouras	1,8 m	Média
Covas	1,8 m	Média
Silveira Grande	2 m	Média
Godinha de Cima	2 m	Média
1 da Orvalha	2 m	Média
Vinha	2 m	Média
Candeeira	2,2 m	Média
Casas Novas 2	2,3 m	Média
Colmeeiro 1	2,4 m	Média
Hospital	2,4 m	Média
4 Quinta do Freixo	2,4 m	Média
Piedade	2,6 m	Média
1 Quinta do Freixo	2,7 m	Média
Monte Branco	2,8m	Média
4 das Casas	3 m	Grande
Vidigueira	3,1 m	Grande
Paço	3,4 m	Grande
2 Quinta do Freixo	3,4 m	Grande
3 Quinta do Freixo	3,5 m	Grande
Valdanta	3,7m	Grande
Casas Novas1	4 m	Grande

Estabeleceu-se a habitual visão tripartida de diâmetros máximos: pequena – até 1,5m; média – 1,5m até 3m; grande – acima de 3 metros. Como se pode ver estes balizamentos são, em boa medida, partilhados por outros autores, nomeadamente no que aos pequenos sepulcros diz respeito (ROCHA, 2005, p. 122), que entronca numa tradição de investigação anterior. Esta mesma autora procura um certo entendimento a partir de critérios relativamente semelhantes, onde o valor de diâmetro longitudinal da câmara é avaliado e problematizado face à própria altura dos esteios (ROCHA, 2005, p. 128). Todavia, cremos que o entendimento e a clareza de

análise acaba por ser “inquinada” por dois factores, a valorização da presença ou não de corredor e a consideração de análise do valor longitudinal do diâmetro da câmara. Cremos que estes elementos distorcem a possibilidade de uma análise mais alargada, quer porque é o diâmetro transversal que será determinante para a própria volumetria do espaço sepulcral em câmaras de tendência poligonal, quer pelo grau de conservação ou não do corredor. O prolongamento longitudinal do espaço sepulcral é passível de ser efectuado sem aumentar o volume global do sepulcro, criando monumentos que



Fig. 6 – Anta da Rabuje 5 (Monforte), à qual parece ter sido adicionado um corredor. (Foto Rui Boaventura).

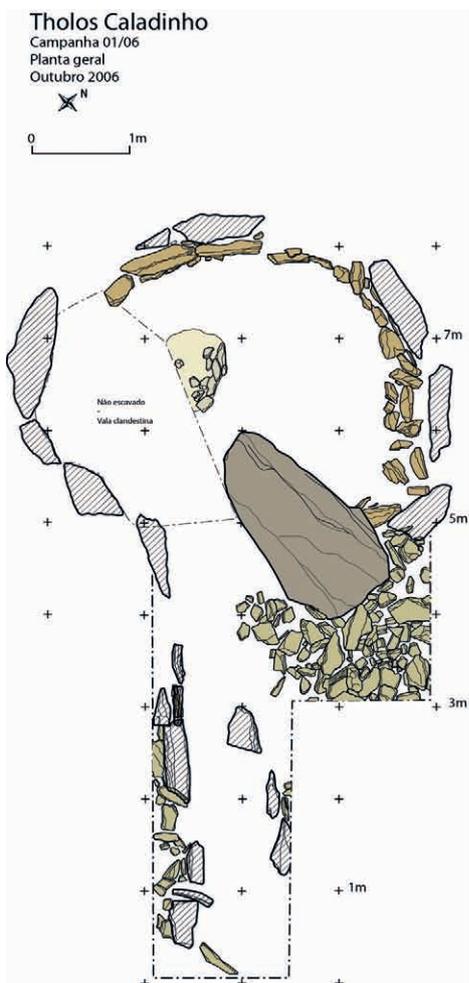


Fig. 7 – Planta e vista geral do sepulcro do Caladinho, Redondo.

se aproximam da galeria, já o invés é bastante mais complexo. Por outro lado, a presença de corredor, ainda que se queira ver neste aspecto indicadores cronológicos, algo que não é de todo linear (BUENO, 1994), em pouco parece influenciar esta avaliação volumétrica dos sepulcros, como fica patente nas pequenas antas de Rabuje 5 (MATALOTO *et al.*, 2016-2017, p. 211) (Fig. 6) ou Anta 1 do Lucas (CALADO, 1994) (Fig. 17). Nesta medida, e ainda que trabalhemos com valores próximos aos que a citada autora menciona, julgamos mais pertinente e fiável fixarmos a análise nos critérios métricos para o diâmetro transversal da câmara, como acima se expôs. Este é, contudo, tal como qualquer outro, passível de problematização, mas é uma base de trabalho que nos permitirá traçar uma tentativa de leitura alargada a nível regional, realidade para a qual cremos que estes critérios estão adaptados.

Na região que tomámos por base para esta análise documentámos a presença de diversos sepulcros cuja arquitectura desafia os conceitos e classificações usualmente utilizadas no território alentejano. Efectivamente, e em particular no caso do sepulcro do Caladinho (CNS 19040) (Fig. 7), o seu processo de identificação é revelador destas dificuldades. Este sepulcro foi inicialmente registado como Anta das Courelas da Quebradinha, por C. Beirão, J. Pinho Monteiro, O. Caeiro e C. T. Silva num relatório de 1981, e na sequência dos trabalhos de escavação na necrópole da Herdade das Casas. Posteriormente viria a ser publicado na Carta Arqueológica do Redondo como *tholos* (CALADO & MATALOTO, 2001), constando na primeira publicação sobre a escavação do mesmo com um mais vago sepulcro megalítico (MATALOTO & ROCHA, 2007). Este trata-se de um sepulcro de câmara subcircular com 4m de diâmetro, composta por 9 esteios conservados, de grande porte, que se podem apelar de megalíticos, dotado de um corredor médio de pequena altura, orientado a sudeste (Fig. 7). A presença de uma estrutura tumular é bem marcada, ainda que os trabalhos não tenham conseguido uma caracterização conveniente. Todavia, na área sondada adjacente ao exterior dos esteios documentou-se a presença de um aglomerado de pedras locais lajiformes, dispostas na horizontal. A cobertura deste sepulcro dificilmente seria executada apenas por uma única pedra, muito menos da geologia local. A abundante presença de pedra, quer no interior da estratigrafia do sepulcro, quer na envolvente exterior, dispersas pela encosta, deixa entender que a solução de cobertura

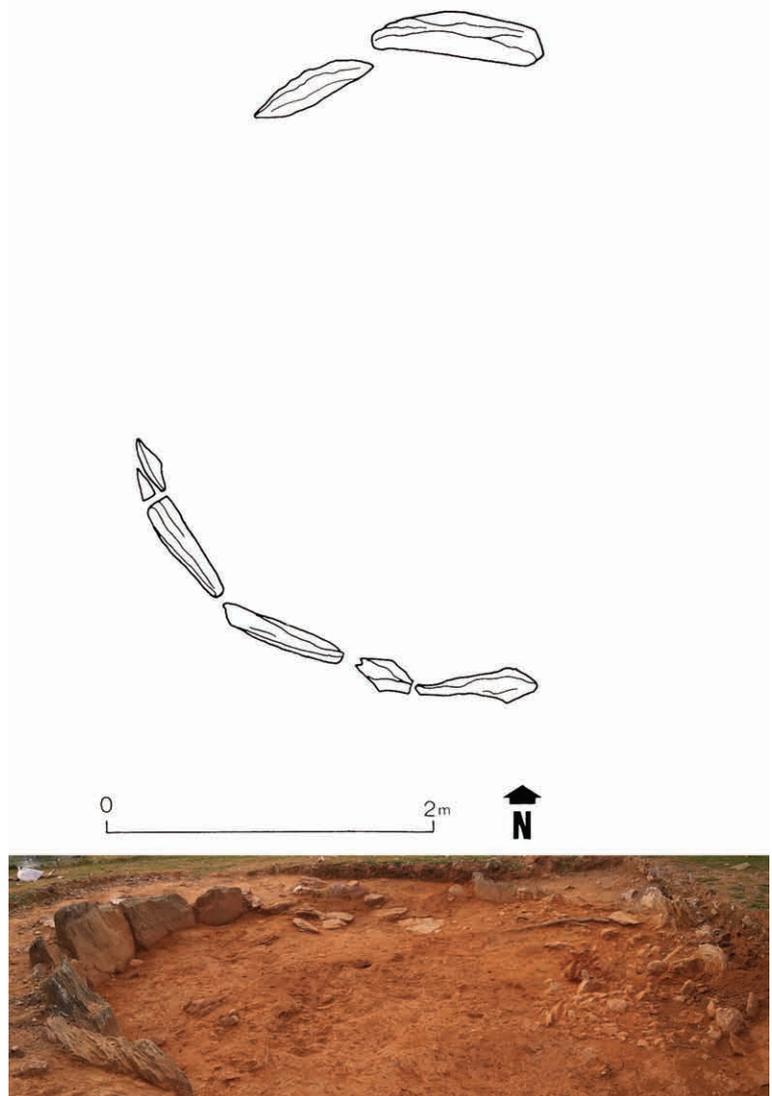


Fig. 8 - Planta do sepulcro dos Ambrósios aquando da sua descoberta (seg. Calado, 1993) e vista geral actual do sepulcro.

poderia recorrer a outros modelos, nomeadamente em falsa cúpula, quer em pedra quer em terra compactada (SEGOVIA, LEGAZ & SEGOVIA, 2016, p. 172) q. Deste modo assumiria um perfil híbrido, claramente megalítico na sua estrutura, mas com uma planta não poligonal e uma cobertura não megalítica. Do ponto de vista cronológico, e ainda que não esteja disponível qualquer datação, cremos poder integrar o principal momento de uso na fase plena do Megalitismo, com os conjuntos a serem dominados pela presença de placas de xisto e báculo, pontas de seta e geométricos, sendo a cerâmica e a pedra polida mais escassas. Assim, não cremos que este sepulcro se afaste muito, em termos cronológicos, da maior parte das antas da região.

Na envolvente imediata do sepulcro do Caladinho documentaram-se diversos outros com algumas afinidades, caso do designado *tholos* dos Ambrósios (CALADO, 1993) (Fig. 8), escassos quilómetros a Sul, ou das ditas antas da Orvalha e Fontanas, a Sul e Norte, respectivamente (Fig. 3). Estas, dado o estado de conservação, são mais difíceis de caracterizar, mas poderão corresponder a sepulcros de características semelhantes, dada a sua proximidade, porte lítico e implantação adjacente a zonas de passagem da linha de cumeeada da “crista de Redondo”. No entanto, só o continuar dos trabalhos o permitirá determinar com segurança.

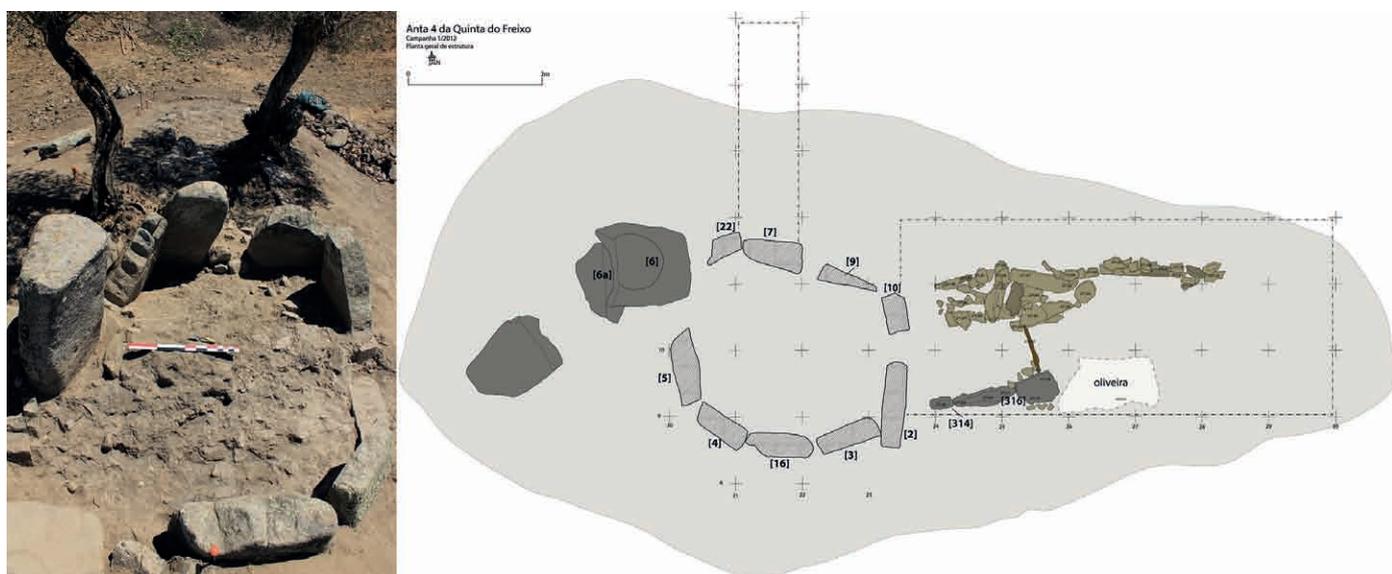


Fig. 9 – Vista geral e planta da anta 4 da Quinta do Freixo, Redondo.

Os trabalhos na região do Freixo (Redondo), alguns quilómetros a Poente do sepulcro do Caladinho, têm permitido documentar alguma diversidade nas arquitecturas do principal núcleo megalítico nas abas da Serra d’Ossa. O *cluster* da Quinta do Freixo, com cinco sepulcros, destaca-se pela sua relativa coerência, ao ser composto por sepulcros em granito de média dimensão, de câmara e corredor (Fig. 3). Neste conjunto a Anta 4 da Quinta do Freixo sobressai pelo grau de conservação da sua estrutura tumular. Em 2012 iniciámos com Rui Boaventura trabalhos no local, que nos permitiram documentar um sepulcro de características diferenciadas e uma biografia complexa, que apenas muito parcialmente nos foi possível descortinar. Os trabalhos, apesar de curtos, permitiram verificar a existência de uma câmara de planta subcircular, com onze esteios de granito e um corredor longo, composto por esteios no lado Sul e um muro em pedra do lado Norte (Fig. 9). Sem indícios directos da presença de uma tampa de cobertura, a quantidade de pedra documentada no interior da Câmara, em estratos aparentemente preservados, conduziu a que se equacionasse a possibilidade de estarmos perante um sepulcro também de características híbridas, como o próprio corredor e a planta subcircular indicavam.

Julgamos possível que a cobertura tenha ter sido em falsa cúpula em terra e pedras, sobre uma câmara verdadeiramente megalítica, seguindo o exemplo melhor preservado da Anta 1 de Vale Rodrigo (LEISNER, 1940) (Fig. 10).

A Anta 4 da Quinta do Freixo ajudaria assim, a par do Caladinho e de outros congéneres, a traçar uma imagem de certa diversidade nos sepulcros da aba sul da Serra d'Ossa, ainda assim num quadro dominado pelos modelos de planta poligonal e com os quais estes se terão entrosado num perfil cronológico ainda difícil de estabelecer. No entanto, cremos que esta última anta poderá mesmo corresponder a um momento de transição para novas formas de construir, cuja cronologia ainda nos falta precisar.



**Fig. 10** – Fotos da Anta 1 de Vale Rodrigo, nas quais ficam bem patentes as soluções arquitectónicas adoptadas. Arquivo Leisner (IAA 814 e 815. No topo, vista actual do sepulcro a partir de Sul.

Manuel Heleno, na sequência dos seus trabalhos na região de Montemor-o-Novo, não deixou de assinalar a presença destes sepulcros de câmara circular, abrindo uma linha de entendimento que de alguma forma ainda marca as leituras sobre os mesmos no território presentemente português. Efectivamente, para aquele investigador os sepulcros de planta circular surgiam como os mais tardios na sua perspectiva evolucionista, de certa forma a denunciarem as influências dos *tholoi* no final do Megalitismo (Caderno n.º 31, Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937; APMH/2/1/11/31, fl. 30v).

Trabalhos de limpeza recente no *tholos* do Escoural deixaram uma imagem relativamente semelhante, com esteios de porte médio, próximos aos do Caladinho (Fig. 11). Todavia, o facto daquele sepulcro apresentar um diâmetro bastante superior e estar parcialmente escavado no solo, afasta-o do caso aqui em análise.

Este tipo de sepulcros de cariz arquitectónico, digamos, híbrido, claramente megalítico, de planta circular, com esteios encostados e não justapostos, com outras formas de cobertura parecem ser mais frequentes em

outras áreas peninsulares, ainda que achemos que a sua presença deva ser, no território alentejano, mais frequente que o actualmente perceptível, estando escamoteados sob a designação de antas ou outros sepulcros megalíticos. Cremos que o exemplo dos sepulcros do Lousal, na região de Grândola, conhecidos de há muito (FERREIRA & CAVACO, 1952; LEISNER & LEISNER, 1959, p. 257), a que se poderão acrescentar outros mais recentemente (INÁCIO *et al.*, 2013) evidencia a extensão deste modelo arquitectónico de planta circular. O sepulcro 1 do Lousal foi mencionado recentemente como “um túmulo megalítico com uma arquitetura atípica” (INÁCIO *et al.*, 2013, p. 207), por contraponto à sua anterior identificação como *tholos*, numa problemática bastante semelhante à existente para o caso do Caladinho.

Este tipo de construções funerárias são mais usuais e melhor conhecidas quer na alta Extremadura, quer já nas planícies da Meseta Norte, na região de Salamanca, Ávila e Toledo (BUENO, BALBÍN & BARROSO, 2005, p. 164). Talvez o exemplo melhor conhecido e estudado, para além de Guadalperal (LEISNER & LEISNER, 1960), ainda assim muito particular, é mesmo o *dólmen* de Azután, estudado por aqueles investigadores (BUENO, BALBÍN & BARROSO, 2005).



**Fig. 11** – Vista geral do *tholos* do Escoural, após trabalhos de limpeza e registo recentes realizados em coordenação com Marco Andrade e André Pereira. Note-se o porte megalítico de alguns esteios.

Apesar das particularidades destes sepulcros, cremos haver bastantes pontos de contacto entre arquiteturas de planta circular, o que impõem a sua análise mais alargada e detalhada, pela manifesta diferença construtiva face às antas, podendo ter na origem questões identitárias de cariz grupal que importa aferir.

O corredor é um elemento essencial no entendimento, uso e percepção de um sepulcro, sendo muito mais que um simples elemento e espaço de mediação entre o exterior e o interior do sepulcro. Como se mencionou, é difícil a valorização da sua ausência enquanto elemento cronológico, em particular em sepulcros de câmara poligonal que não foram escavados. Na realidade, como Jorge Oliveira apontou para a região que estudou, as antas sem corredor devem ser escassas ou estar mesmo ausentes (OLIVEIRA, 1998). Deste modo, o corredor cedo se torna um elemento essencial na edificação de um sepulcro de média dimensão e câmara poligonal, sendo a sua ausência quase certamente derivada da sua destruição. Em casos concretos, mesmo de pequena dimensão, como a pequena anta de Rabuje 5, escavada por Rui Boaventura (MATALOTO et al, 2015) (Fig. 6) ou a Anta 1 do Lucas (CALADO, 1994) (Fig. 17), entre muitos outros casos, o corredor mesmo não funcional, está presente e assume um papel importante na estruturação do sepulcro, ao ponto de no primeiro caso parecer ter sido adicionado a uma câmara inicial. Este facto parece apontar para uma transformação na percepção dos sepulcros, onde o corredor parece ganhar um espaço simbólico próprio, desde logo reforçando a noção de mediação exterior/interior e da conexão paisagística do sepulcro com uma orientação solar específica. Na realidade, cremos que mesmo em algumas pequenas antas sem corredor o acesso se encontra já marcado por um portal constituído por dois blocos tipo pilares ou jambas que ladeiam a entrada, podendo assumir-se este elemento como uma característica típica de alguns destes sepulcros, como se destacou anteriormente (MATALOTO *et al.*, 2015a, p. 64). Este portal parece já corporizar uma certa cosmogonia que valoriza não apenas a abertura a Nascente, mas igualmente a demarcação do espaço de entrada como área liminal, por vezes utilizada para deposições rituais, como de machados e enxós. Na aba Sul da Serra d'Ossa a pequena Anta da Barroca (Fig. 3 e 12) apresenta-nos um interessante caso de transição entre o portal e os corredores diferenciados ao evidenciar um acesso com, digamos, portal ou jamba dupla, pouco diferenciada face à largura da câmara, mas com altura menor (MATALOTO *et al.*, 2016-2017, p. 194). Na transição entre a Câmara e o portal registou-se, entre os esteios do lado Sul, a deposição de uma enxó que vem reforçar o aspecto simbólico deste espaço, mesmo nas arquiteturas mais simples (Fig. 12).

Assim, julgamos que os patamares de entendimento e categorização dos corredores definidos por V. S. Gonçalves (1992, p. 148), com quatro patamares (curto, médio, longo e muito longo), com base na sua relação com a dimensão da câmara, nos parece adequada para uma leitura do mesmo, se acrescermos, então, a noção de portal. O corredor terá sido um espaço simbólico em pleno, não apenas como área de sepultamento, mas também ritual, na qual se criam e recriam gestos e actos claramente ritualizados, como a acumulação de machados, ou outros elementos, para além do facto, especialmente quando longos, da sua compartimentação indiciar uma qualquer categorização do espaço e provavelmente da restrição de acesso. Acompanhamos Manuel Calado quando este reforça (contra BUENO, 1994) que os corredores são, antes de mais, um artifício simbólico cuja relevância não depende da sua dimensão ou suposta funcionalidade (CALADO, 2003, p. 362). O corredor representa um elemento essencial na construção metafórica da planta sepulcral como um espaço uterino, que mimetiza o retorno à origem ancestral da “Terra-Mãe”.

O prolongamento do corredor, na Anta 2 do Olival da Pega, em Reguengos de Monsaraz, depois da adição dos novos espaços sepulcrais (GONÇALVES, 1999) parece indiciar a necessidade desse espaço de mediação, que organize e condicione o acesso. Do mesmo modo, neste sepulcro, o bloqueio do acesso ao interior da câmara da anta parece querer selar o espaço ancestral, inviolável mas presente e determinante na construção deste complexo sepulcral.



Fig. 12 – Vista geral da anta da Barroca, com detalhe da deposição de uma enxó, entre os esteios do corredor e os da câmara.

Em princípio, a estrutura esquelética do sepulcro, constituída pelos elementos comentados até aqui, seria coberta por uma mamoa ou *tumulus* em calote de esfera de dimensão e complexidade variável. Como se viu na leitura do foral de Redondo, do início do século XIV, desde cedo que no Sul, ao menos para alguns, havia uma diferenciação de anta e mamoa, sendo esta justamente a colina que cobria ou envolvia as pedras da anta. Cremos relevante assinalar a presença suposta de uma estrutura tumular que recobrisse o sepulcro, na justa medida em que o grau de conservação, ou mesmo ausência de indícios da sua presença, se torna difícil de

explicar através de processos erosivos diferenciais, quando em áreas adjacentes se encontram outros sepulcros com estas bastante bem preservadas.

A mamoa, além de uma componente estrutural, ajudava, cremos, a reforçar a já sugerida simbologia uterina que parece decorrer da planta dos sepulcros, sublinhando a ideia de um regresso à origem, à “Terra-Mãe”, simbolizado no eterno retorno que a orientação ao sol nascente assinalava.

A questão estrutural das mamoas é muito difícil de avaliar, atendendo que na maior parte dos casos dispomos apenas de escassos elementos sobre as mesmas. No entanto, cremos que estas terão apresentando uma complexidade, ainda que variada, certamente bastante maior que a suspeitada à primeira vista. Por outro lado, e ao invés do que por vezes se deixa transparecer, a sua construção nem é uma mera rampa de colocação dos esteios e da laje de cobertura, nem meramente a cobertura para conferir invisibilidade ao sepulcro. Efectivamente, a anta inacabada da Valdanta (MATALOTO, 2019) deixa claro que a construção da estrutura tumular decorria após a edificação da câmara e corredor.

Na intervenção que levámos a efeito na Anta da Candeeira (Aldeia da Serra, Redondo) não foram registados quaisquer indícios sobre a presença da estrutura tumular, apesar do excelente estado de conservação da câmara, havendo os esteios do corredor sido removidos provavelmente em época medieval (BOAVENTURA *et al.*, 2014). Estando o sepulcro situado no topo de uma ligeira elevação relativamente aplanada, é com dificuldade que entendemos que a eliminação de uma putativa estrutura tumular derivasse de uma qualquer acção erosiva. Ainda que se conheçam nas imediações ocupações antigas de cariz rural, como o sítio da Idade do Ferro do Monte do Cabaço e um outro pequeno de época romana (CALADO & MATALOTO, 2001), onde poderão ter origem os escassos fragmentos de tégula recolhidos nos enchimentos dos alvéolos de implantação do corredor arrancados, cremos algo rebuscado atribuir a estes, ou mesmo à ocupação medieval o desmantelamento da suposta mamoa. Este facto pode reabrir, na Anta da Candeeira, a discussão sobre a origem do designado “buraco da alma”, já que se se assumir a possibilidade da estrutura tumular não haver existido, a possibilidade do mesmo ser de origem mais antiga pode colocar-se. O dito “buraco da alma” apresenta traços claros da acção de um instrumento metálico, com golpe fundos e afilados. Todavia, estes parecem ser claramente posteriores à abertura e abrasão do óculo, que terá sido realizado possivelmente com um objecto rombo, eventualmente outra pedra, podendo aqueles indícios corresponder a um reavivamento mais tardio efectuado sobre uma superfície boleada (Fig. 13). No entanto, esta observação em pouco contribui para a explicação cabal da sua origem; qualquer eremita que possa haver-se abrigado ali, e ser responsável pela abertura do óculo, teria acesso a uma tecnologia não muito distinta da neolítica para o executar.

A erosão diferencial, ou simplesmente a acção humana, dificilmente permitem compreender o nível de desmantelamento da estrutura tumular em diversos sepulcros situados em áreas imediatas. Na região que tomámos como ponto de partida para este conjunto de reflexões, a aba Sul da Serra d’Ossa, o caso do pequeno grupo das antas 1 a 4 do Colmeiro parece-nos bastante revelador. Estas situam-se num pequeno tramo de um vale pouco profundo (Fig. 3), onde a mecanização agrícola pouco entrou, e onde os sepulcros se apresentam como se encontravam nos anos 40 do século XX, quando foram identificados por Georg e Vera Leisner, à excepção do suposto sepulcro 2, hoje desaparecido e então constituído por dois esteios de pequena dimensão. Assim, enquanto na anta 1, sepulcro de média dimensão situado numa ligeira elevação, os vestígios de mamoa são praticamente inexistentes, a anta 3, situada numa área aplanada, adjacente à ribeira mantém a mamoa quase intacta, constituída por uma terra negra, totalmente distinta da envolvente (Fig. 14). Se por um lado se pode assumir que a erosão seria mais activa no desmantelamento da mamoa do primeiro sepulcro, por outro, a anta 3, ao situar-se numa área baixa e fértil, estaria mais exposta à acção agrícola. Não cremos que a acção erosiva ou o uso agrícola dos campos constituam explicações únicas para o entendimento do grau de preser-

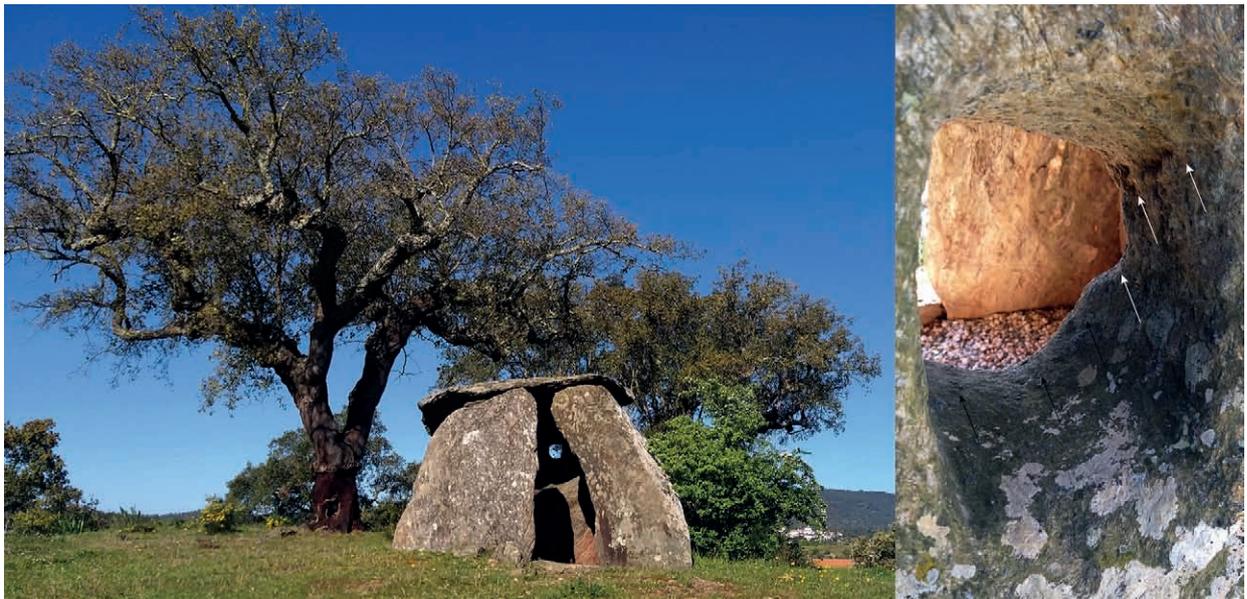


Fig. 13 – Anta da Candeeira e detalhe do “buraco da alma”.

vação das mamoaas. No mesmo sentido apontam os dados reunidos sobre as estruturas tumulares de pequenas antas que, apesar da sua efectiva fragilidade comparada com monumentos maiores, se conservam até aos dias de hoje, como se verá.

Sem querermos deixar de considerar a possibilidade de processos específicos muito particulares, como o caso do sepulcro inacabado da Valdanta, julgamos relevante uma análise mais alargada sobre as realidades tumulares que nos permita entender em que medida estas poderiam, em particular nos sepulcros de maior dimensão, ser um “*work in progress*” que acompanhasse a utilização do espaço sepulcral, e a sua edificação fosse concluída apenas num acto de encerramento, no qual uma comunidade, por motivos diversos, como o fim de uma linhagem ou de um qualquer ciclo, até mesmo astronómico, determinasse o fim de utilização de um sepulcro, muitas vezes para erguer outro. Os dados recolhidos na anta 3 de Vale Rodrigo (KALB & HÖCK, 1996; 2011) parecem sustentar esta hipótese ao terem registado a quebra da tampa, que em parte deslizou para a lateral externa enquanto se utilizava o sepulcro, deixando claro que a estrutura tumular existente teria sido construída apenas depois da quebra da tampa, e após um período indeterminado de uso.

A cobertura parcial do sepulcro durante a sua utilização transformaria por completo a Paisagem antiga, ao expor a estrutura central, evidenciando a sua monumentalidade, podendo incorporar, caso fosse utilizado para primeiras tumulações, outra marca muito forte, os cheiros intensos dos corpos em putrefacção, reforçando a experiência de aproximação e atravessamento deste território dos antepassados. Todavia, a ausência de indícios da presença de necrófagos oportunistas nos ossos conhecidos, deixa pouca margem a que a câmara estivesse aberta e acessível. cremos que as mamoaas são ainda um elemento pouco questionado no entendimento da construção e uso das antas, apesar de determinantes para a compreensão da estruturação da Paisagem antiga e das cosmogonias inerentes à mesma.

Este tema tem conhecido notáveis avanços no contexto europeu, após mais de uma centena de anos do “paradigma tumular”. Efectivamente parece hoje claro que a construção da mamoa faria parte de uma biografia



Fig. 14 – Vista das antas 1 e 3 do Colmeeiro (Redondo), distantes cerca de 500m.

intensa, complexa e não linear de edificação, uso e abandono deste tipo de sepulcros (SCARRE, 2016), havendo certamente muitos deles que foram construídos para não terem mamoa integral (ERIKSEN & ANDERSEN, 2016), enquanto outros certamente dispuseram delas com arquitecturas muito complexas.

Na aba Sul da Serra d'Ossa são escassos os dados disponíveis sobre as estruturas tumulares, que certamente existem associadas aos mais diversos sepulcros. Nas diversas pequenas antas que se têm vindo a intervencionar na aba Sul da Serra d'Ossa temos documentado estruturas tumulares complexas, com uma importante arquitectura pétreo como na Anta da Barroca (MATALOTO *et al.*, 2016-2017, p. 194) ou dos Godinhos (MATALOTO *et al.*, 2015a). Efectivamente, estes pequenos sepulcros contrapõem à reduzida dimensão da Câmara uma estrutura tumular mais robusta e complexa, com 8 a 10m de diâmetro. A Anta da Barroca destaca-se por uma importante carapaça pétreo estruturada por duas linhas de lajes em cutelo, que lhe conferem particular robustez e destaque. É possível que parte desta construção permanecesse visível, desenvolvendo-se a cobertura do espaço sepulcral apenas dentro do círculo mais interior da carapaça pétreo.

Na Anta dos Godinhos a estrutura p etra, elaborada em pedra local, parece desenvolver igualmente um empedrado perimetral elaborado para estar visível e conter uma estrutura tumular que cobrisse apenas a c mara sepulcral (Fig. 15). Em ambos casos a estrutura tumular parece desenvolver-se em “U” muito fechado, deixando o espaço frontal à entrada completamente aberto, como que desenvolvendo uma fachada e  trio, o que acabaria por valorizar este espaço exterior fronteiro da entrada, em sepulcros nos quais a mediação entre o exterior e o interior era muito reduzida. A reduzida dimensão dos sepulcros pode igualmente assinalar, tal como as mamoas em “U”, uma maior proximidade entre os sepultados e os sepultantes, apontando então para um grupo familiar mais restrito. Esta estrutura tumular confere um sentido de monumentalidade e complexidade que vai certamente além da mera construção de um contentor funerário, mesmo que cumprindo preceitos rituais evidentes, como a orientação, já definida ao quadrante Nascente-Sul. Todavia, este tipo de mamoa não   apanágio destas pequenas antas, na justa medida em que sepulcros como a Anta 1 das Ch s, que dista menos de um quil metro da Anta da Barroca, a estrutura tumular, de dimensões semelhantes, apresenta uma complexidade muito inferior, apresentando apenas um pequeno kerb a delimitar uma mamoa em terra aparentemente similar   das imediações (Fig. 15). No entanto, a presença de uma pequena estrutura ligeiramente descen- trada para Sul face ao eixo de acesso ao sepulcro, no que deveria ter sido o limite da estrutura tumular, e que integrava uma grande mão de granito, assinala claramente a relevância diferenciada deste espaço, podendo inclusivamente esta última ter estado erguida a modo de pequeno monólito, marcador da entrada, como se documenta em outros sepulcros alentejanos. A estrutura tumular, mesmo nestes casos aparentemente menos complexos, assumiria um papel c nico e ritual fundamental na construção de uma paisagem monumentalizada.

Isto dá-nos azo a comentar um outro modo de realçar a construção tumular em sepulcros aparentemente mais tardios, ou pelo menos de maiores dimensões. O fen meno do que designámos “mamoas negras” é bastante demonstrativo dessa construção de uma paisagem tumular visível, feita para ser percebida por todos, e que decorre de um uso ritual e simbólico da mesma na construção tumular.

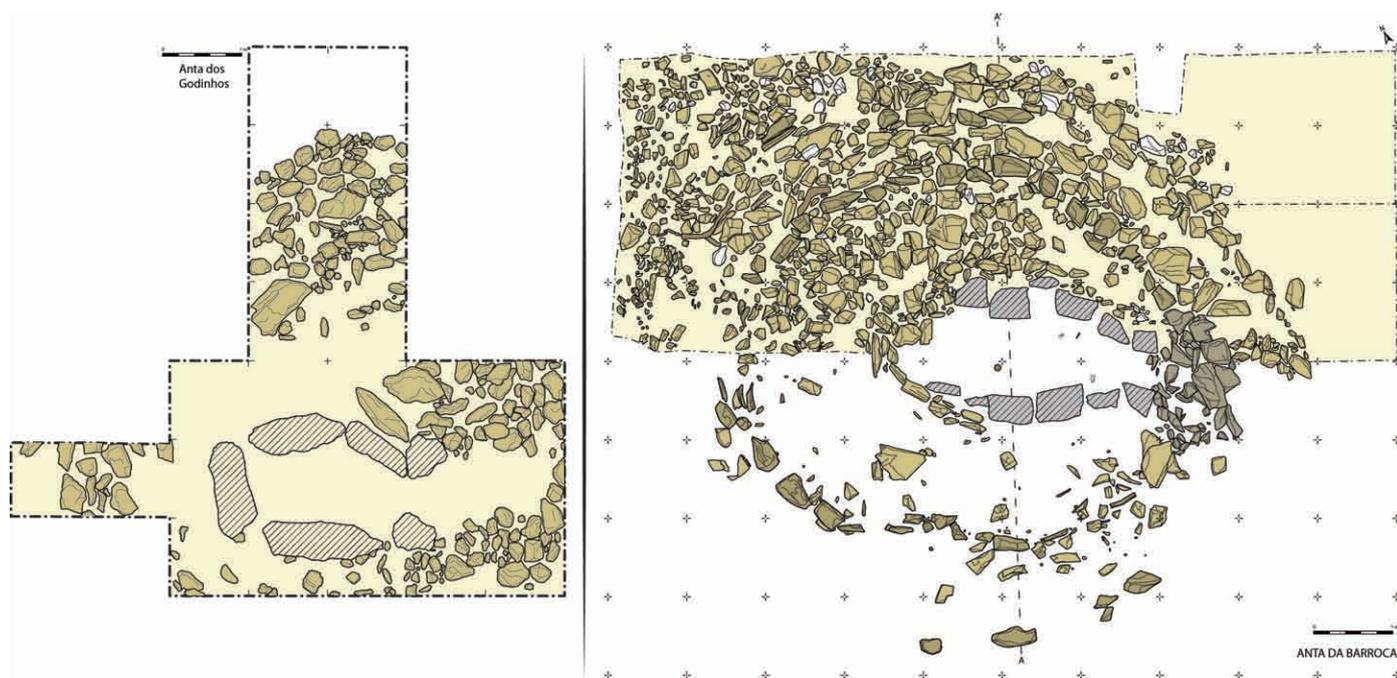


Fig. 15 – Planta das estruturas tumulares e c mara das pequenas antas dos Godinhos e Barroca.

Numa envolvente alargada da aldeia do Freixo (Redondo), no extremo Sul do patamar que antecede a Serra d'Ossa, tem sido possível documentar a presença de um conjunto de sepulcros cuja estrutura tumular é constituída por terras muito escuras, cinzentas, que contrastam claramente com as da envolvente. Nesta medida, a construção da mamoa não resulta de uma mera acumulação da terra da envolvente, mas sim de uma construção deliberada de uma estrutura tumular destacada e contrastante, quer através da sua dimensão, quer através do sentido cromático que se lhe confere. A presença de alguma cerâmica e líticos polidos ou talhados na superfície destas estruturas deixa suspeitar que a terra terá sido proveniente do próprio espaço habitacional ou de uma área de claro sentido grupal (áreas de cultivo mais intenso, a modo de horta ou mesmo locais de agregação temporária). Em geral esta presença surge associada a sepulcros de média dimensão, ou mesmo de algum a raiar já a grande. A sua dispersão não nos é ainda claramente inteligível, dada a sua aparente dispersão por diversos *clusters* de sepulcros, sem que possamos assinalar um qualquer padrão, se é que o houve. Assim, este tipo de mamoa surge em sepulcros aparentemente isolados (v. Fig. 3), como a Anta da Vidigueira (MATALOTO & BOAVENTURA, 2009), em sepulcros num grupo relativamente disperso caso da Anta 4 da Quinta do Freixo (Fig. 16), no grupo homónimo, ou na anta 5 das Casas, ou mesmo num grupo pequeno e bastante concentrado como o do Colmeeiro, onde o sepulcro 3 apresenta uma evidente “mamoia negra”, claramente contrastante com o substrato esbranquiçado granítico da envolvente. Este aspecto impõe que realcemos a necessidade de manutenção da limpeza da vegetação na superfície da mamoa e envolvente imediata, por forma realçar o efeito estético cromático que a sua construção deixa entender. Talvez este acontecesse essencialmente em momentos particulares do ano, como as sementeiras, em que os terrenos estão limpos e lavrados, realçando a ligação entre este momento crucial da sobrevivência do grupo e os antepassados. Talvez não seja mero acaso que ainda hoje o culto aos antepassados, marcado pelo dia de finados, coincida em boa medida com o início das sementeiras...



**Fig. 16** – Vista geral da Anta 4 da Quinta do Freixo, com destaque para a cor cinzenta escura da mamoa, contrastante com o castanho avermelhado do solo envolvente.

Com esta valorização das estruturas tumulares, depois de havermos recorrido sobre a construção das estruturas sepulcrais das antas, cremos haver chegado a um momento onde importa problematizar o sentido destas edificações. As antas devem ser entendidas como sepulcros ou verdadeiros monumentos aos antepassados? Este debate, aparentemente banal, assume particular relevância, quanto a nós, pelo revelador que pode ser sobre o entendimento e uso destas construções pelas comunidades passadas. Cremos que a percepção como sepulcro impõe um uso mais restrito associado a momentos específicos de enterramento, enquanto a sua leitura como monumentos determinará o entendimento de um uso não exclusivamente funerário, mas sim simbólico e ritual, de construção identitária e do sentido gregário do grupo, que se deveria reunir aqui para celebrar os seus antepassados e não apenas para os enterrar.

As antas, a par de outros sepulcros, megalíticos ou não, terão sido monumentos funerários cuja edificação e uso materializaria as cosmogonias neolíticas, fortemente arreigadas numa tradição ancestral de interconexão unitária de Terra e Céu, como a abertura a sudeste, ao Sol Nascente, símbolo do Eterno Retorno, demonstra, e ficava já patente nos “velhos” recintos meníricos, com os quais os sepulcros partilham alguns elementos das gramáticas arquitectónicas, dependentes do mesmo princípio cosmológico (CALADO, 2003, p. 363; 2004:). Estes monumentos ajudariam a construir uma Paisagem fortemente identitária assente nos antepassados e nas suas crenças, estando imbuídas, quer na sua edificação, através do princípio cosmológico inerente ao alinhamento fundacional, quer no seu uso contínuo como local de agregação, que em diversos casos já o havia sido antes, como ficou patente em sítios como o monumento de Soto (BUENO, BALBÍN & LINARES, 2019). A estrutura tumular desempenharia neste momento, quer resultasse de um processo único, marcante e diferenciador, quer através de um “*work in progress*” um elemento determinante na selagem dessa união do grupo com o seu território, como fica particularmente patente com o uso de terra alóctona nas “mamoas negras”. Todo o processo de construção, uso e encerramento determinaria a agregação e união do grupo humano nele envolvido, provavelmente mutável ao longo do tempo, gerando um processo identitário agregado ao monumento como um todo, que poderia ir sofrendo transformações, físicas e simbólicas, ao longo do Tempo, sem perder a sua capacidade de marcar e criar uma Paisagem e uma Identidade.

Mesmo após o encerramento, através do bloqueio do corredor, eventualmente decorrente do fim do seu uso funerário, o sepulcro poderia continuar a desempenhar um papel fundamental na construção de uma Paisagem identitária, complementada eventualmente por novos sepulcros. A marca deixada pela presença destes monumentos permanecerá muito além do seu uso sepulcral, quer pela comunidade que neles sepultou os seus antepassados, quer por outras que os vieram a reconhecer como marcas de ancestralidade e identidade com as quais se quiseram associar. Estes monumentos tornam-se espaços de “Memória”, socialmente activos, quer como espaços de enterramento, quer como espaços sacralizados de rememoração dos antepassados, essenciais para o sentido de agregação comunitário. Assim, cremos que os *clusters* de monumentos vão sendo edificados de modo a constituir uma Paisagem fortemente identitária, onde a “Memória” e o sentido de Lugar procuram corporizar a cosmovisão do grupo no território, ajudando a estruturar uma envolvente significativa, quer para o grupo mais próximo e restrito, quer para agregações mais alargadas. Como se mencionou acima, além de *clusters* menores, como o Colmeeiro ou o das Casas, parece ter existido, na aba Sul da Serra d’Ossa, um sentido de Lugar e Memória estruturado em torno de caminhos naturais, delimitando um espaço liminar, marginado pelos antepassados.

As antas terão sido monumentos erguidos para ser eternos, onde o sentido de perenidade se torna indissociável do de Memória, demonstrando-nos grupos com uma forte necessidade identitária de ligação ao Território. Mais que monumentos gregários, em torno dos quais se estruturaria a identidade do grupo, seriam Monumentos de fixação, de construção do sentido de Lugar. Depois da sua edificação, da construção

do espaço funerário à mamoa, e ao putativo *kerb*, nada voltaria a ser igual. Este passaria a ser o Lugar, muitas vezes *where the walk meets the place*.

As antas são, por isso mesmo, monumentos reactivados sucessivamente, mesmo que conheçam momentos pontuais de aparente abandono. Como se viu, em época medieval, mesmo que nem sempre fossem marcadas como na delimitação do concelho de Redondo, seriam incorporadas na Paisagem como marcos de tempos antigos... tal como ainda hoje efectuamos, com a escavação e valorização destes monumentos em “rotas megalíticas”.

É justamente este aspecto que individualiza e distancia os sepulcros de tipo Anta, megalíticos ou não, face às restantes formas de enterramento durante o IV/III milénio a.C.. Deste modo, importa voltar a ler as Antas como uma forma de expressão identitária própria de certas comunidades, ou de certos grupos dentro delas, certamente diferenciadora face a outros rituais e contentores funerários. Perante isto importa retomar o Megalitismo como uma expressão específica das cosmogonias de um determinado grupo, dentro obviamente do conjunto das práticas funerárias do IV/III milénio a.C. do Sul de Portugal.

### **3 – MAIS MEGA, MENOS MEGA... PROTOMEGALITISMO, PARAMEGALITISMO, SUBMEGALITISMO... AS ANTAS E O ARRANQUE DAS PAISAGENS MEGALÍTICAS...**

O tema dos pequenos sepulcros continua a ser um dos mais amplamente debatidos no contexto do Megalitismo europeu, principalmente por se assumir, de há muito, que incorpora o acto seminal do fenómeno tumular neolítico.

A inauguração das paisagens ancestrais que se atribui a estes sepulcros confere-lhe um poder evocativo da afirmação do Neolítico em diversos contextos europeus, constituindo a transição de uma realidade local profundamente enraizada no contexto mesolítico, para um verdadeiro Mundo Novo, de que são os primeiros marcadores. Não é nosso propósito historiar a longa investigação em torno destes pequenos sepulcros, até porque foi recentemente abordada por nós em colaboração (MATALOTO *et al.*, 2015), no entanto, julgamos pertinente tecer ainda algumas observações em torno deste tema.

Desde logo, de há muito que a questão da dimensão destes pequenos sepulcros constituiu uma dificuldade, pelo seu manifesto afastamento da origem etimológica do conceito de Megalitismo, dada a falta, digamos, de mega... Todavia, como se mencionou acima, partilham claramente, toda uma linguagem arquitectónica presente em sepulcros de maiores dimensões na planta, orientação, estrutura tumular, implantação, etc. A reduzida dimensão dos blocos utilizados, que implica um menor esforço gregário assume desde logo uma diferenciação substancial, usualmente entendida como resultante da maior dispersão, dos grupos e do cariz mais familiar que grupal destes sepulcros. No entanto, continua a assumir-se que teriam sido eles a iniciar o sentido gregário e a fundar uma paisagem ancestral.

Este cenário, que de alguma forma acompanhou boa parte do século XX, com base nos trabalhos de Manuel Heleno e no modo como foram influenciando outros investigadores que com ele se cruzaram (LEISNER, 1951; SAVORY, 1969), conheceu um claro reforço no último quarto do século, com as teorias de fundo indigenista, influenciadas pelas novas propostas de C. Renfrew (1976). As propostas evolutivas do Megalitismo do Alentejo litoral avançadas por Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva a partir do estudo de pequenos sepulcros como a Palhota (SOARES & SILVA, 1976-77) ou Marco Branco (SILVA & SOARES, 1983) surgiram enquadradas numa perspectiva indigenista de desenvolvimento local/regional do mesmo, associado ao aumento da complexidade social dos grupos neolíticos que os edificaram (ARNAUD, 1977; SILVA, 1987; SOARES & SILVA, 2000).

No entanto, argumentos não muito distintos, de fundo economicista, como os subjacentes à visão anterior, foram utilizados por outros autores em sentido oposto (BUENO, 1994; OLIVEIRA, 1998). Estas leituras contra um certo evolucionismo linear foram tendo sempre como pano de fundo o polimorfismo estrutural, que conheceu no território nacional maior aceitação a Norte, na escola do Porto (JORGE, 1986), justamente onde a influência do trabalho de Manuel Heleno menos se fez sentir.

Os trabalhos de Primitiva Bueno, e na esteira deles, de J. Oliveira, têm vindo a entender as pequenas sepulturas como mimetizações reduzidas das anteriores (BUENO, 1994; BUENO, BARROSO & BALBÍN, 2004), edificadas por grupos menos complexos socialmente. Uma boa conhecedora do Megalitismo alentejano, P. Kalb, expressou-se igualmente neste sentido (1989), deixando entender a satelitização dos grandes sepulcros por outros menores em momento tardio, leitura que viria a ser igualmente aplicada por R. Parreira na sua teoria da “necropolização” em torno do conjunto megalítico do Crato (PARREIRA, 1996).

A investigação sobre a região imediatamente a Norte, a Beira Interior, tem apresentado um conjunto de dados que tem vindo a favorecer uma leitura de desenvolvimento arquitectónico linear, baseado essencialmente nos espólios recolhidos (CARDOSO, CANINAS & HENRIQUES, 2003) sem, todavia, deixar de assinalar o renascimento e coexistência tardio de pequenos sepulcros de arquitectura simples (CARDOSO, 2020).

Como em trabalho precedente afirmámos, expressões como “protomegalitismo” introduziram demasiado “ruído” no discurso arqueológico ao estarem já demasiado conectadas com uma leitura cronológica dos pequenos sepulcros ou mesmo com uma determinada perspectiva social, muito mais abrangente que o simples porte dos sepulcros (MATALOTO *et al.*, 2016-2017, p. 177). Outras expressões como paramegalitismo ou submegalitismo, ainda que pouco utilizadas (SOARES & SILVA, 2000; CALADO, 2003; 2004) são em nosso entender mais articuladas com a informação de que dispomos, mesmo que não consigam responder cabalmente à problemática inerente aos sepulcros de pequeno porte. Deste modo, continuamos a assumir que a expressão de pequenas antas ou pequenos monumentos é, na sua ambiguidade, mas dentro do padrão métrico acima mencionado (1,5m de diâmetro transversal da câmara), a melhor designação para estas entidades. Não cremos que a segmentação desta realidade em antas para as que apresentem corredor, como a Anta 1 do Lucas (CALADO, 1994), e sepulturas para as que o não apresentem, como os Godinhos ou a Barroca (MATALOTO *et al.*, 2015), traga vantagens substanciais, até pelas dificuldades de partida para sepulcros não escavados, ou com biografias complexas como o de Rabuje 5 (MATALOTO *et al.*, 2015).

As pequenas antas têm sido, como referimos acima, geralmente aceites como os mais antigos sepulcros, atribuindo-se, em todo o contexto europeu (SHERRATT, 1990; SCARRE, 1992; THOMAS, 1996), um cariz fundacional à sua edificação. Estes sepulcros constituiriam o início da construção das Paisagens ancestrais, resultantes da maior fixação dos grupos neolíticos a um dado território, marcado agora pelos antepassados. Como enunciava J. Thomas (1996, p. 131) estes sepulcros constituíram uma componente essencial do processo de *becoming Neolithic*, pela sua fixação dos antepassados num território monumentalizado. De certo modo, esta leitura surge na sequência de um entendimento semelhante pela investigação indigenista dos anos 70 e 80, para a qual os primeiros sepulcros constituíam os primeiros indicadores da complexificação social e económica, reflexo justamente da maior fixação dos grupos, dada a sua maior capacidade produtiva, justamente derivada da intensificação neolítica (RENFREW, 1976; ARNAUD, 1977; SILVA & SOARES, 1983).

As alterações que o estudo do Neolítico da região de Évora sofreu no último quarto de século transformou substancialmente a percepção sobre o início do processo megalítico em toda a região (CALADO, 2004; DINIZ, 2007; GONÇALVES, SOUSA & MARCHAND, 2013). Por um lado a emergência na região de importantes grupos humanos em uma fase antiga do Neolítico, sobre um substrato que não era aparentemente o vazio que usualmente se supunha, por outro a aceitação da adscrição dos grandes menires e cromeleques a essa mesma

fase (GOMES, 1994; CALADO, 2004) altera totalmente a perspectiva sobre a emergência do Megalitismo alentejano. Efectivamente parecem ser os grandes menires e cromeleques que representam a emergência da nova paisagem neolítica, desempenhando um papel fulcral no processo de *becoming neolithic*. A erecção destes monumentos representa, aparentemente, o primeiro grande gesto criador da paisagem neolítica no território alentejano, assumindo o propósito que há muito se vinha associando aos pequenos sepulcros. Manuel Calado propôs uma contemporaneidade parcial entre a erecção dos menires e a emergência dos pequenos sepulcros, através da transferência da veneração ritual dos antepassados transfigurados nos menires para a edificação do novo espaço sepulcral (CALADO, 2003, p. 366; CALADO, 2004, p. 262). Todavia, mesmo aceitando a segmentação e dispersão dos grupos por um território mais amplo após um cenário de crise grupal, identitária ou produtiva, como o fez este autor, cremos haver uma transformação demasiado profunda entre a obtenção e erecção dos grandes menires e a emergência dos pequenos sepulcros. É possível de ter ocorrido um processo de *devolution* ou *involução* (HANSEN, 2012), no qual a estruturação social dos grupos neolíticos tenha conhecido um processo regressivo durante boa parte do Vº milénio a.C. Deste fenómeno resultaria uma menor capacidade de mobilização grupal e uma arquitectura de menor aparato, mas de maior afinidade e identidade para os pequenos grupos, talvez essencialmente de cariz familiar. Após esta crise de crescimento, como M. Calado a apelidou (CALADO, 2004, p. 262), decorrente da plena integração na economia neolítica, a emergência das pequenas antas permitiria a fixação de uma paisagem onde os antepassados mais directos tivessem um papel fulcral na estruturação espacial do grupo, progredindo-se depois, já ao longo do IVº milénio a.C., para cenários mais complexos, quer do ponto de vista arquitectónico, quer do ponto de vista social. Esta leitura ajudaria a compreender o processo de desinvestimento nas arquitecturas sociais após um primeiro impacto de profunda transformação decorrente da presença das primeiras populações neolíticas, materializado na erecção dos grandes menires. Os diferentes estudos genéticos que têm vindo a ser apresentados para o contexto europeu parecem, de algum modo, reforçar esta imagem de transformação durante o Neolítico Médio, com reforço de uma componente genética de aparente origem europeia pré-neolítica, mas não local, que se irá entrecruzar com os primeiros grupos verdadeiramente neolíticos (HAAK *et al.*, 2015; OLALDE *et al.*, 2015, p. 5). Talvez a emergência do Megalitismo funerário europeu, em particular na fachada atlântica, possa constituir um dos indicadores desta deslocação de populações durante o Neolítico Médio, coincidente com a dita crise de crescimento assinalada por Manuel Calado (2004, p. 262).

O modo como este processo terá decorrido nos distintos territórios é ainda bastante complexo de apurar. Assim, cremos que tal como apontado, a emergência do Megalitismo funerário terá sido “um movimento lento, de capilaridade” (CALADO, 2004, p. 262), difundido eventualmente pela chegada de nova gente, que procura enraizar-se, criar uma nova paisagem ancestral com a qual se possa identificar e fixar, com os seus mortos inscritos no território. O Megalitismo, neste caso funerário, terá representado, uma vez mais, o elemento agregador da comunidade para a construção de uma nova identidade. Contudo, resta saber, cremos, se a emergência deste novo processo identitário resulta efectivamente de um processo de regressão, ou *devolution*, das primeiras sociedades neolíticas após um pico ocorrido durante a sua fase mais antiga, como o poderia indiciar a aceitação de um processo, mesmo que complexo, de evolução multilinear das estruturas funerárias megalíticas a partir das pequenas antas; ou se, ao invés do mais usualmente aceite, a emergência dos grandes sepulcros desde um momento antigo do Megalitismo funerário representasse um processo social de alguma complexidade e continuidade face ao momento anterior, onde quer as “social skills”, quer “technical skills” se haviam desenvolvido e consolidado localmente.

Na aba Sul da Serra d’Ossa as pequenas antas, como Godinhos, Chãs ou Barroca localizam-se num território marginal face às áreas de maior concentração de sepulcros de planta poligonal e maior porte, erguidas

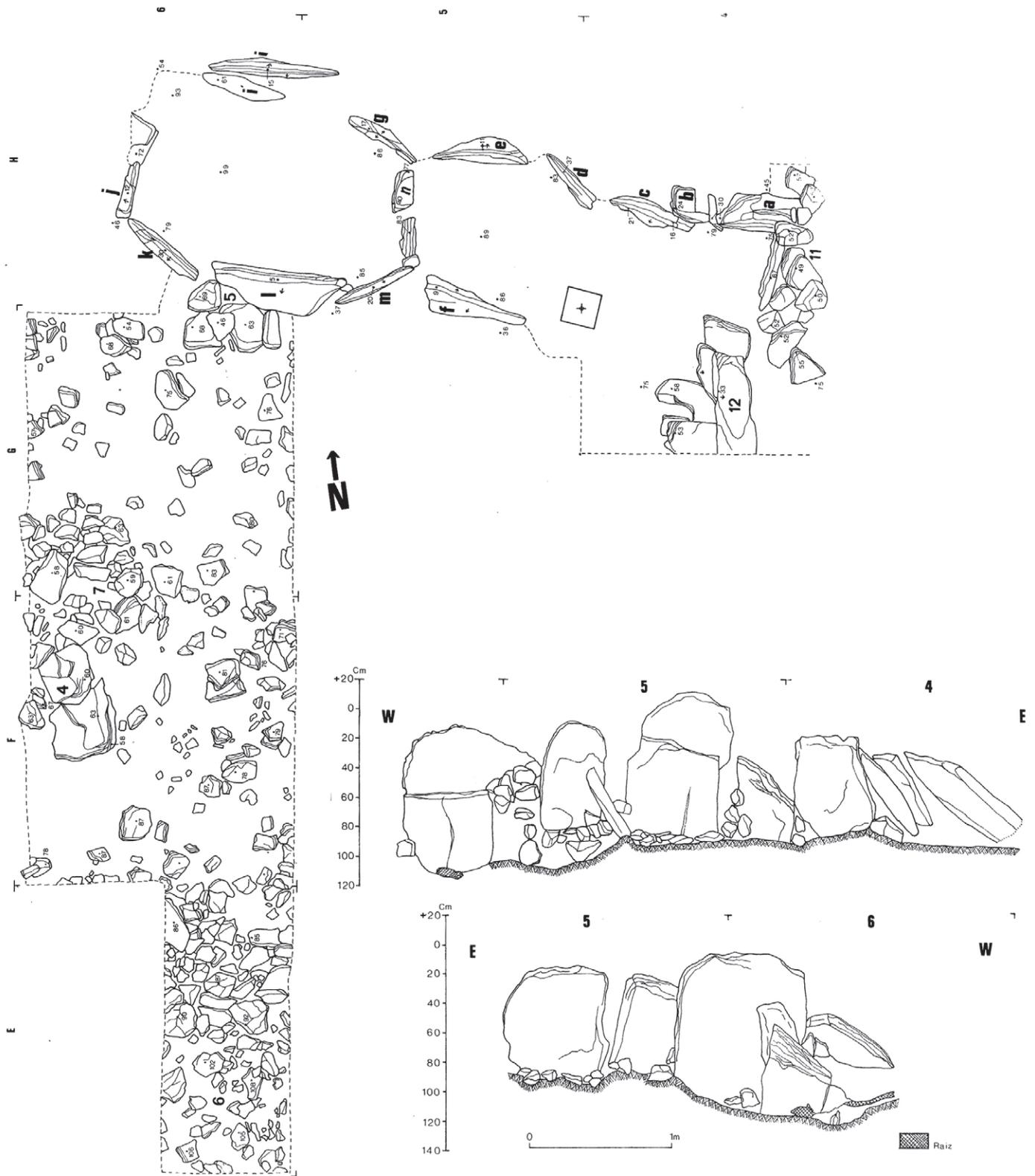


Fig. 17 - Planta e alçados da anta 1 do Lucas, Alandroal (seg. Calado, 1993).

na margem da planície, junto do patamar que antecede as mais altas elevações. De facto, parece existir aqui uma segregação espacial entre os sepulcros de maior porte, que se agregam por vezes em *clusters* inferiores à dezena, e as pequenas antas que surgem isoladas. Todavia, não muito longe, imediato à margem Nascente da serra, adjacente à Ribeira do Lucefécit, documentou-se o importante *cluster* das antas do Lucas, com mais de uma dezena de sepulcros de porte diverso (Fig. 3). A maioria dos elementos do conjunto é de pequena dimensão, como a Anta 1 (CALADO, 1994) (v. Fig. 17), estando disperso em torno de antas de maior porte, como a Anta 6 (ROCHA, 2007) ou principalmente a Anta 4 (Fig. 18), deixando entender um sentido de “necropolização” marcado pela diversidade de porte. Mais a Norte, em Monforte, este mesmo processo é bastante mais evidente em necrópoles como Rabuje (BOAVENTURA, 2006, p. 65) ou especialmente Lacrau, onde os pequenos sepulcros 2 e 3 se implantam imediatos ao grande túmulo de Lacrau 1 (Fig. 19). Ambas necrópoles parecem acompanhar, pelo menos no que ao porte diz respeito, a tendência também verificada na região do Crato (PARREIRA, 1996) sublinhando, eventualmente, uma tendência regional, menos evidente mais a Sul, quer olhemos para os casos da margem Sul da Serra d’Ossa, quer olhemos para a região de Reguengos de Monsaraz (LEISNER, 1951; GONÇALVES, 1992, 2013).

Neste sentido, se é certo que os dados artefactuais coligidos tanto na margem Sul da Serra d’Ossa como na região de Monforte parecem, como usual, remeter estes pequenos sepulcros para cronologias recuadas do Megalitismo (MATALOTO *et al.*, 2015), é também verdade que a ampliação do conjunto de datas coligidas tem vindo a alargar a base documental sobre o uso de sepulcros de média e grande dimensão para cronologias semelhantes às mais recuadas conhecidas nas pequenas antas.

Não vemos motivos para assumirmos uma posição distinta da que outros autores têm vindo a assinalar para a emergência da tradição de enterramento colectivo em cronologias anteriores ao início do segundo quartel do IV milénio a.C., quer seja em grutas naturais, hipogeus ou em antas (BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA, 2011, p. 170; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013, p. 98; CARVALHO & CARDOSO, 2015, p. 50). Assim sendo, cremos ser absolutamente claro termos que admitir que do ponto de vista do uso funerário, e com datações indubitavelmente associadas a tais presenças, é hoje impossível distinguir cronologica-



Fig. 18 – Planta da anta 4 do Lucas, Alandroal, antes da escavação (seg. Calado, 1993); vista geral durante os trabalhos desenvolvidos em colaboração com Conceição Roque.



Fig. 19 – Vista da pequena anta do Lacrau 3 em primeiro plano, com a mamoá de Lacrau 1 ao fundo.

mente as fases mais antigas de utilização de médias e grandes antas face às pequenas. A escassez de datações disponíveis pode deixar algum grau de incerteza, mas essa recairá sempre sobre a putativa maior antiguidade das pequenas antas, para as quais não foi possível, até hoje, documentar de modo cabal qualquer utilização funerária que sustente as velhas propostas que remetem o início do Megalitismo funerário para dentro do Vº milénio a.C.. Se a isto acrescentarmos o facto de não podermos recuar o arranque do ritual de enterramento colectivo para momentos anteriores aos primeiros séculos do IV milénio a.C., ou 3800 a.C. como propõem Carvalho e Cardoso (2015, p. 50), então passa a haver uma margem de tempo muito curta para assumirmos qualquer perspectiva evolutiva linear do Megalitismo, mesmo que matizada por evoluções arquitectónicas paralelas, transladações ou reusos. É certo que se pode sempre assumir que, dada a escassez de datações, especialmente para as pequenas antas, se tratam de sepulcros com usos mais tardios que não correspondem à fase inicial do Megalitismo, apesar dos espólios e arquitectura de perfil marcadamente arcaico, como no caso da Anta do Cabeço da Areia (MATALOTO *et al.*, 2015, p. 64), tido desde sempre como exemplo expressivo das antas mais antigas (CARVALHO & CARDOSO, 2015, p. 46). No mesmo sentido parecem apontar os dados da pequena Anta da Sobreira 1, na qual se registou um enterramento de cronologia semelhante, apesar do espólio apresentar um espectro mais amplo (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013, p. 75). Ora se assim tem acontecido para os sepulcros pequenos, com putativas cronologias “tardias” dentro dos esquemas tradicionais de leitura do Megalitismo, já para os sepulcros de maiores dimensões algumas das datações obtidas parecem estar a fazer recuar a cronologia esperada para as mesmas, com base na sua arquitectura. Para além dos exemplos da península de Lisboa, devidamente valorizados por R. Boaventura (2009), onde pontuam as datações “arcaizantes” de antas como o Carrascal ou Pedras Grandes, com cronologias obtidas de meados/inícios da segunda metade do IV milénio a.C., também no Alentejo e Beira Litoral começam a surgir casos

semelhantes. No território alentejano assume particular interesse o caso da Anta 4<sup>a</sup> da Cabeceira (Mora), de porte médio, apesar de muito destruída, para a qual se obtiveram 3 datas muito coerentes, atribuídas a 3 indivíduos distintos, que colocam o seu uso funerário em meados do 4<sup>o</sup> milénio a.C. (CARVALHO & ROCHA, 2015, p. 57), transformando-a na anta com uso funerário colectivo mais antigo conhecido. No mesmo sentido aponta a data obtida para a Anta da Pedra Branca, um sepulcro de grande dimensão, uma vez mais com pelo menos um enterramento de meados/terceiro quartel do IV milénio a.C. (SOARES, 2010). Mais recentemente foi dada a conhecer uma data que não apenas vem reforçar esta proposta, como eventualmente desafiar novas leituras, ou reforçar algumas mais velhas. Estamos a falar da datação obtida sobre osso humano não queimado recolhido aquando da escavação da Anta do Cabeço dos Moinhos, por António Santos Rocha: Beta-383084 – 4960±30 BP: 3793-3659 cal BC 2σ (BETTENCOURT *et al.*, 2020). Do mesmo sepulcro foram obtidas duas outras datações, uma sobre ossos cremados e outra sobre um artefacto de osso, que demonstram a utilização do mesmo no final do IV milénio a.C. e durante a primeira metade do seguinte. A aceitarmos a datação mais antiga estaríamos perante uma anta de câmara poligonal e corredor (CRUZ *et al.*, 2014), de porte médio a grande, que dataria de uma cronologia sincrónica ao arranque proposto do ritual funerário colectivo, contrariando uma vez mais o modelo evolutivo linear do Megalitismo do Ocidente peninsular. Todavia, provindo de escavações antigas de um sepulcro já bastante arruinado e com uma biografia muito longa (CRUZ *et al.*, 2014; BETTENCOURT *et al.*, 2020) será conveniente assumir alguma prudência, na justa medida em que o mesmo poderá traduzir uma outra realidade que não a megalítica. Efectivamente, a presença de núcleos e lascas, para além de trapézios e um triângulo, mas igualmente de um machado de fibrolite, pode estar a apontar para a existência de uma ocupação anterior, ainda do Neolítico Médio, fortemente marcada pelas realidades anteriores. A esta putativa ocupação deveriam estar associados espaços de enterramento em fossa, tal como foi possível identificar em Castelo Belinho (GOMES, 2012) ou Campo de Hóckey, sendo que neste último não apenas se documentaram enterramentos individuais em fossa, com estrutura lítica, datados dos inícios do IV milénio a.C., como igualmente estão bem documentados os machados em fibrolito (VIJANDE VILA, 2009). De algum modo, as observações efectuadas por Santos Rocha poderiam apontar nesse sentido “...o que nos fez pensar que o monumento seria vasto e complicado, tendo talvez diversas galerias ou câmaras” (ROCHA, 1949, p. 14; apud CRUZ *et al.*, 2014). Afigura-se nos bastante plausível que a descrição, de um monumento já arruinado, que se sobrepusesse a um espaço funerário anterior, deixaria exactamente esta imagem. E numa região onde as ocupações de uma fase antiga do Neolítico são de há muito conhecidas (VILAÇA, 1988; CARVALHO, 2007, p. 538), tal não é de todo improvável.

Os dados da anta de Areita, na região de Viseu (GOMES *et al.* 1998), parecem apontar no mesmo sentido, na justa medida em que as datações mais antigas disponíveis, parcialmente dentro do V milénio a.C., quer sobre ossos humanos, quer sobre elementos vegetais, impõem grandes reservas e cautelas (BOAVENTURA, 2009, p. 360), podendo remeter também para uma ocupação prévia, como a presença de troncos carbonizados e cinzas deixa subentender.

Um exemplo expressivo desta situação poderá ser justamente o dólmen de Azután, sob o qual se documentou uma ocupação neolítica, à qual devem estar associados os vestígios de enterramentos datados do V milénio a.C. e dos inícios do seguinte (BUENO, BALBÍN & BARROSO, 2005, p. 117). Aliás, esta situação começa a ganhar traços de alguma recorrência que importava indagar com mais profundidade, como aconteceu recentemente no impressionante sepulcro de Soto (BUENO, BALBÍN & LINARES, 2019), permitindo toda uma nova percepção do conjunto.

No território alentejano a implantação de sepulcros sobre antigas áreas de agregação, habitacionais ou rituais, tem vindo a ser documentada com alguma frequência, como foi possível registar sob as antas 2 e 3 de

Vale Rodrigo (ARMBRUSTER, 2007; 2010) ou, mais recentemente, e num sepulcro bastante mais discreto, na anta 1 da Hortinha, em Évora (ROCHA, 2015, p. 224). Na região da Serra d'Ossa apenas foi documentada uma situação onde tal parece ter ocorrido, ainda que não tenha existido um inquérito sistemático aos espaços tumulares. A intervenção na anta das Dessouras permitiu verificar a existência de uma estrutura negativa sob a estrutura tumular, na área traseira do esteio de cabeceira. Todavia, ao não ter sido intervencionada por completo, os dados são escassos e pouco esclarecedores.

Creemos que esta sobreposição dos espaços sepulcrais, de grande ou pequena dimensão, a antigos espaços de agregação, seja qual for a sua natureza, não deverá ser meramente casuística, podendo estar ligada a uma percepção de território, ou a uma qualquer noção real ou mítica de sentido de pertença, posteriormente materializada nos sepulcros ou monumentos aos antepassados.

Esta conexão vem reforçar o sentido identitário desenvolvido em torno da emergência do Megalitismo, como nova forma de materialização da ligação com um território ancestral, por vezes já marcado por antigos monumentos meníricos ou simples traços de ocupação e antiguidade, em áreas por vezes apenas marcadas por lendas ou velhas toponímias, elementos centrais da criação de paisagens.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. A. (2013) – Em torno ao conceito de necrópole megalítica na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo, Portugal): monumentos, espaços, paisagens e territórios. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 417-426.
- ANDRADE, M. A. (2015) – Contributo para a definição das práticas funerárias neolíticas e calcolíticas no Maciço Calcário Estremenho. 2: as placas votivas da «necrópole megalítica» das Lapas (Torres Novas) e o hipogeísmo na Alta Estremadura. *Nova Augusta*. Torres Novas. 2ª série, 27, p. 293-322.
- ANDRADE, M. A. (2016) – Intervenções de Manuel de Mattos Silva no Megalitismo da área de Avis. 1: as antas de São Martinho e Assobiador (Maranhão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19, p. 41-62.
- ARMBRUSTER, T. (2007) – Technology neglected? A painted ceramic fragment from the dated Middle Neolithic site of Vale de Rodrigo 3. *Vipasca*. Aljustrel. 2ª série, 2, p. 83-94.
- ARMBRUSTER, T. (2010) – Neolithisierung und Megalithik in Portugal in forschungsgeschichtlicher Perspektive und anhand aktueller Daten. In Armbruster, T.; Hegewisch, M. (eds) *Beiträge zur Vor- und Frühgeschichte der Iberischen Halbinsel und Mitteleuropas*. Studien in honorem Philine Kalb. Verlag Dr. Rudolf Habelt, p. 59-73.
- ARNAUD, J. M. (1977) – O Megalitismo em Portugal: Problemas e Perspectivas. In *Actas III Jornadas Arqueológicas, 1977*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol 1, p. 97-112.
- BAPTISTA, L.; OLIVEIRA, L.; SOARES, A. M. & GOMES, S. (2013) – Contributos para a discussão da construção da paisagem nas bacias das Ribeiras do Álamo e do Pisão (Beringel e Trigaches, Beja) entre o IVº e Iº milénios a.C. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. & GARCÍA CABEZAS, M. (eds.) – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, p. 791-827. Edição electrónica.
- BEGUIRISTÁIN GÚRPIDE, M. A. & VÉLAZ CIAURRIZ, D. (1999) Megalitos, paisaje y memoria. Un estado de la cuestión. *Memoria y civilización*, 2, p. 317-327.
- BETTENCOURT, A.; SILVA, A. M.; COSTA, C.; TERESO, S. & CRUZ, C. (2020, np) O dólmen do Cabeço dos Moinhos (Serra da Boa Viagem, Figueira da Foz, Portugal): contributo para o estudo das práticas funerárias pré-históricas do centro de Portugal.

- BOAVENTURA, R. (2006) – Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do *cluster* de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 61-74.
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- BOAVENTURA, R. (2011) – Chronology of megalithism in South-Central Portugal. *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*. 1, p. 159-190.
- BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T. & SILVA, A. M. (2013) – Perscrutando espólios antigos: a Anta de Sobreira 1 (Elvas). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 63-79.
- BOAVENTURA, R. & MATALOTO, R. (2013) – Entre mortos e vivos: nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 81-101.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; ANDRADE, M. A.; & NUKUSHINA, D (2014-2015) – *Estremoz 7* ou a Anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (Estremoz, Évora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5ª série, 4-5, p. 171-231.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; MOITA, P.; PEDRO, J. & PEREIRA, A. (2014) O “dólmen furado” da Candieira (Redondo): Novas investigações no século 21. In *Actas VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, p. 53-72.
- BRADLEY, R. (1993) – *Altering the Earth*. Edinburgh: Society of Antiquaries of Scotland. Monograph Series 8.
- BRADLEY, R. (1998) – *The Significance of the Monuments*. London: Routledge.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1989) – Cámaras simples en Extremadura. *XIX Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza. 1, p. 385-397.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1994) – La necrópolis de Santiago de Alcántara (Cáceres). Una hipótesis de interpretación para los sepulcros de pequeño tamaño del megalitismo occidental. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 60, p. 25-104.
- BUENO, P.; BARROSO, R.; BALBÍN, R. (2004) – Construcciones megalíticas avanzadas de la Cuenca Interior del Tajo. El núcleo cacereño. *SPAL*. Sevilla. 13, p. 83-112.
- BUENO, P., BALBÍN, R. & BARROSO, R. (2005) – *El dolmen de Azután (Toledo) Areas de habitación y áreas funerarias en la cuenca interior del Tajo*. UAH. Diputación de Toledo. Monografías 02.
- BUENO, P.; LINARES, J.A.; BALBÍN, R. & BARROSO, R. (ed.) (2019) – *Símbolos de la muerte en la Prehistoria Reciente del sur de Europa. El Dolmen de Soto, Huelva. España*. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura: Arqueología Monografías.
- CALADO, M. (1993) - *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal de Alandroal.
- CALADO, M. (1994) – A necrópole dolménica do Lucas (Terena, Alandroal). In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 125-131.
- CALADO, M. (2001) – *Da serra d’Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 19).
- CALADO, M. (2003) – Megalitismo, megalitismos: o conjunto neolítico do Tojal (Montemor-o-Novo). In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo*. *Actas do II Colóquio*

- Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 25), p. 351-369.
- CALADO, M. (2004) – *Menires do Alentejo Central. Génese e evolução da paisagem megalítica regional*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- CALADO, M. & BAIRINHAS, A. (1994) - O santuário pré-histórico da Horta da Ribeira (Redondo). *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 175-178.
- CALADO, M.; MATALOTO, R. (2001) – *Carta Arqueológica do concelho de Redondo*. Redondo: Câmara Municipal.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Verbo.
- CARDOSO, J. L. (2013) – Manuel Heleno (1894-1970). O Arqueólogo e o Professor Universitário à luz de documentação inédita. *Al-madan*. Almada. II série, 18, p. 131-146.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHO, A.F. (2008) – A gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e a sua importância no faseamento do Neolítico no território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 269-300.
- CARDOSO, J. L. (2020) – Funerary megalithism in the south of Beira Interior: architectures, spoils and cultural sequences. In BOAVENTURA, R. ; MATALOTO, R. & PEREIRA, A. (eds.), *Megaliths and Geology*. Oxford: Archaeopress Publishing Ltd., p. 25-40.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. & HENRIQUES, F. (2003) – Investigações recentes do megalitismo no sul da Beira Interior. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 21, p. 151-207.
- CARVALHO, A. F. (2007) – *A neolitização do Portugal meridional. Os exemplos do maciço calcário estremenho e do Algarve ocidental*. Tese para a obtenção do grau de doutor no ramo de Arqueologia, especialidade de Arqueologia Pré-Histórica. Policopiado.
- CARVALHO, A. F. (2013) – Estudo do espólio funerário em pedra lascada da necrópole de hipogeus neolíticos de Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja). In VALERA, A. C. (ed.) – *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica (ERA Monográfica, 1), p. 71-85.
- CARVALHO, A. F., ed. (2014) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 17).
- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto cave (Santarém). *SPAL*. Sevilla. 24, p. 35-63.
- CARVALHO, A. F. & ROCHA, L. (2016) – Datação directa e análise de paleodietas dos indivíduos da anta de Cabeceira 4ª (Mora, Portugal). *digitAR. Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*, nº. 3, p. 53-61.
- CORREIA, V. (1921) – *El Neolítico de Pavia (Alentejo, Portugal)*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales (edição fac-similada, 1999).
- COSTA, F. A. P. (1868) – *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- CRUZ, C.; BETTENCOURT, A.; CALLAPEZ, P.; SILVA, L. & MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2014) – Materiais de construção e materiais líticos nas práticas funerárias neolíticas da serra da Boa Viagem (centro-oeste de Portugal). O caso do monumento megalítico do Cabeço dos Moinhos, Figueira da Foz. In BETTENCOURT, A.; REY, B.; SAMPAIO, H. & SÁ, E. *Corpos e metais na fachada atlântica da Ibéria: do Neolítico à Idade do Bronze*. Braga: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, p. 9-32.

- DINIZ, M. (2000) – Neolitização e megalitismo: arquitecturas do tempo no espaço. In GONÇALVES, V. S., (ed.), *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 16), p. 105-116.
- DINIZ, M. (2007) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior/Sul de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 48).
- ESPANCA, J. J. R. (1894) – *Estudos sobre as antas e seus congéneres: dissertação archeologica*. Vila Viçosa: Câmara Municipal.
- ERIKSEN, P. & ANDERSEN, N. H. (2016) Dolmens without mounds in Denmark. In: LAPORTE, L. & SCARRE, C. (eds.), *The Megalithic Architectures of Europe*. Oxbow Books: Oxford, pp. 79–87.
- FERREIRA, O. V. & CAVACO, A. R. (1952) – O monumento pré-histórico de Lousal (Grândola). *Comunicações dos Serviços Geológicos*. Lisboa. 33, p. 247-255.
- FERREIRA, O. V.; ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. & SOUSA, H. R. (1975) – Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès Montum, Melides. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 59, p. 107-192.
- FONTES, J. (2012) – *Da «pobre vida» à Congregação da Serra de Ossa: génese e institucionalização de uma experiência eremítica (1366-1510)*. Dissertação de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- GOMES, L. F.; CARVALHO, P. S.; PERPÉTUO, J. M. & MARRAFA, C. (1998) – O Dólmen de Areita (S. João da Pesqueira, Viseu). *Actas do Colóquio “A Pré-História na Beira Interior”* (Tondela, Nov. 1997). Viseu, p. 33-93
- GOMES, M. V. (1994) – Menires e cromeleques no complexo cultural megalítico português – trabalhos recentes e estado da questão. *Actas do Seminário “O Megalitismo no Centro de Portugal”*. Viseu, p. 317-342.
- GOMES, M. V. (2008) – Castelo Belinho (Algarve, Portugal) and the first Southwest Iberian villages. In DINIZ, M. (ed.), *Early Neolithic in the Iberian Peninsula. Regional and transregional components*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 1857), p. 71-78.
- GOMES, M. V. (2012) – Early Neolithic Funerary Practices in Castelo Belinho’s Village (Western Algarve, Portugal). In GIBAJA, J. F.; CARVALHO, A. F. & CHAMBON, Ph. (eds.), *Funerary Practices in the Iberian Peninsula from the Mesolithic to the Chalcolithic*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2417), p. 113-123.
- GONÇALVES, V. S. (1992) – Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz. Lisboa: UNIARQ.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – Reguengos de Monsaraz: Territórios megalíticos. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- GONÇALVES, V. S. (2013) – No limite oriental do Grupo Megalítico de Reguengos de Monsaraz. Évora: EDIA/DRCALLEN (Memórias d’Odiviana, 2ª série, 4).
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. & MARCHAND, G. (2013) – Na margem do grande Rio. Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras sociedades camponesas no Guadiana médio. Évora: EDIA/DRCALLEN (Memórias d’Odiviana, 2ª série, 12).
- GUILAINE, J. (1996) – Proto-mégalthisme, rites funéraires et mobiliers de prestige neolithiques en Méditerranée Occidentale. *Complutum*. Madrid. Extra 6 (1), p. 123-140.
- HAAK W.; LAZARIDIS I.; PATTERSON, N.; ROHLAND, N.; MALLICK S.; LLAMAS, B.; BRANDT, G.; NORDENFELT, S.; HARNEY, E. & STEWARDSON, K. *et al.* (2015) – Massive migration from the steppe was a source for Indo-European languages in Europe. *Nature*, 522, p. 207–211.

- HANSEN, S. (2012) –The Archaeology of Power. In T. Kienlin, A. Zimmermann (Eds.), *Beyond Elites. Alternatives to hierarchical Systems in modelling social formations*. Bonn, p. 213-223.
- HENRIQUE DE SANTO ANTÓNIO (Frei) (1745) – *Crónica dos Eremitas da Serra de Ossa*. Lisboa: Oficina de Francisco da Silva.
- INÁCIO, N.; OLIVEIRA, M.; FERREIRA, T. & ALEGRE, L. (2013) – A valorização do Património megalítico do Lousal (Grândola). *Arqueologia em Portugal 150 anos. Actas do I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, p. 203-209.
- JORGE, V. O. (1983-1984) – *Megalitismo do Norte de Portugal: um novo balanço*. Portugalia. Porto. Nova série, 4-5, p. 37-47.
- JORGE, V. O. (1986) – Polymorphisme des tumulus préhistoriques du Nord du Portugal: le cas d'Aboboreira. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 86: 3, p. 177-182.
- KALB, Ph. (1989) – O Megalitismo e a neolitização no oeste da Península Ibérica. *Arqueologia*. Porto. 20, p. 33-48.
- KALB, P. (1996) – Megalith-building, stone transport and territorial markers: evidence from Vale de Rodrigo, Évora, south Portugal. *Antiquity* 70, p. 683-685.
- KALB, P. & HÖCK, M. (2011) – Vale de Rodrigo 3. Construction of Chamber and Tumulus. In MEURERS-BALKE, J. & SCHÖN, W. (Hrsg.): *Vergangene Zeiten - LIBER AMICORUM*. Gedenkschrift für Jürgen Hoika. *Archäologische Berichte* 22, p. 87-95.
- LEISNER, G. (1940) - O dólmen de falsa cúpula de Vale-de-Rodrigo. *Biblos*. Coimbra, 20, p. 23-52
- LEISNER, G. (1949) – *Antas dos arredores de Évora*. Évora: Edições Nazareth (Separata de *A Cidade de Évora*, 15-16, 17-18).
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura (reeditado por Uniarq/INIC, 1985).
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1955) – *Antas nas Herdades da Casa de Bragança no Concelho de Estremoz*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança/Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1956) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1: 2.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *El Guadalperal. Madrider Mitteilungen*. Heidelberg, 1, p. 20-73.
- LEISNER, V. (1966) – Die Verschiedenen Phasen des Neolithikums in Portugal. *Palaeohistoria*. Groningen. 12, p. 363-372.
- LEISNER, V. (1983) – As diferentes fases do Neolítico em Portugal. *Arqueologia*. Porto. 7, p. 7-15.
- MARTIÑON-TORRES, M. (2001) – Los megalitos de término. Crónica del valor territorial de los monumentos megalíticos a partir de las fuentes escritas. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 58 (1), p. 95-108.
- MATALOTO, Rui (2007) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto-alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10 (1), p. 123-140.
- MATALOTO, R. (2019) – Valdanta: o vale da anta que nunca foi... *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 22, p. 31-42.

- MATALOTO, R.; ANDRADE, M. & PEREIRA, A. (2016-2017) – O Megalitismo das pequenas antas: novos dados para um velho problema... *A Rui Boaventura. Homenagem à sua Memória*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 33-156 (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 23).
- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2009) – Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12: 2, p. 31-77.
- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2010) – Anta da Vidigueira (Freixo, Redondo): intervenção de caracterização. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13: 1, p. 5-24. MATALOTO, R.; ROCHA, L. (2007) – O monumento ortostático do Caladinho (Redondo, Alentejo Central). In *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Aljustrel: Câmara Municipal, p. 107-116.
- MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R.; NUKUSHINA, D.; VALÉRIO, P.; INVERNO, J.; SOARES, R. M.; RODRIGUES, M. & BEIJA, F. (2015) – O sepulcro megalítico dos Godinhos (Freixo, Redondo): usos e significados no âmbito do Megalitismo alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 18, p. 55-79.
- MATALOTO, R. & ROCHA, L. (2007) – O monumento ortostático do Caladinho (Redondo, Alentejo Central). In *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Aljustrel: Câmara Municipal, p. 107-116.
- MOITA, I. N. (1956) – Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, 3, p. 135-176.
- MONTEAGUDO, L. (1954) – Nombres de túmulos y dólmenes en Galicia y Portugal. *Revista de Filología Española*, 38, p. 100-115.
- MOREIRA, I. & CALADO, J. (2010) - *Testamento de Catarina Pires Folgada (1408)*. Redondo: Santa Casa da Misericórdia.
- OLALDE, I.; SCHROEDER, H.; SANDOVAL-VELASCO, M.; VINNER, L.; LOB, I.; RAMIREZ, O.; CIVIT, S.; GARCÍA BORJA, P.; SALAZAR-GARCÍA, D.; TALAMO, S.; FULLOLA, J.; OMS, F.; PEDRO, M.; MARTÍNEZ, P.; SANZ, M.; DAURA, J.; ZILHÃO, J.; MARQUÈS-BONET, T.; GILBERT, M. & LALUEZA-FOX, C. (2015) – A Common Genetic Origin for Early Farmers from Mediterranean Cardial and Central European LBK Cultures. *Molecular Biology and Evolution*, September, p. 1-11.
- OLIVEIRA, C. (2001) – *Lugar e Memória. Testemunhos Megalíticos e Leituras do Passado*. Lisboa: Ed. Colibri.
- OLIVEIRA, J. (1998) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Edições Colibri.
- PARREIRA, R. (1996) – *O conjunto megalítico do Crato (Alto Alentejo): contribuição para o registo das antas portuguesas*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.
- RENFREW, C. (1976) – Megaliths, territories and populations. In DE LAET, S. (coord.) – *Acculturation and continuity in Atlantic Europe mainly during the Neolithic period and the Bronze Age: IV Atlantic Colloquium, Ghent, 1975*. Bruges: De Tempel, p. 198-220.
- ROCHA, L. (1999) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-história regional*. Mora: Câmara Municipal de Mora.
- ROCHA, L. (2005) – *Estudo do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- ROCHA, L. (2007) – O monumento megalítico do Lucas 6 (Hortinhas, Alandroal): um contributo para o estudo das arquitecturas megalíticas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10 (1), p. 73-93.

- ROCHA, L. (2015) – The funerary Megalithic of Herdade das Murteiras (Évora, Portugal): The (Re)use of the spaces. In ROCHA, L.; BUENO, P. & BRANCO, G. - *Death as Archaeology of Transition: Thoughts and Materials*. BAR International Series 2708, p. 221-230.
- ROCHA, L. & DUARTE, C. (2009) – Megalitismo funerário no Alentejo Central: os dados antropológicos das escavações de Manuel Heleno. In POLO CERDÁ & GARCÍA-PRÓSPER, E. (eds.) – *Investigaciones histórico-médicas sobre salud y enfermedad en el pasado. Actas del IX Congreso Nacional de Paleopatología*. València: Grupo Paleolab & Sociedad Española de Paleopatología, p. 763-781.
- SAVORY, H. N. (1969) – *Espanha e Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.
- SCARRE, Ch. (1992) – The Early Neolithic of Western France and Megalithic Origins in Atlantic Europe. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 11 (2), p. 121-154.
- SCARRE, C. (2016) – Accident or design? Chambers, cairns and funerary practices in Neolithic western Europe. In: LAPORTE, L. & SCARRE, C. (eds) *The Megalithic Architectures of Europe*. Oxbow Books: Oxford, p. 69-78.
- SEGOVIA, M. L.; LEGAZ, S. & SEGOVIA, F. (2016) – Análisis estructural de la cúpula de la cámara grande de Montelirio. In FERNÁNDEZ, Á.; GARCIA, L. & DÍAZ-ZORITA, M. (eds), *Montelirio – Un gran monumento megalítico de la Edad del Cobre*. Arqueología-Monografías. Junta de Andalucía, p. 165-172.
- SHERRATT, A. (1990) – The génesis of Megaliths: Monumentality, ethnicity and social complexity in Neolithic North-west Europe. *World Archaeology*. 22 (2), p. 147-167.
- SILVA, C. T. (1987) – Megalitismo do Alentejo Ocidental e do Sul do Baixo Alentejo (Portugal). *Actas de la Mesa Redonda EI Megalitismo en Ia Península Ibérica*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 85-93.
- SILVA, C. T. (1997) – O Neolítico antigo e a origem do Megalitismo no Sul de Portugal. In RODRIGUEZ CASAL, A. (dir.) – *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega/ Universidade de Santiago de Compostela, p. 575-585.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1983) – Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo Litoral: A sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 1, p. 63-88.
- SILVA, J. P. (1878) – Novos monumentos megalithicos em Portugal. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archaeologos Portuguezes*. Lisboa. Série II, 2 (6), p. 90-91.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1976-1977) – O monumento megalítico da Palhota (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2/3, p. 109-150.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 9/10, p. 37-88.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (2000) – Protomegalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas. In GONÇALVES, V. S. (ed.), *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 16), p. 117-134.
- SOARES, J. (2010) – Dólmen da Pedra Branca. Datações radiométricas. *Musa*. Setúbal. 3, p. 70-82.
- THOMAS, J. (1991) - *Rethinking the Neolithic*. Cambridge: Cambridge University Press.
- THOMAS, J. (1996) – *Time, Culture and Identity*. London: Routledge.
- TILLEY, C. (1994) – *A Phenomenology of Landscape. Places, paths and monuments*. Oxford: Berg.
- VALERA, A. C., ed. (2013) – *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica (ERA Monográfica, 1).

- VALERA, A. C., SILVA, A. M., CUNHA, C. & EVANGELISTA, L. S. (2014) – Funerary practices and body manipulation at Neolithic and Chalcolithic Perdigões ditched enclosures (South Portugal). In VALERA, A. C. (ed.), *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe* (Proceedings of the International Meeting held at the Gulbenkian Foundation, Lisbon, Portugal, November 2012), British Archaeological Reports International Series 2676, Archaeopress, Oxford, p. 37-57.
- VALERA, A. C.; FIGUEIREDO, M.; LOURENÇO, M.; EVANGELISTA, L.; BASÍLIO, A. C. & WOOD, R. (2019) – *O Tholos de Cardim 6. Porto Torrão, Ferreira do Alentejo* (Beja). Era Monográfica 3.
- VALERA, A. C. & FILIPE, V. (2012) - A necrópole de hipogeus do Neolítico Final do Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa). *Açontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 8, p. 29-42.
- VASCONCELOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. 1.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. (1942) – Arqueologia pré-histórica do concelho de Monchique. *Ethnos*. Lisboa. 2, p. 369-389.
- VIJANDE VILA, E. (2009) – El poblado de Campo de Hockey (San Fernando, Cádiz): resultados preliminares y líneas de investigación futuras para el conocimiento de las formaciones sociales tribales en la Bahía de Cádiz (tránsito V-IV milenios a.n.e.). *Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*. Cádiz. 11, p. 265-284.
- VILAÇA, R. (1988) – *Subsídios para o estudo da Pré-História recente do Baixo Mondego*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural (Trabalhos de Arqueologia; 5).

## **A OFICINA CAMPANIFORME DE INSTRUMENTOS DE SÍLEX DO ALTO DO CIDREIRA, CASCAIS<sup>1</sup>**

### ***THE BEAKER WORKSHOP OF FLINT INSTRUMENTS IN ALTO DO CIDREIRA, CASCAIS***

Nuno Neto\*, Paulo Rebelo\* & João Luís Cardoso\*\*

#### **Abstract**

The excavations carried out in Alto do Cidreira, Cascais, in 2007 led to the identification of a domestic unit implanted at the top of a south-facing slope, constituted by a fireplace protected from the NW winds by a possible windbreak. These two structures were located in the open air, certainly in the vicinity of a hut that was not identified during the excavation.

The almost exclusive occurrence of incised beaker ceramics and from where the fine productions associated to maritime vases are completely absent has parallels in other domestic sites spread across the fertile region located along the north bank of the Tagus mouth and corresponds to the less differentiated segment of the population, whose elites, associated with fine productions, would occupy the fortified villages of the region, such as that of Leceia.

This is the first evidence of a beaker workshop specialized in the preparation of artefacts identified in Portuguese territory, as indicated by the hundreds of chipping flakes from flint cores, an abundant raw material obtained in the Cretaceous formations of the surrounding region, often exhibiting heat treatment. This feature explains the existence of the identified combustion structure.

To reinforce this conclusion, two sketches of artefacts were collected, which are added to the few flint instruments identified whose remarkable diversity is explained by the fact that they correspond to the set used by the specialized community that during a short period of time frequented this place.

## **1 - INTRODUÇÃO**

No âmbito da elaboração de um estudo de salvaguarda do sítio arqueológico romano do Alto do Cidreira (Cascais) – Imóvel Classificado como de Interesse Público (Decreto-Lei n.º 26-A/92, de 1 de Junho), bem como a requalificação urbana da zona de Carrascal de Alvide, foi solicitada pela Câmara Municipal de Cascais aos proprietários dos imóveis situados dentro da Zona Especial de Protecção da *Villa* romana do Alto do Cidreira a execução de trabalhos arqueológicos, que possibilitassem a avaliação do potencial arqueológico do local tendo em vista a posterior definição das áreas susceptíveis de serem urbanizadas.

---

<sup>1</sup> A redacção deste trabalho foi assegurada pelo terceiro signatário, recorrendo a informação fornecida pelos dois primeiros signatários no respeitante aos resultados obtidos na escavação, por estes dirigida, incluindo plantas e fotografias. Os desenhos dos espólios arqueológicos são da autoria de Filipe Martins.

\* Neoépica, Lda. neoepica@gmail.com

\*\* Universidade Aberta e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).  
cardoso18@netvisao.pt

Os trabalhos arqueológicos realizaram-se em 2007 e dividiram-se em várias fases, consistindo a primeira em trabalhos de desmatamento e prospecção, seguidos da abertura de valas mecânicas de diagnóstico. No seguimento destas valas foi possível identificar diversos vestígios arqueológicos, de entre os quais se destaca o troço de um canal de condução de água e um poço, ambos de época romana, bem como uma necrópole dos séculos III/IV d.C. Na área objecto do presente estudo, a época pré-histórica está representada por estrutura campaniforme atribuível a um abrigo/cabana, que é o objecto deste estudo.

## 2 - LOCALIZAÇÃO E AMBIENTE ARQUEOLÓGICO ENVOLVENTE

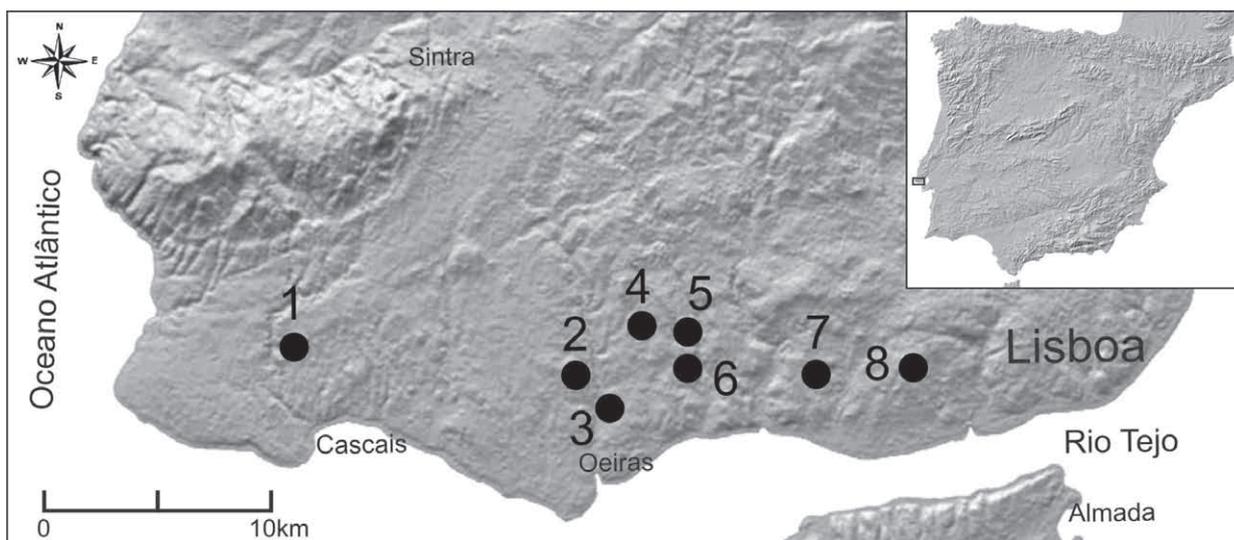
O local interessado por este estudo situa-se no limite Este do artigo matricial n.º 3906-Oeste, no denominado Bairro do Pocinho, com as seguintes coordenadas geográficas: latitude: 38°43'17"N; longitude: 9°25'24"W; altitude: 109 m (Fig. 1).

Trata-se de área de suave pendor para sul, adjacente ao Alto do Cidreira, pequeno outeiro onde se implanta parte da *villa* romana do mesmo nome, correspondente a afloramentos do Cretácico (Cenomaniano inferior e médio).

Na região envolvente, não são raras as ocorrências comparáveis da mesma época e contendo o mesmo tipo de produções cerâmicas campaniformes, dominadas pela técnica incisa (Fig. 2).



Fig. 1 - Imagem satélite do local em análise (a vermelho) com localização da *villa romana* do Alto do Cidreira (a azul).



**Fig. 2** – Localização das principais estações campaniformes da região ribeirinha da margem norte da foz do Tejo com presença dominante ou exclusiva das produções cerâmicas incisas. 1 – Alto do Cidreira; 2 – povoado de Freiria; 3 – gruta funerária da ponte da Laje; 4 – casal agrícola de Leião; 5 – cabana EN do povoado fortificado de Leceia; 6 – casal agrícola do Monte do Castelo; 7 – Casal de Barronhos; 8 – povoado de Montes Claros.

Sendo possível que a única estrutura habitacional identificada e escavada seja apenas uma de várias existentes na área em causa, o local mais próximo onde se identificaram estruturas habitacionais coevas corresponde ao povoado campaniforme aberto de Freiria, também ele situado numa suave encosta com pendor para sul (CARDOSO; CARDOSO & ENCARNACÃO, 2013). É muito provável que a necrópole deste povoado correspondesse à gruta da Laje, dada a semelhança tipológica dos espólios campaniformes recolhidos (CARDOSO, 2013). Já no vizinho concelho de Oeiras, assinala-se, com implantação comparável, o Monte do Castelo, correspondente à presença de um pequeno casal agrícola campaniforme, das vários que ali poderiam também ter existido (CARDOSO; NORTON & CARREIRA, 1996). Este local situa-se cerca de 700 m para sul do importante povoado fortificado de Leceia, onde uma das duas cabanas campaniformes exploradas na área extramuros se caracterizava pela presença exclusiva das produções campaniformes incisas (CARDOSO, 1997/1998); mais para nascente, na estação de Casal de Barronhos, que se implantava nas férteis terras basálticas da encosta direita da ribeira de Algés, recolheu-se profuso conjunto de produções decoradas campaniformes, nas quais as produções incisas se encontram bem representadas, a par da técnica a ponteados (CARREIRA; CARDOSO & LOPES, 1996). Enfim, já no vizinho concelho de Lisboa merece destaque o povoado de Montes Claros, situado no topo de uma elevação dominando a embocadura do Tejo, onde o notável conjunto cerâmico campaniforme ali identificado é igualmente dominado pelas produções incisas (CARDOSO, 1995; HARRISON, 1977; JALHAY; PAÇO, A. do & RIBEIRO, L., 1944; JALHAY & PAÇO, 1947).

Pode assim concluir-se que a ocupação doméstica campaniforme identificada em 2007 no Alto do Cidreira e agora objecto de estudo, se integra numa rede de povoamento que abarcaria as encostas dos outeiros ribeirinhos da margem norte do estuário do Tejo, caracterizada por pequenos casais agrícolas dispersos, ou povoados abertos, implantados em solos férteis, calcários ou basálticos, cuja exploração agro-pecuária era destinada ao auto-abastecimento, incluindo a satisfação das necessidades alimentares das populações que, ao longo de toda a segunda metade do 3.º milénio a.C. ocupavam os povoados fortificados, de que se destaca, no espaço geográfico em causa, o de Leceia (CARDOSO, 2014).

### 3 – TRABALHOS REALIZADOS, RESULTADOS OBTIDOS

A intervenção arqueológica decorreu entre os meses de Abril e Agosto de 2007 estando a cargo da empresa Neoépica, Lda. e foi realizada até ao substrato geológico, com recurso a meios manuais, por decapagem de camadas arqueológicas com o registo de todas as unidades estratigráficas identificadas.

Os trabalhos iniciaram-se com a abertura de valas preliminares de diagnóstico, que permitiram a identificação de estruturas pétreas cuja escavação se efectuou numa segunda fase através de escavação em extensão. Esta foi realizada por camadas artificiais de cerca de 10 cm, sendo crivadas todas as terras, registadas as estruturas identificadas e geo-referenciados todos os utensílios pré-históricos recolhidos.

#### 3.1 – Estratigrafia e estruturas arqueológicas

Aquando da abertura das valas preliminares de diagnóstico foi identificado um alinhamento de pedras, cujos níveis superiores apresentavam materiais cerâmicos rolados, de cronologia romana a contemporânea, bem como escassos espólios pré-históricos. Os níveis inferiores, junto à base do alinhamento forneceram algum material lítico e cerâmico pré-histórico. A esta área atribuiu-se a denominação de sondagem III, tendo os trabalhos nela realizados conduzido à identificação de duas etapas bem diferenciadas:

Fase 2 – logo sob a camada superficial [300], encontrou-se a camada [301]. Os materiais cerâmicos recolhidos integram-se no período romano (cerâmica comum e cerâmica de construção) e apresentam-se rolados ou muito rolados, juntamente com materiais de cronologia contemporânea e pré-histórica. Trata-se, pois, de depósitos modernos, integrando materiais de várias épocas.

Fase 1 – sob os depósitos modernos encontraram-se contextos não remexidos de cronologia pré-histórica. A sua escavação levou à identificação de uma estrutura reportável a um pára-vento associado a uma lareira, de época campaniforme, tendo consideração a decoração e tipologia dos materiais cerâmicos associados.

Os níveis superiores do contexto pré-histórico assim identificado embalavam, a par de materiais pré-históricos, abundantes elementos pétreos, distribuídos de forma caótica, que deviam corresponder ao derrube da parte mais alta da correspondente estrutura habitacional. Com a remoção deste nível de derrube, identificou-se um alinhamento de elementos de calcário, de arenito e de rocha básica com disjunção esferoidal com orientação NE-SW, o qual pode ser interpretado como pára-vento. Do seu lado SE foi aberta uma “cuvette” de forma circular, escavada no substrato rochoso, definida na Fig. 3 por duas linhas curvas, reproduzindo em planta a sua profundidade; no interior da mesma, identificaram-se três buracos de poste, assinalados na Fig. 4, possuindo tamanhos muito distintos, os quais terão servido de suporte a uma estrutura em material perecível. Num dos buracos de poste foi registada *in situ* uma lasca que terá servido de cunha. No lado norte da “cuvette” e ocupando a sua parte mais funda, observou-se uma estrutura de combustão, de contorno irregular, tendencialmente sub-circular, constituída por diversos elementos pétreos, igualmente irregulares e heterométricos, assinalados com sobrecarga cinzenta na Fig. 4. Junto desta estrutura de combustão registou-se uma fina camada de cinzas e carvões, onde se recolheu material para datação pelo radiocarbono.

Deste modo, os três buracos de poste abertos no interior da “cuvette” onde se instalou a referida estrutura de combustão devem relacionar-se com a montagem de um tripé, provavelmente para suspender produtos cozinhados sobre o fogo, ou um dispositivo destinado ao prévio aquecimento dos blocos de sílex ulteriormente lascados.



**Fig. 3** – Alto do Cidreira. Vista geral das unidades estratigráficas [303], [311] e [316]. Destaca-se a estrutura de combustão observada no limite NE da estrutura linear correspondente a possível pára-vento.

Os materiais cerâmicos recolhidos na adjacência ou no enchimento destas estruturas – pára-vento e lareira – apresentam-se com fracturas vivas, sem sinais de rolamento, tendo-se mesmo recolhido fragmentos de grandes dimensões, alguns dos quais possibilitaram colagens. Este tipo de dados permite-nos concluir que estamos perante contextos pouco revolvidos, com um enquadramento cultural e cronológico fiável.

O alinhamento de blocos identificado, com cerca de 3 m de comprimento e orientação aproximada NE-SW é compatível com o embasamento de um pára-vento, que protegeria a estrutura de combustão instalada do seu lado SE dos ventos dominantes de NW, na hipótese, como tudo indica, de o conjunto se situar a céu aberto. A ser assim, o mesmo relacionar-se-ia com uma cabana, que deveria situar-se nas imediações, podendo corresponder a uma unidade de planta circular como as identificadas no vizinho povoado de Freiria, as quais possuíam lareiras interiores (CARDOSO; CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013), ou a cabana de planta elipsoidal, como as identificadas em Leceia, na área extramuros do recinto fortificado (CARDOSO, 1997/1998).

### 3.2 – Espólios arqueológicos e seu significado

#### 3.2.1 – Indústria de pedra lascada

Na Fig. 4 indica-se a localização dos instrumentos de pedra lascada recolhidos no contexto habitacional acima descrito e na Fig. 5 reproduz-se a totalidade daqueles exemplares. Embora em escasso número, a maioria deles concentrava-se do lado sul e exterior ao espaço correspondente à estrutura habitacional identificada, sugerindo que a área de trabalho se situava nessa zona.

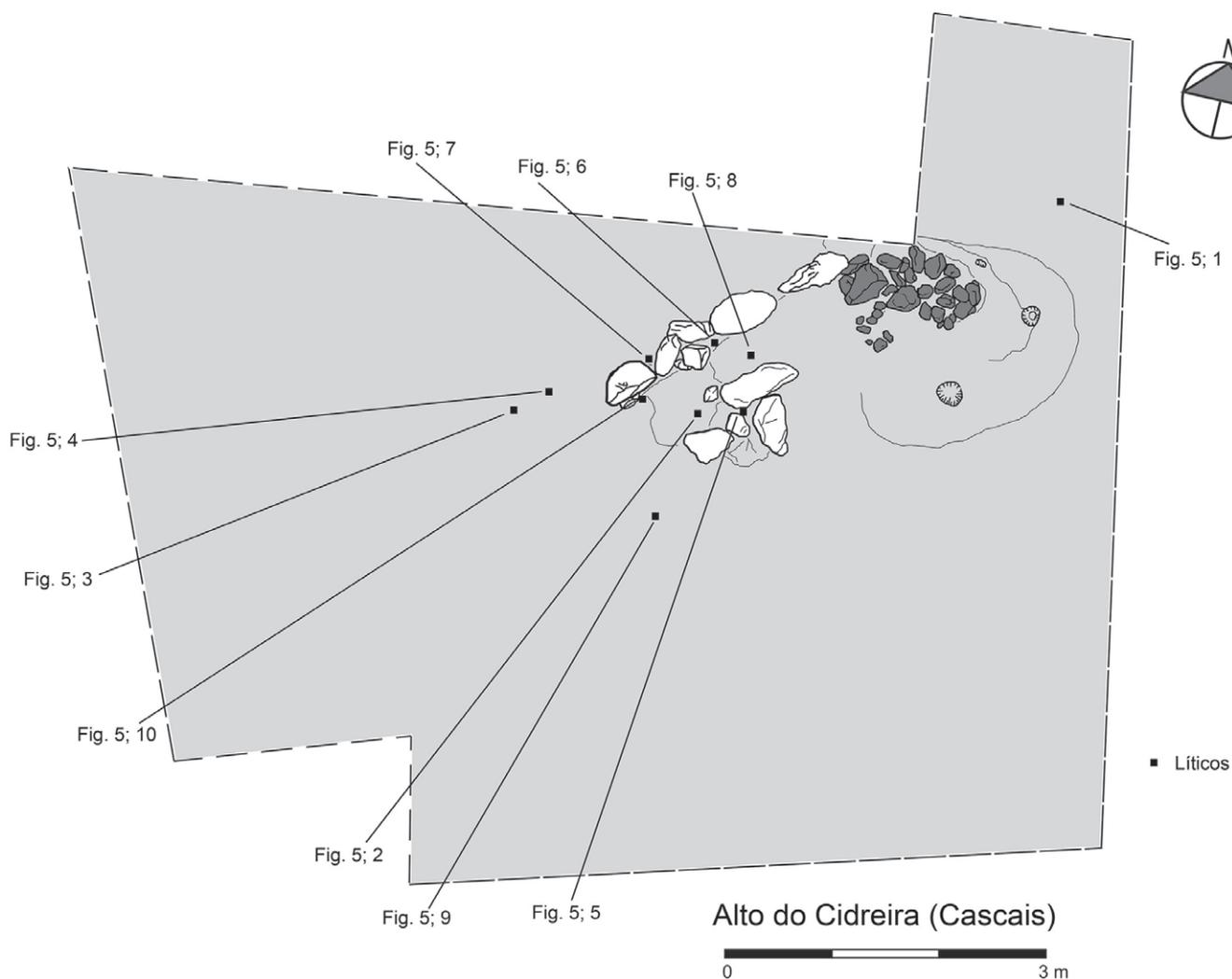


Fig. 4 – Alto do Cidreira. Localização dos utensílios de pedra lascada na planta da área intervencionada.

Está comprovado o talhe intenso no local do sílex, como indica as centenas de subprodutos de talhe recolhidos, representados por esquírolas e rebotalhos, com a presença frequente de exemplares com vestígios de tratamento térmico, o qual se pode relacionar com a estrutura de combustão identificada e abaixo descrita. Em reforço desta hipótese, pode invocar-se a presença de um núcleo de lamelas (Fig. 5, n.º 6), de sílex rosado, e sobretudo a ocorrência de dois esboços de instrumentos: uma possível ponta de seta inacabada de sílex cinzento (Fig. 5, n.º 8) e uma folha bifacial de contorno sub-rectangular, igualmente inacabada (Fig. 5, n.º 9). Estas duas peças, face à exígua amostra de utensílios recolhidos, reforça a importância do local como oficina de preparação de artefactos líticos, sublinhada pela já referida abundância de subprodutos de talhe recolhidos.

Contrastando com a abundância dos subprodutos de talhe, o número de utensílios recolhidos é muito escasso, apesar da sua assinalável diversidade pois apenas se identificaram as seguintes peças: uma lamela (Fig. 5, n.º 4), de sílex branco; um fragmento de lâmina retocada e incompleta numa das extremidades (Fig. 5, n.º 3); uma lasca laminar com ambos os bordos retocados por levantamentos sobretudo inversos (Fig. 5, n.º 5), de sílex rosado; um furador alongado totalmente retocado ao longo de ambos os bordos laterais, com ponta

espessa, de sílex castanho (Fig. 5, n.º 7); uma pequena lasca com bordo distal denticulado (Fig. 5, n.º 1); um fragmento de folha bifacial incompleta, de base plana (Fig. 5, n.º 10); e, por último, uma lasca alongada com bordo finamente denticulado ostentando “brilho de cereal” (Fig. 5, n.º 2). Tais são os instrumentos que se encontravam em uso pelo pequeno grupo que ocupou o espaço doméstico em apreço.

O exemplar com bordo finamente serrilhado e “lustre de cereal” junta-se a outros, de bordo mais ou menos serrilhado, conhecidos em diversos contextos calcolíticos e cuja atribuição a elementos de foice se encontra

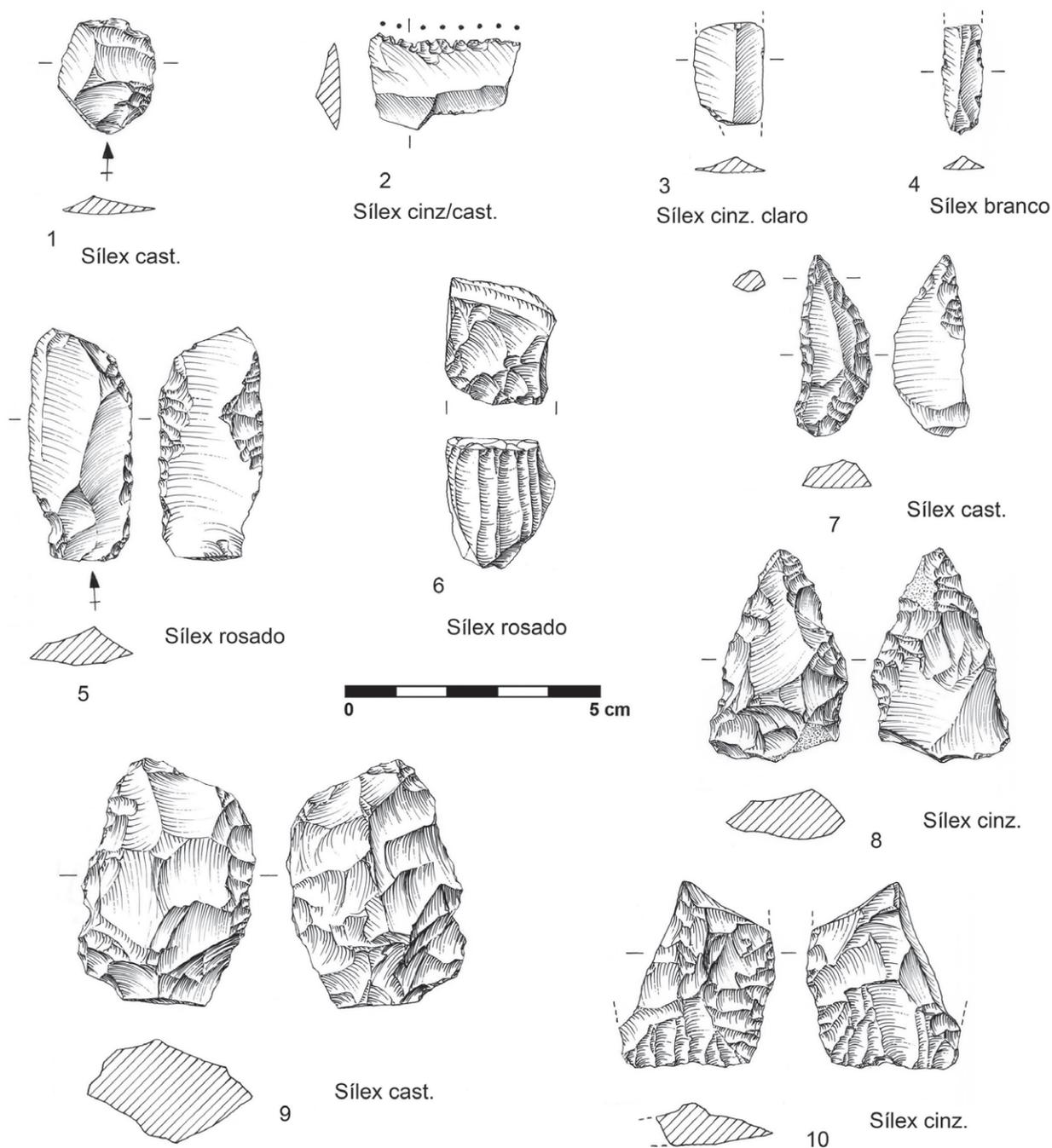


Fig. 5 – Alto do Cidreira. Indústria de pedra lascada, executadas sobre sílex de origem local ou regional. Desenhos de F. Martins.

fundamentada pela sua semelhança com os gumes serrilhados das lascas que, no Bronze Final, serviam àquela finalidade. Em contextos campaniformes citam-se, entre outros paralelos, as duas lâminas com bordo serrilhado e “brilho de cereal”, de Freiria (CARDOSO; CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013, Fig. 8, n.ºs 15 e 27), para além de mais dois exemplares de pequenas dimensões e bordos direitos (op. cit., Fig. 8, n.ºs 24 e 25) e o conjunto de duas lâminas recolhidas ainda em conexão, por certo originalmente inseridas no mesmo cabo, também com gumes fortemente serrilhados, encontradas em depósito de uma alabarda identificado no povoado dos Perdigões (VALERA; BOTTAINI & BASÍLIO, 2020, Fig. 5). Em contextos calcolíticos, com ou sem campaniforme, são de mencionar os exemplares laminares com um dos bordos fortemente serrilhado recolhidos no povoado fortificado de Vila Nova de S. Pedro (JALHAY & PAÇO, 1945, Fig. 11, n.º 42 a 47), bem como diversas lâminas oriundas de Leceia, as quais, embora desprovidas de serrilhado, ostentam o característico “brilho de cereal” num dos bordos laterais (CARDOSO & MARTINS, 2013, Fig. 28, n.º 17), indício da sua utilização como elemento de foice, recolhido em contexto do Neolítico Final, o qual permite traçar um elo de ligação para os pequenos exemplares do Neolítico Antigo, que integravam as mais antigas foices do Ocidente peninsular (CARVALHO; CARDOSO & GUIBAJA, 2013). Pode, assim, considerar-se como inovação tecnológica a introdução da serrilha, no decurso do Calcolítico, em exemplares laminares destinados a serem utilizados como elemento de foice, inovação que persistiu até ao Bronze Final, embora tratando-se neste caso de exemplares exclusivamente sobre lasca.

### 3.2.2 – Indústrias cerâmicas

#### 3.2.2.1 – Cerâmicas lisas

Na Fig. 6 apresenta-se a distribuição espacial pela área escavada das produções de cerâmicas lisas, na Fig. 7 a tipologia dos recipientes que foi possível identificar com base na sua reconstituição gráfica e na Fig. 8 a respectiva distribuição quantificada por tamanhos.

Apenas um recipiente, correspondente a vaso esférico (Fig. 7, n.º 6), se apresentava em condições de poder ser completamente definido, recolhido, por certo relacionado com a estrutura de combustão identificada, dado ter sido recolhido na área imediatamente adjacente à mesma.

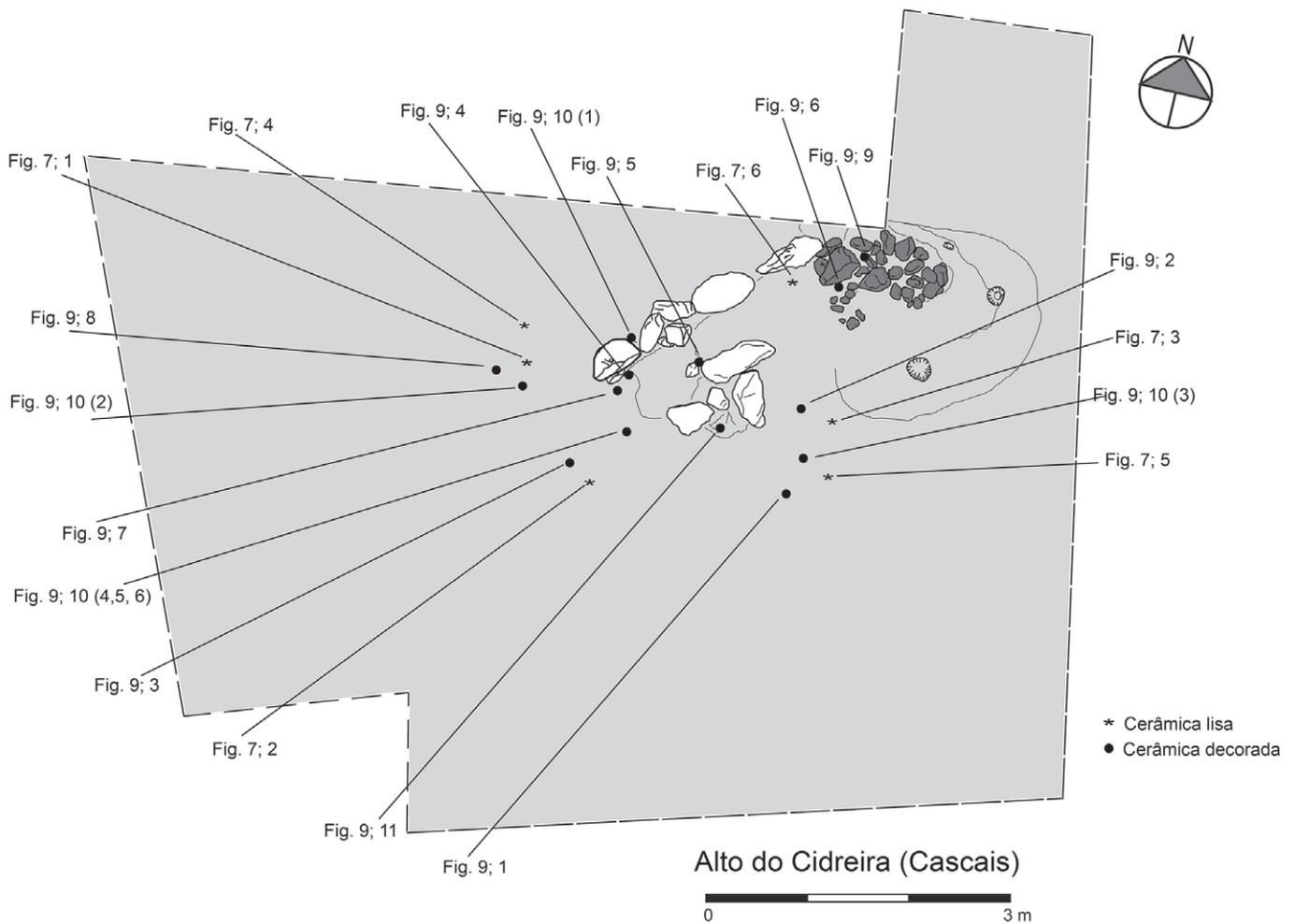
É interessante notar que a maioria dos fragmentos de recipientes cerâmicos recolhidos se distribuem na área circundante da estrutura, concentrando-se do seu lado S, sugerindo que as actividades domésticas, designadamente o consumo de alimentos e os consequentes despejos se concentrariam desse lado, tal como se verificou com os produtos líticos.

No conjunto dos 34 fragmentos com recorte tipológico definido, a maioria pertence a vasos esféricos com dimensões médias, inferiores a 20 cm, encontrando-se a outra forma fechada representada por vasos campaniformes lisos, o que perfaz um total de 19 fragmentos correspondentes a formas fechadas.

As outras duas formas identificadas correspondem a variantes taça em calote; a mais abundante está representada por 11 exemplares de paredes finas, provavelmente destinadas a beber; a outra variante, mais grosseira, com apenas 4 exemplares compulsados, destinar-se-ia provavelmente à confecção de alimentos, provavelmente à base de farináceos, hipótese que é compatível com as maiores dimensões dos exemplares, pois dois deles possuem diâmetros entre 20 e 40 cm.

A panóplia assim caracterizada corporizará o conjunto dos recipientes em uso pela pequena comunidade que ocupou o espaço em apreço.

A este conjunto somam-se as produções cerâmicas decoradas.



**Fig. 6** – Alto do Cidreira. Localização das produções cerâmicas, lisas e decoradas, na planta da área intervencionada.

### 3.2.2.2 – Cerâmicas decoradas

Na Fig. 9 reproduzem-se todos os fragmentos decorados recolhidos no decurso da escavação. Está quase exclusivamente presente o estilo campaniforme inciso, o qual se encontra aplicado a duas grandes categorias de recipientes:

- caçoilas de grandes e médias dimensões, representadas pelos exemplares da Fig. 9, n.ºs 10 e 14, com decorações geométricas incluindo bandas não preenchidas horizontais em zigue-zague, usuais neste tipo de recipientes, associadas a faixas obtidas pela impressão de matrizes. Esta, no exemplar de menores dimensões corresponde a uma linha de pequenos segmentos impressos interrompidos de orientação variável; no exemplar de maiores dimensões tal faixa foi obtida pelo alinhamento de pequenas depressões sub-circulares, também identificadas em exemplares de outras estações da região, como Freiria (CARDOSO; CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013, Fig. 17, n.º 8). A associação, num mesmo exemplar da técnica incisa à impressa está presente em diversas estações arqueológicas da região. Os fragmentos da caçoila da Fig. 9, n.º 10 evidenciam assinalável dispersão pela área escavada, conforme se indica na Fig. 6, indício de existência de remeximentos antigos.

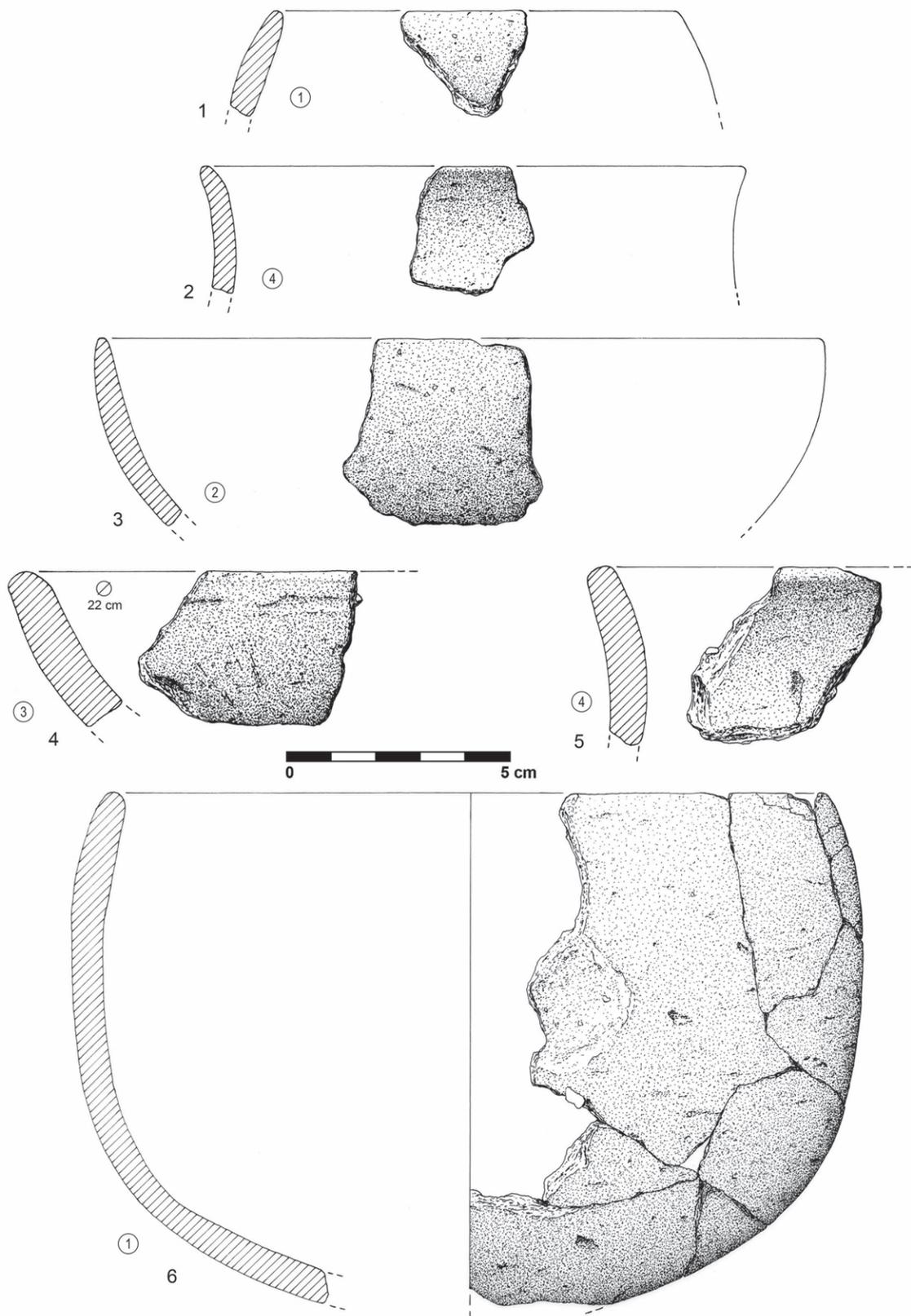
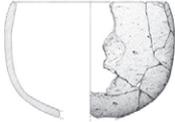
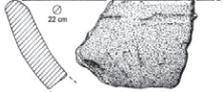


Fig. 7 – Alto do Cidreira. Cerâmicas lisas. A localização de cada exemplar é indicada na Fig. 6. Desenhos de F. Martins.

Alto do Cidreira (Cascais). Quadro tipológico das cerâmicas lisas de acordo com os tipos identificados, recolhidas na intervenção arqueológica.

FORMAS		Cerâmica lisa	
		Diâmetros	Nº. Total de frag.
1		⊙? (4) ⊙ < 20 (9) ⊙ 20-40 (1)	14 (41,2%)
2		⊙? (2) ⊙ < 20 (9)	11 (32,4%)
3		⊙? (1) ⊙ < 20 (1) ⊙ 20-40 (2)	4 (11,8%)
4		⊙? (2) ⊙ < 20 (3)	5 (14,7%)
<b>TOTAL</b>		⊙? (9) ⊙ < 20 (22) ⊙ 20-40 (3)	34 (100%)

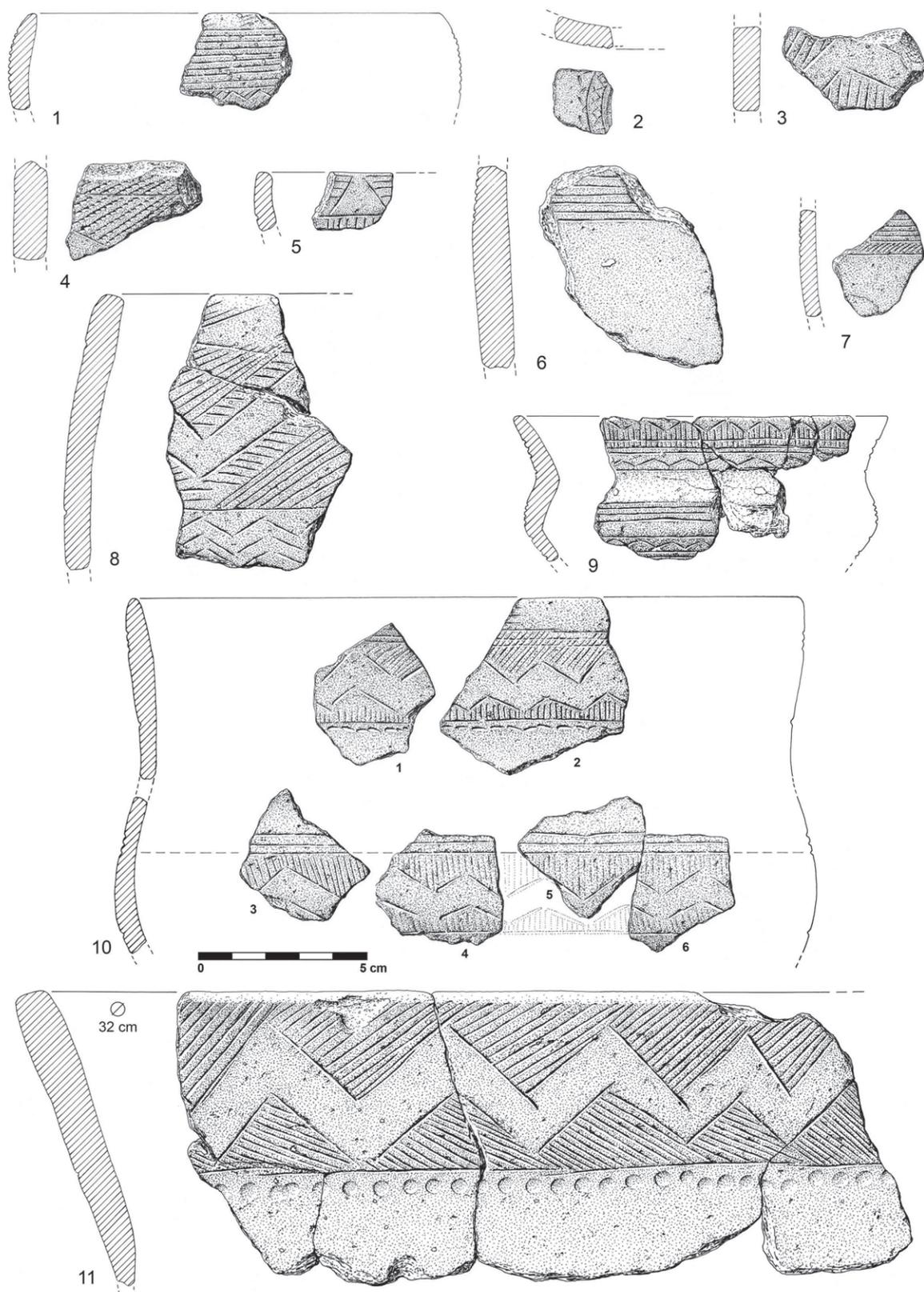
Legenda: ⊙ - diâmetro no bordo em cm ; (x) - quantidade de recipientes.

Fig. 8 – Alto do Cidreira. Tipologia dos recipientes cerâmicos lisos.

- grandes esféricos com decorações semelhantes às anteriores, representados apenas por um exemplar (Fig. 9, n.º 8), forma rara, mas também presente em outras estações da região, de natureza doméstica, como Freiria (CARDOSO; CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013, Fig. 19, n.º 1; Fig. 21, n.º 8), ou funerária, como a gruta da Ponte da Laje (CARDOSO, 2013, Fig. 6, n.º 3).
- pequenos esféricos, igualmente representados por apenas um exemplar (Fig. 9, n.º 1);
- pequenas caçoilas representadas por um exemplar em boa parte conservado (Fig. 9, n.º 9);
- pequenas taças em calote representadas por pequeno fragmento de bordo de um exemplar (Fig. 9, n.º 5).

A funcionalidade destes exemplares deve relacionar-se com o seu tamanho. Assim, enquanto as grandes caçoilas serviam essencialmente para o armazenamento de produtos, especialmente cerealíferos, os recipientes de menores dimensões, representado pela pequena caçoila, pelo esférico e pela taça em calote, destinam-se-iam, tal qual o verificado com os exemplares liso, essencialmente para beber.

Apenas se identificou um fragmento com decoração a ponteados, pertencente a forma indefinida (Fig. 9, n.º 4), a par de outros, com decorações incisivas (Fig. 9, n.ºs 2, 3, 6 e 7).



**Fig. 9** – Alto do Cidreira. Cerâmicas decoradas. A localização de cada exemplar é indicada na Fig. 6. A caçoila n.º 10 integra diversos fragmentos cuja localização é apresentada na Fig. 6. Desenhos de F. Martins.

## 4 – CRONOLOGIA ABSOLUTA

Procurou-se datar a ocupação da estrutura habitacional constituída pelo pára-vento e lareira. Para o efeito, recolheu-se amostra do depósito relacionado com o funcionamento desta última, constituído por cinzas e fragmentos de madeira carbonizada, a qual foi remetida primeiramente para estudo antracológico, antecedendo a selecção da amostra para datação.

Com base no relatório de J. P. Tereso, datado de Maio de 2008 (TERESO, 2008), resultou a conclusão da quase totalidade dos fragmentos observados corresponderem a uma única espécie, *Arbutus unedo* L. (medronheiro), arbusto frequente na flora mediterrânea que integra a região, e que pode atingir porte arbóreo, sendo muito apreciado como material combustível. A sua utilização exclusiva ou quase exclusiva nesta estrutura de combustão afigura-se, pois, claramente justificada, até pelo curto intervalo de tempo em que a mesma terá funcionado.

Com efeito, a utilização predominante de uma única espécie tinha sido já identificada nas diversas estruturas de combustão identificadas em Leceia, sítio a cerca de 15 km de distância, onde a espécie preferida para tal fim foi a oliveira/zambujeiro, embora o medronheiro esteja igualmente representado, especialmente na ocupação do Calcolítico Inicial (MONTEIRO & CARDOSO, 2019).

Identificada a espécie essencialmente utilizada como combustível na estrutura de combustão em apreço, e apesar da mesma poder atingir os 200 anos de idade, foi seleccionado um fragmento para datação cuja classificação não oferecia dúvidas, remetendo-o para o laboratório de radiocarbono da Universidade de Uppsala, tendo o resultado sido comunicado a 27 de Agosto de 2009, conforme se indica na Fig. 10:

O intervalo de confiança obtido para 2 sigma, correspondente a cerca de 95% de probabilidade, foi de 2290-2030 cal BC.

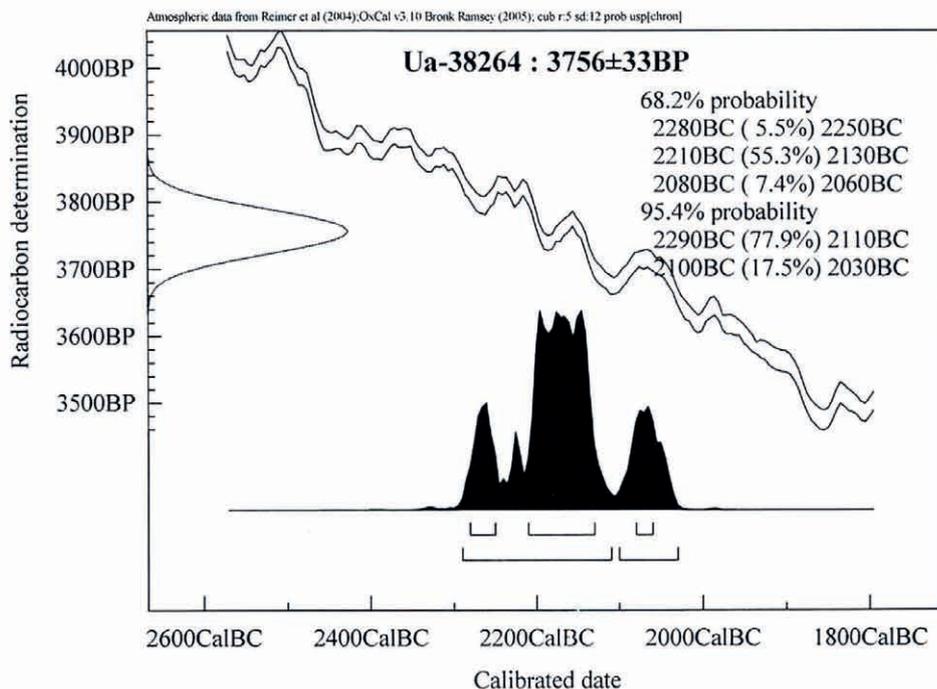


Fig. 10 – Representação gráfica da distribuição de probabilidade da data de radiocarbono obtida na Universidade de Uppsala sobre fragmento de madeira carbonizada de *Arbutus unedo* L. (medronheiro).

Esta cronologia é compatível com as obtidas em outras estações campaniformes da região: para além da proximidade com os resultados respeitantes a Freiria, aliás explicados pela semelhança das produções e natureza da implantação de ambos os sítios, verifica-se que as datas mais próximas são as obtidas nos povoados de altura da Penha Verde (Cabana 2) e da Moita da Ladra (CARDOSO, 2017, Fig. 22), embora em ambos as características das produções campaniformes sejam diferentes, dominadas pelas grupo marítimo, completamente ausente do conjunto em apreço. Esta realidade foi já devidamente justificada por razões de natureza económico-social inerentes às populações que ocuparam a região no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C. (CARDOSO, 2014). A hierarquização do povoamento então existente na região encontra-se expressa pela coexistência de povoados de altura – ocupados por uma elite emergente, associada às produções campaniformes mais finas e de maior qualidade, correspondentes às produções associadas ao vaso marítimo – e povoados abertos ou simples casais agrícolas, espalhados pelos territórios adjacentes, ocupados por populações indiferenciadas, entregues essencialmente à produção agro-pastoril, associadas a produções campaniformes geralmente mais grosseiras nas quais o vaso marítimo, quando ocorre, é residual.

## 5 – CONCLUSÕES

1 – A escavação preventiva realizada no Alto do Cidreira, Cascais em 2007 permitiu identificar o embasamento de um pára-vento constituído por um alinhamento pétreo, com cerca de 3,0 m de comprimento e orientação NE-SW, o qual foi interpretado como sendo destinado a protecção de estrutura de combustão localizada do seu lado SE, deste modo abrigada dos ventos que na região sopram predominantemente de NW.

A referida estrutura de combustão, por seu turno, foi construída no interior de “cuvette” escavada no substrato geológico, cuja parte mais funda foi preenchida por elementos líticos heterométricos e irregulares, podendo constituir um empedrado acumulador de calor (lareira-calorífero). Na periferia deste possível empedrado e ainda no interior da “cuvette” previamente aberta, identificaram-se três buracos de fixação de troncos de madeira, de diferentes dimensões, os quais se podem relacionar funcionalmente com um tripé destinado a suspender sobre fogo ou o calor emanado do empedrado alimentos que careciam de preparação, para além da sua possível utilização no talhe do sílex, conforme é sugerido pelos vestígios térmicos que muitos dos subprodutos do talhe ostentam. A efectiva realização de fogo nesta estrutura encontra-se claramente demonstrada pelos depósitos de cinzas e carvões acumulados na sua periferia, no interior da referida “cuvette”, que permitiram a obtenção de uma datação pelo radiocarbono.

Deste modo, as duas estruturas identificadas – pára-vento e lareira-calorífero – encontram-se estreitamente relacionadas, devendo situar-se a céu aberto e estarem articuladas com uma estrutura doméstica de maiores dimensões, que poderia ser uma cabana circular, como as identificadas em Freiria, ou de planta elipsoidal, como as duas exploradas em Leceia. Tal estrutura, que não foi identificada na área escavada, poderia mesmo não ser a única existente no local, corporizando assim a hipótese de se estar perante um pequeno povoado aberto, implantado em encosta suave voltada a sul, em situação semelhante à identificada em Freiria, a cerca de 10 km de distância. Pelas suas características, tratar-se-ia de uma unidade doméstica de vida curta, provavelmente com uma duração de apenas alguns meses.

2 – Os espólios arqueológicos exumados integravam a panóplia em uso pela pequena comunidade instalada no local, aquando do seu abandono. De facto, os fragmentos cerâmicos evidenciam fracturas frescas, contrariando a hipótese de transporte de outro local situado a montante.

3 – No respeitante às indústrias líticas, exclusivamente constituídas por objectos de sílex, matéria-prima facilmente obtida nos calcários cretácicos da região, há a registar a sua assinalável diversidade, apesar do

escasso número de instrumentos identificados. Dois deles, ainda em esboço – uma ponta de seta e uma folha bifacial, a par de um pequeno núcleo de lamelas, configuram a prática da preparação local de certos artefactos, sublinhada pela recolha de centenas de numerosos subprodutos de talhe representados por largas dezenas de rebotalhos e de esquirolas de sílex, muitas vezes recorrendo a tratamento térmico, que entretanto não foram objecto de aproveitamento, evidenciando as mesmas variedades de sílex em que foram executados os escassos instrumentos identificados.

Deste modo, é de admitir que o local correspondesse a um pequeno atelier de fabrico de artefactos de sílex, que funcionou por período limitado de tempo, recorrendo, para o respectivo tratamento térmico, à utilização da lareira-calorífero montada a céu aberto ao abrigo do pára-vento. Assim sendo, os escassos instrumentos em estado de uso identificados faziam parte integrante da utensilagem dos artífices que ali trabalharam o sílex, realidade sublinhada pela sua assinalável diversidade.

Entre estes, é de registar a presença de uma lâmina com um dos bordos serrilhados e com “lustre de cereal”, com paralelos em outros contextos calcolíticos/campaniformes portugueses, configurando evolução tecnológica entre os pequenos elementos de foice neolíticos, sobre lamela ou lâmina não serrilhada e os elementos de foice sobre lasca, de fio fortemente denticulado do Bronze Final.

4 – No tocante às produções cerâmicas, os exemplares decorados são na sua totalidade campaniformes, sendo quase exclusiva, exceptuando-se um exemplar, a técnica incisa. Conjuntamente com o verificado com as produções lisas, o seu tamanho e acabamento configura utilizações distintas, relacionadas com o armazenamento, a confecção e o consumo de alimentos, incluindo recipientes para beber, que, no seu conjunto, se encontram claramente integrados no quotidiano da pequena comunidade ali instalada. É nesta perspectiva que se deve enquadrar a ausência de artefactos de pedra polida, e apenas um de pedra afeiçãoada, representado por um movente de mó manual.

5 – Obteve-se datação pelo radiocarbono comunicada pela Universidade de Uppsala de uma amostra de *Arbutus unedo* L. (medronheiro), que corresponde à espécie essencialmente utilizada como combustível na estrutura de combustão identificada. Apesar de a mesma poder ter em casos excepcionais atingir os 200 anos, considerou-se que no caso em apreço teriam sido com toda a probabilidade pequenos ramos ou troncos o material utilizado. Deste modo, o resultado obtido foi considerado fiável, situando a ocupação arqueológica em causa no decurso do 4.º quartel do 3.º milénio a.C.

6 – A cronologia absoluta obtida para esta ocupação, comparada com as conhecidas em outros sítios da região ribeirinha da margem norte da foz do Tejo vem reforçar o princípio, enunciado por um de nós (J.L.C.), da coexistência dos diversos grupos tipológicos em que as produções campaniformes na Estremadura têm sido associados, cuja diferenciação se explica, não por qualquer evolução interna de carácter diacrónico, mas simplesmente em função da natureza dos sítios onde ocorrem. Assim, nos povoados de altura, onde se concentravam as elites emergentes, a partir da qual administrariam um determinado território envolvente, eram as produções mais finas que predominavam, enquanto que, nos pequenos casais agrícolas dispersos pelos territórios adjacentes, ocupados pelo segmento populacional mais indiferenciado, eram as produções menos sofisticadas que dominariam. É essa a conclusão que, com este contributo, se confirma, atendendo à natureza da implantação, à sua cronologia e às características das respectivas produções cerâmicas campaniformes, de onde se encontra totalmente ausente as produções finas associadas ao vaso marítimo.

7 – Em conclusão, demonstrou-se, pela primeira vez no território português, uma pequena oficina campaniforme especializada no talhe do sílex, activa durante curto espaço de tempo no decurso do último quartel do 3.º milénio a.C., como sugere a própria natureza dos vestígios de recolhidos e as estruturas a eles directamente associadas.

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, J. L. (1995) – Ocupação campaniforme do povoado de Montes Claros. In JORGE, S. O. (coord.), *A Idade do Bronze em Portugal - Discursos de Poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 35.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998) – A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 89-153.
- CARDOSO, J. L. (2013) – A necrópole campaniforme da gruta da Ponte da Lage (Oeiras): estudo dos espólios cerâmicos e metálicos e respectiva cronologia absoluta. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 589-604.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Absolute chronology of the Beaker phenomenon North of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid.71 (1), p. 56-75 (doi: 10.3989/tp.2014.12124).
- CARDOSO, J. L. (2017) – O povoamento campaniforme em torno do estuário do Tejo: cronologia, economia e sociedade. In GONÇALVES, V. S. (ed.), *Sinos e taças junto ao Oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Estudos & Memórias, 10), p. 126-141.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2013) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo dos utensílios de pedra lascada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 357-524.
- CARDOSO, J. L.; CARDSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. d' (2013) – O campaniforme de Freiria (Cascais). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 525-588.
- CARDOSO, J. L.; NORTON, J. & CARREIRA, J. R. (1996) – bOcupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 287-299.
- CARREIRA, J. R.; CARDOSO, J. L. & LOPES, F. P. (1996) – A estação pré-histórica do Casal de Barronhos (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 301-316.
- CARVALHO, A. F.; CARDOSO, J. L. & GIBAJA, J. (2013) – Insights into the earliest agriculture of Central Portugal: sickle implements from the Early Neolithic site of Cortiços (Santarém). *Comptes Rendus Palevol (Academia das Ciências de Paris)*, 12, p. 31-41.
- HARRISON, R. J. (1977) – *The Bell Beaker Culture of Spain and Portugal*. Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, Harvard University, Cambridge-Massachusetts.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. do (1945) – El castro de Vilanova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. Madrid. 20, p. 55-141.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. do (1948) – Lisboa há 4000 anos. In *Lisboa e o seu termo. Estudos e documentos*, vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 49-98.
- JALHAY, E.; PAÇO, A. do & RIBEIRO, L. (1944) – Estação pré-histórica de Montes Claros-Monsanto. *Revista Municipal*. Lisboa, 5 (20/21), p. 17-28.
- MONTEIRO, P. D. & CARDOSO, J. L. (2019) – Contributo para o conhecimento do coberto vegetal no decurso do 3.º milénio a.C. na região de Oeiras: resultados dos estudos antracológicos de Leceia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 25, p. 75-86.
- TERESO, J. P. (2008) – *Estudos antracológico do Alto do Cidreira 1 (Alcabideche, Cascais)*. Porto: CIBIO/ FCUP. Relatório não publicado.
- VALERA, A.; BOTTAINI, C. & BASÍLIO, A. C. (2020) – A deposição de uma alabarda em contexto campaniforme na área central do recinto dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 14, p.41-49.

**DE VUELTA AL MEDITERRÁNEO. LOS CONTACTOS E INTERCAMBIOS DEL SUR DE LA PENÍNSULA IBÉRICA DURANTE EL CAMPANIFORME Y EL ARGAR CON EL EGEO Y LEVANTE (2500-1600 AC)**

***BACK TO THE MEDITERRANEAN. THE CONTACTS AND EXCHANGES OF THE SOUTHERN IBERIAN PENINSULA DURING BELL BEAKERS AND ARGARIC PHASES WITH THE AEGEAN AND LEVANT (2500-1600 BC)***

Alfredo Mederos Martín\*

**Abstract**

Despite the remarkable change that Bronze societies show towards 2200 BC, with respect to the preceding Chalcolithic ones, it is important to highlight that many novelties were really present since the Late Chalcolithic and indicate continuity. These include the location on terraced hills of difficult access, the occupation of islets and coastal headlands, the knowledge of huts with a rectangular or oval shape, individual burial, even underneath the settlements, the use of burnished black pottery and chalice shaped vessels, the diadems or the combat with javelin and halberds with the blade attached to the handle by means of rivets. Among the clearest breaks are those of an ideological nature, such as the disappearance of the eye and anthropomorphic idols, or the solar decorations on ceramics, linked to the abandonment of previous religious beliefs. As novelties it is worth mentioning the use of solid rectangular bastions and the burial in rectangular stone cists present in the Aegean. At this stage of the Early Bronze Age, Asian and hippo ivory arrived from the Levant, probably via Crete, while Argaric ships obtained African elephant ivory.

A second phase began in the Middle Bronze Age around 1925 BC, and coincides with the first Minoan Old Palaces during the Middle Minoan IB and IIA, 1925/1900-1800 BC, when the introduction of the *pitthoi* burials took place. At that time it continued to reach the Iberian Peninsula, probably also with the intermediation of Minoan ships, hippo ivory from Levant, with a workshop at Illeta dels Banyets (Alicante), and African elephant ivory with another workshop in Fuente Álamo (Almería). In this stage the exploitation of silver increased, to a large extent from Linares-La Carolina (Jaén), which could also be commercialized towards the Aegean.

The last phase should have started with the Middle Bronze Age II, from 1825 BC onwards, contemporaneous with the beginning of the New Palaces in Crete, from Middle Minoan IIB, 1800 BC, with new imports such as the faience and amber necklace beads, perhaps Baltic, and painted frescoes appear at La Almoloya (Murcia) around 1650 BC.

In the Southeast, copper production increased in Peñalosa (Jaén), even circulating as ingots, while alluvial tin, and perhaps alluvial gold, must have started to come from the Atlantic façade, as tin-bronzes increasing, which could also be exchanged for products of the Eastern Mediterranean. The most logical option for these contacts with Crete or the Levant would be the model of the ships of Tarshish, a three-year expedition, which provided certain valuable raw materials with some regularity.

*Keywords:* South Iberian Peninsula, Bell Beakers, Early Bronze Age, Argar, Trade, Minoan Crete, Levant.

---

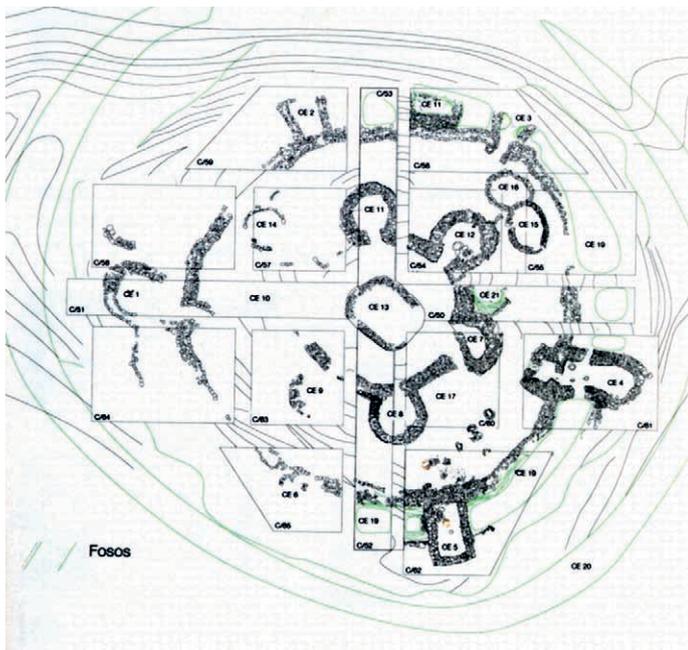
\* Departamento de Prehistoria y Arqueología, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Autónoma de Madrid, Campus de Cantoblanco, 28.049 Madrid. Email: alfredo.mederos@uam.es <https://orcid.org/0000-0002-0036-7940>.

## 1.1 – CRONOLOGÍA

En torno al 2300-2200 AC se produjo el inicio de la crisis del grupo arqueológico de Los Millares con las destrucciones de los fortines 1, 4 y 5 de Los Millares *ca.* 2290-2275 AC (MOLINA *et al.*, 2004, p. 149 tabla 3, 150; MEDEROS, 2016, p. 319 tabla 6). Sin embargo, la ausencia de cerámica campaniforme, significativa especialmente en el fortín 1 pues ha sido suficientemente excavado, hace presuponer que bien la cerámica campaniforme estaba restringida a determinados ámbitos, lo más probable ya que de 122 fragmentos en Los Millares, 112 vienen de la ciudadela interior (ARRIBAS y MOLINA, 1987, p. 136), o bien la ocupación del poblado se mantuvo básicamente en el interior de la cuarta muralla, la zona más resguardada. En este sector, en el corte 97 hay varias fases campaniformes superpuestas, 2 con campaniforme marítimo (niveles 6 y 7) y 2 con campaniforme tipo Sureste (niveles 8 y 9) (ARRIBAS y MOLINA, 1987, p. 135; ARIBAS *et al.*, 1987, p. 255), aún no bien publicadas, pero significativamente no hay campaniformes más tardíos tipo Ciempozuelos (Fig. 1a -1b).

Los poblados argáricos parecen existir al menos desde el 2200 AC, desapareciendo los grupos calcolíticos hacia el 2250-2200 AC (LULL *et al.*, 2010, p. 87-88, 2013a, p. 596 y 2015, p. 369 Fig. 2, p. 371 Fig. 3b), retrotrayendo fechas previas del inicio argárico entre 2250-2150 AC (CASTRO, LULL y MICÓ, 1996, p. 120, 240) o 2250-2200 AC (LULL *et al.*, 2004, p. 248). Esta cronología inicial a partir del 2200 AC fue defendida por MOLINA y CÁMARA (2004, p. 457-458), planteando una fase inicial exclusiva en la depresión de Vera y el corredor de Lorca entre el 2200-1900 AC, aunque ya desde el 2000 AC alcanzarían los altiplanos granadinos. En el caso de Fuente Álamo, la propuesta fue un posible inicio hacia el 2400 AC, un “punto de referencia débil” por insuficientes dataciones, y un final hacia el 1500 AC (PINGEL, 2000, p. 95). Esta banda del 2200-1550 es también defendida por ARANDA, MONTÓN y SÁNCHEZ (2015, p. 34-35) (Fig. 1c-1d).

Cuando se plantearon las primeras sistematizaciones con fechas calibradas, GONZÁLEZ MARCÉN (1994, p. 23) proponía una fase inicial argárica Ia, 2500-2150 AC en base a dataciones de Fuente Álamo y La Ceñuela y una fase Ib, 2150-2050 AC, lo que implicaba una sincronía entre grupos calcolíticos y argáricos, pero poco después fue rebajada a un 2250 AC (CASTRO *et al.*, 1995, p. 28 y 1996, p. 240) o inclusive un 2200 AC (CASTRO *et al.*, 1995, p. 35). Sin embargo, no



**Fig. 1a** – Planta del fortín 1 de Los Millares (MOLINA y CÁMARA, 2005, p. 65 Fig. 1).



**Fig. 1b** – Reconstrucción del fortín 1 de Los Millares (MOLINA y CÁMARA, 2005, p. 66 Fig.).

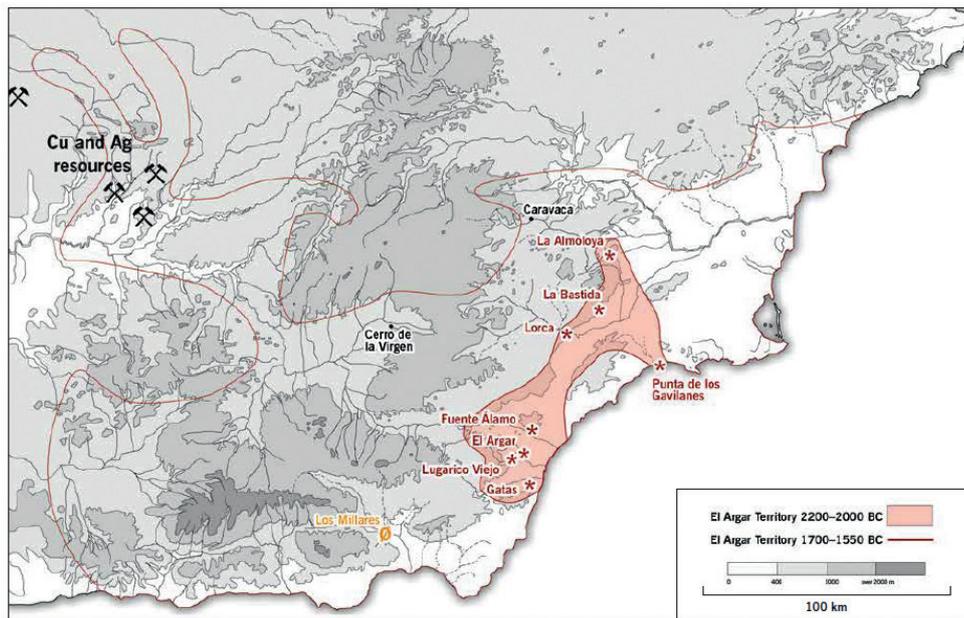


Fig. 1c – Territorio argárico, 2200-2000 AC (LULL *et al.*, 2015a, p. 373 Fig. 5).

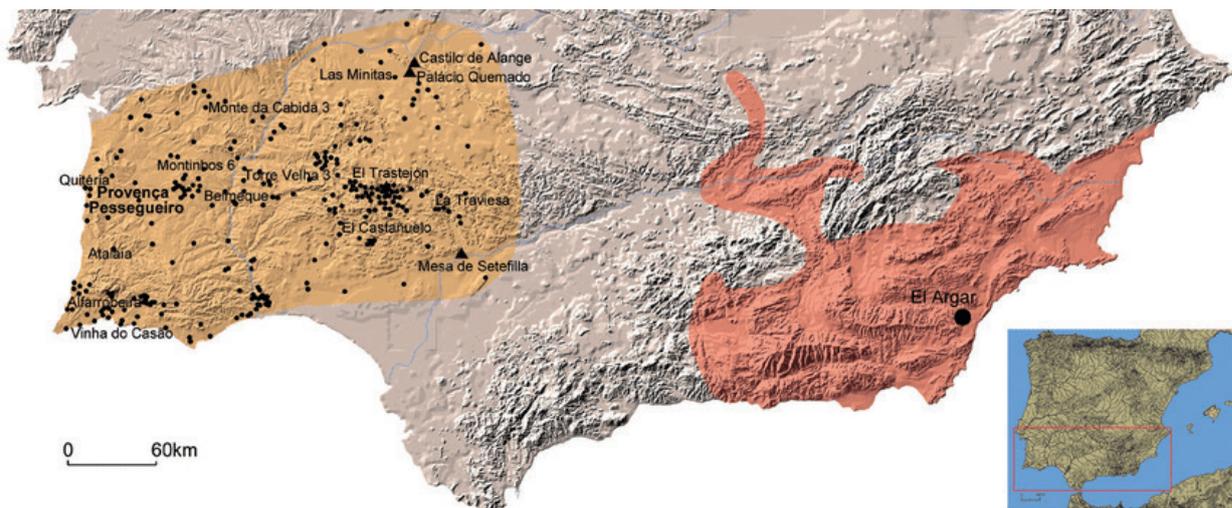


Fig. 1d – Propuestas de expansión máxima de los grupos del Bronce Medio de El Argar y el Bronce del Suroeste ca. 1750 AC (SOARES y TAVARES, 2016, p. 376 Fig. 1).

descartaban “cierta sincronía” entre Millares y El Argar entre el 2300-2250 AC (CASTRO *et al.*, 2001, p. 189). C. MATHERS defendía que la transición se encontraba entre el 2400-2200 AC (MATHERS, 1994, p. 30 tabla 1.2). Por nuestra parte sugeríamos un Calcolítico Final II entre el 2325-2285 AC y un Bronce Inicial I entre el 2285-2050 AC, indicando el problema de si se aceptase las dataciones de Fuente Álamo hasta un 2475 AC implicaría que todo el Calcolítico Final sería coetáneo al Bronce Inicial I argárico (MEDEROS, 1993 y 1995, p. 61, 84-85 tablas). Por otra parte, la datación de La Ceñuela que se seguía atribuyendo al Bronce (CASTRO *et al.*, 1996, p. 120, 239), la considerábamos del Calcolítico Final por la presencia de cerámica campaniforme en el poblado (AYALA e IDÁÑZ, 1987, p. 297 Fig. 1e; MEDEROS, 1995, p. 61).

Previamente, usando series no calibradas, el origen argárico se situó hacia el 1900/1800 a.C., con su desaparición hacia el 1400/1300 a.C. (LULL, 1980/1983, p. 450, 457). Una banda cronológica casi similar era defendida por MOLINA (1983, p. 88, 105), 1900/1800 a.C. hasta un 1300 a.C. Apoyándose en las primeras dataciones procedentes de Fuente Álamo, el final argárico se propuso entre el 1400/1300 a.C., y más en concreto hacia el 1330-1300 a.C. (SCHUBART y ARTEAGA, 1983a, p. 61 y 1983c, p. 62), luego ligeramente elevado hasta el 1400/1350 a.C., mientras el inicio se pudo fechar con dos dataciones y se retrasó hasta el 2000/1900 a.C. (SCHUBART y ARTEAGA, 1986, p. 292).

## 1.2 – EMPLAZAMIENTOS EN CERROS DE DIFÍCIL ACCESO

En esta etapa se produjo un claro cambio del patrón asentamiento eligiendo cerros en altura pues se abandonaron los antiguos asentamientos en mesetas o espolones parcialmente defendidos de forma natural, cuyos sistemas de fortificación se habían reforzado desde el Calcolítico Medio. La elección de cerros elevados no era una novedad pues la aparición de los fortines al inicio del Calcolítico Final, 2500-2475 AC (MOLINA *et al.*, 2004, p. 149 tabla 3, 150; LULL *et al.*, 2010, p. 88; MEDEROS, 2016, p. 319 tabla 6), ya supuso la selección de sitios elevados, pero no implicó el traslado de poblaciones importantes. Aún así, la ocupación de la cima de Gatas (Turre, Almería) en época campaniforme, con cabañas circulares que presentan zócalo de piedra (CASTRO *et al.*, 1999, p. 11 y 2004, p. 13 Fig. 6), apunta que el traslado a posiciones cada vez más defendibles ya comenzó durante el Calcolítico Final, aunque incluso así, más protegido, el poblado campaniforme acabó con un nivel de destrucción (Fig. 2a-2d).

Un fenómeno parecido sucedió en Alicante, donde durante el Calcolítico Final con campaniforme se ocuparon asentamientos en altura como El Tabayá (Aspe) o El Peñón de la Zorra (Villena) que ya recurre a un aterrazado de la ladera (ALBA y GARCÍA ATIENZAR, 2018, p. 65 Fig. 4a). En algunos casos como El Tabayá presentan campaniformes incisos y pseudo-excisos asignados a Ciempozuelos (HERNÁNDEZ PÉREZ, 1982, p. 15, 17, 16 Fig. 8/1), mientras otros se han vinculado a epicampaniformes de tipo Elche (HERNÁNDEZ PÉREZ, 1997, p. 102 Fig. 1/1 y 4), pero que en algún caso, como los triángulos rellenos de puntos, creemos que podrían responder a una fase inicial argárica, como sucede en Lugarico Viejo. La cronología de este nivel 5 del corte 11 ha aportado una fecha perfectamente compatible, Beta-487.171 3680±30 BP (HERNÁNDEZ PÉREZ *et al.*, 2019, p. 50-51, 45 tabla 1, 48 Fig. 8), 2190 (2111-2036) 1965 AC. En el caso del Peñón de la Zorra presenta una ocupación campaniforme con diversas estructuras de “delimitación” y decoraciones impresas, incisas y pseudo-excisas, Beta-332.584 3900±40 BP (GARCÍA ATIENZAR, 2016, p. 369 fig. 5, 370 Fig. 6, 373 tabla 1; ALBA y GARCÍA ATIENZAR, 2018, p. 61, 62 Fig. 2, 66-71), 2481 (2455-2355) 2212 AC. Peor documentación poseemos de San Antón (Orihuela) (FURGUS, 1903/1937, p. 32; CASTILLO, 1928, p. lám. 61/1-2) pero presenta también algún fragmento campaniforme con decoración incisa y pseudo-excisa, convirtiéndose durante el bronce en uno de los principales poblados del Bajo Segura.

Otros grandes yacimientos del Calcolítico Final muestran continuidad con el Bronce Inicial. Es el caso de Lorca (Murcia), que cuenta con cerámica campaniforme no sólo en sepulturas como la tumba 1 de Murviedro, con un vaso campaniforme marítimo, un brazalet de arquero, 1 botón de tortuga con perforación en V, 1 dilatador de oreja de plata, 3 alabardas de sílex o 210 puntas de flecha de sílex (IDÁÑEZ, 1985, p. 200-202, 205 Fig. 1), sino también dentro del espacio de hábitat en la calle Juan (PUJANTE, 2010, p. 517). Por otra parte El Argar (Antas, Almería) presenta cerámica campaniforme (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. 153; SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 85/205), hábitat que se extendía al cerro inmediato de La Gerundia donde se recu-



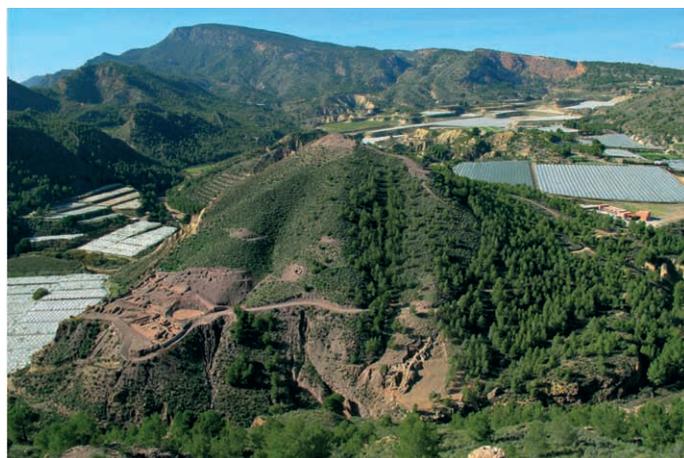
**Fig. 2a** – Vista aérea de El Argar (Antas, Almería). Campaña de 1991.  
Deutsches Archäologisches Institut.



**Fig. 2b** – Vista de Fuente Álamo (Cuevas del Almanzora, Almería).  
Deutsches Archäologisches Institut.



**Fig. 2c** – Vista de El Oficio (Cuevas del Almanzora, Almería).



**Fig. 2d** – Vista de La Bastida (Totana, Murcia).  
(LULL *et al.*, 2010b: 15 fig. 2a).

peraron campaniformes y 3 puntas de Palmela (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. 4 Fig. 1, 12-13, 14 Fig. 2, lám. 1/121-126). Esta ocupación continuó durante el Bronce Inicial y fueron centros aún más importantes, tanto Lorca (MARTÍNEZ RODRÍGUEZ *et al.*, 1996; FONTELA *et al.*, 2004, P. 47 Fig. 1) como El Argar (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. 139-160). En cualquier caso, es evidente el abandono de numerosos asentamientos calcolíticos menos protegidos, optándose por emplazamientos con mayor protección, bien ejemplificado con la destrucción de Campos (Cuevas del Almanzora, Almería), documentado en el nivel de incendio del corte 1 de la fortificación (MEDEROS, 1995, p. 56), y el inicio de la ocupación de Fuente Álamo (Cuevas del Almanzora, Almería) (SCHUBART y ARTEAGA, 1983, p. 61 y 1986, p. 292; MEDEROS, 1995, p. 63), pues responden a dos patrones de emplazamiento diferentes, potenciando cerros elevados como Fuente Álamo la dificultad de acceso y las viviendas distribuidas en terrazas.

### 1.3 – OCUPACIÓN DE ISLOTES Y PROMONTORIOS COSTEROS

Otro tipo de hábitat que no ha valorado suficientemente son los poblados en islotes y promontorios costeros, que también existían durante el Calcolítico, los cuales a veces pasan desapercibidos al estar unidos a tierra, pero que indican que la navegación, al menos de cabotaje, fue un elemento importante durante el

Bronce Inicial y Medio. La ocupación de estos islotes comienza desde las fases iniciales argáricas como parece sugerirlo el islote de la Punta de los Gavilanes (Mazarrón, Murcia), cuya fase IV presenta un nivel donde se estaba realizando el procesado de actividades pesqueras, Kia-32.355 3730±30 BP (GARCÍA MARTÍNEZ y ROS SALA, 2010, p. 546-547 tabla 1), 2266 (2139) 2032 AC (Fig. 3a-3b).

El poblado costero mejor conocido es la isleta dels Banyets (Campello, Alicante), y aunque falta un buen estudio de la línea de costa en ese sector, se ha propuesto que fue un promontorio costero hacia el 2000 AC, el cual luego se convirtió en un islote hasta el siglo XX cuando se volvió a unir a tierra con voladuras artificiales (BRANDHERM, 1996: 49-50; SOLER DÍAZ, 2006, p. 20 Fig. 2). Con una ocupación previa calcolítica, ha sido excavado casi completamente por FIGUERAS PACHECO entre 1931-33, LLOBREGAT entre 1974-75 y 1986 y finalmente SOLER entre 2000-03. Una datación procedente de una canalización, UE 4077, Beta-152.950 3690±40 BP (SOLER DÍAZ, 2006, p. 38, 49 tabla 2.2; SOLER DÍAZ *et al.*, 2006, p. 68-69, 74 Fig. 26, 106 tabla 3.2), 2199 (2121-2039) 1960 AC, marca una ocupación en un momento algo avanzado del Bronce Inicial I (MEDEROS, 1995, p. 85 tabla), probablemente antes el comienzo de la fase 2 de la expansión argárica, aunque aún en el Argar I (LULL *et al.*, 2009, p. 228 Fig. 2 y 2011, p. 387 Fig. 3). Esta fase había sido identificada en la revisión del material, indicándose que estaban ausentes las formas argáricas F 6 –vasos bicónicos-, F 7 –copas- y F 8 que eran más propias, sobre todo la F7, del Bronce Medio (SIMÓN, 1984-85, p. 116 y 1987, p. 119; HERNÁNDEZ PÉREZ, 1997, p. 107). Por otra parte, se ha indicado que el gran número de azuelas, un hacha de cobre o útiles líticos como raspadores, denticulados y raederas de cuarcita podrían vincularse con el trabajo de la madera y la fabricación, mantenimiento y reparación de embarcaciones (SIMÓN, 1984-87, p. 122). Esta fecha del inicio de la Isleta no parece correlacionarse bien cuando se sugiere por LULL *et al.* (2009, p. 228 Fig. 2 y 2011, p. 387 Fig. 3) que desde el Bajo Segura se proyectarían hacia la comarca de Campello hacia el 1950 AC. (Fig. 3c).

Las dataciones de dos tumbas de las campañas de 1974 y 1982 de la Isleta han permitido prorrogar la ocupación al Bronce Medio, la tumba III/20 de 1982 con un hombre que tenía un puñal y 53 botones con perforación en V, Beta 188.927 3390±40 BP 1871 (1687) 1560 AC; la tumba doble I/12-13 de 1974 con un hombre adulto maduro de 44-55 años o individuo 2 con un ajuar de un puñal con un aplique de marfil en el mango, Beta 188.926 3360±50 BP y una mujer adulta joven de 24-32 años o individuo 1, Beta 188.925 3310±60 BP (SIMÓN, 1987, p. 119 y 1997: 60, 62; SOLER DÍAZ *et al.*, 2006, p. 106 tabla 3.2; LÓPEZ PADILLA *et al.*, 2006, p. 130 Fig. 55, 137-138 Fig. 63-64, 139), 1762 (1681-1639) 1511 y 1741 (1602-1534) 1451 AC. Sin embargo, es interesante que durante el Argar II (LULL *et al.*, 2009, p. 228 Fig. 2 y 2011, p. 387 Fig. 3) o Bronce Medio I (MEDEROS, 1995, p. 85 tabla), entre 1950/1925-1825 AC, cuando hacen su aparición los enterramientos en *pithoi*, no los conocemos en la Isleta a pesar de la veintena de tumbas descubiertas. No obstante, en otros yacimientos del sur de Alicante, sí aparecen enterramientos en urnas de adultos, como sucede en El Tabayá (Aspe, Alicante) (HERNÁNDEZ PÉREZ *et al.*, 2019, p. 37, 38 Fig. 2).

En el sur de Almería, dos yacimientos claramente costeros son el poblado argárico fortificado de La Joya (CARRIÓN *et al.*, 1995, p. 13 n° 18; HARO, 2004, p. 61), controlando la bahía de Las Negras y muy cercano de las minas de oro de Rodalquilar y de la bahía en el playazo de Rodalquilar (Níjar). Otro poblado fortificado argárico costero es El Barronar III (Níjar), próximo al fondeadero de la playa de los Genoveses y la punta del Castillo (CARRIÓN *et al.*, 1995, p. 12 n° 7, 15 Fig. 4; Haro, 2004, p. 60).

Un poblado poco conocido, cerca de Motril, es La Rijana, situado sobre la playa de la Rijana (Castell de Ferro, Granada), con un islote en frente, donde se documentaron cerámicas del Bronce (GÓMEZ BECERRA y MALPICA, 1992, p. 148, 149 Fig. 1).

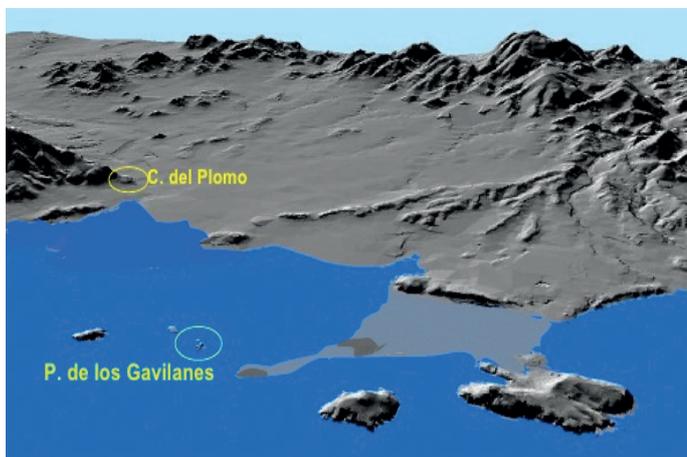
Un asentamiento que responde al mismo patrón es el islote que había en el actual Peñón de Salobreña (Granada), donde se localizó algún fragmento del Calcolítico y del Bronce, si bien la ocupación de ambos

periodos se concentra en el casco urbano de Salobreña, que sería un promontorio costero, en sectores como el paseo de las Flores y el monte Hacho, donde han aparecido tumbas argáricas (ARTEAGA *et al.*, 1992, p. 52-54 y 1995, p. 357 Fig. 2, 359 Fig. 3) (Fig. 3d).

En el caso de Almuñécar (Granada), que controlaba la desembocadura de los ríos Seco y Verde, a falta de una buena reconstrucción de la línea de costa, el Peñón de Afuera es demasiado pequeño y el sitio adecuado sería donde actualmente se encuentra el castillo. La presencia argárica más importante confirmada se concentraba en la ladera sur de la colina de Puente Noy, donde se excavó alguna tumba intacta como la nº 44 (MOLINA FAJARDO, 1983, p. 4-6, 8 Fig. 2, 19-20 lám. 3 y Fig. 8), aunque un emplazamiento más inmediato al mar es la punta al sur de cerro Velilla (MOLINA FAJARDO, 1983, p. 5-7, 10-13 Fig. 3-6, 15 Fig. 7).

Muy cerca, en dirección oeste, pasada la punta de la Mona, se encuentra La Herradura, donde hay un poblado argárico controlando la desembocadura del río Jate, que ha proporcionado una tumba con una espada (RUIZ MORALES y MOLINA POVEDA, 1996, p. 176 Fig. 1).

La continuidad del poblamiento costero sigue en dirección hacia Andalucía occidental como ejemplifica la presencia de ocupación del Bronce en la isla de Cádiz, en la calle Felipe Abárzuza con presencia de cuencos



**Fig. 3a** – Reconstrucción de la línea de costa de la bahía de Mazarrón e islote de Punta de los Gavilanes (Mazarrón, Murcia). (ROS SALA *et al.*, 2014).



**Fig. 3b** – Vista de Punta de los Gavilanes, actualmente unida a tierra.



**Fig. 3c** – Vista aérea del promontorio costero de Illeta dels Banyets (Campello, Alicante).



**Fig. 3d** – Vista aérea del Peñón de Salobreña (Granada).

semiesféricos con bordes entrantes (LAZARICH, 2003, p. 94 Fig. 6), también presentes en el nivel II del Bronce Inicial del cerro de San Juan de Coria (GARCÍA RIVERO y ESCACENA, 2015, p. 24 Fig. 7/8).

Este hecho es significativo porque probablemente desde el Calcolítico una de las razones de la construcción de sistemas de fortificación en poblados costeros como Almizaraque (Cuevas del Almanzora, Almería) o Las Pilas (Mojácar, Almería) sería el inicio de una navegación a corto y medio alcance, en la cual a veces también se harían posibles raids de saqueo.

## 1.4 – MURALLAS CON BASTIONES CUADRADOS MACIZOS

Aunque la continuidad de los sistemas de fortificación no se conoce bien en muchos asentamientos argáricos, la reciente excavación y datación de la muralla de la Bastida de Totana desde 2012, ha puesto al descubierto un notable cambio en los sistemas de fortificación desde la fase inicial argárica. Se trata de la introducción de murallas con torres macizas cuadradas de sección troncopiramidal, que conservaban hasta 4 m de altura, originariamente unos 6 m, que pudo extenderse a lo largo de unos 375 m (LULL *et al.*, 2015a, P. 374-375 Fig. 6-7 y 2015b, p. 70-71 Fig.) (Fig. 4a-4d).

Dos bastiones macizos rectangulares bien documentados se conocían en el poblado del cerro de las Viñas (Coy, Murcia), adosados a la segunda muralla en la parte superior (AYALA, 1991, p. 188, 190-191 Fig. 67-68), existiendo una primera línea de muralla con al menos 125 m de trazado en la parte inferior que parece tener también bastiones (AYALA, 1991, p. 188, 189 Fig. 66), pero no teníamos dataciones.

No cabe descartar que algunos de los primeros poblados argáricos también tuviesen murallas de bastiones semicirculares macizos. El caso más interesante es Lugarico Viejo donde se había rechazado la presencia de fortificación por tener el muro sólo 0.60 m de grosor (LULL, 1980/1983, p. 247), aunque L. y H. SIRET (1890, p. 97-98) la clasifican de “muralla importante” con un grosor entre 0.70-1 m. Sin embargo, la campaña de 1987 mostró dos importantes detalles, por un lado la ampliación del trazado de la línea de muralla que tenía 1.20 m de anchura y 1.50 m de altura máxima conservada, y por otro lado la posible presencia de un bastión exterior, mal conservada su hilada exterior y sin acceso desde la muralla (RUIZ-GÁLVEZ *et al.*, 1990, p. 235, 236 plan. 5, 239 fot. 15-16, 340 plano 9). Es difícil que se trate de una estructura adosada a la muralla desde el exterior porque entonces tendría que tener un acceso desde fuera y cabe entonces plantearse si cuando se documentó



**Fig. 4a** – Vista aérea de las líneas de muralla de La Bastida (Totana, Murcia) protegiendo la puerta de acceso.  
Universitat Autònoma de Barcelona.



**Fig. 4b** – Muralla exterior con bastiones macizos rectangulares troncocónicos de La Bastida (LULL *et al.*, 2015b, p. 50 fot.).

tendría un relleno de piedras. Una estructura parecida existe en la muralla del poblado del barranco de la Viuda (Lorca, Murcia) (MEDINA y SÁNCHEZ GONZÁLEZ, 2016, p. 33 Fig. 2, 36 Fig. 3) y se interpreta como un contrafuerte.

Más significativo aún es que en la segunda línea de fortificación de La Bastida aparecen dos bastiones semicirculares, en este caso macizos en su interior (LULL *et al.*, 2015a, p. 374-375 Fig. 7). Se ha sugerido que este cambio a bastiones macizos puede estar relacionado con la utilización de armas de corto alcance como las alabardas junto con el puñal y en particular el abandono de las puntas de flecha de sílex (LULL *et al.*, 2013b, p. 251). Se trata de un cambio muy notable respecto a la etapa precedente, pues hasta época campaniforme estuvieron en uso los bastiones con saeteras, como sucede en Los Millares en la línea 1 donde apareció esta cerámica en la barbacana de la entrada (ARRIBAS y MOLINA, 1987, p. 134), e implica la introducción de formas diferentes de combatir.

El bastión semicircular de la muralla de la Edad del Bronce del corte 2 de Setefilla (AUBET, 1989, p. 301, 337 lám. 4), que iría adosado a la gruesa muralla detectada en el corte 1 (AUBET, 1989, p. 301, 336 lám. 3), podría tratarse también de un bastión macizo.

También se ha dudado de la muralla de Fuente Vermeja (Antas, Almería), así interpretada por L. y H. SIRET (1890, p. 90), pues pese a llegar a tener 1.50 m de grosor se encontraba en la parte superior del asentamiento y había sido considerada como un muro compartido (LULL, 1980/1983, p. 250). Sin embargo, ya hemos visto como en el cerro de la Viñas hay una doble línea de muralla y una de ellas se ubicaba en la parte superior.

Otro ejemplo que no se ha valorado mucho es la existencia de un muro de cierre de fortificación en la acrópolis de Fuente Álamo (Cuevas del Almanzora, Almería) tanto hacia el norte (cortes 8, 9, 10 y 20) como en la cara sur (cortes 14 y 15) (SCHUBART y ARTEAGA, 1983b, p. 55).

Por la presencia de torres macizas cuadradas se han sugerido paralelos con Troya II y Aegina-Kolonna como los ejemplos más próximos a la muralla de La Bastida (Lull *et al.*, 2015a: 376). También se sugieren referentes con torres cuadradas en Khirbet ez-Zeragon y Tell-Husn-Pella en Jordania o Tell es-Sakan en Palestina (LULL *et al.*, 2013b, p. 251). Estos autores consideran que hay una diferencia entre los poblados de murallas de

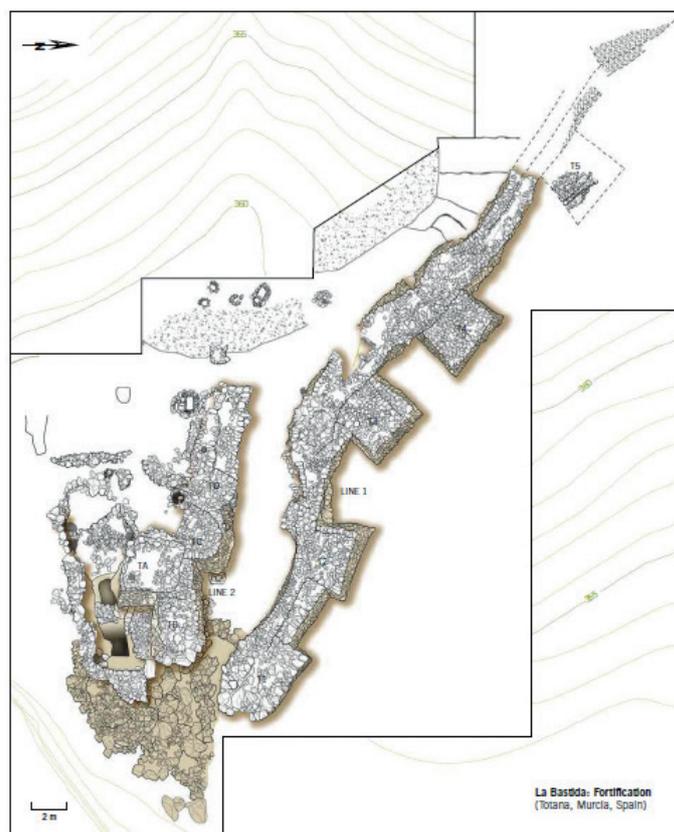


Fig. 4c - Planta de las dos líneas de muralla, la segunda con bastiones semicirculares macizos (LULL *et al.*, 2015a, p. 375 Fig. 7).

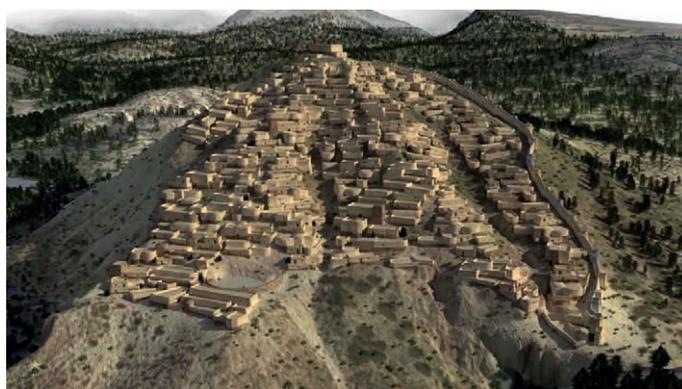


Fig. 4d - Reconstrucción de la línea de muralla exterior de La Bastida (LULL *et al.*, 2015b, p. 70-71 Fig.).

bastiones circulares tipo Millares-Kastri que “generalmente protegen pequeños asentamientos por debajo de 0.5 ha, los cuales deberían permitir unas pocas docenas de habitantes”, aunque reconocen que los hay también entre 1 y 64 ha, frente a los grandes centros con bastiones rectangulares en grandes asentamientos entre 4 y 8 ha “con mil habitantes”, aunque también los hay entre 2 y más de 64 ha (LULL *et al.*, 2018, p. 16 Fig. 3.5). Sin embargo, no creemos que sea un modelo óptimo, no sólo porque uno de los poblados que da el nombre, Los Millares, tiene una superficie entre 5 y 6 ha, aunque el otro Kastri sí es pequeño, 0.36 ha (RENFREW, 1972, p. 237 tabla), sino sobre todo porque se trata de modelos cronológicamente no contemporáneos, como sucede en Tel Arad (Israel) donde las torres rectangulares se superponen a las torres semicirculares previas (AMIRAN e ILAN, 1992, p. 36-37, Fig. 21), o lo mismo sucede en Ai (et-Tell) en el Bronce Inicial IIA (CALLAWAY, 1980, p. 31, 65-67, 113-118, Fig. 19, 22, 42 y 72), a la vez que se está reforzando el grosor de las murallas. Este aspecto no se había planteado en la Península Ibérica porque el cambio de emplazamiento de los poblados dificulta apreciarlo, que en el Levante o el Egeo tiene mayor continuidad, pero creemos que fue un patrón similar dentro la poliorcética militar del Mediterráneo y reafirma la interrelación entre ambas regiones.

Cualquier innovación militar se debió difundir con rapidez en el Mediterráneo, pero ciertamente fueron tres las regiones mediterráneas donde se concentraban los principales sistemas de fortificación con bastiones semicirculares o cuadrangulares, el Levante, el Egeo y la Península Ibérica. En el Levante las primeras fortificaciones con bastiones semicirculares aparecen en el Bronce Inicial I, 3700-3000 AC, en Ras el-Ain (ORY, 1936, p. 111, Fig. 2, lám. 61-62) o sin bastiones en Tel Erani (el-Areini) (BRANDL, 1989, p. 384), que en este segundo caso se reforzaron durante el Bronce Inicial III, y persisten durante el Bronce Inicial II en casos como Jericó (Tell es-Sultan) en la trinchera I (KENYON, 1981, p. 14-15, 98-99, lám. 79b). El objetivo de los bastiones sería dificultar aún más desde los flancos que, una vez alcanzada el pie de la muralla, se tratase de derrumbarla parcialmente para poder penetrar dentro del asentamiento.

Durante el Bronce Inicial II ya se construyeron sistemas de fortificación con bastiones cuadrangulares como Tel Ta’annek (LAPP, 1967, p. 3-7 Fig. 2-3) o Tell el-Far’ah norte (VAUX, 1962, p. 222-235, lám. 18-22), en el norte de Israel y Palestina.

Aunque hay poblados importantes en Jordania como Khirbet el-Mahruq de 25 ha, los fortificados durante el Bronce Inicial II, 3000-2900 AC (REGEV *et al.*, 2012, p. 558-559), se concentran en Israel, y entre ellos podrían citarse Tel Dan (20 ha), Tel Hazor, Tel Kabri (30 ha), Tel Beth Yerah (20 ha), Tel Megiddo, Tel el-Farah, Tel ‘Ai (11 ha), Tel Yarmuth (16 ha), Tel el-Areini (25 ha) o Tel Arad. Algunos son yacimientos costeros como Rosh Hamiqra o Tel es-Sakan (MIROSCHEJLI, 2009, p. 106, 107 fig. 3; GREENBERG, 2017, p. 35 Fig. 2.1), siendo quizás el sistema amurallado con bastiones semicirculares de Tel Arad (AMIRAN, 1978; AMIRAN e ILAN, 1996) el mejor conocido (Fig. 5a-5c).

Durante el Bronce Inicial III, 2900-2500 AC (REGEV *et al.*, 2012, p. 559-560), se refuerzan los sistemas defensivos en muchas ciudades. Eso ocurre en dos ocasiones con la muralla en Tel Beth Yerah, las fases B y C, siendo especialmente importante esta última con la construcción de 15 torres rectangulares y circulares en la fase final del Bronce Inicial III (GREENBERG y PAZ, 2005, p. 84, 96, 83 Fig. 2) (Fig. 5d).

En el caso de Biblos (Líbano), la muralla del Bronce Inicial II, 3000-2700 AC, carece de bastiones, pero tenía una altura y grosor notables, 4 y 2 m respectivamente, y contaba con tres puertas de acceso, noroeste, norte y este (NIGRO, 2013, p. 172, 171 Fig. 3). Sin embargo, con la remodelación del Bronce Inicial II, 2700-2400 AC, los bastiones macizos de 3 o 3.5 m de grosor se transforman en contrafuertes a modo de refuerzo interior y no estaban proyectados hacia el exterior (NIGRO, 2013, p. 173, 175 Fig. 7) (Fig. 5e-5f).

En el Egeo, la fortificación mejor conocida en la de Troya, que actualmente con las prospecciones geofísicas sabemos que las primeras excavaciones corresponden a sólo la ciudadela de 1 ha. La cronología de las



Fig. 5a – Vista aérea de la muralla con bastiones de Tel Arad (Israel).

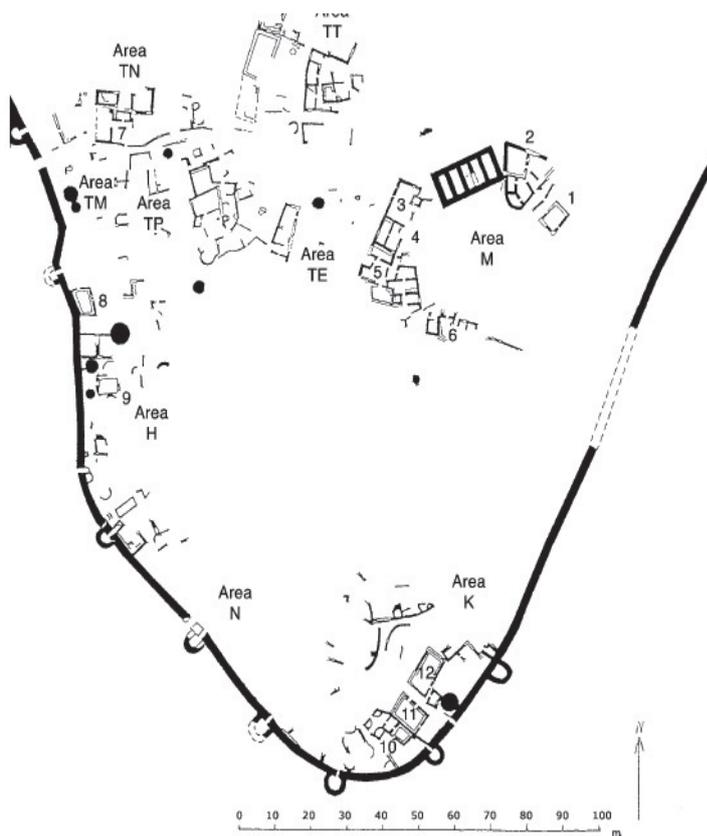


Fig. 5b – Plano de la muralla con bastiones semicirculares de Tel Arad, fase III, del Bronce Inicial II (AMIRAN e ILAN, 1996).



Fig. 5c – Bastión semicircular de Tel Arad, fase III.

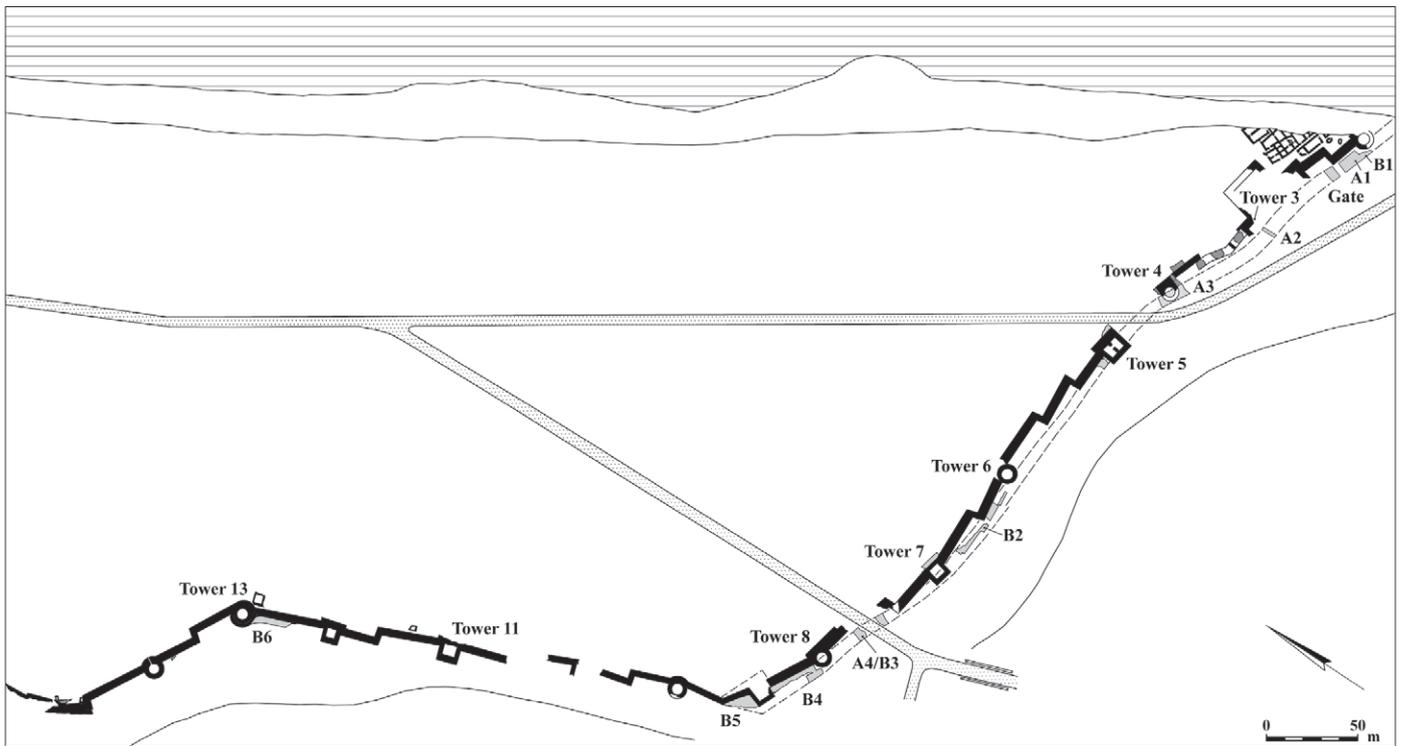


Fig. 5d – Plano de la muralla con torres rectangulares y circulares de Tel Beth Yerah (Israel) del Bronce Inicial III (GREENBERG y PAZ, 2005, p. 83 Fig. 2).

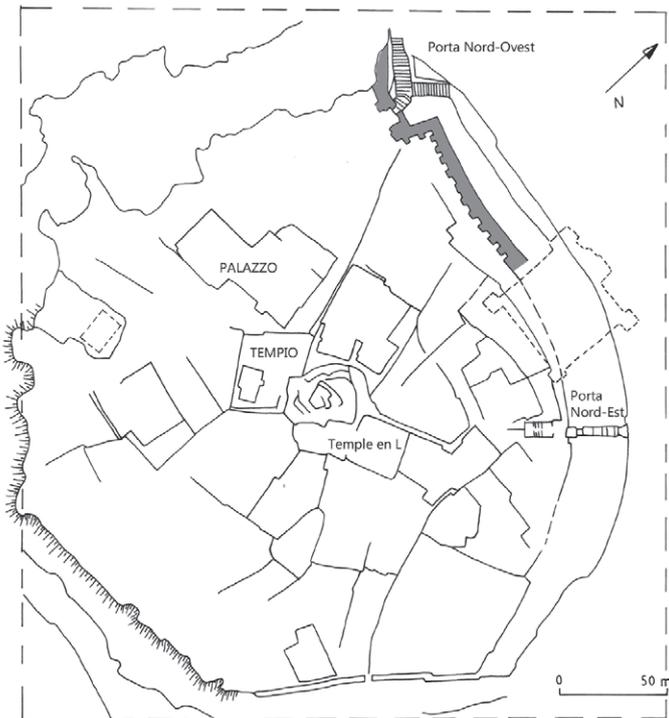


Fig. 5e – Plano de la muralla con contrafuertes macizos interiores de Biblos (Libano) (NIGRO, 2013, p. 175 Fig. 7).

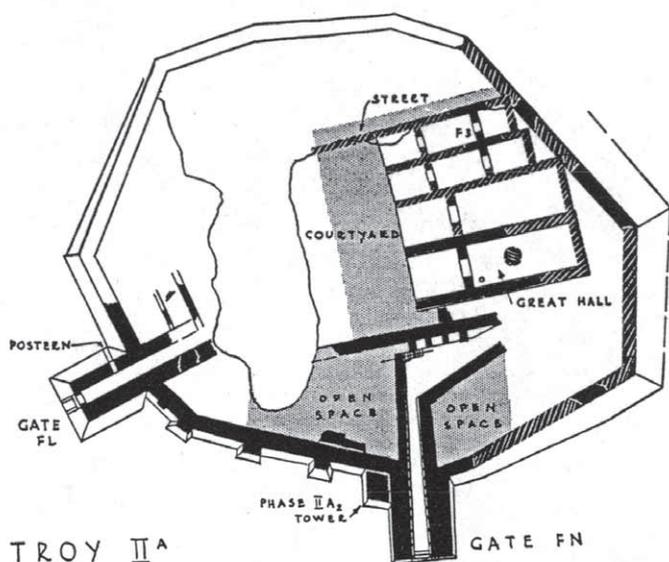


Fig. 5f – Contrafuertes macizos al interior de la muralla de Biblos del Bronce Inicial II.

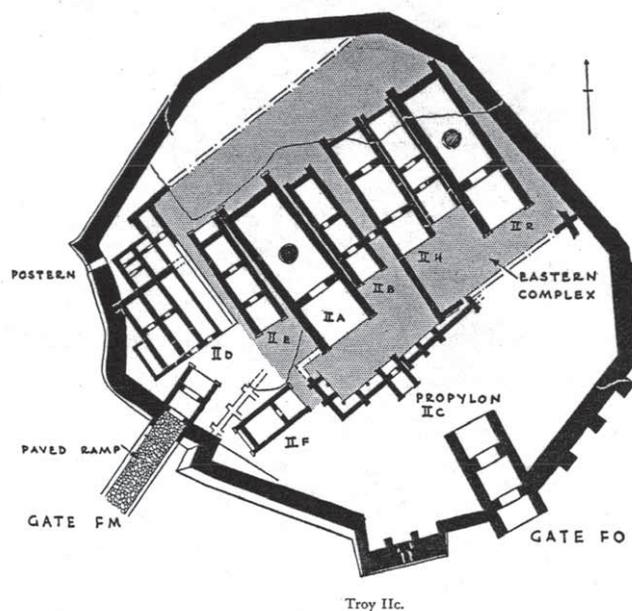
dos primeras fases no ha cambiado mucho, para la fase I, contemporánea al Calcolítico Medio en el sur de la península Ibérica, se ha propuesto el 3000-2500 AC (KORFMANN, 1990, p. 235), 3000-2550 AC (JABLONKA, 2010, p. 851), 2920-2550 AC (ÜNLÜSOY, 2006, p. 133) o 2880-2550 AC (WENINGER y EASTON, 2014, p. 180, 182). La fase 2, que correspondería al Calcolítico Final, se sitúa entre el 2500-2300 AC (KORFMANN, 1990, p. 235), 2550-2300 AC (JABLONKA, 2010, p. 851-852), 2550-2350 AC (ÜNLÜSOY, 2006, p. 137) o 2550-2200 (WENINGER y EASTON, 2014, p. 183). Estas fechas no han cambiado mucho y pueden contrastarse con las propuestas por BLEGEN (1950, p. 41) de 3000/2900-2600 a.C. para la fase I, y 2600-2300 a.C. para la fase II, o MELLAART (1959, p. 162) 3100/3000-2700 a.C. para Troya I y 2700-2300 a.C. para Troya II, aunque dos años antes proponía un 2500-2300 AC para la fase II (MELLAART, 1957, p. 73).

Troya I parece estar fortificada desde el inicio, fase I early, por la presencia de un muro de 13 m, sin embargo, la planta mejor conocida es la fase I middle, con un sistema de cuatro puertas, tres de ellas protegidas por bastiones macizos rectangulares a ambos lados de las puertas sur, sureste y este, mientras la posible puerta suroeste se ha propuesto que tendría una rampa de acceso (MELLAART, 1959, p. 135, 133 Fig. 2), aunque realmente no se conservaba (EASTON, 1989, p. 26 Fig. 6).

Los bastiones rectangulares exteriores ya aparecen desde Troya II inicial o IIa de Blegen, donde para reforzar la seguridad se cerraron dos puertas, la del este y sureste, mientras las dos puertas restantes, del sur y suroeste se proyectan para defender el acceso. Entre ambas puertas del sur y suroeste aparece adosados a la muralla tres bastiones rectangulares macizos de forma troncocónica (MELLAART, 1959, p. 135, 137 Fig. 3) como los presentes en La Bastida. Se ha propuesto otra puerta oeste también proyectada para esta fase de la fase II inicial (EASTON, 1989, p. 28 Fig. 8). Estos bastiones cuadrangulares o rectangulares macizos cabe suponer que se extendían por el resto de la muralla, aunque no se han conservado debido al mal estado de su trazado, o bien que su función prioritaria estuviera en el sector sur-suroeste de la ciudadela porque allí se encontraban las dos puertas de acceso (Fig. 6a).



**Fig. 6a** – Reconstrucción de la planta de la ciudadela de Troya IIa con bastiones macizos rectangulares troncocónicos protegiendo las puertas de acceso (MELLAART, 1959, p. 137 Fig. 3).



**Fig. 6b** – Planta de la ciudadela de Troya IIc o II middle con bastiones macizos rectangulares troncocónicos (MELLAART, 1959, p. 143 Fig. 6).

Las fases IIb2 y IIc de BLEGEN, corresponden a la fase II middle, y en la fortificación el aspecto más novedoso es el cierre de las dos precedentes puertas de acceso del sur y suroeste, que quedan como grandes bastiones macizos proyectados, mientras la nueva puerta suroeste presenta una rampa de acceso pavimentada de piedras controlada por dos bastiones rectangulares, uno a la derecha y otro a la izquierda que se corresponde con la antigua puerta suroeste bloqueada y rellena de piedras. Por otra parte, se confirma la presencia de una puerta oeste que se va a convertir en una pequeña poterna de acceso. En las dos puertas que siguen abiertas al suroeste y sureste, frente a la proyección previa hacia fuera, ahora la protección de las puertas se proyecta hacia el interior (MELLAART, 1959, p. 141 Fig. 5, 143 Fig. 6; EASTON, 1989, p. 30 Fig. 9) (Fig. 6b-6c).

La etapa final de la fase II o IIg de BLEGEN, donde aparecieron los tesoros (TOLSTIKOV y TREISTER, 1996), para dificultar el acceso se cerró la puerta suroeste, mientras la sureste no sólo se proyecta hacia el interior, sino también hacia el exterior y para su protección en el lado este se mantienen 4 bastiones macizos rectangulares, aunque dos de ellos se unen (MELLAART, 1959, p. 151 Fig. 9; EASTON, 1989, p. 31 Fig. 10).

Un reciente referente en la costa anatólica ha sido la localización de una muralla con bastiones semicirculares en la costa anatólica en Liman Tepe, situada en la península de Izmir. Tras una primera muralla de la fase 5 o Bronce Inicial I con pequeñas proyecciones rectangulares a cada 1.5 m de distancia, se construyó en la fase 6 o Bronce Inicial II una nueva muralla más adelantada, con un gran bastión semicircular junto a una puerta (SAHOGLU, 2009, p. 487; ERKANAL *et al.*, 2009, p. 315 Fig. 1; ERKANAL y SAHOGLU, 2016, p. 162-163 Fig. 9-10), *ca.* 2650-2500 AC.

En Grecia continental los mejores datos proceden de Lerna en la Argólide durante el Heládico Inicial IIa, 2650-2500 AC, y como sucede en el Levante, nuevamente vemos la transición de la fase inicial C con bastiones circulares a su amortización, caso de la torre B (WIENCKE, 2000, p. 99 fig. I.18-19, plano 5 y 18) y la construcción de un bastión rectangular macizo, torre A, a mediados de la fase C en Lerna III (WIENCKE, 2000, p. plano 6 y 20-21), del Heládico Inicial IIb, 2500-2250 AC, contemporáneo al grupo Kastri en las Cíclades.



Fig. 6c - Rampa y bastión macizo rectangular de Troya IIc.

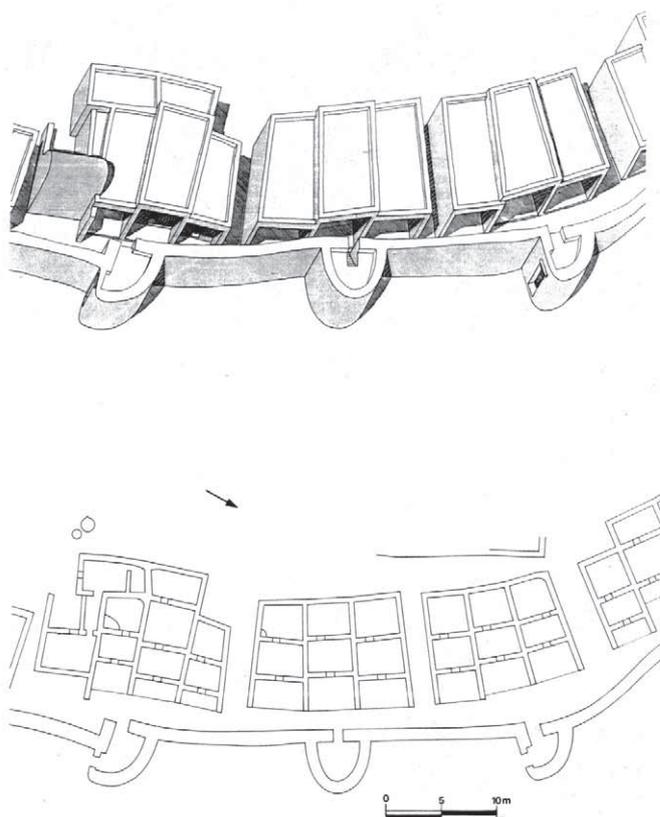
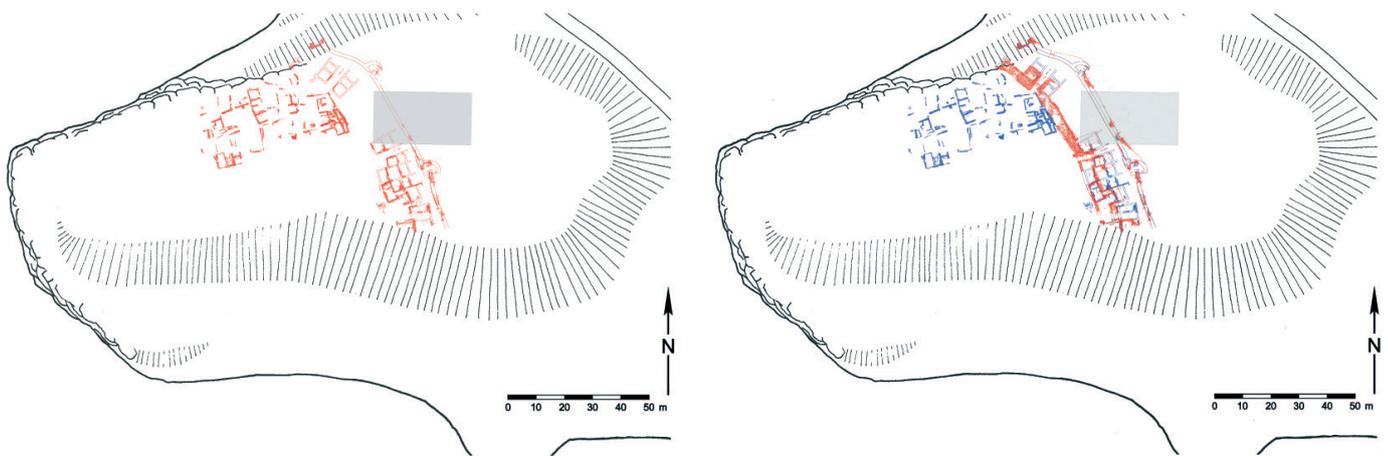


Fig. 6d - Reconstrucción de la muralla con bastiones semicirculares de Aegina-Kolonna V (Grecia) (FELTEN, 1986: fig. 12-13).



**Fig. 6e-6f** – Sustitución de una muralla de bastiones semicirculares de Aegina-Kolonna V por una muralla de bastiones rectangulares durante Aegina-Kolonna VI (GAUSS, 2019, p. 62 Fig. 8-9).

En la isla de Aegina o Egina, el poblado de Kolonna, la antigua Aegina, fue destruido en su fase IV, pero no sabemos si estaba fortificado en el Heládico Inicial II. Sin embargo, en la siguiente fase V del Heládico Inicial III, 2250-2100/2050 AC, se levantó una muralla con bastiones semicirculares, algunas con acceso exterior, que protegen el acceso desde el interior de la isla, pero no evitó que volviera a ser destruida (WALTER y FELTEN, 1981, p. 28-41, 28 Fig. 22; GAUSS, 2019, p. 62 Fig. 8). Aún dentro del Heládico Inicial III, durante la fase VI la muralla de bastiones circulares quedó como muralla externa, no interna como debió pasar en La Bastida, sin superponerse como es más frecuente en el Levante, y se construyó una nueva muralla interior con bastiones cuadrangulares que protegen las dos puertas (WALTER y FELTEN, 1981, p. 43-50, 43 Fig. 34-35; GAUSS, 2019, p. 62 Fig. 9), lo que explica las aberturas a modo de entradas en los bastiones semicirculares de la primera muralla exterior. Este proceso de reforzamiento de la muralla continuó durante el Heládico Medio I en la fase 7 (WALTER y FELTEN, 1981, p. 50-55, 51 Fig. 40-41; GAUSS, 2019, p. 67 Fig. 13) y alcanzó su punto máximo en la fase 8, aún en el Heládico Medio I (WALTER y FELTEN, 1981, p. 72-92, 73 Fig. 56-57; GAUSS, 2019, p. 67 Fig. 14), coetáneo al Minoico Medio IIA, 1875/1850-1800 AC (Fig. 6d-f).

En islas Cíclades aparecen poblados como Kastri en la isla Syros con una muralla con 6 bastiones semicirculares (BOSSERT, 1967, p. 56 plan 2) o Palamari en la isla de Skyros, construida en un momento avanzado del Cícládico Inicial II, pero que fue reformada en dos ocasiones, manteniéndose los mismos 8 bastiones semicirculares en el Cícládico Inicial III y en el Cícládico Medio (PARLAMA, 2007; ROMANOU, 2015, p. 12 Fig. 1, 14 Fig. 4-5). También merece destacarse un fortín con 5 bastiones o “torres” en Korfari ton Amygdalion-Panormos (ANGELOPOULOU, 2003, p. 151 Fig. 16.1) en la isla de Naxos del Cícládico Inicial II-IIIa (Fig. 7a-7d).

## 1.5 – CABAÑAS OVALES O RECTANGULARES

Dentro de los poblados se produjo el abandono de las cabañas circulares con zócalo de piedra, pues es posible que durante el Calcolítico a veces una unidad doméstica estuviera formada por más de una cabaña y el patio inmediato. Los datos más precisos para el Bronce Inicial I se han documentado en el poblado de La Bastida, donde las estructuras están excavadas en el terreno, con planta oval y postes de madera, no con el clásico zócalo de piedra calcolítico, lo que es un cambio importante. No obstante, la estructura principal docu-



Fig. 7a – Vista aérea del poblado fortificado Kastri (Syros, Cíclades, Grecia).



Fig. 7c – Vista aérea del poblado fortificado de Palamari (Skyros, Grecia).

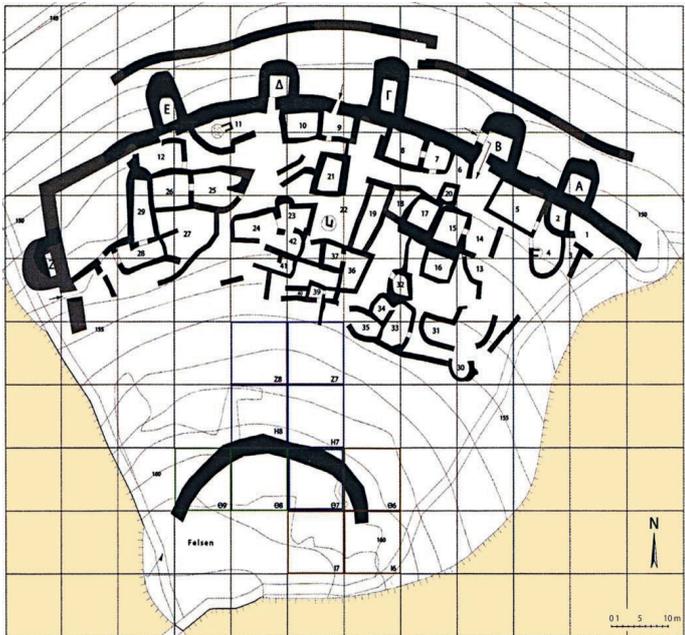


Fig. 7b – Plano de la muralla con bastiones semicirculares de Kastri (BOSSERT, 1967, p. 56 plan 2).

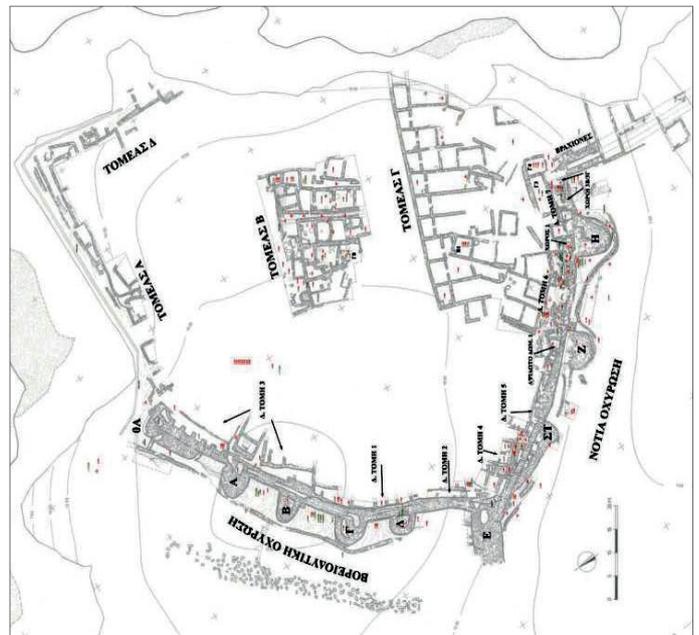


Fig. 7d – Plano de la muralla con bastiones semicirculares de Palamari (PARLAMA, 2007).

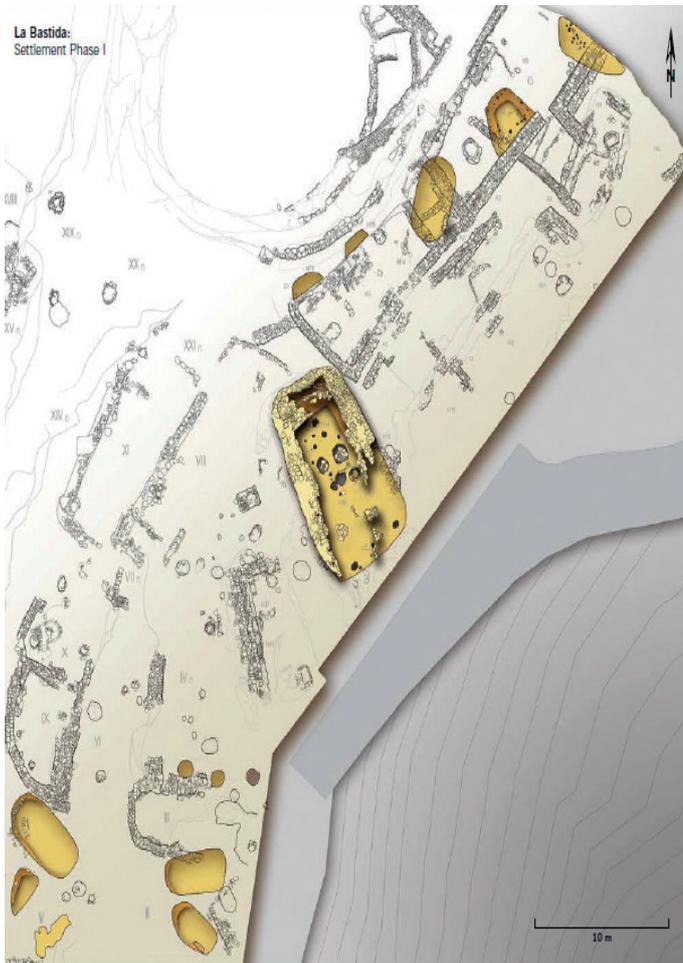
mentada, H35-36, es de piedra con planta rectangular, y por el grosor de sus paredes, 1,5 m, se sugiere que quizás tuviera un segundo piso (LULL *et al.*, 2015a, p. 377-378 Fig. 9 y 2015b, p. 62-63 Fig.). En el caso de La Almoloya (Pliego, Murcia), presentan zócalos de piedra de una o dos hiladas de piedra con tendencia curva oval como H32 y H38 y alguno lineal, caso de H42 (LULL *et al.*, 2015c, p. 46-47). Esto sugiere una cierta transición hacia las viviendas rectangulares, aunque harían falta más datos (Fig. 8a).

La fase inicial argárica probablemente incluía el Bajo Segura y quizás no se integró desde el 2100 AC como se ha sugerido (LULL *et al.*, 2009, p. 228 Fig. 2 y 2011, p. 387 Fig. 3), sino es posible que fuera casi contemporáneo en el Guadalentín, Lorca y Bajo Almanzora hacia el 2200 AC. Sería lo más lógico para controlar el

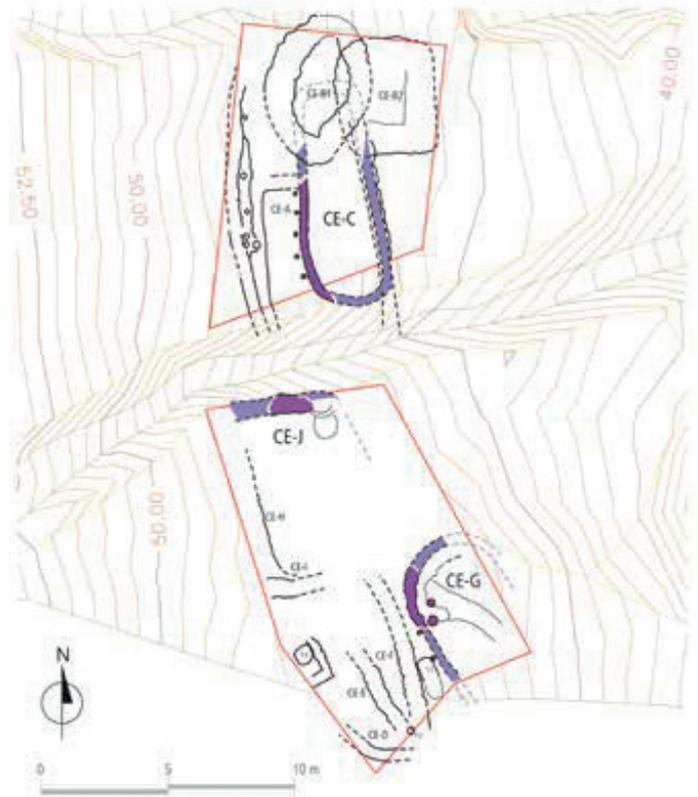
estuario de la desembocadura del río Segura y no tiene mucho sentido buscar una frontera en el Guadalentín pasada Totana. El punto clave es donde confluye el río Guadalentín con el río Segura, además con la zona minera en Santomera próxima y lo lógico es que al menos hasta Orihuela se integrase en el área originaria para controlar la desembocadura del río Segura.

Las recientes excavaciones desde 2013 en las Ladera del Castillo (Alicante) apuntan que el poblado estaba ya aterrazado, según los excavadores al menos desde el 2150 AC, y el tipo de cabañas ovaladas sigue un patrón similar al documentado en La Almoloya o La Bastida. Se han identificado dos cabañas, la CE-C de 8/9 m de longitud y 3.5/4 m de ancho, mientras la segunda cabaña está parcialmente documentada en un lado del corte, CE-G (JOVER, GARCÍA ATIENZAR y LÓPEZ PADILLA, 2019, p. 86, 87 Fig. 12). Existen dos dataciones de la universidad de Salento,  $141-13.676A\ 3717\pm45\ BP$  y  $141-13.677A\ 3679\pm40\ BP$  (LÓPEZ PADILLA *et al.*, 2018, p. 10), 2279 (2136-2069) 1977 AC y 2196 (2111-2036) 1948 AC, que sugieren al menos la transición al Bronce Inicial II (Fig. 8b).

Como correctamente se ha señalado, la aparición de cabañas de planta rectangular u oval con extremo absidal sucedió también en el Egeo en la fase Lerna IV (LULL *et al.*, 2011, p. 384), con el inicio del Heládico Inicial III, 2200-2100/2050 AC, que supuso el abandono y amortización del megaron, el principal edificio en Lerna durante Lerna III, el cual concentraba las actividades de almacenamiento.



**Fig. 8a** – Cabañas de planta oval y estructura rectangular de la fase I del Bronce Inicial de La Bastida (Murcia) (LULL *et al.*, 2015a, p. 377 Fig. 9).



**Fig. 8b** – Cabañas de planta oval de Laderas del Castillo (Callosa del Segura, Alicante) (JOVER *et al.*, 2019, p. 87 Fig. 12).



Fig. 8c - Estructura CE-72 de planta rectangular con horno metalúrgico en la muralla 3 de Los Millares (Santa Fe de Mondújar, Almería).

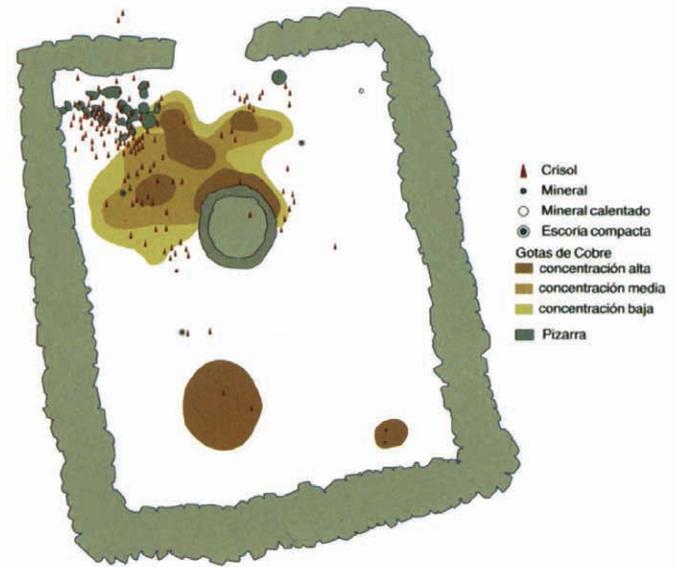


Fig. 8d - Plano de las evidencias metalúrgicas en la estructura CE-72 de planta rectangular con horno metalúrgico de Los Millares (MOLINA y CÁMARA, 2005, p. 97).

En cualquier caso, se conoce una gran estructura rectangular desde el Calcolítico en Los Millares, la casa 1, que según el plano tenía un hogar y unas dimensiones de 6.60 x 6.10 m (LEISNER y LEISNER, 1943, p. lám. 86/5), la cual se ha interpretado como “vivienda de un jefe” (ARRIBAS, 1959, p. 127) o un “gran edificio de (...) uso público” (ARRIBAS *et al.*, 1987, p. 254). La presencia de un crisol completo en la colección del MAN (CAMALICH, 1982: Fig. 57/1) y de diversos artefactos macrolíticos vinculados al trabajo del metal como 7 martillos, 2 escoplos y 2 fragmentos de escoplos (ARRIBAS, 1959, p. 92), indican que pudo tener una función de fundición metalúrgica y forja, que incluso puede arrancar desde los inicios del poblado pues en la colección del MAN hay diversos fragmentos cerámicos de asas de cinta y mamelones con perforación horizontal del Calcolítico Inicial. Por otra parte, en la tercera muralla los talleres metalúrgicos muestran dos fases con edificios superpuestos, la estructura Y sobre las estructuras SA y VA. Las tres estaban parcial o totalmente abiertas en su cubierta para facilitar la evacuación de los gases, y tienen planta rectangular (ARRIBAS *et al.*, 1987, p. 254 Fig. 7) (Fig. 8c-8d).

Otra estructura interesante es la cabaña o estructura central XIII del fortín 1, con planta de tendencia rectangular (ARRIBAS *et al.*, 1987, p. 257, 256 Fig. 9), pues corresponde a la fase final del fortín 1, antes de ser afectada por el nivel de incendio.

Un aspecto interesante en los espacios domésticos de inicios del Bronce es la aparición de un área de molienda con 5 grandes molinos en Lugarico Viejo (Antas, Almería), dos de ellos agrupados (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. 98-99), concentración que no es habitual en los poblados calcolíticos donde suelen estar individualizados por unidad de habitación, caso de muchas estructuras del fortín 1 de Los Millares como el bastión o estructura V (ARRIBAS *et al.*, 1983, p. 144 lám. 7b) o el bastión o estructura IX (MOLINA *et al.*, 1986, p. 185, 186 Fig. 2) durante el Calcolítico Final. No obstante, en el cuadrante SE del mismo fortín 1 ya apareció una agrupación de 8 estructuras con sus molinos (MOLINA *et al.*, 1986, p. 193, 195, 194 Fig 6) que supera al conjunto de Lugarico Viejo.

## 1.6 – ENTERRAMIENTOS INDIVIDUALES EN EL INTERIOR DE LOS POBLADOS

Uno de los elementos que mejor muestra el cambio ideológico entre Calcolítico y Bronce es la transformación de un enterramiento colectivo, realmente restringido de algunos linajes, con *tholoi* al exterior, pero próximos al poblado y visibles por la comunidad, a un enterramiento individual en cista o fosa debajo de la vivienda, que quedaba invisible, restringido al ámbito doméstico o privado, pero reforzando los derechos de propiedad de los vivos a partir de sus vínculos familiares con sus antepasados del mismo linaje, enterrados en la vivienda familiar. El enterramiento individual se fue generalizando ya durante el Calcolítico Final, a menudo reutilizando espacios funerarios previos, lo que explica la presencia de cerámicas campaniformes en algunas sepulturas como en Los Millares, donde se concentran en los corredores (LEISNER y LEISNER, 1943, p. 555).

Durante época campaniforme, parece que aún se construían pequeños *tholoi* en Señorío de Guzmán en la zona del gran *tholos* de Los Cabezuelos (Castilleja de Guzmán, Sevilla), en cuyo corredor y cámara utilizaron piedras de pizarra o arenisca, la tumba 1 con dos campaniformes impresos y la tumba 5 con 4 fragmentos campaniformes impresos de dos vasijas, uno de ellos de tipo marítimo (ARTEAGA y CRUZ-AUÑÓN, 2001, p. 647-648, 650 lám. 5-6; PAJUELO y LÓPEZ ALDANA, 2016, p. 62 Fig. 7-8; MEJÍAS, 2017, p. 366 Fig. 152, 372 Fig. 156-157).

La costumbre del enterramiento individual flexionado hacia la izquierda, ya habitual en los grupos de cerámica cordada en Centroeuropa, se va a generalizar durante el Calcolítico Final con los grupos de cerámica campaniforme, quienes mantienen el enterramiento masculino en decúbito lateral flexionado hacia la izquierda, pero no sólo los hombres, sino también las mujeres y los infantiles, caso de Humanejos (Madrid) (GARRIDO *et al.*, 2019, p. 152-153). En Centroeuropa, en el grupo de Uetice durante el Bronce Inicial, optaron por cambiar y enterrarse en decúbito lateral derecho. En cambio, los enterramientos argáricos, si seguimos el patrón identificado en Fuente Álamo, los hombres adultos mantuvieron la posición de decúbito lateral izquierdo, mientras las mujeres lo hacían hacia la derecha, al igual que los jóvenes o los ancianos que no portaban armas (SCHUBART *et al.*, 2006, p. 112-115 Fig. 7; LULL *et al.*, 2015c, p. 130 fot.). Esto implica que al menos en los hombres adultos hubo continuidad con la fase precedente, con algunas excepciones como por ejemplo La Bastida tumbas 18 y 78, Monteagudo (Murcia) tumbas 3 y 8 (LULL *et al.*, 2016, p. 48) o una cista de El Tabayá (Aspe, Alicante) (HERNÁNDEZ PÉREZ y LÓPEZ PADILLA, 2010, p. 224), todos posicionados hacia la derecha.

Por otra parte, se conocen algunos yacimientos del Calcolítico Final que comienzan a mostrar la presencia puntual de enterramientos individuales dentro del poblado. Un caso claro es la deposición de una mujer adulta en la estructura excavada nº 3 de Campos, al que quizás se asocian algunos elementos de ajuar como un cuenco con decoración simbólica y un puñal de lengüeta de cobre, GrN-15.509 4005±40 BP 2832 (2554-2493) 2458 AC, a comienzos del Calcolítico Final cuando se destruyó el poblado (MARTÍN SOCAS *et al.*, 1985-87, p. 137, 135 Fig. 1, 141 Fig. 3, 143 Fig. 5a; MEDEROS, 1995, p. 56, 75).

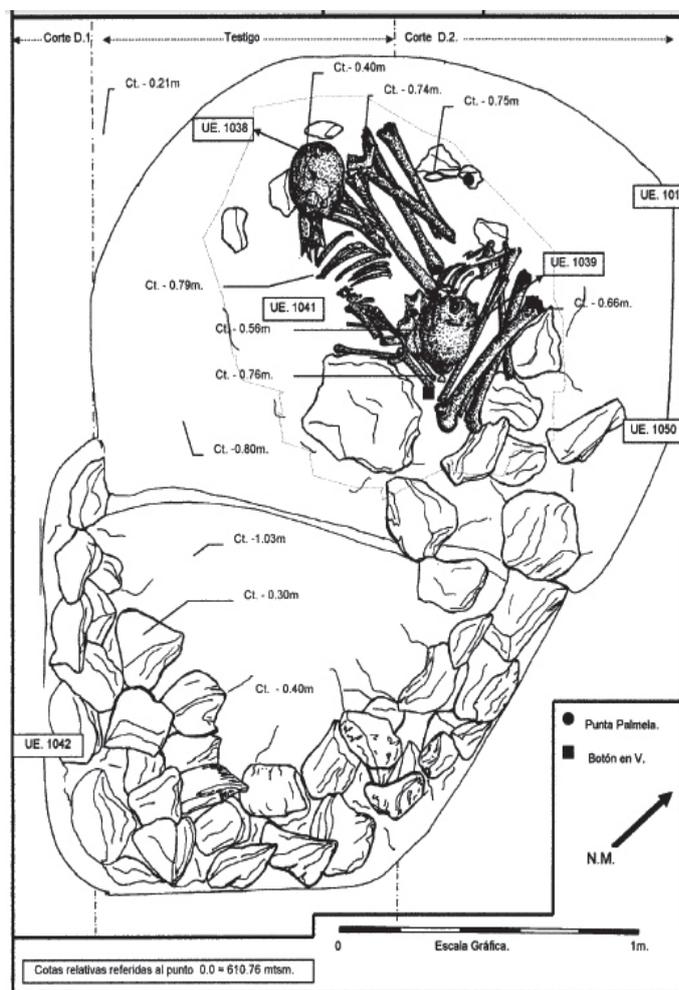
En otros sectores inmediatos al área inicial argárica del pasillo de Lorca y el valle del Guadalentín parece que coexistieron grupos calcolíticos campaniformes vecinos, situados al norte de Sierra Espuña (Murcia), donde se encuentra La Bastida, en zonas como Coy o Caravaca de la Cruz.

Un enterramiento en fosa de un posible hombre localizado en el corte L del cerro de las Viñas (Coy, Murcia) presentó un ajuar con 7 botones con perforación en V, el pedúnculo de una punta de Palmela, un brazalete de arquero con 3 perforaciones por extremo y un posible puñal de cobre fragmentado con una perforación en la hoja (AYALA, 1991, p. 203, 191 Fig. 68, 200-201 Fig. 75-76; MALGOSA, 1997, p. 91). Algunos autores consideran que este enterramiento corresponde ya a una fase argárica antigua y por ello ponen en duda que

la punta de Palmela proceda de la tumba (LÓPEZ PADILLA, 2006, p. 98 y 2006b: p. 33), pero tanto LULL *et al.* (2015a, p. 403) como nosotros preferimos un Calcolítico Final avanzado, a falta de una datación directa de la tumba, pues existe cerámica campaniforme en el poblado (AYALA e IDÁÑEZ, 1987, p. 299 Fig. 3a-d).

Más claro sobre una filiación campaniforme, por la presencia asociada de estas cerámicas, son dos enterramientos de Molinos de Papel (Caravaca de la Cruz, Murcia). La tumba 1, a 10 m de la cabaña 1, se trataba de un enterramiento doble en fosa, un hombre con una punta de Palmela de cobre, MAMS-11.826 3780±30 BP y una mujer con dos botones con perforación en V, quizás para sujetar una capa, elaboradas con marfil de elefante africano (*Loxodonta africana africana*), MAMS-11.825 3699±30 BP (PUJANTE, 2005, p. 156-157 Fig. 11; LULL *et al.*, 2015<sup>a</sup>, p. 402-403; SCHUHMACHER, 2016, p. 244 catálogo 2) 2296 (2200) 2060 AC y 2198 (2128-2043) 1981 AC, indicativo de que también en el sureste se hacían al final del Calcolítico Final enterramientos dobles (Fig. 9b).

La tumba 2 de Molinos de Papel también es muy interesante porque ha sido excavada dentro de la propia cabaña 1, cuyo nivel 1 presentaba cerámicas campaniformes y una punta de flecha con pedúnculo y aletas (PUJANTE, 2005, p. 149-150 Fig. 6). Esta tumba 2 también es doble, una mujer sin ajuar que fue arrinco-



**Fig. 9a** – Enterramiento individual en fosa campaniforme junto a un bastión macizo de la muralla del cerro de las Viñas (Coy, Murcia) (AYALA, 1991, p. 191 Fig. 68).

**Fig. 9b** – Enterramiento doble campaniforme dentro de la cabaña 1 de Molinos de Papel (Caravaca, Murcia) (PUJANTE, 2005, p. 157 Fig. 11).

nada a un extremo, MAMS-11.827 3711±29 BP y a posteriori, un hombre con un anillo de plata y un posible botón con doble perforación de marfil, MAMS-11.828 3701±26 BP (PUJANTE, 2005, p. 149, 151 Fig. 7; LULL *et al.*, 2014a, p. 560-561 fig. 2, y 2015a, p. 402-403), pero son prácticamente casi simultáneas, 2200 (2135-2060) 2027 AC y 2196 (2130-2043) 2023 AC, y la segunda aporta el adorno de plata datado más antiguo del sureste. No obstante, la ya mencionada tumba 1 de Murviedro presenta un dilatador de orejas de plata asociado con un vaso campaniforme marítimo (IDÁÑEZ, 1985, p. 201, 208 lám. I/1), y su cronología debería ser de comienzos del Calcolítico Final.

Un enterramiento en posición fetal también se localizó por Bonsor dentro de la cabaña P de El Acebuchal (Sevilla), cabaña que aportó fragmentos de cerámica campaniforme (LAZARICH *et al.*, 1995, p. 89, 94).

Un dato también interesante es la presencia de cerámica campaniforme en la tumba 15 del poblado argárico de Puntarrón Chico (Beniaján, Murcia), junto a Murcia capital. Esta tumba en cista, la más rica del poblado, presentaba dos individuos, y tenía un ajuar de una “punta de alabarda” de 7.2 cm, un punzón de bronce, un cuenco semiesférico y un fragmento campaniforme (GARCÍA SANDOVAL *et al.*, 1962, p. 109-111). Al ser sólo un fragmento, y teniendo en cuenta que en superficie se localizaron otros 3 fragmentos campaniformes (GARCÍA SANDOVAL *et al.*, 1962, p. 113; AYALA e IDÁÑEZ, 1987, p. 298 Fig. 2c), quizás la tumba rompiera niveles del Calcolítico Final de una ocupación previa. Sin embargo, la supuesta “punta de alabarda” se trata de un puñal de lengüeta que tiene indicada la huella de la empuñadura y presenta la punta partida, el cual ha sido integrado en los puñales tipo Ferradeira (Faro, Algarve) (BRANDHERM, 2003, p. 90, 94, lám. 5/78), lo que ha llevado a plantear que la tumba y su ajuar sería indicativo de la fase formativa de El Argar (BRANDHERM, 1998, p. 170) e implicaría la presencia conjunta del puñal de lengüeta y la cerámica campaniforme.

Los datos que tenemos de la fase inicial argárica no sugieren que estaba generalizado el enterramiento dentro de los poblados, sino que sólo se realizaba para personas concretas y significativas. Un dato en este sentido es la ausencia de enterramientos durante la fase I de La Bastida, entre el 2200-2000 AC, sugiriéndose que los enterramientos se depositaban al aire libre o en la periferia del asentamiento (LULL *et al.*, 2013b, p. 248 y 2015b, p. 62). Tampoco se mencionan en la fase inicial de La Almoloya de Pliego (LULL *et al.*, 2015c, p. 46). Y durante el Bronce Inicial II el porcentaje es pequeño, pues en El Argar, de las 980 tumbas excavadas con datos antropológicos, 735 son *pithoi*, y de 283 tumbas en El Oficio, 195 son *pithoi* (ULREICH, 1986, p. 433 y 1991, p. 376 tabla 17), esto implica que al menos el 75 % de las tumbas con datos antropológicos en El Argar y el 70 % en El Oficio (68.9 %) son *pithoi* y corresponden al Bronce Medio.

En el caso de Gatas, parece que durante el Calcolítico Final empezaron a hacerse enterramientos individuales en la periferia del poblado, como muestran las dataciones de dos tumbas en covacha, Gatas 11 de un infantil de 5 años con un punzón de cobre y vaso carenado de forma 5, OxA-4962 3895±55 BP y Gatas 13, un posible hombre de 40-60 años con otro vaso carenado fragmentado de forma 5, OxA-4963 3775±55 BP (HEDGES *et al.*, 1995, p. 425; KUNTER, 1990, p. 45; SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 120), 2559 (2402-2352) 2204 AC y 2451 (2199-2154) 2030 AC. Aunque los ajuares no se conservan, lo que dificulta su valoración cronológica, a priori podrían ser también argáricos, si bien la datación de la tumba 11 es demasiado antigua. Esta serie de tumbas en covacha bajo un abrigo corresponden a un grupo entre los nº 11 al 16, excavadas por Siret, pero las nº 12, 15 y 16 no tienen ajuar y la nº 14 sólo presentaba un vaso de la forma 1 (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 59).

Otro grupo de sepulturas en covacha aparecen al exterior de la muralla de Lugarico Viejo, tumbas 1 a la 8, también casi sin ajuares salvo la tumba 3, un enterramiento doble con un punzón, quizás de una mujer, situada a la izquierda y un puñal con 1 remache, quizás de un hombre, situado en el lado derecho, y la tumba 4 con un punzón (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 16/3-4) que podría sugerir una mujer.

También quizás al exterior del poblado, pues se habían excavado en la ladera este del cerro de El Argar, hay 10 enterramientos en covacha, tumbas nº 528 a 537, que presentan alabarda, brazalete de arquero y forma 5, nº 530 (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 49/530); alabarda y puñal, nº 533 y 534 (SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 36/533a-b y 534a-b); puñal y forma 5, nº 529 y 531 (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 49/529 y 531; SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 36/529a-b y 531) o puñal, nº 528 (SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 36/528). De esta serie de tumbas sólo está fechada la tumba 534 MAMS-15.344 3609±21 BP (LULL *et al.*, 2017a, p. 146 tabla 1) 2028 (1949) 1908 AC que marca un momento de finales del Bronce Inicial II.

Al exterior del poblado del cerro de la Virgen (Orce, Granada), tanto durante el calcolítico como en el bronce, hay tres enterramientos que se han asignado al Calcolítico Final, previos a la llegada de influencias argáricas al poblado. Son la tumba en fosa 30A de un hombre, Ua-39.419 3802±30 BP, la tumba 30B de una mujer, Ua-39.420 3780±32 BP y la tumba 30C con un infantil I, Ua-39.421 3785±33 BP (MOLINA *et al.*, 2014, p. 125, 124 Fig. 2), 2340 (2271-2204) 2140 AC, 2299 (2200) 2050 AC y 2338 (2201) 2058 AC. Esta parece ser la hipótesis más razonable por la continuidad campaniforme en el poblado, aunque hay autores que las utilizan para sugerir una génesis simultánea de El Argar en el altiplano granadino, simultánea al sur de Murcia y el norte de Almería (ARANDA, MONTON y SÁNCHEZ, 2015, p. 25) y las tumbas 30A y 30B se han interpretado como una tumba doble argárica (DELGADO-RAACK, 2013, p. 116 Fig. 7.21; LULL *et al.*, 2013c, p. 4629 tabla 1, 4630 n. 6).

En el caso de Fuente Álamo, las dos tumbas con fechas más antiguas proceden de la campaña de 1979. La tumba 58 es en covacha con rampa descendente y tenía un enterramiento doble, hombre y mujer, con ajuar de alabarda, puñal y forma 5 con carena media y pie bajo (ARTEAGA y SCHUBART, 1981, p. 17, Fig. 2, 19 Fig. 4a-c; SCHUBART, 2012, p. 125-126, lám. 4/58 y 32/58a-c). Presenta cuatro dataciones combinadas, KIA-42.493 3761±14 BP (LULL *et al.*, 2015a, p. 400-401 tabla) 2274 (2196-2144) 2136 AC. Sin embargo, como sería la única evidencia de una alabarda durante el Bronce Inicial I, consideran que no debería incluirse dentro de las tumbas de la fase formativa (Lull *et al.*, 2017a: 151 n. 11), propuesta que no compartimos porque existiendo alabardas campaniformes mucho más antiguas no sería lógico una ausencia hasta su presunta aparición hacia el 2000 AC, que deja además a la fase inicial sin armas salvo los puñales largos o espadas cortas de más de 20 cm que son para un combate cuerpo a cuerpo (Fig. 9c).

La tumba 69, responde a las cistas antiguas que se excavan en un espacio ajustado, con una pequeña rampa descendente, no como las posteriores que abren una fosa mucho más ancha para facilitar encajar la cista. Presentaba enterramiento doble, hombre y mujer, con un puñal, un punzón y una forma 5 con carena media (ARTEAGA y SCHUBART, 1981, p. 16; RISCH y SCHUBART, 1991, p. 189, 191 Fig. 3-4; SCHUBART, 2012, p. 133-135, lám. 7 y 36/69a-c), que fue datada por KIA-22.261, 3760±25 BP (van STRYDONCK *et al.*, 2004, p. 143; LULL *et al.*, 2010, p. 83 tabla 2), 2282 (2196-2144) 2049 AC.

También se acepta como argárica la tumba en cista Gatas 42, una mujer con puñal y forma 5, OxA-10.994 3765±38 BP (CASTRO *et al.*, 1999, p. 9-10 lám. 6; LULL *et al.*, 2010, p. 83 tabla 2 y 2015a, p. 400-401 tabla, 388 Fig. 16a), 2295 (2197-2146) 2038 AC (Fig. 9d).

Las cistas son excepcionales en contextos campaniformes, aunque existe un posible caso en El Bramadero (Fuente Palmera, Córdoba), acompañado por una cazuela campaniforme incisa y un puñal de lengüeta que se compara con los de tipo Remedello (SANGMEISTER, 1957, p. 257-258, 259 Fig. 1a-b).

Lo más interesante de estas fechas es que hacia el 2200-2150 AC ya existía un ritual funerario estructurado, completamente novedoso, por una parte la cista como nuevo contenedor funerario, que previamente no era conocido pues todos los enterramientos individuales campaniformes aparecen en fosas, y también la utilización de ajuares ya estandarizados. Ello sugiere que quizás pueda retrotraerse algo más la fecha de inicio del grupo argárico, tal vez hasta un 2250 o 2275 AC.

Fuente Álamo T58 (2201–2142 cal BC)

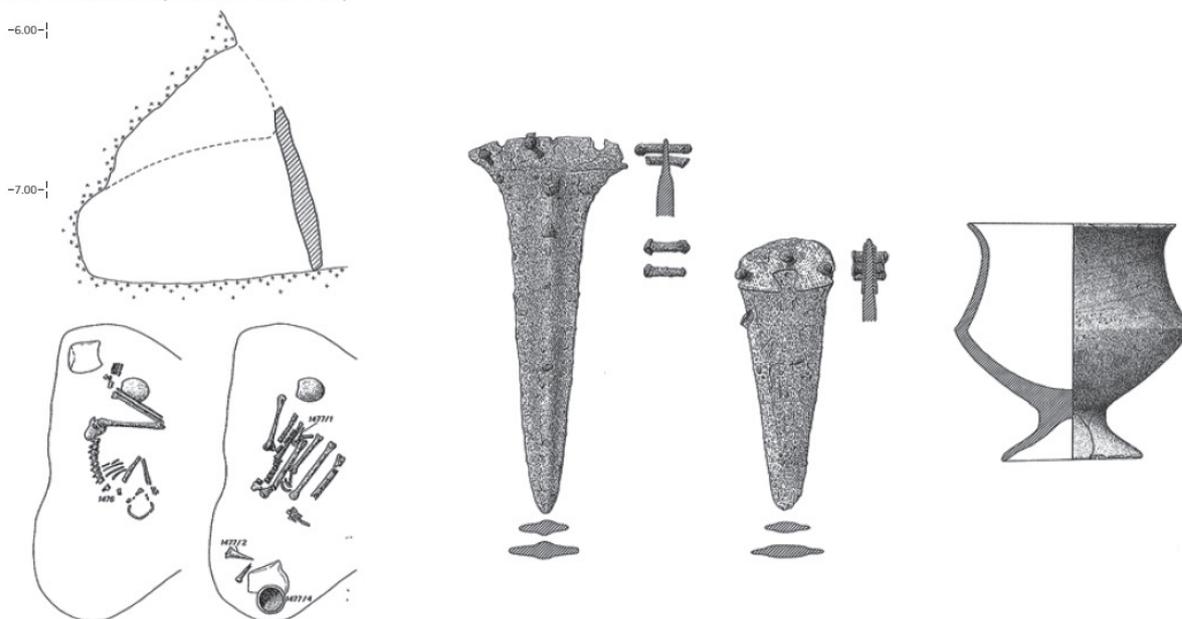


Fig. 9c – Tumba 58 en covacha de Fuente Álamo (Almería) con alabarda y vaso con pie (LULL *et al.*, 2015a, p. 388 Fig. 16b).

Gatas T42 (2278–2135 cal BC)



Fig. 9d – Tumba 42 en cista de Gatas (Turre, Almería) (LULL *et al.*, 2015a, p. 388 Fig. 16a).

Otra cuestión que cabría replantearse es la no visibilidad de las tumbas argáricas fuera del ámbito doméstico. Por un lado, sería interesante hacer una valoración detallada de los enterramientos en pasillos o zonas de circulación de los poblados argáricos. Más sugerente sería valorar los enterramientos dentro de bancos dentro las cabañas rectangulares, pues realmente son mucho más visibles que los situados bajo el suelo. Un buen ejemplo sería la tumba en *piithos* de La Almoloya 38, que presenta enterramientos con ajuares pobres en la habitación H9E, y cuenta con un banco perimetral donde cabrían unas 50 personas (LULL *et al.*, 2015c, p. 84, 76 Fig., 82-83 Fig., recons. 78-79 Fig.). Allí precisamente se localizó uno de los *piithos* más ricos conocidos, con un hombre de 35-40 años y una mujer de 25-27 años con una diadema de plata, 2 cintas de plata sobre el pecho, 2 dilatadores de oreja de oro y 2 de plata, 2 brazaletes de plata y 8 pendientes de plata, un puñal con 4 remaches de plata, y 1 punzón con mango de madera revestido de plata, que suman en total 220 gr de plata, hacia el 1650 AC (LULL *et al.*, 2015c, p. 90, 92-93, 98, 88-89 fot., 94-95 fot., 95-96 fot.).

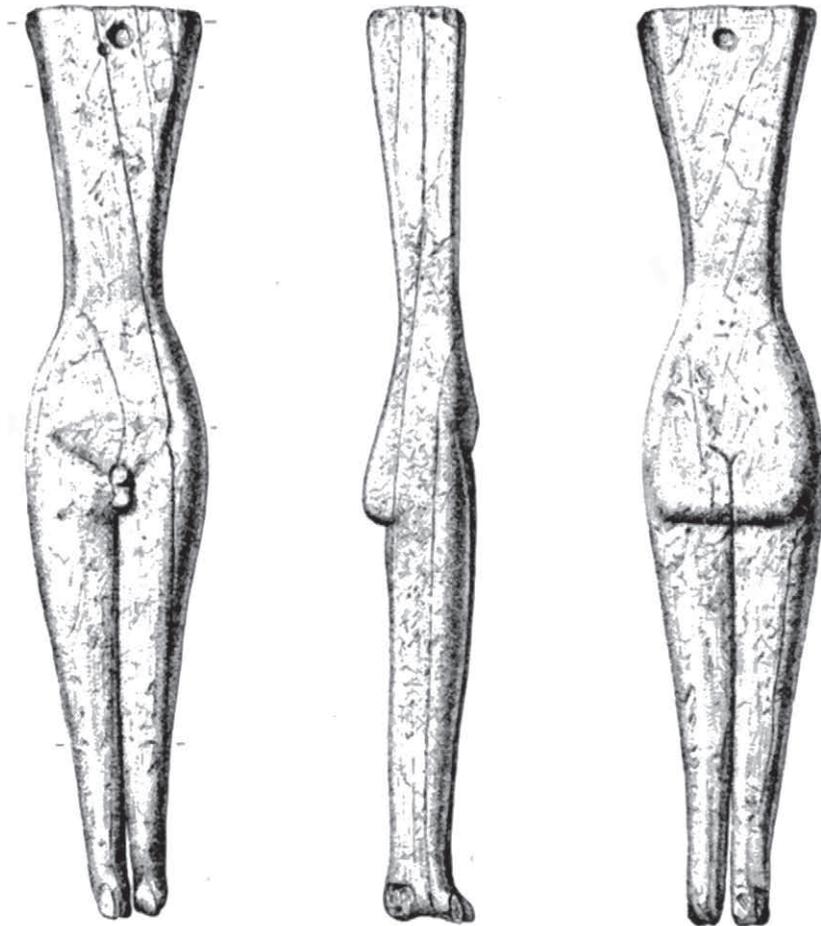
## 1.7 - DESAPARICIÓN DE LOS ÍDOLOS OCULADOS

Junto con el cambio ritual en los enterramientos, quizás la transformación más radical que se aprecia en el plano de las creencias y divinidades es la completa desaparición de los ídolos oculados con posible tatuaje facial (MAICAS, 2018), cuya generalización en todo el sur de la Península Ibérica, desde la costa atlántica portuguesa hasta Madrid en la cuenca del Tajo o la región levantina y el Sureste, sugiere su asociación con algún tipo de divinidades masculinas y femeninas, aunque cada región presenta matices (HURTADO, 2010, p. 176 lám. 19, 178 lám. 20).

Los ídolos asignables al Calcolítico Final muestran algunos de los ejemplares antropomorfos de más calidad, habitualmente procedentes de poblados importantes, como dos ídolos antropomorfos masculinos en hueso de Valencina de la Concepción que se localizaron en el pozo 1 del cerro de la Cabeza a -7.91 m y -9.56 m de profundidad (FERNÁNDEZ GÓMEZ y OLIVA, 1980, p. 26-28 Fig. 3-4), y próximo a este segundo ídolo se tomó la muestra Gif-4.028 3910±110 BP (FERNÁNDEZ GÓMEZ y OLIVA, 1980, p. 43; MEDEROS, 1996, p. 55), 2851 (2457-2414 AC) 2040, de comienzos del Calcolítico Final (Fig. 10a).



**Fig. 10a** – Ídolo antropomorfo del pozo 1 de cerro de la Cabeza localizado a -7.91 m de profundidad. Museo Arqueológico de Sevilla.



**Fig. 10b** – Ídolo masculino de marfil procedente de la cabaña G en El Malagón (Cúllar-Baza, Granada) (ARRIBAS, 1977, p. 65 Fig. 1).

Otro ídolo apareció en la cabaña F de El Malagón (Cullar-Baza, Granada), de 3.90 x 2.60 m, que se construyó en la fase IIA, durante una reorganización de la planta del yacimiento, continuó utilizándose durante la fase siguiente, IIB, cuando también aparecen viviendas más grandes y al final los primeros campaniformes impresos marítimos (ARRIBAS *et al.*, 1978, p. lám. 14b; de la TORRE *et al.*, 1984, p. 138, 139 Fig. 4a-b). En esta fase IIB, del nivel superior de la cabaña, se localizó un ídolo antropomorfo masculino de marfil (ARRIBAS, 1977, p. 63-64, 65 Fig. 1, lám. 1; ARIBAS *et al.*, 1978, p. 71) y en la campaña de 1986 otro femenino en alabastro (Fig. 10b-10c).

Otros hallazgos del Calcolítico Final son los ídolos aparecidos en el fortín 1 de Los Millares, un antropomorfo fragmentado del bastión IX (ESCORIZA, 1991-92, p. 155, 151 Fig. 3/1) y uno oculado sobre hueso largo aparecido en el sector SE con los molinos, que ha sido considerado masculino (ESCORIZA, 1991-92, p. 155, 151 Fig. 3/2), aunque no hay indicación de sexo.

En el caso del poblado fortificado de Terrera Ventura (Tabernas, Almería), un ídolo oculado con 4 ojos apareció en la fase III (GUSI y OLARIA, 1991, p. 234 n° 5, 235 Fig. 178/4), la más reciente del poblado, pero que parece englobar el Calcolítico Medio y parte del Calcolítico Final con presencia de cerámica campaniforme impresa (GUSI y OLARIA, 1991, p. 180-181 Fig. 107-108).

No obstante, quizás el conjunto más importante sea el procedente de Almizaraque (Cuevas del Almanzora, Almería) en la casa 30, excavada por Siret, donde apareció una cazuela campaniforme con decoración impresa a peine (DELIBES *et al.*, 1986, p. 17 Fig. 4k). Esta cabaña aportó piezas especiales como una sandalia de hueso (SIRET, 1906-07, p. lám. 6/1) y habían “cerca de 30 huesos pintados y grabados (...) y muchos de madera carbonizada”, que al ser reestudiados se han identificado 51 oculados y 18 matrices en proceso de fabricación (MAICAS, 2010, p. 129, 117 lám. 2). Este tipo de ídolos significativamente no aparecen en la necrópolis de *tholoi* inmediata de La Encantada. Los ídolos oculados presentan entre 2 y 6 ojos, y no hay indicación sexual (SIRET, 1906-07, p. 258, lám. 5/4 y 14, lám. 6/2-3), pero su funcionalidad es compleja y se han asociado a posibles inhaladores (MAICAS, 2010, p. 131), lo que podría explicar los grandes ojos, pero también los ojos podrían ser una representación solar de tipo celeste. En algunas religiones como la egipcia existe en ojo de Ra o el ojo de Horus que tiene un carácter protector y puede iluminar a los muertos en el camino al otro mundo.



Fig. 10c - Ídolo masculino de marfil de El Malagón. Museo Arqueológico de Granada.



Fig. 10d - Ídolo femenino de alabastro de El Malagón. Museo Arqueológico de Granada.

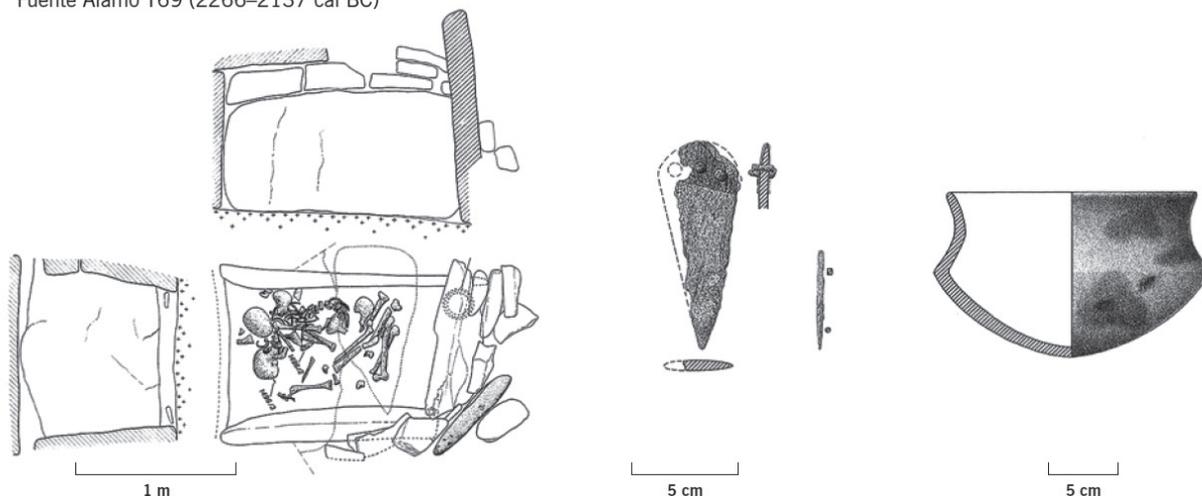


Fig. 11a – Tumba 69 en cista de Fuente Álamo (Almería) (LULL *et al.*, 2015a, p. 388 Fig. 16c).

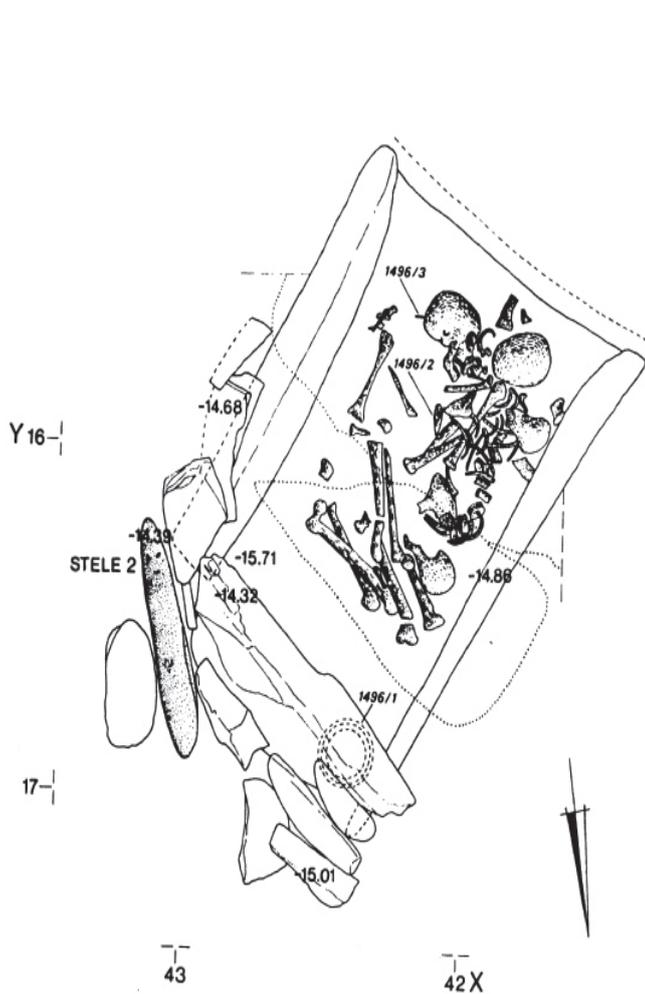


Fig. 11b – Posición de la estela 2 junto a la cista 69 de Fuente Álamo (RISCH y SCHUBART, 1991, p. 191 Fig. 3).

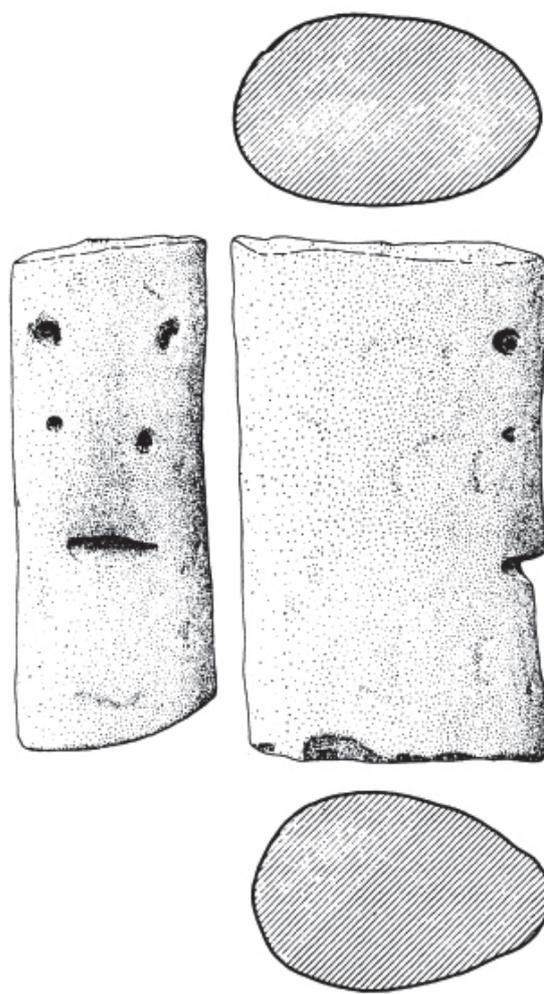


Fig. 11c – Estela 1 de Fuente Álamo con rasgos antropomorfos (RISCH y SCHUBART, 1991, p. 188 Fig. 1).

Tras la completa desaparición de los ídolos y de toda la iconografía religiosa que estaba bastante generalizada en el sur de la Península Ibérica, también representada en el arte esquemático, el Bronce Inicial I sólo tiene en El Argar excepcionalmente algún betilo antropomorfo como el identificado junto a la tumba 69 en cista de Fuente Álamo, que se ha considerado protector de la tumba (RISCH y SCHUBART, 1991, p. 189, 196, 191 Fig. 3). Este betilo tiene reminiscencias con los betilos en recintos situados a la entrada de algunas tumbas de Los Millares, como la tumba 5 con 18 betilos (LEISNER y LEISNER, 1943, p. 35-36, lám. 16/1) o la tumba 7 con 12 betilos (LEISNER y LEISNER, 1943, p. 26-27, lám. 12/1). Otro posible betilo se ha señalado en la tumba en hipogeo 36 de Quinta do Castelo (Beja) (SOARES *et al.*, 2019, p. 66 Fig. 2), ya del Bronce Medio (Fig. 11a-11d).



Fig. 11d – Betilos junto a la tumba 7-VII de Los Millares (ALMAGRO BASCH y ARRIBAS, 1963, p. lám. 147c).

### 1.8 – DESAPARICIÓN DE LA CERÁMICA DECORADA CAMPANIFORME O SIMBÓLICA CON TEMÁTICA RELIGIOSA REEMPLAZADA POR UNA CERÁMICA BRUÑIDA NEGRA SIN DECORAR

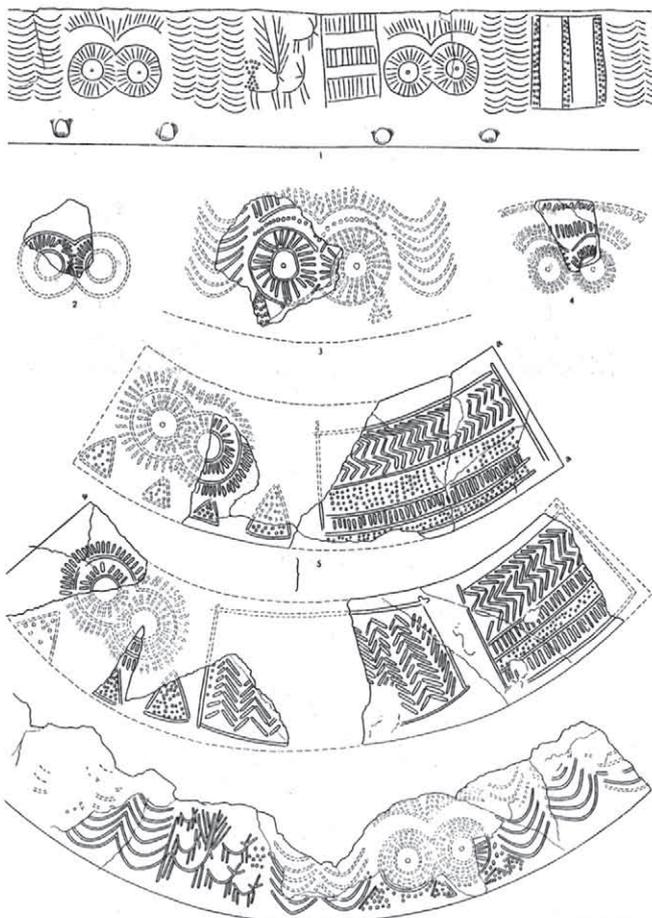
La cerámica negra bruñida ya era utilizada durante el Calcolítico, en particular en los cuencos de más calidad, probablemente para beber en momentos especiales, pero también en cuencos bicónicos con carena media para servir. A veces esta cerámica presentaba decoraciones denominadas simbólicas (MARTÍN SOCAS y CAMALICH, 1982, p. 271 Fig. 1, 291 Fig. 2, 298 Fig. 5), que recogen una iconografía religiosa calcolítica como soliformes, oculados, cérvidos, ídolos, etc., la cual desaparece bruscamente con el inicio de la Edad del Bronce. Son las representaciones solares y los denominados “ramiformes”, interpretados como posibles barcos solares (ESCACENA, 2011-12, p. 170-172 Fig. 20, 177-179 Fig. 28-30, 184), uno de los elementos más característicos (Fig. 12a).

Algunos de estos motivos también aparecen en las cerámicas campaniformes, caso de la presencia de cérvidos o soliformes (GARRIDO y MUÑOZ, 2000, p. 292 Fig. 7d), lo que implica un importante elemento de continuidad en el Calcolítico Final y que el cambio ideológico y religioso se produjo ya a comienzos del Bronce. Quizás el elemento más llamativo es la presencia de elementos esteliformes en la parte inferior de las cerámicas campaniformes, en especial en cazuelas y cuencos (GARRIDO, 2000, p. 243-246 lám. 24-27; GARRIDO *et al.*, 2019, p. 131-132 Fig. 200-201, 170 Fig. 239/2) (Fig. 12b).

No obstante, se trató de un proceso progresivo pues mientras los oculados o soliformes desaparecen, en la fase inicial argárica se han documentado otras decoraciones cerámicas con triángulos rellenos de puntos o bandas de guirnaldas incisas con puntos impresos. Estas decoraciones fueron documentadas primero en un nivel de incendio de la casa A de Lugarico Viejo (Antas, Almería), en un vaso con carena media con triángulos incisos rellenos de puntos (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. 99, lám. 16p; SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 124/2), y en un cuenco semiglobular con las guirnaldas rellenas de puntos que presentaba “una especie de

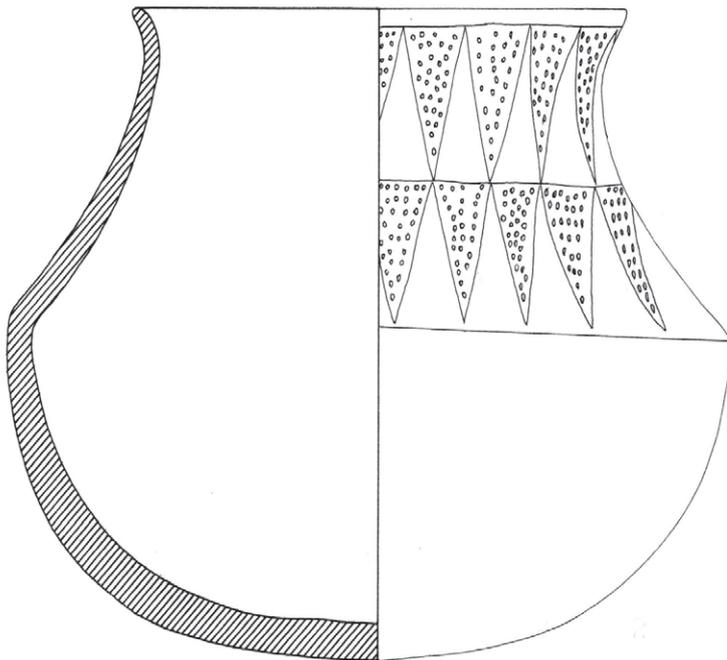
pan carbonizado” (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. 99, lám. 160; SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 124/1). Una muestra de semilla de haba del interior de una vasija ratificó la cronología del Bronce Inicial I de estos contextos, MAMN-14.498 3731±20 BP (LULL *et al.*, 2015a, p. 400-401), 2201 (2139) 2040 AC (Fig. 12c-12d).

Similares cerámicas con triángulos incisos rellenos de puntos se encontraron también en la fase inicial de La Bastida (Lull *et al.*, 2011b: 61), o en la meseta superior de Gatas, donde también aparece cerámica campaniforme incisa, asociada a cabañas que utilizan postes de madera (CASTRO *et al.*, 2004, p. 12, 13 Fig. 5/6). Otra pieza probable procede de la trinchera norte de Almizaraque (Cuevas del Almanzora, Almería), que presenta triángulos confrontados con puntos impresos. El fragmento, de una gran olla de paredes convergentes, ha sido publicada como asignable al Neolítico Medio (FERNÁNDEZ-MIRANDA *et al.*, 1993, p. 79. 80 Fig. 16/1) o como cerámica simbólica calcolítica (MARTÍN SOCAS y CAMALICH, 1982, p. 297, 294 Fig. 3e), pero la calidad de su pasta en este fragmento y otros que hemos revisado en el MAN sugiere más una cronología del Bronce Inicial, existiendo un motivo similar en Gatas. Esto podría apoyar la propuesta de ALMAGRO BASCH (1965, p. 378) y Pellicer de la presencia de un nivel de transición al Bronce Inicial en un sondeo que hicieron en 1961 en la zona oriental de Almizaraque, que no fue publicado, aunque se menciona la presencia de un enterramiento en cista

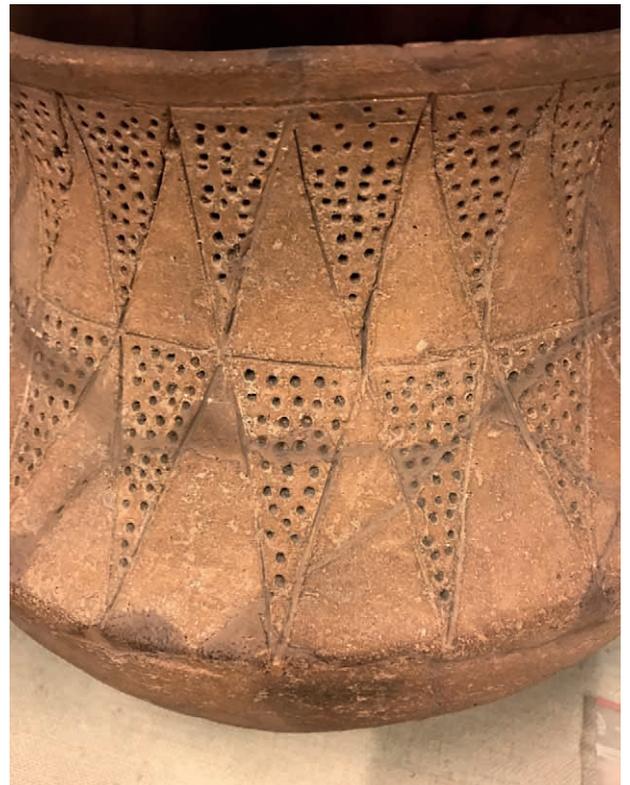


**Fig. 12a** – Decoraciones con oculados y cérvidos en cerámicas calcolíticas. 1) Los Millares tumba 15. 2) Hoya del Conquil tumba 46. 3) Almizaraque. 4) Vélez Blanco. 5) Los Millares tumba 4. 6) Los Millares tumba 7 (LEISNER y LEISNER, 1943, lám. 96/1-6).

**Fig. 12b** – Cuenco campaniforme tipo Ciempozuelos con decoración incisa de soles y ciervos al interior del poblado de Las Carolinas (Madrid). Museo de San Isidro, Madrid.



**Fig. 12c** – Vaso con carena media y decoración incisa de triángulos e impresa de puntos rellenándolos de Lugarico Viejo (Antas, Almería) (SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 124/2).

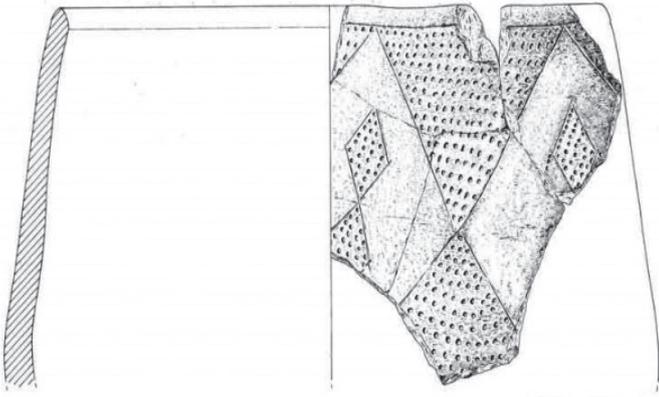


**Fig. 12d** – Detalle de los triángulos impresos del vaso de la casa A de Lugarico Viejo. Reales Museos de Arte e Historia, Bruselas. Foto: A. Mederos.

que se considera no pertenece al nivel IIC campaniforme, sino al estrato más superficial IA, desde donde se habría excavado en el nivel IIC (Fig. 13a-13b).

El recurso a superficies muy bruñidas imitaba formas que ya se empezaban a fabricar en metales preciosos como plata u oro, siendo un buen referente el tesoro de Troya IIg o II late, principalmente en plata, algunos con forma de vaso campaniforme del tesoro B (TOLSTIKOV y TREISTER, 1996, p. 96 n° 102) y otros recipientes de oro como 2 vasos de oro con pie del tesoro A (TOLSTIKOV y TREISTER, 1996, p. 36 n° 6-7), que también aparecen en plata en el tesoro B (TOLSTIKOV y TREISTER, 1996, p. 97 n° 103). Aunque aún no han sido localizados vasos metálicos en el registro arqueológico de la península ibérica, en el espacio de forja localizado en la Tira del Lienzo (Totana, Murcia), dentro del edificio central, existen útiles como un gran yunque y un martillo con superficies activas convexas que podrían servir para fabricar recipientes esféricos (DELGADO-RAAK *et al.*, 2015, p. 58) (Fig. 13c-13d).

Otra cambio significativo va a ser la desaparición de los platos (RUIZ MATA, 1975), que por la ausencia de lípidos se ha sugerido que serían para servir, no para cocinar (BASTOS, 2015, p. 26 fig. 9). Estas formas abiertas pueden sugerir un consumo de cantidades significativas de alimento en eventos excepcionales de comensalidad o el consumo diario por una familia extensa de cereales como hacen los bereberes con el cuscús, las cuales fueron sustituidas por formas cerradas más orientadas a cocinar alimentos hervidos. No obstante, los platos, especialmente los muy planos, pueden haber sido utilizados para preparar un pan plano, sin levadura, de grandes dimensiones, aunque en el Próximo Oriente y el norte de África actualmente suelen ser panes más pequeños, los cuales se cuecen pegados a las paredes de los hornos.



**Fig. 13a** - Vaso con decoración incisa de triángulos e impresa de puntos rellenándolos de la trinchera norte de Almizaraque (Cuevas del Almanzora, Almería) (FERNÁNDEZ-MIRANDA *et al.*, 1993, p. 80 Fig. 16/1).



**Fig. 13b** - Detalle de los triángulos impresos de Almizaraque. Museo Arqueológico Nacional, Madrid. Foto: A. Mederos.



**Fig. 13c** - Cuenco de oro del tesoro A de Troya IIg (TOLSTIKOV y TREISTER, 1996, p. 36 Fig. 6).



**Fig. 13d** - Vaso de plata con forma campaniforme del tesoro B de Troya IIg o II late. Neues Museum, Berlín. Foto: A. Mederos.

## 1.9 – DEL CONSUMO DE LA CERVEZA EN VASOS CAMPANIFORMES AL DE VINO EN COPAS

Desde hace unos años se han venido identificando ocasionalmente evidencias del posible consumo de cerveza en cerámica campaniforme, caso de dos vasos marítimos del túmulo de la Sima (Miño de Medinaceli, Soria) para cerveza de trigo, uno marítimo de La Peña de La Abuela (Ambrona, Soria) para cerveza de escanda, una vasija de almacenaje campaniforme del abrigo de Carlos Álvarez (Miño de Medinaceli, Soria) para cerveza de escanda (ROJO, GARRIDO y GARCÍA, 2006, p. 84, 86 y 2008, p. 93-95 tabla 1), un cuenco ciempozuelos de La Calzadilla (Almenara de Adaja, Valladolid) con presencia de cera de abeja que se ha vinculado a una bebida con hidromiel (GUERRA, 2006, p. 70-71 tabla 1), una cazuela ciempozuelos de Perro Alto como recipiente donde se realizaría una mezcla de cerveza de trigo (Fuente Olmedo, Valladolid) (DELIBES, GUERRA y JUAN i TRESSERRAS, 2009, p. 592-593), un cuenco ciempozuelos de la cueva 3 del valle de las Higueras (Huecas, Toledo) para cerveza (BUENO *et al.*, 2005, p. 81, 80 Fig. 8), un fragmento ciempozuelos de la Loma de la Tejería (Albarracín, Teruel) para cerveza de cebada (MONTERO y RODRÍGUEZ de la ESPERANZA, 2008, p. 164-165 tabla 2) o un vaso campaniforme liso en Devesa do Rei (Vedra, La Coruña) con posible miel (PRIETO, JUAN i TRESSERRAS y MATAMALA, 2005, p. 196 Fig. 2). Estas analíticas suelen haber sido realizadas por JUAN i TRESSERRAS, quien a menudo no ha firmado estos artículos publicados entre 2005-09, y normalmente siguen inéditos los análisis en detalle, salvo una breve identificación de los residuos documentados. El trabajo más detallado es sobre los campaniformes sorianos (ROJO *et al.*, 2006, p. 248-252 tabla 1), y aún así se reconoce que no se han analizado muestras de control de los sedimentos de las tumbas para evitar posible contaminación, por lo que sería deseable en el futuro una nueva revisión de estas muestras.

La presencia de vid durante el Calcolítico ha sido defendida en el poblado de El Prado (Jumilla, Murcia) por el hallazgo de semillas a -2 y -2.5 m de profundidad (WALKER, 1985-86, p. 164; CUENCA y WALKER, 1986, p. 45), parte de las cuales fueron resultado de filtraciones recientes, aunque un tallo de *vitis* apoya esta cronología AA-4238 4220±60 BP (RIVERA y WALKER, 1991, p. 906-907; MEDEROS, 1995, p. 62), 2924 (2879) 2620 AC.

Otro dato relevante es la aparición entre la cerámica campaniforme de las copas conocidas por los hallazgos de El Acebuchal (Carmona, Sevilla) del grupo Carmona, su tipo 7 (HARRISON *et al.*, 1976) y las cuevas artificiales de San Pedro de Estoril (Cascais) (FERREIRA, 1966, p. lám. G/83 y 85, lám. 9/121) o Porto Covo (Cascais), a veces sin decorar (GONÇALVES, 2008; SOUSA y GÓNÇALVES, 2019, p. 189 Fig. 7/1), inicialmente denominadas cuencos con pie o fruteros por ser más anchos y el pie más bajo. La presencia de un ejemplar ciempozuelos en la tumba 9 de Humanejos (GARRIDO *et al.*, 2019, p. 141, 148 Fig. 224, 182 Fig. 252) muestra que las copas con peana alta, esta con 17.4 cm de altura y 22.3 cm de ancho de boca, aparecen primero en ámbito campaniforme que en El Argar, y en el propio sureste ya en la fase campaniforme del Cerro de la Virgen (MOLINA *et al.*, 2017, p. 263 Fig. 3/10). Las dataciones de Humanejos de la tumba 9 son interesantes para el origen de las copas y si inicialmente se obtuvo una fecha muy reciente para esta tumba con dos enterramientos, un hombre y otro adulto indeterminado, Ua 41.491 3679±35 BP, que ha sido revisada por GrM 15.296 3920±25 BP (RIOS, 2013, p. 101 Fig. 3; GARRIDO *et al.*, 2019, p. 141), 2194 (2111-2036) 1954 AC y 2476 (2460) 2307 AC. La divergencia entre ambas es excesiva pues coexiste campaniforme marítimo y puntillado geométrico con campaniformes ciempozuelos, y crea dudas sobre las fechas del laboratorio de Upsala, que además se trata de la fecha más reciente de la serie de Humanejos (Fig. 14a-14b).

Para la Edad del Bronce se ha sugerido un cambio del consumo de cerveza a otro de vino por la generalización de las copas hacia el 1800/1750 AC (CASTRO *et al.*, 1993-94, p. 102, 103 Fig. 16; LULL *et al.*, 2009, p. 230 Fig. 6). Las copas con pie hueco habían aparecido en el Egeo desde el Minoico Inicial I, 3100-2650 AC, con un acabado negro bruñido como el procedente del pozo de Knossos (HAGGIS, 1997, p. 292, lám. 111b).



Fig. 14a – Copa campaniforme tipo Ciempozuelos de la tumba 9 de Humanejos (Madrid) (GARRIDO *et al.*, 2019, p. 148 Fig. 224).

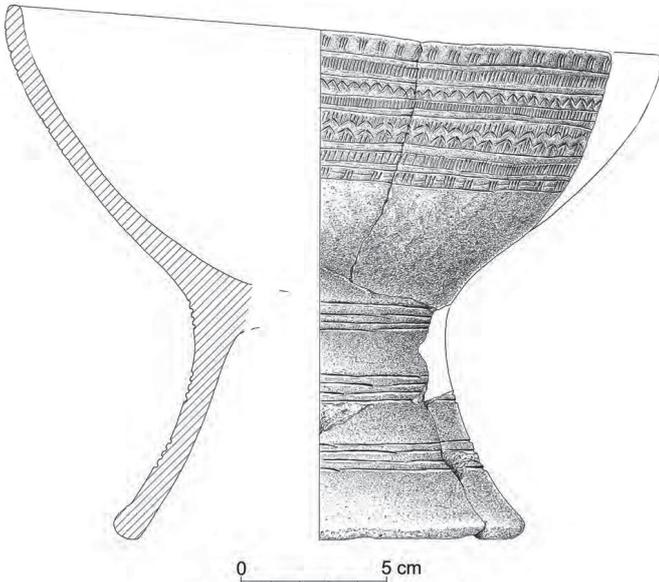


Fig. 14b – Sección del pie de la copa campaniforme de la tumba 9 de Humanejos (GARRIDO *et al.*, 2019, p. 182 Fig. 252).

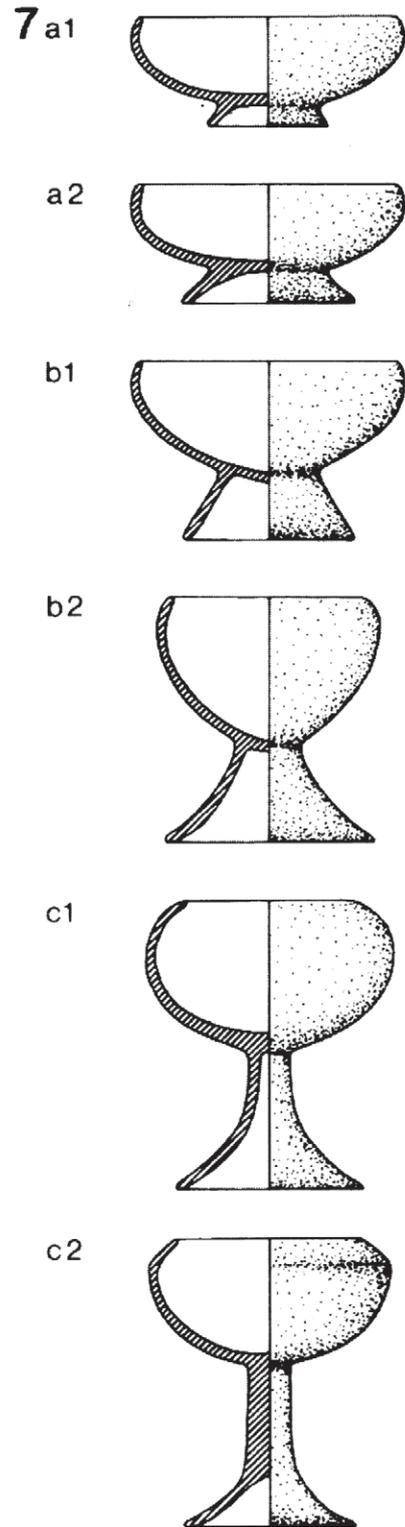


Fig. 14c – Tipología de las copas en Fuente Álamo (Almería) (SCHUBART, 2004, p. 66 Fig. 3).



**Fig. 14d** – Forma 5 carenada y bruñida con pie bajo del Bronce Inicial de la tumba 58 de Fuente Álamo. Museo Arqueológico de Almería. Deutsches Archäologisches Institut.

En un análisis del contenido de una copa tipo 7c de la tumba 68 de Fuente Álamo, por la presencia de tartratos, se ha defendido por JUAN i TRESSERRAS (2004, p. 135) la presencia de vino de uva o de granada, y también cree identificar la presencia de aceite vegetal de adormidera o *Papaver sp.* en un vasito F5 de la tumba 111, aunque nuevamente sería recomendable la publicación detallada de los análisis. Por otra parte, ya se había indicado la posible presencia de “mosto de uva” en el interior de una vasija de Cuesta del Negro (Purullena, Granada) (MOLINA, CARRASCO y de la TORRE, 1975, p. 391). Un estudio más amplio desarrollado en la tesis doctoral de MUÑOZ MOLINA (2015, p. 488, 539 Fig. 7.23, 547-548) ha mostrado que en cuatro casos en copas de contextos habitacionales se detectó la presencia de cera de abejas, que tal vez

podría implicar miel, y esto a su vez quizás un bebida de hidromiel, pero van asociadas también a grasa animal o residuo vegetal, y sólo en un caso de La Bastida, BRA-18=BA-H2-224 (MUÑOZ MOLINA, 2015, p. 325 tabla 5.6), hay en exclusiva resina de pino que podría implicar impermeabilización para el consumo de líquidos.

La presencia de copas con pie bajo o anillo en formas carenadas aparecen desde la fase I y II de Fuente Álamo, apareciendo copas de pie alto y hueco a partir de la fase III (SCHUHMACHER, 1999, p. 224), si bien en los registros funerarios se corresponden principalmente a la fase IV, en tumbas ricas con varias vasijas (SCHUBART, 2000, p. 112, 114 Fig. 5). En un momento avanzado de la fase I, subfases 4-6, comienzan a aparecer los pies de copa, pero los de pie alto y hueco no lo hacen hasta la fase III, subfase 11, tipo 7c, bien analizados por SCHUBART (2004, p. 52-56, 77-79 Fig. 14-16). En cualquier caso, ya en Campos (Almería) se documentó un pie macizo en una cerámica bruñida negra, que sugiere la aparición ocasional desde el Calcolítico Final de los pies bajos macizos (Fig. 14c-14d, Fig. 15a-15b).

Respecto a la funcionalidad de las copas, un edificio muy interesante de la fase III de Fuente Álamo es la casa rectangular H de 7.10 x 6.90 m. Por el gran grosor de las paredes de 2 m, sólo tiene al interior una superficie de 3.30 x 2.80 m (SCHUBART, ARTEAGA y PINGEL, 1985, p. 75, 76 Fig. 2a; PINGEL, 2000a, p. 72-73 Fig. 11). En su interior se localizó un porcentaje muy elevado de copas, un 11 %, mientras otro 43 % corresponde a cuencos sencillos, que pudieron servir normalmente para beber (SCHUHMACHER, 1999, p. 225), y si a ello unimos que podría tener un banco perimetral en toda su superficie, podría asociarse con un lugar de reuniones y posible comensalidad (Fig. 15c-15d).

## 1.10 – ABANDONO DEL COMBATE CON ARCO Y JABALINAS POR UN ENFRENTAMIENTO CON ALABARDAS

Vinculado con el abandono de los sistemas de fortificación con saeteras, cuya mejor representación es la puerta de la muralla de Los Millares, que se mantuvo en uso hasta época campaniforme (ARRIBAS *et al.*, 1983, p. 128, 139 lám. 2, 129 Fig. 2a), se produjo el final de la fabricación de puntas de flecha con pedúnculo y aletas desarrolladas (FORENBAHER, 1999; FERNÁNDEZ LÓPEZ, 2004), bien documentadas a veces en contextos



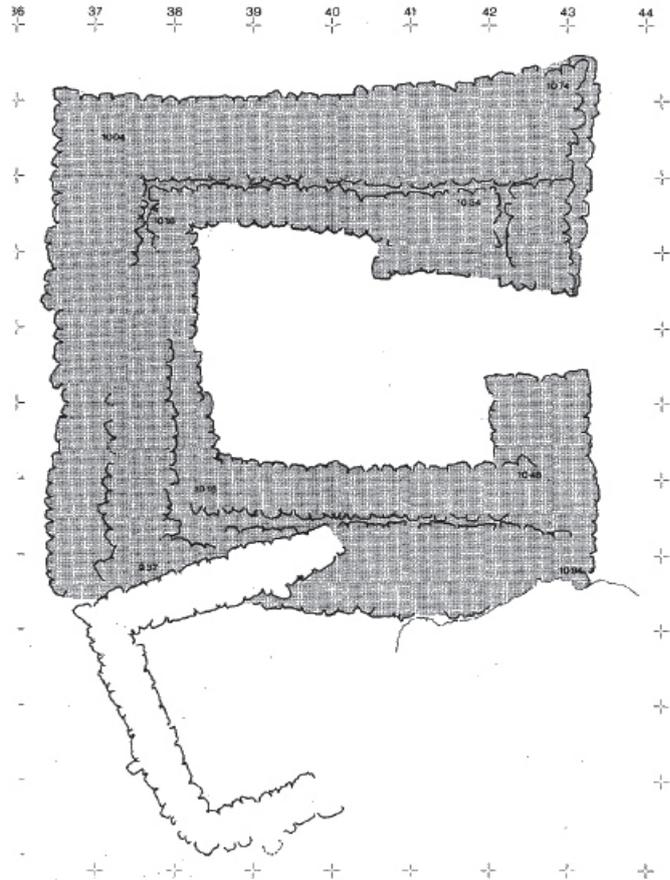
**Fig. 15a** – Copa de pie alto del Bronce Medio del Cabezo Negro de Ugejar (Lorca, Murcia). Museo Arqueológico de Murcia.



**Fig. 15b** – Bruñido de una copa argárica de color negro para obtener un brillo metálico.



**Fig. 15c** – Edificio H de la acrópolis de Fuente Álamo (Almería).

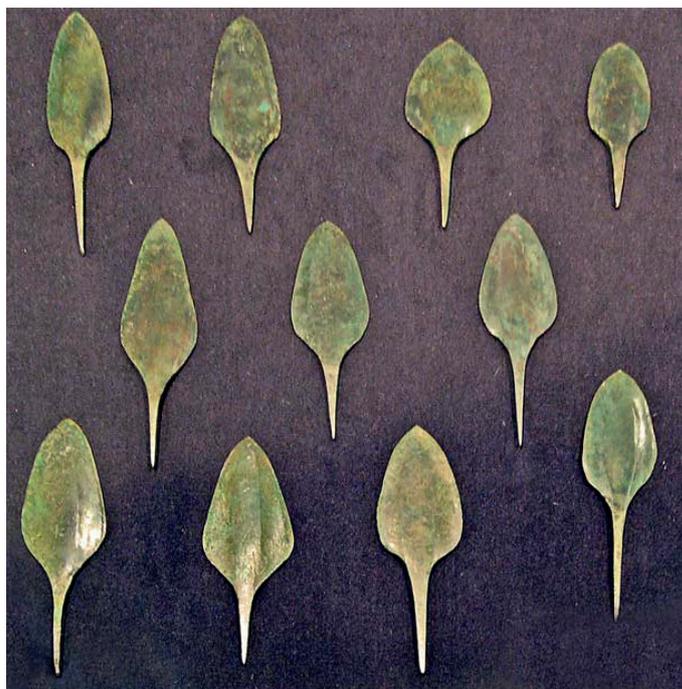


**Fig. 15d** – Planta del Edificio H con banco perimetral al interior en Fuente Álamo (SCHUBART *et al.*, 1985, p. 76 Fig. 2a).

como la cabaña VIII del fortín 1 (MOLINA *et al.*, 1986, p. 191-193, 190 Fig. 4) o acumuladas en un recipiente en el fortín 7 (MOLINA GONZÁLEZ, 1991, p. 213). Sin embargo, justo con el comienzo del Bronce Inicial desapareció la elaboración de las puntas de flecha y en los sistemas de fortificación se sustituyeron los bastiones circulares con saeteras por los bastiones rectangulares macizos. Este proceso ya había ocurrido durante el Cícladico Inicial IIB, 2500-2250 AC, en las Cíclades donde casi se abandona el uso de las puntas de flecha de obsidiana durante la fase de Kastri (BRANIGAN, 1999, p. 88), pero no así en Anatolia (Fig. 16a-16b).



**Fig. 16a** – Vista aérea de la barbacana en la puerta principal de la muralla 1 de Los Millares. Universidad de Granada.



**Fig. 16c** – 11 puntas de Palmela de la tumba campaniforme de Fuente Olmedo (Valladolid). Museo Arqueológico de Valladolid.



**Fig. 16b** – Reconstrucción de la barbacana de la muralla 1 de Los Millares (MOLINA y CÁMARA, 2005, p. 33 Fig).



**Fig. 16d** – 5 puntas de Palmela rodeadas de una banda de oro de una posible tumba de Mesa Redonda (Villaverde del Río, Sevilla). Museo Arqueológico de Sevilla.

Realmente esta transición se fue produciendo durante el Calcolítico Final, cuando comenzaron a utilizarse las puntas de Palmela a modo de jabalina (DELIBES, 1977, p. 109; GARRIDO, 2000, p. 211), que suponían la introducción del combate a media distancia (MEDEROS, 2009, p. 43), mientras las más pequeñas pudieron usarse como puntas de flecha (GUTIÉRREZ *et al.*, 2010, p. 415; LAZARICH, 2016, p. 11).

El guerrero debía llevar varias puntas de jabalina al ir a combatir, lo que le permitía fallar en algún disparo, como revela el ajuar de algunas tumbas como Fuente Olmedo (Valladolid), con 11 ejemplares cuyos pesos oscilan entre 7.3 y 12.3 cm de longitud y sus pesos entre 15 y 31 gr (MARTÍN VALLS y DELIBES, 1989); o las 5 puntas de Palmela, enrolladas por una cinta de oro, procedentes del poblado del Bronce de Mesa Redonda (Villaverde del Río, Sevilla), con pesos que oscilan entre 14.9 y 23.9 gr, pues dos están fragmentadas (FERNÁNDEZ GÓMEZ, 1982, p. 73-74 Fig. 1) (Fig. 16c-16d).

La serie de Humanejos aporta algunos de los mejores contextos, entre ellos la tumba 1 que tenía dos individuos. Primero se enterró una mujer entre 20-25 años que luego se arrimó hacia un lado, y se depositó un hombre de +45 años con 1 alabarda con 3 remaches de 439 gr y 2 puntas de Palmela de 25.6 y 27.1 gr, junto con 6 campaniformes de tipo Ciempozuelos (GARRIDO *et al.*, 2019, p. 26-27, 29, 45 Fig. 44, 46 Fig. 45-46), siendo también interesante la posible presencia de una contera de hueso (GARRIDO *et al.*, 2019, p. 30, 49 Fig. 56) que podría servir de contrapeso a una jabalina, pues una de las Palmela apareció muy próxima a la contera (Fig. 17a-17b).

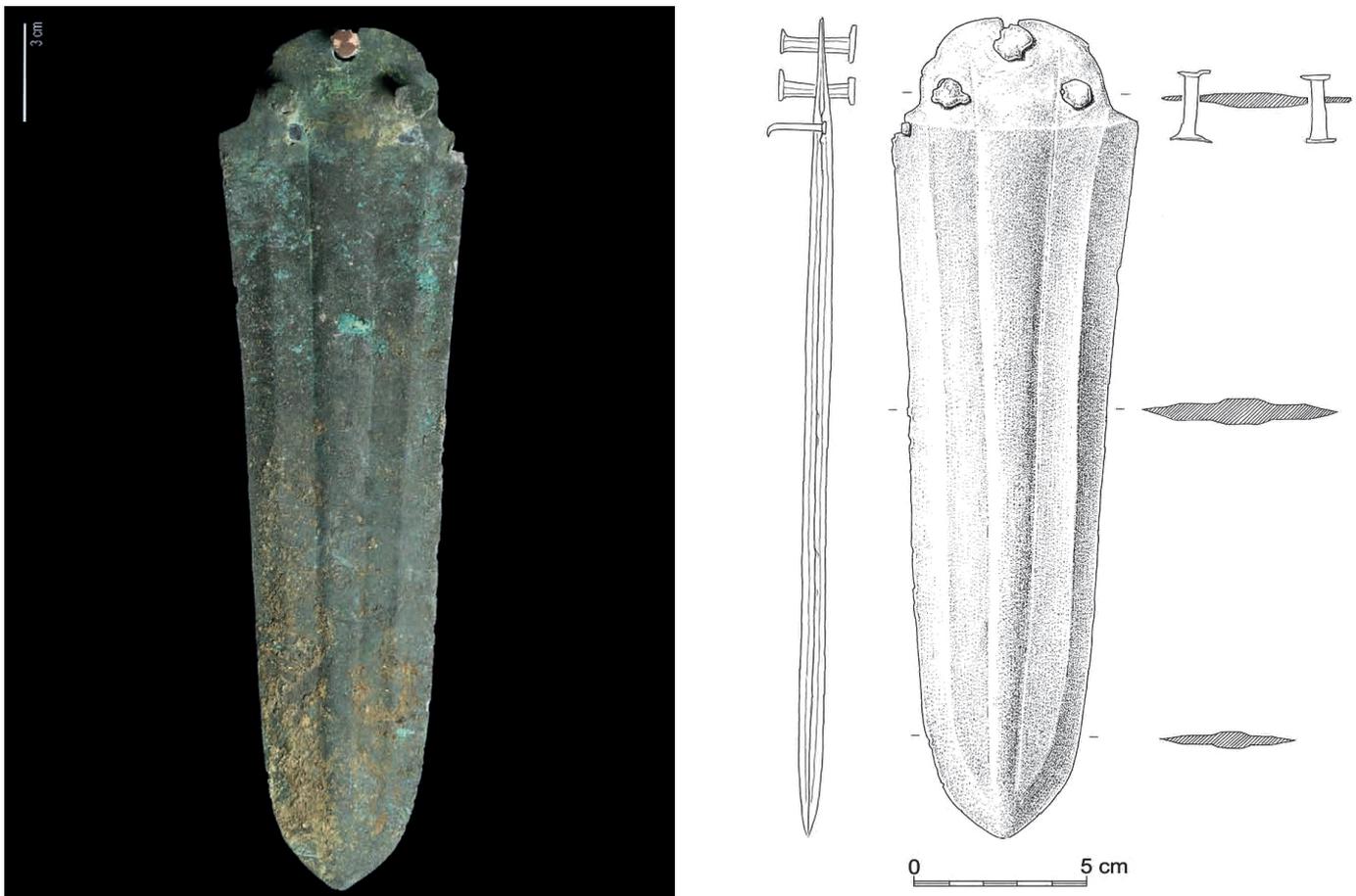


Fig. 17a-b – Alabarda de la tumba 1 campaniforme de Humanejos (Madrid) (GARRIDO *et al.*, 2019, p. 45 Fig. 44, 200 Fig. 270).



**Fig. 17c** – Puntas de jabalina del *tholos* de La Pastora (Valencina de la Concepción, Sevilla). Museo Arqueológico de Sevilla.



**Fig. 17d** – Alabarda argárica del Bronce Inicial de la tumba 58 de Fuente Álamo. Museo Arqueológico de Almería.

En esta importante tumba las dataciones no se ajustaron bien a una mayor antigüedad de la mujer respecto al hombre depositado después, pues la mujer fue datada por Ua-43.525 3797±32 BP, mientras el hombre lo fue por Ua-43.524 3917±33 BP (LIESAU *et al.*, 2015, p. 109, 111), 2345 (2268-2203) 2136 AC y 2482 (2459) 2295 AC. Una nueva datación de la mujer ratificó la fecha, GrA-16.341 3820±33 BP (GARRIDO *et al.*, 2019, p. 30), 2455 (2283-2211) 2143 AC y sugiere que la datación del hombre y de la alabarda es excesivamente antigua.

Esta alabarda es muy importante porque viene de un contexto bien publicado y relativamente bien datado, que indica que las alabardas y los enmangues con remaches proceden de contextos atlánticos o continentales y anteceden a la aparición de las alabardas argáricas. Otro contexto recién publicado confirma su presencia en poblados campaniformes como Outeiro Redondo (Sesimbra, Portugal) (CARDOSO, 2019, p. 162 Fig. 56/2). Por otra parte, el uso de remaches en las alabardas pudo ser el vehículo para comenzar a aparecer los primeros puñales con 1 remache como la tumba campaniforme del Cerro de las Viñas (AYALA, 1991, p. 201 Fig. 76b).

Otras 5 puntas de Palmela proceden de la tumba 7 de Humanejos, que presentaba tres enterramientos, dos adultos y un juvenil de 15 años. De ellas, 4 puntas de Palmela en la cámara, las cuales oscilan entre 12 y 22 gr, asociadas a 2 campaniformes marítimos (GARRIDO *et al.*, 2019, p. 108-111, 128 Fig. 190-193), fechado por Ua-40.218 3825±37 BP (RÍOS, 2011, p. 77 tabla 1), 2456 (2286-2214) 2146 AC. Otra punta de Palmela estaba asociada a dos enterramientos masculinos en el atrio de entrada (GARRIDO *et al.*, 2019, p. 108, 113, 135 Fig. 205), datada por Ua-40.217 3781±36 BP (RÍOS, 2011, p. 77 tabla 1), 2338 (2200) 2046 AC, que parecen algo posteriores.

Otra arma que se asocia con contextos campaniformes son las puntas de jabalina de tipo Pastora que debieron comenzar a utilizarse simultáneamente en el Levante meridional y la Península Ibérica hacia el

2500 AC, como un arma especializada para combate a media distancia utilizada por la élite (MEDEROS, 2000), quizás acompañada por un escudo de cuero. Su distribución se concentra en el suroeste peninsular junto al primer conjunto del *tholos* de la Pastora (Valencina de la Concepción, Sevilla) (ALMAGRO BASCH, 1962), pues se han unido ejemplares de Dehesa de la Pestaña (Badajoz) (ENRÍQUEZ y NAVASCUÉS, 2013), La Pijotilla (Badajoz) (HUNT *et al.*, 2012, p. 163, 162 Fig. 4/1-2), Las Quinteras (Alange, Badajoz) (MEDEROS y JIMÉNEZ ÁVILA, e.p.) y São Bernardo (Moura, Bajo Alentejo) (CARDOSO, SOARES y ARAÚJO, 2002). Resulta posible que el uso de la puntas de jabalina de Palmela, una innovación peninsular ausente de otros grupos campaniformes europeos, sea una interpretación local de la introducción de esta nueva arma hacia el 2500 AC (Fig. 17c).

Durante el Campaniforme la alabarda que existía en el Sureste y La Mancha parece ser el tipo de Finca la Paloma (Pantoja, Toledo) (HARRISON, 1974, p. 56 Fig. 2/2; BRANDHERM, 2003, p. lám. 98/1383), también presente en Valdepeñas (Ciudad Real) (BRANDHERM, 2003, p. lám. 98/1384) y otra en Vélez Blanco (Almería) (BRANDHERM, 2003, p. lám. 98/1385), que se había fechado muy reciente, hacia el 1800-1700 AC (CONSUEGRA, 2007, p. 11).

La primera alabarda argárica constatada procede de la ya citada tumba 58 de Fuente Álamo (ARTEAGA y SCHUBART, 1981, p. 17, Fig. 2, 19 Fig. 4a-c), con una datación Kia-42.493 3761±14 BP (LULL *et al.*, 2015a, p. 400-401 tabla), 2274 (2196-2144) 2136 AC, que implica unos 50 o 100 años después de la alabarda campaniforme de Humanejos. Su uso debió ser el corte directo de la cabeza, brazos o piernas del adversario, como señalan las fuentes literarias para las alabardas chinas (BRANDHERM, 2003, p. 467). Se cree que el mango sería corto, ca. 0.60 m, pues así se podría utilizar con una mano y con la otra se sugiere que utilizarían un puñal con el que suelen aparecer en las tumbas (LULL *et al.*, 2017b, p. 388). No obstante, personalmente creemos que primero sería un combate sólo con alabarda y luego si se rompía el mango o el enmangue, se peleaba cuerpo a cuerpo en corto con el puñal. No hay que descartar que también se utilizase montado en caballos, aprovechando la inercia de la velocidad del équido, que permitiría un golpe más seco, especialmente en retirada del enemigo (MEDEROS, 2009, p. 45; LULL *et al.*, 2017b p. 390), aunque la alzada de los caballos era menor que la actual (Fig. 17d).

No obstante, se defiende que las alabardas argáricas no aparecieron hasta el 2000 AC y continuaron hasta el 1800 AC (LULL *et al.*, 2017a, p. 150-151, 158-159 y 2017b, p. 377), aceptando como la más antigua la de Mina Alianza hacia el 2050-2030 AC (CASTRO *et al.*, 1993-94, p. 91, 92 Fig. 11; LULL *et al.*, 2015a, p. 402), durante el Bronce Inicial II y Medio I. Estas alabardas serían las armas que permitieron la expansión argárica durante el Argar II, enumerando 38 ejemplares, 20 en tumbas individuales, 15 en tumbas dobles y 3 en tumbas sin datos antropológicos (LULL *et al.*, 2017b, p. 391, 384 tabla 1), aunque en otro trabajo mencionan 23 yacimientos con 68 alabardas, más otras 8 al exterior de la zona argárica (LULL *et al.*, 2017a, p. 149).

Sin embargo, algo no cuadra si nos imaginamos a un alabardero atacando una muralla, pues es un arma más de combate singular o para un enfrentamiento directo, y cabría esperar otros tipo de armas sólo de madera como jabalinas o bastones para el combate a media distancia. Otra opción pudo ser la utilización de puntas de flecha sólo de madera con la punta afilada, por el abandono de la talla del sílex, y podría explicar la reaparición de puntas en hueso durante el Bronce Final I o Tardío.

Finalmente, tampoco cabe descartar la utilización de hondas con cantos de barranco o río sin trabajar. Durante Ubeid, en Surezha (Kurdistán, Irak), se han identificado porque aparecen acumulaciones al utilizarse los proyectiles de arcilla, también presentes en Tepe Gawra (Irak) o Tell Zeidan (Siria) (STEIN, 2016-17, p. 78 Fig. 4), y en contextos mediterráneos se han identificado en la fortificaciones cicládicas de Panormos y Kastri (DOUMAS, 1990, p. 92 fig. 89-90).

### 1.11 - LA INTRODUCCIÓN DE LOS ENTERRAMIENTOS EN *PITHOI*

La introducción del enterramiento en *pithoi* a comienzos del Bronce Medio, *ca.* 1925 AC, es simultánea a la generalización de los enterramientos infantiles de manera individual, que previamente sólo se encontraban dentro de tumbas dobles o individuales salvo algunas excepciones. Según la excavación de Fuente Álamo, la aparición de los *pithoi* inicialmente se situó en la fase IV del poblado, ya en un Bronce Medio II (SCHUBART y ARTEAGA, 1983b, p. 63 y 1986, p. 299), destacando también su escasez en Granada (SCHUBART, 1973/1976, p. 336), donde es más importante el uso de la covacha (CARRASCO, 1977). La incorporación de los enterramientos infantiles también va ligada a un aumento del número de individuos que tienen derechos sociales para ser enterrados dentro del poblado, pues los *pithoi* llegaron a suponer el 80 % (SCHUBART, 1973/1976, p. 334) en la región nuclear de El Argar.

Los enterramientos en *pithoi* o urnas alcanzaron la Península Ibérica, bien por contactos en el Levante, bien por relaciones con el Egeo, hacia el 1925 AC, a comienzos del Bronce Medio I, de acuerdo con la tumba 1 de Ifre (Murcia), que presenta un adulto entre 18-25 años, OxA-5049 3610±80 BP (CASTRO *et alii*, 1993-94, p. 82, 86 Fig. 7), 2198 (1950) 1751 AC, confirmada con la tumba 28 de Gatas, de un niño entre 6 y 9 años, OxA-4475, 3570±65 BP (CASTRO *et alii*, 1995, p. 31 tabla 1), 2131 (1916-1895) 1744 AC (Fig. 18a).

Esta práctica en el ritual funerario tenía una larga tradición durante el IV y III milenios a.C. en el Mediterráneo Oriental como Líbano y Siria (MEDEROS, 2005), en particular en Biblos donde se documentaron 2057 enterramientos en urnas (ARTIN, 2008, p. 58 y 2009), hasta el inicio de las nuevas excavaciones, pero continuaron en el segundo milenio en ciudades fortificadas como Tel Dan, generalmente infantiles (ILAN, 1995, p. 121, 126). En el tercer milenio fue generalizándose en Anatolia y a comienzos del segundo milenio en Grecia, Cíclades o Creta. Sin embargo, aparecen excepcionalmente en el Mediterráneo Occidental,

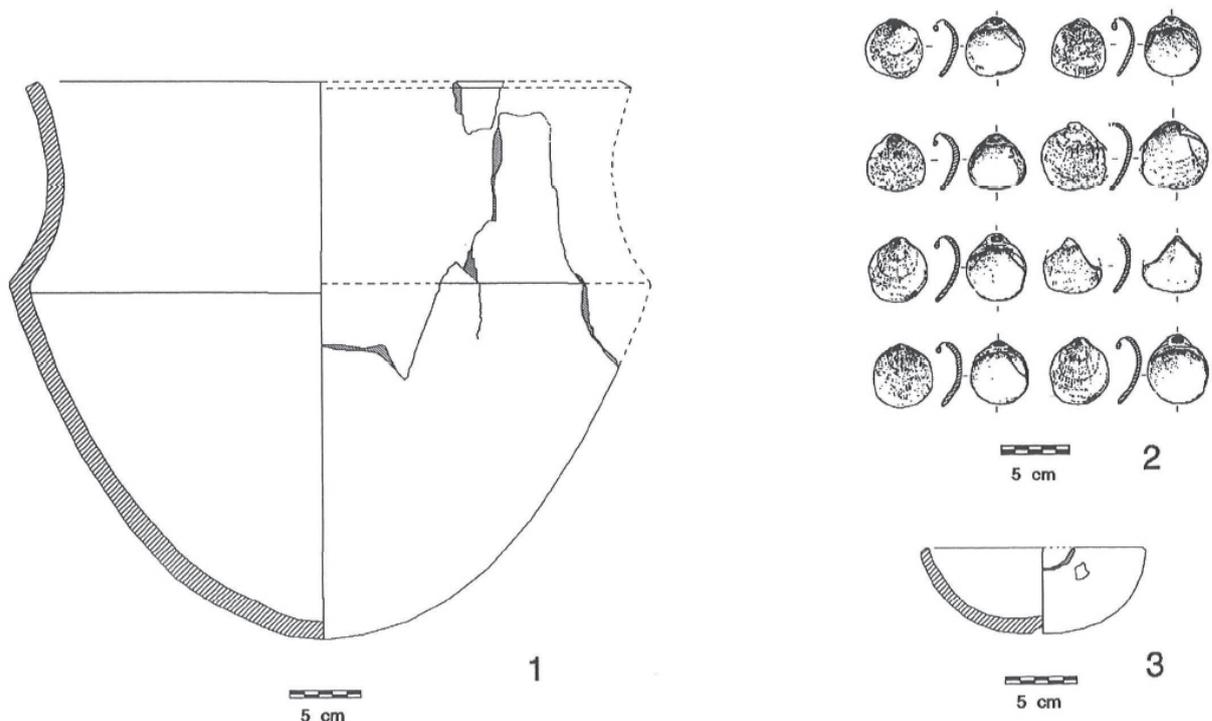


Fig. 18a - Tumba 28 en *pithos* de un infantil de Gatas (Turre, Almería) (BUIKSTRA *et al.*, 1992, p. 255 Fig. 3).

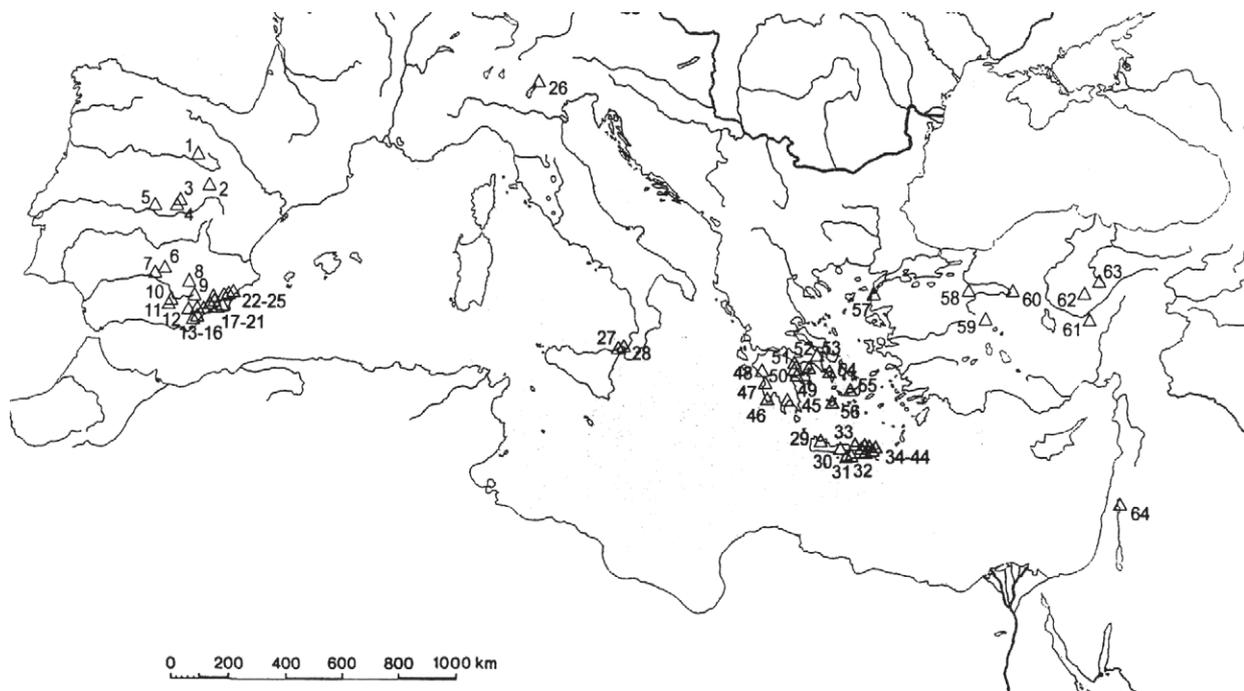


Fig. 18b – Distribución en el Mediterráneo de los enterramientos en *pithoi*: Anatolia, Grecia, Creta y sureste de la península Ibérica (SCHUHMACHER, 2004, p. 170 Fig. 9).

en particular en el sureste de la Península Ibérica (SCHUBART, 1973/1976, p. 334; SCHUHMACHER, 2004, p. 169-172, 170 Fig. 9), a inicios del II milenio a.C., restringido a grupos de la población con derecho a enterrarse dentro los poblados. La entrada de esta nueva moda funeraria en el sureste ibérico, sugiere la existencia de contactos regulares con el Mediterráneo Oriental, cuya emulación otorgaba prestigio a los grupos sociales que la practicaban (Fig. 18b).

Por la posición horizontal de los *pithoi* y del cuerpo, depositado en cuclillas y con la cabeza hacia el fondo de la urna, se ha descartado una relación con Creta y se ha favorecido una relación con Anatolia y en particular Grecia continental (SCHUBART, 1973/1976, p. 335; SCHUBART y ARTEAGA, 1983c, p. 59). Cuando se analizó las posibles conexiones se contó con el asesoramiento de PINI (1968, p. 13, 16; SCHUBART, 1973/1976, p. 333 n. 5a; VAVOURANAKIS, 2014, p. 210 tabla 2), quien acababa de sistematizar las prácticas funerarias minoicas, donde se muestra que los enterramientos en *pithoi* en Creta son siempre en necrópolis al exterior de los poblados, como sucede en la costa anatólica y por esta conexión se concentran principalmente en el este y norte de la isla, pero suelen posicionarse verticales, bien hacia arriba o invertidas hacia abajo. En este sentido, quizás la necrópolis como mayor número de *pithoi*, Gournia Pachyammos, presenta 213 urnas invertidas (WIESNER, 1938, p. 15; PINI, 1968, p. 12) y la segunda Sphoungaras cuenta con 150 urnas también invertidas con la boca en el suelo (HALL, 1910, p. 58-72, lám. 11-12). Para el Minoico Inicial III-Minoico Medio I, 2200-1875/1850 AC, se mencionan 23 yacimientos concentrados en el centro y este de Creta, partiendo de sólo 2 yacimientos cuando comienzan en el Minoico Inicial III, 2200-2100 AC (VAVOURANAKIS, 2014, p. 201 tabla 1, 207-208 Fig. 9). Esta posición, no presente en la Península Ibérica, en muchos casos niños, al tener la cabeza junto a la boca se ha considerado como la posición del feto a la espera de su renacimiento (MC GEORGE, 2011, p. 12) (Fig. 18c).

En cambio, respecto a Grecia continental, donde muchos *pithoi* de adultos se encuentran al exterior de los poblados, SCHUBART lo consideraba más relacionado porque los *pithoi* grandes aparecen en posición horizontal con la cabeza al fondo de la vasija y los pies en la boca de la urna, que es la posición habitual en el sureste ibérico (LULL *et al.*, 2015b, p. 135 fot. 1-2, 136 fot. 1-2 y 2016b, p. 88-89 fot., 133 fot. 1). Más frecuente es la presencia de *pithoi* que individualizan los enterramientos dentro de las cámaras de túmulos, como en el túmulo R de Levkas (DÖRPFELD *et al.*, 1927, p. 224 Fig. 18, 249 tabla A; PELON, 1976, p. 88-93), donde el *pithos* R1 aparece en posición horizontal, y se localizan también en R4, R5 (2 *pithoi*), 11, 12, 13 (2), 15 (3), 17, 21 y 25 (con 3 *pithoi*) (Fig. 18d).

Donde realmente los *pithoi* fueron una práctica funeraria frecuente es en Anatolia. Respecto a la Anatolia occidental, las dos principales necrópolis corresponden a enterramientos extramuros, las de Yortan (Kaikos) con 109 enterramientos del Bronce Inicial I (COLLIGNON, 1901, p. 812-813; KIAMIL, 1980 y 1982) y 386 tumbas en la de Karatas-Semayük (Licia), de las cuales 326 son *pithoi* del Bronce Inicial II-III



Fig. 18c – Aparición y progresivo incremento de los *pithoi* en Creta entre el Minoico Inicial III y el Minoico Medio I, 2200-1850 AC, concentrados en el este y centro de Creta (VAVOURANAKIS, 2014, p. 208 Fig. 9).



Fig. 18d – Tumba 21 en *pithos* de La Bastida (Totana, Murcia) con la cabeza situada en el fondo de la urna (LULL *et al.*, 2015c, p. 136 fot. 1).

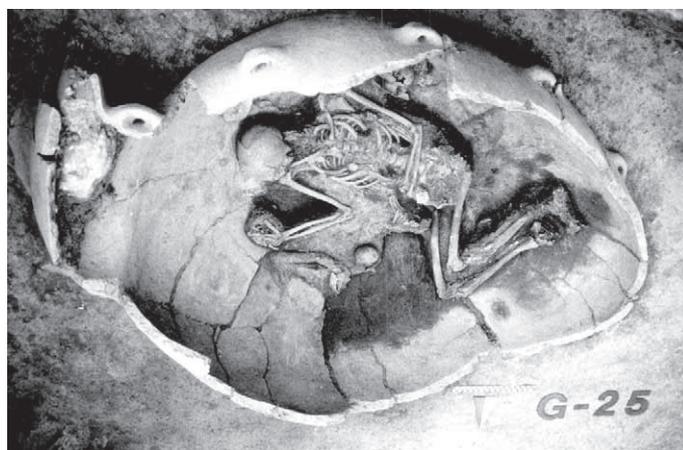


Fig. 18e – Tumba 25 en *pithos* de Bakla Tepe (Izmir, Turquía) del Bronce Inicial I con la cabeza situada junto al borde de la urna (SAHOGLU, 2016, p. 172 Fig. 4).

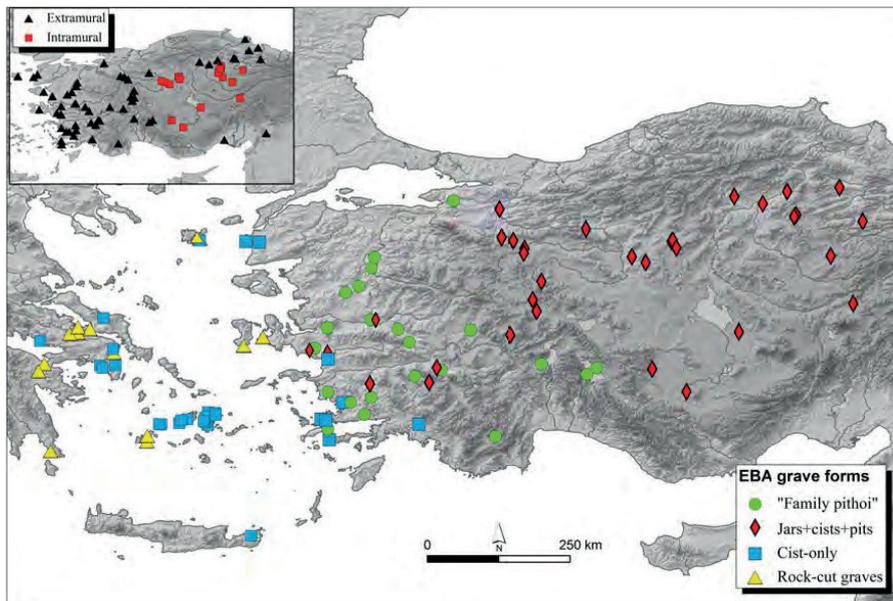


Fig. 18f – Distribución de los enterramientos en *pithoi* y cistas en el Egeo y Anatolia, extramuros en cementerios e intramuros en el poblado (MASSA, 2016, p. 481 Fig. 7.24).

(WHEELER, 1973). Otras series son mucho más pequeñas como Alisar Höyük con 49 enterramientos, de las que 31 son *pithoi* y 4 cistas del Bronce Inicial II-III, pero muy interesantes porque en este caso son intramuros dentro del poblado (von der OSTEN, 1937, p. 84-108 Fig. 86, 135-150, 223-230). *Pithoi* de dos niños muy pequeños fueron localizados de pie y en los *pithoi* de adultos se aprecia en las fotos que la cabeza se colocaba junto al borde de la urna como se observa en los *pithoi* X8, X20 y X48 (von der OSTEN, 1937, p. 135, 142 Fig. 142; 153 Fig. 155 y 157 Fig. 159), aunque von der OSTEN indica que existe una excepción en *pithos* X6 con la cabeza hacia el fondo.

En yacimientos más recientemente excavados como Bakla Tepe en la península de Izmir frente a la isla de Chios, los enterramientos del Bronce Inicial I son extramuros, justo al exterior del foso, con tumbas de *pithoi*, cistas y en fosa (SAHOGLU, 2009, p. 485-486, 497 Fig. 4 y 2016, p. 168 Fig. 1), siendo interesante la tumba 25 porque el *pithos* muestra que el cuerpo se disponía con la cabeza junto a la boca (SAHOGLU, 2016, p. 170, 172 Fig. 4). Este cementerio extramuros continúa durante la fase final del Bronce Inicial II e inicios del Bronce Inicial III, manteniéndose la posición de la cabeza junto al borde de la urna en la tumba 90 (SAHOGLU, 2009, p. 491, 501 Fig. 12-14 y 2016, p. 175 Fig. 7). En cambio, en yacimientos como Troya I del Bronce Inicial II sólo hay 6 enterramientos infantiles neonatos y recién nacidos con 14 o 21 días, de los cuales 4 son urnas (BLEGEN, 1950 y 1963, p. 57, 226). Del mismo modo, en Beycesultán, niveles 17a, 19 y 22 (LLOYD y MELLAART, 1962, p. 23, 26 y 33), los enterramientos dentro del asentamiento son exclusivamente infantiles (Fig. 18e-18f).

Se ha argumentado que el recurso al enterramiento en urna puede estar reflejada en tradiciones míticas como La leyenda de Baal y el cuento de Aqhat conservadas en Ugarit, donde el nombre del *pithos* de almacenamiento (*knkn*) en acadio, cananeo, ugarítico y arameo tendría el mismo nombre que la montaña *knkny*, que era la entrada al otro mundo después de la muerte (ASTOUR, 1980; ILAN, 1995, p. 136). En cambio, otros autores apoyándose en la dirección de los *pithoi* en un eje este-oeste, con el cráneo hacia el este y la cara hacia el norte, sugieren la idea del renacimiento en una segunda vida como el amanecer del sol por el este cada mañana (WHEELER, 1974, p. 416-417; DERIN, 2009, p. 260).

A partir de este fase también comienzan a generalizarse las espadas como arma de la élite, que en el área nuclear es definida por una longitud entre 0.50 y 0.65 m de longitud con 5-8 remaches (LULL, 1980/1983, p. 172), normalmente 6, dispuestos 4 arriba y 2 debajo, como El Argar tumba 429 en urna (SIRET y SIRET, 1890, p. lám. 34/429), adscrita por SCHUBART y ULREICH (1991, p. lám. 29e) a la tumba 438 y El Argar tumba 824 en urna (SIRET, 1913, p. lám. 151/4; SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 55b).

No obstante, otras espadas proceden de cistas como Fuente Álamo tumba 9 (SIRET y SIRET, 1890, p. lám. 68; SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 114x) o Cabezo de la Cruz o Gordo (Murcia) junto con una forma 6 (AYALA y TUDELA, 1993, p. 19 Fig. 2). Como precedente, la cista 1 del Rincón de Almendricos (Lorca, Murcia) (AYALA, 1991, p. 101, 103 Fig. 36), presenta un puñal-espada pues sólo tiene 33 cm, asociada a una alabarda y una forma 6, ajuar muy próximo a la cista 1 de Fuente Álamo con un puñal-espada de 30 cm. Estas espadas o espadas-puñales parece que tenían porcentajes pobres de estaño como sucede con la del Cabezo de la Cruz con sólo un 0.93 % (AYALA y TUDELA, 1993, p. 21) o un 1.05 % en El Rincón (AYALA y POLO, 1987).

La presencia de verdaderas espadas no implicó la desaparición de los puñales-espada pues los encontramos en tumbas en urnas como El Argar tumba 551 con 31 cm (SIRET y SIRET, 1890, p. lám. 34/551; SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 38/551a), El Argar 597 con 20 cm (SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 41/597a) o El Argar 678 con 21 cm (SIRET y SIRET, 1890, p. lám. 34/678; SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 45/678e).

Por otra parte, un nuevo tipo de alabarda, la tipo Montejicar (Granada), fue la única que continuó en *pithos* como en El Argar 575 (SIRET y SIRET, 1890, p. lám. 33/575; SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 39/575d).

## 1.12 – LA PLATA COMO UN POSIBLE INCENTIVO PARA LOS CONTACTOS CON EL MEDITERRÁNEO ORIENTAL

De plantearse la llegada de población desde el Mediterráneo Oriental puede haber dos premisas, bien grupos que hayan partido por problemas demográficos ante la falta de tierras o que hubiesen sido expulsados de una región concreta, por lo cual se verían obligados a buscar forzosamente nuevos territorios para asentarse; o bien grupos que aprovecharon una ruta comercial regular y decidieron finalmente asentarse en una región donde previamente comerciaban de forma más o menos habitual.

En la Península Ibérica, la fuente de aprovisionamiento más próxima al mar Mediterráneo es la mineralización de Herrerías (Cuevas del Almanzora, Almería). Teniendo en cuenta que desde el Calcolítico Final la plata se convirtió en el patrón metálico para los intercambios en el Levante y Próximo Oriente (MEDEROS y LAMBERG-KARLOVSKY, 2001, p. tabla 1), podría ser una razón significativa para un comercio regular o incluso la llegada e instalación de población.

Sin embargo, las sepulturas del registro argárico entre el 2200-2000 AC no presentan en ningún caso evidencias de su utilización hasta comienzos del Bronce Inicial II, ca. 2050 AC, pues la piezas más antiguas con plata están en la tumba 62 en cista de El Oficio (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 62/62), con un brazalete y un pendiente de plata junto con una alabarda, OxA-4970 3635±60 BP (CASTRO *et al.*, 1993-94, p. 82 tabla 1; LULL *et al.*, 2014a, p. 560 tabla 1), 2199 (2014-1979) 1785 AC (Fig. 19a).

La otra pieza de plata se sigue asociando a la tumba con la alabarda de Mina Iberia (CASTRO *et al.*, 1993-94, p. 93 n. 30, 95 Fig. 12; MONTERO, ROVIRA y GÓMEZ, 1995, p. 98; LULL *et al.*, 2014a, p. 560 tabla 1, 2015a, p. 402 y 2017a, p. 147 tabla 1), pero como ya se ha indicado la alabarda de Mina Iberia tenía 5 remaches (BRANDHERM, 2010, p. 165, 161 Fig. 3b) y no puede ser la alabarda muestreada para C<sup>14</sup> que sólo tenía 2 remaches como se ve en la foto de la guía del MAN, ajuar que ha sido denominado provisionalmente Mina

Alianza 2 (BRANDHERM, 2010, p. 164, 163 Fig. 5b; MEDEROS, 1995, p. 64). Lo significativo es que en esta tumba de la que procede la datación no había ajuar de plata.

Las piezas más llamativas son las diademas de plata, de las cuales conocemos una decena de piezas, normalmente una por poblado, Fuente Álamo 9 (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 68), El Oficio 6 (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 63/6), Gatas 2 (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 59/2) y la Almoloya 38 (SIRET y SIRET, 1887/1890; LULL *et al.*, 2015c, p. 97 fot.). Sólo aparecen en mayor número en El Argar donde se identificaron en cuatro tumbas nº 51, 62, 398 y 454 (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 43/51 y 398, 44/62 y 454, 45/62) y otra aparecida en zona de habitación junto con un anillo de plata en el “suelo de una casa” incendiada junto con 3 botones de marfil (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 25/9 y 44). Sin embargo, su presencia en el sureste ibérico no se conoce hasta *ca.* 1800 AC (DELGADO-RAAK *et al.*, 2015, p. 59), en el Bronce Medio I (Fig. 19b).



**Fig. 19a** – Tumba 62 de El Oficio (Almería) con presencia de un brazaletes y un pendiente de plata (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 62/62).

No cabe descartar alguna influencia del Mediterráneo oriental donde fueron piezas de prestigio en plata durante el Calcolítico, tanto en el Levante, siendo la necrópolis de *pithoi* de Biblos el mejor ejemplo (PRAG, 1977), como el Egeo, en particular en Creta (SEAGER, 1912, Fig. 9) o las Cíclades, como ya se ha señalado (SCHUHMACHER, 2002, p. 506 Fig. 6; REVELLO, 2003, p. 659 tabla 2), pero este tipo de diademas ya existían en la península Ibérica durante el Calcolítico (PEREA, 1991). Se ha sugerido una relación específica con una diadema con decoración incisa de Thermi en la isla de Lesbos (LAMB, 1936, p. 206 Fig. 61; SCHUBART, 1973/1976, p. 339 Fig. 1b), pero se trata de una diadema de plomo.

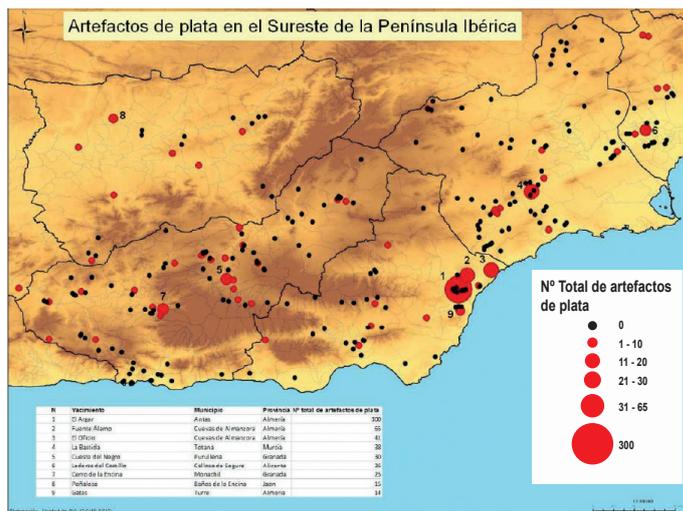
Sólo cabe mencionar una diadema de oro de 44.40 gr que procede del poblado fortificado de la Placica de Armas (Caravaca de la Cruz, Murcia) (AYALA, 1979-80, p. 177; MELGARES, 1983), inicialmente atribuida a Cehegín cuando



**Fig. 19b** – Diadema de plata de la tumba 455 de El Argar (Almería). Reales Museos de Arte e Historia, Bruselas (LULL *et al.*, 2014a, p. 566 Fig. 8).



**Fig. 19c** – Diadema de oro de Placica de Armas (Caravaca de la Cruz, Murcia). Museo Arqueológico Nacional, Madrid.



**Fig. 19d** – Distribución de los artefactos de plata en el sureste de la península Ibérica (MURILLO, 2013, p. 391 Fig. 7.4).

entró en el Museo Arqueológico Nacional, que se ha atribuido por su batido laminar a un contexto calcolítico campaniforme (LULL, 1980/1983, p. 208-209), en cuyo caso el precedente de la diademas de plata con un botón central sería local, aunque no hay constancia clara de esa ocupación del Calcolítico Final (Fig. 19c).

Los adornos también tardaron en incorporarse a los ajuares, aunque numéricamente son importantes, 276 en El Argar (4 diademas, 17 brazaletes, 202 anillos o pendientes y 31 cuentas), 68 en Fuente Álamo (1 diadema, 4 brazaletes, 14 anillos o pendientes y tres piezas no habituales, 1 mango, 1 punzón y 1 “broche”) o 45 en El Oficio (1 diadema, 4 brazaletes y 40 anillos o pendientes) (MONTERO, 1994, p. 124, 130, 133), sobre todo si lo ponemos en relación con Europa occidental (BARTELHEIM *et al.*, 2012, p. 294 Fig. 1). En el área argárica las piezas de plata no empiezan a aparecer con alguna frecuencia desde el 1900 AC y no se generalizaron hasta el 1750 AC (LULL *et al.*, 2014<sup>a</sup>, p. 571, 574). Por otra parte, su presencia es relativamente abundante, en excavaciones modernas con buen registro en Granada alcanzan porcentajes del 25 % de todas las tumbas (Cuesta del Negro 22.8 %, Cerro de la Encina 28.6 %), mientras en Murcia y Jaén ronda el 15 % (La Bastida 14.9 %, Peñalosa 14.3 %), al igual que en Almería (Fuente Álamo 16.5 %, Gatas 14 %, El Argar 13.5 % y El Oficio 12.6 %) (LULL *et al.*, 2014a, p. 571-572 Fig. 14; MURILLO, 2013, p. 402 Fig. 7.9) (Fig. 19d).

El análisis de isótopos de plomo señala que sólo el anillo de la tumba del poblado calcolítico de Molinos de Papel tiene un origen claramente diferente de la plata argárica, la cual no procedía en las áreas inmediatas de Almería (Herrerías, Sierra Almagrera, Gador) o Murcia (Cartagena), sino de Jaén (Linares, La Carolina) (LULL *et al.*, 2014a, p. 565-566). Esto podría explicar que sólo la encontremos a partir del inicio del Argar II o Bronce Medio I, 1950 AC, y empezaría a generalizarse la plata hacia el 1900 AC porque según su hipótesis el grupo argárico ya controlaría estos distritos mineros (LULL *et al.*, 2014a, p. 566, 574), aunque para que circulase la plata no es preciso que fueran parte de una misma estructura política. Más en detalle, piezas de plata del corredor de Orce-Chirivel en Granada (Cerro de la Virgen, Terrera del Reloj) y valle del Segura en Alicante

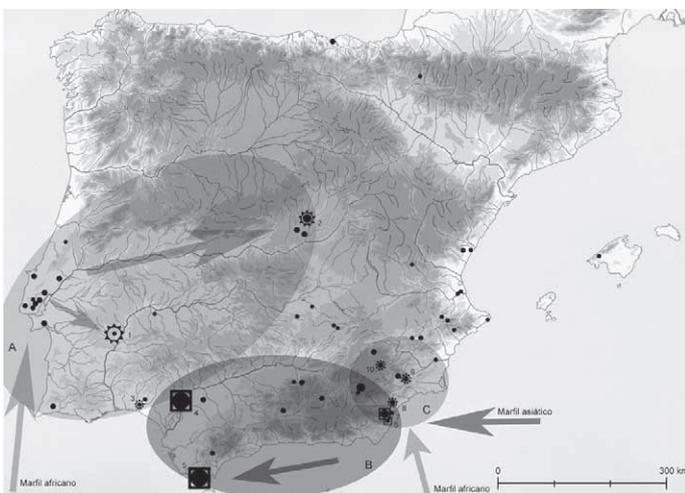
(San Antón) se vinculan con el valle de la Alcudía al sur de Ciudad Real, mientras que otras de Jaén (Peñalosa), vega de Granada (Cerro de la Encina, Cuesta del Negro) o depresión de Vera (El Argar) se vinculan con Linares en Jaén (MURILLO, 2013, p. 352).

### 1.13 – MARFIL ASIÁTICO Y NORTEAFRICANO, EL MEJOR INDICADOR DE LA CONTINUIDAD DE LOS CONTACTOS MEDITERRÁNEOS

Actualmente la mejor opción para tratar de valorar la continuidad de los contactos con el Mediterráneo oriental, ya constatados durante el Calcolítico, es el comercio del marfil sobre el cual se ha progresado notablemente tras los estudios de SCHUHMACHER (2012a, p. 51 tabla 1, 53 Fig. 5, 2012b, p. 429-332, 2016, p. 156 tabla 24; SCHUHMACHER y BANERJEE, 2012, p. 295 Fig. 3; CARDOSO y SCHUHMACHER, 2012: 97 fig. 2, 106 fig. 7). Su fase Campaniforme y del Bronce Antiguo que prolonga hasta el 1900 AC, se corresponde básicamente con el Calcolítico Final campaniforme 2500-2200 AC. Hasta entonces, la red de distribución comercial abastecía regularmente a todo el sur de la península Ibérica, con puntos de entrada por el río Segura en Alicante, Almizaraque en el río Almanzora para Almería, Los Algarbes en Cádiz, Valencina de la Concepción en Sevilla para el Guadalquivir, La Orden en Huelva, Tavira en el Algarbe o la desembocadura del río Tajo. Por otra parte, la presencia de esta materia prima importada en el Camino de las Yeseras en Madrid en el Tajo implica que el marfil debía circular aún más de los casos que tenemos identificados por la Meseta sur (Fig. 20a).

El caso del hipogeo del Camino de las Yeseras (San Fernando de Henares, Madrid) es interesante porque hay un botón con perforación en V y un fragmento de elefante africano (*Loxodonta africana africana*), si bien otras 9 piezas, principalmente cuentas bicónicas, corresponden a *Elephas antiquus* (LIESAU y MORENO, 2012, p. 84 Fig. 1-2, 87; SCHUHMACHER, 2012b, p. 549 catálogo 2).

A escala peninsular, de acuerdo con las piezas analizadas inicialmente, durante el Calcolítico Final el marfil asiático (*Elephas maximus*) duplicaba con 9 piezas al de elefante africano (*Loxodonta africana africana*) que contaba con 4 piezas identificadas (SCHUHMACHER, 2012a, p. 51 tabla 1, 53 Fig. 5 y 2012b, p. 325 Fig. 89, 326 Fig. 90). Al ampliarse las analíticas, en particular de piezas portuguesas, se ha equilibrado el porcentaje



**Fig. 20a** – Zonas de suministro y distribución del marfil asiático y africano durante el Calcolítico Final campaniforme (SCHUHMACHER y BANERJEE, 2012, p. 295 Fig. 3).



**Fig. 20b** – Brazalete de marfil de la habitación H31 de La Almoloya (Pliego, Murcia) del Bronce Inicial (LULL *et al.*, 2015c, p. 48 fot. 1).

igualando el elefante africano hasta 9 piezas, fruto de un suministro desde fachada atlántica norteafricana (SCHUHMACHER *et al.*, 2008, p. 987-988, 990-991; SCHUHMACHER, 2016, p. 156 tabla 24, 189 Fig. 52, 192 Fig. 54, 199 Fig. 57). No ha habido novedades respecto al elefante asiático, aunque hay un botón con perforación en V de El Argar que quizás corresponda a este periodo.

Para el Bronce Inicial y Medio el muestreo resulta aún insuficiente. Si inicialmente el Calcolítico Medio tenía 10 análisis, que aumentaron después hasta 38, y para el Calcolítico Final aumentó de 29 a 50 análisis, para el Bronce Inicial y Medio el porcentaje es sólo de 19 piezas analizadas. A ello cabe añadir 17 piezas más del Calcolítico en general y 6 de la Edad del Bronce, sumando en total 130 (SCHUHMACHER, 2012a, p. 51 tabla 1 y 2016, p. 156 tabla 24), lo que implica que sólo hay un 14.6 % de piezas con cronología del Bronce Inicial o Medio analizadas y sumando todas las del Bronce no superan el 19.2 %.

Para el Bronce Inicial y Medio, dentro de este pequeño porcentaje analizado, aparentemente desaparecería el elefante asiático, siendo muy significativo el aumento en el uso de elefante africano, con 15 piezas, que suponen casi el 80 % del utilizado (SCHUHMACHER, 2012a, p. 51 tabla 1, 61 Fig. 12, 65 Fig. 14; 2012b, p. 341 Fig. 100, 350 Fig. 104, 353 Fig. 105, 2016, p. 156 tabla 24 y e.p.). Esto implica que el aprovisionamiento debió incrementarse desde el norte de África, en particular desde el litoral mediterráneo de Marruecos, y probablemente más desde el Oranesado en Argelia por su proximidad hacia el sureste ibérico y porque los análisis de estroncio no coinciden con los obtenidos en Marruecos (SCHUHMACHER, 2016, 199-200 Fig. 57-58, 220-221). Por otra parte, en contraste con el Calcolítico Final, existe una ausencia de objetos de marfil en la zona gaditana, valle del Guadalquivir, Huelva, Algarve y estuario del río Tajo. En algunos casos no deja de sorprender por la regular investigación realizada en las cuencas bajas de los ríos Sado y Tajo, aunque no se conoce bien la transición al Bronce Inicial, pero habría que ser más cautelosos para zonas como el Bajo Guadalquivir o Cádiz dada su proximidad a la costa marroquí. En ambas áreas probablemente la ausencia de marfil es resultado de la gran escasez de poblados estudiados y de sepulturas excavadas.

Para el ámbito argárico del sureste los datos necesitan mejorar, pero los desglosaremos siguiendo en lo posible un orden cronológico para valorar su evolución. Un botón que procede la meseta superior de Gatas corresponde a elefante asiático (*Elephas maximus*), y es asignable aún a la fase campaniforme (SCHUHMACHER, 2012b, p. 509, lám. 25/12).

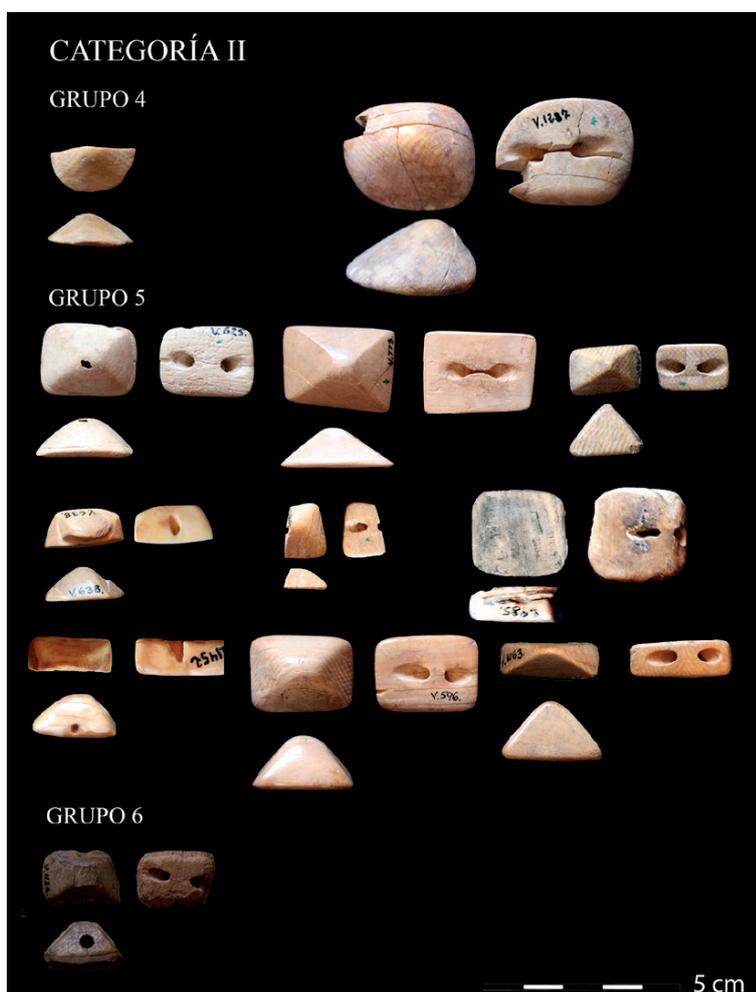


Fig. 20c - Botones con perforación en V de marfil del Cerro de la Virgen (Orce, Granada) (PAU *et al.*, 2018, p. 273 Fig. 3).

Existe otro botón con perforación en V del poblado de El Argar (SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 82/296; SCHUHMACHER, 2012b, p. 504, 548 tabla 2) que también se asigna a elefante asiático, lo que implica que la conexión directa con el Mediterráneo Oriental existente en época campaniforme, se retomó en algún momento impreciso, aunque Schumacher (2016: 156 tabla 24 y com. pers.) por prudencia considera que esta pieza correspondería a la aún poco conocida fase campaniforme de El Argar.

De La Bastida se han analizado otros 3 botones con perforación en V, dos de la primera fase, de la habitación 36 (BA-H36-207 y 303) y otro de BA-EB 20, que en los tres casos son de elefante africano (*Loxodonta africana africana*) (LULL *et al.*, 2015b, p. 62, 63 fot.; SCHUHMACHER, 2016, p. 244 catálogo 2). Estas piezas son importantes porque señalan que en la etapa de formación del grupo argárico se tenían relaciones marítimas con el norte de África. Un brazalete de marfil y una placa se localizaron en la fase inicial de La Almoloya, habitación H31 (LULL *et al.*, 2015c, p. 48 fot. y 2016b, p. 47 Fig. 3), pero su análisis está en proceso (Fig. 20b).

La reciente publicación de los análisis del Cerro de la Virgen (Granada) también da pistas sobre el Bronce Inicial y descartan la desaparición del elefante asiático. De la fase CV IIC o IIIA, fechada por Beta 124.541 3700±70 BP 2291 (2192-2043) 1901 AC, considerada de transición del Calcolítico Final al Bronce Inicial local, presenta tres piezas muy significativas, dos corresponden a botones con perforación en V de marfil de elefante asiático (V 968 y V 943) (*Elephas maximus*) y uno de marfil de hipopótamo (V 985) (*Hippopotamus amphibius*) (Schüle, 1980: lám. 90/943, 968 y 985), más otros dos botones de hipopótamo definidos como “postcampaniformes” (V 601 y V 750) (MOLINA *et al.*, 2004, p. 150 tabla 5; PAU *et al.*, 2018, p. 280 tabla 2, 281 tabla 3, 284 tabla 5; SCHÜLE, 1980, p. 34 Fig. 6, lám. 96/601). Esto implica que de 8 piezas de dicha fase, 5 son importadas del Mediterráneo oriental y no hay presencia de marfil africano, lo que sugiere continuidad de los contactos respecto a la etapa calcolítica precedente.

La fase Cerro de la Virgen IIIA, considerada aún un Bronce Inicial local, Beta 124.538 3580±70 BP y Beta 124.537 3550±60 BP (MOLINA *et al.*, 2004, p. 150 tabla 5), 2136 (1920) 1746 AC y 2113 (1884) 1697 AC, parece sugerir un momento avanzado de este Bronce Inicial. De las 10 piezas asignables a la fase IIIA, 9 botones prismáticos o piramidales y 1 colgante, 4 de ellas corresponden a marfil importado, mientras un colgante irregular es el único de marfil de elefante africano (V 758) (*Loxodonta africana africana*). Los otros tres botones son importaciones del Mediterráneo oriental, dos de marfil de hipopótamo (V 627 y V 639-1) (*Hippopotamus amphibius*) y uno de elefante asiático (V 635) (*Elephas maximus*) (PAU *et al.*, 2018, p. 280 tabla 2, 281 tabla 3, 284 tabla 5; SCHÜLE, 1980, p. lám. 98/627, 635 y 639-1) que indican continuidad en las rutas comerciales ya existentes a comienzos del Bronce Inicial (Fig. 20c).

El muestreo más amplio procede de Fuente Álamo II, subfases 7d y 8, con 3 restos de producción, un brazalete y un peine de la tumba 105 y en los cinco casos corresponden a elefante africano (*Loxodonta africana africana*) (LIESAU y SCHUHMACHER, 2012, p. 122 tabla 1; SCHUHMACHER, 2016, p. 243 catálogo 2), lo que implica que el abastecimiento de marfil africano también continuó sin interrupciones. Fuente Álamo II corresponde al Bronce Inicial II y tiene varias dataciones, la subfase 7d, B-3661 3680±70 BP y B-3933 3690±70 BP, y subfase 7-8, B-3663

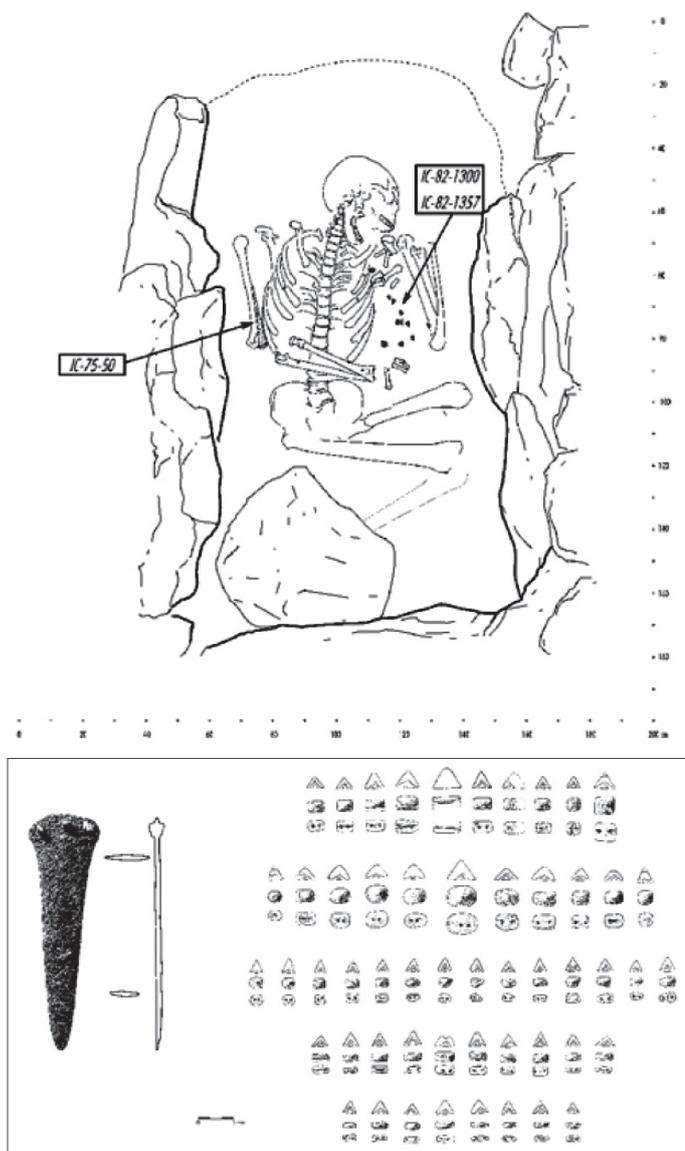


**Fig. 20d** – Peine de marfil africano posiblemente de la tumba 105 de Fuente Álamo (Almería) (LIESAU y SCHUHMACHER, 2012, p. 218 Fig. 3).

3600±70 BP (SCHUBART y ARTEAGA, 1983, p. 61 y 1986, p. 292; PINGEL, 2000, p. 92 tabla 1), subfase 7d: 2286 (2111-2036) 1887 y 2287 (2121-2039) 1895 AC y subfases 7-8: 2141 (1943) 1754 AC. En cualquier caso, llama la atención el diferente aprovisionamiento entre La Bastida y Fuente Álamo en el Almanzora con origen africano y el Cerro de la Virgen principalmente con marfil asiático y de hipopótamo, que entraría desde el Guadalentín y corredor de Cúllar-Baza, analizados por dos equipos diferentes, aunque los muestreos son aún escasos (Fig. 20d).

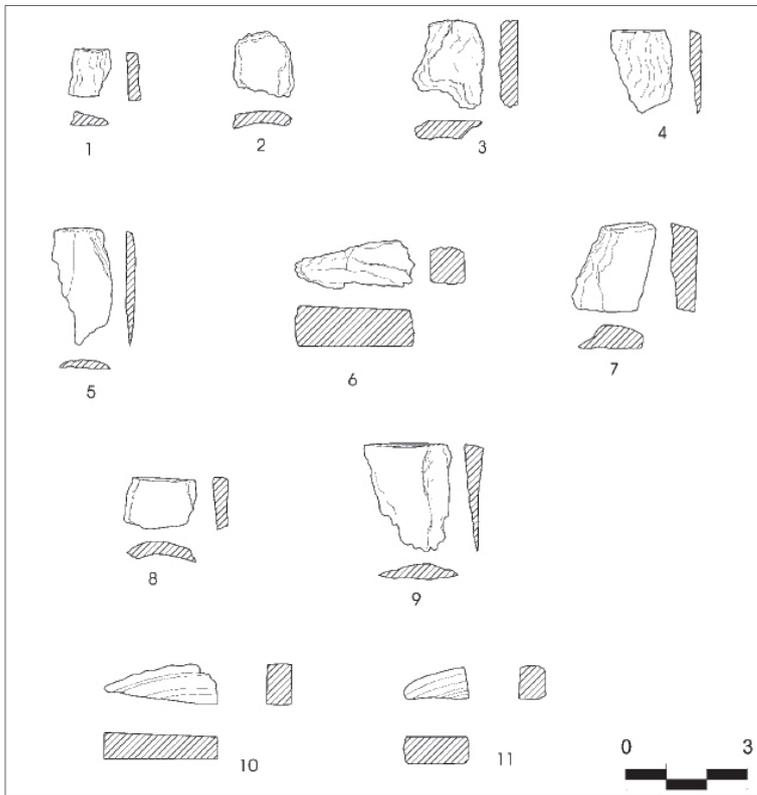
Del grupo argárico del Bajo Segura en Alicante se han analizado 8 piezas, aunque cuatro botones con perforación en V de la Illeta dels Banyets y San Antón no dieron resultados. Dos piezas del Tabayá proceden de elefante africano (*Loxodonta africana africana*) y aún más interesante, dos fragmentos de producción de la Illeta indican la continuidad de la presencia de marfil de hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*) (SCHUHMACHER, 2012b, p. 549 catálogo 2) (Fig. 21a-21b).

La presencia de desechos de un taller de marfil en la Illeta dels Banyets se identificó en materiales inicialmente atribuidos a marfil de suido (SIMÓN, 1988, p. 119, 132 Fig. 10/2 y 1997, p. 103 n° 17, 108 Fig. 32/3). Esto fue confirmado con la excavación del área central de la plataforma en el nivel II o inferior, principalmente UE 4185-4189, pero también UE 4192 y 4195 (SOLER *et al.*, 2006, p. 96 Fig. 46), donde se localizaron varias esquirlas de marfil, a veces con un borde aserrado (BELMONTE y LÓPEZ PADILLA, 2006, p. 185-186 Fig 89-90, 174 Fig. 82, 238 fot.). La parte inferior del nivel II, UE 4196, está datado por



**Fig. 21a** – Tumba 3 en cista de mampostería de Illeta dels Banyets (Alicante) con 53 botones con perforación en V (LÓPEZ PADILLA, 2006a, p. 104 Fig. 8).

**Fig. 21b** – Botones de marfil con perforación en V de la tumba 3 en cista de Illeta dels Banyets (HERNÁNDEZ PÉREZ *et al.*, 2009, p. 314 Fig. 20).



**Fig. 21c** - Esquirlas de marfil de hipopótamo, a veces con borde aserrado, de un taller del Bronce Medio en Illeta dels Banyets (BELMONTE y LÓPEZ PADILLA, 2006, p. 186 Fig. 90).

Beta-152.948 3570±40 BP (SOLER DÍAZ *et al.*, 2006, p. 97-98, 106 tabla 3.2), 2029 (1916-1895) 1774 AC, lo que implica que desde inicios del Bronce Medio I ya había un aprovisionamiento de marfil de hipopótamo, de origen levantino, probablemente por intermediación cretense, contemporáneo al Minoico Medio IB, 1925/1900-1875/1850 AC (MANNING, 2010, p. 23 tabla 2.2) (Fig. 21c).

En el Egeo se conoce en Creta una sección de canino inferior de hipopótamo con 45 cm en la West Court de Knossos, correspondiente al Minoico Inicial IIA, 2650-2450 AC (KRZYSZKOWSKA, 1984, p. 124-125), estando restringido su uso a la elaboración de sellos en el Minoico Inicial III y Minoico Medio I, 2200-1850 AC (REHAK y YOUNGER, 1998, p. 232).

En la costa del Levante, durante el Bronce Inicial hay huesos de hipopótamo en Tel Aphek, Tel Dalit, Tel Erani y ya en Siria en Tel Sukas, mientras que del Bronce Medio se conocen en Tel Nagila. Dientes de hipopótamo

susceptibles de ser aprovechados se conocen en el Bronce Inicial I, 3700-3000 AC, en el santuario de Ai y durante el Bronce Inicial II, 3000-2900 AC, en el poblado de Tel Arad (REESE, 1998, p. 140-141). Por ello, una opción probable sería un aprovechamiento de los hipopótamos presentes en las zonas pantanosas de Siria y Palestina, como la planicie de Amuq y los valles fluviales del Orontes y del Jordan.

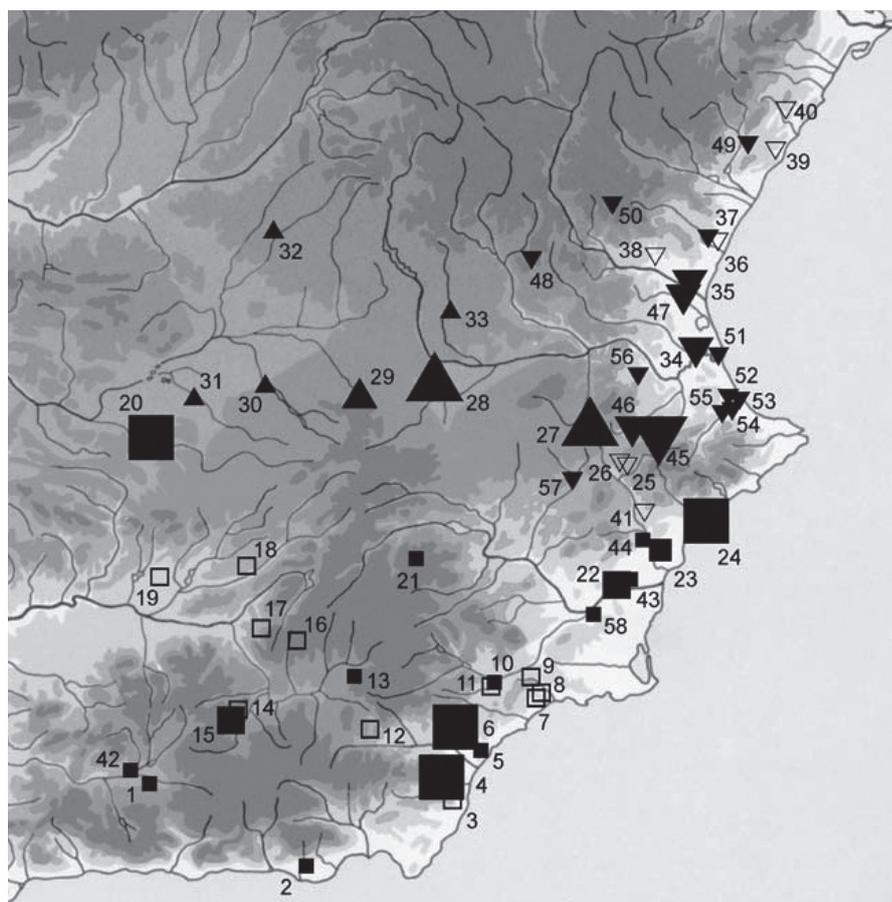
En el Levante está ausente el marfil de elefante y durante el Bronce Medio, 1750-1650 AC, en el palacio septentrional de Ebla aparecen placas incisas de marfil de hipopótamo (MATTHIAE *et al.*, 1995, p. 458-461 Fig. 476-477) que suelen tomarse de la parte inferior de los caninos. En fechas coetáneas de Bronce Medio de Anatolia, *ca.* 1800 AC, las piezas de marfil de Alaca Höyük, Kültepe o Acemhöyük también corresponden a marfil de hipopótamo (CAUBET, 2013, p. 450-451). La ausencia de marfil de elefante africano originario de Egipto o Nubia, hace menos probable que llegase marfil de hipopótamo del río Nilo, pues lo lógico es que llegasen ambos tipos de materias primas.

El marfil de elefante no reaparece en el Mediterráneo oriental hasta el acceso a nuevas fuentes de aprovisionamiento, probablemente egipcias obtenidas en Nubia, a finales del Bronce Medio, 1720-1620 AC, pues se localizaron colmillos de elefante en el nivel VII del palacio de Alalakh (WOOLLEY, 1955, p. 288-289 lám. 16a-b). En Grecia lo encontramos en los pomos de espadas de las tumbas de fosa de Micenas del Heládico Final I, 1675-1625 AC, caso de la tumba Delta del Círculo B (MYLONAS, 1983, p. 101 Fig. 96). Para Creta destacan los 6 colmillos de elefantes procedentes del nivel de destrucción del Minoico Final IB, 1625-1475 AC, del palacio de Zakros (PLATON, 1971, p. 61 Fig.). Aún así, se presupone que incluso el marfil de elefante asiático era llevado a Creta desde la costa levantina, y desde la isla actuaban como intermediarios para transportarlo también a Egipto (SAKELLARAKIS y SAKELLARAKIS, 1984, p. 200).

Durante el Bronce Medio I, en la fase Fuente Álamo III, subfases 11b, 12 y 12b, el aprovisionamiento incluso debió incrementarse pues se localizaron 49 fragmentos de rodajas de marfil, varias al interior o exterior del edificio I, asignables a elefante africano (*Loxodonta africana africana*) (LIESAU y SCHUHMACHER, 2012, p. 128, 127 Fig. 7, 133; SCHUHMACHER, 2012b, p. 548 catálogo 2). Esta fase tiene también tres dataciones disponibles, fase 11b-12a, B-3942 3430±40 BP y fase 12b, B-3930 3570±60 BP (SCHUBART y ARTEAGA, 1986, p. 292; PINGEL, 2000, p. 92 tabla 1), 1879 (1739-1695) 1637 AC y 2127 (1916-1895) 1746 AC (Fig. 21d).

Finalmente, una contera de mango de puñal de la tumba 265 en *pithos* de El Oficio de *Elephas antiquus* (SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 10/265; SCHUHMACHER, 2012b, p. 505), aunque no hay datación, su contenedor en urna y la presencia de plata en un pendiente indica que corresponde al Bronce Medio.

Son precisamente los enterramientos en *pithoi*, a la espera de futuros análisis, un buen indicador de la continuidad de la llegada del marfil al sureste ibérico durante el Bronce Medio, pues están presentes en 25 tumbas en *pithos* de El Argar, nº 22 (2 piezas), 51 (4), 55 (1), 64 (1), 65 (1), 152 (2), 171 (1), 289 (2), 301 (1), 334 (1), 367 (1), 386 (2), 398 (3), 429 (1), 439 (4), 454 (16), 476 (1), 494 (1), 501 (1), 545 (10), 562 (4), 584 (1), 579 (10), 623 (2) y 738 (7) (SIRET y SIRET, 1887/1890; SCHUHMACHER, 2012b, p. 397 tabla 31), en parte de ellas acompañadas de objetos de plata, tumbas 22 (3 piezas), 51 (5), 334 (1), 386 (1), 398 (1), 439 (4), 454 (16), 545 (1), 562 (1), 579 (6) y 738 (13). Como puede observarse lo normal es una única pieza de marfil con algunas excepciones como las tumbas en *pithos* 738 (7), 545 (10), 579 (10) y 454 (16), esta última con una diadema de plata.



**Fig. 21d** – Distribución del marfil durante el Bronce Inicial y Medio en el Argar, Bronce Valenciano y Bronce de La Mancha (SCHUHMACHER, 2012b, p. 65 Fig. 14).

## 1.14 – CUENTAS DE PASTA VÍTREA, ÁMBAR Y CERÁMICAS IMPORTADAS

En contextos del Bronce Inicial o Medio de El Argar de momento no conocemos importaciones de cerámicas a torno en el sureste. En cambio, sí tenemos referencias para Andalucía occidental. Junto a la desembocadura del río Guadalquivir, del Cerro de San Juan (Coria del Río, Sevilla) procede un fragmento cerámico inédito de niveles del Bronce Medio (ESCACENA 2018: 60, 62 fig. 20) que PELLICER (2010, p. 22) asocia con un fragmento de *base ring*, supuestamente fabricado por artesanos chipriotas en Sicilia entre el 1500-1300 AC, aunque su contexto cronológico es más antiguo. Tres dataciones procedentes del nivel II, CNA-169 3545±35 BP, CNA-167 3505±45 BP y CNA-168 3485±35 BP (GARCÍA RIVERO y ESCACENA 2015, p. 30-31 Fig. 22-23), 2008 (1883-1735) 1749 AC, 1942 (1876-1780) 1691 AC y 1888 (1861-1772) 1690 AC indican que este estrato corresponde a inicios del Bronce Medio, con lo que su llegada coincidiría con el inicio de los *pithoi* en el sureste.

A un momento más avanzado, probablemente ya del Bronce Medio II, hacia 1825 AC, coincidiendo con el inicio de los nuevos palacios en el Minoico Medio IIB, hacia el 1800 AC, aparecen nuevas materias primas como la pasta vítrea o el ámbar. Si hay un elemento que siempre se ha defendido como una importación en El Argar ha sido la presencia de 8 cuentas de “pasta vítrea azul, verde o blanca; estas últimas (...) pequeños tubos estriados” en la tumba 9 de Fuente Álamo (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 68), una tumba excepcional porque tenía una diadema de plata, una espada, 10 cuentas de marfil o un mango de punzón muy parecido al de la tumba 38 de La Almoloya (Fig. 22a).

Otra cuenta de pasta vítrea azul-verdosa localizada en Cabezo Redondo, dentro del departamento 25, junto con un fragmento de peine de marfil (HERNÁNDEZ PÉREZ *et al.*, 2010, p. 119 y 2016, p. 101 fot. 4), está datada por una muestra tomada junto al peine de marfil, Beta-195.925 3250±40 BP (HERNÁNDEZ PÉREZ, 2009, p. 299 Fig. 7, 300), 1617 (1519) 1440 AC, lo que nos indica ya un momento del Bronce Final IA o Bronce Tardío, mencionándose también otra cuenta con decoración de bandas incisas (HERNÁNDEZ PÉREZ *et al.*, 2016, p. 101 fot. 4). Ya se había citado una cuenta bitroncocónica de pasta vítrea con pátina blanca del estrato IV del departamento 7 (SOLER, 1987, p. 47, lám. 76/19) (Fig. 22b).

Esto mismo sucede con una cuenta de pasta vítrea azul procedente del poblado de El Negret de la última fase de habitación 3, UE 1027 (BARCIELA *et al.*, 2015, p. 125, 126 Fig. 23), datado por Beta-268.983 3150±40 BP, una muestra de la parte superior de la habitación 2 (BARCIELA *et al.*, 2015, p. 126, 127 tabla), 1505 (1426-1414) 1301 AC, se sitúa dentro del Bronce Final IB, contemporánea al tesoro de Villena (SOLER, 1965; MEDEROS, 1999 y 2009, p. 46-47), lo que refuerza, al igual que el ámbar o el hierro, las conexiones externas con el Egeo y el Levante. Las nuevas analíticas realizadas en cuentas de collar de pasta vítrea del Bronce Final de Dinamarca y norte de Alemania han puesto de manifiesto que 2 proceden de Egipto y 21 del Próximo Oriente (VARBERG, GRATUZE y KAUL, 2015, p. 169). Sin embargo, tampoco debemos olvidar que

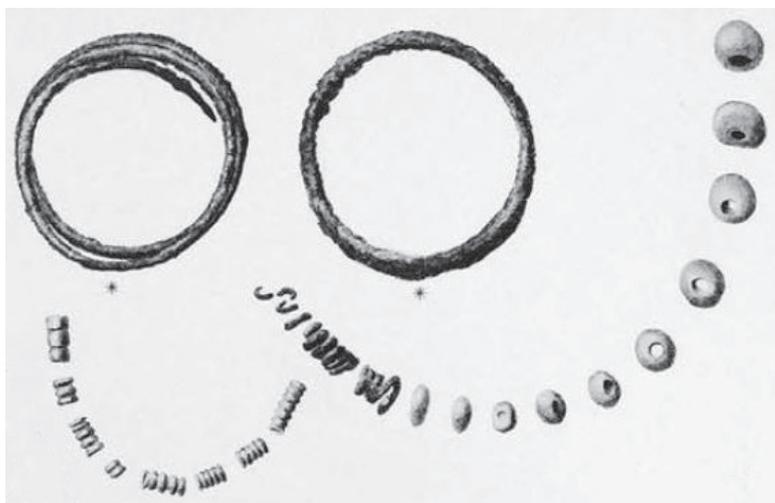


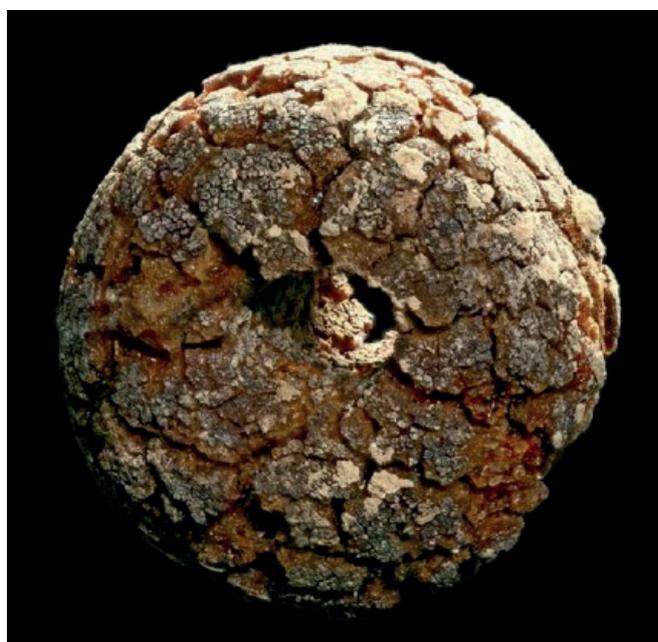
Fig. 22a – Cuentas de pasta vítrea de la tumba 9 de Fuente Álamo (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 68/9).



**Fig. 22b** – Cuentas de pasta vítrea, una del departamento 25, del Cabezo Redondo (Villena, Alicante) (HERNÁNDEZ PÉREZ *et al.*, 2016, p. 101 fot. 4).

desde el Minoico Medio I, 2100-1850 AC, comenzaron a fabricarse también en Creta (PANAGIOTAKI, 2000, p. 154).

La presencia de ámbar se ha identificado recientemente en la tumba 38 en *pithos* de La Almoloya, dentro la habitación de reuniones H9E, en un collar con cuentas de piedra verde y concha, que incluye una cuenta de ámbar (LULL *et al.*, 2016b, p. 55). Teniendo en cuenta que se trata de una tumba fechable hacia el 1650 AC, lo presumible es que se trate de ámbar báltico y nos estaría indicando que estaba llegando a la vez que a las tumbas de fosa de Micenas (BECK *et al.*, 1972) del Heládico Final I, 1675-1600 AC. Adornos de ámbar ya se conocían en el Cabezo Redondo, como una cuenta del departamento 7 que se deshizo al extraerla (SOLER, 1965, p. 45 y 1987, p. 47), y otra cuenta de oro y ámbar procedente de un enterramiento de un adulto en el extremo sureste del departamento 20, que también tenía un brazalete de plata y dos conos, uno de oro y otro de plata (HERNÁNDEZ PÉREZ, 1997, p. 110) (Fig. 22c).



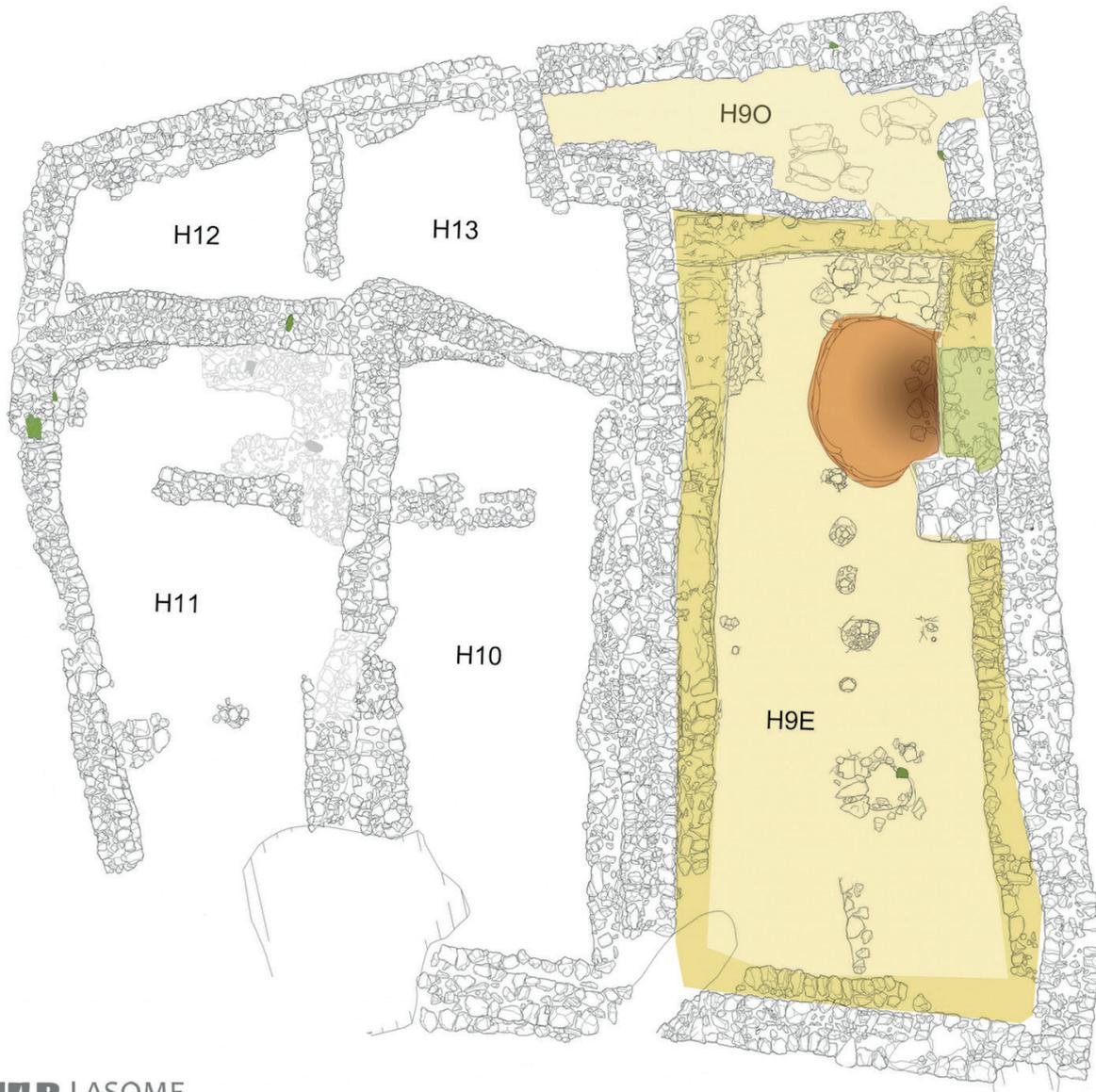
**Fig. 22c** – Cuenta de ámbar de la tumba 38 de La Almoloya (Murcia).  
Universitat Autònoma de Barcelona.

### 1.15 – FRESCOS EN LAS PAREDES

La reciente aparición de paredes con enlucidos de cal con motivos geométricos pintados, lineales, cenefas, punteados e incluso figurativos, en ámbitos domésticos en la habitación H90 del poblado de La Almoloya (Murcia) (LULL *et al.*, 2015c, p. 100-101 fot), nos indica la introducción de los murales pintados en viviendas importantes. En este caso es la habitación anexa al edificio de reuniones H9E (LULL *et al.*, 2015c, p. 82-83 Fig),

de la que procede el *pithos* doble más rico del poblado, AY38, el cual tiene una cronología del finales del Bronce Medio II, *ca.* 1650 AC. Este edificio cuenta con 6 habitaciones y se ha sugerido si no sería un palacio con su tumba “princesca” (LULL *et al.*, 2016b, p. 53) (Fig. 23a-23b).

No cabe descartar en la utilización de frescos una posible influencia minoica que alcanzó también al Levante como se aprecia en los frescos de Alalakh nivel VII (Siria) (WOOLLEY, 1955, p. 228-233; NIEMEIER y NIEMEIER, 2000, p. 780) y Tell Kabri (Israel) (NIEMEIER, 1991; CLINE *et al.*, 2011; CLINE y YASUR-LANDAU, 2013, p. 37, 42-43 fot.) asignables del Bronce Medio IIB, *ca.* 1600 AC. También se conocen más tardíos en Egipto, localizados en el Palacio F de Tell el’Daba (BIETAK y MARINATOS, 1995; BIETAK, MARINATOS y PALYVOU, 2007) durante el reinado de Tutmosis III de la Dinastía XVIII, 1457-1425 AC (KITCHEN, 1996, p. 11-12), contemporáneo al Minoico Final IB.



**Fig. 23a** - Planta del edificio con la habitación H90 de La Almoloya (Murcia) del Bronce Medio (LULL *et al.*, 2015c, p. 76 Fig.).

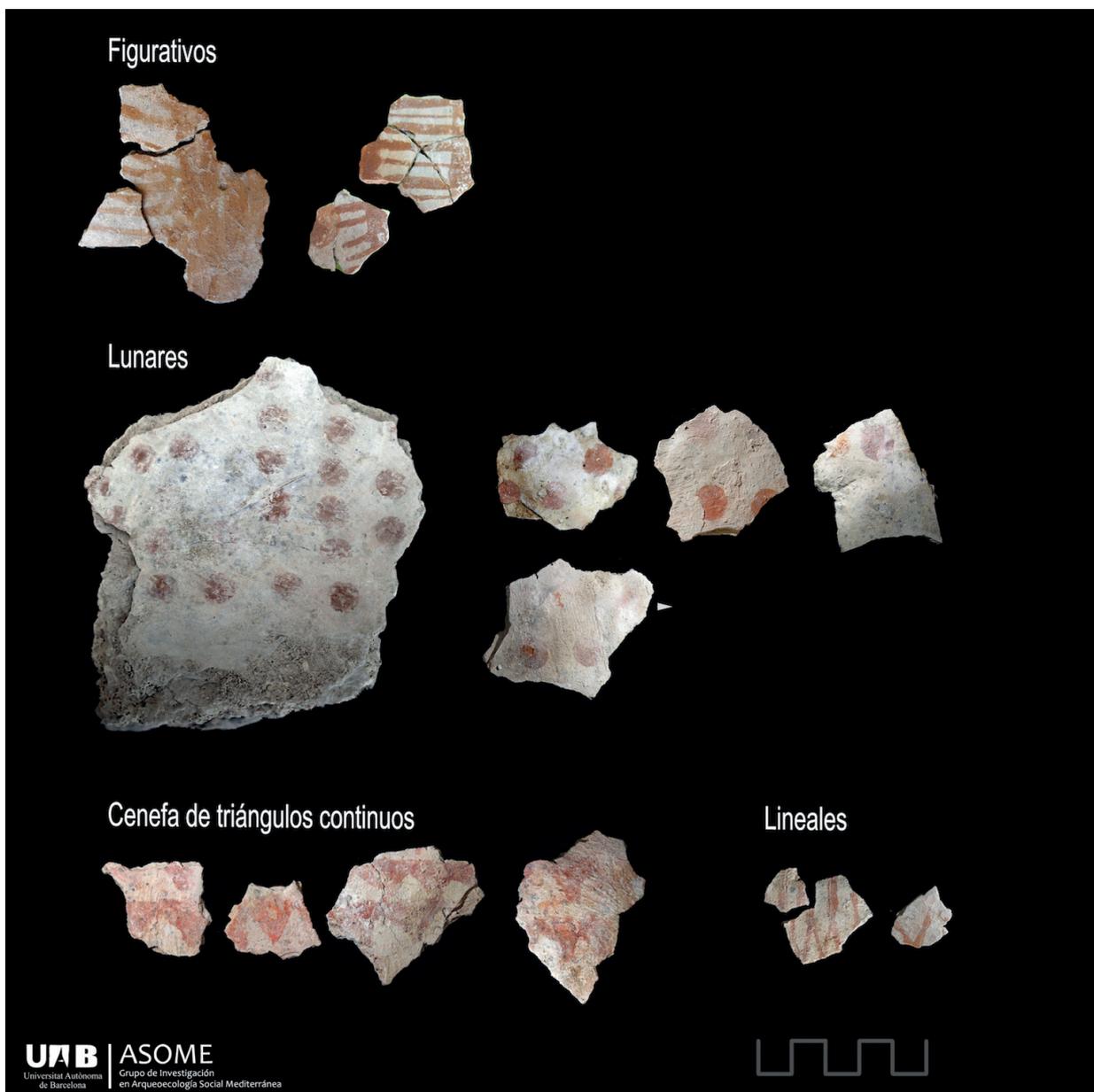


Fig. 23b - Enlucidos de cal con motivos figurativos y geométricos pintados de la habitación H90 de La Almoloya (Murcia) (LULL *et al.*, 2015c, p. 101 fot.).

### 1.16 - LA CRETA MINOICA COMO POSIBLE INTERMEDIARIO

El Minoico Inicial III, 2200-2100/2050 AC (MANNING, 2010, p. 23 tabla 2.2), presenta las primeras evidencias iconográficas seguras del uso de barcos de vela, normalmente representados en sellos (BASCH, 1987, p. 93-106; WACHSMANN, 1981, p. 204 Fig. 19; WEDDE, 1999 y 2000, p. 331-349, n° 701-981), que asegura navegaciones de medio y largo alcance. Por otra parte, ya entre el Minoico Inicial III y el Minoico Inicial IA, es decir, hasta 1925/1900 AC, denominado a veces periodo Prepalacial (SCHOEP, 2006), ya hicieron su aparición

los primeros palacios, como es el caso de Malia (PELON, 1983, p. 696-700), el cual quizás controlaría un territorio intermedio entre Knossos (*ko-no-so*) y Phaistos (*pa-i-to*) hacia el oeste y Gournia hacia el este (Fig. 24a).

Sin embargo, un problema para valorar los contactos comerciales minoicos durante el Minoico Medio I-II, 2100/2050-1750/1700 AC, es que apenas hay exportaciones minoicas identificables en el Levante, salvo la cerámica tipo Kamares (BETANCOURT, 1998, p. 6), la cual se ha sugerido era producida bajo control palacial (BETANCOURT, 1985, p. 191). En el Levante, Creta debió abastecerse de la mayor parte del marfil de hipopótamo consumido en la isla.

Por otra parte, Creta era un necesario receptor de metales, tanto cobre como estaño, plata y oro. Esta exigencia de metales propició el desarrollo de la navegación para garantizar un abastecimiento regular. Sin embargo, importaciones foráneas claramente identificables en Creta hay pocas, principalmente de Egipto (24 vasos de piedra y 17 escarabeos) y Siria-Mesopotamia (6 puñales y 7 sellos-cilindros) (BRANIGAN, 1989, p. 66-67 tablas 1-2). Respecto al cobre y la plata, se ha sugerido que de un abastecimiento procedente principalmente desde Anatolia, a partir del Minoico Medio IIA-IIB, 1850-1750 AC, se produjo un cambio hacia los puertos de Siria y en particular Ugarit (WIENER, 1987, p. 261 n. 5), quizás porque por mediación de Mari disponían de un suministro regular de estaño de Afganistán necesario para elaborar bronce (DOSSIN, 1970, p. 97). En este conjunto, los productos levantinos en Creta son especialmente significativos porque no se iden-

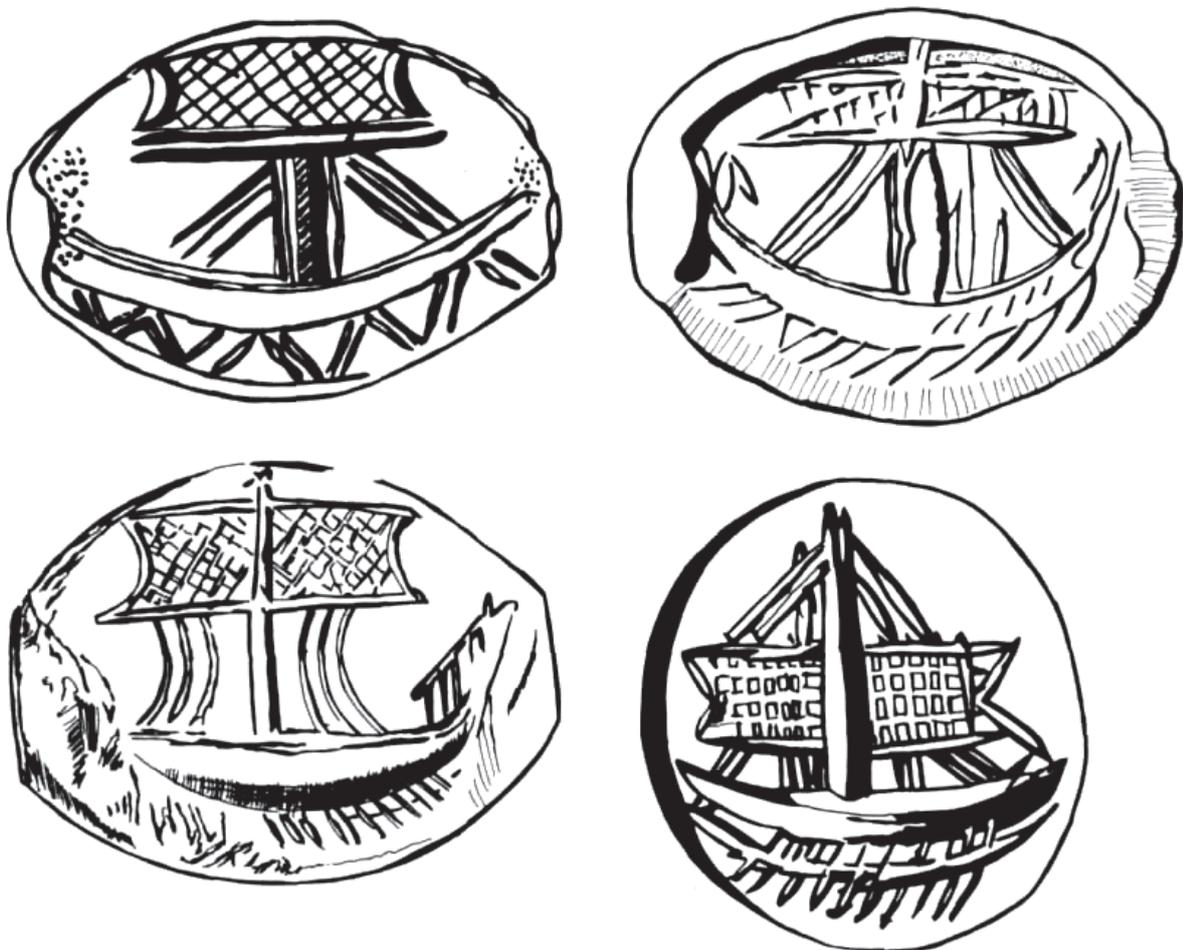
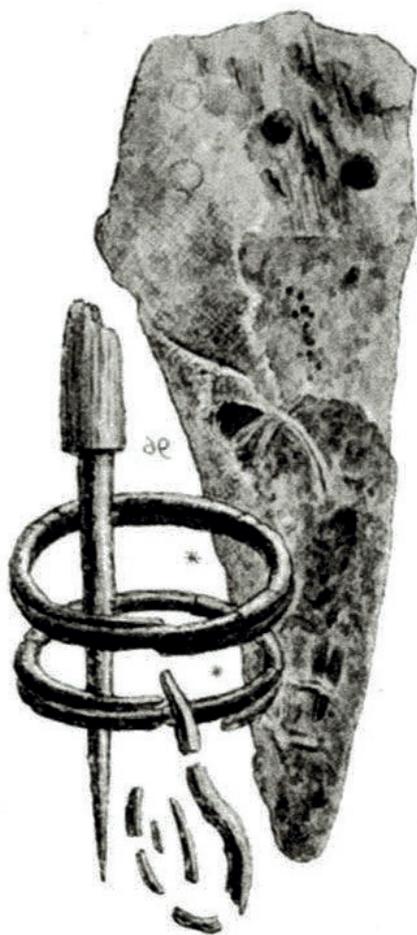


Fig. 24a – Barcos con vela representados en sellos del Minoico Inicial III-Minoico Medio IB (WACHSMANN, 1981, p. 204 Fig. 19).

tifican en otros puntos del Egeo como la Grecia continental y sugiere un papel de intermediación de Creta con el Levante y Egipto. En este sentido, en la mención a Keftiu en las fuentes egipcias, si se asocia con la Creta minoica, transportaban a Egipto productos levantinos como colmillos de elefante, lapislázuli, plata, e incluso oro (SAKELLARAKIS y SAKELLARAKIS, 1984, p. 200), sin descartar productos perecederos como madera, aceite y vino (VERCOUTTER, 1954, p. 176), madera que no sólo llegaba en barcos de Biblos, sino también en barcos de Keftiu y de *Sk-tw* (BREASTED, 1906, p. 206 n° 492).

Con los datos actuales, la llegada de marfil de hipopótamo y asiático al Cerro de la Virgen (PAU *et al.*, 2018, p. 280 tabla 2), de origen levantino, es el elemento que más apoya una conexión entre Creta y el sur de la península Ibérica en el Bronce Inicial desde el 2200 AC, sin descartar contactos directos entre el Levante y Occidente.

Estos contactos se intensificaron en particular en la segunda etapa, hacia el 1925 AC, a comienzos del Bronce Medio I, que coincide con los primeros palacios durante el Minoico Medio IB y IIA, 1925/1900-1800/1750 AC (CHERRY, 1984 y 1986), cuando también se documenta marfil de hipopótamo en la Illeta dels Banyets (BELMONTE y LÓPEZ PADILLA, 2006, p. 185-186 Fig 89-90, 174 Fig. 82, 238 fot.; SCHUHMACHER, 2012b, p. 549 catálogo 2), que procedería principalmente del Levante, pero que continuaría siendo distribuido por barcos minoicos. Dos serían las materias primas que se podrían intercambiar, cobre del que Creta es deficitaria, aunque sería más lógico un aprovisionamiento desde Chipre o incluso Anatolia, si bien pudo haber



**Fig. 24b** – Puñal que presenta 5 remaches con disposición en X de la tumba 96 de El Argar (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 37/96).



**Fig. 24c** – Puñal de Mochlos (Creta) con 5 remaches en X (BRANIGAN, 1974, p. 162, Fig. 9/428).

periodos de corte de suministro, lo que exigiría buscar alternativas, y en particular, la demanda de metales preciosos como plata.

En el caso del cobre, aleado como bronce, debe tenerse en cuenta el elevado consumo que se hacía en Creta que incluía herramientas para la construcción de los palacios, armas como espadas o hachas y grandes recipientes metálicos de prestigio (BRANIGAN, 1968 p. 195-198; MATTHÄUS, 1980; WIENER, 1990, p. 146).

Esta posible conexión con Creta también ha sido resaltada por Schuhmacher (2011: 421-422), quien ha apoyado la propuesta de BRANDHERM (2003, p. 336, 338, n° 1256 lám. 78/1256) de la presencia de algunos artefactos de cobre argáricos en Creta como es el caso de un puñal que presenta 5 remaches con disposición en X de la tumba 96 de El Argar (SIRET y SIRET, 1887/1890, p. lám. 37/96; SCHUBART y ULREICH, 1991, p. lám. 8/96c), distribución no habitual de los remaches, también presente en un puñal del entonces promontorio costero, actualmente islote de Mochlos, en el norte de Creta (BRANIGAN, 1974, p. 162, lám. 9/428). La tumba 96 de El Argar, de una mujer adulta entre 30-40 años (KUNTER, 1990, p. 12), es también interesante porque muestra dos elementos vinculados a la posible reanudación de los contactos a partir de 1925 AC, el enterramiento en *pitios* y la presencia de plata en el ajuar con 2 brazaletes, junto con un punzón que conservaba parte del mango, al igual que otro mango del cuchillo, el cual estaba envuelto en una tela (SIRET y SIRET, 1887/1890 p. lám. 37/96) (Fig. 24b).

A partir del Bronce Medio II, coincidiendo con los nuevos palacios desde el Minoico Medio IIB (CHERRY, 1986, p. 21, Fig. 2/2), desde *ca.* 1800 AC, al incrementarse su número pudieron tener cada uno estrategias de abastecimiento diferentes. Un problema es el escaso conocimiento que tenemos de la parte occidental de Creta, donde Chania-La Canea (*ku-do-ni-ja*) (ANDREADAKI-VLASAKI, 2002) era el centro más importante, aunque Phaistos-Festos (*pa-i-to*) en el sur (LEVI, 1976), en la llanura de Mesara, también mira hacia el Mediterráneo Central y Occidental.

En esta fase en el sureste ibérico pudo incrementarse la producción de cobre, como refleja Peñalosa (Jaén), un escorial de cobre de varias toneladas (CONTRERAS y MORENO, 2015, p. 48-54 lám. 15-21), a la vez que se almacenaba en pequeños lingotes circulares de cobre de 0.5 kg (CONTRERAS *et al.*, 2000, p. 106 fot.), obtenidos en moldes de piedra arenisca (CONTRERAS *et al.*, 2000, p. 140 fot. 1), datos que sugieren una producción de metal desconocida hasta entonces.

Por otra parte, si tenemos en cuenta que la generalización de aleaciones con estaño comienza entre 1800-1700 AC según los datos actuales (LULL *et al.*, 2013a, p. 599 y 2017a, p. 151 n. 11), sugiere que barcos argáricos u otros originarios del Bronce del Suroeste empezaron a proveer de estaño atlántico aluvial para las aleaciones de bronce, que pudo haber llegado junto con oro también aluvial (MEDEROS, 1999, p. 123-126), y con estas dos nuevas materias primas adicionales de elevado valor, los centros costeros argáricos pudieron intermediar en su comercialización hacia el Mediterráneo Oriental.

## 1.17 – EL TRÁNSITO AL BRONCE FINAL I O BRONCE TARDÍO

No es fácil analizar el tránsito al Bronce Final I o Bronce Tardío porque en ocasiones las dataciones no dan información suficientemente precisa para ajustar dicha transición y por la dificultad de estudiar un poblado específico de esta fase desde la etapa inicial, entre los cuales Cabezo Redondo (Villena, Alicante) es quizás el yacimiento con información más significativa.

Esta transición se ha propuesto en dos momentos, por un lado algunos autores que lo han situado hacia el 1650 AC (MOLINA y CÁMARA, 2004, p. 457) o 1625 AC (MEDEROS, 1995, p. 85 tabla, 1997, p. 76, 78 tabla 3

y 2009, p. 39, 42 tabla), sin descartar entonces una posible fase de transición Bronce Medio III o Bronce Final IA, que llegaría hasta el 1525 AC. Con el incremento de las dataciones creemos probable que el Bronce Medio II se haya prolongado 25 años hasta el 1600 AC.

Por otra parte, otros investigadores apoyándose en la secuencia de Gatas, tras una primera propuesta donde identificaron un Argárico V entre el 1700-1580 AC (GONZÁLEZ MARCÉN, 1994, p. 24), consideraron que Gatas IV tendría 3 subfases aún argáricas, IVa (1750-1700 AC), IVb (1700-1600) y IVc (1600-1550 AC) (CASTRO *et al.*, 1995, p. 28), fase que se ha denominado Argar III entre el 1750-1550 AC (LULL *et al.*, 2009, p. 225, 231 tabla 1, 2013a, p. 596, 2013d, p. 298-299 y 2014, p. 128, 139), tras unos años donde situaron el final incluso más tarde, 1550-1500 AC (CASTRO *et al.*, 2001, p. 191; LULL *et al.*, 2004, p. 248). Otro elemento en que se apoyaron fue considerar argárico al cerro de la Encantada (Granátula de Calatrava, Ciudad Real) cuyo final situaban *ca.* 1546 AC (GONZÁLEZ MARCÉN, 1994, p. 20). Esta periodización ha sido en parte asumida por CÁMARA y MOLINA (2011, p. 90 tabla 2) quienes hablan de un Argar 2 entre el 1750-1550 AC, prolongándolo aún más con un Argar 3 entre 1550-1450 AC, probablemente influenciados por una datación de la tumba 6 de Cuesta del Negro que ronda *ca.* 1400 AC.

Esta propuesta del 1550 AC se apoya en varios enterramientos de la fase IVc de Gatas (CASTRO *et al.*, 1995, p. 33-34, 31 tabla 1; BUIKSTRA *et al.*, 1992, p. 262-265, 267 Fig. Fig. 4/T.29, 269 Fig. 6/T.21), que corresponde al segundo nivel de ocupación de una casa absidal de la Zona B, UtC-1436 3280±60 BP, 1691 (1524) 1431 AC, con una serie de tumbas bajo ese segundo nivel de la casa absidal, la tumba 21 en una urna atípica con un infantil entre 1 y 1.5 años sin ajuar, OxA-3963 3310±60 BP, 1741 (1602-1534) 1451 AC; la tumba 29 en urna de un infantil II de 10-12 años con una espiral de plata, una forma 4 y un cuenco F2, OxA-3966 3300±60 BP, 1736 (1599-1530) 1447 AC; la tumba 20 de un neonato sin ajuar, OxA-3962 3260±60 BP, 1682 (1520) 1421 AC, y la tumba 23B, próxima a la casa absidal, de una joven entre 13 y 15 años con ajuar, OxA-3964 3285±60 BP, 1691 (1595-1524) 1435 AC. En ningún caso, de momento, adultos jóvenes o maduros, y justo estas 4 urnas de Gatas son las utilizadas para mostrar la última fase de enterramientos argáricos entre 1570-1510 AC (CASTRO *et al.*, 1993-94, p. 86 Fig. 7).

Teniendo en cuenta las medianas de las dataciones, un 1550 AC es una estimación razonable. Sin embargo, la muestra del nivel es sobre carbón y las medianas también oscilan como muestra la tumba 21, 1741 (1602-1534) 1451 AC entre una cronología que realmente podría abarcar 300 años, *ca.* 1750-1450 AC.

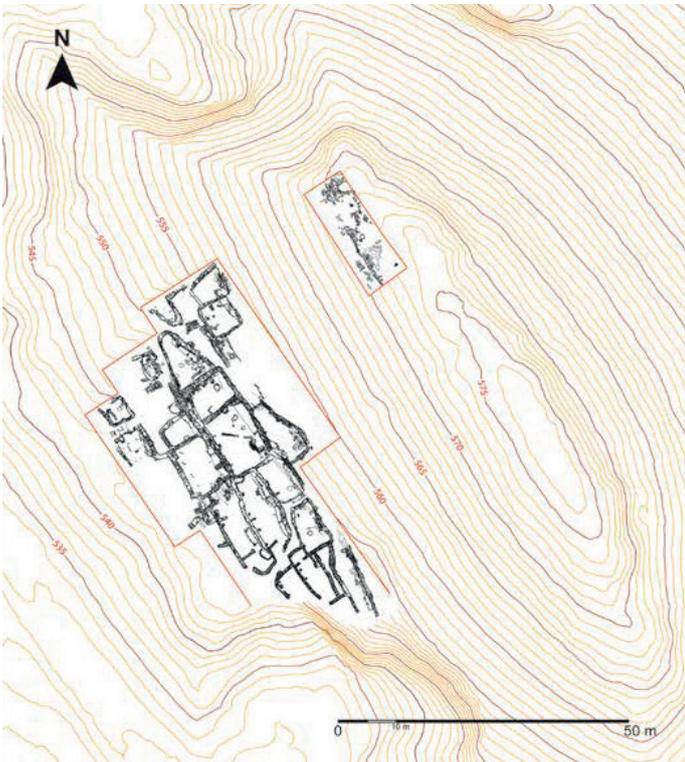
Ya en niveles postargáricos de fase Va de Gatas, hay 3 dataciones sobre semillas del nivel Va, aunque del sondeo 2 (CASTRO *et al.*, 1995, p. 34-35, 31 tabla 1), sin continuidad con el sector anterior. Sus medianas prácticamente se solapan con las anteriores de la fase IVc, OxA-2856 y OxA-2854, ambas 3250±60 BP, 1663 (1519) 1414 AC, y OxA-2854 3230±70 BP, 1685 (1516) 1317 AC, lo que sugiere que la fase IVc debería ser algo más antigua.

Para valorarlo mejor, la información más valiosa la aporta el Cabezo Redondo. Este poblado se consideraba desde el reinicio de las excavaciones en 1988 que su ocupación empezaba a partir del Bronce Tardío por HERNÁNDEZ PÉREZ (1997, p. 102-103), aunque se mantendrían algunos enterramientos dentro del poblado, como un *pithos* infantil de la habitación XX (HERNÁNDEZ PÉREZ, 2009, p. 298 Fig. 5). Los enterramientos del Cabezo Redondo suman ya 61 individuos, con 16 adultos, 3 juveniles entre 15 y 19 años y 42 infantiles (de MIGUEL, 2016, p. 83, 82 Fig.) (Fig. 25a-25b).

No obstante, más recientemente se ha planteado que la fundación del poblado pudo realizarse desde el 1800-1750 AC (JOVER, LÓPEZ PADILLA y GARCÍA-DONATO, 2014, p. 63-64) o 1750-1700 AC (JOVER, LORRIO y DÍAZ, 2016, p. 89, 86 tabla 1), dentro de una expansión argárica hacia el Alto Vinalopó. Esta propuesta retoma la hipótesis, también planteada por MOLINA y CÁMARA (2004, p. 456-458), de una última expansión argárica hacia el Vinalopó y Villena, en su caso durante el Bronce Tardío, hacia el 1650 AC. Esta



**Fig. 25a** – Vista del Cabezo Redondo (Villena, Alicante). Universidad de Alicante.



**Fig. 25b** – Planimetría del Cabezo Redondo (HERNÁNDEZ PÉREZ *et al.*, 2016b, p. 68 Fig. 1).

posibilidad plantea el problema de tratar de separar en un futuro que enterramientos preceden al 1600 AC asignables al Bronce Medio II y, en particular, de que tipo y con que edades continuaron en la fase siguiente.

La información deriva de varias dataciones (HERNÁNDEZ PÉREZ, 2009, p. 299; JOVER, LÓPEZ PADILLA y GARCÍA-DONATO, 2014, p. 51 Fig. 8) que serían contemporáneas a un momento avanzado al Bronce Medio II. Aparte de una datación más antigua de Heidelberg tomada de un poste de madera del departamento 7, las otras cuatro proceden de tres habitaciones de las nuevas campañas. Las dos primeras, Beta-181.406 3420±60 BP, 1892 (1739-1693) 1560 AC y Beta-181.403 3350±70 BP, 1876 (1679-1635) 1457 AC, son postes de madera de los departamentos 19 y 20, que no son un referente ideal. Quedan dos muestras procedentes del departamento 25, el espacio doméstico más grande excavado en el poblado, una muestra de carbón bajo el pavimento, Beta-195.929 3350±60 BP, 1869 (1679-1635) 1498 AC y un enterramiento infantil en cista, Beta-195.928 3410±50 BP, 1882 (1734-1691) 1612 AC. Como puede observarse, es en particular este enterramiento infantil en una pequeña cista con un ajuar de una cuenta de plata y una concha (HERNÁNDEZ PÉREZ, GARCÍA ATIENZAR y BARCIELA, 2016, p. 58 fot. 3, 80 fot.) la clave que se ha utilizado para proponer esta fase del Bronce Medio, aunque falta aún un análisis detallado del registro cerámico de esta fase inicial que explicaría mejor el significativo número de enterramientos documentados (Fig. 25c).

Otro grupo de muestras son especialmente interesantes porque están dentro de un contexto de Bronce Tardío. Hay dos dataciones de semillas de los departamentos 27 y 30 (JOVER, LÓPEZ PADILLA y GARCÍA-DONATO, 2014, p. 51 Fig. 8), el primero de

un nivel de incendio de la fase 3 del departamento 27, Beta-277.069, 3310±40 BP 1687 (1602-1534) 1503 AC, y de otro nivel de incendio de la única fase de ocupación en el departamento 30, Beta 292.033 3310±40 BP 1687 (1602-1534) 1503 AC, a las que cabe unir el mango de una punta de lanza (HERNÁNDEZ PÉREZ, 2009, p. 299, 326 n° 52) de un espacio abierto, Beta 189.003 3310±40 BP 1687 (1602-1534) 1503 AC, las tres con similar datación. Esta serie es especialmente significativa porque se solapa con las medianas de la fase IVc de Gatas e indica que una de las dos series debe ser más antigua, en Cabezo Redondo oscilan entre 1688-1503 AC mien-



Fig. 25c – Departamentos excavados del Cabezo Redondo (HERNÁNDEZ PÉREZ *et al.*, 2014, Fig. 10).

tras en Gatas IVc corresponde a 1733-1429 AC, unos 50 años de diferencia, y sugiere nuevamente que las de Gatas deben ser algo más antiguas.

Hay otro grupo de 5 dataciones que nos marca un contexto ya con presencia de cerámicas de Cogotas de decoración de boquique, que fue documentada en el pavimento del gran departamento 25, Beta-195.924 3350±60 BP, y en el mismo nivel un peine de marfil, Beta-195.925 3250±40 BP (Hernández Pérez, 2009: 299 fig. 7, 300), 1869 (1522) 1498 AC y 1617 (1519) 1440 AC. A estas dos fechas se pueden añadir dos dataciones de semillas del último pavimento del departamento 27 que se superpone a otra fecha del nivel 3 del mismo departamento, Beta-277.068, 3240±40 BP, y otra de una estructura aislada en el espacio abierto, Beta-277.067, 3260±40 BP (JOVER, LÓPEZ PADILLA y GARCÍA-DONATO, 2014, p. 51 Fig. 8), 1612 (1517) 1436 AC y 1624 (1520) 1445 AC. Esta serie se correlaciona por sus medianas con el primer nivel claramente postargárico de Gatas, en su fase Va.

Una quinta fecha es más compleja porque corresponde a una tumba bajo la rampa entre los departamentos 18 y 20, Beta-189.004 3250±40 BP, que inicialmente cuando fue descrita (HERNÁNDEZ PÉREZ, 2009, p. 299) sólo se menciona un relleno antrópico. Sin embargo, posteriormente se indica que corresponde a una mujer adulta madura sin ajuar dentro de una oquedad en la roca de la que sólo se conservaba parte del cuerpo (HERNÁNDEZ PÉREZ, GARCÍA ATIENZAR y BARCIELA, 2016, p. 81, 84, 80 fot. 1). La tumba tuvo que preceder a la construcción de la rampa, y HERNÁNDEZ PÉREZ *et al.* (2016, p. 49) señalan que por su posición estratigráfica correspondería a “los momentos finales de ocupación del departamento”, aunque la datación sugiere una fecha algo reciente, 1617 (1524) 1440 AC (Fig. 25d).

Otro yacimiento importante es Fuente Álamo, aunque las dataciones no ayudan mucho porque en 5 casos de las asignadas a la fase V, de la subfases 16b y el más superficial 17, han aportado fechas del Bronce Medio, probablemente por reutilización de la madera. Sin embargo, dos dataciones de la subfase 16 son muy interesantes, B-3652 3280±70 BP y B-3653 3250±70 BP (SCHUBART y ARTEAGA, 1983b, p. 61 y 1986, p. 299). La primera fue atribuida inicialmente a la fase 16b/17a y la segunda era “cercano a la fase 17”, por lo que

debería ser 16b con un “Bronce Tardío, plenamente formado”, pero después ambas se asignaron a la subfase 16 (PINGEL, 2000, p. 92 tabla 1). Su banda cronológica, 1737 (1524) 1422 AC y 1617 (1519) 1440 AC, ratifican las secuencias de Cabezo Redondo y Gatas Va con cerámica tipo Cogotas. No obstante, en algún yacimiento se ha defendido la presencia de cerámicas proto-cogotas meseteñas ya desde el 1750 AC (ALARCÓN, 2006, p. 102), como es el caso de Peñalosa en Jaén.

Otro asentamiento que presenta perduraciones en los enterramientos es Cuesta del Negro (CÁMARA y MOLINA, 2011, p. 89 tabla 1; de la TORRE, 1973 p. 36, 40-44, 141), caso de la tumba 1, muy mal conservada, de un juvenil en una covacha con ajuar de un vaso carenado, Ua-39.462 3275±30 BP 1626 (1523) 1462 AC; la tumba 3 de un juvenil, quizás femenino, con un ajuar importante que incluye entre otros 2 aretes de plata y 1 punzón de cobre, Ua-39.465 3242±30 BP 1611 (1518) 1442 AC y la tumba 36 en fosa con un infantil I con ajuar de un posible brazalete o anillo de cobre, Ua-39.494 3276±34 BP 1631 (1523) 1457 BP.

En otros tres casos de tumbas dobles hay dataciones de ambos individuos (CÁMARA y MOLINA, 2011, p. 89 tabla 1; de la TORRE, 1973, p. 52-55, 116-118, 121-129), pero no hay una buena concordancia si suponemos que entre uno y otro no hubieron demasiados años de diferencia, si fuera un familiar 10-20 años máximo, y si fuera un antepasado como un abuelo no más de 2 generaciones, unos 50 años, porque si no habría que pensar más en la reutilización funcional de un espacio previamente utilizado por un familiar. Es el caso de la tumba 6 en covacha, un adulto masculino y un adulto grácil ¿femenino? depositado en segundo lugar, Ua-39.470 3378±32 BP 1751 (1684-1665) 1566 AC y Ua-39.469 3132±30 BP 1496 (1410) 1301 AC; la tumba 29 en covacha con un adulto maduro y otro adulto quizás masculino depositado en segundo lugar, Ua-39.488 3413±31 BP 1870 (1735-1691) 1627 AC y Ua-39.489 3288±34 BP 1658 (1596-1525) 1497 AC; y la tumba 31 que tenía dos adultos, uno masculino y otro femenino, pero sin los huesos en posición, que también tiene un ajuar importante entre los que se incluyen una espiral de oro, un brazalete de plata y 6 anillos de plata, Ua-39.492 3287±32 BP 1641 (1596-1525) 1497 AC y Ua-39.491 3254±33 BP 1615 (1520) 1449. Como puede verse hay 246 años de diferencia en la tumba 6 y 125 años en la tumba 29, las dos con los cuerpos bien articulados, mientras la tumba 31 es la que tiene mejor correlación con sólo 33 años, aunque los huesos de ambos individuos no conservan la posición in-situ. Ello sugiere tomar esta serie de dataciones de Upsala con cierta prudencia como ya se ha comentado, pues no se correlacionan bien con dataciones obtenidas en el laboratorio de Sevilla (Mederos, 2013: 9 tabla 2) para Montelirio (Sevilla), en un caso con 314 años de diferencia. Precisamente la datación más reciente de la tumba 6, que es la utilizada por CÁMARA y MOLINA (2009, p. 179 y 2011, p. 90 tabla 2) para prorrogar el grupo argárico en su fase VI, 1500-1450 AC, es excluida por LULL *et al.* (2013c, p. 4630 n. 7) por salir de la temporalidad argárica, “tal vez por contaminación”, aunque quizás el problema venga del laboratorio.



Fig. 25d – Enterramiento de una mujer adulta entre los departamentos 18 y 20 del Cabezo Redondo (de MIGUEL, 2016, p. 84 fot. 1).

Respecto a estos enterramientos aislados de infantiles en Gatas fase IVc, la mujer en una oquedad en Cabezo Redondo o los citados infantiles y juveniles de Cuesta del Negro, debe tenerse en cuenta que en otro yacimiento extensamente excavado en sus niveles del Bronce Tardío, Fuente Álamo V (SCHUBART y ARTEAGA, 1983c, p. 63 y 1986, p. 299), donde además existe una clara diferenciación estratigráfica por el cambio de coloración de un gris con filitas a un marrón claro, no se menciona ningún enterramiento en esta fase V.

Por último, señalar que algunas dataciones en torno al 1550 AC, podrían estar vinculadas a una fase de sequías y posibles crisis sociales resultado de la explosión del volcán de Thera, que según los últimos datos dendrocronológicos se propone situar *ca.* 1560 AC (PEARSON *et al.*, 2020, p. 8413-8414).

Otro aspecto interesante del comienzo de este nuevo periodo es que coincide con un significativo aumento de los porcentajes de caballos, y por tanto de la movilidad y el transporte de materias primas y artefactos, tanto en la Illeta dels Banyets, donde supone el 32 % de los restos en la campaña de 1979 y el 50 % en la campaña de 1982 (BENITO IBORRA, 1994, p. 125-126 tablas 1-2). Una presencia significativa parece que hay también en la fase inicial del Cabezo Redondo (HERNÁNDEZ PÉREZ, 1997, p. 103), aunque dentro del porcentaje general del yacimiento no supera el 3 % (HERNÁNDEZ PÉREZ *et al.*, 2016, p. 103). En esta línea, otro dato importante es la aparición de bocados de caballos en hueso durante la fase Fuente Álamo V (Almería) (SCHUBART y ARTEAGA, 1983c, p. 62 Fig. o). También en Granada destaca que el caballo supera el 40 % en el estrato Id del Cerro de la Encina (Monachil, Granada) (LAUK, 1976, p. 7, tab. 1; FRIESCH, 1987, p. 10, tab. 1).

## 1.18 – CONCLUSIONES

A pesar del notable cambio que muestran las sociedades del bronce hacia el 2200 AC, respecto a las precedentes calcolíticas, es importante resaltar que muchas novedades realmente ya estaban presentes desde el Calcolítico Final e indican continuidad. Entre ellas cabe citar el emplazamiento en cerros de difícil acceso con hábitat en terrazas, la ocupación de islotes y promontorios costeros, el conocimiento de las cabañas de planta rectangular o tendencia oval, el enterramiento individual, incluso dentro de poblados, el uso de cerámica bruñida negra y de copas con pie, las diademas o el combate con jabalinas y alabardas con la hoja unida al mango con remaches.

Quizás entre las rupturas más claras estén las de tipo ideológico como la desaparición de los ídolos oculados y antropomorfos o las decoraciones solares en la cerámica, vinculables a la aparición de nuevas estructuras políticas y al abandono de unas creencias religiosas que estaban bastante generalizadas en el sur de la península Ibérica, lo que probablemente favoreció el cambio ritual en las prácticas funerarias.

Dos elementos implican claras novedades. Por un lado, la utilización de bastiones macizos de planta rectangular y sección troncopiramidal que conocemos en Troya II, 2880-2550 AC, al igual que en Ai (et-Tell) o Tel Arad en el Levante, durante el Bronce Inicial II, 3000-2900 AC, las cuales no se proyectan hacia Grecia y las Cíclades hasta el Heládico Inicial III, 2200-2100 AC, y aparecen en Aegina-Kolonna VI. Por otra parte, la utilización del enterramiento en cistas rectangulares era conocido en las Cíclades y en la costa de Anatolia, normalmente al exterior de los poblados, aunque intramuros es más frecuente en el interior de Anatolia, y estas lajas de piedra eran utilizadas en cámaras circulares o corredores dentro de los *tholoi*. Ambos factores apuntan más a una relación con el Egeo en el Bronce Inicial, antes que con el Levante, que parece haber sido un foco importante de contactos durante el Calcolítico.

La red comercial siguió activa pues continuó un significativo aprovisionamiento de marfil de elefante africano desde Marruecos y Argelia, como sucede en La Bastida, presumiblemente traído por barcos argáricos,

dado el mayor desarrollo socioeconómico y tecnológico de las sociedades en el sur de la península Ibérica que en la costa africana. Estas embarcaciones tendrían su fondeadero en puntos muy favorables como la desembocadura del río Almanzora, en el entorno de Herrerías (Almería) o en el estuario del Bajo Segura (Alicante), aunque otros sitios óptimos pudieron ser la bahía de Mazarrón (Murcia) o la desembocadura del río Aguas (Almería).

Por otra parte, el Cerro de la Virgen muestra que el abastecimiento de marfil procedía también del Levante pues siguió llegando elefante asiático y de hipopótamo, quizás con intermediación minoica, ya que conocemos iconografía con barcos de vela desde el Minoico Inicial III, 2200-2100/2050 AC. Sin embargo, desconocemos que producto pudo exportarse a cambio de este marfil, quizás metal de cobre.

Una segunda fase de innovaciones comenzó con el Bronce Medio hacia el 1925 AC, con la introducción de los enterramientos en *pithoi* dentro del poblado, quizás más por continuidad con la fase precedente, pues en el Egeo y Anatolia son más habituales en cementerios extramuros. Aparte del tipo de contenedor, suele ser más frecuente la urna invertida en el caso de Creta, no horizontal como en los adultos de la península Ibérica, mientras en Anatolia y Grecia es más habitual posicionar el cuerpo con la cabeza junto al borde de la urna, a la inversa que en la península Ibérica. El gran incremento de los enterramientos en *pithoi* fue asociado también a la generalización de los enterramientos infantiles dentro de los poblados.

Durante esta segunda fase que coincide con los primeros palacios minoicos durante el Minoico Medio IB y IIA, 1925/1900-1800/1750 AC, parece que la explotación y comercialización de la plata, en buena parte procedente de los distritos de Linares-La Carolina en Jaén, fue el motor económico. Su relativa frecuencia en los enterramientos de muchos poblados, con porcentajes del 15 % en Almería, Murcia y Jaén y del 25 % en Granada, implica que pudo ser un incentivo importante para comercializarla hacia el Egeo. A cambio sabemos que seguía llegando el marfil de hipopótamo del Levante, con un taller en Illeta dels Banyets (Alicante), seguramente también con intermediación de barcos minoicos, y también se seguía navegando para obtener marfil de elefante africano del que se conoce otro taller en Fuente Álamo (Almería).

Una tercera fase debió comenzar con el Bronce Medio II, desde el 1825 AC, coetánea con el inicio de los nuevos palacios en Creta, durante el Minoico Medio IIB, a partir del 1800 AC, cuando ya constatamos la presencia de nuevas importaciones como las cuentas de collar de pasta vítrea y ámbar, quizás báltico, o se ha constatado la utilización de frescos pintados en la habitación H90 del poblado de La Almoloya (Murcia) hacia 1650 AC, donde no cabe descartar la imitación de una costumbre minoica en viviendas importantes y palacios. En este periodo se incrementó la producción de cobre y su circulación en pequeños lingotes, como refleja Peñalosa (Jaén). Por otra parte, el desarrollo más tardío del Bronce del Suroeste y la mayor presencia de aleaciones de estaño en los útiles metálicos argáricos, sugiere que debían estar consiguiendo estaño aluvial atlántico, tal vez junto al oro aluvial, los cuales quizás también comercializaban como intermediarios hacia el Mediterráneo Oriental.

Tanto desde la península Ibérica, como desde Creta o el Levante, la solución pudo ser el modelo que conocemos de las naves de Tarsis, una expedición ni siquiera anual, sino trienal (1 Reyes-Kgs. 10, 22; 2 Cro-Chron. 9, 21), organizada o no desde estructuras palaciales en el caso oriental, que aportaría una cantidad significativa de determinadas materias primas valiosas con cierta regularidad.

## AGRADECIMIENTOS

Queremos agradecer a João Luís Cardoso la invitación y empeño para redactar este artículo y su comprensión hasta recibir el texto final.

## REFERÊNCIAS

- AHARONI, Y. (1967) – Excavations at Tel Arad. Preliminary Report of the Second Season, 1963. *Israel Exploration Journal*, 17, p. 233-249.
- ALBA, M. & GARCÍA ATIENZAR, G. (2018) – Beaker pottery in the Peñón de la Zorra (Alicante, Spain): Change and emergente of social complexity between the Neolithic and the Bronze Age. *Journal of Neolithic Archaeology*, 20S, p. 59-76.
- ALMAGRO BASCH, M. (1962) – *El ajuar del 'Dolmen de la Pastora' de Valencina del Alcor (Sevilla). Sus paralelos y su cronología*. Madrid: Trabajos de Prehistoria, 5.
- ALMAGRO BASCH, M. (1965) – El poblado de Almizaraque de Herrerías (Almería). VI *Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas* (Roma, 1962). II. Roma, p. 378-379.
- ALMAGRO BASCH, M. y ARRIBAS, A. (1963) – *El poblado y la necrópolis megalíticos de Los Millares (Santa Fe de Mondújar, Almería)*. Madrid: Biblioteca Praehistórica Hispánica, 3.
- AMIRAN, R. (1978) – *Early Arad I: The Chalcolithic Settlement and Early Bronze Age City, First-Fifth Seasons of Excavations, 1962-1966*. Jerusalem: Israel Exploration Society.
- AMIRAN, R. & ILAN, O. (1992) – *Arad. Eine 500 Jahre alte Stadt in der wüste Negev, Israel*. Hamburg: Neumünster Karl Wachholtz Verlag.
- AMIRAN, R. & ILAN, O. (1996) – *Early Arad II: The Chalcolithic and Early Bronze IB Settlements and the Early Bronze II City - Architecture and Town Planning, Sixth to Eighteenth Seasons of Excavations, 1971-1978, 1980-1984*. Jerusalem: Israel Exploration Society.
- ANDREADAKI-VLASAKI, M. (2002) – Are We Approaching the Minoan Palace of Khania? En J. Driessen, I. Schoep y R. Laffineur (eds.) - *Monuments of Minos: Rethinking the Minoan Palaces*. Crete of the Hundred Palaces? (Louvain-la-Neuve, 2001). *Aegaeum*, 23. Liège: Université de Liège, p. 157-166.
- ANGELOPOULOU, A. (2008) – The 'Kastri Group': Evidence from Korfari ton Amygdalion (Panormos) Naxos, Daskalio Keros and Afrotiri Thera. In N.J. Brodie, J. Doole, G. Gavalas & C. Renfrew (eds.) – *Horizon – a colloquium on the prehistory of the Cyclades*. Cambridge: McDonald Institute for Archaeological Research, p. 149-164.
- ARANDA JIMÉNEZ, G.; MONTON, S. & SÁNCHEZ ROMERO, M. (2015) – *The Archaeology of Bronze Age Iberia. Argaric Societies*. New York-Abingdon, Oxon.: Routledge Studies in Archaeology.
- ARRIBAS PALAU, A. (1959) – El urbanismo peninsular durante el Bronce primitivo. *Zephyrus*, 10, p. 81-128.
- ARRIBAS PALAU, A. (1977) – El ídolo de El Malagón (Cúllar-Baza, Granada). *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 2, p. 63-86.
- ARRIBAS, A. & MOLINA GONZÁLEZ, F. (1987) – New Bell Beaker discoveries in the Southeast Iberian Peninsula. In W. H. Waldren & R. C. Kennard (eds.) – *Bell Beakers of the Western Mediterranean: Definition, Interpretation, Theory and New Site Evidence* Oxford: British Archaeological Report International Series, 331 (1), p. 129-146.
- ARRIBAS, A.; MOLINA GONZÁLEZ, F.; CARRIÓN, F.; CONTRERAS, F.; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, G.; RAMOS MILLÁN, A.; SÁEZ, L.; TORRE, F. de la; BLANCO, I. & MARTÍNEZ, J. (1987) – Informe preliminar de los resultados obtenidos durante la VI campaña de excavaciones en el poblado de Los Millares (Santa Fe de Mondújar, Almería). 1985. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1985. II. Actividades Sistemáticas. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 245-262.
- ARRIBAS, A.; MOLINA GONZÁLEZ, F.; SÁEZ, L.; TORRE, F.; AGUAYO, P.; BRAVO, A. & SUÁREZ, A. (1983) – Excavaciones en Los Millares (Santa Fe, Almería). Campañas de 1982 a 1983. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 8, p. 123-148.

- ARRIBAS, A.; MOLINA GONZÁLEZ, F.; TORRE, F de la; NÁJERA, T. & SÁEZ, L. (1978) – El poblado de la edad del cobre de El Malagón (Cúllar-Baza, Granada). Campaña de 1975. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 3, p. 67-116.
- ARTEAGA, O. & CRUZ-AUÑÓN, R. (2001) – Las nuevas sepulturas prehistóricas (*tholoi*) y los enterramientos bajo túmulos (Tartessos) de Castilleja de Guzmán (Sevilla). Excavación de urgencia de 1996. *Anuario Arqueológico de Andalucía 1996*. III. Actuaciones de Urgencia. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 640-651.
- ARTEAGA, O.; NAVAS, J.; RAMOS MUÑOZ, J. & ROOS, A.M<sup>a</sup>. (1992) – *Excavación de urgencia en el Peñón de Salobreña (Granada)*. Salobreña.
- ARTEAGA, O.; NAVAS, J.; RAMOS MUÑOZ, J. & ROOS, A.M<sup>a</sup>. (1995) – El registro arqueológico del Peñón de Salobreña (Granada). Excavación de Urgencia de 1992. *Anuario Arqueológico de Andalucía 1992*. III. Actuaciones de Urgencia. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 356-362.
- ARTEAGA, O. & SCHUBART, H. (1981) – Fuente Alamo. Campaña de 1979. *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 11, p. 7-32.
- ARTIN, G. (2008) – Échanges ‘commerciaux’ et ‘culturels’ au Levant Durant le IV<sup>e</sup> millénaire à travers le ‘prisme’ funéraire du site de Byblos. *Interconnections in the Eastern Mediterranean. Lebanon in the Bronze and Iron Ages* (Beyrouth, 2008). Baal Hors-Série, 6. Beyrouth: Direction Générale des Antiquités, p. 57-68.
- ARTIN, G. (2009) – *La ‘Nécropole Énéolitique’ de Byblos. Nouvelles interprétations*. Oxford: British Archaeological Reports, International Series, 1993.
- ASTOUR, M.C. (1980) – The netherworld and its denizens at Ugarit. In B. Alster (ed.) – *Death in Mesopotamia*. XXVI<sup>e</sup> Rencontre Assyriologique Internationale. Copenhagen: Mesopotamia, 8, p. 227-238.
- AUBET SEMMLER, M<sup>a</sup>. E. (1989) – La mesa de Setefilla: la secuencia estratigráfica del corte 1. In M<sup>a</sup>. E. Aubet (ed.) – *Tartessos. Arqueología Protohistórica del Bajo Guadalquivir*. Sabadell-Barcelona: AUSA, p. 297-338.
- AYALA JUAN, M<sup>a</sup>. M. (1979-80) – La Cultura de El Argar en la Provincia de Murcia. *Anales de la Universidad de Murcia*, 38 (4), p. 147-194.
- AYALA JUAN, M<sup>a</sup>.M. (1991) – *El poblamiento argárico en Lorca. Estado de la cuestión*. Real Academia Alfonso X El Sabio. Murcia.
- AYALA, M<sup>a</sup>.M. & IDÁÑEZ, J. F. (1987) – Avance al estudio del vaso campaniforme en la región de Murcia. XVIII *Congreso Nacional de Arqueología* (Las Palmas-Tenerife, 1985). Zaragoza: Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, p. 285-300.
- AYALA, M<sup>a</sup>.M. & POLO, J. L. (1987) – Dos yacimientos argáricos: El Rincón de Almendricos, El Cerro de las Viñas, Lorca (Murcia). *La Sardegna nel Mediterraneo tra il secondo e il primo millennio a.C.* II convegno di studi Un millenio di relazioni fra la Sardegna e i paesi del Mediterraneo (Selargius-Cagliari, 1986). Cagliari: De la Torre, p. 519-531.
- BARCIELA, V.; HERNÁNDEZ PÉREZ, M.S.; LÓPEZ SEGUÍ, E. & TORREGOSA, P. (2015) – A medio camino. Excavaciones arqueológicas en El Negret (Agost, Alicante). *Marq*, 5, p. 103-131.
- BARTELHEIM, M.; CONTRERAS, F.; MORENO, A.; MURILLO BARROSO, M. & PERNICKA, E. (2012) – The silver of the South Iberian El Argar Culture: A first look at production and distribution. *Trabajos de Prehistoria*, 69 (2), p. 293-309.
- BASCH, L. (1987) – *Le musée imaginaire de la marine antique*. Athens: Institut Hellénique pour la Préservation de la Tradition Nautique.

- BASTOS, B. (2015) – Potential of lipid analysis on prehistoric Portuguese pottery. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 10, p. 21-31.
- BECK, C.W., SOUTHARD, G. C. & ADAMS, A. B. (1972) – Analysis and Provenience of Minoan and Mycenaean Amber, IV. Mycenae. *Greek, Roman and Byzantine Studies*, 13, p. 359-385.
- BETANCOURT, P. (1985) – *The History of the Minoan Pottery*. Princeton University Press. Princeton.
- BETANCOURT, P. P. (1998) – Middle Minoan objects in the Near East. In E. H. Cline & D. Harris-Cline (eds.) – *The Aegean and the Orient in the Second Millennium* (Cincinnati, 1997). *Aegaeum*, 18, p. 5-12.
- BIBLIA DE JERUSALÉN (1994) – *Biblia de Jerusalén*. J. A. Ubieta (ed.). Madrid-Bilbao: Alianza Editorial-Desclée de Brouwer.
- BIETAK, M. & MARINATOS, N. (1995) – The Minoan Wall Paintings from Avaris. *Ägypten und Levante*, 5, p. 49-62.
- BIETAK, M.; MARINATOS, N. & PALYVOU, C. (2007) – *Taureador Scenes in Tell El-Dab'a (Avaris) and Knossos*. Vienna: Österreichischen Akademie der Wissenschaften.
- BLEGEN, C. W. (1950) – *Troy I*. Princeton: Princeton University Press.
- BLEGEN, C. W. (1963) – *Troy and the Trojans*. London: Thames & Hudson.
- BOSSERT, E. M. (1967) – Kastri auf Syros. *Arkhaiologikon Deltion*, 22, p. 53-76.
- BRANDL, B. (1989) – Observations on the Early Bronze Age Strata of Tel Erani. In P. de Miroschedji (ed.) – *L'urbanisation de la Palestine à l'âge du Bronze Ancien* (Emmaüs, 1986). Oxford: British Archaeological Reports, International Series, 527, p. 360-383.
- BRANIGAN, K. (1968) – A transitional phase in Minoan metallurgy. *The Annual of the British School of Athens*, 63, p. 185-203.
- BRANDHERM, D. (1996) - Zur nordprovinz der El Argar-Kultur. *Madridrer Mitteilungen*, 37, p. 37-59.
- BRANDHERM, D. (1998) – El Argar and Iberian Bell Beakers. Contributions towards the relative chronology of the Earlier Bronze Age in the Iberian Peninsula. XIII Congress International Union of Prehistoric and Protohistoric Sciences (Forlì, 1996). IV. Forlì: A.B.A.C.O. Edizioni, p. 169-176.
- BRANDHERM, D. (2000) – El poblamiento argárico de Las Herrerías (Cuevas de Almanzora, Almería) según la documentación inédita de L. Siret. *Trabajos de Prehistoria*, 57 (1), p. 157-172.
- BRANDHERM, D. (2003) – *Die Dolche und Stabdolche der Steinkupfer- und der älteren Bronzezeit auf der Iberischen Halbinsel*. Stuttgart: Prähistorische Bronzefunde, VI (12). Franz Steiner.
- BRANIGAN, K. (1974) – *Aegean Metalwork of the Early Bronze Age*. Oxford: Clarendon Press.
- BRANIGAN, K. (1989) – Minoan foreign relations in transition. In R. Laffineur (ed.) – *Transition. Le Monde Égéen du Bronze Moyen au Bronze Récent*. II Rencontre Égéenne Internationale (Liège, 1988). *Aegaeum*, 3, p. 65-71.
- BRANIGAN, K. (1999) – The nature of warfare in the Southern Aegean during the Third Millennium B.C. In R. Laffineur (ed.) – *Polemos I. Le contexte guerrier en Égée à l'Âge du Bronze*. 7<sup>e</sup> Rencontre Égéenne Internationale (Liège, 1998). *Aegaeum*, 19, p. 87-94.
- BREASTED, J.H. (1906) – *Ancient Records of Egypt*. II. The Eighteenth Dynasty. Chicago: The University of Chicago Press.
- BUIKSTRA, J.; CASTRO MARTÍNEZ, P. V.; CHAPMAN, R. W.; GONZÁLEZ MARCEN, P.; HOSHOWER, L. M.; LULL, V.; PICAZO, M.; RISCH, R. & SANAHUJA, M<sup>a</sup>. E. (1992) – La necrópolis de Gatas. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1990. II. Actividades Sistemáticas. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 261-276.

- CAMALICH MASSIEU, M.<sup>a</sup> D. (1982) – *La cerámica eneolítica no campaniforme de Andalucía sudoriental*. Tesis Doctoral inédita. La Laguna: Universidad de La Laguna.
- CÁMARA, J. A. & MOLINA GONZÁLEZ, F. (2009) – El análisis de la ideología de emulación: el caso de El Argar. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 19, p. 163-194.
- CÁMARA, J. A. & MOLINA GONZÁLEZ, F. (2011) – Jerarquización social en el mundo Argárico (2000-1300 aC). *Quaderns de Preistoria i Arqueologia de Castelló*, 29, p. 77-104.
- CARDOSO, J. L. (2019) – Outeiro Redondo-Sesimbra-Escavações 2005-2016. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 25, p. 87-338.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. Monge & ARAÚJO, M.<sup>a</sup> F. (2002) – Um esconderijo de fundidor encontrado no castro de S. Bernardo (Moura). *O Arqueólogo Português*, 4<sup>a</sup> S., 20, p. 77-114.
- CARDOSO, J. L. & SCHUHMACHER, T.X. (2012) - Marfiles calcolíticos en Portugal. Estado de la cuestión. In A. Banerjee, J. A. López Padilla & T.X. Schuhmacher (eds.) – *Elfenbeinstudien. I. Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental* (Alicante, 2008). Mainz: Philipp von Zabern, p. 95-110.
- CARRASCO RUS, J. (1977) – *Las necrópolis argáricas en la provincia de Granada: tipologías y rituales de enterramiento*. Granada: Resúmenes de Tesis Doctorales de la Universidad de Granada, 177.
- CARRIÓN, F.; ALONSO, J. M.; CASTILLA, J.; CEPRIAN, B.; MARTÍNEZ, J. L.; RULL, E.; SÁNCHEZ, R. & MANZANO, A. (1995) – Georrecursos y sistemas de aprovisionamiento de rocas por las comunidades de la Prehistoria Reciente en el SE. de la Península Ibérica. Campaña de 1992. *Anuario Arqueológico de Andalucía 1992*. II. Actividades Sistemáticas. Cádiz: Junta de Andalucía, p. 11-17.
- CASTILLO YURRITA, A. del (1928) – *La Cultura del Vaso Campaniforme y su extensión por Europa*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- CASTRO MARTINEZ, P. V.; CHAPMAN, R.; COLOMER, E.; GILI, S.; GONZÁLEZ MARCÉN, P.; LULL, V.; MICÓ, R.; MONTON, S.; RIHUETE, C.; RISCH, R., RUIZ PARRA, M.; SANAHUJA, M.<sup>a</sup> E. TENAS, M. & STRYDONCK, M. van (1995) – La serie radiocarbónica de Gatas (Turre, Almería). Diacronía y fasificación del depósito arqueológico”. *Anuario Arqueológico de Andalucía 1992*. II. Actividades Sistemáticas. Cádiz: Junta de Andalucía, p. 27-37.
- CASTRO MARTINEZ, P. V.; CHAPMAN, R.; ESCORIZA, T.; GILI, S.; LULL, V.; MICÓ, R.; RISCH, R., RIHUETE, C. & SANAHUJA, M.<sup>a</sup> E. (1999) – 5<sup>a</sup> campaña de excavaciones en el yacimiento de Gatas (Turre-Almería). 1995. *Anuario Arqueológico de Andalucía 1995*. II. Actividades Sistemáticas. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 7-14.
- CASTRO MARTINEZ, P. V.; CHAPMAN, R.; ESCORIZA, T.; LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C.; RISCH, R. & SANAHUJA, M.<sup>a</sup> E. (2004) – Sexta campaña de excavaciones en Gatas. La meseta superior del Cerro de los Castellones. *Anuario Arqueológico de Andalucía 2001*. II. Actividades Sistemáticas y Puntuales. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 9-14.
- CASTRO MARTÍNEZ, P. V.; CHAPMAN, R. E.; GILI, S.; LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C.; RISCH, R. & SANAHUJA, M.<sup>a</sup> E. (1993-94) – Tiempos sociales de los contextos funerarios argáricos. *Anales de la Universidad de Murcia*, 9-10, 1993-94 (1997), p. 77-105.
- CASTRO MARTINEZ, P. V.; CHAPMAN, R.; GILI, S.; LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C.; RISCH, R. & SANAHUJA, M.<sup>a</sup> E. (2001) – La sociedad argárica”. In M.<sup>a</sup> L. Ruiz-Gálvez (eds.) – *La Edad del Bronce ¿Primera edad de Oro de España? Sociedad, economía e ideología*. Barcelona: Crítica, p. 181-216.
- CASTRO MARTÍNEZ, P. V.; LULL, V. & MICÓ, R. (1996) – *Cronología de la Prehistoria Reciente de la Península Ibérica y Baleares (c. 2800-900 cal ANE)*. Oxford: British Archaeological Reports International Series, 652.

- CAUBET, A. (2013) – Working Ivory in Syria and Anatolia during the Late Bronze-Iron Age. In K. A. Yener (eds.) - *Across the Border: Late Bronze-Iron Age Relations between Syria and Anatolia* (Istanbul, 2010). Leuven-Paris-Walpole, MA: Ancient Near Eastern Studies, Supplement 42. Peeters, p. 449-463.
- CHERRY, J. F. (1984) – The emergence of the state in the prehistoric Aegean. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, N.S., 130, p. 18-48.
- CHERRY, J. F. (1986) – Politics and Palaces: Some Problems in Minoan State Formation. In C. Renfrew y J. Cherry (eds.) – *Peer Polity Interaction and Socio-political Change*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 19-45.
- CLINE, E. H. & YASUR-LANDAU, A. (2013) – Aegeans in Israel. Minoans frescoes at Tell Kabri. *Biblical Archaeology Review*, 39 (4), p. 37-44.
- CLINE, E. H.; YASUR-LANDAU, A. & GOSHEN, N. (2011) – New Fragments of Aegean-Style Painted Plaster from Tel Kabri, Israel. *American Journal of Archaeology*, 115 (2), p. 245-261.
- COLLIGNON, M. (1901) – Note sur les fouilles de M. Paul Gaudin dans la Nécropole de Yortan en Mysie. *Comptes Rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 45 (6), p. 810-817.
- CONSUEGRA RODRÍGUEZ, S. (2007) – Alabarda del depósito de Vélez Blanco (Almería) en el Museo Arqueológico Nacional. *Revista Velezana*, 26, p. 8-12.
- CONTRERAS, F. & MORENO, A. (2015) – Minería y metalurgia del cobre entre las poblaciones argáricas. La aportación del poblado de Peñalosa. In J.M. López Ballesta (ed.) – *PHICARIA. III. Minería y metalurgia en el Mediterráneo y su periferia oceánica*. Mazarrón-Murcia: Universidad Popular de Mazarrón, p. 38-58.
- CONTRERAS, F.; OLIVA, M<sup>a</sup>.; CÁMARA, J. A. & MORENO, A. (2000) – *Hace 4000 años... Vida y muerte en dos poblados de la Alta Andalucía*. Catálogo de Exposición. Sevilla: Junta de Andalucía.
- CUENCA, A. & WALKER, M. J. (1986) – Aspectos paleoclimáticos del Eneolítico. *El Eneolítico en el País Valenciano* (Alcoy, 1984). Alicante: Instituto de Estudios Juan Gil-Albert, p. 43-49.
- DELGADO-RAACK, S. (2013) – *Tecnotipología y distribución espacial del material "macrolítico" del Cerro de la Virgen (Granada), campañas 1963-1970: una aproximación paleoeconómica*. Oxford: British Archaeological Reports, International Series, 2518.
- DELGADO-RAACK, S.; LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2015) – Espacios de forja en El Argar. El edificio central de Tira del Lienzo (Totana, Murcia). *Verdolay*, 6, p. 45-64.
- DELIBES de CASTRO, G. (1977) – *El vaso campaniforme en la Meseta española*. Valladolid: Studia Archaeologica, 46. Universidad de Valladolid.
- DELIBES, G.; FERNÁNDEZ-MIRANDA, M.; FERNÁNDEZ POSSE, M<sup>a</sup>. D. & MARTÍN MORALES, C. (1986) – Die kupferzeitliche siedlung von Almizaraque (Cuevas del Almanzora, prov. Almería). *Madridrer Mitteilungen*, 26, p. 11-26.
- DELIBES, G.; GUERRA, E. & TRESSERRAS-JUAN, J. (2009) – Testimonios del consumo de cerveza durante la Edad del Cobre en la Tierra de Olmedo (Valladolid). In M.I. del Val Valdivieso & P. Martínez Sopena (eds.) - *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al Profesor Julio Valdeón Barunque*. 3. Valladolid: Junta de Castilla y León, p. 585-600.
- DERIN, Z. (2009) – The interpretation of the change and variations observed in the burial customs at the Early Bronze Age in Western Anatolia. In H. Saglamtimur *et al.* (eds.) – *Studies in Honour of Altan Cilingiroglu. A Life Dedicated to Uratu on the Shores of the Upper Sea*. Istanbul: Arkeoloji ve Sanat Yayinlari, p. 257-268.
- DÖRPFELD, W. y GOESSLER, P. (eds.) (1927) – *Alt-Ithaka. Ein Beitrag zur Homer-Frage: Studien und Ausgrabungen auf der Insel Leukas-Ithaka*. München: Gräffelfing.

- DOUMAS, C. (1990) – Weapons and fortifications”. In L. Marangou (ed.): *Cycladic Culture. Naxos in the 3<sup>rd</sup> Millennium BC*. Athens: Goulandris Foundation, p. 90-92.
- EASTON, D.F. (1989) – Schliemann’s excavation at Troy. In J.G.F. Best & N.M.W. de Vries (eds.) – *Thracians and Mycenaeans* (Rotterdam, 1984). Leiden: E. J. Brill, p. 15-38.
- ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J. J. & PALOMO, S. (2013) – Conjunto metálico con puntas de jabalina procedentes del yacimiento de La Pestaña (Badajoz). *Trabajos de Prehistoria*, 70 (2), p. 346-351.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. (2011-2012) – El firmamento en un cuenco de cerámica. Viaje a las ideas calcolíticas sobre la bóveda celeste. Homenaje a Manuel Bendala. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 37-38 (1), p. 153-194.
- ESCACENA CARRASCO, J. L. (2018) - Vivir junto al río grande. Sobre la prehistoria reciente en el paleoestuario bético. In J.L. Escacena, A. Gómez Peña y L.G. Pérez Aguilar (eds.) – *Caura: arqueología en el estuario del Guadalquivir*. Sevilla: Spal Monografías, 26. Universidad de Sevilla, p. 47-71.
- ESCORIZA MATEU, T. (1991-92) – La formación social de Los Millares y las producciones simbólicas. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 16-17, p. 135-165.
- FELTEN, F. (1986) - Early urban history and architecture of ancient Aigina. In R. Higg y D. Konsola (eds) – *Early Helladic Architecture and Urbanization*. Goteborg: Studies in Mediterranean Archaeology, 76, p. 21-28.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. (1982) – Un lote de puntas Palmela en el Museo Arqueológico de Sevilla. *Museos*, 2, p. 73-77.
- FERNÁNDEZ GÓMEZ, F. & OLIVA, D. (1980) – Los ídolos calcolíticos del Cerro de la Cabeza (Valencina de la Concepción, Sevilla). *Madridier Mitteilungen*, 21, p. 20-44.
- FERNÁNDEZ LÓPEZ de PABLO, J. (2004) – Las puntas foliáceas en el Horizonte Campaniforme: hacia una definición de los contextos de producción. In M. Hernández Pérez & L. Hernández Alcaraz (ed.) – *La Edad del Bronce en tierras valencianas y zonas limítrofes* (Villena, 2002). Villena-Alicante: Diputación Provincial de Alicante-Ayuntamiento de Villena, p. 59-66.
- FERREIRA, O. da Veiga (1966) – *La culture du vase campaniforme au Portugal*. Lisboa: Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal, 12.
- FONTELA, S.; GÓMEZ MARTÍNEZ, J. A. & MIRAS, M. (2004) – Lorca, poblado más extenso y primigenio de la cultura del Argar. *Alberca*, 2, p. 39-52.
- FORENBAHER, S. (1999) – *Production and Exchange of Bifacila Flaked Stone Artifacts during Portuguese Chalcolithic*. Oxford: British Archaeological Reports International Series, 756.
- FRIESCH, K. (1987) – *Die Tierknochenfunde von Cerro de la Encina bei Monachil, Provinz Granada (Grabunden 1977-1984)*. München: Studien über frühe Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel, 11.
- FURGUS, J. (1903/1937) – La edat prehistòrica en Orihuela. Necrópoli de San Antón. *Trabajos Varios del Servicio de Investigación Prehistórica*, 5, p. 7-53.
- GARCÍA ATIÉNZAR, G. (2016) – El Peñón de la Zorra (Villena, Alicante) y la caracterización del Campaniforme (2400-2100 cal AC) en el Alto Vinalopó. In H. Bonet (ed.) – *Del neolític a l’edat de bronze en el Mediterrani occidental: Estudis en homenatge a Bernat Martí Oliver*. Valencia: Servicio de Investigación Prehistórica, Trabajos Varios, 119, p. 365-377.
- GARCÍA MARTÍNEZ, M<sup>a</sup>. S. & ROS SALA, M<sup>a</sup>. M. (2010) – Gestión del combustible leñoso e impacto medioambiental asociados a la metalurgia protohistórica de Punta de los Gavilanes (Mazarrón, Murcia). *Trabajos de Prehistoria*, 67 (2), p. 545-559.

- GARCÍA RIVERO, D. & ESCACENA, J. L. (2015) – Del Calcolítico al Bronce Antiguo en el Guadalquivir inferior. El Cerro de San Juan (Coria del Río, Sevilla) y el ‘modelo de reemplazo’. *Zephyrus* 76, p. 15-38.
- GARCÍA SANDOVAL, E. (1962) – Segunda campaña de excavaciones en el yacimiento argárico de ‘El Puntarrón Chico’, Beniaján (Murcia). *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 6, 1962 (1964), p. 108-114.
- GARCÍA SANJUÁN, L. & ODRIOZOLA, C. (2012) – La cronología radiocarbónica de la Edad del Bronce (c. 2200-850 cal. ANE) en el Suroeste de la Península Ibérica. In J. Jiménez Ávila (ed.) - *Sidereum Ana II. El río Guadiana en el Bronce Final* (Mérida, 2008). Badajoz: Anejos de Archivo Español de Arqueología, 42. Instituto de Arqueología de Mérida del C.S.I.C., p. 363-387.
- GARRIDO PENA, R. (2000) – *El Campaniforme en la Meseta Central de la Península Ibérica (c. 2500-2000)*. Oxford: British Archaeological Reports, International Series.
- GARRIDO, R.; FLORES, R. & HERRERO, A. M. (2019) – *Las sepulturas campaniformes de Humanejos (Parla, Madrid)*. Madrid: Dirección General de Patrimonio Cultural. Comunidad de Madrid.
- GARRIDO, R. & MUÑOZ, K. (2000) – Visiones sagradas para los líderes. Cerámicas campaniformes con decoración simbólica en la Península Ibérica. *Complutum*, 11, p. 285-300.
- GAUSS, W. (2019) – “Considerations on Aegean Bronze Age Fortifications”. En S. Hansen y R. Krause (eds.): *Bronze Age Fortresses in Europe*. Second International Loewe Conference (Alba Julia, 2017). Rudolf Habelt. Bonn: 53-79.
- GÓMEZ BECERRA, A. & MALPICA, A. (1992) – Actuaciones arqueológicas en los barrancos de La Rijana (Gualchos-Castell de Ferro, Granada). *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1990. II. Actividades Sistemáticas. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 148-156.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – *A utilização pré-histórica da Gruta de Porto Covo (Cascais). Uma revisão e algumas novidades*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GONZÁLEZ MARCEN, P. (1991) – Cronología del grupo argárico. *Revista d’Arqueologia de Ponent*, 4, p. 7-46.
- GREENBERG, R. (2017) – No Collapse: Transmutations of Early Bronze Age Urbanism in the Southern Levant. In F. Höflmayer (ed.) - *The Late Third Millennium in the Ancient Near East. Chronology, C14 and Climate Change* (Chicago, 2014). Chicago: The Oriental Institute, University of Chicago, p. 31-58.
- GREENBERG, R. & PAZ, Y. (2005) – The Early Bronze Age Fortifications of Tel Bet Yerah. *Levant*, 37, p. 81-103.
- GUERRA DOCE, E. (2006) – Sobre la función y significado de la cerámica campaniforme a la luz de los análisis de contenidos. *Trabajos de Prehistoria*, 63 (1), p. 69-84.
- GUSI, F. & OLARIA, C. (1991) – *El poblado neoeolítico de Terrera Ventura (Tabernas, Almería)*. Madrid: Excavaciones Arqueológicas en España, 160.
- GUTIÉRREZ, C.; LÓPEZ del ESTAL, A.; SIMÓN, A.; MUÑOZ, P.; BASHORE, C.; MARTÍN LERMA, I.; CHAMÓN, J.; SANZ, E.; PARDO, A.I. & MARÍN, J.A. (2010) – Puntas de Palmela: procesos tecnológicos y experimentación”. *Trabajos de Prehistoria*, 67 (2), p. 405-418.
- HAGGIS, D.C. (1997) – The typology of the Early Minoan I chalice and the cultural implications of form and style in Early Bronze Age ceramics. In R. Laffineur & P.P. Betancourt (eds.) – *TEXNH. Craftsmen, Craftswomen and Craftsmen in the Aegean Bronze Age*. II. 6<sup>th</sup> International Aegean Conference (Philadelphia, 1996). *Aegaeum*, 16, p. 291-299.
- HARO NAVARRO, M. (2004) – El poblamiento durante la Prehistoria Reciente en el Campo de Níjar (Almería). *Arqueología y Territorio*, 1, p. 51-65.

- HARRISON, R. J. (1974) – Ireland and Spain in the Early Bronze Age. Fresh Evidence for Irish and British Contacts with the Proto-Atlantic Bronze Age in Spain in the Second Millennium B.C. *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland*, 104, p. 52-73.
- HARRISON, R. J.; BUBNER, T. y HIBBS, V. A. (1976) – The Beaker pottery from El Acebuchal, Carmona (Prov. Sevilla). *Madridrer Mitteilungen*, 17, p. 79-141.
- HEDGES, R. E. M.; HOUSLEY, R. A., BRONK RAMSEY, C. & KLINKEN, G. J. van (1995) – Radiocarbon dates from the Oxford AMS system: archaeometry datelist 20. *Archaeometry*, 37 (2), p. 417-430.
- HERNÁNDEZ PÉREZ, M. S. (1997) – Desde la periferia de El Argar. La Edad del Bronce en las tierras meridionales valencianas. *Homenatge a la Pra. Dra. Milagro Gil-Mascarell Boscá*. II. *Saguntum*, 30, p. 93-113.
- HERNÁNDEZ PÉREZ, M. S. (2009) – Tiempos de cambio. El final del Argar en Alicante. En M.S. Hernández, J. A. Soler & J. A. López Padilla (eds.) – *En los confines del Argar. Una cultura de la Edad del Bronce en Alicante*. Alicante: Museo Arqueológico de Alicante, p. 292-305.
- HERNÁNDEZ PÉREZ, M. S.; GARCÍA ATIENZAR, G. & BARCIELA, V. (2016) – *Cabezo Redondo (Villena, Alicante)*. Alicante: Universidad de Alicante.
- HERNÁNDEZ PÉREZ, M. S.; GARCÍA ATIENZAR, G.; BARCIELA, V. & MATAIX, J. J. (2016) – Cabezo Redondo 2014 y 2015 (Villena, Alicante). *Arqueología, difusión y puesta en valor de un yacimiento de la Edad del Bronce. Bilyana*, 1, p. 67-71.
- HERNÁNDEZ PÉREZ, M. S. & LÓPEZ PADILLA, J. A. (2010) – La muerte de El Argar alicantino. El Tabaià como paradigma (Aspe, Vinalopó Medio, Alicante). In A. Pérez Fernández & B. Soler Mayor (eds.) – *Restos de vida. Restos de muerte* (Valencia, 2010). Valencia: Museo de Valencia, p. 221-228.
- HERNÁNDEZ PÉREZ, M. S.; LÓPEZ PADILLA, J. A. & JOVER, F. J. (2019) – Estratigrafía y radiocarbono: la tumba I y la cronología de la ocupación argárica del Tabayá (Aspe, Alicante). *Spal*, 28 (1), p. 35-55.
- HUNT, M. A.; MARTÍNEZ NAVARRETE, M<sup>a</sup>. I.; HURTADO, V. & MONTERO, I. (2012) – Procedencia de las puntas de jabalina del ‘Dolmen de la Pastora’ (Valencina de la Concepción, Sevilla). *Trabajos de Prehistoria*, 69 (2), p. 357-374.
- HURTADO PÉREZ, V. (2010) – Representaciones simbólicas, sitios, contextos e identidades territoriales en el Suroeste peninsular. In R. Maicas, C. Cacho, E. Galán & J. A. Martos (eds.) – *Ojos que nunca se cierran. Ídolos en las primeras sociedades campesinas* (Madrid, 2009). CD room. Madrid: Museo Arqueológico Nacional, p. 137-198.
- IDÁÑEZ SÁNCHEZ, J. F. (1985) – Avance para el estudio de la necrópolis eneolítica de Murviedro (Lorca, Murcia). *XVII Congreso Nacional de Arqueología* (Logroño, 1983). Zaragoza: Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, p. 197-210.
- ILAN, D. (1995) – Mortuary Practices at Tel Dan in the Middle Bronze Age: a Reflection of Canaanite Society and Ideology. En S. Cambell y A. Green (eds.) – *The Archaeology of Death in the Ancient Near East* (Manchester, 1992). Oxford: Oxbow Monograph, 51, p. 117-139.
- JABLONKA, P. (2010) – Troy. En E.H. Cline (ed.): *The Oxford Handbook of the Bronze Age Aegean*. Oxford: Oxford University Press, p. 849-861.
- JOVER, F. J.; GARCÍA ATIENZAR, G. & LOPEZ PADILLA, J. A. (2019) – Del fondo del valle a lo alto de la montaña: cambios en la organización del hábitat y del territorio en el Este de la península Ibérica entre el Calcolítico y la Edad del Bronce. *Recerques del Museu d'Alcoi*, 28, p. 79-100.
- JUAN i TRESSERRAS, J. (2004) – Fuente Álamo (Almería): análisis de contenidos de recipientes cerámicos, sedimentos y colorantes procedentes de tumbas argáricas. *Madridrer Mitteilungen*, 45, p. 132-138.

- KENYON, K. M. (1981) – *Excavations at Jericho. III. The Architecture and Stratigraphy of the Tell*. London: British School of Archaeology in Jerusalem.
- KIAMIL, T. (1980) – *The Yortan Culture within the Early Bronze Age of Western Anatolia*. I-II. Ph.D. Institute of Archaeology. London: University College London.
- KIAMIL, T. (1982) – *Yortan Cemetery in the Early Bronze Age of Western Anatolia*. Oxford: British Archaeological Reports, International Series 145.
- KITCHEN, K. A. (1996) – The Historical Chronology of Ancient Egypt, A Current Assessment. In K. Randsborg (eds.) – *Absolute Chronology. Archaeological Europe 2500-500 BC. Acta Archaeologica*, 67, p. 1-13.
- KORFMANN, M. (1990) – Altes und Neues aus Troia. *Das Altertum*, 36 (4), p. 230-240.
- KRZYSZKOWSKA, O. (1984) – Ivory from hippopotamus tusk in the Aegean Bronze Age. *Antiquity*, 58, p. 123-125.
- KUNTER, M. (1990) – *Menschliche Skelettreste aus Siedlungen der El Argar-Kultur*. Mainz am Rhein: Madrider Beiträge, 18.
- LAMB, W. (1936) – *Excavations at Thermi in Lesbos*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LAPP, P. W. (1967) – The 1966 Excavation at Tell Ta'annek. *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, 185, p. 2-39.
- LAUK, H. D. (1976) – *Tierknochenfunde aus bronzezeitlichen Siedlungen bei Monachil und Purullena (Provinz Granada)*. München: Studien über frühe Tierknochenfunde von der Iberischen Halbinsel, 6.
- LAZARICH GONZÁLEZ, M<sup>a</sup>. (2003) – Informe preliminar del proyecto de estudio de los materiales arqueológicos calcolíticos y de comienzos de la Edad del Bronce, hallados en excavaciones de urgencia realizadas en el casco urbano de Cádiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía* 2000. II. Actividades Sistemáticas y Puntuales. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 85-96.
- LAZARICH GONZÁLEZ, M<sup>a</sup>. (2016) – *Las puntas de tipo 'Palmela'*. La pieza del mes (26-11-2016). Jerez de la Frontera: Museo Arqueológico Municipal de Jerez.
- LAZARICH, M<sup>a</sup>.; LADRÓN de GUEVARA, I.; SÁNCHEZ ANDREU, M. & RODRÍGUEZ de ZULOAGA, M. (1995) – El yacimiento de 'El Acebuchal' (Carmona, Sevilla): un análisis de las estructuras calcolíticas a través de los escritos inéditos de J. Bonsor e historiografía. *Spal*, 4, p. 81-100.
- LEISNER, G. y LEISNER, V. (1943) – *Die megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Süden*. Berlin: Romisch-Germanisch Forschungen, 17.
- LEVI, D. (1976) – *Festòs e la civiltà minoica*. Roma: Incunabula Graeca, 60. Edizioni dell'Ateneo.
- LIESAU, C.; BLASCO, C.; RÍOS, P. & FLORES, R. (2016) – La mujer en el registro funerario campaniforme y su reconocimiento social. *Trabajos de Prehistoria*, 72 (1), p. 105-125.
- LIESAU, C. & MORENO, E. (2012) – Marfiles campaniformes de Camino de las Yeseras (San Fernando de Henares, Madrid). In A. Banerjee, J.A. López Padilla & T. X. Schuhmacher (eds.) – *Elfenbeinstudien. I. Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental* (Alicante, 2008). Philipp von Zabern. Mainz: p. 83-94.
- LIESAU, C. & SCHUHMACHER, T. X. (2012) – Un taller de marfil en el yacimiento argárico de Fuente Álamo (Cuevas del Almanzora, Almería). En A. Banerjee, J. A. López Padilla & T. X. Schuhmacher (eds.) – *Elfenbeinstudien. I. Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental* (Alicante, 2008). Mainz: Philipp von Zabern, p. 121-138.
- LLOYD, S. & MELLAART, J. (1962) – *Beycesultan. I. The Chalcolithic and Early Bronze Age Levels*. London: The British Institute of Archaeology at Ankara.

- LÓPEZ PADILLA, J. A. (2006a) – Distribución territorial y consumo de botones de perforación en 'V' en el ámbito argárico. *Trabajos de Prehistoria*, 63 (2), p. 93-116.
- LÓPEZ PADILLA, J. A. (2006b) – Marfil, oro, botones y adornos en el área oriental del país de El Argar. *Marq. Arqueología y Museos*, 1, p. 25-48.
- LÓPEZ PADILLA, J.A.; BELMONTE, D. & de MIGUEL, M<sup>a</sup>.P. y (2006) – Los enterramientos argáricos de la *Illeta dels Banyets* de El Campello. Prácticas funerarias en la frontera oriental de El Argar. In J. A. Soler (ed.) - *La ocupación Prehistórica de la Illeta dels Banyets (El Campello, Alicante)*. Alicante: Serie Mayor, 5. Museo Arqueológico de Alicante, p. 118-171.
- LÓPEZ PADILLA, J. A.; JOVER, F. J.; MARTÍNEZ MONLEÓN, S.; SÁNCHEZ LARDIÉS, A.; PASTOR, M<sup>a</sup>.; BASSO, R. & LUJÁN, A. (2018) – Los toros de arcilla de Laderas del Castillo”. *Los toros de El Argar. Figurillas de arcilla de la Edad del Bronce*. Alicante: Museo Arqueológico de Alicante, p. 5-19.
- JOVER, F. J.; LORRIO, A. & DÍAZ TENA, M<sup>a</sup>. de los A. (2016) – El Bronce Final en el Levante de la península Ibérica: bases arqueológicas y periodización. *Complutum*, 27 (1), p. 81-108.
- LULL SANTIAGO, V. C. (1980) – *La cultura de El Argar: microambiente, macroambiente, asentamientos, sociedad y economía*. Tesis Doctoral. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- LULL SANTIAGO, V. C. (1983) – *La 'cultura' de El Argar. (Un modelo para el estudio de las formaciones económico-sociales prehistóricas)*. Barcelona: Akal.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2004) – Las relaciones de propiedad en la sociedad argárica. Una aproximación a través del análisis de las tumbas de individuos infantiles. *Mainake*, 26, p. 233-272.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2009) – El Argar: la formación de una sociedad de clases. En M. S. Hernández Pérez, J. Soler & J. A. López Padilla (eds.) – *En los confines del Argar: una cultura del Bronce en Alicante en el centenario de Julio Furgús*. Alicante: Museo Arqueológico de Alicante, p. 224-245.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2010a) – Límites históricos y limitaciones del conocimiento arqueológico. La transición entre los grupos arqueológicos de Los Millares y El Argar. En P. Bueno, A. Gilman, C. Martín Morales & F.J. Sánchez Palencia (eds.) – *Arqueología, Sociedad, Territorio y Paisaje. Estudios sobre Prehistoria Reciente, Protohistoria y transición al mundo romano*. Madrid: Bibliotheca Praehistorica Hispana, 28. C.S.I.C., p. 75-94.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. y RISCH, R. (2010b) – Las relaciones políticas y económicas de El Argar. *Menga*, 1, p. 10-35, 212-224.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2011a) – El Argar and the Beginning of Class Society in the Western Mediterranean. In S. Hansen & J. Müller (eds.) – *Sozialarchäologische Perspektiven: Gesellschaftlicher Wandel 5000-1500 v. Chr. zwischen Atlantik und Kaukasus* (Kiel, 2007). Mainz: Archäologie in Eurasien, 24. Philipp von Zabern, p. 381-414.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2011b) – 'Proyecto La Bastida': economía, urbanismo y territorio de una capital argárica. *Verdolay*, 13, p. 57-70.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2013a) – Bronze Age Iberia. In H. Fokkens & A. Harding (eds.) – *The Oxford Handbook of the European Bronze Age*. Oxford: Oxford University Press, p. 594-616.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2013b) – La fortificación de La Bastida y los orígenes de la violencia militarizada en Europa. *Cuadernos de La Santa*, 15, p. 247-254.

- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2013c) – Funerary practices and kinship in an Early Bronze Age society: a Bayesian approach applied to the radiocarbon dating of Argaric double tombs. *Journal of Archaeological Science*, 40, p. 4626-4634.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2013d) – Political collapse and social change at the end of El Argar”. In H. Meller, F. Bertemes, H. R. Bork y R. Risch (eds.) – *1600 BC-Kultureller Umbruch im Schatten des Thera-Ausbruchs?. 1600 BC-Cultural change in the shadow of the Thera Eruption?. 4 Mitteldeutscher Archäologentag* (Halle, 2011). Halle: Tagungen des Landesmuseums für Vorgeschichte Halle, 9, p. 283-302.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2014) – La Edad del Bronce en la Iberia Mediterránea. In M. Almagro Gorbea (ed.) – *Protohistoria de la Península Ibérica: del Neolítico a la Romanización*. Burgos: Fundación Atapuerca-Universidad de Burgos, p. 127-146.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2015a) – Transition and conflict at the end of the 3rd millennium BC in south Iberia. In H. Meller, H. Wolfgang Arz, R. Jung & R. Risch (eds.) – *2200 BC-Ein Klimasturz als Ursache für den Zerfall der Alten Welt?-A climatic breakdown as a cause for the collapse of the old world?. 7 Mitteldeutscher Archäologentag* (Halle, 2014). Halle: Tagungen des Landesmuseums für Vorgeschichte Halle, 12 (1-2), p. 365-407.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2015b) – *La Bastida y Tira del Lienzo (Totana, Murcia)*. Murcia: Ruta Argárica, Guías Arqueológicas, 1. Integral, Sociedad para el Desarrollo Rural.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2016a) – Argaric Sociology: Sex and Death. *Complutum*, 27 (1), p. 31-62.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. & RISCH, R. (2018) – Fortifications and Violence in the Mediterranean during the Third Millennium cal BC. In M. A. Fernández Götzt, P. Mielke & A. Ballmer (eds.) – *Understanding ancient fortifications: between regionality and connectivity*. Oxford: Oxbow books, p. 13-24.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C. RISCH, R.; CELDRÁN, E.; FREGEIRO, M. I.; OLIART, C. & VELASCO, C. (2015c) – *La Almoloya (Pliego, Murcia)*. Murcia: Ruta Argárica, Guías Arqueológicas, 2. Integral, Sociedad para el Desarrollo Rural.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C.; RISCH, R.; CELDRÁN, E.; FREGEIRO, M. I.; OLIART, C. & VELASCO, C. (2016b) – La Almoloya (Pliego – Mula, Murcia): Palacios y Élités Gobernantes en la Edad del Bronce. In J. A. Zapata (ed.) – *El legado de Mula en la Historia*. Mula, Murcia: Ayuntamiento de Mula-Integral. Sociedad para el Desarrollo Rural, p. 40-59.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C.; RISCH, R. & ESCANILLA, N. (2017a) – The absolute chronology of Argaric halberds. In J. Barceló, J. Bogdanovic & B. Morell (eds.) – *IberCrono 2016. Cronometrías para la historia de la Península Ibérica* (Barcelona, 2016). Barcelona: CEUR Workshop Proceedings, vol. 2024, p. 143-162.
- LULL, V.; MICÓ, R.; RIHUETE, C.; RISCH, R. & ESCANILLA, N. (2017b) – Halberdiers and combat systems in the Argaric. *Oxford Journal of Archaeology*, 36 (4), p. 375-394.
- MAICAS RAMOS, R. (2010) – Los ojos que todo lo ven: oculados del Sureste. In R. Maicas, C. Cacho, E. Galán & J. A. Martos (eds.) – *Ojos que nunca se cierran. Ídolos en las primeras sociedades campesinas* (Madrid, 2009). CD room. Madrid: Museo Arqueológico Nacional, p. 115-136.
- MAICAS RAMOS, R. (2018) – A Look into the Past: Idols of the Iberian Peninsula. In A. Caubet (ed.) – *Idols. The Power of Images* (Venice, 2018). Milano: Fondazione Giancarlo Ligabue-Skira editore, p. 69-82.
- MALGOSA MORERA, A. (1997) – Estudio antropológico de los individuos argáricos del Cerro de las Viñas de Coy, Lorca, Murcia. *Memorias de Arqueología*, 6, 1991, p. 88-92.
- MANNING, S. W. (2010) – Chronology and Terminology. En E.H. Cline (ed.): *The Oxford Handbook of the Bronze Age Aegean*. Oxford: Oxford University Press, p. 11-28.

- MATALOTO, R.; MARTINS, J. M. Matos & SOARES, A. M. Monge (2013) – Cronología absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20, p. 303-338.
- MARTÍN SOCAS, D. & CAMALICH, M<sup>a</sup>. D. (1982) – La ‘cerámica simbólica’ y su problemática (aproximación a través de los materiales de la colección L. Siret). *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 7, p. 267-306.
- MARTÍN SOCAS, D.; CAMALICH, M<sup>a</sup>. D.; GONZÁLEZ QUINTERO, P., MENESES, M<sup>a</sup>. D. & MEDEROS, A. (1985-87) – El poblado de Campos (Cuevas del Almanzora). Resultado de las campañas de excavación de 1985 y 1986. *Tabona*, 6, p. 129-146.
- MARTÍN VALLS, R. & DELIBES, G. (1989) – *La Cultura del Vaso Campaniforme en las campiñas meridionales del Duero: el enterramiento de Fuente Olmedo (Valladolid)*. 2<sup>a</sup> ed. Valladolid: Monografías del Museo Arqueológico de Valladolid, 1.
- MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, A.; PONCE, J. & AYALA, M<sup>a</sup>. M. (1996) – *Las prácticas funerarias de la cultura argárica en Lorca – Murcia*. Lorca: Ayuntamiento de Lorca.
- MATHERS, C. (1994) – Goodbye to All That?: Contrasting Patterns of Change in the South-East Iberian Bronze Age c. 24/2200-600 B. C. In C. Mathers & S. Stoddart (eds.) – *Development and Decline in the Mediterranean Bronze Age*. Sheffield: Sheffield Archaeological Monographs, 8. University of Sheffield - J. R. Collins, p. 21-71.
- MATTHÄUS, H. (1980) – *Die Bronzegefäße der kretisch-mykenischen Kultur*. München: Prähistorische Bronzefunde, Abteilung II Band 1. C. H. Beck'sche Verlag.
- MATTHIAE, P.; PINNOCK, F. & MATTHIAE, G. S. (1995) – *Ebla. Alle origini della civiltà urbana*. Trent'anni di scavi in Siria dell'Università 'La Sapienza'. Roma: Università 'La Sapienza'.
- Mc GEORGE, P. J. P. (2011) – Intramural infant burials in the Aegean Bronze Age: Reflections on symbolism and eschatology with particular reference to Crete. En O. Henry (ed.): *Le Mort dans la ville. Pratiques, contextes et impacts des inhumations intra-muros en Anatolie, du début de l'Age du Bronze à l'époque romaine* (Istanbul, 2011). Istanbul: Institut Français d'Etudes Anatoliennes, p. 1-20.
- MEDEROS MARTÍN, A. (1993/2004) – *Los Estados Incipientes del sureste de la Península Ibérica. Repercusiones en las cuencas de los ríos Aguas, Antas y Almanzora. Almería (4500-1300 a.C./5300-1600 A.C.)*. La Laguna: Serie Tesis Doctorales. Curso 1993/94. Humanidades y Ciencias Sociales, 8. CD-Rom. Universidad de La Laguna.
- MEDEROS MARTÍN, A. (1995) – La cronología absoluta de la prehistoria reciente del sureste de la Península Ibérica. *Pyrenae*, 26, p. 53-90.
- MEDEROS MARTÍN, A. (1996) – La cronología absoluta de Andalucía occidental durante la prehistoria reciente (6100-850 A.C.). *Spal*, 5, p. 45-86.
- MEDEROS MARTÍN, A. (1997) – Nueva cronología del Bronce Final en el occidente de Europa. *Complutum*, 8, p. 73-96.
- MEDEROS MARTÍN, A. (1999) – ¿Por qué Villena?. Comercio de oro, estaño y sal durante el Bronce Final I entre el Atlántico y el Mediterráneo (1625-1300 AC). *Trabajos de Prehistoria*, 56 (2), p. 115-136.
- MEDEROS MARTÍN, A. (2000) – Puntas de jabalina de Valencina de la Concepción (Sevilla, España) y del área palestino-israelita. *Madrid Mitteilungen*, 41, p. 83-111.
- MEDEROS MARTÍN, A. (2005) – Enterramientos en *pithoi* del Próximo Oriente: Siria, Líbano, Israel (3500-2000 AC). In D. Sola (ed.) - *Imágenes de la Muerte: Estudios de arte, arqueología y religión* (Adeje, 1997). La Laguna: Universidad de La Laguna, p. 171-187.

- MEDEROS MARTÍN, A. (2008) – El Bronce Final. In F. Gracia (ed.) – *De Iberia a Hispania*. Madrid-Barcelona: Ariel, p. 19-91.
- MEDEROS MARTÍN, A. (2009) – El Calcolítico. En H. O'Donnell (dir.) - *Historia Militar de España*. I. In M. Almagro Gorbea (ed.): *Prehistoria y Antigüedad*. Madrid: Ediciones del Laberinto-Ministerio de Defensa, p. 33-48.
- MEDEROS MARTÍN, A. (2013) – La cronología del dolmen de Montelirio (Castilleja de Guzmán, Sevilla). In J. Jiménez Ávila, M. Bustamante & M. García Cabezas (eds.) – VI *Encuentro de Arqueología del Suroeste peninsular* (Villafranca de los Barros, Badajoz, 2012). CD-Rom. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, p. 2597-2613.
- MEDEROS MARTÍN, A. (2016) – La cronología actual de los sistemas de fosos del poblado calcolítico de Valencina de la Concepción (Sevilla) en el contexto del Sur de la Península Ibérica. *Homenaje a Rodrigo de Balbín Behrmann. Arpi, Arqueología y Prehistoria en el Interior peninsular*, 4, p. 298-323.
- MEDEROS, A. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (e.p.) – Puntas de jabalina del Calcolítico Final en el Suroeste de la Península Ibérica y del Bronce Inicial en el Eúfrates Medio y el Levante. In A. Domínguez Monedero, J. Villalba, F. Borrego y C. del Cerro (eds.) - *Homenaje a Joaquín María Córdoba Zoilo*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid.
- MEDEROS, A. & LAMBERG-KARLOVSKY, C. C. (2001) – Converting currencies in the Old World. Simple arithmetic underpinned trading throughout the Near East during the Bronze Age. *Nature*, 411 (6836), p. 437 + 2 tables en Supplementary Information.
- MEDINA, A. J. & SÁNCHEZ GONZÁLEZ, M<sup>a</sup>. J. (2016) – El barranco de la Viuda (Lorca, Murcia), un poblado argárico en el valle del Guadalentín. Excavación arqueológica de 1998-1999. *Alberca*, 16, p. 31-52.
- MEJÍAS GARCÍA, J. C. (2017) – *Formaciones sociales del III Milenio a.n.e. en Valencina*. Tesis Doctoral. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- MELGARES GUERRERO, J. A. (1983) – La diadema de oro argárica del Museo Arqueológico Nacional. Precisiones sobre el lugar de su hallazgo. *Homenaje al Prof. Martín Almagro Basch*, 2. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 13-16.
- MELLAART, J. (1957) – Anatolian Chronology on the Early and Middle Bronze Age. *Anatolian Studies*, 7, p. 55-88.
- MELLAART, J. (1959) – Notes on the architectural remains of Troy I and II. *Anatolian Studies*, 9, p. 131-162.
- MIGUEL IBÁÑEZ, M<sup>a</sup>. P. de (2016) – Vida y muerte en el Cabezo Redondo. Una lectura desde la osteoarqueología. En M. S. Hernández Pérez, G. García Atienzar y V. Barciela (eds.) – *Cabezo Redondo (Villena, Alicante)*. Alicante: Universidad de Alicante. p. 82-84.
- MIROSCHEJJI, P. de (2009) – Rise and collapse in the Southern Levant in the Early Bronze Age. *Scienze dell'Antichità*, 15, p. 101-129.
- MOLINA FAJARDO, F. (1983) – Almuñécar en el marco de la cultura argárica. In F. Molina Fajardo (ed.) – *Almuñécar. Arqueología e Historia*. Almuñécar-Granada: Caja Provincial de Ahorros de Granada, p. 3-20.
- MOLINA GONZÁLEZ, F. (1983) – Prehistoria. *Historia de Granada*. Granada: Editorial Don Quijote, p. 1-131.
- MOLINA GONZÁLEZ, F. (1991) – Proyecto Millares (Los inicios de la metalurgia y el desarrollo de las comunidades del Sudeste de la Península Ibérica durante la Edad del Cobre). *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1989. II. Actividades Sistemáticas. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 211-213.
- MOLINA GONZALEZ, F. & CÁMARA, J.A. (2004) – La cultura de El Argar en el área occidental del Sureste. In M. Hernández Pérez & L. Hernández Alcaraz (ed.) – *La Edad del Bronce en tierras valencianas y zonas limítrofes* (Villena, 2002). Villena-Alicante: Diputación Provincial de Alicante-Ayuntamiento de Villena, p. 455-470.

- MOLINA GONZÁLEZ, F.; CÁMARA, J. A.; AFONSO, J. A. & NÁJERA, T. (2014) – Las sepulturas del Cerro de la Virgen (Orce, Granada). Diferencias cronológicas y sociales. *Revista Atlántica-Mediterránea de Arqueología Social*, 16, 2014 (2015), p. 121-142.
- MOLINA GONZÁLEZ, F.; CÁMARA, J. A.; CAPEL, J.; NÁJERA, T. & SÁEZ, L. (2004) – Los Millares y la periodización de la Prehistoria Reciente del Sudeste. *Simposios de Prehistoria Cueva de Nerja. II. La problemática del Neolítico en Andalucía. III. Las primeras sociedades metalúrgicas en Andalucía*. Nerja: Fundación Cueva de Nerja, p. 142-158.
- MOLINA GONZÁLEZ, F.; CÁMARA, J. A.; DORADO, A. & VILLARROYA, M. (2017) – El fenómeno campaniforme en el Sudeste de la Península Ibérica: el caso del Cerro de la Virgen (Orce, Granada). In V.S. Gonçalves (ed.) - *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa: Estudos & Memórias, 10, p. 354-363.
- MOLINA GONZÁLEZ, F.; CARRASCO, J. & TORRE, F. de la (1975) – Excavaciones en el yacimiento de ‘La Cuesta del Negro’ (Purullena, Granada). I. La necrópolis. XIII *Congreso Nacional de Arqueología* (Huelva, 1973). Zaragoza: Secretaría General de los Congresos Arqueológicos Nacionales, p. 387-391.
- MOLINA GONZÁLEZ, F.; CONTRERAS, F.; RAMOS MILLÁN, A.; MÉRIDA, V.; ORTIZ, F. & RUIZ SÁNCHEZ, V. (1986) – Programa de recuperación del registro arqueológico del Fortín 1 de Los Millares. Análisis preliminar de la organización del espacio. *Arqueología Espacial*, 8, p. 175-201.
- MOLINA MUÑOZ, E. (2015) – *La producción cerámica en el sudeste de la península ibérica durante el III y II milenio a.n.e. (2200-1550 cal a.n.e.): integración del análisis de residuos orgánicos en la caracterización funcional de los recipientes argáricos*. Tesis Doctoral. Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona.
- MONTERO RUIZ, I. (1994) – *El origen de la metalurgia en el Sudeste de la Península Ibérica*. Almería: Instituto de Estudios Almerienses.
- MONTERO, I. & RODRÍGUEZ de la ESPERANZA, M. (2008) – Un pequeño campamento minero de la Edad del Bronce: la Loma de la Tejería (Albarracín, Teruel). *Trabajos de Prehistoria*, 65 (1), p. 155-168.
- MONTERO, I.; ROVIRA, S. & GÓMEZ RAMOS, P. (1995) – Plata argárica. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, 35, p. 97-106.
- MURILLO BARROSO, M. (2013) – *Producción y Consumo de Plata. Un Análisis Comparativo entre la Sociedad Argárica y los Primeros Asentamientos Orientalizantes en el Sur de la Península Ibérica*. Tesis Doctoral. Granada: Universidad de Granada.
- NIEMEIER, W. D. (1991) – Minoan Artisans Travelling Overseas: the Alalakh Frescoes and the Painted Plaster Floor at Tel Kabri (Western Galilea). In R. Laffineur & L. Basch (eds.) - *Thalassa. L’Egée préhistorique et la mer*. III Rencontre Égéeenne Internationale (Liège, 1990). *Aegaeum*, 7, p. 189-201.
- NIEMEIER, B. & NIEMEIER, W. D. (2000) – Aegean Frescoes in Syria-Palestine: Alalakh and Tel Kabri. In S. Sherratt (ed.) – *The Wall Paintings of Thera: Proceedings of the First International Symposium* (1997). 2. Athens: Pergamos, p. 763-802.
- NIGRO, L. (2013) – Construire le mura, fondare la città. Biblo nel III millennio a.C.: Origini, sviluppo e significato delle fortificazioni di una capitale del Levante. In G. Bartoloni & L. M<sup>a</sup>. Michetti (eds.) – *Mura di legno, mura di terra, mura di pietra: fortificazioni nel Mediterraneo antico* (Roma, 2012). *Scienze dell’Antichità*, 19 (2-3), p. 169-178.
- ORY, J. (1936) – Excavations at Ràs el-‘Ain. *Quarterly of the Department of Antiquities of Palestine*, 5, p. 111-112.
- OSTEN, H. H. von der (1937) – *The Alishar Hüyük, Seasons of 1930-32. Part I*. Chicago: Oriental Institute Publications, 28. Chicago University Press.

- PAJUELO, A. & LÓPEZ ALDANA, P. M. (2016) – Prestige indicators and Bell Beaker Ware at Valencina de la Concepción (Sevilla, Spain). En E. Guerra Doce y C. Liesau (eds.): *Analysis of the economic foundations supporting the social supremacy of the beaker groups* (Burgos, 2014). Oxford: Archaeopress, p. 55-68.
- PANAGIOTAKI, M. (2000) – Crete and Egypt: Contacts and Relationships seen through Vitreous Materials. In A. Karetsou (ed.) - *Krete-Aigyptos: Politismikoi desmoi trion chilition*. Athens: Karon Editions, p. 154-161.
- PARLAMA, L. (2007) – Παλαμάρι Σκύρου. Παρατηρήσεις στην Εξέλιξη του Οικισμού κατά την 3η χιλιετία π.Χ. και Προβλήματα Αστικοποίησης. Στο Σημαντώνη-Μπουρνιά, Ε. Λαϊμού, Α.Α. Μενδώνη, Λ.Γ. Κούρου, Ν. (επιμ.) - Αμύμονα Έργα.Τιμητικός Τόμος για τον Καθηγητή Βασίλη Κ. Λαμπρινουδάκη. Αθήνα, p. 25-48.
- PAU, C.; MORILLO, J. M.; CÁMARA, J.A. & MOLINA GONZÁLEZ, F. (2018) – Los objetos de adorno en marfil del yacimiento del Cerro de la Virgen (Orce, Granada). *Complutum*, 29 (2), p. 267-298.
- PEARSON, C.; SALZER, M.; WACKER, L.; BEWER, P.; SOOKDEO, A. & KUNIHOLM, P. (2020) – Securing timelines in the ancient Mediterranean using multiproxy annual tree-ring data. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 117 (15), p. 8410-8415.
- PELLICER CATALÁN, M. (2010) – El anforoide oriental de Coria del Río (Sevilla). *Temas de Estética y Arte*, 24, p. 17-38.
- PELON, O. (1976) – *Tholoi, tumuli et cercles funéraires de plan circulaire dans l'Égée de l'âge du Bronze (IIIe et IIe millénaires av. J.C.)*. Athènes-Paris: Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome, 229. École Française d'Athènes-De Boccard.
- PELON, O. (1983) – L'épée à l'acrobate et la chronologie maliote (II). *Bulletin de Correspondance Hellénique*, 107 (2), p. 680-703.
- PEREA CAVEDA, A. (1991) – *Orfebrería prerromana. Arqueología del Oro*. Madrid: Caja de Madrid-Comunidad de Madrid.
- PINGEL, V. (2000a) – Estructura del asentamiento y formas arquitectónicas. In H. Schubart, V. Pingel & O. Arteaga (eds.) – *Fuente Álamo. Las excavaciones arqueológicas 1977-1991 en el poblado de la Edad del Bronce*. Sevilla: Arqueología Monografías. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, p. 63-90.
- PINGEL, V. (2000b) – Dataciones radiocarbónicas de Fuente Álamo 1977-1991. In H. Schubart, V. Pingel & O. Arteaga (eds.) – *Fuente Álamo. Las excavaciones arqueológicas 1977-1991 en el poblado de la Edad del Bronce*. Sevilla: Arqueología Monografías. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, p. 91-98.
- PINI, I. (1968) – *Beiträge zur minoischen Gräberkunde*. Wiesbaden: Deutsches Archäologisches Institut. Franz Steiner Verlag GMBH.
- PLATON, N. (1971) – *Zakros: the discovery of a lost palace of ancient Crete*. New York: Charles Scribner's Sons.
- PRAG, K. (1977) – Silver in the Levant in the Fourth Millennium B.C. In P. R. S. Moorey & P. J. Parr (eds.) – *Archaeology in the Levant: Essays for Kathleen Kenyon*. Warminster: Aris & Phillips, p. 36-45.
- PRIETO, M. P.; JUAN-TRESSERRAS, J. & MATAMALA, J. C. (2005) – Ceramic Production in the Northwestern Iberian Peninsula: Studying the Functional Features of Pottery by Analyzing Organic Material. In M. I. Prudêncio, M. I. Dias & J. C. Waerenborgh (eds.) – *Understanding people through their pottery*. 7th European Meeting on Ancient Ceramics (Lisboa, 2003). Lisboa: Trabalhos de Arqueología, 42, p. 193-199.
- PUJANTE MARTÍNEZ, A. (2005) – El yacimiento prehistórico de Los Molinos de Papel (Caravaca de la Cruz, Murcia). Intervención arqueológica vinculada a las obras de infraestructura del Plan Parcial SCR2, 1999-2000. *Memorias de Arqueología*, 14, p. 133-172.

- PUJANTE MARTÍNEZ, A. (2010) – Excavación arqueológica del solar situado en la calle Juan II número 3 esquina calle leonés número 5 de Lorca (Murcia). *Memorias de Arqueología de la Región de Murcia*, 15, 2000-2003, p. 499-525.
- STEIN, G. J. y ALIZADEH, A. (2016-2017) – Excavations at Surezha (Erbil Plain, Kurdistan Region, Iraq). *Oriental Institute Annual Report*, 2016-2017, p. 73-87.
- REESE, D. S. (1998) – A hippopotamus tooth from Hala Sultan Tekke. En P. Åström (ed.): *The Wells. Hala Sultan Tekke*, 10. Jonsered: *Studies in Mediterranean Archaeology*, XLV. Paul Åströms Förlag, p. 140-145.
- REGEV, J.; FINKELSTEIN, I.; ADAMS, M. J. & BOARETTO, E. (2012) – Chronology of the Early Bronze Age in the Southern Levant: New Analysis for a High Chronology. *Radiocarbon*, 54 (3-4), p. 505-524.
- REHAK, P. & YOUNGER, J. G. (1998) – International Styles in Ivory Carving in the Bronze Age. In E. H. Cline & D. Harris-Cline (eds.) – *The Aegean and the Orient in the Second Millennium*. Proceedings of the 50<sup>th</sup> Anniversary Symposium (Cincinnati, 1997). University of Liège-University of Texas, Austin. Liège-Austin. *Aegaeum*, 18, p. 229-259.
- RENFREW, C. (1972) – *The Emergence of Civilisation. The Cyclades and the Aegean in the Third Millennium B. C.* London: Methuen.
- REVELLO PERIS, M. (2003) – The first Aegean jewellery (4500-1800 B.C.): A new attempt at gold and silver Diadems classification. *Archaeometallurgy in Europe* (Milan, 2000). II. Milan: Associazione Italiana di Metallurgia, p. 657-664.
- RÍOS MENDOZA, P. (2011) – Nuevas fechas para el Calcolítico de la región de Madrid. Aproximación cronocultural a los primeros poblados estables. In C. Blasco, C. Liesau & P. Rios (eds.) – *Yacimientos calcolíticos con campaniforme de la región de Madrid: nuevos estudios*. Madrid: Manero Digital, p. 73-86.
- RÍOS MENDOZA, P. (2013) – New dating of the Bell Beaker Horizon in the región of Madrid. In M. P. Prieto y L. Salanova (eds.) – *Current researches on Bell Beaker*. 15<sup>th</sup> International Bell Beaker Conference: From Atlantic to Ural (Poio, Pontevedra, 2011). Santiago de Compostela: p. 97-109.
- RISCH, R. & SCHUBART, H. (1991) – Las estelas argáricas de Fuente Alamo. *Trabajos de Prehistoria*, 48, p. 187-202.
- RIVERA, D. & WALKER, M. J. (1991) – Grape remains and direct radiocarbon dating: a disconcerting experience from El Prado, Murcia, Spain. *Antiquity*, 65 (249), p. 905-908.
- ROJO, M.; GARRIDO, R. & GARCÍA-MARTÍNEZ de LAGRÁN, I. (2006) – *Un brindis con el pasado: La cerveza hace 4500 años en la Península Ibérica*. Valladolid: Arte y Arqueología, 22. Universidad de Valladolid.
- ROJO, M.; GARRIDO, R. & GARCÍA-MARTÍNEZ de LAGRÁN, I. (2008) – No sólo cerveza: nuevos tipos de bebidas alcohólicas identificadas en análisis de contenidos de cerámicas campaniformes del valle de Ambrona (Soria). *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 18, p. 91-105.
- ROJO, M.; GARRIDO, R.; GARCÍA-MARTÍNEZ de LAGRÁN, I.; JUAN i TRESSERRAS, J. & MATAMALA, J. C. (2006) – Beer and Bell Beakers: Drinking Rituals in Copper Age Inner Iberia. *Proceedings of the Prehistoric Society*, 72, p. 243-265.
- ROMANOU, C. (2015) – The fortification of Palamari. In L. Parlama, M. Theochari, M. Romanou y S. Bonatsos (eds.): *The Fortified Settlement in Palamari, Skyros* (Athens, 2012). Athens: TDPEAE, p. 1-22.
- ROS SALA, M<sup>a</sup>.M.; NAVARO HERVÁS, F. & RODRÍGUEZ ESTRELLA, T. (2014) - Génesis y evolución de un paisaje semiárido mediterráneo: el caso del entorno de Punta de Los Gavilanes. Puerto de Mazarrón (Murcia). In J. M<sup>a</sup>. López Ballesta (ed.) – *Phicaria. II Ecuentero Internacional del Mediterráneo. Uso y gestión de recursos*

- naturales en medios semiáridos de ámbito mediterráneo* (Mazarrón, 2013). Mazarrón: Universidad Popular de Mazarrón, p. 274-290.
- RUIZ MATA, D. (1975) – Cerámicas del bronce del poblado de Valencina de la Concepción (Sevilla): los platos. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 2, p. 123-149.
- RUIZ MORALES, J. A. & MOLINA POVEDA, C. (1996) – La espada argárica de La Herradura (Granada). *Quaderns de Prehistoria i Arqueologia de Castelló*, 17, p. 175-181.
- SAHOGLU, V. (2009) – Liman Tepe and Bakla Tepe: New Evidence for the Relations between the Izmir Region. The Cyclades and the Greek Mainland during the Late Fourth and Third Millennia BC. In H. Saglamtimur *et al.* (eds.) – *Studies in Honour of Altan Cilingiroglu. A Life Dedicated to Uratu on the Shores of the Upper Sea*. Istanbul: Arkeoloji ve Sanat Yayinlari, p. 483-500.
- SAHOGLU, V. (2016) – Early Bronze Age Cemeteries at Bakla Tepe: Changing Patterns. In E. Pernicka, S. Ünlüsoy & S.W.E. Blum (eds.) - *Early Bronze Age Troy: Chronology, Cultural Development and Interregional Contacts* (Tubingen, 2009). Bonn: Studia Troica Monographien, 8. Rudolf Habelt, p. 167-182.
- SAKELLARAKIS, E. & SAKELLARAKIS, Y. (1984) – The Keftiu and the Minoan Thalassocracy. In R. Hagg & N. Marinatos (eds.) - *The Minoan Thalassocracy. Myth and Reality* (Athens, 1982). Stockholm, p. 197-203.
- SCHIRMER, W. (1971) – Überlegungen zu einigen Baufragen der Schichten I und II in Troja. *Istanbuler Mitteilungen*, 21, p. 1-43.
- SCHOEP, I. (2006) – Looking Beyond the First Palaces: Elites and the Agency of Power in EM III-MM II Crete. *American Journal of Archaeology*, 110 (1), p. 37-64.
- SCHUBART, H. (1973) – Mediterrane Beziehungen der El Argar-Kultur. *Madriider Mitteilungen*, 14, p. 41-59.
- SCHUBART, H. (1973/1976) – Relaciones mediterráneas de la cultura de El Argar. *Zephyrus*, 26-27, p. 331-342.
- SCHUBART, H. (2000) – Acerca de la evolución formal de la cerámica argárica. In H. Schubart, V. Pingel & O. Arteaga (eds.) – *Fuente Álamo. Las excavaciones arqueológicas 1977-1991 en el poblado de la Edad del Bronce*. Sevilla: Arqueología Monografías. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, p. 107-116.
- SCHUBART, H. (2004) – La cerámica argárica en la estratigrafía de Fuente Álamo. Campañas de 1977-1982. *Spal*, 13, p. 35-82.
- SCHUBART, H. (2012) – *Die Gräber von Fuente Álamo. Ein Beitrag zu den Grabriten und zur Chronologie der El Argar-Kultur*. Wiesbaden: Madrider Beiträge, 32. Reichert Verlag.
- SCHUBART, H. & ARTEAGA, O. (1983a-c) – La Cultura de ‘El Argar’. Excavaciones en Fuente Álamo. *Revista de Arqueología*, 24, p. 16-27, 25, p. 54-63 y 26, p. 56-63.
- SCHUBART, H. & ARTEAGA, O. (1986) – Fundamentos arqueológicos para el estudio socio-económico y cultural del área de El Argar. *Homenaje a Luis Siret 1934-1984* (Cuevas del Almanzora, 1984). Sevilla: Junta de Andalucía, p. 289-307.
- SCHUBART, H.; ARTEAGA, O. & PINGEL, V. (1985) – Fuente Álamo. Informe preliminar sobre la excavación de 1985 en el poblado de la Edad del Bronce. *Ampurias*, 47, p. 70-107.
- SCHUBART, H.; PINGEL, V.; KUNTER, M.; LIESAU, C. & HÄGG, I. (2006) – Estudios sobre la tumba 111 de Fuente Álamo (Almería). *Spal*, 15, p. 103-148.
- SCHUBART, H. & ULREICH, H. (1991) – *Die Funde der Südostspanischen Bronzezeit aus der Sammlung Siret*. Mainz am Rhein: Madrider Beiträge, 17.

- SCHUHMACHER, T. X. (1999) – Cronología y funcionalidad de la cerámica doméstica de Fuente Álamo. XXIV *Congreso Nacional de Arqueología* (Cartagena, 1997). 3. Impacto colonial y Sureste ibérico. Murcia: Instituto de Patrimonio Histórico. Comunidad Autónoma de la Región de Murcia, p. 223-230.
- SCHUHMACHER, T. X. (2002) – Blechdiademe: Prestigeobjekte frühbronzezeitlicher Eliten. En R. Aslam, G. Blum, G. Kastil, F. Schweizer y D. Thumm (eds.): *Mauer Schau. Festschrift für Manfred Korfmann zum 60. Geburtstag*. II. Remshalden: Verlag Bernhard Albert Grenier, p. 493-516.
- SCHUHMACHER, T. X. (2004) – Frühbronzezeitliche Kontakte im westlichen und zentralen Mittelmeerraum und die Rolle der Iberischen Halbinsel. *Madriider Mitteilungen*, 45, p. 147-180.
- SCHUHMACHER, T. X. (2011) – Long and Middle Range Contacts in the Early Bronze Age of the Western Mediterranean. In S. Hansen & J. Müller (eds.) – *Sozialarchäologische Perspektiven: Gesellschaftlicher Wandel 5000-1500 v. Chr. zwischen Atlantik und Kaukasus* (Kiel, 2007). Mainz: Archäologie in Eurasien, 24. Philipp von Zabern, p. 415-428.
- SCHUHMACHER, T. X. (2012a) – El marfil en España desde el Calcolítico al Bronce Antiguo. Resultados de un proyecto de investigación interdisciplinar. En A. Banerjee, J. A. López Padilla & T.X. Schuhmacher (eds.): *Elfenbeinstudien. I. Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental* (Alicante, 2008). Mainz: Philipp von Zabern, p. 45-69.
- SCHUHMACHER, T. X. (2012b) – *Chalkolithische und Frühbronzezeitliche Elfenbeinobjekte auf der Iberischen Halbinsel. Studien zu Herkunft, Austausch, Verarbeitung und sozialer Bedeutung von Elfenbein*. Mainz: Iberia Archaeologica, 16 (2). Philipp von Zabern.
- SCHUHMACHER, T. X. (2016) – *Elefanten und Elfenbein auf der Iberischen Halbinsel und in Nordwestafrika. Interdisziplinäre Studien zu Austauschsystemen im 3. und der ersten Hälfte des 2. Jts. v. Chr.* Tübingen-Berlin: Iberia Archaeologica, 16 (3). Wasmuth.
- SCHUHMACHER, T. X. (e.p.) – Ivory in the Early Bronze Age of the Iberian Peninsula. In M. Bartelheim, F. Contreras y R. Hardenberg (eds.) – *Landscapes as Resource Assemblages in the Bronze Age of Southern Spain. Interdisciplinary and International Workshop* (Linares, Jaen, 2019). Tübingen: Universität Tübingen.
- SCHUHMACHER, T. & BANERJEE, A. (2012) – Procedencia e intercambio del marfil en el Calcolítico de la Península Ibérica. In M. Borrell, F. Borrell, J. Bosch, X. Clop & M. Molist (eds.) - *Networks in the Neolithic. Exchange of raw materials, products and ideas in the Western Mediterranean (VII-III millennium BC)* (Gavà-Bellaterra, 2011). *Rubicatum*, 5, p. 289-298.
- SCHUHMACHER, T. X.; CARDOSO, J. L. & BANERJEE, A. (2009) – Sourcing african ivory in Chalcolithic Portugal. *Antiquity*, 83 (322), p. 983-997.
- SCHÜLE, W. (1980) – *Orce und Galera. Zwei Siedlungen aus dem 3. bis I. Jahrtausend v. Chr. im Südosten der Iberischen Halbinsel. I Übersicht über die Ausgrabungen 1962-1970*. Mainz am Rhein: Philipp von Zabern.
- SEAGER, R.B. (1912) – *Explorations in the Island of Mochlos*. American School of Classical Studies at Athens. Boston-New York.
- SIMÓN GARCÍA, J. L. (1984-1985) – Colecciones de la Edad del Bronce en el Museo Arqueológico Provincial de Alicante. Ingresos de 1967 a 1985 e Illeta dels Banyets de El Campello. *Ayudas a la Investigación*, 1984-1985, p. 111-134.
- SIMÓN GARCÍA, J. L. (1997) – La Illeta: asentamiento litoral en el Mediterráneo Occidental de la Edad del Bronce. In M. Olcina (ed.) – *La Illeta dels Banyets (El Campello, Alicante). Estudios de la Edad del Bronce y época ibérica*. Alicante: Serie Mayor, 1. Museo Arqueológico Provincial de Alicante, p. 47-132.

- SIRET, H. & SIRET, L. (1887) – *Les premiers Âges du Métal dans le Sud-Est de l'Espagne: résultats des fouilles faites par les auteurs de 1887 à 1887*. Louvain-Namur-Anvers: Imprimerie de Charles Peeters-Imprimerie de Paul Godenne.
- SIRET, E. & SIRET, L. (1887/1890) – *Las primeras edades del metal en el Sudeste de España. Resultados obtenidos en las excavaciones hechas por los autores desde 1881 a 1887*. Barcelona: Tipografía de Heinrich y Cía.
- SIRET y CELS, L. (1906-07) – Orientaux et Occidentaux en Espagne aux temps préhistoriques. *Revue des Questions Scientifiques*, 3<sup>ème</sup> Serie, 10, p. 529-582 y 11, p. 219-262.
- SOARES, A. M. Monge; VALERIO, P.; CALVO, E.; LOURENÇO, M.; SIMÃO, P. & SOARES, R. Monge (2019) – O hipogeu 36 da Quinta do Castelo 5 (Salvada, Beja) ou uma revisão da partição por Schubart do Bronze do Sudoeste. *Onoba*, 7, p. 65-76.
- SOARES, J. & TAVARES da SILVA, C. (2016) – Bronze Médio do Sudoeste. Indicadores de Complexidade Social. In A. C. Sousa, A. Carvalho & C. Viegas (eds.) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Estudos & Memórias, 9. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa: 359-384.
- SOLER DÍAZ, J. A. (ed.) (2006) – *La ocupación Prehistórica de la Illeta dels Banyets (El Campello, Alicante)*. Alicante: Serie Mayor, 5. Museo Arqueológico de Alicante.
- SOLER DÍAZ, J. A.; PÉREZ JIMÉNEZ, R. & BELMONTE, D. (2006) – Arquitecturas del agua en una punta al mar. A propósito de las estructuras de la Edad del Bronce que se identifican en la *Illeta dels Banyets*, El Campello, Alicante. In J. A. Soler (ed.) – *La ocupación Prehistórica de la Illeta dels Banyets (El Campello, Alicante)*. Alicante: Serie Mayor, 5. Museo Arqueológico de Alicante, p. 66-117.
- SOLER GARCÍA, J. M<sup>a</sup>. (1965) – *El Tesoro de Villena*. Madrid: Excavaciones Arqueológicas en España, 36. Ministerio de Educación Nacional.
- SOLER GARCÍA, J. M<sup>a</sup>. (1987) – *Excavaciones arqueológicas en el Cabezo Redondo (Villena, Alicante)*. Alicante: Ayuntamiento de Villena-Instituto de Estudios Juan Gil-Albert.
- SOUSA, A. C. & GONÇALVES, V. S. (2019) – Presencia del campaniforme en las cuevas artificiales de las penínsulas de Lisboa y Setúbal. In G. Delibes y E. Guerra (eds.) – ¡Un brindis por el príncipe! El vaso Campaniforme en el interior de la Península Ibérica (2500-2000 a.C.). Madrid: Museo Arqueológico Regional, p. 179-206.
- TOLSTIKOV, V. & TREISTER, M. (1996) – *The Gold of Troy. Searching for Homer's fabled city* (Moscow, 1996). New York: The A.S. Pushkin State Museum of Fine Arts-Harry N. Abrams Publishers.
- TORRE PEÑA, F. de la (1973) – *El ajuar de la necrópolis argárica de la 'Cuesta del Negro' de Purullena, Granada*. Tesis de Licenciatura inédita. Granada: Universidad de Granada.
- TORRE PEÑA, F. de la; MOLINA GONZÁLEZ, F.; CARRIÓN, F.; CONTRERAS, F.; BLANCO DE LA RUBIA, I.; MORENO, A. & RAMOS MILLÁN, A. (1984) – Segunda campaña de excavaciones (1983) en el poblado de la edad del Cobre de El Malagón (Cúllar-Baza, Granada). *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*, 9, p. 131-146.
- ULREICH, H. (1986) – Las tumbas de El Argar y El Oficio según la documentación Siret. *Homenaje a Luis Siret 1934-1984* (Cuevas del Almanzora, 1984). Sevilla: Junta de Andalucía, p. 427-440.
- ULREICH, H. (1991) – Die Gräber in El Argar und El Oficio aufgrund ihrer Dokumentation. En H. Schubart y H. Ulreich (eds.): *Die Funde der Südostspanischen Bronzezeit aus der Sammlung Siret*. Mainz am Rhein: Madrider Beiträge, 17, p. 341-396.
- ÜNLÜSOY, S. (2006) – Vom Reihenhaushaus zum Megaron-Troia I bis Troia III. En M. Korfmann (ed.): *Troia: Archäologie eines Siedlungshügels und seiner Landschaft*. Mainz am Rhein: Philipp von Zabern, p. 139-144.

- Van STRYDONCK, M.; LANDRIE, M.; BOUDIN, M.; GROOTES, P. M.; NADEAU, M. J. & KEPPENS, E. (2004) – *Royal Institute for Cultural Heritage Radiocarbon dates XIX*. Brussels: Koninklijk Instituut voor het Kunstpatrimonium.
- VARBERG, J.; GRATUZE, B. & KAUL, F. (2015) – Between Egypt, Mesopotamia and Scandinavia: Late Bronze Age glass beads found in Denmark. *Journal of Archaeological Science*, 54, p. 168-181.
- VAUX, R. de (1962) – Les fouilles de Tell el-Far 'ah. Rapport préliminaire sur les 7<sup>e</sup>, 8<sup>e</sup>, 9<sup>e</sup> campagnes, 1958-1950 (suite). *Revue Biblique*, 69, p. 212-253.
- VAVOURANAKIS, G. (2014) – Funerary Pithoi in Bronze Age Crete: Their Introduction and Significance at the Threshold of Minoan Palatial Society. *American Journal of Archaeology*, 118, p. 197-222.
- VERCOUTTER, J. (1954) – *Essai sur les relations entre Égyptiens et Préhellènes*. Paris: L'Orient ancien illustré, 6. A. Maisonneuve.
- WALKER, M. J. (1985-86) – Nuevos datos acerca de la explotación de la vid en el Eneolítico español. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 9-10, p. 163-182.
- WEDDE, M. (1999) – From Classification to Narrative: the Contribution of Iconography towards writing a History of Early Aegean Ship Building. *Mediterranean Historical Review*, 11, p. 117-164.
- WEDDE, M. (2000) – *Towards a Hermeneutics of Aegean Bronze Age Ship Imagery*. Mannheim-Möhnesse: Peleus, Studien zur Archäologie und Geschichte Griechenlands und Zyperns, 6. Bibliopolis.
- WENINGER, B. & EASTON, D. (2014) – The Early Bronze Age chronology of Troy (Periods I-III): Pottery seriation, radiocarbon dating and the gap. En B. Horejs y M. Mehofer (eds.): *Western Anatolia before Troy. Proto-Urbanisation in the 4<sup>th</sup> Millennium BC?* Vienna: Austrian Academy of Sciences, p. 157-199.
- WHEELER, T. S. (1973) – *Early Bronze Age Burial Customs of Karatas-Semayük*. Ph.D. diss. I-II. Bryn Mawr, Penn: Bryn Mawr College.
- WHEELER, T. S. (1974) – Early Bronze Age Burial Customs in Western Anatolia. *American Journal of Archaeology*, 78, p. 415-425.
- WIENCKE, M. H. (2000) – *The Architecture, Stratification, and Potter of Lerna III*. Princeton: Lerna, IV. The American School of Classical Studies at Athens.
- WIENER, M. H. (1987) – Trade and Rule in Palatial Crete. In R. Hagg y N. Marinatos (eds.) – *The Function of the Minoan Palaces*. Fourth International Symposium at the Swedish Institute in Athens (Athens, 1984). Stockholm: Acta Instituti Atheniensis Regni Sueciae, 35, p. 261-268.
- WIENER, M. H. (1990) – The Isles of Crete? The Minoan Thalassocracy Revisited. In D. A. Hardy, C. G. Dumas, J. A. Sakellarakis y P. Warren (eds.) – *Thera and the Aegean World III. 1. Archaeology* (Santorini, 1989). London: The Thera Foundation, p. 128-161.
- WIESNER, J. (1938) – *Grab und Jenseits. Untersuchungen im ägaischen Raum zur Bronzezeit und frühen Eisenzeit*. Berlin: A. Töpelmann.
- WOOLLEY, C. L. (1955) – *Alalakh. An Account of the Excavations at Tell Atchana in the Hatay, 1937-1949*. Oxford: Reports of the Research Committee of the Society of Antiquaries of London, 18. Oxford University Press.

## **O OCIDENTE PENINSULAR DE HÁ 3000 ANOS NUM CRUZAMENTO DE ESCALAS. ITINERÁRIOS DAS COISAS E DAS PESSOAS\***

### ***WESTERN IBERIA 3000 YEARS AGO AT A CROSSING OF SCALES. ITINERARIES OF THINGS AND PEOPLE***

Raquel Vilaça<sup>1</sup>

#### **Abstract**

By focusing on the Bronze Age and, particularly, on its final stage, the author makes a journey through the research carried on in Portugal in the last 140 years. Having the thread of time as a guiding ballast, but not limited by its linearity, the traveled itinerary stops in some aspects selected by various criteria, which are commented on or discussed. It is not a synthesis about the knowledge of that period, but a text that summons data through its biographies and plural mobility, aiming at understanding and the way it was built.

*Keywords:* Bronze Age; Portugal; historiography; concepts and ideas

## **1 – NO INÍCIO**

Quem abordar o Ocidente Peninsular entendido como referência aproximada ao território português e colocando-se no período compreendido entre finais do II e inícios do I milénio a.C. (c. 1200-800 a.C.) depara-se com um número assinalável e muito variável de dados e de problemas, que é impossível gerir no seu todo. Este texto aflora apenas alguns deles, seleccionados com critérios vários, e perspectiva-os numa linha historiográfica, procurando, assim, ir ao encontro do que foi solicitado. Por conseguinte, o leitor não encontrará aqui qualquer síntese sobre os conhecimentos daquele período, síntese que, aliás, ultrapassaria largamente a dimensão aceitável para um artigo.

Poderemos tomar como ponto de referência inicial do longo caminho de investigação percorrido até hoje, no que à Idade do Bronze diz respeito, a década de 70 do século XIX, quando são publicadas, por distintos autores, as primeiras referências sobre artefactos de bronze, se bem que notícia anterior, justamente com esse carácter, remeta ainda para finais dos anos 60, como se verá.

Era, então, um tempo de descoberta do nosso Passado mais remoto, com resultados que se traduziam nos primeiros escritos de índole científica, ou para-científica, mas também no anseio de o mostrar e demonstrar – aquele Passado – através da imagem, do objecto. É importante esta vertente se atendermos ao circuito

---

\* Este texto reporta-se à comunicação apresentada no 2.º Colóquio Internacional “História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia” (19 de Outubro de 2019) decorrente do convite endereçado pelo Prof. Doutor João Luís Cardoso, a quem agradecemos.

<sup>1</sup> Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. CEAACP. rvilaca@fl.uc.pt

elitista em que aqueles textos se produziam, muitos deles acompanhados da mestria esclarecedora de desenhadores-artistas, ainda tão pouco valorizados na história da Arqueologia. O conhecimento escrito reproduzia-se em circuito necessariamente fechado, porquanto era muito elevado o analfabetismo da sociedade portuguesa, que nunca a ele teria acesso ou o compreenderia.

Por isso, tiveram impacto os museus de finais de Oitocentos com peças arqueológicas<sup>2</sup>, que atraem públicos diversos. Mas a arqueologia exhibia-se igualmente fora deles, de novo só para uma elite, nas colecções particulares, bem como, e com mais alargada proximidade pública, marcando presença pontual nas exposições industriais, artísticas, etc., num tempo que também começou por ser o delas. Encontra-se ainda por explorar de modo consequente o rasto de objectos arqueológicos patentes nessas exposições, objectos cujos itinerários nem sempre são de fácil reconstituição.

Assim foi, por exemplo, em 1869, na “Exposição Districtal de Industria Agricola e Fabril e de Archeologia”, promovida pela Associação dos Artistas de Coimbra (Fig. 1), onde se exibiram publicamente, talvez pela primeira vez em Coimbra, materiais arqueológicos, só em parte com paradeiro hoje conhecido (*Exposição*, 1869). Por exemplo, Adolfo Ferreira de Loureiro fez expor “louças, ossos de animais, armas de pedra e de bronze” recolhidos em Santa Olaia, aquando da abertura da estrada de Coimbra à Figueira da Foz, registando-se assim a primeira notícia relativa àquele sítio de referência do I milénio a.C., materiais a que, pelo menos em parte, se terá perdido o rasto<sup>3</sup>. E Costa Simões levaria as “5 facas de sílica, do tempo dos Celtas (verificadas pelo sr. Carlos Ribeiro)” aparecidas em 1868 na zona de Ansião<sup>4</sup>.

Continuando em Coimbra, só alguns anos depois, em 1877, encontramos referência explícita a artefactos da Idade do Bronze, mais precisamente no *Catálogo dos objectos existentes no Museu do Instituto de Coimbra*,

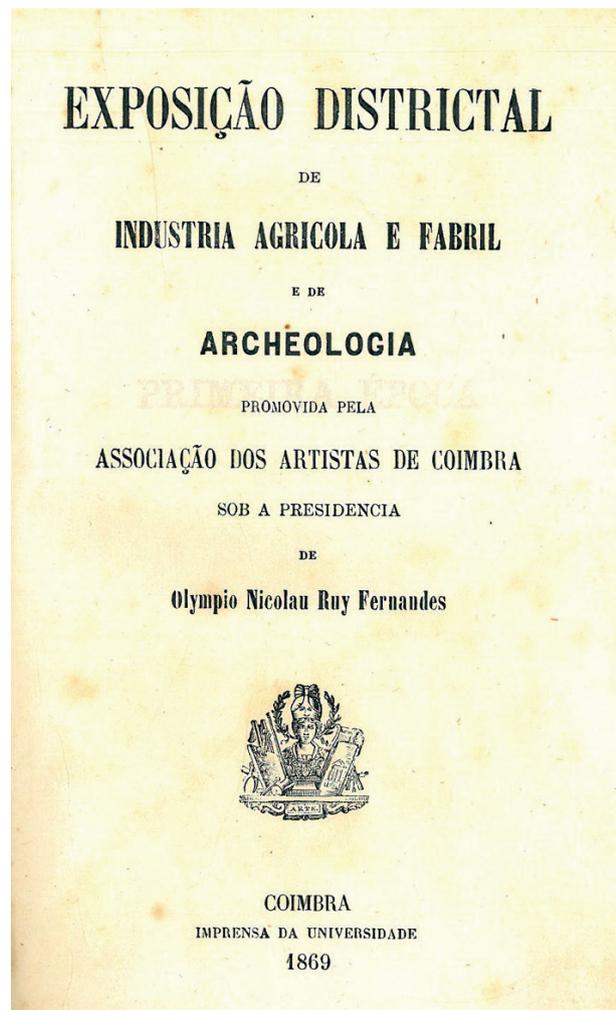


Fig. 1 – Capa do livro relativo à *Exposição Districtal de Industria Agricola e Fabril e de Archeologia*, 1869, promovida pela Associação dos Artista de Coimbra.

<sup>2</sup> Designadamente, o Museu Archeologico do Carmo, em Lisboa, criado em 1866 por Possidónio da Silva.

<sup>3</sup> No momento destas primeiras descobertas, António dos Santos Rocha, o grande obreiro de Santa Olaia, como é bem sabido, tinha apenas 16 anos, estando muito longe de se dedicar à arqueologia; só chegaria a Coimbra um ano depois da exposição, em 1870, para frequentar o 1º ano de Direito (*Anuario da Universidade de Coimbra, no anno lectivo de 1870 para 1871*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 64).

<sup>4</sup> Em estudo pela autora conjuntamente com João Luís Cardoso.

organizado por Ayres de Campos<sup>5</sup>. Aí são listados oito machados de bronze provenientes do Alentejo, nomeadamente do distrito de Évora, oferecidos por Gabriel Pereira e por Augusto Fillipe Simões, este o também autor da *Introdução à Archeologia da Peninsula Iberica*, livro publicado no ano seguinte, e onde faz menção a machados e à espada de lingueta aparecida na zona de Elvas em circunstâncias desconhecidas, acompanhados já de imagens (Fig. 2) (CAMPOS, 1877, p. 4; 1883, p. 2-4; SIMÕES, 1878, p. 116 e 120).

Além de descoberta, esse era também – e continuaria a sê-lo –, um tempo em que, investigadores e amantes de coisas antigas, muitos deles com verdadeiras redes montadas de ‘colaboradores-colectores’<sup>6</sup>, se movimentavam (e, com eles, os objectos que eram encontrados, vendidos, doados, trocados, destruídos), procurando o rasto de peças arqueológicas, para as suas colecções particulares, para os seus museus, cultivando uma estratégia peculiar de obter poder, pessoal e institucional, e reconhecimento dos seus pares. A título de mero exemplo, veja-se excerto da missiva, datada de 1904, dirigida a Leite de Vasconcelos e o modo como se expressa o ‘colaborador’, felicitando o então director do Museu Etnologico Português pela “caçada de oito machados de bronze” e, com ironia, dizendo-lhe ainda que “regressará bronzeado de todo” (ref. MARTINS, 2008, p. 215, nota 4).

Naquele último quartel do séc. XIX, mas em Lisboa, também cuidava do assunto Possidónio da Silva que, nas *Noções Elementares de Archeologia*, faz brevíssima e genérica referência a machados de bronze (SILVA, 1878, p. 20-21). Porém, o interesse por artefactos de bronze vinha de antes, de 1866, conforme observa A. C. Martins, quando apareceu o machado de alvado e duplo anel encontrado no Escoto, perto da Abrigada (Alenquer) (MARTINS, 2003, p. 252, nota 437). Como também já antes tinha sido sublinhado, esse machado terá protagonizado uma das primeiras notícias arqueológicas na imprensa portuguesa, em concreto o *Diário de Notícias* de 25/01/1867, dele se tendo então ocupado Pereira da Costa (DOMINGOS & GOMES, 1994: 9).

Possidónio da Silva apresentaria depois, em 1880, no *Congrés International d’Anthropologie et d’Archéologie Préhistoriques* um trabalho específico, curto, mas inteira e exclusivamente dedicado a machados de bronze,



Fig. 2 – Espada da região de Elvas encontrada em circunstâncias desconhecidas (segundo SIMÕES, 1878, fig. 71, à esquerda, e foto de C. Bottaini, à direita).

<sup>5</sup> Era então o Instituto de Coimbra (1852-1981) uma prestigiada agremiação académica (científica e literária) que se organizava em classes e secções. Em 1873 é proposta a criação de uma Secção de Archeologia, oficializada no ano seguinte, e que tinha como prioridade a construção de um museu, o que aconteceu.

<sup>6</sup> Sobre o assunto, veja-se o interessante estudo de Elisabete Pereira (PEREIRA, 2018, p. 25-26, 56-57).

portugueses e estrangeiros, que serviram de comparação (SILVA, 1883a; 1884)<sup>7</sup>. No âmbito da Idade do Bronze, dedicaria ainda um texto à ourivesaria, em concreto à ‘argola de Penela’ (SILVA, 1883b), objecto a que se perderia o rasto em 1910, aquando da implantação da República. O itinerário deste colar de ‘tipo Sagrajas-Berzocana’, paradigmático exemplo do que se entende como ‘objectos fronteira’ (PEREIRA, 2018, p. 66), foi traçado em síntese recente (VILAÇA, 2015, p. 33-37).

Os machados de Ferreira de Aves (Sátão) e de Roriz (Minho) (Fig. 3), pelas suas grandes dimensões e, especialmente, por terem “duas azas e extremidade chata”, justificariam que falasse de um “tipo especial”, afirmando premonitoriamente que “essa indústria foi criada no nosso solo possuindo um carácter novo e especial” (SILVA, 1882: 45).

A existência dos cones de fundição, que levaram depois Luis Siret a considerar essa categoria de machados, muito chumbados, como votivos (SIRET, 1913), não terá sido plenamente compreendida por Possidónio da Silva, mas o reconhecimento do tipo como “indígena” sim, tratando-se da mais expressiva produção de machados tardios do Noroeste, que Obermaier baptizará de ‘tipo galaico-português’, e que ficou plenamente demonstrado na conhecida obra que Monteagudo dedicaria aos machados peninsulares (MONTEAGUDO, 1977).

Passados mais de 140 anos do trabalho pioneiro de Possidónio da Silva, o estudo desse tipo de machados prossegue. Entre as problemáticas que estão na ordem do dia conta-se a que discute a sua inserção numa rede regional de trocas indígenas para alimentar as necessidades de procura do ‘mercado fenício’, através de um produto estandardizado destinado à exportação (GALÁN, 2005). Concomitantemente, pela acentuada homogeneidade de tamanhos e de pesos desses machados, este investigador advogou que teriam a função de ‘divisa’, i.e., um meio de troca com valor reconhecido (GALÁN, 2005, p. 470-471; GALÁN & RUIZ-GÁLVEZ, 1996).

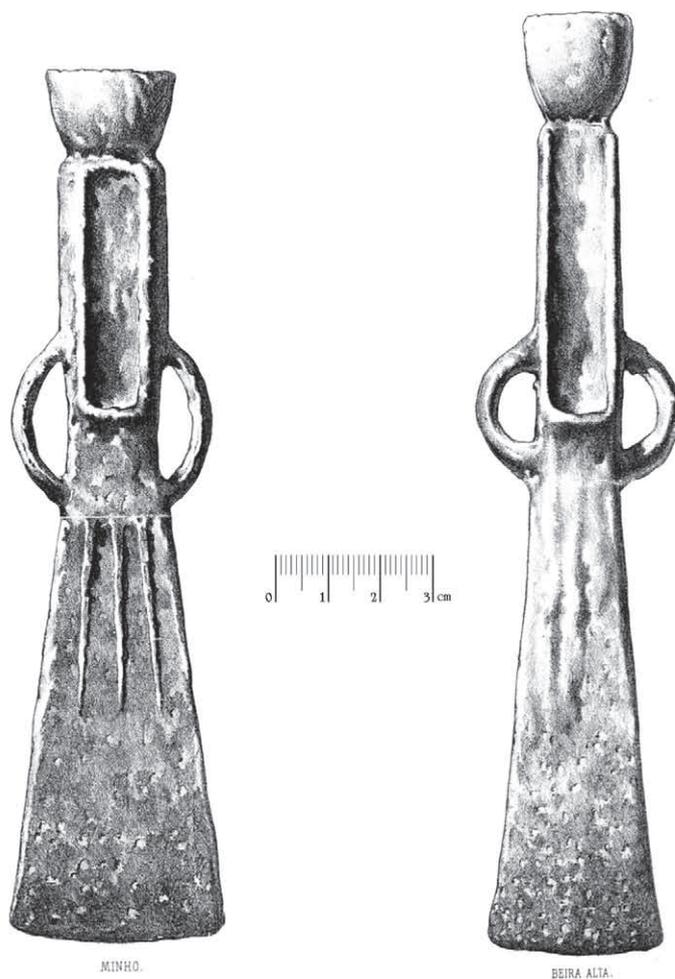


Fig. 3 – Machados de Roriz, à esquerda, e de Ferreira de Aves, à direita (segundo SILVA, 1883a, est. 36, adaptado).

<sup>7</sup> Sobre as considerações de Possidónio da Silva a respeito dos machados, veja-se comentário de Estácio da Veiga (VEIGA, 1889: 340) e a análise de pormenor que faz a alguns daqueles (VEIGA, 1891: 221-225). Para outras informações veja-se ainda MARTINS, 2003, p. 252-253.

Note-se que é esta categoria de machados a materializar os depósitos de bronze mais tardios, a entrar já na Idade do Ferro, frequentemente com elevado número de peças (em particular se comparados com outras categorias de depósitos) e, ao mesmo tempo, representando um fenómeno marcadamente regional (VILAÇA, 2006, p. 81-83). A composição das suas ligas, em regra com elevado teor de chumbo, que os torna pouco ou nada funcionais, concorre no sentido de poderem ser entendidas como peças com forma de machado, mas não machados.

O inequívoco interesse das problemáticas que colocam justifica que se encontre a decorrer um projecto de investigação internacional coordenado por Xosé-Lois Armada<sup>8</sup>, que incluiu, para a parte portuguesa, o estudo de cerca de sete dezenas de machados de talão com cone de fundição. Um dos principais objectivos do projecto visa conhecer melhor o processo de fabrico destas peças, nomeadamente a compreensão dos elevados teores de chumbo no modo como este se distribui ao longo do corpo, lâmina, talão e cone. Com efeito, é notória a descontinuidade entre a composição do corpo dos machados e a dos cones de fundição, onde pode ocorrer a presença de expressivos núcleos de chumbo (Fig. 4).



Fig. 4 – Fragmentos de machados de talão com cone de fundição e núcleo de chumbo de proveniência desconhecida da província de Lugo (Foto Projecto ATLANTAXES).

<sup>8</sup> Projecto ATLANTAXES – “Producción y deposición masiva de bronzes plomados en la transición Bronce Final-Edad del Hierro de la Europa atlántica” (HAR2017-84142-R), que tem na equipa, da parte portuguesa, Carlo Bottaini e a autora deste texto.

## 2 – CONTINUANDO, COM AS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Em finais do século XIX, outras obras de grande fôlego, ainda que aparentemente só de vocação regional, como as *Antiguidades Monumentais do Algarve* (VEIGA, 1886, 1887, 1889, 1891), não deixam de abarcar, a uma escala nacional, diversos registos importantíssimos sobre a última etapa da Idade do Bronze, tal como esta não deixa de estar presente, se bem que diluída e de modo bem distinto, nas *Religiões da Lusitânia*, obra que marca a transição para o novo século (VASCONCELOS, 1897, 1905, 1913).

Será o investigador que trouxe o Algarve para a arqueologia a valorizar, pela primeira vez de modo consequente, a riqueza e diversidade dos recursos mineiros portugueses com evidências da sua exploração pré-histórica, o que lhe permitiu defender a autonomia das produções peninsulares, designadamente de machados (VEIGA, 1891, p. 165-168; 232).

Ao mesmo tempo, na viragem do século, multiplicam-se as publicações avulsas dedicadas à Idade do Bronze, através de artigos, que continuam a dar ênfase aos objectos metálicos com os quais aquela se identificava. Além dos castros e de outros povoados sobre os quais quase nada se sabia, pouco mais havia para se poder contar como tinha sido na Idade do Bronze.

Por isso, tão reveladores são os textos assinados por Leite de Vasconcelos e por Tavares Proença, que dão a conhecer, no raiar do século XX, a existência de estelas, estátuas-menires e tampas sepulcrais da Idade do Bronze de distintas cronologias (Fig. 5) (PROENÇA, 1905; VASCONCELOS, 1906). Eis um tema transversal a quase todas as gerações que se seguiram, mas que só conheceria a primeira sistematização, à escala peninsular, nos anos 60 (ALMAGRO BASCH, 1966) e, uma década depois, numa das principais sínteses que se escreveram sobre o assunto (GOMES & MONTEIRO, 1977).

Tema que continua hoje, inesgotável: pela acumulação crescente de dados, pela multiplicação e diversificação de problemáticas, pela conquista de novos territórios, pela revisão cronológica, pelas revolucionárias metodologias de registo e de leitura, demonstrando que há muito caminho por fazer (v.g. VILAÇA, coord. 2011; DÍAZ-GUARDAMINO & WHEATLEY, 2015).

Em 1924 a casa editora Figueirinhas dava à estampa *Os Povos Primitivos da Lusitânia*, de Mendes Corrêa, até certo ponto prelúdio do que apresentará quatro anos depois na *História de Portugal* e onde, nesta, ao contrário daquela, a Idade do Bronze perde estatuto autónomo, como capítulo, surgindo associada aos “Pré-Celtas dos dólmenes, das grutas e das cistas” (CORRÊA, 1924, p. 223-248; 1928, p. 114-156).

Aí encontramos o primeiro ensaio de distribuição tipológica de machados em termos cartográficos, permitindo ao autor tecer, de acordo com o enquadramento epistemológico da época e da sua própria formação, considerações sobre as supostas áreas de povoamento, de “desenvolvimento e de atraso cultural” da Idade do Bronze (CORRÊA, 1924, p. 235-236, fig. 25).

Impacto com consequências bem maiores na investigação futura teve o seu trabalho sobre as necrópoles de incineração da zona de Alpiarça, pelos dados que lhe chegaram às mãos. Reveladas já antes, em 1916, no decurso de trabalhos agrícolas, a sua divulgação será feita através das imagens e notas que lhes dedicou na popular ‘História de Barcelos’ (CORRÊA, 1928: 145-147), mas também em outros trabalhos dispersos (VILAÇA, *et al.*, 1999, com compilação exaustiva da bibliografia).

Passados mais de 100 anos após essas primeiras descobertas e, não obstante os importantes contributos que foram sendo prestados por distintos investigadores, permanecem várias questões em aberto. Por isso, quem se debruçar sobre o mundo da morte no Bronze Final do Ocidente peninsular, muito em especial, no que toca as práticas de incineração com deposição em urna, não poderá deixar de visitar sempre Alpiarça.



**Fig. 5** – Antiga Capela do Convento de Santo António (Castelo Branco), observando-se em 1º plano o menir, à direita, e as estátuas-menires, ao centro e à esquerda, encontrados por Tavares Proença Júnior, autor da fotografia (1910) (Foto Museu Francisco Tavares Proença Júnior, Câmara Municipal de Castelo Branco).

Em recente revisão desta problemática, onde se sistematizaram os dados disponíveis para o Centro de Portugal, foi sublinhado o quanto terá sido importante na disseminação de tais práticas a “Linha do Tejo” como eixo privilegiado na mobilidade de pessoas, de objectos e de ideias, sendo na sua envolvência que ocorrem algumas das mais interessantes situações, se bem que cada qual expressando-se por importantes especificidades (VILAÇA, 2017, p. 114-116; VILAÇA & CARDOSO, 2017, p. 260). Tais são os casos das duas estruturas subcirculares do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo), uma delas com urna *in situ* e ossos no seu interior (Fig. 6), o primeiro caso que foi cientificamente escavado (Cardoso *et al.*, 1998), e o do *tumulus* de Souto 1 (Abrantes), escavado já neste século por Ana Cruz, com púcaro, ossos e fragmentos de bronze depositados em grande urna (Fig. 7-1 e 7-2) (BELTRAME *et al.*, 2018).

Mas não só o Tejo. Os rituais de incineração em contentor cerâmico incorporam geografias mais alargadas, designadamente para norte, como bem mostra o achado de Paranho (Tondela) revelado naqueles distantes anos 20 e depois estudado de modo exemplar por Domingos Cruz (CRUZ, 1997). Achado então considerado correctamente da Idade do Bronze, sim, mas também com a anotação de “transição das antas para as cistas”, conforme se lê em ‘Caderno manuscrito’ de José Coelho, investigador viseense que recolheu, preservou e divulgou esses achados (Fig. 8-1 e 8-2) (COELHO, 1925).



**Fig. 6** – Estrutura 2 do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo), observando-se na área rebaixada e do lado esquerdo a sub-estrutura 3, onde se encontrava a urna, incompleta, com ossos calcinados (Fotos de J. L. Cardoso, adaptadas).



Fig. 7.1 e 7.2 – Distintas fases de escavação da urna e púcaro do *tumulus* de Souto 1, observando-se esquirolas dos ossos calcinados e fragmentos de bronze no seu interior (Foto de Ana Cruz).

O ritual de incineração em si não pode igualmente ficar aprisionado aos finais da Idade do Bronze, nem a eixos de disseminação muito precisos, uma vez que os seus testemunhos se conectam com áreas geográficas e culturais de distintas zonas da Península Ibérica, com forte expressão na Catalunha, além de recuar ao III milénio a.C., pelo menos (VILAÇA, 2017: 111-112, com bibliografia da especialidade).

O tratamento da morte em finais da Idade do Bronze foi manifestamente diferencial, até pela parcimónia da sua visibilidade, mas incluindo também, além de outros, rituais de inumação tão eloquentemente expressos no singular exemplo da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (*vd. infra*), onde coisas e pessoas se associam a itinerários traçados conforme o narrador, de que copiosa bibliografia dá conta (v.g. SPINDLER *et al.*, 1973-1974; CARDOSO, 2000; VILAÇA & CUNHA, 2005).

### 3 - PELO SÉCULO XX ADIANTE

Entretanto, e avançando, porque não é objectivo deste texto fazer uma história linear e cadenciada da investigação sobre a Idade do Bronze, nem sequer uma síntese sobre esse percurso, nas últimas quatro décadas, a investigação, ao mesmo tempo que acelerou o processo cumulativo de evidências empíricas, encarregou-se também, e sobretudo, de as multiplicar quanto à sua natureza e qualidade, hoje incomparavelmente mais diversa, mais consistente.

No início, e ainda durante muito tempo, predominaram os dados ditos ‘fora de contexto’, que se revelavam sem aviso (como sucedeu com os dados de Alpiarça antes mencionados, perdendo-se toda a informação sobre a organização espacial das necrópoles) e se foram reunindo nos museus e em colecções particulares. É este um campo de investigação a não negligenciar pelo ineditismo com que muitos permanecem, ou pela potencialidade de estudo de outros, mesmo que já amplamente conhecidos. Como adiante se verá, diversos investigadores tiraram o melhor partido dessa situação e abriram caminho a emergentes gerações de outros.

Por outro lado, distintos enquadramentos epistemológicos com novos questionários, ou reabilitando paradigmas antigos, a par de inovadoras ferramentas metodológicas de

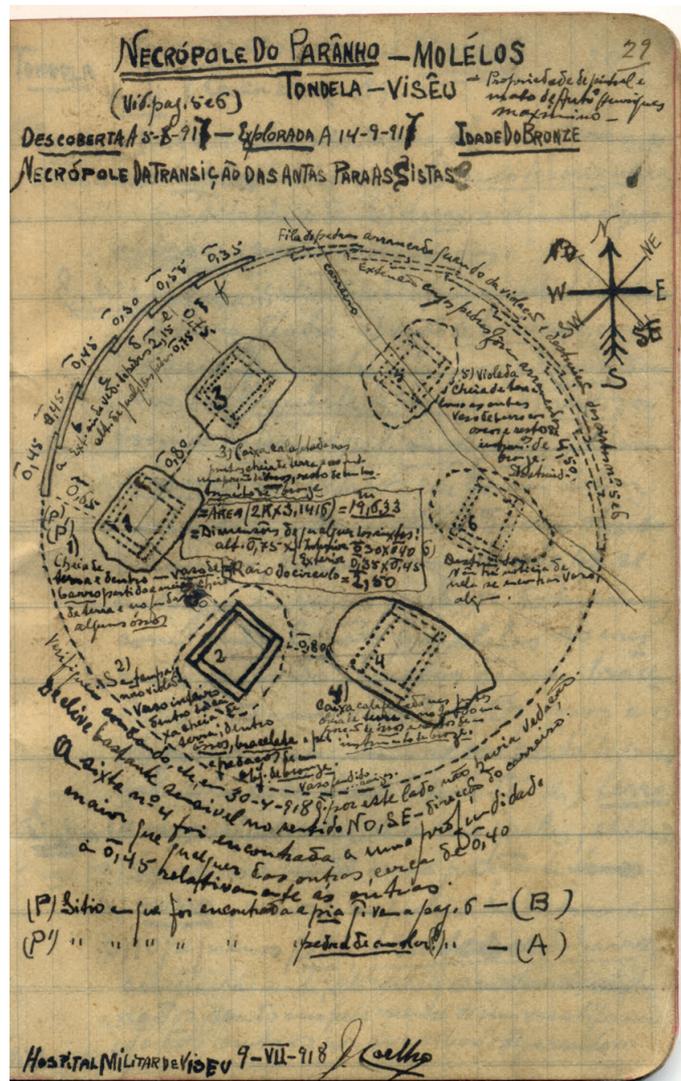


Fig. 8.1 – Necrópole do Paranho, Tondela. Esboço registado em ‘Caderno manuscrito’ de José Coelho, com data de 9.07.2018 (segundo VILAÇA, 2017, Est. I).



**Fig. 8.2** – Necrópole do Paranho, Tondela. Urnas com ossos calcinados em exposição na ‘Sala José Coelho’, Viseu (segundo VILAÇA, 2017, Est. II 1).

registo e de análise perspectivadas em termos interdisciplinares têm contribuído de sobremaneira, desde anos mais recentes, para construir de forma sólida o conhecimento sobre o Bronze Final, conhecimento permanentemente renovável como é apanágio da ciência.

Entre esses questionários, destaque-se, por ser dos mais recentes, o tema das migrações, que regressou e regressaram às narrativas arqueológicas numa versão aparentemente mais *soft*, já não pautadas pelo difusionismo e violência nem travestidas em modelos de centro-periferia, mas perspectivadas enquanto estratégia social. Em associação directa coloca-se o problema da mobilidade humana, sendo de eger nesse campo os estudos de DNA e os de isótopos estáveis de estrôncio sobre restos humanos e de animais. Todavia, este é um eixo investigativo com mais futuro do que presente no que ao Bronze Final português diz respeito, ao contrário do que se está a fazer para o Neolítico e o Calcolítico, que se adiantaram, como recentemente foi sublinhado (VILAÇA & BAPTISTA, 2020, p. 24).

Por motivos opostos, i.e., pela forma reiterada com que surge na bibliografia, é o incontornável tema das relações Oriente-Occidente (e vice-versa) durante o Bronze Final e, claro é, tema que muito ganhará quando a problemática antes referida for explorada e aplicada a casos de estudo com enquadramento cronológico similar.

Efetivamente, quem se debruçar sobre esta etapa sabe também, ou cedo se aperceberá, da indissolúvel ligação entre o Atlântico e o Mediterrâneo onde é possível configurar áreas privilegiadas de conectividade se bem que com interlocutores distintos e intensidade também diversa em função do tempo e do espaço. Esses mundos, que o Occidente peninsular foi filtrando pelo poder de agenciamento das sociedades indígenas, traduziram-se num conjunto assaz sugestivo de materialidades. Essas materialidades, tangíveis e intangíveis, foram incorporadas,



Fig. 9-1 – Espelho do nuraghe San Pietro (Nuoro), Museu Arqueológico Nacional de Nuoro (Sardenha) ([https://it.wikipedia.org/wiki/Nuraghe\\_San\\_Pietro](https://it.wikipedia.org/wiki/Nuraghe_San_Pietro)).

adaptadas, recriadas, talvez nem sempre com pleno entendimento dos seus significados por diversas comunidades do território hoje português (VILAÇA, 2013). Esse processo, ao mesmo tempo de assimilação e de re-significação, que se adensou na viragem do II para o I milénio a.C., ganhando expressiva visibilidade em insuspeitas geografias mais interiores, permanecerá transmutado em novos contextos geo-históricos.

É sabido que a forma como os investigadores identificam essas conexões é plural. Procuram-se similitudes entre artefactos tangíveis, analisando a forma, a técnica, o estilo, aspectos que também permitem detectar as diferenças e, conseqüentemente, a criatividade particular de cada um. Comparem-se o cabo do espelho do nuraghe de San Pietro (Nuoro), com a característica decoração entrançada obtida pelo método da cera perdida, e os ‘tranchets’ da Senhora da Guia de Baiões (S. Pedro do Sul), cujos cabos são também alveolados, porém não decorados, ainda que aquela técnica decorativa de cariz sardo-sírio-cipriota fosse conhecida pelos carrinhos votivos do sítio beirão (Fig. 9-1 e 9-2). Identificam-se paralelos a nível iconográfico, estratégia escorregadia



Fig. 9-2 – Tranchets de Nossa Senhora da Guia de Baiões (Foto de B. Armbruster).

mas desde sempre praticada e não dispensável (*vd. infra*). Ambiciona-se a validação em laboratório com recurso à caracterização de objetos ou de matérias-primas na óptica da proveniência.

Neste campo, o âmbar de origem báltica, ou sucinite, é um dos mais elucidativos exemplos (Fig. 10-1), sendo certo que o caminho percorrido desde o Báltico até ao território português não foi necessária nem provavelmente directo, nem, tão-pouco, será o laboratório a indicá-lo, mas terão de ser antes os arqueólogos a perscrutá-lo (VILAÇA *et al.*, 2002, p. 77; VILAÇA, 2020, p. 49). Sabemos que chegaram materiais, como contas de colar (Fig. 10-2), mas também matéria em bruto, como testemunham alguns dos achados, pelo menos, de Baiões<sup>9</sup> (VILAÇA *et al.*, 2002; MURILLO-BARROSO & MARTINÓN-TORRES, 2012; ODRIÓZOLA *et al.* 2017; MURILLO-BARROSO *et al.*, 2018).

Convém sublinhar que os itinerários de bens e de produtos implicam, antes de tudo, um problema de escala. Quando a análise se foca na macro escala, ela incide em particular sobre os designados ‘bens de prestígio’, como o âmbar ou objectos de uso excepcional, mais fáceis de identificar devido à sua raridade ou exotismo, como acontece com as pegas de Pé do Castelo (Beja) e do depósito de Monte Sa Idda (Sardenha), ambas testemunho de engenhoso trabalho obtido pelo método da cera perdida (*vd. supra*) e sabe-se lá de que modo seriam utilizadas (Fig. 11). Como ‘bens de prestígio’, decerto só acessíveis a uma escassa minoria, traduzem ainda a existência de profundas divergências sociais – também marca da época – ao mesmo tempo que deixam na penumbra a essência da sociedade. Com eles poderemos fazer a história das elites mas não a das comunidades.

Só acedendo aos contextos e micro-contextos em que estas tiveram assento, os espaços de todos os dias, e como os habitaram, relacionando-se entre si e com esses mesmos espaços, no sentido da ideia de “dwelling perspective” (INGOLD, 2000, p. 153), onde aquelas, as elites, não obstante, também se incorporavam, habi-



Fig. 10.1 – Distribuição de âmbar em contextos do Bronze Final em Portugal. A vermelho, sucinite, a verde, não analisadas.

<sup>9</sup> Este, o da circulação de âmbar em bruto, é um assunto a merecer atenção e que deverá ter adquirido maior expressão durante a Idade do Ferro (vg. a sua presença no naufrágio de Bajo de la Campana, Múrcia).

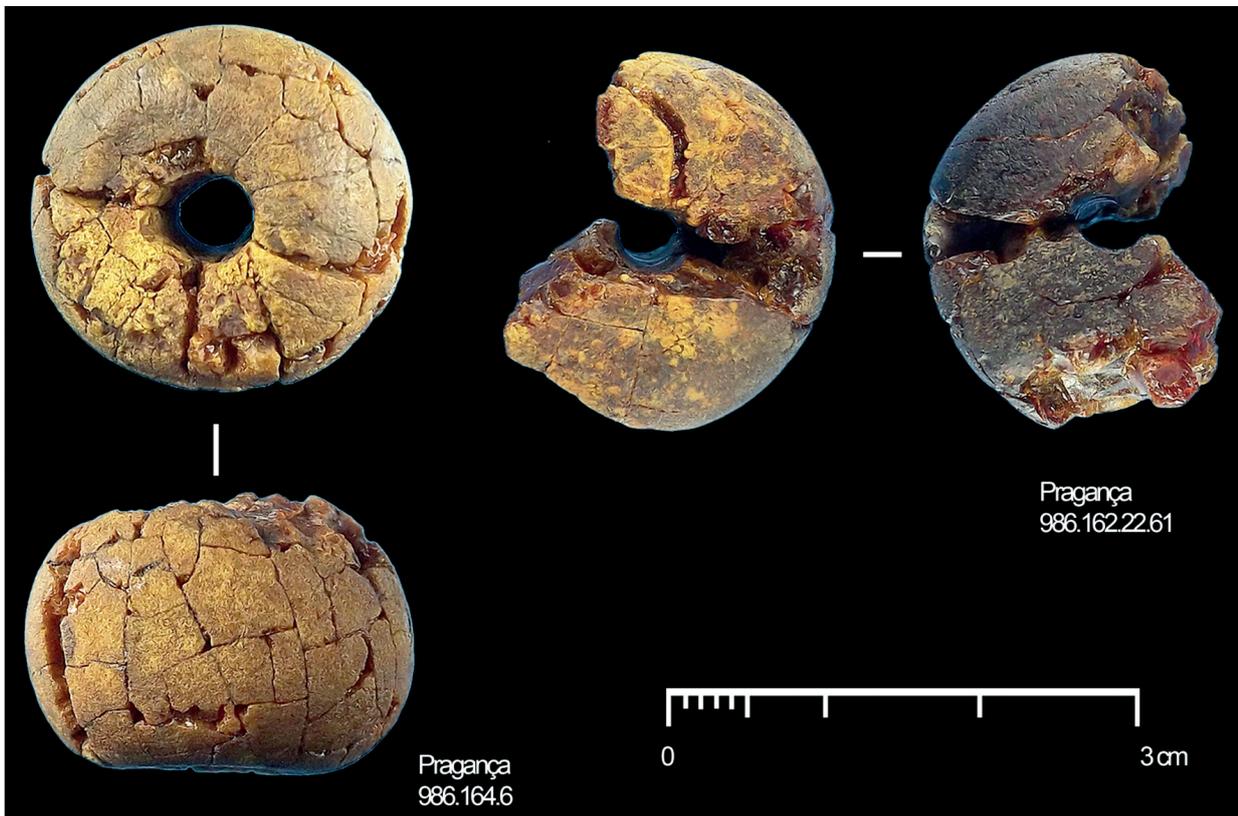


Fig. 10.2 – Contas de colar em âmbar de Pragança (segundo ODRIOZOLA *et al.*, 2017, Fig. 11).

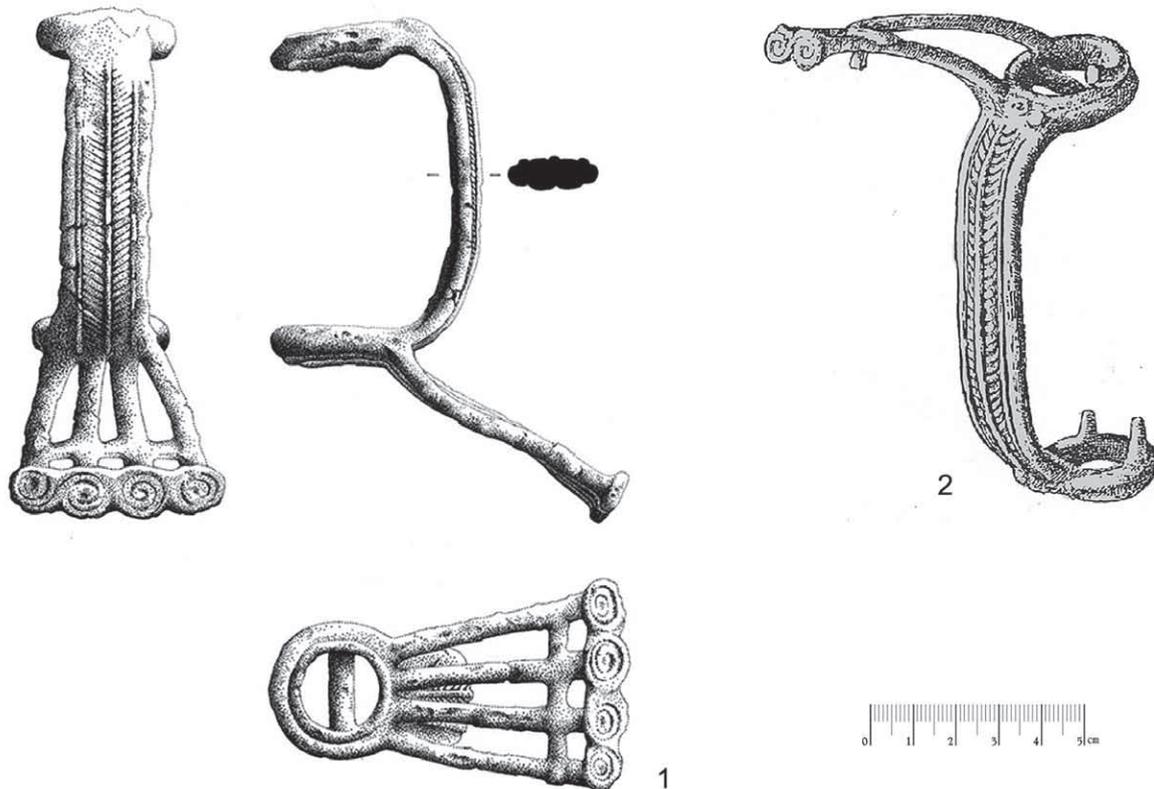


Fig. 11 – Objectos em forma de pega, mas de uso concreto desconhecido, de Pé do Castelo (Beja), à esquerda, e do depósito de Monte Sa Idda (Sardenha), à direita (segundo VILAÇA, 2013, Fig. 8).

tando-os, poderemos pensar que conseguimos captar de alguma forma o todo social, o que não significa que o façamos. E sem esquecer que o Bronze Final também é feito de um fugidio mundo dos mortos e materializado por práticas absurdas, na perspectiva de hoje, de acumulação de metal e de descarte de coisas úteis ou até mesmo produzidas e nunca utilizadas.

É sobretudo naqueles espaços, entendidos igualmente como lugares praticados (CERTEAU, 1990, p. 173), e na forma como as pessoas se articularam entre si e com os vizinhos, e com os territórios, em rotinas diárias ou em função das estações do ano, explorando-os, demarcando-os física e conceptualmente, ou deles se apropriando, inclusive a nível emocional, que se terão fomentado sentimentos de pertença, de identidade, de hereditariedade, com ou sem conflitualidade efectiva.

No âmbito da perspectiva historiográfica subjacente a este texto, esta linha de pesquisa – a escavação dos lugares habitados – revela-se-nos como critério luminoso para estabelecer, é certo de modo minimalista e obviamente discutível e subjectivo, duas grandes etapas na investigação do Bronze Final em Portugal. Essas etapas entrelaçam-se, foram-se entrelaçando, através de um ‘separador’ que compaginamos com os intensos e híbridos anos 70 do século passado.

Intensos, porque a investigação acelerou e ganhou escala, nas universidades e fora delas, conquistando outros actores, para o que muito contribuiu a abertura e democratização do país que só a Revolução de Abril permitiria.

Híbridos no sentido em que são anos de afirmação de uma forma de pesquisa assente em paradigmas tipológicos, com um longo passado, alguns deles passadistas, que continuam, altamente dependentes do artefacto, das colecções museológicas; e, ao mesmo tempo, são anos em que se ensaiam pistas investigativas com novos horizontes, desenvolvidos nas décadas seguintes, e que têm como pilares estruturantes o sistemático trabalho de campo, o estudo dos lugares, dos territórios, das paisagens culturais, nas inúmeras potencialidades que oferecem.

Entre os trabalhos mais recentes que se colocam nesta linha conta-se o que teve origem no colóquio “Sistemas de povoamento do território português no decurso do Bronze Final” e que foi publicado sob a forma de dossiê temático nas páginas desta revista (AA.VV., 2013). No ano seguinte, com outros contributos, realiza-se nova reunião para tratar “A Idade do Bronze em Portugal: os dados e problemas” (AA.VV., 2014).

É óbvio que nunca se saiu do campo e sem ele não se teriam produzido relevantes e inovadores conhecimentos. Dificilmente encontraremos melhor exemplo que o do chamado Bronze do Sudoeste, com o qual Schubart demonstrou a sua autonomia em obra de referência impensável sem trabalho de campo (SCHUBART, 1975). A discussão do conceito, que engloba, se bem que lateralmente a última etapa da Idade do Bronze, foi alvo de recente síntese valorativa muito bem feita (SILVA & SOARES, 2018).

Mas a norma passará a ser, a partir daqueles anos 70 (com todos os desvios que sempre sucedem), o enquadramento do trabalho de campo em projectos estruturados, com objectivos definidos, com metodologias adequadas e apoiados em quadros conceptuais de referência.

Aquela é também a década da revelação de sítios emblemáticos, porque sempre presentes e discutíveis, como a Senhora da Guia de Baiões (S. Pedro do Sul) (SILVA, 1978; 1979) (*vd. infra*), ou a Roça do Casal do Meio (Sesimbra) (Fig. 12-1 e 12-2) (SPINDLER *et al.*, 1973-1974). Basta lembrar um pormenor, não de somenos: ambos informaram de que se alimentavam as pessoas, no dia-a-dia, com trigo, cevada, milho miúdo, bolota e leguminosas, ou no momento de despedida dos seus mortos, onde rituais de comensalidade envolvendo restos de cabra e de carneiro terão sido importantes, temas até então ausentes da investigação e que alcançaram em tempos mais recentes relevante importância.



Fig. 12.1 – *Tholos* da Roça do Casal do Meio (foto cedida por J. L. Cardoso, arquivo O. da Veiga Ferreira/J. L. Cardoso, 1972).



Fig. 12.2 – Pormenor da câmara da Roça do Casal do Meio (vista para SW) após limpeza em 2014 (Foto de Palimpsesto Ldt.<sup>a</sup>).

A década de 70 é igualmente a que passará a contar com as primeiras datas de Carbono 14 para o Bronze Final, numa altura em que tal método tinha ainda entre nós, como se sabe, limitada aplicação. Esses primeiros resultados foram obtidos a partir da análise de madeira preservada nos alvados de duas pontas de lança, uma daquele povoado beirão, encontrada nas escavações aí realizadas em 1973 (KALB, 1974-1977; SILVA, 1978, p. 528), a outra do Monte da Penha (Guimarães) (CARDOZO, 1970: 95), qualquer um deles possuindo grande desvio-padrão (GrN 7484: 2650±130 BP, a de Baiões; s/ref.: 2880±65 BP, a da Penha). Note-se que são ainda os artefactos, e não carvões ou restos alimentares provenientes de contextos estratigráficos, a proporcionar esses resultados. Baiões dispõe hoje de mais três datações absolutas, estas muito coerentes e já discutidas, além de uma quinta, inédita (VILAÇA, 2008, p. 384-385).

Em suma, contando já com quase 150 anos de investigação, o conhecimento sobre as derradeiras etapas da Idade do Bronze foi sendo construído num continuum, mas conhecendo mudança expressiva, a nível de conteúdos, de metodologias e de paradigmas, a partir da década de 70 do séc. XX.

#### 4 – O NOME DAS COISAS E A SUA SUSTENTÁVEL PRESENÇA

Durante o Bronze Final as comunidades, mais do que construtoras de grandes e complexas estruturas, que se limitam a situações pontuais, designadamente de natureza protectora como bem expressa, a título de exemplo, o caso da muralha do Outeiro do Circo (Beja) (SERRA, 2014), foram comunidades de hábeis artífices, do metal (v.g. o método da cera perdida, os sistemas de rebitagem), da cerâmica (v.g. cerâmica de ‘tipo Lapa do Fumo’), que se manifestaram através de objectos e da sua manipulação.

Como se sabe, esse foi também um período de particular capacidade de acumulação de bens materiais metálicos (bronze e ouro) ocultados intencionalmente sob a forma de depósitos, de cariz ritual ou outro, e que poderiam ser tomados como ‘marca de água’ de uma época de difícil discernimento. Por isso, também os depósitos estiveram sempre presentes como objecto de estudo, tendo merecido, nos últimos 20 anos, renovado interesse através de diversas publicações avulsas de distintos investigadores, para além de um texto monográfico de maior fôlego que sistematizou e discutiu dados, problemáticas e metodologias sobre o assunto, bem assim como um trabalho académico correspondente a tese de doutoramento (VILAÇA, 2006; BOTTAINI, 2012).

Portanto, o conhecimento sobre o Bronze Final tem sido construído em boa parte com artefactos, muito em especial com artefactos metálicos. Assim foi, designadamente durante o séc. XX, não admirando que os principais eixos orientadores dessas abordagens tenham sido durante muito tempo: o rastreio de objectos metálicos desvalorizando contextos; tenham resultado numa apurada análise da sua tipologia mas não da metalurgia, negligenciando-se a cadeia operatória da sua produção; tenham colocado a tónica na tipologia comparada, dando-lhe visibilidade em termos cartográficos como reflexo da circulação de tipos sobretudo a nível da macro escala; tenham utilizado os metais como elementos legitimadores de construções histórico-culturais e de entidades arqueológicas discretas, a que foi dado um nome.

O nome das coisas e dos conceitos em arqueologia é indispensável. A sua proliferação, por vezes com designações distintas mas reportando-se às mesmas entidades arqueológicas, é de evitar; o ruído que tal origina não é benéfico para a investigação.

Os conceitos que se inventam visam nomear algo e, ao nomear, identificamos, logo, fazemos existir (LEHOËRFF, 2008, p. 11). A biografia dos conceitos espelha assim, também, o próprio evoluir da ciência arqueológica.

Por exemplo, um dos principais tipos do Bronze Final, a cerâmica de ‘tipo Beira Alta’, foi designação cunhada pelo cónego Celso Tavares da Silva que, pela primeira vez, a valorizou (SILVA, 1978, p. 191) (Fig. 13). Esta categoria de cerâmica, logo depois denominada de ‘tipo Baiões’<sup>10</sup>, com cerca de 3000 anos, ‘não existia’, porém, no tempo de Leite de Vasconcelos, porque não tinha sido, então, ainda nomeada, i.e. reconhecida pela sua especificidade. Não obstante, quem a dá a conhecer em primeira mão através da publicação de um fragmento do castro da Sr.<sup>a</sup> do Bom Sucesso de Chã de Tavares (Mangualde) é o director do Museu Ethnológico Português (VASCONCELOS, 1917, p. 116, fig. 19).

Nomear no plano circunscrito dos tipos e tipologias que se criam, desde que estes e estas sejam alvo de definição e utilizados na justa medida com que são ou foram criados, parece ser incontornável e de óbvia utilidade. Esta questão também não é de somenos, uma vez que os conceitos, tal como as coisas e as pessoas, têm o seu próprio itinerário, ou seja, podem ser desvirtuados adquirindo significado distinto daquele que tiveram na origem e podem também mudar de nome.

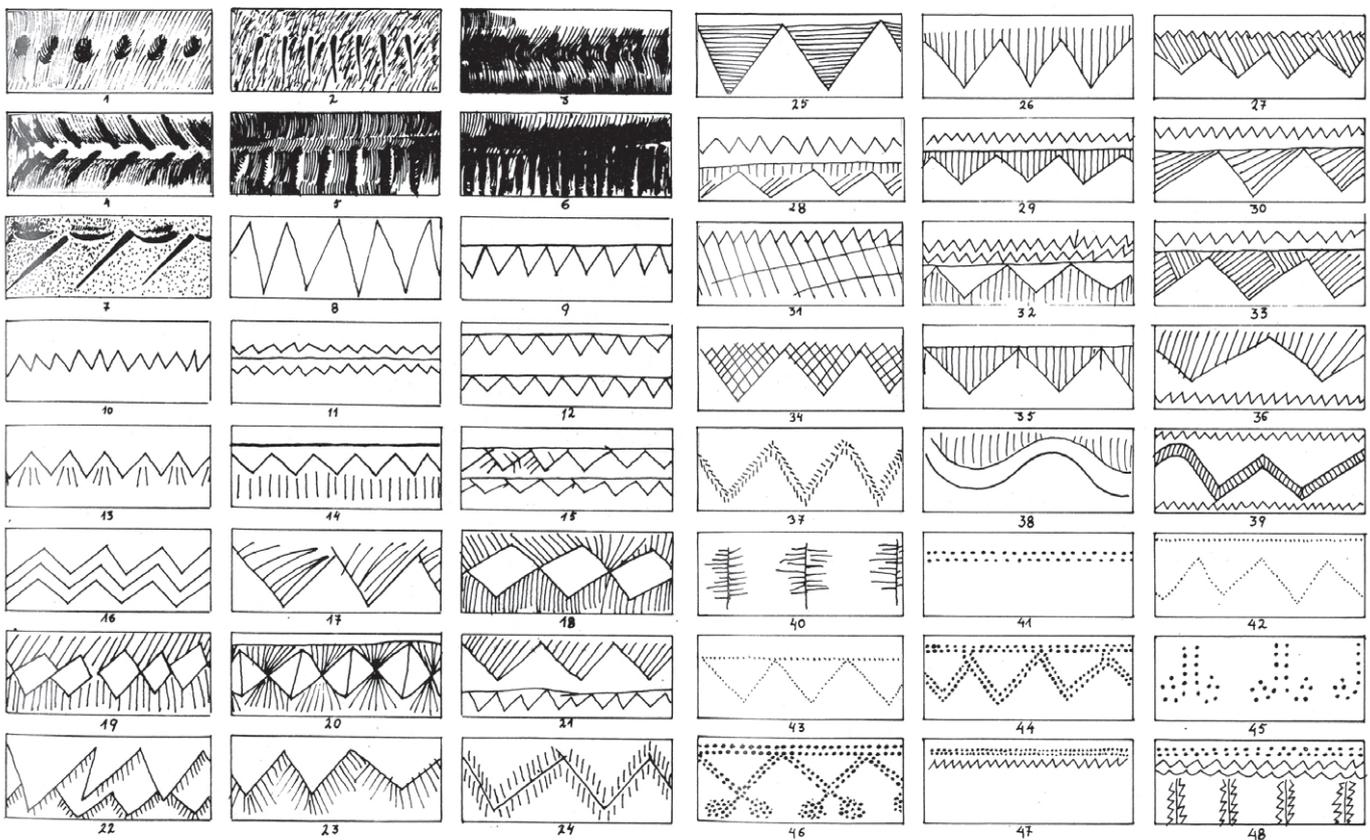


Fig. 13 – Quadro com motivos decorativos de cerâmica de tipo Baiões (segundo SILVA, 1978, Est. VIII e IX).

<sup>10</sup> Embora a cerâmica deste sítio arqueológico seja bem diversa, nomeadamente em termos decorativos (técnicas, motivos e sua organização), a terminologia ‘tipo Baiões’ é aplicada à decoração incisa feita após cozedura, ou prévia à cozedura, mas com a pasta dos recipientes numa fase de acentuado grau de secura, i.e. de dureza.

Este processo de identificação/ nomeação, que deveria ser contido e limitar-se a ser um instrumento operativo, toma-se por vezes como uma entidade histórica cuja verificação arqueológica é altamente problemática e a sua validação mais ainda.

Sem nenhuma preocupação de exaustividade, fazendo um rastreio da bibliografia produzida, encontramos um rol bastante significativo de nomes e de conceitos, uns de conotação mais cultural, outros dando ênfase à expressão geográfica, outros de nível apenas tipológico, outros com valor sobretudo cronológico, uns com maior êxito, outros caídos no esquecimento (uns quantos ainda bem). Eis alguns exemplos: Bronze Mediterrânico, Bronze Atlântico, Bronze do Sudoeste, Fase Penha/ Cogotas, Grupo Lusitano, Cultura de Alpiarça, Cultura do Noroeste, *Koiné* atlântica, Grupo Baiões/ Santa Luzia, Horizonte Roça do Casal do Meio, Horizonte Ervidel II, Horizonte Ria de Huelva, Horizonte Baiões/Vénat, Metalurgia Baiões/ Santa Luzia, etc.

Sem se pretender, e menos ainda se justificar um comentário a todos, é de destacar um – o Bronze Atlântico – pela longevidade (com quase oitenta anos) e indiscutível êxito. Tão indiscutível quanto discutível é a sua existência enquanto entidade cultural. A sua indelével presença nas publicações portuguesas, peninsulares e europeias, o que lhe confere óbvia dimensão internacional inerente à matriz do seu significado, explica que seja dos poucos a ter merecido a organização de encontros temáticos. Só na primeira metade dos anos 90 do século passado realizaram-se dois, entre vários outros, importantes colóquios internacionais sobre o Bronze Atlântico (CHEVILLOT & COFFYN, dir., 1991; JORGE, ed., 1998).

Neste último, a discussão do significado do conceito chegou a ser alvo de texto independente por parte de uma investigadora portuguesa (BETTENCOURT, 1998), embora, é óbvio, o assunto tivesse sido transversal a todo o colóquio, tal como já antes o tinha sido na bibliografia portuguesa. Trabalho académico de 1994, convertido em livro publicado no ano seguinte, tratara, justamente, de diversas questões de terminologia, com especial tónica na ideia de Bronze Atlântico e reportando-se a contributos anteriores (VILAÇA, 1995, p. 26-38).

Não se pretende retomar aqui o que já foi dito e que o leitor encontra nas sínteses referidas antes, mas é justo recordar os protagonistas responsáveis pela criação do conceito e alguns dos eixos orientadores do seu pensamento.

Quando Martínez Santa-Olalla regista a expressão Bronze Atlântico, por oposição ao Bronze Mediterrânico, que distingue sob o ponto de vista cronológico, decerto não imaginaria o impacto futuro da sua criação (MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, 1941). Todavia, a invenção do conceito não surgiu do nada, já que Bosch Gimpera havia distinguido antes, numa perspectiva dualista em termos de influências externas, o Bronze do Noroeste do Bronze Levantino ou do Sudeste, conferindo-lhes conotação de ordem geográfica e cronológica (BOSCH GIMPERA, 1932).

Nos finais dos anos 40 entram em cena, quase em simultâneo, MacWhite e Savory, investigadores que marcariam, muito em especial este último, várias gerações de arqueólogos, nomeadamente os que trabalham a Península Ibérica.

O primeiro, de certa forma pioneiro do internacionalismo hoje tão valorizado, na dupla perspectiva de ter ido da Universidade Nacional da Irlanda para a Universidade Complutense, como *'Traveling student'*, e porque é internacional a escala do impacto da sua tese (MACWHITE, 1951)<sup>11</sup>. O segundo muito beneficiou da divulgação em língua portuguesa de alguns dos seus trabalhos.

---

<sup>11</sup> Eoin MacWhite, a quem não tem sido dada a importância merecida, na nossa perspectiva, faleceu prematuramente em 1972, com 49 anos. A partir de 1947 abraçou a carreira diplomática que combinou com a sua investigação, entretanto orientada para outras temáticas. Veja-se O'SULLIVAN, 1998.

A noção de Bronze Atlântico, que MacWhite adota mas que considera não ser completamente satisfatória, é alvo de uma primeira apreciação crítica, justificando a sua utilização num sentido geograficamente mais restrito e aplicada a fenómenos de finais da Idade do Bronze. Por isso cria também a expressão Proto-atlântico: estreitavam-se as balizas cronológicas daquele conceito, perspectiva que não se perdeu, antes se acentuou.

Valoriza, como é evidente, a metade atlântica da Península onde regista a chegada de elementos culturais atlânticos, de França, Irlanda, Grã-Bretanha, mas reconhecendo também os contactos com o Mediterrâneo, designadamente através das áreas mais meridionais a partir da Estremadura: estava lançada, de modo mais assertivo, a semente que criaria o lastro de múltiplas abordagens futuras, e hodiernas, focadas entre o Atlântico e o Mediterrâneo. Sublinhe-se que incorpora ainda, de modo inovador, além dos metais, elementos como a arte rupestre e as estelas, caso da de Figueira (Vila do Bispo), publicada poucos anos antes<sup>12</sup>, e que considera pertencer ao Bronze Atlântico (Fig. 14). Apoia-se designadamente nas representações de escudos (desta e em outras estelas) e no seu paralelismo com os originais irlandeses de entalhe em V, como testemunho das relações entre as Ilhas Britânicas e a Península Ibérica.

Estas conexões entre a Europa do Norte e a Península Ibérica são ‘redescobertas’ nos tempos que correm por alguns investigadores, alargando-as à Escandinávia. Coloca-se agora também a tónica nos paralelismos entre a arte rupestre dessa região, designadamente da Suécia, e alguns dos elementos figurados nas designadas ‘estelas de guerreiro’ peninsulares (LING & UHNÉR, 2014).

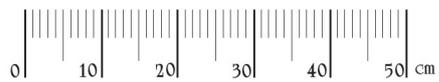
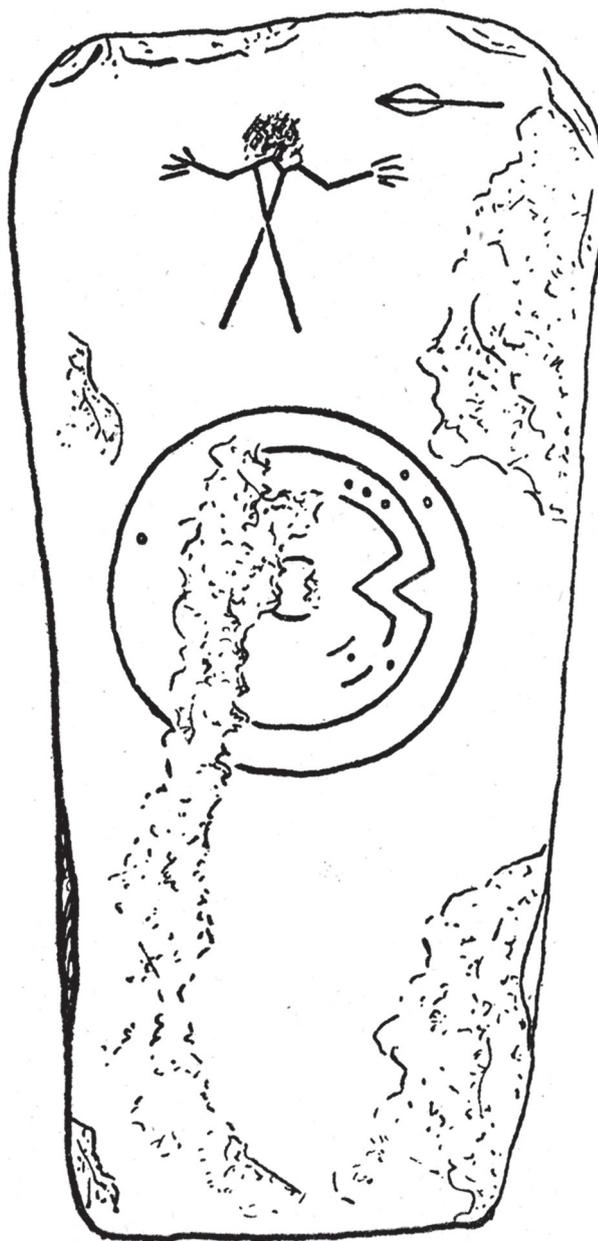


Fig. 14 – Estela de Figueira (Vila do Bispo), no original “Losa grabada del Bronce Atlántico” (segundo MacWHITE, 1951, adaptada, com escala corrigida em função das dimensões da peça).

<sup>12</sup> Tinha-a publicado, no volume de Homenagem a J. Martínez Santa-Olalla: MACWHITE, 1947.

Eis um nome – ‘estelas de guerreiro’ – apenas um entre outros que se reportam às mesmas entidades arqueológicas. ‘Estelas decoradas’, ‘estelas de tipo extremeño’, ‘estelas do Sudoeste’, ‘estelas tartéssicas’, ‘estelas lusitanas’, todos eles conceitos reveladores do percurso historiográfico de um tema e do modo como os investigadores criam, no sentido de conferir existência a factos arqueológicos.

Retomando o Bronze Atlântico, quanto a Savory, no trabalho que publica em 1949, destaca a dimensão geográfica do Bronze Atlântico, referindo-se ao Noroeste como o seu centro de gravidade, com base na concentração de artefactos metálicos, a qual se deveria à exploração do cobre dos Montes Cantábricos e do estanho da Galiza (SAVORY, 1949). Esta relação entre artefactos e recursos mineiros, que Estácio da Veiga observara já (*vd. supra*), vai mais longe, numa primeira tentativa de correlacionar também metais e cerâmicas: a sua Cultura do Noroeste ganha densidade com a incorporação da cerâmica de ‘tipo Penha’ que se junta aos machados e a outros objectos. Estas cerâmicas são, porém, uma miragem na Idade do Bronze, mal colocadas na linha do tempo, porque calcólíticas, conforme comprovou depois Susana Lopes nos anos 80 nos seus importantes e diversos trabalhos sobre o Norte de Portugal.

Estamos assim em meados do séc. xx com um Bronze Atlântico quase órfão de contextos, legitimado pelo metal, que circula entre regiões distantes, sobretudo atlânticas, e a que o estabelecimento de paralelismos tipológicos confere consistência aparente.

Mas um certo mal estar com este Bronze Atlântico, quase desumanizado, intuiu-se das palavras de Savory: “[...] the rarity of reliable associations of characteristic bronze implements and pottery in burials and settlements.” (SAVORY, 1949, p. 130).

E das de MacWhite: “Aunque tenemos bastantes datos ahora sobre las fuentes culturales del Bronce Atlántico hispánico, estamos en una ignorancia lamentable del ambiente cultural general – de sus poblados y de sus lugares de habitación, de sus sepulcros, cerámicas, etc. –, para no hablar de otros aspectos, como etnología, economía, sociología, etc.” (MACWHITE, 1951, p. 115).

Os metais, reduzidos à sua corporalidade e com distribuição expressa cartograficamente, já não satisfaziam.

## 5 – NOVOS HORIZONTES

Nas décadas seguintes, o estudo do Bronze Final prossegue, sempre sob a égide do metal, i.e., identificado com o Bronze Atlântico. O estudo do metal continuará ainda durante bastante tempo confinado aos artefactos enquanto produto final e na óptica do consumidor. Corte proficuo será introduzido quando se passou a olhar, também, para o produtor, i.e. para o artífice, seus instrumentos de trabalho e meios de produção numa perspectiva tecnológica que abriu o leque da investigação (v.g. ARMBRUSTER, 2000; 2002-2003).

Os anos 80 inauguram-se com dois importantes trabalhos, marcados por uma sistematização muitíssimo completa dos dados e por um real esforço de os contextualizar, revelando que algo estava em curso de mudança. O estudo continua essencialmente nas mãos de investigadores estrangeiros responsáveis por trabalhos que, se não satisfazem em pleno – entretanto passaram quatro décadas –, permanecem de indispensável consulta.

Philine Kalb, uma arqueóloga de campo, não poderia deixar de se posicionar numa atitude crítica face à bibliografia existente que, valorizando exageradamente em sua opinião a importância dada à tipologia e às relações a grande distância, descuidava-se dos estudos locais e regionais (KALB, 1980a: 114). Numa combinação de profunda revisão bibliográfica, de ensaio de localização possível de povoados, necrópoles e recursos mineiros, e da elaboração de um muito completo catálogo dos objectos de bronze dispersos por museus, vai

criar um modelo a que atribui carácter preliminar por omitir, porém, questões de cronologia. Entre outras interessantes observações, nota que cerca de metade dos achados metálicos atribuíveis ao Bronze Atlântico estão associados a povoados (KALB, 1980b, p. 26, 33).

Nesse modelo, que parte de uma base empírica de cerca de 76 sítios, distingue três grandes áreas de povoamento a que atribui base económica distinta (Fig. 15): o Norte (Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Baixa), com jazidas de estanho e particular concentração de machados de talão; o Sul, ligado à exploração do cobre, ocupado pelo Bronze do Sudoeste que Schubart tinha definido em meados dos anos 70 (*vd. supra*); o Centro, polarizado pela Estremadura, sem jazidas metalíferas significativas. Aqui, o contraste entre esta lacuna e a grande densidade e variedade de achados de bronze e de ouro, de povoados e de depósitos, seria demonstrativo de um desenvolvimento económico florescente canalizado quase exclusivamente pela península de Lisboa, e para o qual encontra explicação na importância das relações comerciais a nível interno e externo (KALB, 1980a). A importância estratégica da Estremadura ficaria plenamente demonstrada em estudo posterior de cariz regional centrado nessa área (CARDOSO, 1999-2000).

Está visto que, mesmo valorizando contextos locais e regionais, não foi possível desvincular o Bronze Atlântico, nem do metal nem da macro escala, pois são esses dois os ingredientes maiores que estiveram na génese do conceito e que, de algum modo, o credibiliza(ra)m junto de muitos.

A ideia de Bronze Atlântico não é, até então, particularmente discutida, mas breve o será quando se interroga o seu sentido cultural, tendo Marisa Ruiz-Gálvez sido incisiva ao assumir que quando utilizamos esse conceito estamos simplesmente a falar de uma metalurgia comum e, às vezes, mais como contraposição ao mundo centro-europeu do que como um grupo cultural com entidade própria (v.g. RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1987).

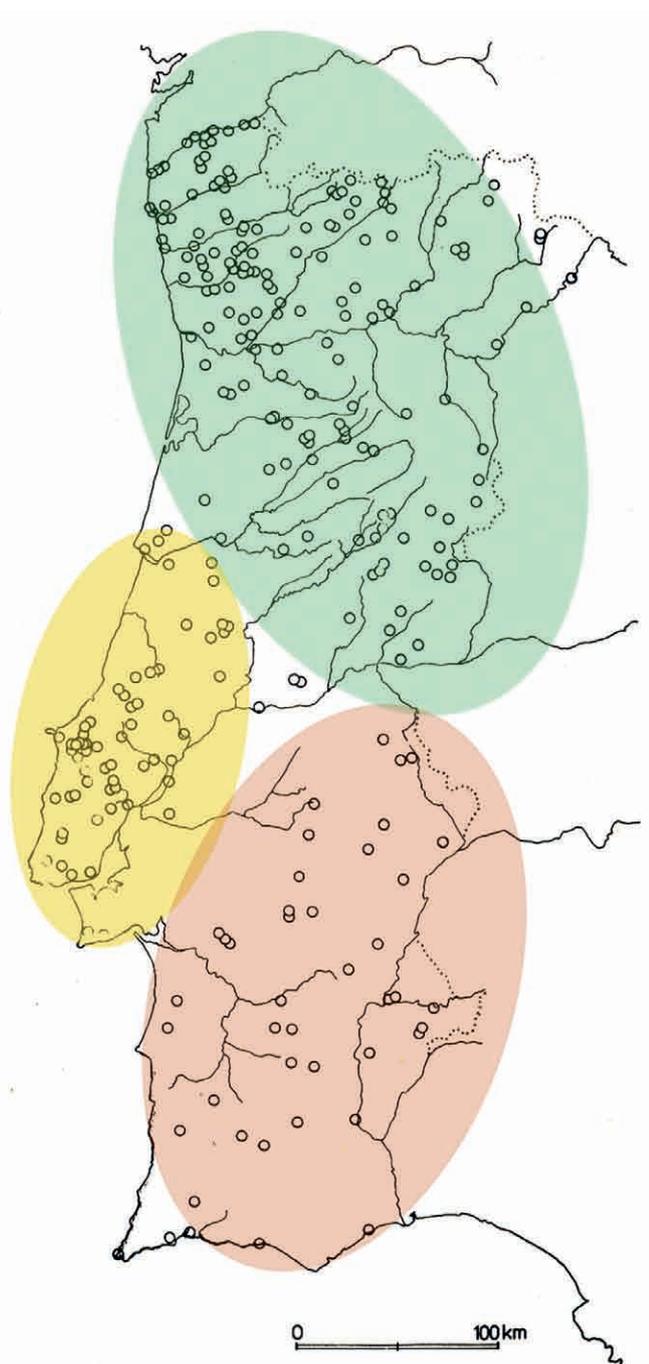


Fig. 15 – Lugares de achados do “Bronze Atlântico” em Portugal e sua articulação com os recursos mineiros de três regiões; verde: Norte e Interior centro com estanho; rosa: Alentejo com cobre; amarelo: Estremadura sem recursos significativos (segundo KALB, 1980a, mapa 1, adaptado).

Em linha divergente, Patrice Brun assume a existência de um Bronze Atlântico como uma identidade discreta de significado cultural, como uma cultura definida por um complexo de grupos culturais, setentrionais e meridionais, organizados de forma justaposta com tradução cartográfica (Fig. 16) (BRUN, 1998).

Por sua vez, na obra que dedicou à Península Ibérica e que defende como “Doctorat d’Etat” em 1982, André Coffyn não deixa de reconhecer a existência de grupos regionais específicos, ao mesmo tempo que recupera para o fenómeno uma visão do tempo longo, o II milénio a.C. (COFFYN, 1985). A perspectiva é a de um Bronze Atlântico como um imenso complexo, não de uma cultura: «Un ensemble de régions unies par leur grande richesse en minerais divers, leur situation à l’Extrême occident de l’Europe et les vocations spéciales de leurs peuples à la navigation...» (COFFYN, 1995, p. 9). Trata-se de comunidades com profundas divergências e particularidades: diferenças, porém, que fazem o Bronze Atlântico, que são o seu todo: «C’est cet ensemble de différences qui fait le Bronze atlantique.» (COFFYN, 1998, p. 169-170).

Entre essas especificidades regionais, trabalha em particular a que configura a região Centro de Portugal, que considera a facies mais importante da Península Ibérica e que tem a Estremadura como polo estruturante. Aí encontra todas as produções comuns ao Bronze Atlântico, com importações, produções próprias e recriações que se exportam – no que chegou a designar por Bronze Lusitano —, considerando-o como «Le plus beau fleuron de ce complexe atlantique.» (COFFYN, 1998, p. 177). É ainda sobretudo o metal, a defini-lo: machados de talão, machados de talão unifaces, machados de alvado, pontas de lança, foices de ‘tipo Rocanes’, punhais de ‘tipo Porto de Mós’ e um tipo particular de espada ‘pistiliforme’ (as de Évora e de Vilar Maior).

Subjacente à sua tese está a ideia de que esse Bronze Lusitano foi indissociável das relações comerciais e culturais que manteve com outras regiões, atlânticas e mediterrâneas: são as ‘solidariedades atlânticas’ e as ‘solidariedades mediterrâneas’ (COFFYN, 1985). Essas relações que, em parte, MacWhite já vislumbrara (*vd. supra*). O Mediterrâneo é, em concreto, o Mediterrâneo central e, em particular, a Sardenha. Coffyn não esteve só e, tanto Marisa Ruiz-Gálvez Priego como Fulvia Lo Schiavo, com teses próprias e itinerários distintos traduzidos em profícua bibliografia, são referências incontornáveis nesse debate, entre outros.

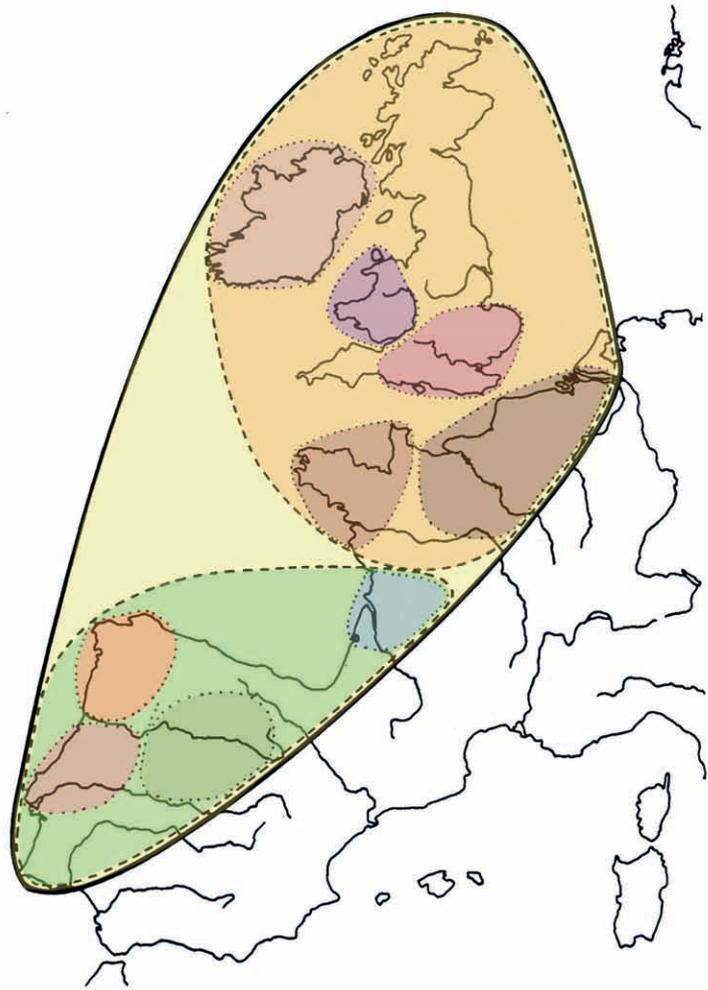


Fig. 16 - Mapa esquemático do complexo atlântico e suas subdivisões em Ha B2/3 (segundo BRUN, 1998, Fig. 1, adaptada).

Nesse debate cabe também o estudo do bronze sob a óptica da sua caracterização arqueometalúrgica, aspecto a que tanto Coffyn como Lo Schiavo prestaram relevantes contributos em diversos trabalhos. É este um outro longo caminho percorrido na investigação da Idade do Bronze, presente desde o seu início. São várias as publicações ainda do século XIX que atendem a esta vertente, sendo notável o esforço de diversos investigadores, como Martins Sarmento, Estácio da Veiga, Santos Rocha, etc., ao procurarem apoio em engenheiros, químicos e farmacêuticos (C. von Bonhorst, A. Bensaúde, O. Simões de Oliveira, etc.) para procederem a análises de caracterização química dos artefactos metálicos que estudaram.

Não era ainda chegado o momento de encontrar na Química respostas para a identificação das regiões de origem e de produção do metal com o objectivo de definir contactos e percursos. Então, quando a existência de uma Idade do Cobre e de uma Idade do Bronze estava ainda em debate (v.g. discussão que mobilizou alguns dos participantes do *Congrès* de 1880 e que continuaria), a caracterização química dos objectos oferecia-se como prioritária. A determinação da origem e rotas de circulação do metal foi objectivo ambicionado num segundo momento: nas décadas de 60 e 70, em torno do grande projecto internacional de arqueometalurgia coordenado por investigadores de Stuttgart, o qual integrou a análise de um número muito considerável de artefactos portugueses, calcolíticos e da Idade do Bronze (JUNGHANS *et al.*, 1960; 1968). Indiscutivelmente importantes, os resultados ficaram, porém, aquém das expectativas no que à questão da origem dos minérios e metal diz respeito.

Passado bem mais de um século, a arqueometalurgia da Idade do Bronze conhece tempos de assinalável dinamismo, com diversos projectos, concluídos, em curso e outros no horizonte. Além da caracterização química, a determinação de microdurezas dos artefactos e suas metalografias, embora em número ainda muito reduzido, são de particular interesse. São ainda de relevar os projectos que incorporam metodologias de análise apropriadas à identificação da procedência do metal e de caracterização de regiões mineiras, como as análises de isótopos de chumbo, fundamentais para a discussão mais consistente da circulação do bronze e, conseqüentemente, da mobilidade.

Embora com resultados limitados para o Bronze Final comparativamente com os de outras épocas, conforme foi recentemente sublinhado (MONTERO-RUIZ, 2018), aguarda-se a publicação do estudo das análises efectuadas a algumas peças do Centro de Portugal<sup>13</sup>: lingotes do depósito da Quinta do Ervedal (Fundão) e de Vila do Touro (Sabugal), foice, carrinho, espeto, gancho e molde de Nossa Senhora da Guia de Baiões (S. Pedro do Sul), ponderais de Monte do Trigo (Idanha-a-Nova) e tenaz de Freixianda (Ourém). No conjunto, os dados sugerem diversas procedências para o cobre, nomeadamente a Sardenha, resultados que, não fazendo prova, reforçam a argumentação que valoriza os contactos com o Mediterrâneo.

Por outro lado, distintos projectos europeus têm sustentado que alguns bronzes do sul da Escandinávia poderão ter sido produzidos com cobre da Península Ibérica, Sardenha e Áustria, facto revelador de conexões de longa distância (tal como a arte, *vd. supra*) (LING *et al.*, 2014), dos Alpes e da Eslováquia (RADIVOJEVIC *et al.*, 2018), tendo sido a escala da circulação do metal mesmo alargada à Afro-Eurásia no que se designou com a recente invenção do termo de “bronzization” (VANDKILDE, 2016).

Numa brevíssima avaliação global, poderemos reter quatro ideias principais: primeiro, que a exploração de minérios foi multipolar; segundo, que os centros produtores e receptores não se autoexcluíam entre si;

---

<sup>13</sup> Análises realizadas no âmbito dos projectos coordenados por I. Montero-Ruiz, “Circulación de cobre en el final de la Edad del Bronce del Mediterraneo occidental: Peninsula Ibérica y Cerdeña” (HAR2014-52981-R) e por X.-L. Armada “Producción y deposición masiva de bronzes plomados en la transición Bronce Final - Edad del Hierro de la Europa atlántica” (HAR2017-84142-R).

terceiro, que nem sempre os recursos locais eram a primeira opção; quarto, que o metal viajava percorrendo longas, ou longuíssimas, distâncias (VILAÇA, 2020).

Aquela década de 80 associa-se também ao desenvolvimento de trabalhos sistemáticos de escavação apoiados em projectos de grande fôlego a que bastante mais tarde se juntou a multiplicação de intervenções no quadro da ‘arqueologia de salvamento’. Com eles ampliou-se a base empírica e reforçaram-se os sinais dos elos de âmbito mediterrâneo e já antes comentados. Num rastreio elaborado há cerca de uma década, e que hoje poderia ser actualizado, constata-se a sua dispersão de norte a sul, bem assim como a incorporação das regiões interiores nesse processo de inter-acção.

Esses elementos expressam-se com materialidades diversas no domínio dos objectos, do estilo, dos sistemas metrológicos, da tecnologia, etc. (v.g. VILAÇA, 2013) e entre os quais devemos incluir ainda a técnica de dourar por difusão térmica, conforme foi defendido com base na sua identificação por Elin Figueiredo no estudo de um cravo ornamental do Cabeço do Castro de São Romão (Seia) (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, p. 414).

A essas materialidades deve ser também associada a assimilação de novos comportamentos rituais e ideias com impacto nas formas de vida das elites – sublinhe-se, das elites –, nas formas de combate, nos hábitos de beber e comer, nos modos de vestir, etc., tal como desde a segunda metade dos anos 80 Martín Almagro Gorbea vem defendendo, nomeadamente pelas reflexões que desenvolveu em torno dos materiais de Nossa Senhora da Guia de Baiões (v.g. ALMAGRO GORBEA, 1989). Ou seja, a estrutura ideológica das comunidades indígenas incorporara, também, elementos forâneos de timbre mediterrâneo, agora extensíveis ao Mediterrâneo mais oriental, designadamente a Chipre e à costa Sírio-Palestina.

A dispersão, e sobretudo o sentido do carácter residual desses testemunhos de cariz mediterrâneo em cada contexto, incorporados ou readaptados, não parecem, contudo, ter arrastado qualquer processo de ‘aculturação’ entre as comunidades. O assunto mereceu já da nossa parte alguma reflexão, tendo também sido sublinhado que, nesse panorama, sobressai o sítio de Baiões, porque tem (quase) tudo, tem muito e tem o que os outros não têm (Fig. 17) (VILAÇA, 2008; 2013).

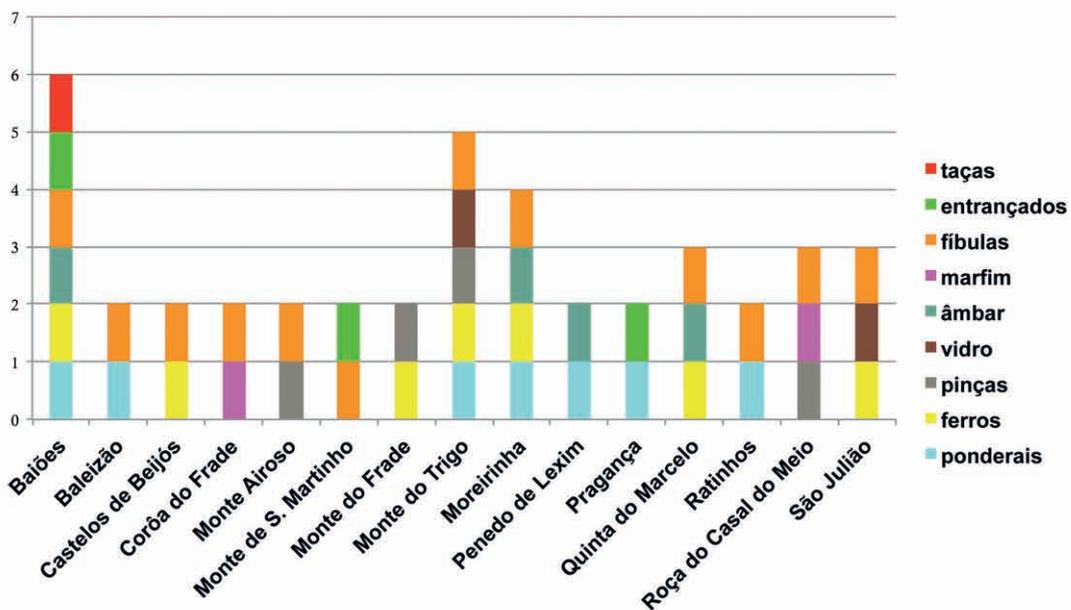


Fig. 17 – Comparação entre alguns dos contextos indígenas do território português com elementos de timbre mediterrâneo, destacando-se o sítio de Baiões (segundo VILAÇA, 2013, Fig. 15, adaptada).

Embora com impacte a nível arqueológico pelo seu exotismo e fácil reconhecimento, aqueles testemunhos serão mais reflexo de um processo de emulação protagonizado por uns quantos a que chamamos ‘élites’, do que verdadeiros agentes de mudança em termos comunitários e totalizantes: não se alteraram hábitos alimentares no dia-a-dia, nem a generalidade dos tipos cerâmicos ou metálicos reflecte alguma mudança abrangente, nem o modo de construir sofreu qualquer inovação, etc. Todas as novidades registam-se em cada contexto de modo excepcional. Assim, terão sido factores de diferenciação protagonizados por pequenos poderes individualizados, mas não agentes transformadores ou de mudança da sociedade no seu todo.

Essas conexões, se não traduziram qualquer processo de ‘aculturação’ no sentido antes exposto, poderão, porém, ter arrastado para o seio dessas comunidades “artesanos mediterrâneos – chipriotas o sardos – estabelecidos no sabemos si de modo estacional o permanente entre la población indígena (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 2013, p. 293).

## 6 – A FECHAR

A escavação dos lugares habitados é (pode ser) critério para estabelecer uma nova etapa na investigação do Bronze Final, foi dito antes. A viragem reporta-se aos anos 70, também foi dito, sendo certo que será nas duas últimas décadas do século XX, e daí adiante, que se densifica e diversifica a informação proveniente daqueles espaços e contextos.

Recorde-se que um dos primeiros lugares de habitação a ser escavado em moldes científicos foi a Coroa do Frade (Évora), o que só aconteceu em 1971 (ARNAUD, 1979). A intervenção foi prematuramente posta de lado.

Um outro foi a Senhora da Guia de Baiões, alvo de escavações em 1973, com importantes mas controversos resultados, alguns ainda não resolvidos, outros talvez insolúveis (VILAÇA, 2008, p. 374, nota 13).

O seu responsável, o cónego Celso Tavares da Silva, numa atitude de grande humildade científica e face àqueles resultados, pede ajuda regressando ao campo em 1977. Nesta campanha, onde se escava uma área com mais de 85 m<sup>2</sup>, com várias lareiras identificadas, fica demonstrado que se trabalhava localmente o bronze: diversos artefactos, inúmeros fragmentos disformes de metal, restos de moldes, cerâmica de produção, barro queimado, estruturas de combustão, são indicadores de uma zona de fundição (KALB, 1978, p. 117 e fig. 7; 1979, p. 584). Não se compreende porque motivo estes importantes dados, respeitantes à ‘zona 3’, têm sido negligenciados na bibliografia. Nova intervenção, agora de urgência, ocorre em 1983, limitando-se à escavação de 4m<sup>2</sup> no sítio onde dias antes tinham sido encontrados artefactos verdadeiramente surpreendentes<sup>14</sup> (SILVA *et al.*, 1984).

A planta que encontramos neste último trabalho, elaborada com base em levantamento topográfico de Philine Kalb, reúne a implantação de todas as sondagens realizadas, em 1973, 1977 e 1983, que se identificam a cor na imagem readaptada aqui inserida (Fig. 18).

Esta figura incorpora também de modo complementar, num exercício mais arriscado pela imprecisão dos dados existentes, a área aproximada de achado dos dois colares e bracelete de ouro de ‘tipo Sagrajas-Berzocana’ casualmente encontrados em 1947 (ARMBRUSTER & PARREIRA, coord., 1993, p. 64-67). Abria-se então o caminho que circunda o adro da capela da Senhora da Guia quando, debaixo de uma pedra e “a cerca de 8 m e para Sueste da escada de acesso ao mesmo adro” apareceram as joias (SILVA, 1979, p. 516).

---

<sup>14</sup> A profícua e importantíssima bibliografia que tem sido produzida a nível nacional e internacional sobre estes achados e o debate que tem gerado traduzem em si a relevância dos dados.

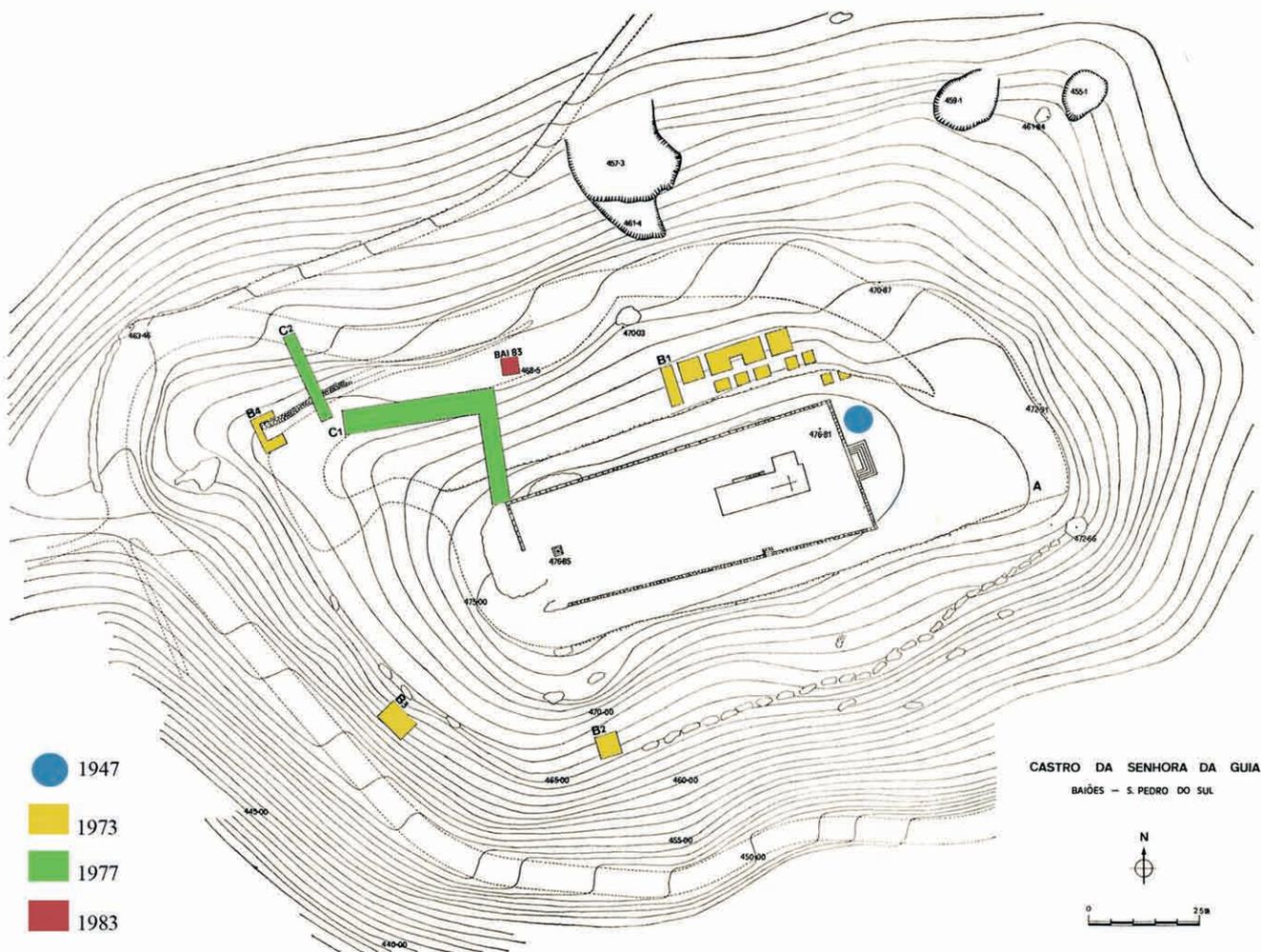


Fig. 18 - Planta do povoado de Nossa Senhora da Guia de Baiões  
(Silva *et al.*, 1984, est. I sobre levantamento topográfico de P. Kalb, adaptado e completado).

Note-se que a sua deposição em lugar diametralmente oposto ao do contexto do grande conjunto de bronzes achado em 1983, este a noroeste, aquele a nascente, poderá evocar uma organização espacial do cerne do povoado com separação simbólica de ‘coisas’ e de matérias – o ouro aqui, o bronze acolá – consubstanciando algum jogo performativo de apropriação/ construção relacional do espaço, que só podemos intuir. Nesta acepção, ambos os conjuntos, e conjuntamente, poderão ser entendidos como marcadores rituais num lugar que não foi só de habitação.

Também será necessário, um dia, correlacioná-las, as sondagens, com a distribuição espacial das estruturas (v.g. várias lareiras e alinhamentos de pedras na zona B1) e dos materiais recuperados, reconstituindo, designadamente, as disposições e associações dos que foram encontrados em 1983, trabalho que parece ter sido iniciado mas sem consequências até ao momento: falta conhecer o código da numeração (1 a 17) disponibilizada (SILVA *et al.*, 1984, p. 74 e est. II).

Um daqueles problemas não resolvido é transversal a muitos outros sítios e, por conseguinte, é um problema em aberto, quer dizer, com futuro: a falta de sequências ocupacionais, ou de sequências mais consistentes, que possam expressar continuidades e discontinuidades nos itinerários das pessoas, dos sítios e das

coisas. Todavia, essas cadências no continuum que é o tempo não se esgotam nas estratigrafias e nas materialidades, mas resultam também de outras variáveis, como a relativa ao que se conhece em cada momento e o que cada investigador valoriza. Nos dias de hoje são em número muito limitado os povoados alvo de escavações em área integradas em projectos centrados nos finais da Idade do Bronze, o que condiciona o processo de aquisição de novos dados.

A propósito dos sítios de habitação – e são muito diversas, nomeadamente em termos regionais, as realidades conhecidas – André Coffyn diria: «Nous n'avons encore que très peu de détails sur leur organisation et leurs structures et les stratigraphies sont décevantes comme sur le castro de Nossa Senhora da Guia.» (COFFYN, 1983, p. 173). Para este sítio, Armando Coelho preconizou que a sua ocupação não teve grande amplitude cronológica, classificando-o como “povoado castrejo da Fase I” (Fase IA: 900-700 a.C.), muito embora “com outros vestígios e ocupação posterior...” (SILVA, 1986, p. 36, 124).

Justamente, o que fazer com as cerâmicas estampilhadas, e são bastantes, que se encontram ainda por estudar convenientemente (SILVA, 1979: est. X), ou o que dizer das cerâmicas fabricadas a torno e dos recipientes com asas internas que também parecem estar presentes (LOPES, 1993, p. 49, 158)<sup>15</sup>? Expressam apenas um epifenómeno, ou traduzem efectiva continuidade de ocupação após os séculos IX-VIII a.C.? E, a ter-se verificado, terá sido essa ocupação sequencial, ou foi ocupação deslocada espacialmente da do Bronze Final? Se é certo que, do ponto de vista da dinâmica da formação dos depósitos arqueológicos é compreensível que “Todo o material se encontrava numa única camada arqueológica, pouco espessa, onde as formas mais antigas se misturavam com as consideradas mais recentes” (SILVA, 1978, p. 528), já o não é na perspectiva diacrónica, porque parece ser difícil de aceitar a contemporaneidade das duas categorias de cerâmicas em causa, as de tipo Baiões e as estampilhadas.

O sítio de Baiões, a sua linha no tempo, a biografia das coisas que lá se encontraram – intactas, em curso de fabrico, usadas, intencionalmente deformadas, desgastadas, restauradas, descartadas –, a mobilidade descontrolada de alguns dos seus achados – dispersos por diversas mãos e instituições, em Portugal e em Espanha, alguns perdidos ou em lugar desconhecido sem ninguém assumir responsabilidades –, o itinerário das suas pesquisas, as de campo e as outras, e seus respectivos autores, configuram, de modo exemplar, um ‘caso de estudo’ no quadro de um colóquio sobre História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia.

Não foi esse o caminho aqui percorrido, mas podia tê-lo sido. De todo o modo, um caso emblemático e incontornável a visitar; porque tem vários problemas em aberto, desde os científicos aos de índole patrimonial; porque em seu torno giram conceitos de significado distinto; porque se confundem tipos, estilos cerâmicos e metálicos com um grupo cultural de consistência discutível.

A entidade discreta ‘Grupo cultural Baiões/ Santa Luzia’ utilizada por alguns investigadores, de que Senna-Martinez tem sido um dos maiores adeptos e o que maior esforço lhe tem dedicado para lhe atribuir conteúdo e expressão geográfica define-o em diversos trabalhos do seguinte modo: pelo povoamento com ‘lugares centrais’ e sítios subsidiários; por povoados de pequena dimensão (média de 0,5 ha) e com uma população de 200 a 300 habitantes; por povoados com grande visibilidade e preocupação de controle da paisagem; pela cooperação entre diversos assentamentos; pela existência de pequenos excedentes alimentares; pela produção cerâmica e metalurgia local e doméstica, em pequena escala, para consumo próprio; pela deco-

---

<sup>15</sup> Baiões necessita da abordagem integrada, nunca concretizada, englobando o estudo de material ainda inédito (em 2011 havia contentores com material por lavar) e perspectivada no estudo do território e respectiva rede de lugares. Por outro lado, não se entende o motivo pelo qual importantes materiais cerâmicos estudados em sede de trabalho académico não foram ainda devolvidos pelo seu responsável (LOPES, 1993).

ração da cerâmica que permite fazer distinções subregionais o que sugere a identificação de diferentes linhagens femininas de oleiras; por a metalurgia (conhecimento em boa parte por si produzido em projectos que dirigiu ou em que colaborou, tendo sido analisado o importante número de cerca de 73 artefactos) ser binária, com impurezas de As e Pb (v.g. SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, p. 412-414) (Fig. 19).

Porém, todos estes componentes, com excepção da característica cerâmica designada de ‘tipo Baiões’ (e não se afigura necessário juntar ‘Santa Luzia’) e, independentemente desta traduzir ou não linhagens femininas, são elementos transversais às comunidades de finais da Idade do Bronze de outras regiões distintas do território português e, nessa medida, não devem ser nem apropriados nem aprisionados num ‘grupo cultural’ independente com fronteiras delimitadas. Se pretendermos falar em grupos culturais teremos de dizer que vários deles – quais? – partilham elementos similares, i.e., elementos não distintivos, que não fomentam identidade através de materialidades.

Em relação à cerâmica, esta prefigura, tão somente, do nosso ponto de vista, um território estilístico na Beira Alta pelo expressivo número de sítios e quantidade em que se encontra, sendo bastante residual em outros territórios periféricos ou mais afastados. A visibilidade é a de um grupo de cerâmicas, não de um grupo cultural que, nos demais domínios (modelos de povoamento, actividades diárias de manutenção, produção metalúrgica, organização sócio-económica, etc.) pouco se distingue do que caracteriza outras comunidades contemporâneas.

No caso da metalurgia do ‘Grupo cultural Baiões’ ela é a metalurgia transversal ao Bronze Final do Ocidente peninsular: o mesmo tipo de objectos e de ligas, sempre binárias. O que se distingue são determinados objectos em bronze do sítio de Baiões – sobretudo os achados de 1983, sem paralelos conhecidos como conjunto em contexto de habitação –, mas aí estamos a distinguir um conjunto metálico, um sítio, e um sítio não faz um grupo cultural com vários povoados e menos ainda um território discreto.

Quando Armando Coelho utiliza pela primeira vez o conceito de ‘Grupo de Baiões’, preconiza-o para os metais (SILVA, 1984, p. 94), metais cuja produção em termos de meios e de instrumentos de trabalho parece ser bastante

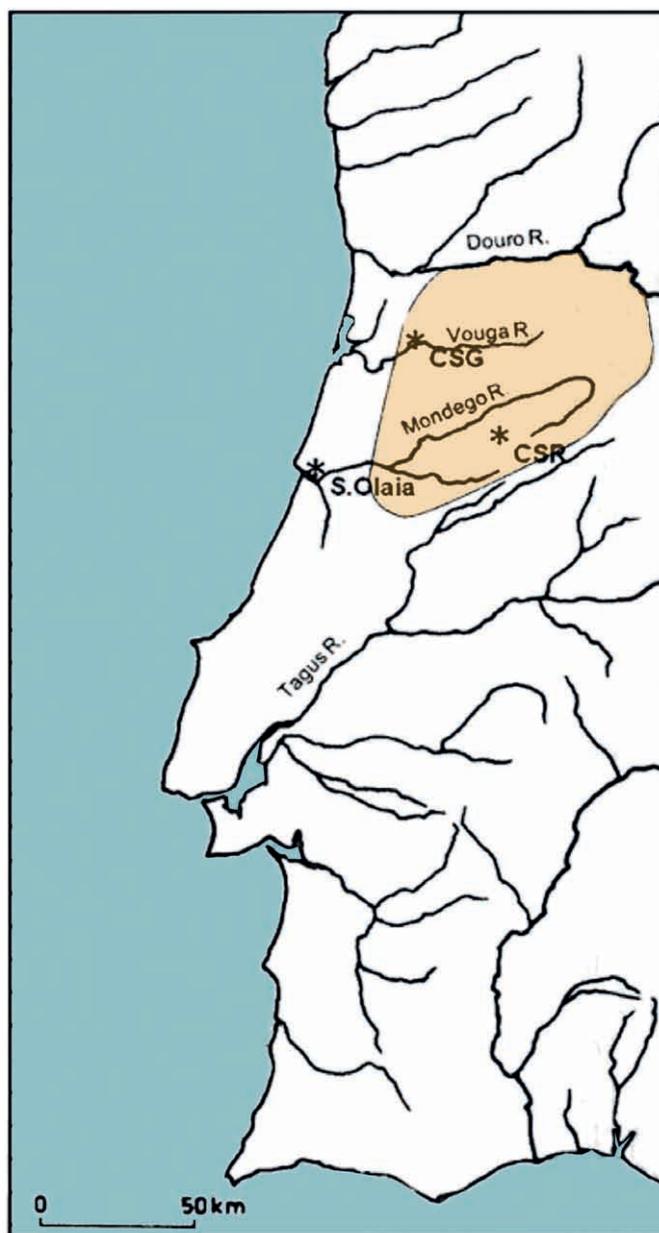


Fig. 19 – Mapa com localização da área conotada com o Grupo Cultural Baiões/ Santa Luzia com indicação dos principais sítios: CSG-Senhora da Guia de Baiões, CSR-Cabeço do Crasto de São Romão, S. Olaia-Santa Olaia (segundo SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, Fig. 1, adaptado).

distinta da que se encontra nos outros sítios atribuíveis ao ‘Grupo cultural Baiões/ Santa Luzia’. Ali produziu-se, também, em série, ou manipularam-se grandes e pesados artefactos (v.g. foices de alvado, machados de talão). Não nos parece que, perante tais evidências, se tenha produzido em pequena escala, com destino local, nem que o consumo fosse só doméstico (SENNA-MARTINEZ *et al.* 2011, p. 413).

Temos assim alguma dificuldade em acompanhar as deduções relativas aos cálculos sobre o bronze recuperado na Senhora da Guia de Baiões traduzíveis num total de menos de 18 kg e numa produção anual de cerca de 6 kg (SENNA-MARTINEZ, 2005, p. 906). Em especial, este último valor, faltando – e faltar sempre – uma variável fundamental que informasse durante quanto tempo o sítio esteve ocupado, de pouco vale. De todo o modo, tais montantes não nos parecem comparáveis com o que se conhece de outros sítios, sejam da região de Viseu e Planalto Beirão, sejam os escavados na Beira Interior, designadamente na região de Idanha-a-Nova e Penamacor. Aqueles montantes reportam-se a um sítio especial que não parece ser replicável fora desse local.

A metalurgia dos povoados desta última região, que se considerou, com base no estudo dos artefactos, no tipo de moldes e na capacidade dos cadinhos, uma “actividade doméstica e modesta, tecnologicamente limitada, de âmbito familiar e com produção em pequena escala, destinada total ou maioritariamente a usufruto interno de cada comunidade” (VILAÇA, 1998, p. 358) não nos permite, no que à sua escala e natureza diz respeito, estabelecer qualquer paralelo com o povoado de Baiões.

A Senhora da Guia de Baiões, pela riqueza, não só a artefactual, mas a científica como lugar especial que foi, é talvez dos sítios portugueses da Idade do Bronze sobre o qual mais se tem escrito. E, claro, continuar-se-á a escrever. Em poster que se debruçou sobre algumas cerâmicas inéditas de Baiões apresentado nas *II Jornadas de Arqueologia Pré e Proto-histórica da FLUC* (2011) foi incorporado um estudo bibliométrico com base numa amostra de 138 referências sobre o sítio, número hoje muito longe de ter alguma representatividade, mas bem expressivo do interesse internacional que a entidade Baiões suscita (Fig. 20) (FERNANDES & SILVA, 2011).

\*

Nestas páginas, que oscilaram entre o resgate de contributos esquecidos e problemas não resolvidos, entre avanços e recomeços, entre coisas, nomes e conceitos numa perspectiva multi-escalar – no tempo e no espaço –, com pessoas, as de há 3000 anos e as que sobre elas têm reflectido, há um único ponto conclusivo e não merecedor de discordância, cremos: continuar o caminho retomando itinerários e rasgando novos trilhos.

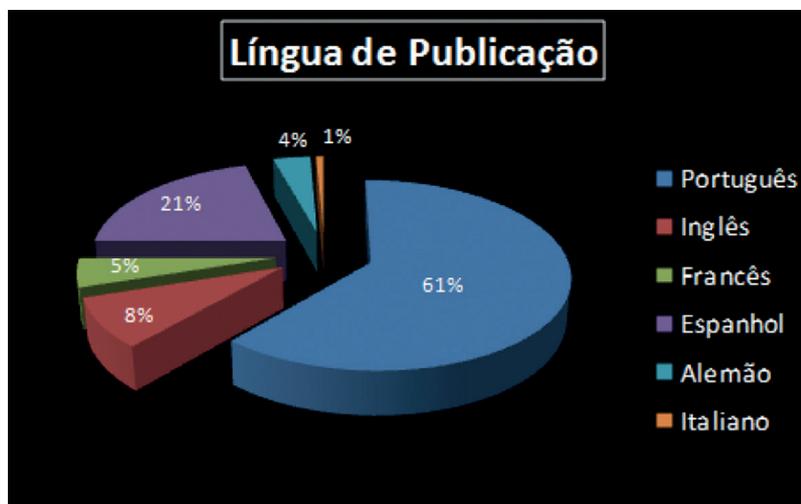


Fig. 20 – Estudo bibliométrico realizado em 2011 demonstrando o carácter internacional das publicações relativas à Senhora da Guia e Baiões (FERNANDES & SILVA, 2011).

## AGRADECIMENTOS

A José Luís Madeira (DHEEAA- FLUC) pela ajuda no tratamento das imagens.

## REFERÊNCIAS

- AA.VV. (2013) – Sistemas de povoamento do território português no decurso do Bronze Final. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20. p. 155-354.
- AA.VV. (2014) – *A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas*. Antrope Monográfica 1. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar.
- ALMAGRO BASCH, M. (1966) – *Las Estelas decoradas del Suroeste Peninsular*. Madrid: CSIC. Biblioteca Praehistorica Hispana. Vol. VIII.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1989) – Arqueología y Historia Antigua: El Proceso protoorientalizante y el inicio de los contactos de Tartessos con el Levante Mediterráneo. *Anejos de Gêrion*. II, p. 277-288.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1998) – Precolonización y Cambio Sócio-Cultural en el Bronce Atlántico. In JORGE, S. O. (ed.) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia 10, p. 81-100.
- ARMBRUSTER, B. (2000) – *Goldschmiedekunst und Bronzetechnik. Studien zum Metallhandwerk der Atlantischen Bronzezeit auf der Iberischen Halbinsel*. Montagnac: Monographies instrumentum 15. Éditions monique mergoïl.
- ARMBRUSTER, B. (2002-2003) – A metalurgia da Idade do Bronze Final atlântico do Castro de Nossa Senhora da Guia, de Baiões (S. Pedro do Sul, Viseu). *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 10/11, p. 145-155.
- ARMBRUSTER, B. & PARREIRA, R. (coord.) (1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. 1º volume. Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: IMC.
- ARNAUD, J. M. (1979) – Corôa do Frade. Fortificação do Bronze Final dos arredores de Évora – escavações de 1971/1972. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 20, p. 56-100.
- BELTRAME, M.; BOTTAINI, C.; CRUZ, A.; VILAÇA, R.; CANDEIAS, A. & MIRÃO, J. (2018) – O *Tumulus* 1 do Souto (Abrantes, Médio Tejo): novos contributos para o conhecimento das materialidades do mundo funerário do Bronze Final no Centro de Portugal. *Estudos do Quaternário*. Braga. 19, p. 33-48.
- BETTENCOURT, A. (1998) – O conceito de Bronze Atlântico na Península Ibérica. In JORGE, S. (ed.) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia 10, p. 18-34.
- BOSCH GIMPERA, P. (1932) – *Etnología de la Península Iberica*. Barcelona: Editorial Alpha.
- BOTTAINI, C. (2012) – *Depósitos metálicos no Bronze Final (sécs. XIII-VII A.C.) do Centro e Norte de Portugal. Aspectos sociais e arqueometalúrgicos*. Coimbra: Universidade de Coimbra [Tese de doutoramento].
- CAMPOS, J. Aires de (1877) – *Catálogo dos objectos existentes no Museu do Instituto de Coimbra*. [Suplemento, 1883].
- CARDOSO, J. L. (1999-2000) - Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 355-414.
- CARDOSO, J. L. (2000) – A sepultura da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) no quadro dos rituais funerários da Idade do Bronze da Baixa Estremadura. *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*. Lisboa. III Série. 2, p. 243-251.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. & HENRIQUES, F. (1998) – Duas cabanas circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco). *Estudos Pré-históricos*. 6, p. 325-345.

- CARDOZO, M. (1970) – Die Vorgeschichtliche Höhensiedlung von Penha bei Guimarães. *Madriener Mitteilungen*. Heidelberg. 11, p. 91-95.
- CARTAILLAC, E. (1886) – *Les Ages Préhistoriques de l'Espagne et le Portugal*. Paris: Ch. Reinwald.
- CERTEAU, M. de (1990) – *L'invention du quotidien. 1. Arts du faire*. Paris: Gallimard.
- CHEVILLOT, Ch. & COFFYN, A. (dir.) (1991) – *L'Âge du Bronze Atlantique*. [Actes du 1<sup>er</sup> Colloque du Parc Archéologique de Beynac]. Beynac-et-Cazenac: A.MU.SA.
- COFFYN, A. (1983) – La fin de l'âge du Bronze dans le centre-Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 1, p. 169-196.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard, Publ. Centre Pierre Paris 11. col. Maison Pays Ibériques 20.
- COFFYN, A. (1998) – Une entité contestée: le Bronze Atlantique. In JORGE, S. O. (ed.) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia 10, p. 166-178.
- CORRÊA, A. M. (1924) – *Os Povos Primitivos da Lusitânia (Geografia, Arqueologia, Antropologia)*. Porto: casa Editora de A. Figueirinhas.
- CORRÊA, A. M. (1928) – A Lusitânia Pre-Romana. In PERES, D. (ed.) – *História de Portugal*. Vol. I. Barcelos: Portucalense Editora Ld.<sup>a</sup>, p. 77-214.
- CRUZ, D. J. (1997) – A necrópole do Bronze Final do “Paranho” (Molelos, Tondela). *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 5, p. 85-109.
- DÍAZ-GUARDAMINO, M. & WHEATLEY, D. (2015) – Rock Art and Digital Technologies: The application of Reflectance Transformation Imaging (RTI) and 3D Laser Scanning to the study of Late Bronze Age Iberian Stelae. *MENGA Revista de Prehistoria de Andalucía*. 4, p. 187-203.
- DOMINGOS, J. & GOMES, J. (1994) – Objectos histórico-arqueológicos de Alenquer no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses. *V Jornadas Arqueológicas*. II. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 229-237.
- EXPOSIÇÃO (1869) – *Exposição Districtal de Industria Agricola e Fabril e de Archeologia: promovida pela Associação dos Artistas de Coimbra sob a presidencia de Olympio Nicolau Ruy Fernandes*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- FERNANDES, D. & SILVA, S. (2011) – Cerâmica inédita da Nossa Senhora da Guia, Baiões. *II Jornadas de Arqueologia Pré e Proto-histórica da FLUC*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- GALÁN, E. (2005) – Evolución, adaptación y resistencia. En torno a las formas de intercambio de las comunidades atlánticas en contacto con el mundo orientalizante. In CELESTINO PÉREZ, S. & JIMÉNEZ ÁVILA, J. (eds.), *El Periodo Orientalizante*. I. Mérida: Anejos de AEspA, XXXV, p. 467-475.
- GALÁN, E. & RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1996) – Divisa, dinero y moneda. Aproximación a los patrones metrológicos prehistóricos peninsulares. *Homenaje al Profesor Manuel Fernández-Miranda. Complutum Extra*. Madrid. 6. II, p. 151-165.
- GOMES, M. V. & MONTEIRO, A. P. (1976-77) – As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel, Beja): Estudo Comparado. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2/3, p. 281-343.
- INGOLD, T. (2000) – *The Perception of the Environment*. London: Routledge.
- JORGE, S. (ed.) (1998) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* Trabalhos de Arqueologia 10, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

- JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E. & SCHRÖDER, M. (1960) – *Mettalanalysen Kupferzeitlicher und frühbronzezeitlicher Bondenfunde aus Europa* (Studien zu den Anfängen der Metallurgie). I. Berlin: Gebr. Mann Verlag (SAM 1).
- JUNGHANS, S.; SANGMEISTER, E. & SCHRÖDER, M. (1968) – *Kupfer und Bronze in der frühen Metallzeit Europas* (Katalog der Analysen Nr. 985-10.040). Berlin: Gebr. Mann Verlag, Band 2 – Teil 3 (SAM 2, 3).
- KALB, P. (1974-1977) – Uma data C-14 para o Bronze Atlântico. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III. 7/9, p. 141-144.
- KALB, P. (1978) – Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabung 1977 aus einer Höhensiedlung der atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Madriider Mitteilungen*. Heidelberg. 19, p. 112-138.
- KALB, P. (1979) – Contribucion para el estudio del Bronce Atlantico: excavaciones en el castro “Senhora da Guia” de Baiões (concelho S. Pedro do Sul). *XV Congreso Nacional de Arqueología* (Lugo, 1977). Zaragoza, p. 581-585.
- KALB, P. (1980a) – O “Bronze Atlântico” em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste de Portugal*. Guimarães, p. 113-120.
- KALB, P. (1980b) – Zur atlantischen Bronzezeit in Portugal. *Germania*. 58, p. 23-59.
- LEHOËRFF, A. (2008) – Les enjeux de la construction du temps en archéologie. In LEHOËRFF, A. (dir.), *Construire le temps. Histoire et méthodes des chronologies et calendriers des derniers millénaires avant notre ère en Europe occidentale*. Glux-en-Glenne: Collection Bibracte 16, p. 9-16.
- LING, J. & UHNÉR, C. (2014) – *Rock Art and Metal Trade*. Adoranten. Scandinavian Society for Prehistoric Art: Tanums Hällristnings Museum Underslöss, p. 23-43.
- LING, J.; STOS-GALE, Z.; GRANDIN, L.; BILLSTRÖM, K.; HJÄRTHNER-HOLDAR, E. & PERSSON, P.-O. (2014) – Moving metals II: provenancing Scandinavian Bronze age artefacts by lead isotope and elemental analyses. *Journal of Archaeological Science*. 41, p. 106-132.
- LOPES, A. B. (1993) – *A Cerâmica do Castro da Senhora da Guia (Baiões)*. Porto: Universidade do Porto [Tese de Mestrado, policopiada].
- MACWHITE, E. (1947) – Sobre unas losas grabadas en el Suroeste de la Península Ibérica y el problema de los escudos de tipo Hierzsprung. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. Madrid. 22 (1-4), p. 158-166.
- MACWHITE, E. (1951) – *Estudios sobre las Relaciones Atlánticas de la Península Hispánica en la Edad del Bronce*. Madrid: Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre. Disertaciones Matritenses. II.
- MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, J. (1941) – *Esquema Paleontológico de la Península Hispánica*. Madrid: Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva.
- MARTINS, A. C. (2003) – *Possidónio da Silva 1806-1896 e o Elogio da Memória. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Arqueologia & História. Monografias. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MARTINS, A. C. (2008) – José Leite de Vasconcelos (1858-1941) no contexto da política de salvaguarda patrimonial. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 26, p. 183-252.
- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung (Prähistorische Bronzefunde IX; Band 6).
- MONTERO-RUIZ, I. (2018) – La procedencia del metal: consolidación de los estudios con isótopos de plomo en la Península Ibérica. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. 28, p. 311-328.
- MURILLO-BARROSO, M. & MARTINÓN-TORRES, M. (2012) – Amber Sources and Trade in the Prehistory of the Iberian Peninsula. *European Journal of Archaeology*. 15 (2), p. 187-216.

- MURILLO-BARROSO, M.; PEÑALVER, H.; BUENO, P.; BARROSO, R.; BALBÍN, R. & MARTINÓN-TORRES, M. (2018) – Amber in prehistoric Iberia: New data and a review. *PLoS ONE*. 13 (8) <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0202235>
- O’SULLIVAN, M. (1998) – Eoin MacWhite: archaeologist, scholar, diplomat (1923-1972). *Journal of Iberian Archaeology*. Vol. 0. Porto: ADECAP, p. 133-142.
- ODRIOZOLA, C.; SOUSA, A. C.; MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R.; ANDRADE, M.; VILLALOBOS GARCÍA, R.; GARRIDO-CORDERO, J. Á.; RODRÍGUEZ, E.; MARTÍNEZ-BLANES, J.; ÁNGEL AVILÉS, M.; DAURA, J.; SANZ, M. & ANTONIO RIQUELME, J. (2017) – Amber, beads and social interaction in the Late Prehistory of the Iberian Peninsula: an update. *Archaeological and Anthropological Sciences*, p. 1-2. <https://doi.org/10.1007/s12520-017-0549-7>
- PARE, C. (ed.) (2000) – *Metals Make the World Go Round*. Oxford: Oxbow Books.
- PEREIRA, E. S. (2018) – *Colecionismo arqueológico e redes de conhecimento. Atores, coleções e objetos (1850-1930)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio/ Património Cultural. Coleção Estudos de Museus.
- PROENÇA, F. T. (1905) – *Notice sur deux monuments épigraphiques*. Coimbra: Typographia França Amado.
- RADIOJEVI, M.; ROBERTS, B.; PERNICKA, E.; STOS-GALE, Z.; MARTINÓN-TORRES, M.; REHREN, T.; BRAY, P.; BRANDHERM, D.; LING, J.; MEI, J.; VANDKILDE, H.; KRISTIANSEN, K.; SHENNAN, S. & BROODBANK, C. (2018) – The Provenance, Use, and Circulation of Metals in the European Bronze Age: The state of Debate. *Journal of Archaeological Research*. <https://doi.org/10.1007/s10814-018-9123-9>
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1987) – Bronce Atlántico y “cultura” del Bronce Atlántico en la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 44, p. 251-264.
- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (2013) – *Con el fenicio en los talons. Los inicios de la Edad del Hierro en la Cuenca del Mediterráneo*. Barcelona: bellaterra arqueologia.
- SAVORY, H. N. (1949) – The Atlantic Bronze age in South Westren Europe. *Proceedings of the Prehistoric Society*. 15, p. 128-155. [A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa, *Revista de Guimarães*. Guimarães. 61 (3-4). 1951, p. 323-377].
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Madrider Forschungen, Band 9. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, F.; SILVA, R.; VALÉRIO, P. & VAZ, J. I. (2011) – Metallurgy and Society in “Baiões/Santa Luzia” Culture Group: results of the Metabronze Project. In MARTINS, C.; BETTENCOURT, A.; MARTINS, J. & CARVALHO, J. (coord.), *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*. Braga: CITCEM, p. 405-420.
- SERRA, M. (2014) – Muralhas, Território, Poder. O papel do povoado do Outeiro do Circo (Beja) durante o Bronze Final. In VILAÇA, R. & SERRA, M. (coord.), *Idade do Bronze do Sudoeste. Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra: IARQ/FLUC, CEAACP, Palimpsesto Lda. [http://www.uc.pt/fluc/iarq/pub\\_online/pdfs\\_online/2014\\_Bronze\\_sw](http://www.uc.pt/fluc/iarq/pub_online/pdfs_online/2014_Bronze_sw).
- SILVA, A. C. F. (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- SILVA, C. T. (1978) – Cerâmica típica da Beira-Alta. *Actas das III Jornadas Arqueológicas*. Vol. I. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 185-196.
- SILVA, C. T. (1979) – O Castro de Baiões (S. Pedro do Sul). *Beira Alta*, 38 (3), p. 511-531.

- SILVA, C. T. & SOARES, J. (2018) – Génese do conceito “Cultura do Bronze do Sudoeste”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24, p. 375-396.
- SILVA, J. Possidónio da (1878) – *Noções Elementares de Archeologia*. Lisboa: Lallemand Frères.
- SILVA, J. Possidónio da (1883a) – Communication sur les haches de bronze trouvées en Portugal faite dans le Congrès d'Anthropologie et d'Archéologie à Lisbonne, 1880. *Extrait du Bulletin des Architectes et Archeologues Portugais*. Lisboa. Série II, 4 (1), p. 1-7.
- SILVA, J. Possidónio da (1883b) – Grande argola de ouro achada em Portugal na provincia da Extremadura em 1883. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Série II, 4, p. 62-63.
- SILVA, J. Possidónio da (1884) – Sur les haches en bronze trouvées en Portugal. *Congrès d'Anthropologie et d'Archéologie à Lisbonne. Compte Rendue de la Neuvième Session, 1880*. Lisbonne: Typographie de l'Académie Royale des Sciences, p. 358-366.
- SIMÕES, A. F. (1878) – *Introdução á Archeologia da Peninsula Iberica*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- SIRET, L. (1913) – *Questions de Chronologie et d'Ethnographie Ibériques*. Tome I. De la fin du Quaternaire a la fin du Bronze. Paris: Paul Geuthner.
- SPINDLER, A.; BRANCO, A. C.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. da Veiga (1973-74) – Le monument à coupole de l'âge du Bronze final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 57, p. 91-154.
- VANDKILDE, H. (2016) – Bronzization: The Bronze Age as Pre-Modern Globalization. *Praehistorische Zeitschrift*. 91 (1), p. 103-123.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1897, 1905, 1913) – *Religiões da Lusitânia*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1906) – Estudos sobre a Epoca do Bronze em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 11, p. 179-189.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1917) – Coisas Velhas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 22, p. 107-169.
- VEIGA, S. P. Estácio da (1886, 1887, 1889, 1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistóricos*. Vol. 1 a 4. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. 2 vols. Lisboa: IPPAR. Trabalhos de Arqueologia 9.
- VILAÇA, R. (2006) – *Depósitos de Bronze do território Português. Um debate em aberto. O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. 24, p. 9-150.
- VILAÇA, R. (2008) – Reflexões em torno da presença mediterrânea no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. In CELESTINO PÉREZ, S., RAFEL, N. & ARMADA, X.-L. (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII ANE): La Precolonización a debate*. Madrid: Escuela Española de Historia y Arqueología de Roma del CSIC. Série Arqueológica, p. 371-400.
- VILAÇA, R. (coord.) (2011) – *Estelas e Estátuas-menires: da Pré à Proto-história. Actas das IV Jornadas Raianas*. Sabugal: Sabugal+, CEAUCP, IARQ/FLUC.
- VILAÇA, R. (2013) – Late Bronze Age: Mediterranean impacts in the Western End of the Iberian Peninsula (actions and reactions). In AUBET, E. & PAU, S. (coord.), *Interacción Social y Comercio en la Antesala del Colonialismo: Los Metales como Protagonistas [Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 2011-2012, 21]*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, p. 13-30.
- VILAÇA, R. (2015) – Dados e Reflexões sobre a Arqueologia Pré-Romana da Região de Penela. In NETO, M. S. (coord.), *Penela. Um Percurso pelo Tempo*. Penela: Palimage, p. 21-50.

- VILAÇA, R. (2017) – Da morte e seus rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação. *Mesa-Redonda “A Pré-história e a Proto-história no Centro de Portugal: avaliação e perspectivas de futuro”* [Estudos Pré-históricos 17, 2012]. Viseu, p. 101-133.
- VILAÇA, R. (2020) – Comércio a longa distância na Idade do Bronze. In FIOLEAIS, C., FRANCO, J. E. & PAIVA, J. P. (dir.) – *História Global de Portugal*. Círculo de Leitores, p. 47-52.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J. & GONÇALVES, A. H. (1999) – A Necrópole de Tanchoal dos Patudos/ Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 37, p. 5-29.
- VILAÇA, R.; BECK, C. & STOUT, E. (2002) – Provenience analysis of prehistoric amber artefacts in Portugal. *Madrider Mitteilungen*. 43, p. 61-78.
- VILAÇA, R. & CUNHA, E. (2005) – A Roça do Casal do Meio (Calhariz, Sesimbra): novos contributos. *Al-madan*. Almada. Série II, 13, p. 48-57.
- VILAÇA, R. & CARDOSO, J. L. (2017) – O Tejo português durante o Bronze Final. In CELESTINO PÉREZ, S. & RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, E. (eds.), *Territórios comparados: Los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Anejos del Archivo Español de Arqueología LXXX. Merida: CSIC. Instituto Arqueología, p. 237-281.
- VILAÇA, R. & BAPTISTA, P. (2020) – Reflexões sobre a mobilidade humana entre sociedades agrafas: natureza, escalas, sinais e campos de ação. In VILAÇA, R. & AGUIAR, R. S. (ed.), *(I) Mobilidades na Pré-história. Pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 15-49.

## **FENÍCIOS E INDÍGENAS NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS: O ESTUÁRIO DO TEJO COMO PARADIGMA**

### ***PHOENICIANS AND INDIGENOUS PEOPLE IN PORTUGUESE TERRITORY: THE TAGUS ESTUARY AS A PARADIGM***

Ana Margarida Arruda\*

#### **Abstract**

The data which has been retrieved in the past two decades in the Portuguese territory have confirmed the relatively early date of the arrival of Phoenician communities in the western coasts of the Iberian Peninsula. Groups of western Phoenicians, probably originating in the areas of Cádiz and Málaga, settled surely within the late second half of the eighth century b.c.e. in sites located first in the estuary of the Tagus and afterwards in those of the Mondego, Sado, Guadiana and Gilão. In the first space (the Tagus estuary), the density of sites is significant, and every indication suggests those sites functioned as a network following coordination models. Given the fact that the areas in question were occupied by indigenous populations, it seems that the establishment of deals and the undertaking of various types of negotiations between the autochthonous society and the new arrivals will have been indispensable. In the river mouth the Phoenician alphabet and language were used, a situation confirmed by the inscriptions founded in Lisbon and Almaraz. In the medium course of the river, however, a Southwest graffito showed the use of two different systems of writing, even if the archaeological materials, architectural features and construction techniques were the same.

*Keywords:* Iron Age, Tagus estuary, Phoenician language, Southwest graffito.

## **1 - INTRODUÇÃO**

Na última década, os estudos sobre a Idade do Ferro na Península Ibérica sofreram um desenvolvimento assinalável no que diz respeito a trabalhos no terreno e aos subsequentes de laboratório e que têm dado origem a várias publicações. Esta realidade possibilitou aumentar o conhecimento sobre a presença fenícia no Mediterrâneo Ocidental e no Atlântico, tendo permitido novos enquadramentos culturais e sociais e até étnicos e identitários para essa realidade.

São já bem conhecidos os resultados dos trabalhos arqueológicos levados a efeito em Cádiz, publicados de forma monográfica em 2014, muito especialmente no teatro Cómico (BOTTO, 2014), não sendo de mais lembrar o seu impacto ao nível cronológico, mas também na estafada questão que dominou grande parte do debate científico da última década do século passado neste nosso domínio, ou seja, a localização de Gadir. Hoje não restam muitas dúvidas sobre a implantação da colónia fenícia citada nas fontes clássicas, indepen-

---

\* UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa), Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa.



**Fig. 1** – Estela com inscrição em língua e caracteres fenícios, encontrada em Lisboa (armazéns Sommer).  
Fotografia de Guilherme Cardoso.

dentemente do papel desempenhado pelo Castillo de Doña Blanca, por um lado, e pelo Cerro del Castillo de Chiclana, por outro, na gestão do espaço colonial que a Baía de Cádiz representou.

Mas também consentiram a discussão acerca dos protagonistas concretos do fenómeno colonial e das suas relações com a(s) sua(s) metrópoles, não só pelos estudos de DNA já levados a efeito (PALOMO & ARROYO 2011; GOMES *et al.*, 2014; CALERO *et al.*, 2015), mas também através da análise da cerâmica, da epigrafia (ZAMORA LOPEZ *et al.*, 2010) e das crétulas (GENER BASALLOTE *et al.*, 2012), e igualmente das relações com os grupos indígenas.

Os dados de Cádiz são apenas ultrapassados em diversidade, quantidade e, atrevo-me a dizer, importância pelos já bem conhecidos e discutidos de Huelva (GONZÁLEZ DE CANALES; SERRANO PICHARDO & LLOMPART GOMÉZ 2004, 2006, 2008), estes infelizmente, e como todos sabemos, descontextualizados.

De qualquer modo, a sincronia dos materiais de ambos os sítios com os dos estratos de Tiro IV e V, de acordo com a estratigrafia de Bikai (1978), parece inquestionável (NUÑEZ CALVO 2014).

Também em Málaga, quer na área urbana, quer em Rebanadilla, no povoado (ARANCIBIA *et al.*, 2011; SANCHEZ *et al.*, 2011) e na necrópole de Santo Isidro (JUZGADO NAVARRO *et al.*, 2016), tem havido oportunidade de comprovar a antiguidade do processo de colonização fenícia ocidental, já pressentida em Morro de Mezquitilla (SCHUBART 2006, SCHUBART & MAASS-LINDEMANN, 2018) e sobretudo a sua dimensão, em termos de áreas ocupadas, mas também o seu desenvolvimento interno e muito próprio no que diz respeito aos contactos inter-culturais estabelecidos, como a sepultura conhecida como “Tumba del Guerrero” (GARCÍA GONZÁLEZ *et al.*, 2019) deixa transparecer à saciedade. Não menos importantes são os resultados obtidos pela equipa do DAI, dirigida por Dirce Marzoli, em Alcorrín (MARZOLI *et al.*, 2010), sobretudo no que diz respeito ao abandono precoce do sítio ainda no século VII a.n.e., uma situação que pode ser paralelizável à do Castro dos Ratinhos (BERROCAL & SILVA 2010), por exemplo, até mesmo na justificação para esse mesmo abandono.

No Sudeste, a Universidade de Alicante, através de Fernando Prados Martínez e Elena Jiménez, retomou, nos últimos anos, as escavações no Cabezo del Estaño e em La Fonteta. Também aqui o processo de instalação dos grupos fenícios pode ser re-avaliado, tendo em consideração sobretudo os novos dados do primeiro dos sítios, cuja arquitectura, doméstica e defensiva, aponta para um modelo de ocupação eminentemente fenício, ao arrepio do que se considerou até há pouco tempo.

Voltando ao Atlântico e ao Extremo Ocidente, deve começar por se valorizar a necrópole de Ayamonte (MARZOLI & TEYSSANDIER 2018), na foz do Guadiana, da qual se escavaram três sepulturas fenícias.



**Fig. 2** – Grafito com caracteres fenícios sobre parede de ânfora, proveniente do Castelo de São Jorge em Lisboa, segundo Arruda, 2013.

No território actualmente português, parece indispensável fazer referência aos dados do baixo Tejo, quer os que resultaram dos trabalhos que decorreram no quadro do Projecto “Fenícios no Vale do Tejo”, quer ainda os que a arqueologia urbana tem proporcionado para Lisboa.

Neste último caso, destaca-se a epigrafia e muito especialmente a lápide funerária descoberta na área ribeirinha, nos antigos armazéns Sommer, incorporada na muralha do Baixo Império (NETO *et al.*, 2016). Lida por José Angel Zamora, foi datada paleograficamente do século VII a.n.e. Os caracteres apresentam-se distribuídos por três linhas e referem um antropónimo indígena, escrito em língua e caracteres fenícios. Esta inscrição, de inegável importância intrínseca, evidencia o conhecimento da língua fenícia no Extremo Ocidente, e o seu uso por comunidades autóctones, permitindo também re-avaliar a outra inscrição já conhecida, o grafito sobre cerâmica encontrado no Castelo de São Jorge, que parece corresponder a um topónimo ou hidrónimo indígena (ARRUDA, 2013; ZAMORA LÓPEZ, 2014). A estas evidências podemos associar um outro grafito fenício, ainda inédito, encontrado em Almaraz, na outra margem da foz do rio, sítio de importância maior, medida pelos materiais já conhecidos (BARROS, CARDOSO & SABROSA, 1993).

À epigrafia soma-se uma quantidade muito expressiva de espólios muito diversificados e em grande parte já conhecidos (AMARO, 1993; ARRUDA, 1999-2000, ARRUDA, FREITAS & VALLEJO SANCHEZ 2000; PIMENTA, CALADO & LEITÃO, 2005; CALADO *et al.*, 2013 a; CALADO *et al.*, 2013 b; FERNANDES *et al.*, 2013; FILIPE, CALADO & LEITÃO, 2014; PIMENTA, CALADO & LEITÃO, 2014; PIMENTA, SILVA & CALADO, 2014; SOUSA, 2014, 2015, 2016<sup>a</sup>, 2016B; SOUSA E PINTO 2016; SOUSA, SARRAZOLA & SIMÃO 2016; SOUSA 2017; SOUSA & GUERRA 2017) que incorporam sobretudo cerâmicas, mas também, em Almaraz, vasos de alabastro, pesos de balança, escaravelho, *arybaloi* do Coríntio Médio (CARDOSO, 2004; ALMAGRO GORBEA & TORRES ORTIZ, 2009; ARRUDA, 2019), para além, de uma arquitectura defensiva muito característica, concretamente um fosso de perfil em V (BARROS, 2001). Resta acrescentar que em Lisboa os dados estão em permanente actualização, apesar de não se alterarem os repertórios formais nem os fabricos, como os trabalhos de vários colegas têm vindo a evidenciar, muito especialmente os de Elisa de Sousa, muitas vezes em colaboração. Refira-se, contudo, a extensão desta ocupação em área, em estruturas e em materiais.

Mais a montante do estuário do Tejo, justamente no seu curso médio e superior, o projecto que desenvolvemos entre 2012 e 2015, em colaboração com outros colegas, permitiu a identificação de realidades que já tivemos oportunidade de apresentar e publicar parcialmente e/ou em sínteses recentes.

Ainda assim, parece importante lembrar que a ocupação da 1ª Idade do Ferro no antigo estuário do Tejo se desenvolveu, exclusivamente, ao longo da orla do rio, desprezando-se os territórios do interior, o que contrasta de forma clara com a situação verificada no Bronze Final (ARRUDA, 2017). De facto, a grande maioria dos sítios ocupados no final da Idade do Bronze é abandonada no início da Idade do Ferro, resistindo apenas os que se localizam em área imediatamente anexa ao rio, como são os casos de Lisboa e eventualmente de Almaraz, na foz, de Santarém e Alto do Castelo no troço superior, e do Castro do Amaral no curso médio.

A chegada de grupos fenícios à foz do Tejo implicou, pois, uma alteração significativa no modelo de ocupação do território na área do estuário, que certamente decorreu de uma mudança na estrutura económica social e política.

Esta ocupação das margens, que, em certos troços, corresponde a uma verdadeira rede de povoamento, tem de ser interpretada em função do próprio rio, que une as duas orlas, constituindo com elas um único espaço social. Os sítios estão profundamente relacionados entre si, controlando um território específico.

Criou-se um espaço próprio, um verdadeiro mar fenício, dando a geografia física lugar a uma geografia política, económica e étnica, plena de identidade.

Este sistema não é inédito no território peninsular, concretamente nas áreas de colonização fenícia e em territórios orientalizados. A costa de Málaga e a própria Extremadura constituem-se também como espaços em que os vários sítios funcionaram em rede, construindo identidades próprias e irrepetíveis, situação que podemos intuir igualmente para os Estuários do Sado, do Mondego, do Guadiana e para a Baía de Cádiz.

Naturalmente que entre todos eles existem semelhanças e até, em alguns casos, relações mais ou menos estreitas (por exemplo entre Málaga e a baía de Cádiz), que se podem justificar pela matriz comum que partilham.

Mas o seu próprio desenvolvimento interno, que, na segunda Idade do Ferro, concretamente a partir do século V, deu origem a novas realidades consideravelmente distintas entre si (ao Ibérico no Sudeste, ao Turdetano, na Andaluzia Ocidental e no Algarve, ao pós-orientalizante, na Extremadura e no Alentejo central, e ao mundo atlântico “lusitano”, na costa ocidental), deve ser explicado no quadro da autonomia que estas populações exógenas adquiriram nos espaços que construíram em conjunto com os grupos indígenas que aí já habitavam. Aí desenvolveram as suas actividades produtivas de acordo com as tecnologias que conheciam, mas devidamente adaptadas às condições específicas de cada território em concreto. É por exemplo o caso da produção cerâmica realizada localmente, que, mesmo com morfologias e tratamentos superficiais idênticos, evoluiu do ponto de vista formal autonomamente.

E, por isso mesmo, as dissemelhanças, que são muitas, estão justificadas pela diversidade das situações concretas, especificamente pela variedade, em termos sociais e económicos, dos próprios protagonistas de ambos os grupos, neste caso, muito especialmente dos recém-chegados.

Neste contexto, deve mencionar-se a descoberta, em Porto de Sabugueiro, de um fragmento de cerâmica cinzenta com uma inscrição segmentada, incisa pós-cozedura (RODRIGUES *et al.*, 2019). Os dois signos fazem parte do semi-silabário do Sudoeste, tornando-se evidente a presença de uma das características definidoras por excelência da escrita do Sudoeste, concretamente o carácter redundante da vogal a seguir ao caractere silábico (o primeiro corresponde ao conjunto silábico *ti* (signo 17 de Espanca) e o segundo à vogal *i* (signo 5 do signário de Espanca). Para além do facto da peça, infelizmente truncada, representar, no território actualmente português, a evidência mais a norte deste sistema de escrita, cuja finisterra era, até agora, o estuário do Sado, outras questões podem e devem ainda ser mencionadas, sobretudo porque parece possível admitir que a inscrição, ainda para mais pós-cozedura, e que por isso mesmo deve tratar-se de uma marca de propriedade, se relaciona também com a língua que seria falada e que a escrita reflecte. Esta peça e as inscrições em língua e caracteres fenícios já anteriormente comentadas de Lisboa e de Almaraz colocam inevitavelmente a questão do bilinguismo e, assim, do multiculturalismo da região do vale do Tejo durante da Idade do Ferro. De facto, se admitirmos que uma e outra traduzem entidades étnicas distintas, que falam



Fig. 3 – Grafito com signos da escrita do Sudoeste, segundo Rodrigues *et al.* 2019.

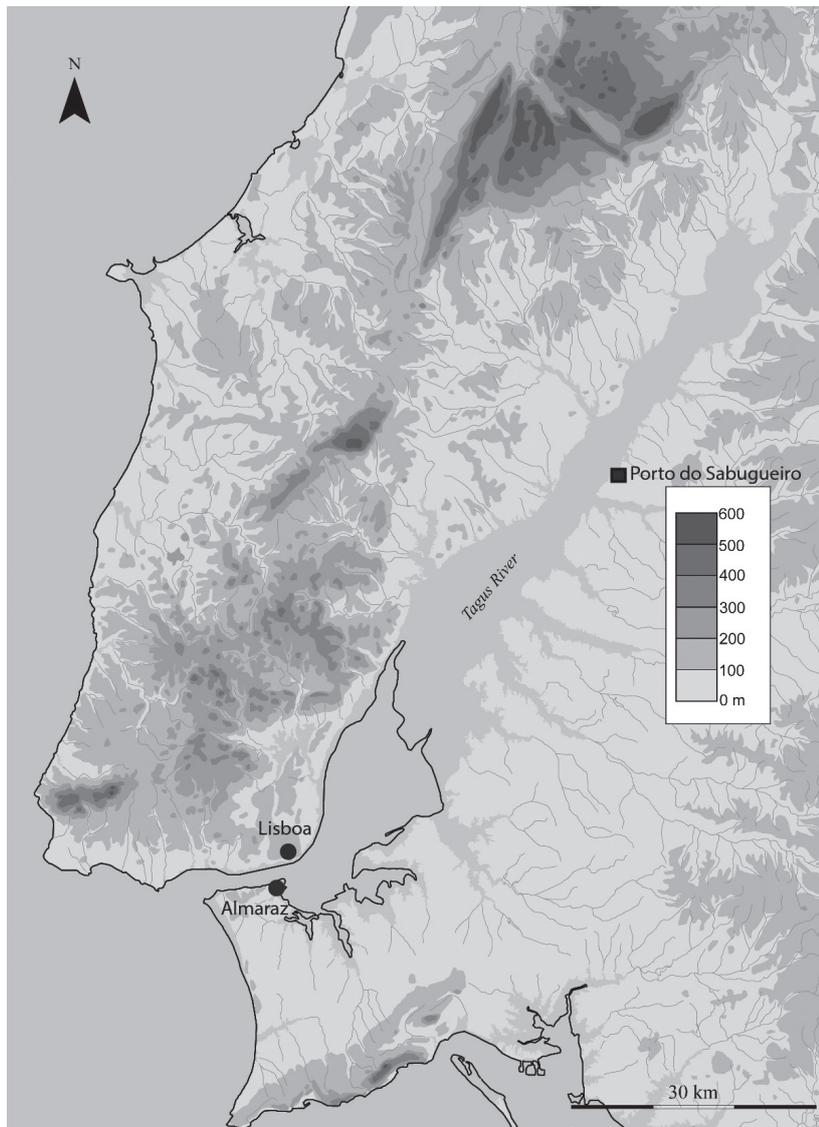


Fig. 4 – Localização dos sítios onde se registam inscrições fenícias (círculos) e do Sudoeste (quadrados).

línguas diferenciadas, uma local (a do Sudoeste) e outra exógena (a fenícia), esse multiculturalismo deve ser assumido sem qualquer preconceito.

Estes dados epigráficos e outros, como os das cerâmicas (manuais e cinzentas), remetem também para os debates teóricos relacionados com o protagonismo das comunidades indígenas no processo de ocupação dos diversos territórios colonizados na Península Ibérica e não só. De facto, parece importante lembrar que esse protagonismo foi evidenciado, ou mesmo talvez exageradamente sobrevalorizado, pelas teorias pós-coloniais, de que as escolas de Barcelona e de Valência são, a nível peninsular, as melhores representantes. Contudo, o papel determinante atribuído a essas comunidades num processo que directamente as envolveu não se distancia, muito pelo contrário, dos modelos processualistas dos anos 80, quando as comunidades indígenas foram resgatadas do lugar secundário para onde as perspectivas histórico-culturalistas, até então dominantes, as tinham atirado.

E se é verdade que algum radicalismo pós-processualista banuiu do discurso conceitos como o de colónia, colonialismo e colonização, também é certo que aos arqueólogos da pós-modernidade ficámos a dever a introdução de outros como o de diversidade, complexidade e inter-culturalidade na análise da expansão fenícia para Ocidente (VAN DOMMELEN 2005). E, de facto, a sua aplicação às realidades peninsulares parece fazer sentido, como os dados arqueológicos evidenciam. O processo foi certamente bastante mais complexo do que as primeiras sínteses dos anos 60 e 70 do século passado deixavam transparecer, até porque certamente cada um dos dois grupos (indígenas e fenícios) era composto por uma considerável diversidade de indivíduos, com expectativas diferenciadas. Por outro lado, os espaços coloniais fenícios da Península Ibérica tendem a manter, desde o primeiro momento, uma relativa autonomia em relação uns aos outros, com as necessárias adaptações a cada um dos territórios que ocupam, diferenciando-se entre si, apesar do muito que partilham.

Ainda assim, parece obrigatório reconhecer que a diversidade é relativa. De facto, há um padrão comum nos grupos fenícios que desenvolveram o processo expansionista, não só ao nível linguístico, como também no que diz respeito à tecnologia, à arquitectura (doméstica e defensiva), à cultura material e aos rituais funerários, que nos permite identificar sítios e materiais, inserindo-os, talvez de forma demasiado redutora, admito, no que chamamos Fenícios. E isto, apesar de, em anos recentes, a designação, bem como, aliás, a de Púnicos, ter sido questionada por autores deconstrutivistas, como Paolo Xella, Nicholas Vella e, de forma mais polémica, por Josephine Quinn, que entendem que as populações, mesmo nos seus lugares de origem, não se reconheciam a si próprias como pertencentes a uma comunidade politicamente abrangente.

Como Maria Eugénia Aubet já tinha deixado claro nos finais dos anos 80 do século passado os Fenícios não se chamavam a eles próprios fenícios. Mas, na minha perspectiva, o nome grego que Homero deixou registado para designar as comunidades humanas levantinas é ainda operativo e pode ser utilizado, sem grandes preocupações, tendo, naturalmente presente, que também na fachada sírio-palestina a diversidade seria a norma.

## REFERÊNCIAS

- AMARO, C. (1993) – Vestígios materiais orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa. *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 183-192.
- ARANCIBIA, A.; GALINDO, J.; JUZGADO, M.; DUMAS, M. & SANCHEZ, V. M. (2011) – Aportaciones de las últimas intervenciones à la arqueologia fenicia de la Bahía de Málaga. In M. ÁLVAREZ AGUILLAR (ed.), *Fenicios en Tartessos: Nuevas perspectivas*. BAR International Series, 2245, Oxford, p. 129-149.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el Centro y Sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra (Cuadernos de Arqueología Mediterránea 5-6).
- ARRUDA, A. M. (2013) – Do que falamos quando falamos de Tartesso? In J. ALVAR & J. CAMPOS (Eds.), *Tarteso. El Emporio del Metal*. Huelva: Almuzara, p. 211-222.
- ARRUDA, A. M. (2017) – A Idade do Ferro Orientalizante no Estuário do Tejo: as duas margens do mesmo rio. In SEBASTIAN CELESTINO & ESTHER RODRIGUEZ (Eds.), *Território comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo em época tartésica*. Madrid: *Anejos del ArchEspArq*, LXXX, p. 283-294.
- AUBET, M. E. (2001) – *The Phoenicians and the West: Politics, Colonies and Trade*. Cambridge.
- BARROS, L.; CARDOSO, J. L. & SABROSA, A. (1993) – Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz (Almada). *Estudos Orientais*. Lisboa. 4, p. 143-181.

- BERROCAL RANGEL, L. & SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico no Guadiana*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia (Suplemento, 6 a *O Arqueólogo Português*).
- BIKAI, P. M. (1978) – *The pottery of Tyre*. Warminster.
- BOTTO, M. (Ed.) (2014) – *Los Fenicios en la Bahía de Cádiz: nuevas investigaciones Pisa/Roma*: Collezione di Studi Fenici, 46.
- CALADO, M.; ALMEIDA, L.; LEITÃO, V. & LEITÃO, M. (2013) – Cronologias absolutas para a I Idade do Ferro em *Olisipo*. O exemplo de uma ocupação em ambiente cársico na actual Rua da Judiaria em Alfama. *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira, 2, p. 118-132.
- CALADO, M.; PIMENTA, J.; FERNANDES, L. & FILIPE, V. (2013) – Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do teatro romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe vermelho. *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 141-149.
- CALERO, M.; GENER, J.; PAJUELO, J. M.; NAVARRO, M. A.; TORRES, M.; PALOMO, S.; GOMES, C.; ARROYO, E. & WAGNER, C. (2015) – Study of mitochondrial DNA for ancient individuals (VIII B.C. to IV AD) found in Gadir (Cádiz), indicates the possible existence of maternal lineages early Phoenicians and subsequence probable interbreeding with native European population. *Journal of Paleopathology*, 25.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *A Baixa Estremadura dos Finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 12).
- FERNANDES, L.; PIMENTA, J.; CALADO, M. & FILIPE, V. (2013) – Ocupação sidérica na área envolvente do teatro romano de Lisboa: o Pátio do Aljube. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 16, p. 167-185.
- FILIPE, V.; CALADO, M.; FIGUEIREDO, M. & CASTRO, A. (2013) – Intervenção Arqueológica na Rua do Espírito Santo, Castelo (Lisboa). Do romano republicano à época contemporânea: dados preliminares. *Al-Madan*. Almada. Série II, 17, p. 6-12.
- FILIPE, V.; CALADO, M. & LEITÃO, M. (2014) – Evidências orientalizantes na área urbana de Lisboa: o caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d'El Rei. In ARRUDA, A. M. (ed.), *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa, 2, p. 736-746.
- GARCÍA GONZALEZ, D.; LÓPEZ CHAMIZO & GARCÍA ALFONSO, E. (2019) – *La Tumba del Guerrero: un enterramiento excepcional en la Málaga fenicia del siglo VI a. C.* Málaga.
- GENER BASALLOTE, J. M.; NAVARRO GARCÍA, M. A.; PAJUELO SÁEZ, J. M.; TORRES ORTIZ, M. & LÓPEZ ROSENDO, E. (2014) – Arquitectura y urbanismo de la Gadir fenicia: el yacimiento del “Teatro Cómico” de Cádiz. In Boto, M., ed. - *Los Fenicios en la Bahía de Cádiz: Nuevas investigaciones*. Pisa/Roma: Colezione di Studi Fenici, 46, p. 14- 50.
- GENER BASALLOTE, J. M.; NAVARRO GARCÍA, M.<sup>a</sup> DE LOS Á.; PAJUELO SÁEZ, J. M.; TORRES ORTIZ, M. & DOMÍNGUEZ-BELLA, S. (2012) – Las crétulas del siglo VIII a.C. de las excavaciones del solar del Cine Cómico (Cádiz). *Madridier Mitteilungen*. Wiesbaden, 53, p. 134-186.
- GOMES, C.; DÍEZ, S. P. & ARROYO PARDO, E. (2014) – *Estudio del origen biogeográfico a partir do ADN mitocondrial de dieciséis individuos procedentes de Cádiz, España*. Informe genético técnico. Laboratório de genética forense e genética de poblaciones. <http://cefyp.blogspot.com/search?q=ADN>. Madrid: Laboratório de genética forense e genética de poblaciones.
- GÓNZALEZ DE CANALES, F.; SERRANO PICHARDO, L. & LLOMPART GÓMES, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (c. 900-770 a.C.)*. Huelva.

- MARZOLI, D.; LÓPEZ PARDO, F.; SUÁREZ PADILLA, J.; WAGNER, C.; MIELKE, D. P.; LEÓN MARTÍN, C.; RUIZ CABRERO, L.; THIEMEYER, H. & TORRES ORTIZ, M. (2010) – Los inicios del urbanismo em las sociedades autóctonas localizadas em el entorno del estrecho de Gibraltar: investigaciones en los Castillejos de Alcorrín y su territorio (Manilva, Málaga). *Menga, Revista de Prehistoria de Andalucía*, 1, p. 153-183.
- NETO, N.; REBELO, P.; ÁVILA, R.; ROCHA, M.; ZAMORA LÓPEZ, J. A. (2016) – Uma inscrição lapidar fenícia em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19, p. 123-128.
- NUÑEZ CALVO, F. (2014) – Tyrian potters and their products: standardization and variation in the pottery of the al-Bass cemetery. In A. KOTSONAS (ed.), *Understanding standardization and variations in Mediterranean ceramics mid 2nd to late 1st millennium BC*. 16th Annual Meeting of the European Association of Archaeologists, (Babesch Supplements, 25), Lovain, p. 59-84.
- PALOMO, S. & ARROYO, E. (2011) – *Estudio del origen étnico a partir del ADN mitocondrial en dos individuos procedentes del solar del antiguo Teatro Cómico*. Informe realizado por el Laboratorio de Genética Forense y Genética de Poblaciones (Departamento de Toxicología y Legislación Sanitaria. Facultad de Medicina de la Universidad Complutense de Madrid). Madrid.
- PIMENTA, J., CALADO, M. & LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8 (2), p. 313-334.
- PIMENTA, J.; CALADO, M. & LEITÃO, M. (2014) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: a intervenção da Rua de São João da Praça. In ARRUDA, A. M. (Ed.), *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa. 2, p. 712-742.
- PIMENTA, J., SILVA, R. & CALADO, M. (2014) – Sobre a ocupação pré-romana de *Olisipo*: a Intervenção Arqueológica Urbana da Rua de São Mamede ao Caldas 1. In ARRUDA A. M. (Ed.), *Fenícios e Púnicos, por Terra e Mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*. Lisboa, 2, p. 736-746.
- QUINN, J. (2017) – *In Search of the Phoenicians*. Princeton.
- RODRIGUES, M.; PIMENTA, J.; SOUSA, E.; MENDES, H. & ARRUDA, A. M. (2019) – A cerâmica cinzenta de Porto de Sabugueiro (Salvaterra de Magos, Portugal). *Cira*. Vila Franca de Xira 7 (n.p.).
- SÁNCHEZ MORENO V., GALINDO L., JUZGADO M. & DUMAS M. (2011) – El asentamiento fenicio de La Rebanadilla a finales del siglo IX a.C. In E. GARCÍA ALFONSO (Ed.), *Diez años de arqueología fenicia en la provincia de Málaga (2001-2010)*, Málaga: p. 67-75.
- SCHUBART, H. (2006) – *Morro de Mezquitilla. El asentamiento fenicio-punico en la desembocadura del rio Algarrobo*. Málaga: *Anejos de Mainaké*.
- SCHUBART, H. & MAASS-LINDEMANN, G. (2018) – Morro de Mezquitilla. Die phönizisch-punische Niederlassung an der Algarrobo-Mündung. Wiesbaden. (Madrider Beiträge, 33).
- SOUSA, E. & GUERRA, S. (2018) – A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da Colina do Castelo de São Jorge. *Saguntum*. Valencia. 50, p. 57-88.
- SOUSA, E. & PINTO, M. (2016) – A ocupação da Idade do Ferro na colina do Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal): novos dados das escavações realizadas na Rua do Recolhimento/Beco do Leão. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 11, p. 59-67.
- SOUSA, E.; SARRAZOLA, A. & SIMÃO, I. (2016) – Lisboa pré-romana: contributos das intervenções arqueológicas na Rua da Madalena. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 11, p. 69-79.

- VAN DOMMELEN, P. (2005) – Colonial interactions and hybrid practices. Phoenician and Carthaginian settlement in the ancient Mediterranean. In G. J. STEIN (Ed.), *The Archaeology of Colonial Encounters. Comparative Perspectives*. Santa Fe, p. 109-41.
- VELLA, N. (2014) – The invention of the Phoenicians: on object definition, decontextualization and display. In J. QUINN & N. VELLA (Eds.), *The Punic Mediterranean. Identities and Identification from Phoenician Settlement to Roman Rule*. Cambridge, p. 24-41.
- XELLA, P. (2014) – «Origini» e «identità». Riflessioni sul caso dei Fenici." *Mélanges de l'École française de Rome – Antiquité*. 126 (2), p. 1-13.
- ZAMORA LOPEZ, J. A.; GENER BASALLOTE, J. M; NAVARRO GARCÍA; M. A.; PAJUELO SÁEZ, J. M. & TORRES ORTIZ, M. (2010) – Epígrafes fenicios arcaicos en la excavación del Teatro Cómico de Cádiz (2006-2010), *Rivista di Studi Fenici*. 38 (2), p. 203-236.
- ZAMORA LÓPEZ, J. A. (2014) – Palabras fluidas en el extremo Occidente. Sobre un nuevo grafito fenicio, hallado en la desembocadura del Tajo, que recoge un posible topónimo local. In P. BÁDENAS DE LA PEÑA; P. CABRERA BONET; M. MORENO CONDE; A. RUIZ RODRÍGUEZ; C. SÁNCHEZ FERNÁNDEZ & T. TORTOSA ROCAMORA (Eds.), *Homenaje a Ricardo Olmos: Per speculum in aenigmate*. Madrid, p.306-314.

## **LOS CELTAS EN LA PENÍNSULA IBÉRICA: UNA PERSPECTIVA ACTUAL**

### ***LOS CELTAS EN LA PENÍNSULA IBÉRICA: A CURRENT PERSPECTIVE***

Martín Almagro-Gorbea\*

#### **Abstract**

Historiographical approach to the study of the Celts in Portugal, with special attention to the contributions of archeology and linguistics in the 20th century and to the new data on genetics and paleoethnology in the 21st century, in which popular traditions are essential, including literature. Celts are defined from their components as an ethno-culture: material culture, economy, society, political structure, language, anthropology, religion, etc., and its diachronic and geographical changes, in addition to interaction with other ethnic groups in a continuous process of ethnogenesis.

From this perspective, the origin of the Celts in the Iberian Peninsula is analyzed. Recent genetic and linguistic data indicate that they come from a bell-beaker substrate from which the Atlantic Bronze derives. On this “Proto-Celtic” substrate of the Atlantic Bronze Age expanded new elements from the Urnfields Culture, from which derive the Celtiberian peoples. This long process explains the diversity of the Celtic peoples in Iberia as a result of a complex ethnogenesis, which ends with the Roman Conquest.

*Keywords:* Celts, Portugal, Iberia, Historiography. Ethnogenesis.

Los celtas es un tema siempre popular, además de ser esencial en la formación etno-cultural de la Península Ibérica, pues constituyen una de las bases genéticas de gran parte de la población portuguesa y española. Los celtas de la Península Ibérica, la antigua *Hispania*, son uno de los campos de estudio más complejos y debatidos del mundo céltico. El tema es muy atractivo<sup>1</sup>, pero es complejo y difícil explicar su origen, que es la clave para entender la personalidad que ofrecen en la Península Ibérica y su diversidad respecto a los restantes pueblos celtas de Europa.

Una aproximación historiográfica ayuda a comprender cómo ha variado su interpretación a lo largo del tiempo, en especial a partir del siglo XX, cuando los hallazgos arqueológicos y los testimonios lingüísticos en la segunda mitad de ese siglo han aportado informaciones relevantes, a las que se han sumado en estos últimos años del siglo XXI nuevos datos de la Genética y la Paleoetnología al aprovechar las tradiciones populares para reconstruir la cultura celta de la que proceden. Se trata, por tanto, de un campo de estudios muy dinámico e interdisciplinar, lo que aumenta su atractivo.

El interés por los celtas se inicia entre los humanistas del Renacimiento, cuyos estudios pretendían asociar textos clásicos de la Antigüedad y fuentes bíblicas, además de exaltar el glorioso pasado, que explica

---

\* Universidad Complutense de Madrid. Real Academia de la Historia. Academia das Ciências de Lisboa.

<sup>1</sup> Agradezco al Prof. João Luis Cardoso su invitación exponer algunas ideas actuales sobre los Celtas en la Península Ibérica, tema que me atrae desde hace muchos años.

la popularidad del celtíbero Marco Valerio Marcial, nacido en *Bilbilis*, Calatayud, quien declaraba nuestros orígenes: *nos Celtis genitos et ex Iberis* (*Epigr.* IV, 55). Esta tradición de los historiadores del Renacimiento, como ocurría en otras regiones de Europa, perduró en estudios eruditos hasta la “celtomanía” cultivada en el siglo XIX por quienes buscan visiones románticas, aventura y misterio, que, al mismo tiempo, alimentaban visiones nacionalistas<sup>2</sup>.

En Portugal, el humanista André de Resende (c. 1500-1573), en su conocida obra *De Antiquitatibus Lusitaniae* de 1593 (Fig. 1)<sup>3</sup>, aunque centra su interés en los lusitanos<sup>4</sup>, también hace referencia a los celtas de Hispania y, de pasada, alude a que ésta fue poblada por griegos, iberos, persas y celtas, siguiendo la información de Plinio (*H.N.*, III, 1, 8). Igualmente, considera celtas a los helvios, quienes habrían fundado Elvas (p. 350), una invención histórica para engrandecer el pasado de su ciudad, semejante a la de los reyes míticos de Hispania desde el Diluvio<sup>5</sup>, que habrían dejado su huella en la toponimia y en leyendas, pues Túbal habría dado su nombre a Setúbal<sup>6</sup>. También Resende hace referencia a los célticos<sup>7</sup>, que considera habitantes de raza gala de la cuenca del Guadiana, siempre basado en las fuentes clásicas, de las que recoge la cita de Plinio (3,13) de que procedían de los celtas de Lusitania por la identidad de ritos, de lengua y de los nombres de sus poblaciones.

En esa misma línea, el P. Juan de Mariana (1536-1624) también inicia su *Historia general de España*<sup>8</sup> con la superchería de que Túbal, hijo de Jafet, fue el primer hombre que vino a España, pero indica que los celtas procedentes de la Galia atravesaron los Pirineos y poblaron España hasta el Ebro y, mezclados con los Íberos, dieron lugar a la Celtiberia<sup>9</sup>.

Esta tradición histórica erudita prosigue hasta el siglo XVIII. *La Vasconia* del P. Risco<sup>10</sup> defiende el origen hispano de los celtas, lo mismo que J. F. Masdeu en su *Historia de España*<sup>11</sup>. Dentro de este contexto, las inquietudes de la Ilustración hacen surgir entre los anticuarios ilustrados los primeros estudios innovadores críticos con nuevas orientaciones. Un ejemplo a destacar es el *Ensayo sobre los*

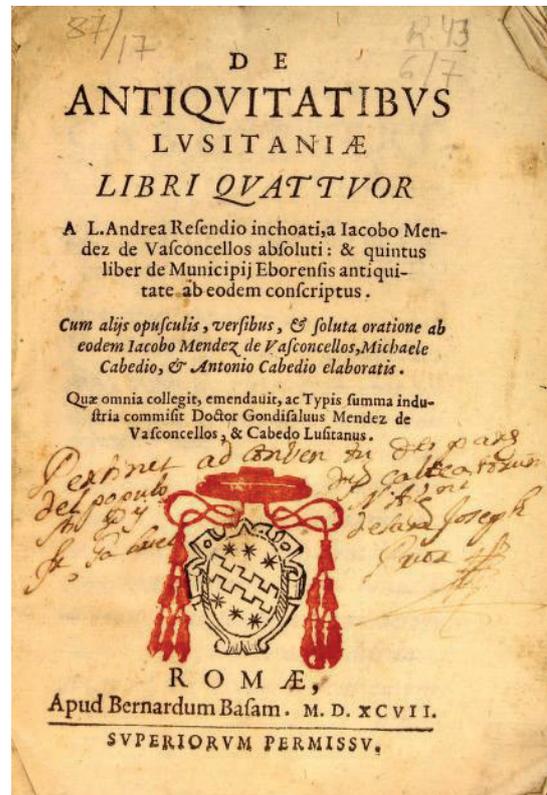


Fig. 1 – *De Antiquitatibus Lusitaniae*, de André de Resende, 1597 (2.ª edición).

<sup>3</sup> RESENDE, 2009, libro III.

<sup>4</sup> ALMAGRO-GORBEA 2015, p. 439 s.

<sup>5</sup> CABALLERO, 2001.

<sup>6</sup> RESENDE, 2009, 31.

<sup>7</sup> BERROCAL, 1992; PÉREZ VILATELA, 2000, p. 136 s.

<sup>8</sup> MARIANA, 1601, p. 1.

<sup>9</sup> MARIANA, 1601, I, cap. XIV.

<sup>10</sup> RISCO, 1878, § 33, p. 25

<sup>11</sup> MASDEU, 1794, p. 107 s.

*Alfabetos de las letras desconocidas* publicado en 1752 por el Marqués de Valdeflores<sup>12</sup>, que estudia la escritura de las monedas hispánicas, entre ellas las celtibéricas, escritura que identificó como alfabeto “celtibérico”, tesis que, aunque no fuera plenamente acertada, se mantuvo hasta avanzado el siglo XIX.

A partir del siglo XIX los celtas suscitan interpretaciones románticas<sup>13</sup> que alimentaban posturas nacionalistas, en especial en Galicia<sup>14</sup>, siguiendo las tendencias de otras partes de Europa<sup>15</sup>. Contra ellas han reaccionado algunos estudiosos en época reciente, no sin cierto anacronismo y exceso, pues han llegado a negar la existencia de los celtas o considerarlos un “constructo” moderno siguiendo posturas radicales de algunos arqueólogos anglosajones<sup>16</sup>, pues una cosa es oponerse a que se instrumentalicen los celtas y otra es negar su existencia, tan real como la de griegos, romanos o germanos.

Estas corrientes nacionalistas llegaron igualmente a Portugal, donde Teófilo Braga (1843-1924), en su obra *O povo português* (1885), la “primeira obra de reflexão sistemática em torno da nação portuguesa”<sup>17</sup>, plantea que en la Península Ibérica hubo dos migraciones de Celtas en épocas diferentes: “as duas invasões célticas de leste a oeste ou dos Ligúrios, e de norte a sul, ou dos Celtas propriamente ditos aqui penetraram em Portugal, deixando-nos certos tipos morfológicos e um grande número de qualidades étnicas”<sup>18</sup>, invasiones que explicarían las diferencias existentes entre unas regiones y otras. El mismo autor considera que “‘celtas’ abarca um conjunto de povos caracterizados pela sua semelhança cultural, englobando, contudo, os bretões, os gauleses, os escotos, os eburões, os batavos, os belgas, os gálatas, os trinovantes e os caledónios. Por isso, o povo celta, uma das raças ancestrais, não é uma raça “pura” e o mesmo se verifica com outros povos, em virtude de conflitos tribais e migrações dos povos bárbaros durante o seu processo histórico”<sup>19</sup>. Braga considera a los lusitanos una rama céltica que habitaba en la Lusitania, pues pensaba que los celtas eran una raza indoeuropea procedente del Caspio que habrían desempeñado un papel esencial en la Península Ibérica por ser el elemento ario de la misma<sup>20</sup>.

Al margen de estas posturas, habituales en su época, en el último cuarto del siglo XIX aparecen los primeros estudios especializados sobre los celtas de la Península Ibérica. Hitos significativos puede considerarse la ubicación definitiva de Numancia por E. Saavedra (1829-1912)<sup>21</sup> o la publicación de la inscripción de Luzaga por Fidel Fita (1835-1918), *Restos de declinación céltica y celtibérica en algunas lápidas españolas*<sup>22</sup>, que identifica por primera vez que el celtibérico tenía declinación, lo que iniciaba los estudios lingüísticos. En esta nueva línea en esos últimos decenios de siglo XIX, la figura esencial fue Joaquín Costa (1846-1911), al que probablemente hay que considerar como el mayor “celtista” de la Península Ibérica por su visión antropológica interdisciplinar, abandonada posteriormente por la investigación. Costa seguía a Henri d’Arbois de Jubainville (1827-1910), el gran celtista francés de la época, interesado personalmente por los celtas de la Península

---

<sup>12</sup> VALDEFLORES, MARQUÉS DE, 1752.

<sup>13</sup> VERA Y AGUIAR, 1838; VICETTO, 1865; VILLAAMIL Y CASTRO, 1873.

<sup>14</sup> DÍAZ SANTANA, 2001; GONZÁLEZ GARCÍA, 2007; etc.

<sup>15</sup> DIETLER, 1994.

<sup>16</sup> JAMES, 1999; HARDING, 2002: 367; COLLIS, 2003.

<sup>17</sup> YUXIONG, 2016, p. 29.

<sup>18</sup> BRAGA, 1885, p. 64.

<sup>19</sup> YUXIONG, 2016, p. 37.

<sup>20</sup> BRAGA, 1883, p. 143 s. y 153.

<sup>21</sup> SAAVEDRA, 1879.

<sup>22</sup> FITA, 1878-1879.

Ibérica en su conocido artículo “Les Celtes en Espagne” publicado en la *Revue Celtique* en 1894<sup>23</sup>, que recoge la idea de que los ligures eran anteriores a los celtas. La importancia de Costa la evidencian sus conocidas obras, como *Organización política, civil y religiosa de los Celtíberos* (1879) o *Colectivismo agrario en España* (1898) (Fig. 2), en las que aborda la cultura, la sociedad, la religión e incluso el derecho y la literatura de los celtas de Hispania<sup>24</sup>, ofreciendo una visión de conjunto que, por desgracia, posteriormente no ha tenido continuidad hasta nuestros días.

En esos años finales del siglo XIX toma un protagonismo creciente la Arqueología. F. Martins Sarmento (1833-1899), con la experiencia de sus excavaciones castreñas, escribe la obra *Lusitanos, ligures e celtas*, un trabajo modélico en su época, cuya buena documentación y razonamientos elogió E. Hübner<sup>25</sup>. En él plantea el origen de los Lusitanos: “os portugueses de hoje descendem em linha directa dos Lusitanos” y, además, se pregunta: “Mas, qual seria a filiação étnica dos Lusitanos? Que povos pré-celtas eram esses? De onde vieram?”. Estas cuestiones abrían una discusión sobre el origen de los Lusitanos, cuya etno-génesis todavía se debate a inicios del siglo XXI<sup>26</sup>. Con acierto, Sarmento se opuso a considerar celtas todas las antigüedades prerromanas, como suponían los anticuarios humanistas, idea que perduró hasta avanzado en siglo XIX. Gracias a la visión que tenía de la Cultura Castreña y de su comparación con yacimientos de Europa Occidental excavados en su época, concluyó que los lusitanos constructores de las citanias y castros eran gentes prerromanas y pre-celtas, originarias de las primeras migraciones arias que se habían establecido en el Occidente de Europa en época muy remota: «Os Lusitanos, ao contrário do que geralmente se pensa, têm, graças à sua posição geográfica, uma das mais puras árvores genealógicas dos povos antigos», por lo que supo valorar el carácter arcaizante y conservador de esta cultura del extremo occidental de Europa, como se ha confirmado en el siglo XXI. En esta línea, Pedro Bosch Gimpera<sup>27</sup> siguió a Martín Sarmento al plantear que “los lusitanos no son celtas”, aunque los consideró erróneamente más próximos a los iberos que a los celtas, -en especial a los celtíberos-, si bien los hacía proceder de los *Lusones* del Valle del Ebro y de tierras de Guadalajara<sup>28</sup>, lo que evidencia las contradicciones propias de la época, como ocurre con Antonio Mendes Correa en *Os povos primitivos da Lusitania*<sup>29</sup>, que sigue

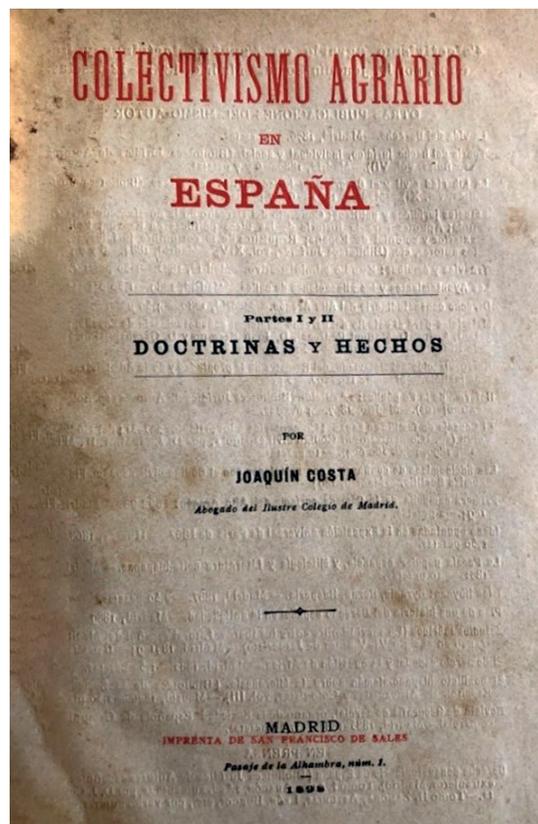


Fig. 2 - Joaquín Costa, *Colectivismo agrario en España*, Madrid, 1898.

<sup>23</sup> D'ARBOIS DE JUBAINVILLE, 1894

<sup>24</sup> COSTA, 1879; ID. 1881; ID. 1893; ID. 1917.

<sup>25</sup> SARMENTO, 1891-1893; PIMENTA, 2005.

<sup>26</sup> ALMAGRO-GORBEA, 2018,a.

<sup>27</sup> BOSCH GIMPERA, 1932, p. 598 s.

<sup>28</sup> BOSCH GIMPERA, 1933.

<sup>29</sup> CORREA, 1924.

el mismo modelo invasionista basado en análisis de los textos, línea que, junto al estudio de los paralelos arqueológicos, se ha mantenido hasta la actualidad<sup>30</sup>.

A inicios del siglo XX las excavaciones de necrópolis y poblados celtibéricos renuevan las investigaciones. Entre ellas, destacan las del Marqués de Cerralbo<sup>31</sup> (Fig. 3), a las que se añadieron los estudios de A. Schulten sobre *Numancia* y los históricos sobre *Sertorio* y *Viriato*<sup>32</sup>. En estos avances, un paso muy importante fue el descubrimiento del Campo de Urnas de Tarrasa<sup>33</sup>, que llevó a Bosch Gimpera a plantear diversas invasiones célticas en la Península Ibérica<sup>34</sup> (Fig. 4A). Su interpretación asociaba datos lingüísticos, especialmente etnónimos, con los escasos hallazgos arqueológicos, pero al aumentar las excavaciones y el conocimiento de los materiales, Bosch Gimpera debió adaptar sus dos invasiones iniciales a cuatro en sus estudios posteriores<sup>35</sup>. La discusión ha proseguido durante buena parte del siglo XX ante la creciente dificultad de la Arqueología para documentar esas teóricas invasiones, por lo que Martín Almagro en 1952<sup>36</sup> optó por una invasión única, compleja e indiferenciada, que fechó a partir del siglo VIII a.C. (Fig. 4B). La cuestión de las invasiones quedó abierta con un creciente divorcio entre lingüistas y arqueólogos y a ello se unía una confusión terminológica entre celtas, indoeuropeos, campos de urnas, cultura hallstática e, incluso en ocasiones, elementos de La Tène, términos muchas veces usados de forma equívoca y sin precisión. De forma paralela, a partir de 1950 Antonio Tovar<sup>37</sup> inicia la renovación de los estudios lingüistas, seguidos de otros colegas hasta nuestros días<sup>38</sup>, que mantuvieron la idea de varias invasiones, básicamente dos, una de “indoeuropeos” y otra de “celtas”, aunque sin precisar su época, vías, ni modo de llegada

Sin embargo, desde el inicio de los estudios arqueológicos a finales del siglo XIX, el problema esencial era saber cómo diferenciar a los celtas de la Península Ibérica. Una vía era comparar los hallazgos peninsulares con los del resto de Europa, pero esta línea tradicional se abandona en los últimos decenios del siglo XX al plan-



Fig. 3 – El Marqués de Cerralbo con su obra monumental *Páginas de historia patria por mis excavaciones arqueológicas*, Madrid, 1912.

<sup>30</sup> GAMITO, 1993; *ID.*, 2005; KALB, 1993; SCHIERL, 2010.

<sup>31</sup> LORRIO, 2005, p. 15 s.

<sup>32</sup> SCHULTEN, 1914-1931; *ID.*, 1940; *ID.*, 1945.

<sup>33</sup> BOSCH-GIMPERA Y COLOMINAS, 1915-1920.

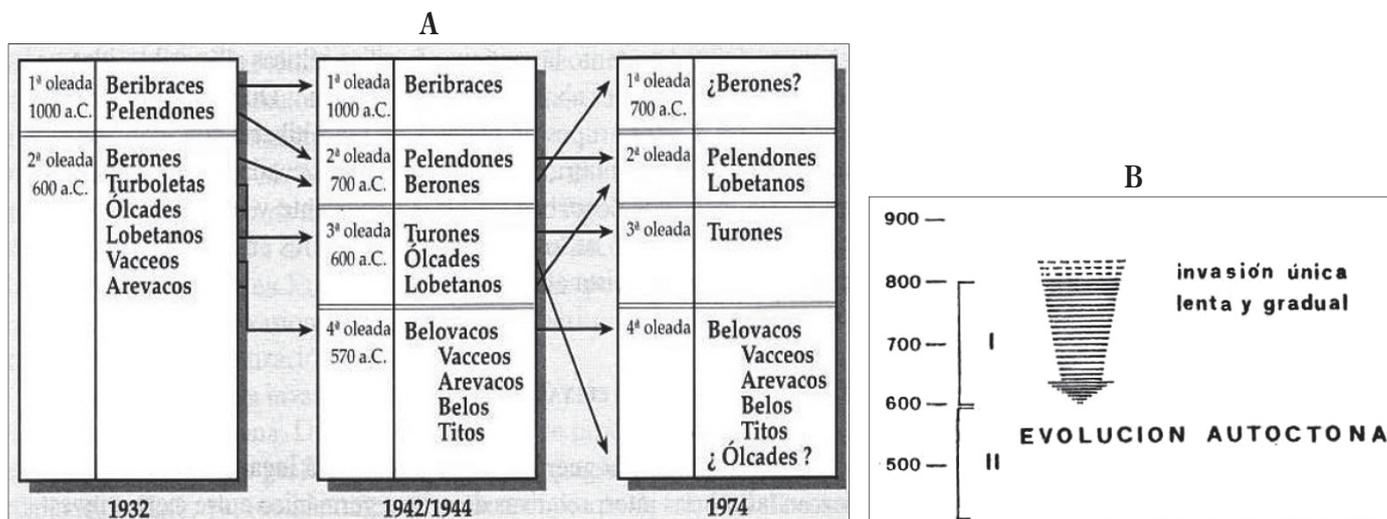
<sup>34</sup> BOSCH GIMPERA, 1932, *ID.*, 1942; RUIZ ZAPATERO, 1985.

<sup>35</sup> BOSCH GIMPERA, 1944; *ID.*, 1974;

<sup>36</sup> ALMAGRO, 1952.

<sup>37</sup> TOVAR, 1949.

<sup>38</sup> HOZ 2010-2011.



**Fig. 4** – Las invasiones célticas de la Península Ibérica. A, según Pedro Bosch Gimpera; B, según Martín Almagro (RUIZ ZAPATERO, 1985).

tearse que la vía más segura consistía en precisar su etnogénesis (Fig. 5), para conocer su origen y saber cómo se produjo la celtización, lo que permitía superar la aparente contradicción entre datos lingüísticos, históricos y arqueológicos, pues “no se puede aceptar una hipótesis lingüística que no asuma los datos arqueológicos ni la Arqueología puede aceptar una hipótesis que explique la cultura material si no explica paralelamente los datos lingüísticos conexos”, ya que son elementos interrelacionados en el sistema cultural<sup>39</sup>. Esta nueva explicación del origen de los celtas basada en su etnogénesis exigía analizar cómo se han formado y cómo han evolucionado a lo largo del tiempo y del espacio los diversos elementos o subsistemas que conforman una etnia, como su cultura material, su economía, su sociedad, su estructura política, su religión, su lengua y su genética, cada vez mejor conocida en estos últimos años gracias a los estudios de ADN (Fig. 5A).

Por esta vía se ha logrado comprender mejor el origen y la personalidad de los celtas de la Península Ibérica<sup>40</sup>. El problema del origen de los celtas pasó a plantearse como un proceso de etnogénesis diacrónica a partir de un profundo substrato etnocultural “protocelta” (Fig. 5B), término utilizado para denominar a los celtas anteriores a los conocidos por los textos históricos, puesto que en la Península Ibérica se constataba su presencia al menos desde la Edad del Bronce<sup>41</sup>. Sobre este substrato “protocelta” incidían procesos de evolución, de “invasión” y de contactos interétnicos, que dieron lugar a las nuevas “etnias” ya conocidas por las fuentes históricas. Esta visión rompía la tesis que identificaba a los celtas con invasiones documentadas por elementos de las culturas de Hallstatt y de La Tène, tesis predominante en Europa desde hacía un siglo, pero que no era válida para los celtas de Hispania. Además, a estas investigaciones interdisciplinarias, a inicios del siglo XXI, se han sumado la Genética y también la Paleoetnología, a penas utilizada a pesar de que nuestras ricas tradiciones conservadas en el folklore ofrecen claves insustituibles para el estudio de los celtas hispanos<sup>42</sup> (*vid. infra*), lo que ha permitido retomar líneas de investigación abandonadas desde el paso del siglo XIX al XX.

<sup>39</sup> ALMAGRO-GORBEA 1987: 330; *ID.*, 1993.

<sup>40</sup> ALMAGRO-GORBEA y RUIZ ZAPATERO, eds. 1993; *ID.*, 1993, a.

<sup>41</sup> ALMAGRO-GORBEA, 1994.

<sup>42</sup> ALMAGRO-GORBEA, 2009; MOYA, 2012.

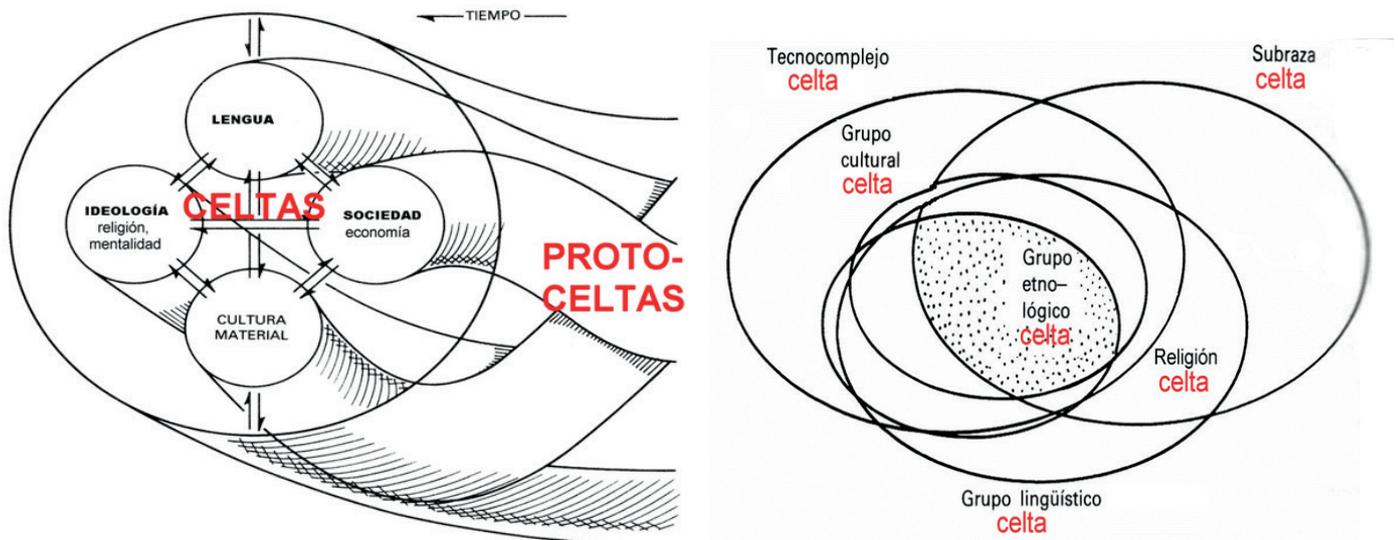


Fig. 5 - A, Subsistemas interrelacionados que conforman una etnia; B, Evolución diacrónica a partir del substrato de los subsistemas que conforman una etnia (según Clarke, modificado).

Un aspecto esencial en esta discusión era definir qué es celta, pues resultaba un término equívoco<sup>43</sup>, pues se llegó a definir como un “constructo moderno”, lo que aumentaba la confusión. Los celtas suponen un concepto claramente étnico y, por tanto, complejo, aunque en el mundo griego y romano se añadía un cierto sentido cosmológico al considerarlos como los bárbaros que habitaban el extremo Occidente. En efecto, griegos y romanos, buenos conocedores de pueblos en la Antigüedad, denominaron con toda precisión *Keltoi*, *Celtae* o *Galatae* a los pueblos que identificaban por su lengua, su cultura y sus costumbres que habitaban en el Occidente de Europa, como extremo del mundo habitado: Hekateo, Herodoto, la *Ora Maritima*, Éforo, Jonofonte, Platón, Aristóteles, Polibio, Posidonios, César, Estrabón, Diodoro de Sicilia, Tito Livio, Trogo Pompeio, Plino el Viejo, Tácito, etc.<sup>44</sup>. Incluso es posible que el etnónimo *Keltoi* o *Celtae*, que deriva de un adjetivo de la lengua celta común, \*celto- “alto, elevado, superior (a otros)”<sup>45</sup>, proceda de *Hispania*, que, además, es el único lugar de Europa donde aún se conserva convertido en el topónimo *Céltigos* de varias localidades de Galicia<sup>46</sup> (Fig. 14).

Este concepto étnico es necesariamente complejo, lo que no quiere decir que sea equívoco, pues toda etnia ofrece diversos

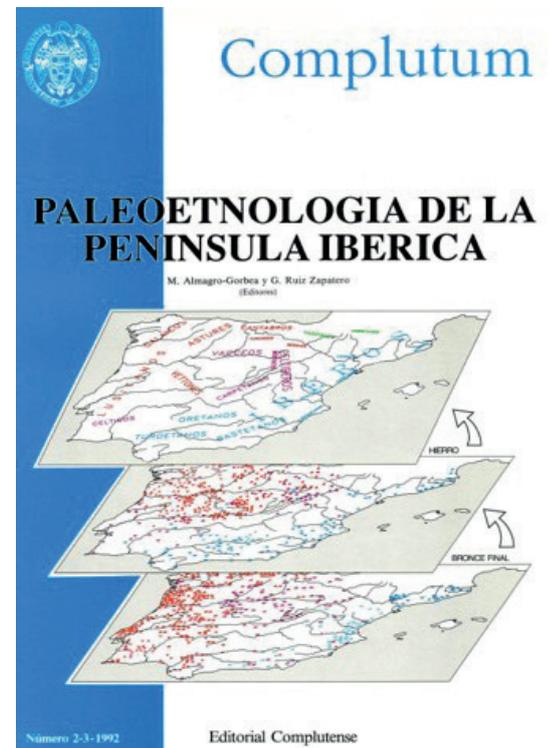


Fig. 6 - Paleoetnología de la Península Ibérica, Madrid, 1992.

<sup>43</sup> RUIZ ZAPATERO, 2001.

<sup>44</sup> RANKIN, 1987.

<sup>45</sup> UNTERMANN, 2004, p. 204.

<sup>46</sup> “Céltigos”, Instituto Nacional de Estadística, Nomenclátor: Población del Padrón Continuo por Unidad Poblacional, <https://www.ine.es/nomen2/index.do>; consultado 2019.12.21.

componentes, como lengua, cultura material, economía, antropología, sociedad, estructura política, religión, etc., que sufren cambios diacrónicos en su evolución a lo largo del tiempo y que también ofrecen cambios geográficos en el espacio que explican las diferencias regionales, además de cambios estructurales a causa de la interacción de todos los elementos señalados con los de otros grupos étnicos dentro del proceso continuo de etnogénesis. Por ello, el análisis de una etnia o etnocultura exige valorar campos muy distintos, como el histórico y arqueológico, el lingüístico y el antropológico con los actuales estudios de ADN, por lo que el estudio de los celtas es cada día más interdisciplinar. Esta complejidad no supone que el concepto de “celta” sea equívoco, aunque pueda ser difícil definir quienes son los celtas, ya que, frente a lo que se suele asumir, no fueron siempre iguales, pues los subsistemas que conforman toda etnia, desde la cultura material a la economía, la sociedad, la religión, la lengua o la genética, evolucionan interaccionados a lo largo del tiempo y del espacio, por lo que una etno-cultura no es una entidad estable, sino un proceso histórico. Este hecho es esencial para su comprensión, pues permite entender que dentro del mundo celta haya tanta distancia como puede haberla entre Micenas y Bizancio en Grecia o entre Rómulo y Teodosio en Roma. Por ello, no se pueden definir procesos complejos con una idea simple, a lo que se añade que la gran amplitud geográfica que ocuparon los celtas supone diversidad cultural y lingüística, lo que explica la alta variabilidad étnica del mundo celta, mal interpretada por algunos autores para negar su existencia.

Esta visión interdisciplinar de los celtas como una etno-cultura supera visiones más simplistas, como la de considerar que celtas eran quienes hablan lenguas célticas<sup>47</sup>, lo que supondría que si se pierde el habla “celta” se pierde la “celticidad”. Este hecho tiene trascendencia, pues Irlanda, Bretaña, Galicia, el Norte de Portugal y la antigua “Celtiberia” han mantenido gran parte de sus creencias, de sus formas de vida y de su carácter celta a pesar de haber perdido su lengua, como ocurre con la etnia judía, que ha perdido la lengua hebrea e incluso ha sufrido evidentes variaciones en su genética a pesar de lo cual mantiene su identidad étnica. La etnia es algo más profundo y complejo que la lengua, aunque ésta juegue un papel determinante y, además, los conocimientos genéticos aportados por recientes estudios prueban que los celtas se asocian al haplogrupo R1b del cromosoma Y, a pesar de que la población celta debía ser bastante heterogénea, unos de carácter “nórdico” y otros más “atlánticos” o “mediterráneos”.

Este tema sólo futuras investigaciones lo podrán precisar en la Península Ibérica, pues prácticamente todavía se desconoce el ADN de los pueblos de la Edad del Hierro a causa del rito de incineración, aunque se ha constatado el predominio del haplogrupo R1b del cromosoma Y en especial entre gallegos y vascos, lo que confirma su carácter céltico<sup>48</sup>, aunque muchos aspectos quedan todavía imprecisos, lo mismo que el ADN mitocondrial, que parece reflejar el substrato local. Desde la Cultura de Yamna, extendida desde Ucrania al Caspio, el haplogrupo R1a pasó a ser la base genética de balto-eslavos y daco-tracios en Europa Oriental, mientras que el R1b, a través de la Cultura de Cerámicas de Cuerdas<sup>49</sup> y de la Cultura Campaniforme<sup>50</sup>, ha pasado a los celto-itálicos de Europa Occidental y, probablemente, a los germanos de la Europa Nórdica (Fig. 7A-B).

La Arqueología estudia los celtas a través de su cultura material, lo que permitió, a partir del siglo XIX, identificarlos con las culturas de Hallstatt y La Tène, como se ha indicado. De esta falsa ecuación se dedujo que su origen estaba en Europa Central, hecho que se creyó confirmar por las tumbas de los galos cispadanos del Valle

---

<sup>47</sup> RENFREW 1987: 225; EVANS, 1995.

<sup>48</sup> OLALDE ET AL., 2019, p. 1231, Fig. 1E.

<sup>49</sup> KRISTIANSEN ET AL., 2017.

<sup>50</sup> GALLAY, 2001; BRUN, 2017; SILVA ET AL. 2019.

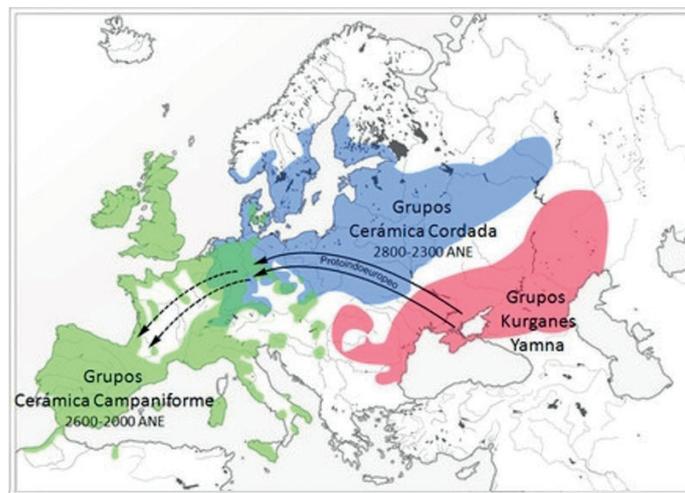
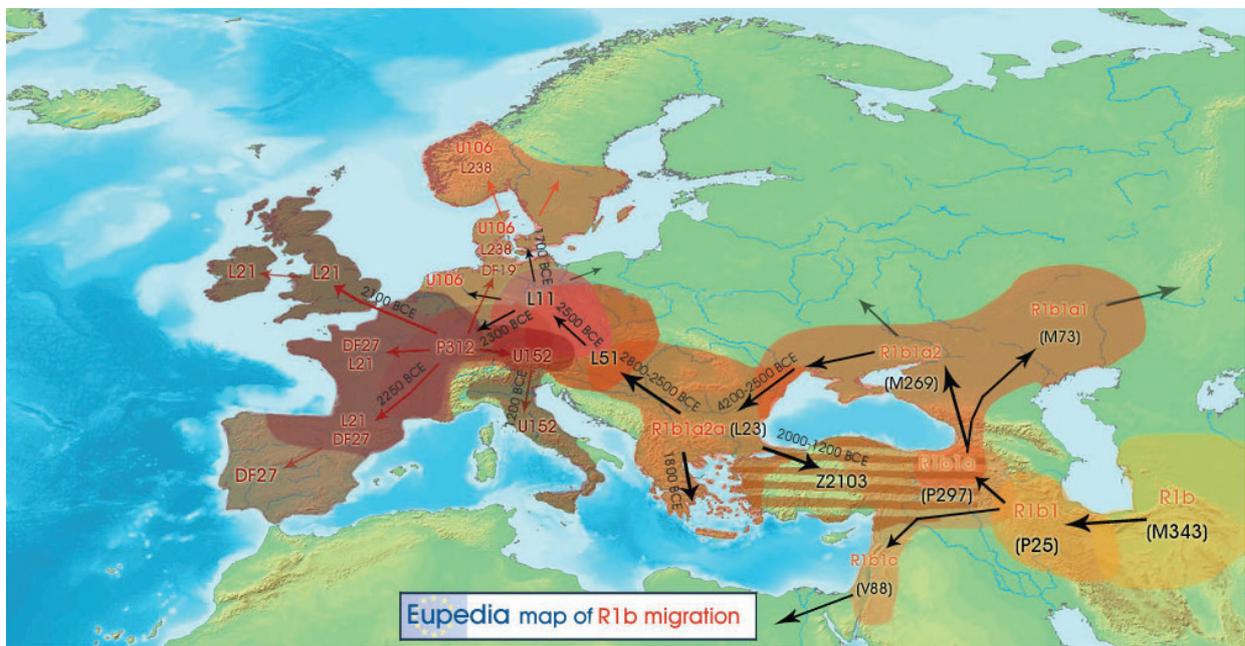


Fig. 7 – Expansión del haplogrupo R1b del cromosoma Y desde la Cultura de Yamna en Ucrania a la Cultura de Cerámicas de Cuerdas del Norte de Europa y a la Cultura Campaniforme de Europa Central y Occidental (A, Eupedia map; B, Sylvia Gili, ASOME-UAB).

del Po que ofrecían ajuares similares a las tumbas latenienses de la Champaña y el Marne<sup>51</sup>. Pero esta identificación, como se ha indicado, no es válida para la Península Ibérica, donde los celtas ofrecen una cultura material del Bronce Atlántico a la que se suman, muy posteriormente, elementos de Campos de Urnas y, en la Edad del Hierro, reciben fuertes influjos tartesios e iberos, todo lo cual impide su identificación con elementos hallstáticos y de La Tène, minoritarios en la Península Ibérica<sup>52</sup>. En consecuencia, los celtas hispanos es necesario identificarlos a través de su etnogénesis o formación étnica, con ayuda de la lingüística y de las fuentes clásicas, analizando la evolución a lo largo del tiempo de su cultura material, su sociedad y sus creencias religiosas.

<sup>51</sup> VITALI, 1992, p. 47 s.

<sup>52</sup> LENERZ DE WILDE, 1991.

Los recientes datos genéticos y lingüísticos indican que los celtas, junto a los itálicos, se separan del tronco indoeuropeo antes del III milenio a.C., pero los celtas llegaron a la Península Ibérica a través de la Cultura Campaniforme a partir de mediados del mismo a través de complejos procesos de etnogénesis (Fig. 8)<sup>53</sup>. Sin embargo, el ADN mitocondrial parece indicar su adaptación al substrato local con fenómenos de mestizaje genético y también cultural, que explican los diversos grupos celtas identificados en la antigua Hispania, todavía mal conocidos, sin olvidar que la celticidad no es un proceso estable, pues evoluciona, como toda etnia. Por tanto,

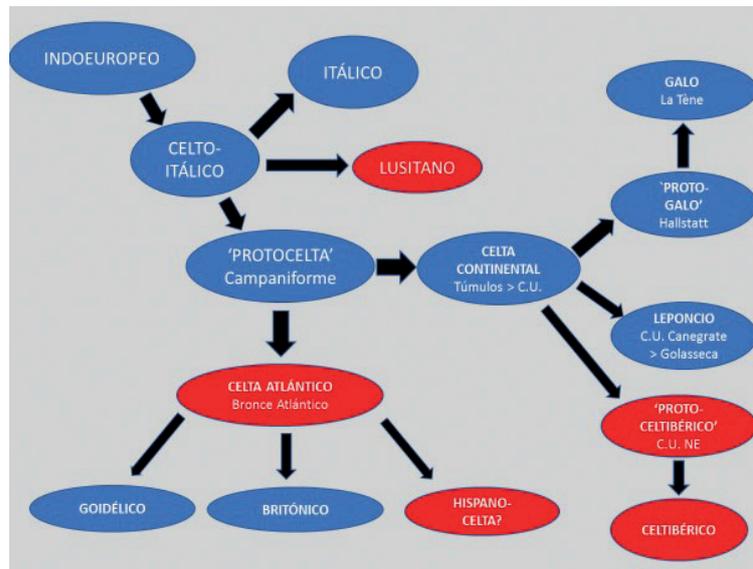


Fig. 8 – Origen y correlación entre las lenguas y las culturas celtas (en rojo, las de la Península Ibérica).

los elementos culturales y lingüísticos celtas proceden de un substrato campaniforme “proto-celta”, que dio lugar a las diversas etnias y lenguas celtas conocidas en Europa Occidental a lo largo de un largo proceso de etnogénesis durante la Edad del Bronce, que analiza la *Paleoetnología* de forma interdisciplinar, aunando datos arqueológicos, lingüísticos, sociales, ideológicos y genéticos para conocer la evolución de la cultura material, la sociedad, las costumbres, el imaginario, las creencias, la religión, la lengua, la raza, etc. El substrato campaniforme dio lugar a los celtas del Bronce Atlántico, seguramente procedentes de pequeños grupos campaniformes que se extendieron por el Occidente desde Bretaña y las Islas Británicas hasta la Península Ibérica. Estas zonas occidentales facilitaban su difusión, pues mantenían contactos desde la cultura megalítica, proceso favorecido por la similitud de clima, de formas de vida y por el intercambio de metales como oro, estaño y cobre.

En Hispania, hace años Untermann<sup>54</sup> propuso una línea que separaba los pueblos de habla celta de los ibéricos (Fig. 10C). Pero esa línea no es sólo una división lingüística, sino que sintetiza una clara diversidad etnocultural entre la Hispania mediterránea de las zonas meridionales y levantinas, habitadas por tartesios e iberos, y la *Hispania Celtica*, habitada por celtas, que se extendía por la Meseta hasta el Atlántico y por toda el área cantábrica, incluido el País Vasco.

Este substrato etnocultural “protocelta” de la Hispania Atlántica se fecha desde inicios de la Edad del Bronce y evolucionó a lo largo del II y I milenio a.C. hasta la expansión de los celtíberos en la segunda mitad del I milenio a.C. Son elementos característicos la tradición de estelas con armas campaniformes y postcampaniformes<sup>55</sup>, que enlazan con las estelas de guerrero lusitanas del Bronce Final<sup>56</sup> y también la tradición de ofrendar armas en cuevas y en aguas, que prosiguió hasta época romana (Suet. *Galba*, 7,12) y los antropónimos y etnónimos en *P-* (Fig. 9). También tenían ritos muy arcaicos en peñas sacras con funciones de altares

<sup>53</sup> KLEJN ET AL. 2017; KRISTIANSEN ET AL. 2017; HEID, 2017; KOCH, 2018; etc.

<sup>54</sup> UNTERMANN, 1961.

<sup>55</sup> DÍAZ GUARDAMINO, 2012, p. 129 s.

<sup>56</sup> ALMAGRO-GORBEA 2014.

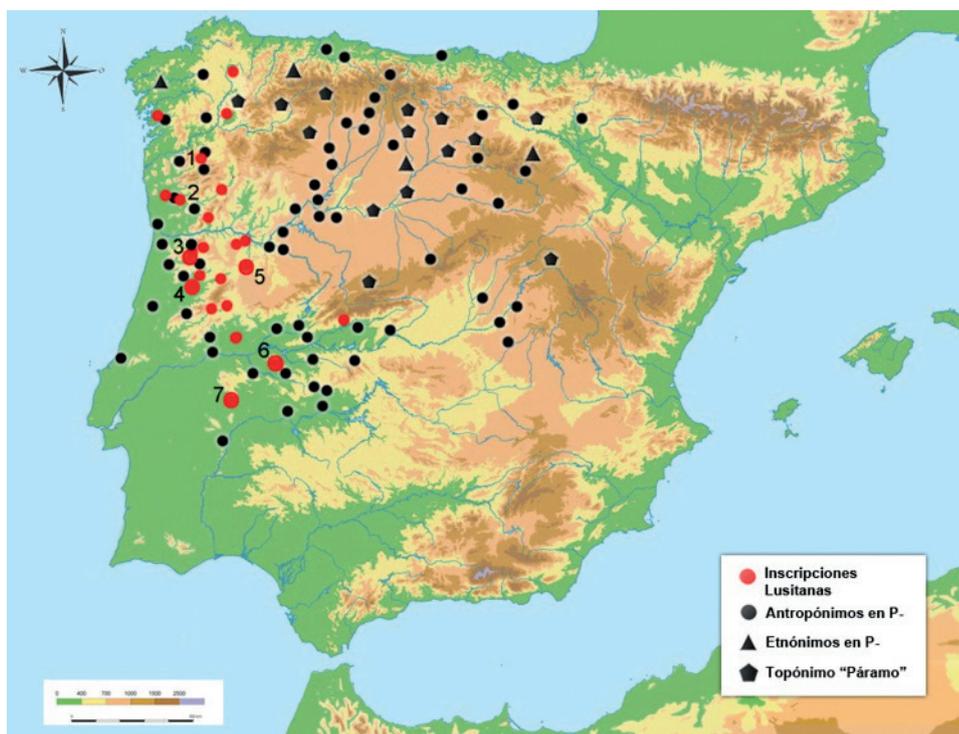


Fig. 9 – Inscripciones lusitanas, antropónimos y etnónimos en *P-* y topónimos ‘páramo’.

y de propiciación, concebidas como materialización de *numina loci*<sup>57</sup>, y saunas, en ocasiones rupestres, para ritos iniciáticos guerreros (Strab. III.3.6)<sup>58</sup>. Además, no practicaban el rito de cremación en urna, lo que los diferencia con claridad de los celtas derivados de los Campos de Urnas llegados posteriormente. Este substrato “protocelta” atlántico de la Edad del Bronce incluía la Cultura de Cogotas I de la Meseta<sup>59</sup>, los Lusitanos<sup>60</sup> y, probablemente, los Conios o *Kynetes* del Suroeste<sup>61</sup>, todos los cuales formaba parte del Círculo Atlántico de Europa Occidental, con los que mantendrían contactos, como confirman los ritos de banquete y comensalía para pactos de hospitalidad<sup>62</sup>, mientras que joyas áureas indican la existencia de matrimonios exogámicos<sup>63</sup>.

A partir del último cuarto del II milenio a.C., llegan nuevas gentes celtas por el Noreste de la Península Ibérica, quienes, frente a las tradiciones funerarias de los celtas atlánticos, cuyos ritos son desconocidos, introducen en la Península Ibérica el rito de cremación individual en urnas depositadas fuera del poblado<sup>64</sup>. Este nuevo rito, originario de Europa Centro-Oriental, se extendió paulatinamente por gran parte de la

<sup>57</sup> ALMAGRO-GORBEA, 2006; *ID.*, 2015; CORREIA SANTOS 2015; ALMAGRO-GORBEA & GARI, EDS., 2017.

<sup>58</sup> ALMAGRO-GORBEA Y ÁLVAREZ SANCHÍS, 1991; GARCÍA QUINTELA, 2016.

<sup>59</sup> RODRÍGUEZ, J. A. & FERNÁNDEZ MANZANO, 2012.

<sup>60</sup> ALMAGRO-GORBEA, 2014.

<sup>61</sup> ALMAGRO-GORBEA *ET AL.* 2008, p. 1040 s.

<sup>62</sup> DELIBES *ET AL.* 1992-1993; GOMEZ DE SOTO 1993.

<sup>63</sup> ALMAGRO-GORBEA & GOMÁ, 2019.

<sup>64</sup> RUIZ ZAPATERO, 1985; *ID.*, 2014.

Península Ibérica asociado a otras creencias y ritos domésticos indoeuropeos, en los que el difunto adquiriría un estado *heroico* que refleja una sociedad gentilicia con un antepasado heroizado que es la base de su poder<sup>65</sup>.

Los Campos de Urnas del Noreste de la Península Ibérica, a partir del siglo X a.C., se expandieron por el Valle del Medio y del Alto Ebro hasta La Rioja y hasta Sagunto en la costa mediterránea (Fig. 10A), expansión que puede considerarse como un proceso de colonización en “mancha de aceite”, al que se suman algunos focos menores dispersos sobre el substrato de la Edad del Bronce. Uno penetra en los siglos X-IX a.C. hasta el Sureste<sup>66</sup>, donde forma pequeñas necrópolis de apenas 30 cremaciones en Alicante, Murcia, Almería y Jaén. Otro parecido pudieran ser las pequeñas necrópolis de incineración del Bronce Final del centro de Portugal, como Alpiarça, Tanchoal, Paranho y Meijão, datadas c. XI-IX a.C.<sup>67</sup>, cuyas gentes pudieran ser celtas antecesores de los inciertos *Saefes* y *Cempsi* de la *Ora Maritima* (OM 195), aunque se desconoce el origen de estas incineraciones, pues en el Bronce Final (c. 1200–800 cal AC) también aparecen incineraciones en el Bajo Guadalquivir<sup>68</sup>, que se consideran de origen mediterráneo por ser antecesoras de las de época orientalizante tartesia<sup>69</sup>.

Más trascendencia tuvo la penetración de pequeños grupos de Campos de Urnas del Noreste hacia el siglo X o IX a.C. desde el Valle del Ebro hacia las altas tierras del Sistema Ibérico y del borde oriental de la Meseta, donde forman la Cultura Celtibérica<sup>70</sup> (Fig. 10B), caracterizada por sus elites guerreras, necrópolis de incineración y castros de casas alineadas con medianiles comunes que evolucionan sin ruptura hasta convertirse en *oppida* ya en época helenística, cuando adoptan del mundo ibérico la escritura y la moneda y cuando los historiadores clásicos confirman que sus habitantes era *Celtiberi*<sup>71</sup>. La tradición socio-económica ganadera, el uso del hierro, abundante en esas tierras y el contacto con los pueblos coloniales facilitaron la jerarquización social en los siglos VII-VI a.C., como documenta el “horizonte de tumbas de guerrero” de sus elites enterradas con ricos ajuares<sup>72</sup>, pues controlaban los contactos coloniales que reforzaban su estructura gentilicia. Estos guerreros-pastores, regidos por elites de carácter gentilicio y ecuestre<sup>73</sup>, se expandieron gracias a su eficaz sistema clientelar hacia las áreas ocupadas desde inicios de la Edad del Bronce por los “proto-celtas” atlánticos, lo que explica la expansión de la lengua celtibérica<sup>74</sup> y de sus estructuras gentilicias<sup>75</sup> (Fig. 10C). Este proceso, que suponía la paulatina absorción del substrato celta atlántico, explica la aparición de nuevas etnias características de la Edad del Hierro, como vacceos y vettones, pero no llegó a afectar a los galaico-lusitanos<sup>76</sup>, que mantenían tradiciones de la Edad del Bronce, como las casas circulares, una economía comunitaria ancestral, que ha perdurado en algunas zonas hasta el siglo XX, y sus ritos ancestrales de origen animista. La fuerte influencia celtibérica también se advierte en los pueblos del Norte, a los que Estrabón denomina montañeses, como ástures, cántabros y autrigones, caristios y várdulos del País Vasco, todos ellos de estirpe celta, como eviden-

---

<sup>65</sup> ALMAGRO-GORBEA & LORRIO 2013.

<sup>66</sup> LORRIO, 2014.

<sup>67</sup> TORRES 2002, p. 356 s.; CARDOSO, 2000; *ID.*, 2007, p. 384 s.

<sup>68</sup> BRANDHERM, D. & KRUEGER, M. (2017)

<sup>69</sup> TORRES 2002, p. 359 s.

<sup>70</sup> RUIZ ZAPATERO Y LORRIO, 2007.

<sup>71</sup> LORRIO, 2005

<sup>72</sup> GRAELLS, 2011.

<sup>73</sup> ALMAGRO-GORBEA Y TORRES 1999.

<sup>74</sup> UNTERMANN, 1997, p. 436, mapa 4.

<sup>75</sup> ALMAGRO-GORBEA Y TORRES 1999, p. 86 s.

<sup>76</sup> SILVA, 2007.

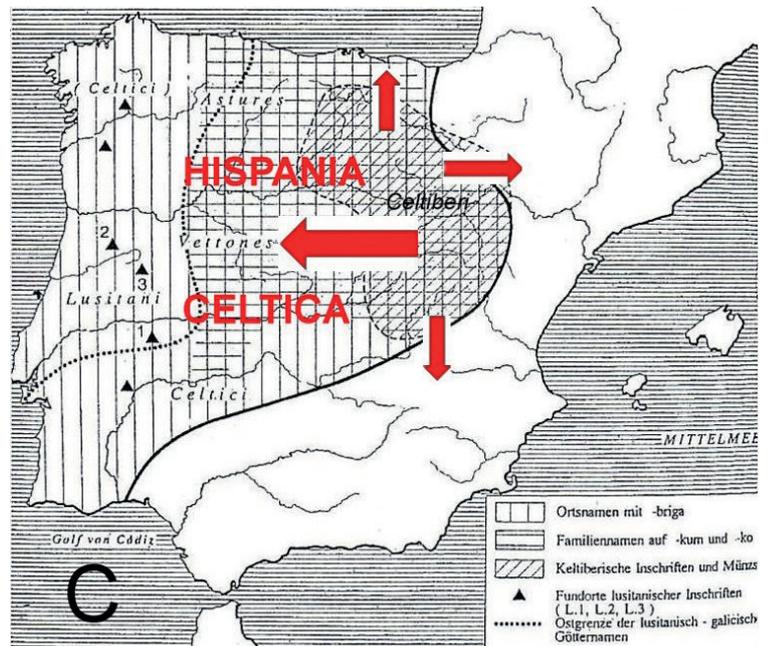
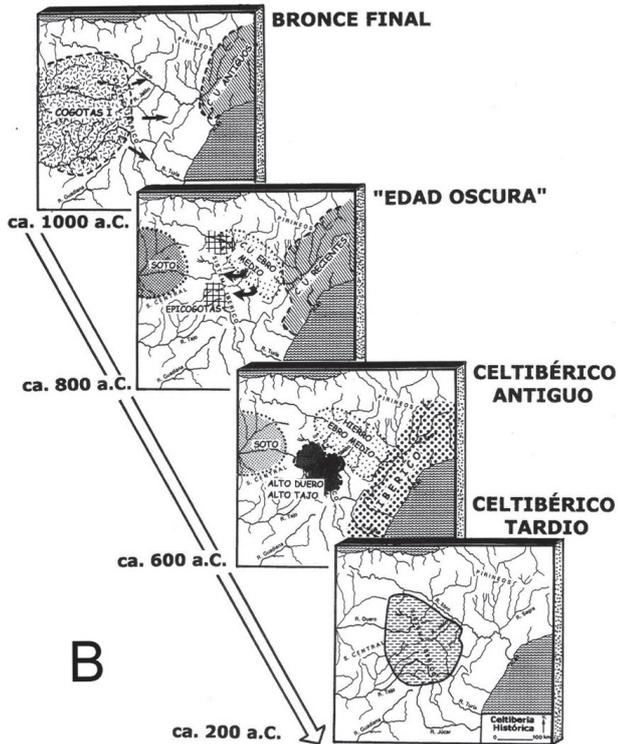
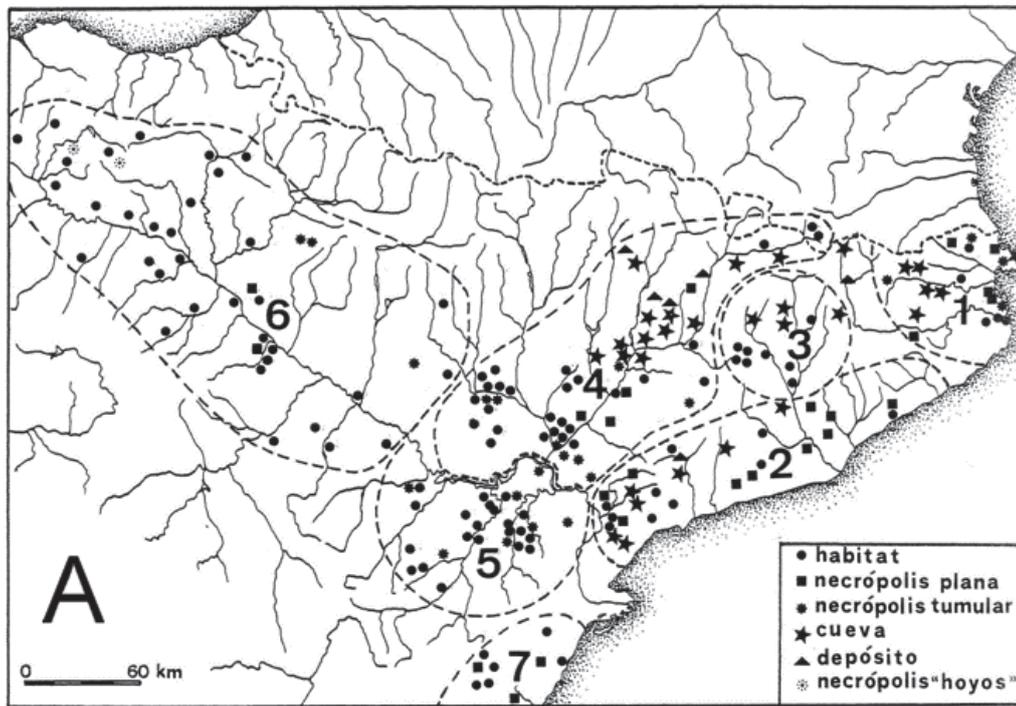


Fig. 10 – A, Campos de Urnas del Noreste de la Península Ibérica. B, Formación de la Cultura Celtibérica. C, Expansión de la Cultura Celtibérica con indicación de la 'línea Untermann' (A-B, Ruiz Zapatero; C, Untermann, ligeramente modificado).

cian sus etnónimos, antropónimos y teónimos y como confirma el ADV, pues los vasco-parlantes o euscaldunes llegaron desde Aquitania-Gasconia y la zona pirenaica ya a inicios de la Alta Edad Media<sup>77</sup>.

A este complejo mosaico que forman los celtas de la Península Ibérica hay que añadir las infiltraciones de Galos en el Noreste, documentadas en Cataluña por los cráneos cortados y otros elementos culturales<sup>78</sup>, proceso que confirma la penetración pacífica de 6000 galos con sus parentelas en *Ilerda*, Lérida, el 49 a.C., en tiempos de César (*b.c.* 1,51), gentes que quizás se instalaron en el valle del Ebro y explicarían topónimos *pagus Gallorum*, Gallur, Zaragoza, y el nombre del río Gállego<sup>79</sup>.

En consecuencia, los celtas en la Península Ibérica proceden de un substrato campaniforme “protocelta” atlántico de la Edad del Bronce sobre el que se expandieron elementos celtibéricos originarios de los Campos de Urnas. Este largo proceso de etnogénesis explica la diversidad y personalidad de las etnias y lenguas celtas de *Hispania*, que son el resultado de un largo y complejo proceso de etnogénesis a lo largo de la Edad del Hierro hasta finalizar con la Conquista Romana y la consiguiente Romanización, proceso que puede considerarse paralelo al de la formación de los pueblos griegos, germanos e itálicos en la Protohistoria de Europa.

\*

En los más recientes líneas de estudio sobre los celtas de la Península Ibérica hay que resaltar la importancia que ha adquirido la *Etnoarqueología* o *Paleoetnología* en estos últimos años tras depurar su metodología con una orientación histórica e interdisciplinar. Es uno de los campos de estudio del mundo celta de más futuro, pues permite conocer datos esenciales del sistema cultural que no documentan ni la Arqueología, ni los textos históricos, ya que ofrece una información tan relevante que se ha comparado con la que pudiera ofrecer la perdida *Geografía* de Poseidonios<sup>80</sup>. La Etno-arqueología es hoy imprescindible en el estudio de los celtas de *Hispania*, pues el proceso de conquista y romanización, la posterior cristianización y la ulterior arabización afectó a las elites urbanas más que a los *pagani* del campo, que mantuvieron muchas tradiciones en un “proceso de larga duración”, en el sentido de Fernand Braudel<sup>81</sup>, prácticamente en todas las áreas de su sistema cultural.

Esta línea de estudios celtas fue iniciada con gran acierto por los trabajos de estudiosos como Joaquín Costa<sup>82</sup> (Fig. 2) o José Leite de Vasconcelos<sup>83</sup> (Fig. 11), quienes recogieron una valiosa documentación etnográfica entonces conservada y hoy prácticamente desaparecida, pero que es esencial para conocer todos los subsistemas del sistema etno-cultural de los celtas de Hispania. La cultura tradicional de la gente del campo apenas había cambiado hasta la industrialización, pues mantenían aperos, instrumentos, formas de labrar y organizar la casa, campos y cultivos, comida, economía, imaginario, ritos, etc., de origen prerromano<sup>84</sup>, como el arado tradicional de madera o los carros galaicos, que remontan a la Edad del Bronce, hasta el punto de haber conservado la terminología celta de sus elementos técnicos, como *lábega* (arado), *camba* (cama del arado) y *cleta* (reja *id.*), *aramio* (campo de labranza), *legua* (unidad de longitud de 5572 m), *arpente* (unidad de superficie

---

<sup>77</sup> ALMAGRO-GORBEA 2008; AA.VV. 2010.

<sup>78</sup> GUITART, 1975; CAMPILLO, 1976-1978; SANMARTÍ, 1994; ROVIRA, 1998; GARCÍA JIMÉNEZ, 2006.

<sup>79</sup> BELTRÁN, 2006, 183 y 197 s.

<sup>80</sup> ALMAGRO-GORBEA, e.p.

<sup>81</sup> BRAUDEL, 1958.

<sup>82</sup> COSTA, 1879; ID. 1881; ID. 1893; ID. 1917.

<sup>83</sup> VASCONCELLOS, 1936-1988.

<sup>84</sup> TORRES, 2011.

de c. 60 m<sup>2</sup>), *broa* (mijo), etc.<sup>85</sup> También buena parte de las formas de alimentación, guisos, embutidos, elaboración de quesos, etc. siguen tradiciones de origen prerromano, que también se evidencian en la tecnología y los sistemas populares de pesos y medidas, en muchas fiestas del calendario y en la medición del tiempo por la astronomía.

Sin embargo, la Etnoarqueología tiene el especial interés de permitir reconstruir en “vivo” gran parte del sistema cultural<sup>86</sup>, incluso el sistema jurídico y la organización social y política a través del derecho consuetudinario. También permite conocer el sistema mental o proyectivo, que difícilmente, -y sólo de forma muy incompleta-, se puede reconstruir por otros medios, como ocurre con la religión, gracias a la perduración de divinidades celtas y festividades sincretizadas en el santoral cristiano<sup>87</sup>, con parte de sus cultos y ritos paganos aún conservados. Estas creencias, ritos y mitos, que pasaron a ser considerados “supersticiones” desde el inicio del proceso de cristianización, tienen el gran interés de documentar ritos salutíferos y de fecundidad, mitos cosmológicos, etc., lo mismo que ocurre en gran medida con la medicina y farmacopea tradicionales con ritos y remedios en muchos casos de origen celta. Muchos de estos ritos son bien conocidos, como el Árbol de Mayo, las fraternías con disfraces y danzas rituales iniciáticas (Fig. 12A), matrimonios por insaculación (Fig. 12B), juicios por ordalía, etc. Igualmente ofrecen información sobre creencias en el Más Allá y la metempsicosis, creencias animistas y sobre sueños y magia, etc., y asimismo han perdurado numerosos símbolos de origen celta, como el disco solar, la rueda, el fuego, animales como el gallo, plantas como el roble y el tejo, etc.,<sup>88</sup> además de permitir comprender la visión “mágica” o “sobrenatural” del paisaje que tenían los celtas, pues peñas, montes, fuentes y ríos, árboles, puntos de paso, etc., eran considerados seres numínicos dotados de vida, una forma de ver el mundo muy distinta de la nuestra, mucho más racional<sup>89</sup>.

De particular interés es la pervivencia de la religión y el ritual, como se evidencia en San Miguel de Celanova, Orense, donde el altar celta, la capilla mozárabe del siglo X y la iglesia barroca del siglo XVII ofrecen la misma alineación topo-astronómica<sup>90</sup> (Fig. 13A), a la que aluden tradiciones míticas locales, continuidad que también se observa en santuarios que son la cristianización de antiguos *nemeta*, algunos con elementos tan bien conservados como en São João d’Arga, Nossa Senhora do Barrocal en Sátão o Nossa Senhora de Numão

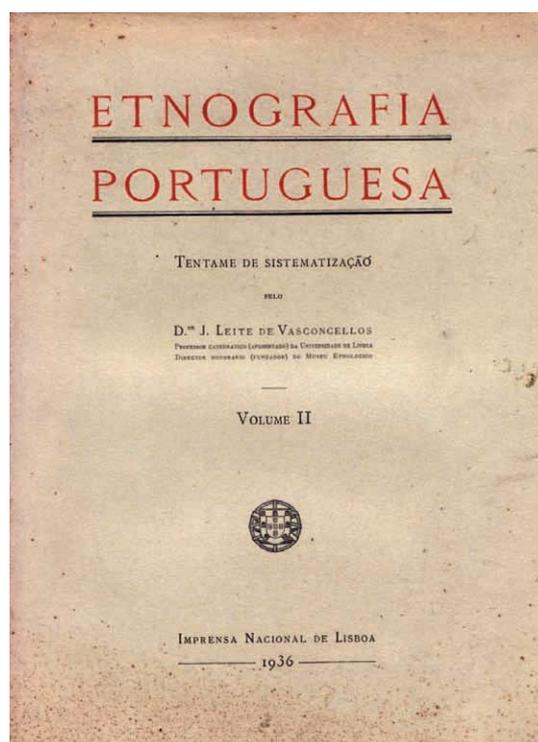


Fig. 11 – José Leite de Vasconcelos, *Etnografia portuguesa*, Lisboa, 1936-1988.

<sup>85</sup> COROMINAS & PASCUAL, 1980-1991.

<sup>86</sup> ALMAGRO-GORBEA, 2009; MOYA, 2012.

<sup>87</sup> CASTRO, 2001.

<sup>88</sup> MOYA 2012.

<sup>89</sup> ALMAGRO-GORBEA ET AL. 2017.

<sup>90</sup> GARCÍA QUINTELA & Seoane-Veiga, 2011, p. 251 s.



**Fig. 12** – A, Fratría de tradición prerromana de los Caretos de Salsas, Tras-os-Montes (Foto Mauricio Abreu).  
 B, ‘Penedo do Pecado’, Peña sacra fálica de Fornos de Maceira-Dão, Mangualde, asociada a ritos de emparejamiento por insaculación.

(Fig. 13B), en Castro Laboreiro, aunque todavía ofrece más interés la perduración de la metempsicosis<sup>91</sup> y de creencias de orígenes animistas en ritos asociados a piedras, árboles y fuentes<sup>92</sup>, lo mismo que el papel del “Héroe fundador” celta como patrono y protector pasó, cristianizado, a *Santiago Matamoros*<sup>93</sup>.

Es igualmente necesario estudiar la literatura de la *Hispania Celtica*, que inició Joaquín Costa en el siglo XIX<sup>94</sup> y que ofrece el interés de permitir conocer temas, protagonistas y el significado socio-ideológico de su imaginario conservado en la tradición oral, pues, desde el Bronce Final hay indicios de poemas y narraciones populares, como documentan las representaciones prehistóricas de lirras y algunas referencias clásicas<sup>95</sup>. Esta tradición literaria ha perdurado en cuentos y leyendas populares recopilados desde Teófilo Braga o J. Leite de Vasconcelos<sup>96</sup>, que han inspirado a literatos como Alexandre Herculano<sup>97</sup> en Portugal y a Gustavo Adolfo Bécquer en España, en sus conocidas *Leyendas Sorianas*<sup>98</sup>.

Este rico y variado patrimonio etno-arqueológico complementa y enriquece las escasas informaciones que ofrecen la Arqueología, las fuentes clásicas y la lingüística, sin olvidar que tanto la lengua galaico-portuguesa como la española conservan en su vocabulario numerosas palabras celtas, por ejemplo, para elementos del paisaje y para la comida, como cerveza, centollo o rodaballo<sup>99</sup>, como son de origen celta los nombres de muchos ríos, montes y ciudades de Portugal y de España, de los que es un ejemplo característico el topó-

<sup>91</sup> ALONSO ROMERO, 2007, p. 27 s.

<sup>92</sup> ALMAGRO-GORBEA *ET AL.* 2017.

<sup>93</sup> ALMAGRO GORBEA y LORRIO, 2011.

<sup>94</sup> COSTA, 1881.

<sup>95</sup> ALMAGRO GORBEA, 2018, p. 66 s.

<sup>96</sup> COELHO, 1879; BRAGA, 1883, a; LEITE DE VASCONCELOS, 1964-1969; MARTOS & SOUSA TRINDADE, EDS. 1997.

<sup>97</sup> HERCULANO, 1851.

<sup>98</sup> ALMAGRO GORBEA 2018, p. 385 s.

<sup>99</sup> COROMINAS & PASCUAL, 1980-1991.



**Fig. 13** – A, Alineación astronómica del altar celta, la capilla mozárabe del siglo X y la iglesia barroca del siglo XVII de San Miguel de Celanova. B, Santuario de Nossa Senhora de Numão, Castro Laboreiro.

nimo *Céltigos*<sup>100</sup>, directamente derivado del etnónimo *Celtici*, caso único en toda de Europa, pues sólo se conserva en Galicia (Fig. 14).

En conclusión, los estudios celtas han avanzado considerablemente, pero quedan todavía muchos temas por estudiar. Además, los celtas son una de las principales raíces de la población de Portugal y de España, como de toda Europa Occidental, y también conforman un notable Patrimonio Arqueológico y de Tradiciones Populares, que es parte esencial del Patrimonio Arqueológico y Espiritual de Europa, todo lo cual explica su creciente popularidad.



**Fig. 14** – Topónimo *Céltigos* conservado en Ortigueira, La Coruña, Galicia.

## REFERÊNCIAS

- AA.VV. (2010) – Actas del *Encuentro sobre Prehistoria Vasca: Presente y futuro. El Escorial, 2009*. Madrid.
- ALMAGRO, M. (1952) – “La invasión céltica en España”, R. MENÉNDEZ-PIDAL, dir., *Historia de España, I, 2, La Protohistoria*. Madrid, p. 1-278
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1987) – “La celtización de la Meseta: estado de la cuestión”. *Actas del I Congreso de Historia de Palencia, I*. Palencia, p. 313-344.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1993) – “Los celtas en la Península Ibérica: origen y personalidad cultural”, En M. Almagro-Gorbea y G. Ruiz Zapatero, eds., 1993, p. 121-173.

<sup>100</sup> Vid. *supra*, n. 46.

- ALMAGRO-GORBEA, M. (1994) – “Proto-celtes et Celtes dans la Péninsule Ibérique”. *XVIème. Colloque International pour l’Étude de L’Age du Fer. Agen, 1992 (Aquitania 14)*, p. 283-296.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2006) – “El ‘Canto de los Resposos’ de Ulaca (Ávila): un rito celta del Más Allá”, *Illu*, 11, p. 5-38.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2008) – *Los orígenes de los Vascos. Lección de Ingreso como Amigo de Número leída el día 24 de junio de 2008*, Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2009) – “La Etnología como fuente de estudios de la Hispania Celta”. *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología de Valladolid. Arqueología*, 75, p. 91-142.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2014) – “Los Lusitanos”. En M. ALMAGRO-GORBEA, ed., *Protohistoria de la Península Ibérica del Neolítico a la Romanización*, Burgos, p. 183-194.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2015) – *Sacra Saxa*. ‘Peñas Sacras’ propiciatorias y de adivinación de la Hispania Celtica. *Estudios Arqueológicos de Oeiras*, 22, p. 329-410.
- ALMAGRO GORBEA, M. (2018) – *Los Celtas. Imaginario, mitos y literatura en España*. Córdoba.
- ALMAGRO GORBEA, M. (2018) – “De la Historia a la Paleoetnología de los Lusitanos”. *Estudios Arqueológicos de Oeiras*, 24, p. 437-470.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (e.p.) – “De los libros perdidos de Poseidonios a la Etnología como fuente de conocimiento de la Hispania prerromana”, *Coloquio Universidad Rey Juan Carlos-2018*, Madrid (en prensa).
- ALMAGRO-GORBEA, M. & ÁLVAREZ SANCHÍS, J. (1991) – “La “Fragua” de Ulaca: saunas y baños de iniciación en el mundo céltico”. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra* 1, 1993: 177-253.
- ALMAGRO-GORBEA, M., BARRIGA BRAVO, J. J., MARTÍN BRAVO, A. M.<sup>a</sup>, PERIANES VALLE, E. & DÍEZ GONZÁLEZ, N. (2017) – “El ‘paisaje sacro’ de Garrovillas de Alconétar (Cáceres)”, *Revista de Estudios Extremeños*, 73,1, p. 91-134.
- ALMAGRO-GORBEA, M. & GARI, A., EDS. (2017) – *Sacra Saxa. Creencias y ritos en peñas sagradas, Actas del COLOQUIO Internacional celebrado en Huesca del 25 al 27 de noviembre de 2016*, Huesca.
- ALMAGRO-GORBEA, M. & GOMÁ, J. (2018) – “El Tesoro áureo de Plasenzuela”. En *Joyas de la Arqueología Española. Colección Cervera*, Barcelona-Valencia, p. 96-125.
- ALMAGRO GORBEA, M. & LORRIO, A. (2011) – *Teutates. El Héroe Fundador y el culto heroico al antepasado en Hispania y en la Keltiké (Bibliotheca Archaeologica Hispana 36)*, Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M., LORRIO, A. J., MEDEROS, A. & TORRES, M (2008) – *La Necrópolis de Medellín. V. El marco histórico de Medellín-Conisturgis (Bibliotheca Archaeologica Hispana 26-3)*, Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. & TORRES, M. (1999) – *Las fibulas de jinete y de caballito. Aproximación a las elites ecuestres y su expansión en la Hispania céltica*. Zaragoza.
- ALMAGRO-GORBEA, M. & RUIZ ZAPAERO, G. (1933) – *Los Celtas. Hispania y Europa*, Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. & RUIZ ZAPATERO, G. EDS. (1993 a) – *Paleoetnología de la Península Ibérica (Complutum 2-3)*. Madrid.
- ALONSO ROMERO, F. (2007) – “La trasmigración de las almas en el folklore del mundo céltico”. En *Pasado y presente de los estudios celtas*, Ortigueira, p. 147-167.
- ARBOIS DE JUBAINVILLE, H. D’ (1893-1894) – “Les Celtes en Espagne”, *Revue Celtique* 14 p. 357-395, y 15, p. 1-61.
- BELTRÁN, F. (2006) – “Galos en Hispania”, *Acta Archaeologica Academiae Scientiarum Hungaricae*, 57, 1-4, p. 183-199.
- BERROCAL, L. (1992) – *Los pueblos célticos del Suroeste de la Península Ibérica (Complutum Extra 2)*, Madrid.

- BOSCH GIMPERA, P. & COLOMINAS, J. (1920) – “La necrópolis de ‘Can Missert’ (Terrassa)”, *Anuari del Institut d’Estudis Catalans*, VI, p. 582-586.
- BOSCH GIMPERA, P. (1932) – *Etnología de la Península Ibérica*, Barcelona, p. 598 s.
- BOSCH GIMPERA, P. (1933) – “Los Celtas en Portugal y sus caminos”, *Homenagem a Martín Sarmiento. Miscelânea de Estudos em Honra do Investigador Vimaranesense no Centenário do seu Nascimento (1833-1933)*. Guimarães, p. 54-72.
- BOSCH GIMPERA, P. (1942) – “Two Celtic Waves in Spain”, *Proceedings of the British Academy*, 26, 1942, p. 7-126.
- BOSCH GIMPERA, P. (1944) – *El poblamiento antiguo y la formación de los pueblos de España*, México.
- BOSCH GIMPERA, P. (1974) – *Paletnología de la Península Ibérica*, Graz.
- BRAGA, T. (1883-1886) – *Elementos da Nacionalidade Portuguesa*, Lisboa.
- BRAGA, T. (1883a) – *Contos Tradicionais do Povo Português*. Porto.
- BRAGA, T. (1885) – *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, 1, Lisboa (reed. 1985)
- BRANDHERM, D. & KRUEGER, M. (2017) – “Primeras determinaciones radiocarbónicas de la necrópolis de Setefilla (Lora del Río) y el inicio del periodo orientalizante en Andalucía occidental”, *Trabajos de Prehistoria*, 74,2, p. 296-318. <https://doi.org/10.3989/tp.2017.12196>
- BRAUDEL, F. (1958) – “Histoire et sciences sociales. La longue durée”, *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, 13, pp. 725-753.
- BRUN, P. (2017) – “La formation de l’entité celtique : migration ou acculturation”. En D. Garcia y H. Le Bras, eds., *Archéologie des migrations*, Paris, p. 139-152.
- CABALLERO, J. A. (2001) – “Anio de Viterbo y la Historiografía española del siglo XVI”, *Humanismo y tradición clásica en España y América. VI Reunión Científica sobre Humanistas Españoles, León y San Pedro de Dueñas-2001*, <https://buleria.unileon.es/bitstream/handle/10612/3509/Jos%C3%A9.pdf?sequence=1>; consultado 2019.12.21.
- CAMPILLO, D. (1976-1978) – “Abrasionen dentarias y cráneos enclavados del poblado de Ullastret (Baix Empordà, Gerona)”, *Simposi Internacional sobre els Orígens del Mon Ibèric (Ampurias 38-40)*, p. 317-326.
- CARDOSO, J. L. (2000) – “Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios A.C.): breve síntese”, *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, V*, Porto, p. 61-79.
- CARDOSO, J. L. (2007) – *Pré-História de Portugal*<sup>2</sup>, Lisboa.
- CASTRO, L. (2001) – *Sondeos en la arqueología de la religión en Galicia y norte de Portugal. Trocado de Bande y el culto jacobeo*, Vigo.
- COELHO, F. A. (1879) – *Contos populares portugueses*. Lisboa.
- COLLIS, J. (2003) – *The Celts. Origins, myths & inventions*. Stroud.
- COROMINAS, J. & PASCUAL, J. A. (1980-1991) – *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, I-VI, Madrid.
- CORREA, A. MENDES (1924) – *Os povos primitivos da Lusitania*, Lisboa.
- CORREIA SANTOS, M.<sup>a</sup> J. (2015) – *Santuarios rupestres de la Hispania indoeuropea* (Tesis Doctoral de la Universidad de Zaragoza), Zaragoza.
- COSTA, J. (1879) – *Organización política, civil y religiosa de los celtíberos*. Madrid.
- COSTA, J. (1881) – *Poesía popular española y mitología y literatura celto-hispanas*. Madrid.
- COSTA, J. (1898) – *Colectivismo agrario en España*. Madrid.
- COSTA, J. (1917) – *La religión de los celtíberos y su organización política y civil*. Madrid.

- DELIBES, G., FERNÁNDEZ MANZANO, J. & CELIS, J. (1992-1993) – “Nuevos ‘ganchos de carne’ protohistóricos de la Península Ibérica”, *Tabona*, 8,2, p. 417-434.
- DÍAZ-GUARDAMINO, M. (2010) – *Las estelas decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica (Tesis Doctoral de la Universidad Complutense)*. Madrid.
- DÍAZ SANTANA, B. (2001) – “Los Celtas y la Historia”. *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 48, p. 181-213.
- DIETLER, M. (1994) – ‘Our Ancestors the Gauls’: Archaeology, Ethnic Nationalism, and the Manipulation of Celtic Identity in Modern Europe”. *American Anthropologist*, 96, 3, p. 584-605. [www.jstor.org/stable/682302](http://www.jstor.org/stable/682302).
- EVANS, D. E. (1995) – “The early Celts: the evidence of language”. En M. J. GREEN, ed., *The Celtic World*, London-New York, p. 8-20.
- FITA, F. (1878-1879) – “Restos de declinación céltica y celtibérica en algunas lápidas españolas”, *La Ciencia Cristiana*, 7 (1878), p. 111 s., 8-10 (1879), p. 210 s.
- GALLAY, A. (2001) – “L’énigme campaniforme”. En F. NICOLSI, ed., *Bell beakers today: pottery, people, culture, symbols in prehistoric Europe, I (Proceedings of the international colloquium. Riva del Garda, Trento, Italy)*. Trento, p. 41-57.
- GARCÍA JIMÉNEZ, G. (2006) – *Entre iberos y celtas. Las espadas de tipo La Tène del Noreste de la Península Ibérica (Anejos de Gladius 10)*. Madrid.
- GARCÍA QUINTELA, M. V. (2016) – “Sobre las saunas de la Edad del Hierro en la Península ibérica: novedades, tipologías e interpretaciones”, *Complutum*, 27,1, p. 109-130.
- GARCÍA QUINTELA, M. V. & SEOANE-VEIGA, Y. (2011) – “La larga vida de dos rocas orensanas”, *Archivo Español de Arqueología*, 84, p. 243-266 doi: 10.3989/aespa.084.011.010
- GAMITO, T. J. (1993) – “Paleoetnología do Centro e Sul de Portugal”. En ALMAGRO-GORBEA Y RUIZ ZAPATERO, EDS., 1993, a, p. 329-337.
- GAMITO, T. J. (2005) – “The Celts in Portugal,” *e-Keltoi: Journal of Interdisciplinary Celtic Studies*, 6, Article 11, p. 571-605. <https://dc.uwm.edu/ekeltoi/vol6/iss1/11>; consultado 2019.12.22.
- GÓMEZ DE SOTO, J. (1993) – “Cooking for the elite: feasting equipment in the Late Bronze Age”. En C. SCARRE & F. HEALY, eds., *Trade and Exchange in Prehistoric Europa (Bristol, 1992) (Oxbow Monograph 33)*, Oxford, p. 191-198.
- GONZÁLEZ GARCÍA, F. J. (2007) – “Celtismo e historiografía en Galicia: en busca de los celtas perdidos”, en F. J. GONZÁLEZ GARCÍA, ED., *Los pueblos de la Galicia céltica*, Madrid, p. 9-130.
- GRAELLS, R. (2011) – “Warriors and Heroes from the North-east of Iberia: a View from the Funerary Contexts. En M. MOORE & X.-L. ARMADA, eds., *Atlantic Europe in the First Millennium BC.*, Oxford, p. 575-589.
- GUITART, J. (1975) – “Nuevas piezas de escultura prerromana en Cataluña: restos de un monumento con relieves en Sant Martí Sarroca (Barcelona)”, *Pyrenae*, 11, p. 71-80.
- HARDING, A. F. (2002) – “Western Eurasia”. En B. W. CUNLIFFE, W. DAVIES Y C. RENFREW, EDS., *Archaeology. The Widening Debate*. London.
- HEID, V. 2017 – “Kossinna’s smile”. *Antiquity*. 91, p. 348-359.
- HERCULANO, A. (1851) – *A Dama Pé de Cabra*, Lisboa.
- HOZ, J. DE (2010-2011) – *Historia lingüística de la Península Ibérica en la antigüedad. I, Preliminares y mundo meridional prerromano, II, El mundo Ibérico prerromano y la indoeuropeización*, Madrid.
- JAMES, S. (1999) – *The Atlantic Celts. Ancient people or modern invention?* London.
- KALB, PH. (1993) – “Die Kelten in Portugal”. *Actas del II Coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica, Tübingen-1989*, Salamanca, p. 143-157.

- KLEJN, L. J., HAAK, W., LAZARIDIS, J., PATTERSON, N., REICH, D., KRISTIANSEN, K., SJÖGREN, K-G., ALLENTOFT, M., SIKORA, M. & WILLERSLEV, E. (2017) – Discussion: Are the Origins of Indo-European Languages Explained by the Migration of the Yamnaya Culture to the West? *European Journal of Archaeology*, p. 1-15. doi:10.1017/eea.2017.35
- KOCH, J. T. (2018) – “Formation of the Indo-European branches in the light of the Archaeogenetic Revolution”. *Genes, Isotopes and Artefacts. How should we interpret the movement of people throughout Bronze Age Europe? Austrian Academy of Sciences, Vienna-2018*. [https://www.academia.edu/38336128/Formation\\_of\\_the\\_Indo-European\\_branches\\_in\\_the\\_light\\_of\\_the\\_Archaeogenetic\\_Revolution](https://www.academia.edu/38336128/Formation_of_the_Indo-European_branches_in_the_light_of_the_Archaeogenetic_Revolution); consultado 2019.12.10.
- KRISTIANSEN, K. *ET ALII* (2017) – “Re-theorising mobility and the formation of culture and language among the corded ware culture in Europe”. *Antiquity*, 91, n° 356, p. 334-347. doi:10.15184/aqy.2017.17
- LENERZ-DE WILDE, M. (1991) – *Iberia Celtica. Archäologische Zeugnisse Keltische Kultur auf der Pyrenäenhalbinsel*. Stuttgart.
- LORRIO, A. (2005) – *Los Celtíberos<sup>2</sup> (Bibliotheca Archaeologica Hispana 25)*, Madrid.
- LORRIO, A. J. (2014) – *La necrópolis orientalizante de La Loma de Boliche (Almería), (Bibliotheca Archaeologica Hispana 43)*, Madrid, 2014.
- MARIANA, J. DE (1601) – *Historia general de España*, Toledo.
- MARTOS NÚÑEZ, E. & SOUSA TRINDADE, V. M. DE, EDS. (1997) – *Cuentos y leyendas de España y Portugal (Actas del I Seminario Internacional de Cuentos y Leyendas de España y Portugal, Badajoz-Évora, 1996)*, Badajoz.
- MASDEU, J. F. (1794) – “III. España Celtibérica”, *Historia crítica de España y de la cultura española*, I, 1, Madrid, p. 106-166.
- MOYA, P. R. (2012) – *Paleoetnología de la Península Ibérica (Tesis Doctoral de la Universidad Complutense)*. Madrid.
- OLALDE, I. *ET ALII* (2019) – “Genomic history of Iberian Peninsula”. *Science* 363, p. 1230-1234.
- PÉREZ VILATELA, L. (2000) – *Lusitania (Bibliotheca Archaeologica Hispana 6)*, Madrid.
- PIMENTA, J. RAMIRO (2005) – “Geo-historiografia da ‘cultura castreja’ nos finais do século XIX. O caso de Martins Sarmiento”, *O Arqueólogo Português*, série IV, 23, p. 157-170.
- RANKIN, D. (1987) – *Celts and the Classical World*, London – New York.
- RENFREW, C. (1987) – *Archaeology and Language. The Puzzle of Indo-European Origins*, Cambridge.
- RESENDE, A. DE (1593) – *De Antiquitatibus Lusitaniae*. Romae, 1597 (reed. Conimbricae, 1790).
- RESENDE, A. DE (2009) – *As Antiguidades da Lusitânia*. R. M. Rosado Fernandes y Sebastião Tavares de Pinho, eds., Coimbra (*Portugaliae Monumenta Neolatina III*). [https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/2697/2/As%20Antiguidades%20da%20Lusita%CC%82nea%20\(2009\).pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/2697/2/As%20Antiguidades%20da%20Lusita%CC%82nea%20(2009).pdf?ln=pt-pt); consultada 2019.12.6)
- RISCO, M. (1778) – *España sagrada, XXXII. La Vasconia*, Madrid (reed. 1878).
- RODRÍGUEZ, J. A. & FERNÁNDEZ MANZANO, J. (2012) - Cogotas I. Una cultura de la Edad del Bronce en la Península Ibérica, Valladolid.
- ROVIRA, M. C. (1998) – “L'exhibició d'armes i cranis enclavats en els habitats ibers septentrional”, *Cypsela*, XII, p. 167-182.
- RUIZ ZAPATERO, G. (1985) – *Los Campos de Urnas del NE. de la Península Ibérica (Tesis Doctoral de la Universidad Complutense)*, Madrid.
- RUIZ ZAPATERO, G. (2001) – “¿Quiénes fueron los Celtas? Disipando la niebla: Mitología de un collage histórico”. En M. ALMAGRO-GORBEA, M. MARINÉ & J. R. ÁLVAREZ SANCHÍS, eds. *Celtas y Vettones*, Ávila, p. 73-91.

- RUIZ ZAPATERO, G. (2014) – “Los Campos de Urnas”. En M. ALMAGRO-GORBEA, ed., *Protohistoria de la Península Ibérica del Neolítico a la Romanización*, Burgos, p. 195-215.
- RUIZ ZAPATERO, G. & LORRIO, A. (2007) – “The prehistoric roots of the Celtiberian World”. En R. KARL & D. STIFNER (eds.), *The Celtic World: Celtic Archaeology, II*. Londres-Nueva York, p. 45-67.
- SAAVEDRA, E. (1879) – “Descripción de la vía romana entre Uxama y Augustóbriga”, *Memorias de la Real Academia de la Historia*, IX, Madrid.
- SANMARTÍ, J. (1994) – “Eléments de type laténien au nord-est de la Péninsule Ibérique”, *L'Age du Fer en Europe sud-occidentale. Actes du XVIe Colloque de l'Association Française pour l'Etude de l'Age du Fer, Agen-1992 (Aquitania, XII)*, p. 336-351.
- SARMENTO, F. MARTINS (1891/1893) – *Lusitanos, Lígures e Celtas*. Porto.
- SCHIERL, T. (2010) – “Die Kelten in Portugal. Kleinfunde und ihre historische Deutung am Beispiel laténoider Fibelformen im Südwesten der Iberischen Halbinsel”. En ARMBRUESTER, B. & HEGEWISCH, M. (eds.), *Beiträge zur Vor- und Frühgeschichte der Iberischen Halbinsel und Mitteleuropas. Studien in honorem Philine Kalb*, Bonn, p. 171-191.
- SCHULTEN, A. (1914-1931) – *Numantia, I-IV*, München.
- SCHULTEN, A. (1940) – *Viriato*. Porto.
- SCHULTEN, A. (1945) – *Sertorio*. Barcelona.
- SILVA, A. COELHO FERREIRA DA (1986) – *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira (reed. 2007).
- SILVA, M., DULIAS, K., OTEO-GARCÍA, G., GANDINI, F., EDWARDS, C., PALA, M., SOARES, P., WILSON, J. F. & RICHARDS, M. B. (2019) – “Once upon a time in the west: The archaeogenetics of Celtic origins”. En B. CUNLLIFE & J. T. KOCH, *Exploring Celtic Origins: New ways forward in archaeology, linguistics, and genetics (Celtic Studies Publications, 22)*. Oxford & Philadelphia, p. 151-167.
- TORRES, J. (2011) – *El Cantábrico en la Edad del Hierro. Medioambiente, economía, territorio y sociedad (Bibliotheca Archaeologica Hispana 35)*, Madrid.
- TORRES, M. (2002) – *Tartessos (Bibliotheca Archaeologica Hispana 14)*, Madrid.
- TOVAR, A. (1949) – *Estudios sobre las primitivas lenguas hispánicas*, Buenos Aires.
- UNTERMANN, J. (1961) – *Sprachräume und Sprachbewegungen im vorrömischen Hispanien*. Wiesbaden.
- UNTERMANN, J. (1997) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum. IV. Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*. Wiesbaden.
- UNTERMANN, J. (2004) – “Célticos y Túrdulos”, *Palaeohispanica* 4, p. 199-214.
- VALDEFLORES, MARQUÉS DE (1752) – L. J. Velázquez, *Ensayo sobre los Alfabatos de las letras desconocidas que se encuentran en las mas antiguas medallas, y monumentos de España*, Madrid.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1936-1988) – *Etnografía portuguesa, I-X*. Lisboa.
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1964-1969) – *Contos populares e lendas, I-II*. Coimbra.
- VEREA Y AGUIAR, J. (1838) – *Historia de Galicia*. Ferrol.
- VICETTO, B. (1865). *Historia de Galicia*, Ferrol.
- VILLAAMIL Y CASTRO, J. (1873) – *Antigüedades prehistóricas y célticas de Galicia, I. Lugo*, Lugo.
- VITALI, D. (1992) – *Tombe e necropoli galliche di Bologna e territorio*, Bologna.
- YUXIONG, Z. (2016) – *O povo português, segundo Teófilo Braga: raça e génio*. Aveiro (<https://ria.ua.pt/bitstream/10773/18308/1/O%20povo%20portugu%C3%AAAs%20segundo%20Te%C3%B3filo%20Braga.pdf>; consultado 2019.12.7).

**O POVOAMENTO ROMANO DO CONCELHO DE OEIRAS:  
ANTECEDENTES, ECONOMIA E SOCIEDADE (SÉCULOS I a.C. A V d.C.)**

***THE ROMAN SETTLEMENT OF THE MUNICIPALITY OF OEIRAS:  
ANTECEDENTS, ECONOMY AND SOCIETY (CENTURIES I BC TO V AD)***

João Luís Cardoso\* & Maria da Conceição André\*\*

**Abstract**

A synthesis of the Roman occupation of the municipality of Oeiras is presented. The data obtained reveals an early Italic influence, since the beginning of the Empire, in continuity with the strong Mediterranean presence verified in the end of the Iron Age.

The occupation of the territory, had an essentially agrarian character, related to the polyculture carried out in the various *villae rusticae* identified, especially implanted in calcareous soils, partly related to the supply of the great city that was the city of *Olisipo* at the time, ca. 15 km away, but easily connected by the Tagus river.

The archaeological remains comprise many imported products, revealing the openness to Mediterranean trade, a reality that remained even after the fall of the Empire, being proved by the 6th century AD phocean ceramic productions.

In addition, the existence of two funerary epigraphs reinforce the ide integration of these communities in the Roman Empire since the 1<sup>st</sup> century AD. One of them reveals by the typology, the adoption of Roman models by the population, already widely acculturated, as it is denounced by the *cognomen* of the deceased, clearly indigenous. The other epigraph reveals at the same time, a harmonic acculturation accompanied by an evident cosmopolitanism, since it corresponds to the grave of a *aquilifer* of second legion, who, being a native here, will have traversed several areas of the Empire, before returning to their homeland, where he probably ended his military career.

*Keywords:* Roman Empire; Oeiras; acculturation; trade; cosmopolitanism.

## **1 – CONDICIONANTES NATURAIS E DEMOGRAFIA**

O concelho de Oeiras caracteriza-se, do ponto de vista geológico, por unidades muito diferenciadas, que condicionaram a exploração do solo em resultado das distintas aptidões naturais que cada uma delas oferecia à prática da agricultura. Os calcários e margas do Cenomaniano (Cretácico), desenvolvendo-se ao longo das principais linhas de água da região, formaram vales de paisagens variadas, particularmente propícios ao policultivo de árvores de fruto, de hortas (incluindo as veigas aluvionares modernas), da vinha e da oliveira sendo que na região ocidental do *ager* olisiponense, tanto a produção de azeite como a de vinho se encontra documentada pela presença de mós e lagares, como na *villa* de Freiria, situada no vizinho concelho da Cascais.

---

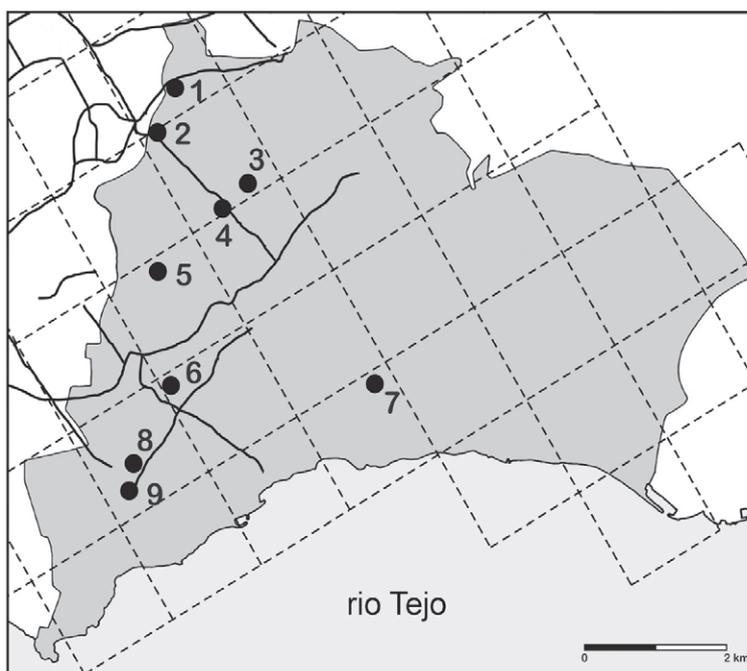
\* Professor catedrático da Universidade Aberta. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CMO). cardoso18@netvisao.pt

\*\* Técnica Superior. Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CMO).

O traçado da rede hidrográfica, especialmente os vales das ribeiras da Lage e de Barcarena, viabilizaram o acesso à água para consumo doméstico e para uso agrícola que, articulado com o respetivo relevo, condicionou a distribuição demográfica da população no período romano, que vivia em estabelecimentos rurais, *villae* e *vici*, nos quais residirão os fundamentos das actuais povoações do concelho. Estes estabelecimentos seriam vocacionados para o cultivo da terra, designadamente a cerealicultura, tal como já se tinha observado no Bronze Final e no decurso da Idade do Ferro, avultando contudo, no período romano as propriedades agrícolas de certa dimensão.

A densidade da ocupação romana, pressupunha, outrossim, a existência de uma malha viária que assegurasse as comunicações, não só entre si, mas também com o litoral e, sobretudo, com a grande urbe olisiponense (Fig. 1). O período de domínio romano no território oeirense corresponde deste modo à confirmação da vocação agrícola da região tendo sido a fertilidade e a aptidão agrícola dos solos determinante para a fixação das sucessivas comunidades romanas, logo a partir do século I a. C. na região, em continuidade com as últimas presenças da Idade do Ferro.

É de ter ainda em consideração a presença, a sul, do estuário do Tejo, constituindo vasta frente ribeirinha, que abarca todo o comprimento do concelho, onde abundava grande diversidade de recursos naturais, fáceis de recolher e quase inesgotáveis, os quais foram favoráveis à instalação de actividades industriais baseadas na pesca e ao comércio marítimo transregional especialmente com o mundo mediterrâneo. É pois provável que nas enseadas que pontual o litoral concelhio, como a da praia de Santo Amaro de Oeiras, de Paço de Arcos de Caxias, da Cruz Quebrada e de Algés, propícias à acostagem de embarcações, tivessem sido eleitas para o estabelecimento de instalações portuárias e industriais. Ali teriam por certo existido fábricas de transformados piscícolas e respectivos armazéns, à semelhança do verificado na actual área urbana ribeirinha de Cascais e de Lisboa (Casa dos Bicos, Baixa Pombalina). Actualmente, de tais instalações, nada se conhece em consequência da intensa ocupação urbana verificada nessas zonas, de que resultaram profundas transformações, verificadas desde há séculos na própria linha de costa.

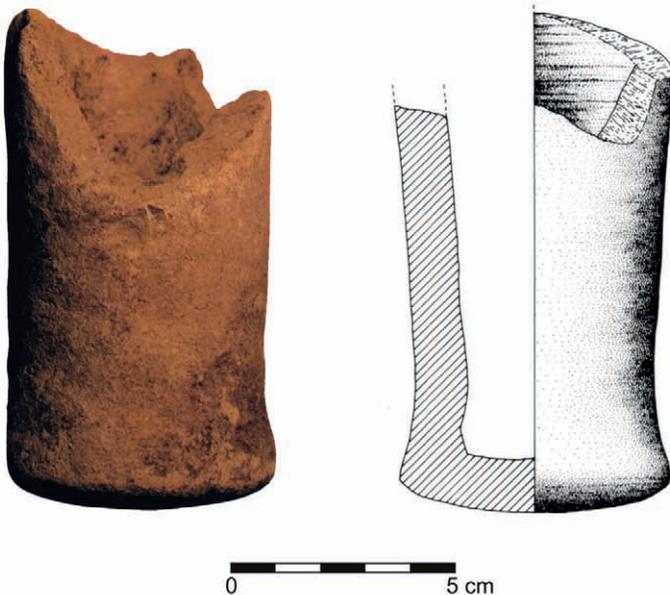


**Fig. 1** – Proposta de malha viária romana (a traço grosso) no actual concelho de Oeiras (área a cinza), de acordo com o traçado da centuriação previamente existente (a traço fino) e as estações romanas identificadas (CARDOSO & CARDOSO, 1993). 1 – Cotão velho 3, materiais romanos de superfície; 2 – Talaíde, *villa* romana; 3 – Galegas (fossa com materiais romanos); 4 – Leião, *villa* romana; 5 – Sol Avesso, necrópole de inumação; 6 – Alto da Peça, Cacilhas, necrópole e lápide funerária; 7 – Junção do Bem, necrópole tardo-romana e alto-medieval e lapides funerárias; 8 – *villa* romana de Oeiras (ruínas da Rua das Alcássimas e da Rua Marquês de Pombal); 9 – Laveiras, necrópole e lápides funerárias; 10 – serra de Carnaxide, casal agrícola. Notar a evidente concentração de ocorrências na área ocidental do actual território concelhio, correspondente a afloramentos e solos calcários, nitidamente preferidos pelos Romanos, em detrimento dos terrenos terciários, de aptidão agrícola muito reduzida (seg. CARDOSO & CARDOSO, 2005, modificado).

## 2 – ANTECEDENTES

No Bronze Final e na Idade do Ferro, entre cerca de 1300 e 900 a.C., a vasta área interior do concelho, especialmente os trechos ocupados por terrenos basálticos, de alta fertilidade, foram pontuados de pequenos povoados e casais agrícolas, essencialmente dedicados à cerealicultura e ao pastoreio, de que existem diversas evidências conhecidas (CARDOSO & CARDOSO, 1993; CARDOSO & CARDOSO, 1996; CARDOSO, 1995; 2000; 2010/2011). Esta realidade prolongou-se, sem grandes alterações, no decurso de toda a Idade do Ferro. Assim, aos séculos VII/VI a.C. e V/IV a.C., pertencem, respectivamente, o núcleo mais antigo da estação de Leião, escavado sob direcção do primeiro signatário (CARDOSO *et al.*, 2010/2011 a) e os dois núcleos agrícolas escavados igualmente sob direcção daquele, em Outorela (CARDOSO *et al.*, 2014). A esta mesma época reporta-se também o casal agrícola de Gamelas (CARDOSO & SILVA, 2012).

Já à fase terminal da Idade do Ferro, corporizando transição em continuidade para o período romano republicano pertencem os restos recolhidos no estabelecimento agrícola de Leião (CARDOSO *et al.*, 2010/2011 b), bem como os identificados no Centro Histórico de Oeiras, testemunhando uma ocupação imediatamente antecedente da presença romana no local. Com efeito, na área correspondente à implantação da *villa* romana de Oeiras, entre diversas produções sidéricas locais ou regionais recolheu-se fragmento de ânfora neopúnica da forma Mañá C2 (Fig. 2), produzida em Cartago e nas feitorias do estreito de Gibraltar (CARDOSO, 1996), resultante do comércio marítimo já então sob administração romana, pertencente ao Museu Nacional de Arqueologia. A estes materiais, recolhidos por José Leite de Vasconcelos no início do século XX, somam-se outros, resultantes das escavações ali realizadas sob orientação do primeiro signatário, de que resultaram também a identificação de vários muros de alvenaria, de planta rectilínea, da mesma época, subjacentes e adja-



**Fig. 2** – Fundo de ânfora neopúnica Mañá C2 recolhida na área da *villa* romana de Oeiras. Museu Nacional de Arqueologia. Foto de J. L. Cardoso. Desenho de B. Ferreira (seg. CARDOSO, 1996, modificado).



**Fig. 3** – *Villa* romana de Oeiras. Muros de alvenaria do final da Idade do Ferro subjacentes ao nível onde assentou o mosaico romano. Escavações e foto de J. L. Cardoso.



**Fig. 4** – Estabelecimento romano de Leião. Jarro de cerâmica cinzenta fina, de tradição da Idade do Ferro, decorado por linhas incisas no colo e no bojo. Diâmetro máximo: 18,0 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 75).



**Fig. 5** – Estabelecimento romano de Leião. Fragmento de cerâmica comum, talvez inspirado em ânfora vinária de tradição greco-italica. Altura máxima do fragmento: 11,3 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 76).

centes ao local onde se implantou o conhecido mosaico romano adiante caracterizado (Fig. 3). Entre os espólios cerâmicos associados a essas estruturas cita-se um fragmento de asa anular, provavelmente pertencente a uma ânfora neopúnica e um fragmento de vaso de cerâmica cinzenta fina expostos na exposição de arqueologia do Concelho de Oeiras patente na Fábrica da Pólvora de Barcarena. Também as escavações efectuadas no estabelecimento rural romano de Leião permitiram recuperar alguns exemplares de forte tradição sidérica local, como é o caso de um jarro de cerâmica cinzenta fina (Fig. 4), com paralelos mais antigos recuperados em Outurela e em Gamelas, associado a diversos materiais de origem itálica, designadamente fragmento de uma raro recipiente de cerâmica comum, talvez inspirado em ânfora vinária de tradição greco-italica do século II/I a.C. (Fig. 5), e uma base de recipiente de engobe negro, tipo campaniense da Classe B, forma Lamboglia 1, cerca de 125-30 a.C., materiais também expostos na referida exposição.

### 3 – O PERÍODO ROMANO IMPERIAL EM OEIRAS

#### 3.1 – O mundo dos vivos

O período romano imperial, cujo antecedente imediato, no território oeirense, remonta ao final do período romano republicano, encontra-se documentada no estabelecimento rural romano de Leião e também na *villa* romana de Oeiras, podendo ser caracterizado, com base nos testemunhos até agora recuperados, do modo



**Fig. 6** – Estabelecimento romano de Leião. Aspecto parcial das escavações realizadas em 2008. Notar a existência de compartimentos definidos por muros de desenvolvimento ortogonal. Escavações e fotos de J. L. Cardoso.

como a seguir se apresenta. O estabelecimento de Leião documenta a aculturação precoce aos padrões e modos de vida romanos, logo desde finais do século I a.C. Situa-se a sul de Leião em terrenos calcários, em região de declives suaves, propícia ao policultivo, característico dos estabelecimentos agrícolas do período romano. Ali existiriam searas, olivais e vinhas, produções características da trilogia mediterrânea, a par de pomares e de hortas, que forneciam legumes frescos. O estabelecimento ali implantado seria, pois, auto-suficiente, podendo integrar, a par de outros existentes na região, como a *villa* romana de Oeiras, ou a *villa* de Freiria, actualmente no vizinho concelho de Cascais, o dispositivo de abastecimento alimentar da importante urbe de *Olisipo*, à semelhança do anteriormente verificado com os casais agrícolas da Idade do Ferro (CARDOSO & CARDOSO, 2005).

As escavações realizadas em 2008 sob a direcção do primeiro signatário puseram a descoberto um edifício de planta sub-rectangular, já muito destruído e incompleto, com o comprimento de 16,5 m e a largura média de 10,0 m (Fig. 6). Este edifício encontrava-se compartimentado interiormente em várias dependências, entre as quais a cozinha, com o chão parcialmente forrado de tijoleiras quadrangulares, na área do lar (Fig. 7). Um dos compartimentos, possuindo paredes cobertas de estuque pintado (Fig. 8), correspondia à dependência mais nobre da habitação. Identificaram-se diversas actividades domésticas, como a fiação, documentada por cossoiros tronco-cónicos (Fig. 9) e a tecelagem, comprovada por um conjunto de pesos de tear paralelipipédicos de barro (Fig. 10) concentrados numa área restrita, na qual se localizaria por certo o tear. A preparação de alimentos e de diversos produtos está ilustrada pela descoberta de fragmentos



**Fig. 7** – Estabelecimento romano de Leião. Foto de lar, com embasamento de tijoleiras quadrangulares, mais ou menos alteradas pelo fogo. Escavações e foto de J. L. Cardoso.

de almofarizes de barro, com as características estrias interiores para facilitarem a maceração, de produção bética. A tipologia de alguns dos materiais exumados, evoca produções locais da Idade do Ferro, como é o caso dos diversos recipientes de cerâmica cinzenta, acompanhados de materiais importados de origem itálica dos séculos II/I a.C., constituindo, deste modo, os mais antigos produtos daquela natureza registados na região. A esses produtos, juntam-se cerâmicas de mesa, como taças de *terra sigillata* do tipo itálico, forma Consp. 22 (15 a.C.-15 d.C.) e sudgálica, forma Drag. 24/25 (20-60 d.C.) com grafito após cozedura (Fig. 11), a que se juntam diversos recipientes de “paredes finas”, com decorações de espinhas em barbotina (1.<sup>a</sup> metade do séc. I a.C./período augustano) (Fig. 12) e em folha de água e palmeta, da época tiberiana ou flávia (CARDOSO, 2011). Destacam-se também duas fíbulas de arco tipo Aucissa, características de um lapso temporal que vai dos finais do século I a.C. a meados do século I d.C. (Fig. 13), e um pendente de bronze em forma de crescente, munido de



**Fig. 8** – Estabelecimento romano de Leião. Estuques pintados que revestiam o compartimento nobre do complexo doméstico. Escavações de J. L. Cardoso. Fotos de B. L. Ferreira (seg. CARDOSO et al., 2010/2011 b).



**Fig. 9** – Estabelecimento romano de Leião. Cossoiros (volantes de fusos de tear) cónicos de produção local ou regional. Diâmetro do maior: 5,4 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Fotos de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 83).



**Fig. 10** – Estabelecimento romano de Leião. Conjunto de pesos de tear, de produção local ou regional, recolhidos em espaço circunscrito da área doméstica, correspondendo à localização de um tear. Escavações de J. L. Cardoso. Fotos de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 84).



**Fig. 11** – Estabelecimento romano de Leião. Fragmentos de taças de *terra sigillata*. Em cima, de tipo itálico, forma Consp. 15 (15 a.C.-15 d.C.). Em baixo, de produção sudgálica, forma Drag. 24/25 (20-60 d.C.), com grafito aberto após cozedura. Comprimento máximo do maior exemplar: 4,1 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Fotos de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 85).



**Fig. 12** – Estabelecimento romano de Leião. Recipiente de “paredes finas” de forma indeterminada, com decoração de espinhas em barbotina (2.<sup>a</sup> metade do século I a.C./período augustano). Comprimento máximo: 2,7 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 88).

furo para suspensão (Fig. 14), atribuível a amuleto utilizado nos arreios das montadas, com paralelos em Roma, como é o caso dos arreios dos cavalos das personagens representadas nos quatro lados da base da coluna de Antonino Pio (138-161 d.C.), presente-mente exposta no Museu do Vaticano. Esta tradição apotropaica prolongou-se até à actualidade, tanto no que aos humanos diz respeito, como igualmente no que concerne à protecção dos cavalos contra o mau olhado, reproduzindo Leite de Vasconcelos muitos exemplares comparáveis ao recolhido em Leião (VASCONCELOS, 1985, p. 257 a 259).

Foram ainda descobertos três numismas: um Asse de Emerita Augusta, a actual cidade de Mérida, cunhado no reinado de Augusto (23 a.C.-14 d.C.) (BURGOS, 1984, n.º 1536; BLÁZQUEZ CERRATO, 1992, Lám. 2, n.º 6) (Fig. 15); um Quadrante de Calígula, cunhado no ano 40 d.C., correspondendo a cunhagem comemorativa da abolição de imposto, promulgada pelo imperador naquele ano, conforme consta do campo do reverso, pela abreviatura através das iniciais RCC, “remissa ducentésima” (SEAR, 2000, n.º 1804); e um Dupôndio cunhado em nome de Antónia, filha de Marco António e de Octávia, no reinado de Cláudio (41-54 d.C.) (SEAR, 1981, n.º 496).



Fig. 13 – Estabelecimento romano de Leião. Duas fibulas de arco de tipo Aucissa. Bronze. Comprimento máximo da menor: 5,2 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Fotos de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011).



Fig. 14 – Estabelecimento romano de Leião. À esquerda: aplique pendente, em forma de crescente, atribuível a amuleto fixado aos arreios das montadas. Comprimento máximo: 7,7 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de C. Santos. À direita: pormenor da coluna triunfal de Antonino Pio (138-161 d.C.), presente-mente no Museu do Vaticano observando-se os amuletos em forma de crescente, idênticos ao recolhido em Leião, aplicados aos arreios das montadas. Foto de J. L. Cardoso (seg. CARDOSO, 2011 e CARDOSO *et al.*, 2010/2011 b).



**Fig. 15** – Estabelecimento romano de Leião. Asse de Emerita Augusta (Mérida), cunhagem de Augusto, com alusão ao rio Guadiana no anverso, e à fundação da cidade, com a representação de junta de bois e arado que delimitou o perímetro da cidade romana, no reverso (23 a.C.-14 d.C.). Escavações de J. L. Cardoso. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 90, modificada).

Deste modo, se a fundação deste estabelecimento rural se pode situar nos finais do período republicano, o respectivo abandono verificou-se em meados do século I d.C., dado que no espólio recuperado não existem elementos de cronologia seguramente mais moderna, tendo ocorrido de forma súbita. Na verdade, resultou da destruição por completo do edifício pela deflagração de um incêndio, tendo os antigos pavimentos, alterados pelo calor, sido selados pelo derrube da cobertura, constituída quase exclusivamente por telhas curvas (*imbrices*) (Fig. 16). Tal situação certifica que todos os artefactos encontrados sob esta camada estariam em uso aquando do desastre, no que poderá ter sido uma habitação de um domínio agrário constituído logo no início da dominação romana na região, a qual não voltou a ser reconstruída, resultando nisso o seu maior interesse (CARDOSO *et al.*, 2010/2011 b). Com efeito, são muito escassos os elementos informativos sobre os estabelecimentos rurais do período augustano e, mais ainda, aqueles que forneceram espólios homogêneos, representativos e sincrónicos,

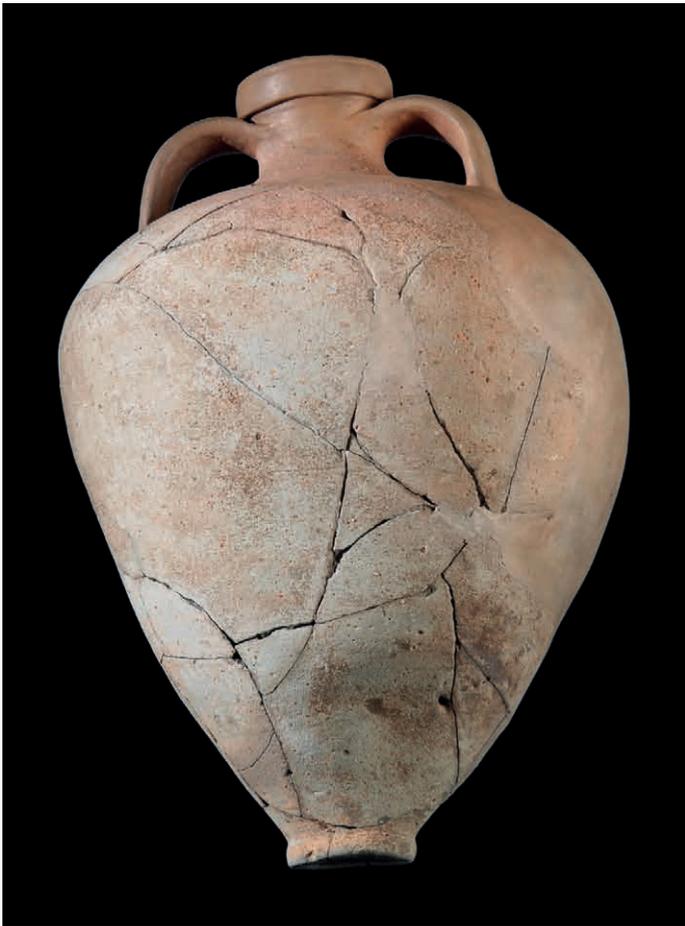


**Fig. 16** – Estabelecimento romano de Leião. Camada constituída por fragmentos de telhas curvas (*imbrices*) resultantes do abatimento do telhado na sequência do incêndio generalizado ocorrido em meados do século I d.C. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de J. L. Cardoso.

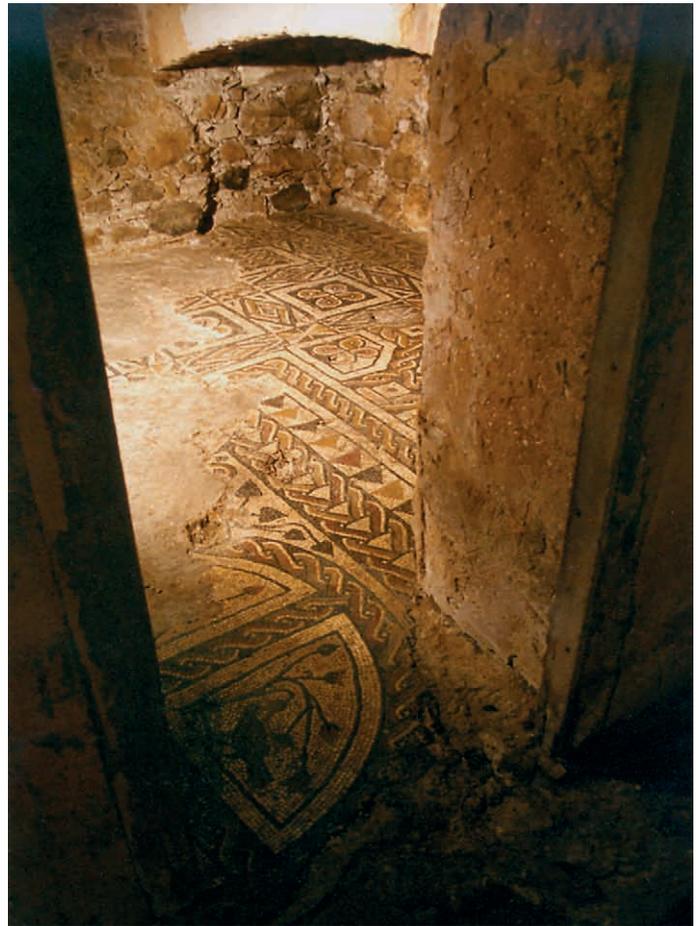
por corresponderem a uma estreita “janela” temporal de utilização dos respectivos espaços domésticos, como é o caso.

Regista-se ainda a ocorrência de uma ânfora do tipo Almagro 51 C, variante A, quase completa, transição séculos II / III d.C. encontrada junto à estrada nacional de Leião – Cacém, em terrenos adjacentes ao Taguspark (CARDOSO & CARDOSO, 1993) (Fig. 17). A produção regional deste tipo anfórico encontra-se documentada nos fornos situados na margem Sul do Tejo, tanto em Porto dos Cacos, Alcochete, como na Quinta do Rouxinol, Seixal e destinava-se ao envase de preparados piscícolas, produzidos em fábricas existentes ao longo de ambas as margens do estuário do Tejo sendo fabricado do século III d.C. em diante. A ocorrência deste exemplar da variante A, que é raríssimo neste estado de conservação, pois apresenta-se quase completo, em plena área agrícola, sugere que os preparados que continha, para além de exportação, seriam consumidos localmente, por parte do estrato populacional mais rico, afinal aquele que, desde o século II ou I a.C. importava vinho do Mediterrâneo, como comprovam o fragmento de ânforas neopúnicas e greco-ítálicas recolhidos respectivamente em Oeiras e em Leião, como já anteriormente se referiu.

Na *villa* romana de Oeiras, presentemente localizada na Rua das Alcássimas, no Centro Histórico de Oeiras realizaram-se também escavações em extensão, de carácter plurianual sob a responsabilidade do primeiro signatário.



**Fig. 17** – Estrada Leião-Cacém, área adjacente ao actual Taguspark. Ânfora Almagro 51C, variante A, transição dos séculos II/III d.C. Comprimento máximo: 48 cm. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 96).



**Fig. 18** – *Villa* romana de Oeiras. Vista parcial da implantação original do mosaico, na cave de casa setecentista do centro histórico de Oeiras (Rua das Alcássimas). Escavações de J. L. Cardoso. Foto de B. L. Ferreira (seg. GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996).

Tratava-se de estabelecimento implantado em suave encosta, voltada a poente, situado na margem esquerda da ribeira da Lage, da qual dista em linha recta cerca de 150 m. As explorações interessaram a *pars urbana* da *villa*.

Porém, ao contrário do observado em Leião, a ocupação humana continuou até ao Baixo Império, com base em alguns dos materiais recolhidos, com destaque para a peça mais notável, o célebre mosaico que ali foi identificado em 1903 (VASCONCELOS, 1916), cujo estudo detalhado foi ulteriormente realizado (GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996).

Trata-se de mosaico policromo, cujo centro se encontra preenchido por medalhão central, repartido em quatro quadrantes, decorados com aves, possivelmente pombas, debicando botões ou flores de coloração vermelha. O motivo central encontra-se enquadrado por composição geométrica, atingindo a peça musiva, no total, cerca de 7,11 m de comprimento por 4,74 m de largura, ou seja, vinte e quatro por dezasseis pés romanos (Fig. 18). Em 2006, a intervenção executada em divisória térrea da habitação setecentista adjacente à que era ocupada pela maioria do mosaico (Fig. 19), permitiu a identificação da bordadura do mesmo, ao longo de um dos seus lados maiores (Fig. 20).

Do ponto de vista estilístico, tecnológico e iconográfico, o mosaico foi atribuído pelos referidos autores aos séculos II ou III d.C., sendo, no entanto, segundo outros autores, mais tardio (BORGES, 1996), precisando um deles a sua atribuição ao século IV d.C. (OLIVEIRA, 2003). Pela sua evidente importância, traduz a riqueza do proprietário da *villa*, onde provavelmente ocuparia o *triclinium*.

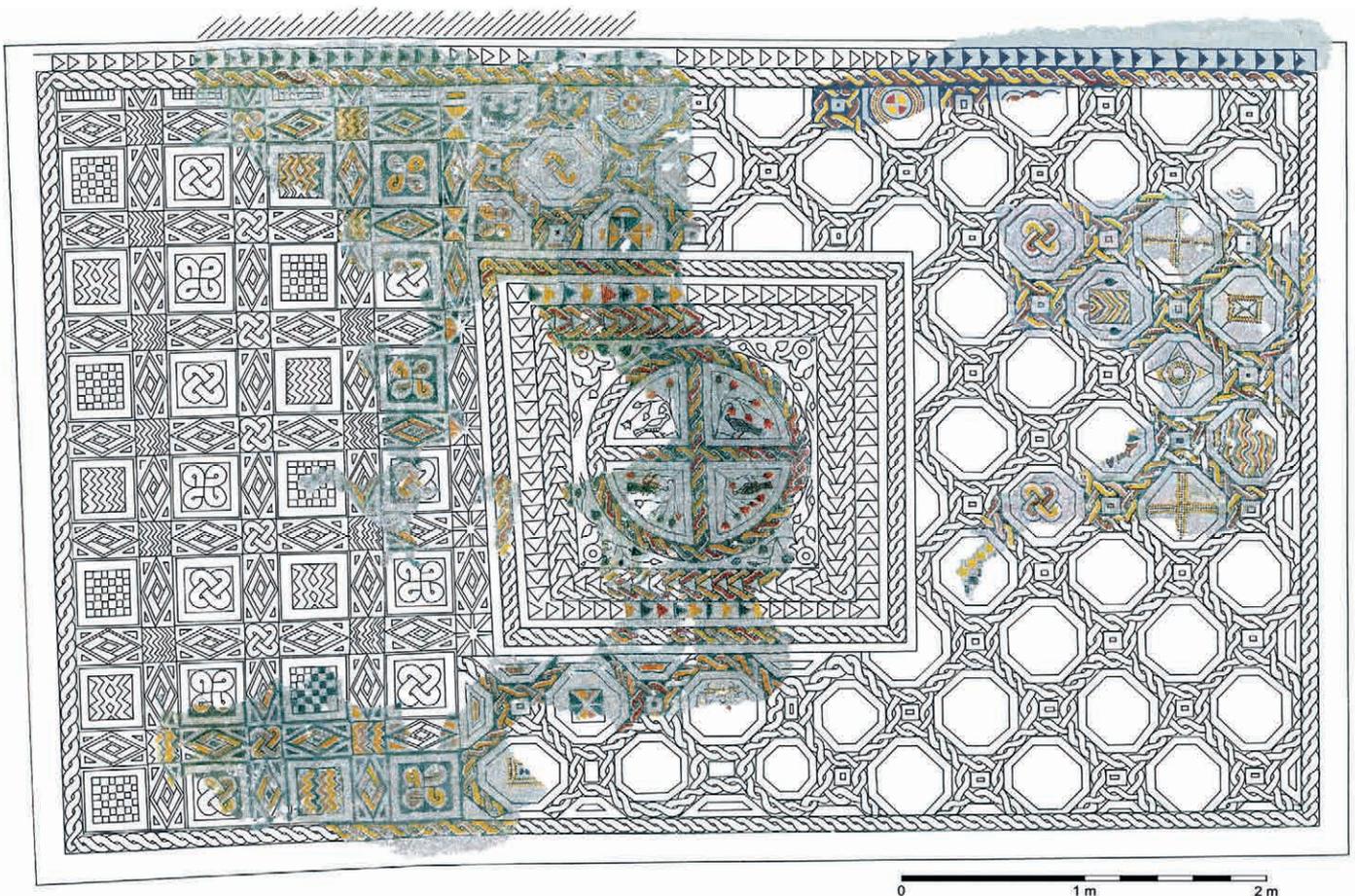


Fig. 19 - *Villa romana de Oeiras*. Levantamento planimétrico do mosaico romano, contendo ensaio de reconstrução do mesmo (seg. GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996, modificado).



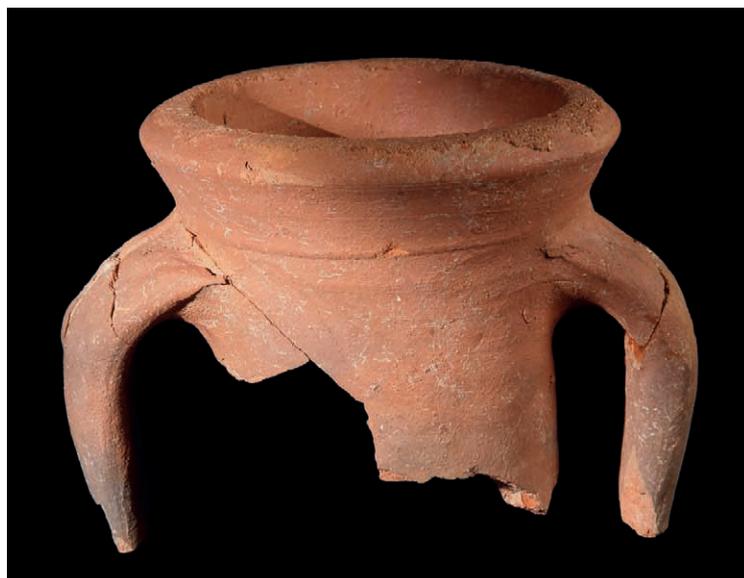
**Fig. 20** – *Villa* romana de Oeiras. Pormenor do sector da bordadura do mosaico identificado em 2007, quando se explorou compartimento da habitação setecentista adjacente ao que conservava a parte principal do mesmo. Note-se, na imagem inferior, a existência de um muro da casa romana concordante com o limite do mosaico, mas situado a cota inferior ao nível deste, indicio de que este se trata de um melhoramento tardio na área urbana da *villa*, atribuível aos séculos II/III d.C., ou a época mais recente. Escavações e fotos de J. L. Cardoso.

A sua remoção em 1999 para posterior restauro, no âmbito da reabilitação do edifício setecentista onde se localizava permitiu alargar a investigação arqueológica correspondente ao piso térreo da referida edificação setecentista, incluído os depósitos sobre os quais se assentou o mosaico. Assim, em 2000 e, depois, entre 2004 e 2007, as sucessivas campanhas de escavação realizadas conduziram à identificação de outros compartimentos da *villa* romana, além de estruturas e espólios mais antigos e mais recentes, como é usual em espaços urbanos que conheceram uma larga diacronia ocupacional. Com efeito, os materiais recuperados nesta importante intervenção de arqueologia urbana revelaram, como é usual neste tipo de trabalhos, cronologias desde o final do Calcolítico até à Época Moderna.

Merecem destaque, no que concerne à ocupação pré-histórica, os fragmentos de cerâmicas campaniformes, da segunda metade do III milénio a.C., sucedidos por numerosos materiais do Bronze Final (séculos XI a IX a.C.), avultando belos exemplares das características cerâmicas de ornatos brunidos, já publicados (CARDOSO, 2016/2017). O final da Idade do Ferro (séculos III-II a.C.) encontra-se igualmente ali representado, tanto pelos materiais já atrás mencionados, como por estruturas habitacionais de planta ortogonal, antecedendo imediatamente a ocupação romana. Esta está muito bem documentada por espólios sobretudo de época imperial, que comprovam a ocupação do local desde o século I ao século IV d.C. Nesse âmbito destaca-se fragmento de taça de terra *sigillata* sudgálica do século I d.C., e a porção de recipiente de “paredes finas”, importação bética, com decoração de areia, da mesma época (Fig. 21), a que acresce bocal de ânfora munido de 2 asas do tipo Dressel 14, variante A, do 3.º quartel do século I d.C. (Fig. 22). Aos séculos II/III d.C., pertence fragmento de lucerna, enquanto ao século IV d.C. se reporta fragmento de bocal de ânfora Almagro 51 C, de importação bética, do século IV d.C. (CARDOSO, 2011).



**Fig. 21** – *Villa* romana de Oeiras. Recipiente de “paredes finas”, de importação bética, com decoração de areia, do século I d.C. Altura máxima: 3,1 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de B. Ferreira.



**Fig. 22** – *Villa* romana de Oeiras. Bocal de ânfora Dressel 14, variante A, do 3.º quartel do século I d.C. Comprimento máximo: 22,5 cm. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011, Fig. 91).

Com este importante estabelecimento podem ainda relacionar-se duas peças relevantes: uma pequena estatueta de bronze, representando *Eros*, segurando uma pomba, sobre o peito, com ambas as mãos (Fig. 23), pertencente ao Museu Nacional de Arqueologia e já publicada (GOMES, CARDOSO & ANDRÉ 1996); e uma cabeça marmórea, eventualmente romana, provavelmente oriunda da mesma *villa* (FERREIRA & FERREIRA, 1962), em mármore branco finíssimo, representando aparentemente um fauno, reaproveitada em fontanário do Jardim Municipal de Oeiras, a qual se encontra presentemente integrada na Exposição Permanente de Arqueologia do Concelho de Oeiras, na Fábrica da Pólvora de Barcarena (Fig. 24).

Em 2017/2018, as escavações arqueológicas realizadas sob direcção do primeiro signatário na Rua Marquês de Pombal, n.ºs 5 e 7 do Centro Histórico de Oeiras puseram a descoberto outras estruturas romanas, situadas a cerca de 150 m de distância do local anterior (CARDOSO, CARDOSO & MARTINS, 2018). Foram registados muros rectilíneos, que configuram arquitectura doméstica ortogonal, idêntica à observada em Leião (Fig. 25) e, tal como ali, associados a um nível constituído pelo desabamento do telhado, igualmente constituído por *imbrices* (Fig. 26). Esta primeira fase de ocupação romana do local está representada por espólios pouco abundantes, e que se apresentam fortemente misturados com materiais mais modernos, indício de uma realidade muito comum em contextos urbanos, em que as sucessivas ocupações provocaram perturbações nos depósitos anteriormente formados, num *continuum* que se estende, em geral, até à actualidade.

São de destacar algumas peças utilitárias de cerâmica comum como é o caso de fragmento de bordo de taça, de cozedura semi-redutora (Fig. 27, n.º 1), recolhido por



Fig. 23 – *Villa* romana de Oeiras. Estatueta de bronze, representando *Eros*, segurando uma pomba, sobre o peito, com ambas as mãos. Museu Nacional de Arqueologia. Altura máxima: 13,6 cm. Foto de J. L. Cardoso (seg. GOMES, CARDOSO & ANDRÉ 1996).



Fig. 24 – *Villa* romana de Oeiras. Cabeça provavelmente romana, de fauno, em mármore branco de grão finíssimo. Altura máxima: 24 cm. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011).



**Fig. 25** – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Muros ortogonais de alvenaria pertencentes à primeira fase da ocupação identificada, desde os inícios do Alto Império até aos finais do século II d.C. Escavações e foto de J. L. Cardoso.



**Fig. 26** – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Nível de abatimento do telhado de um dos compartimentos do edifício de planta ortogonal, idêntico ao observado no estabelecimento romano de Leião (ver Fig. 16). Escavações e foto de J. L. Cardoso.

debaixo das telhas e idêntico a outros encontrados na *villa* de Freiria, datados dos finais do século do século II a.C. aos finais do século I d.C. (CARDOSO, 2018, p. 325, Fig. 250 e 251), cronologia idêntica à do estabelecimento romano de Leião.

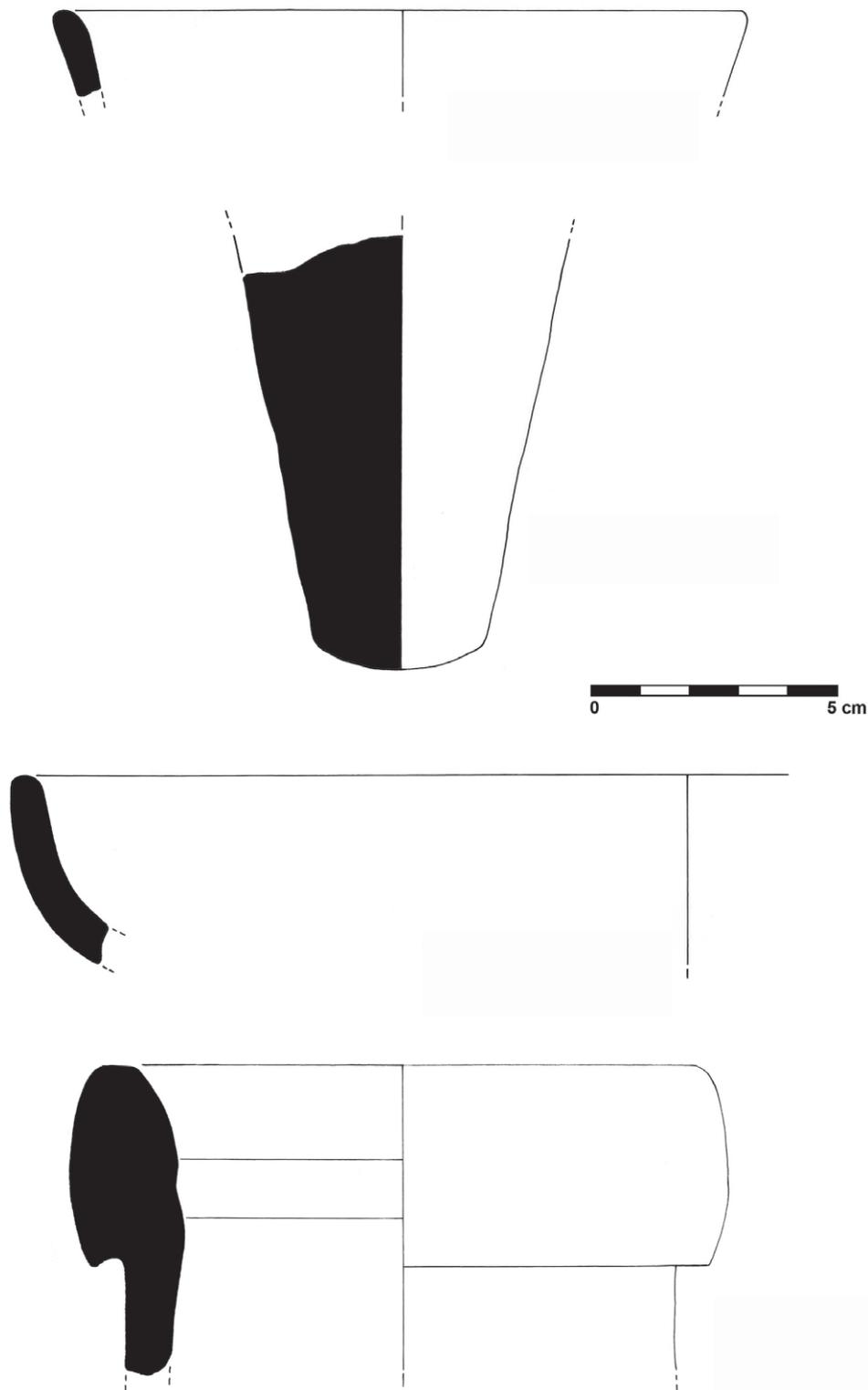
Mais significativo é o grupo das panelas, das quais a de tipologia mais antiga provém dos 40-60 cm de profundidade, na camada de telhas, correspondente a produção bética. O seu bordo triangular revela semelhanças com o exemplar do grupo II das produções locais de Mérida, datado de meados do século I a inícios do século II (BUSTAMANTE, 2012, p. 415, 432, Fig. 8, n.º 24).

Esta fase de ocupação mais antiga está documentada também por duas moedas, dois asses, um deles cunhado num oficina hispânica não identificável, tendo no anverso a cabeça de Augusto virada à esquerda e reverso ilegível (Fig. 28), sendo o outro inclassificável.

De referir ainda que, sob a camada de abatimento do telhado, se recolheu um cabo de marfim (Fig. 29), pertencente a sombrinha, peça de assinalável raridade e que atesta o requinte, proporcionado pelo desafogo económico de alguns dos habitantes do espaço em causa, no decurso da primeira fase da ocupação, provavelmente logo no seu início, na época augustana.

São ainda de destacar como elementos datáveis desta fase mais antiga, um fundo de ânfora do tipo Haltern 70 (Fig. 27, n.º 2), produção da Bética. Transportava habitualmente *defrutum*, e circulou entre os finais do século I a.C. a meados do século I d.C. e um fragmento de asa com uma canelura externa, característica do tipo Dressel 14, produção do Tejo, da segunda metade do século I a finais do século II d.C., de cronologia imediatamente anterior à de um fragmento de taça de *terra sigillata* africana A, tipo Hayes 27 (Fig. 27, n.º 3), datável entre os finais do século II e meados do século III d.C., recolhida na zona 3, no estrato de telhas (CARDOSO *et al.*, 2021).

A esta primeira etapa de ocupação sucedeu-se uma outra, por certo em continuidade, igualmente representada por muros rectilíneos mas de pior qualidade, associados a espólios tardo-romanos. É o caso de fragmento de boca de ânfora com arranque de asa, do tipo Almagro 51c, produção do Tejo/ Sado. É uma forma que aparece habitualmente em contextos dos finais do século IV a meados do século V d.C. (CARDOSO,



**Fig. 27** – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Alguns espólios representativos da primeira fase de ocupação do local e da fase subsequente, a partir dos finais do século II d.C. 1 – bordo de taça recolhido por debaixo da camada de abatimento do telhado (ver Fig. 26). Finais do século II a.C. aos finais do século I d.C.; 2 – bico de ânfora do tipo Haltern 70, produção da Bética. Finais do século I a.C. a meados do século I d.C.; 3 – fragmento de taça de *terra sigillata* africana A, tipo Hayes 27. Finais do século II e meados do século III d.C., recolhida na camada de derrube do telhado; 4 – bocal de ânfora do tipo Africana II/Keay VI datável entre 230-350 d.C. Escavações de J. L. Cardoso. Desenhos de F. Martins (seg. CARDOSO *et al.*, e.p.).

2009, p. 69). Indicações cronológicas mais precisas são as fornecidas por fragmento de boca de ânfora, recolhida a 40-60 m de profundidade, do tipo Africana II/Keay VI (Fig. 27, n.º 4), datável entre 230-350 d.C. Trata-se de uma ânfora produzida no Norte de África, utilizada para transporte de azeite, pastas de peixe e vinho.

Verifica-se assim que os materiais anfóricos atestam a importância do local, bem como a circulação de bens numa perspectiva económica, com especial destaque para o consumo de produtos exógenos (CARDOSO *et al.*, 2021).

Esta realidade continua bem presente no decurso da fase seguinte de ocupação do local, já da Antiguidade tardia, cujos espólios, ainda que escassos, são representativos da manutenção do comércio de longo curso entre o Mediterrâneo e o Ocidente Peninsular atlântico (CARDOSO, CARDOSO & MARTINS, 2018). Nas Figs. 30 e 31 representam-se alguns exemplares característicos de tais produções.

Regista-se a recolha de bordo de taça em *terra sigillata* africana clara D, do tipo Hayes 67 produzida entre a 2.ª metade do século IV e a 2.ª metade do século V d.C. Inseridos na mesma tipologia foram encontrados na *villa* romana de Freiria nove exemplares (CARDOSO, 2016, p. p. 340), enquanto no Alto do Cidreira, a intervenção ali realizada ofereceu uma única peça (SEPÚLVEDA, BOLILA & SANTOS, 2014/2015, p. 367); a 40-60 cm de profundidade, foi exumado um fragmento de prato de *terra sigillata* africana D, do tipo Hayes 59, com cronologia entre o 2.º quartel do século IV e meados do século V d.C.

Identificou-se também fragmento de bordo de *terra sigillata* africana clara D, do tipo Hayes 96, forma rara da qual se conhece um único exemplar de perfil completo e vários fragmentos de bordo (HAYES, 1972,



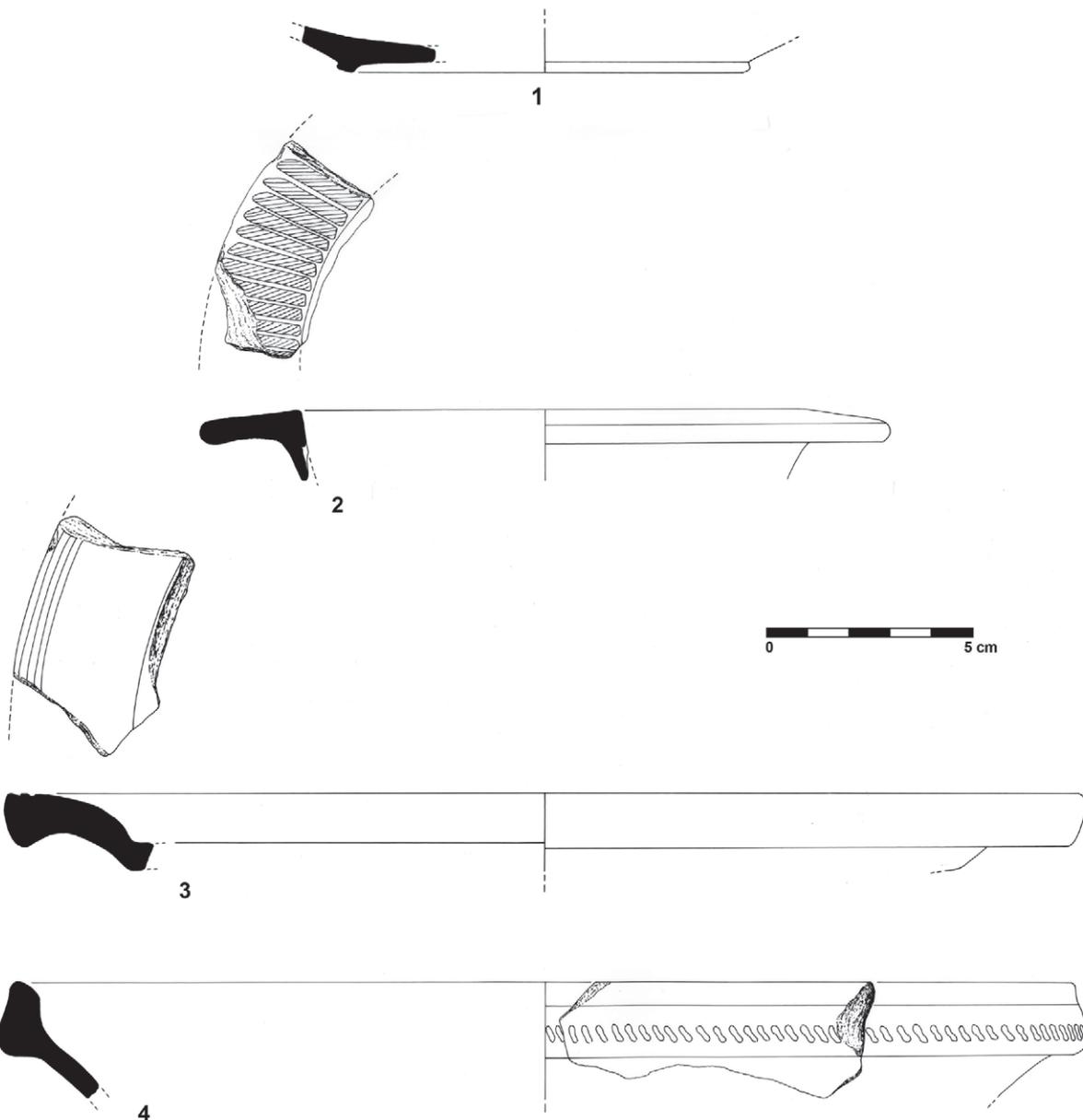
Fig. 28 – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Asse de Augusto de oficina hispânica não identificada. Escavações de J. L. Cardoso. Foto de F. Martins (seg. CARDOSO *et al.*, 2021).



Fig. 29 – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Cabo de marfim torneado de sombrinha recolhido sob a camada de abatimento do telhado do edifício, sendo reportável à primeira fase de ocupação do sítio, provavelmente ao seu início, no tempo de Augusto. Escavações de J. L. Cardoso. Desenho e foto de F. Martins.

p. 149 e 150). Em Conimbriga foram estudados dois fragmentos provenientes de escavações anteriores a 1962 (DELGADO, 1975, p. 266, n.ºs 107 e 108).

Enfim, reconheceram-se ainda dois fragmentos de cerâmica focense, da primeira metade do século VI d.C., correspondentes a um bordo do tipo Hayes 3F (igualmente representados nas Fig. 30 e 31) e um pé de variante indeterminada. Este tipo de cerâmica assume particular relevância na zona das *villae* romanas de Cascais, onde foram recolhidos vários exemplares em contextos da antiguidade tardia (CARDOSO, 2002) e também nos concelhos limítrofes de Sintra e Amadora (SOUSA, 2001, p. 202).



**Fig. 30** – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Produções cerâmicas da Antiguidade Tardia. 1 – Fragmento de produção focense. Fundo com pé anelar, de tipo indefinido; 2 – Fragmento de bordo de taça, de *terra sigillata* africana clara D. Tipo Hayes 96; 3 – Fragmento de bordo de taça, de *terra sigillata* africana clara D. Tipo Hayes 67; 4 – Fragmento de bordo de taça focense. Tipo Hayes 3, variante F. Escavações de J. L. Cardoso. Desenhos de F. Martins (seg. CARDOSO, CARDOSO & MARTINS, 2018).

Assim, pode concluir-se que a circulação de cerâmicas finas de fabrico norte africano e das costas do Mediterrâneo oriental, em diversos contextos dos séculos V-VI d.C. da região do *ager olisiponensis*, apesar das alterações socioeconómicas resultantes da queda do Império Romano e consequentes invasões bárbaras continuou a ser uma realidade bem documentada pela arqueologia. O comércio marítimo continuou a realizar-se, mantendo antigos hábitos de uso e ostentação das classes mais elevadas, detentoras das propriedades rurais em torno da cidade de *Olisipo*. No local em apreço, dada a proximidade da costa, era provável que a comunidade que ali permanecia no decurso dos séculos V e VI d.C., desse apoio às embarcações que aportavam à pequena baía formada junto à foz da ribeira da Lage servindo aquele porto natural para cargas e descargas de mercadorias entre o campo e a capital.

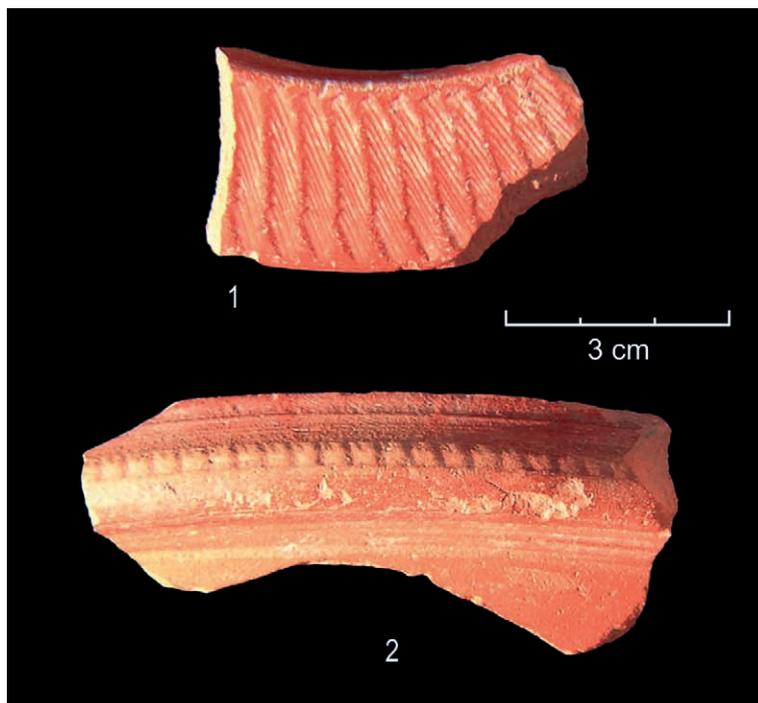


Fig. 31 – Rua Marquês de Pombal, Oeiras. Produções cerâmicas da Antiguidade Tardia. 1 – Fragmento de bordo de taça, de *terra sigillata* africana clara D. Tipo Hayes 96; 2 – Fragmento de bordo de taça focense. Tipo Hayes 3, variante F. Escavações e fotos de J. L. Cardoso (seg. CARDOSO, CARDOSO & MARTINS, 2018).

### 3.2 – O mundo funerário

#### 3.2.1 – Alto Império

Para além dos testemunhos habitacionais referidos, o concelho de Oeiras possui algumas evidências do mundo funerário, documentadas por inscrições e necrópoles.

Entre as primeiras, deve referir-se a inscrição de Mária Búcia encontrada em Peça-Vinagre (Cacilhas) cuja leitura é a seguinte:

MARIA · G · F · /BOVTIA · /· H · S · cuja tradução é: “Aqui jaz Mária Búcia, filha de Gaio”.

Esta inscrição, primeiramente publicada por um de nós (J.L.C.) com G. Cardoso (CARDOSO & CARDOSO, 1993), que ulteriormente a estudou com mais detalhe (CARDOSO, 1995), corresponde a uma estela, de calcário regional do tipo lioz, com 155 cm de altura e de topo arredondado, decorada na parte superior por rosácea de nove pétalas, em relevo moldurado por duas nervuras (Fig. 32).

Inspirada em congéneres itálicos, apresenta-se como protótipo de sobriedade e elegância. As letras e a própria epígrafe primam pela cuidada simplicidade, razões que levaram a inscrever o monumento nos inícios do século I d.C. A defunta, cuja idade se desconhece, ostenta o nome de família *Maria*, que é claramente latino, mas a filiação (cognome) *Boutia*, é evidentemente indígena. Deste modo, a epígrafe exprime uma reunião harmoniosa entre o mundo indígena e a nova ordem social e administrativa trazida pelos Romanos, constituindo expressivo testemunho de aculturação bem sucedida, precocemente verificada na região (CARDOSO, 2011). Encontra-se na Exposição de Arqueologia do Concelho de Oeiras.



**Fig. 32** – Estela funerária de Mária Búcia. Alto da Peça 1 – Vinagre (Cacilhas). Início do século I d.C. Calcário lioz branco. Comprimento máximo: 155 cm. Exposição permanente de Arqueologia do Concelho de Oeiras/CEACO. Oferta de Germano Gonçalves Canas e Filho. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011).

Outra epígrafe funerária, de interesse excepcional, é a que se encontra aberta na face de um grande bloco paralelepípedo de calcário branco sub-cristalino, de origem local, com o comprimento máximo de 118,0 cm. Recolhida em muro de quintal da calçada de Laveiras foi transportada nos inícios da década de 1960 para o Museu Nacional de Arqueologia, devendo-se a mais antiga referência conhecida desta inscrição a António José da Cunha, que a reproduz em manuscrito guardado na Real Academia de la Historia (Madrid), situando a sua descoberta em 1733 (PEREIRA, 1933, p. 108) (Fig. 33).

O texto, quase insólito, e que por tal motivo tem sido discutido até à actualidade, segundo uns, é o seguinte (ENCARNAÇÃO, 2001/2002):

[...] FLAVIVS · M(ARCI) · F(ILIVS) · GAL(ERIA TRIBU) · QUADRATUS / AQVILIFER · LEG (IONIS) · II (SECVNDAE) · SE VIVO / MVNIMENTVM · FECIT HIC MVNIMENTVS [sic] · CVM · MVNITIONI(BVS) / [ET] TRICILA [sic] · HER(REDEM) NON SE[QVETVR].

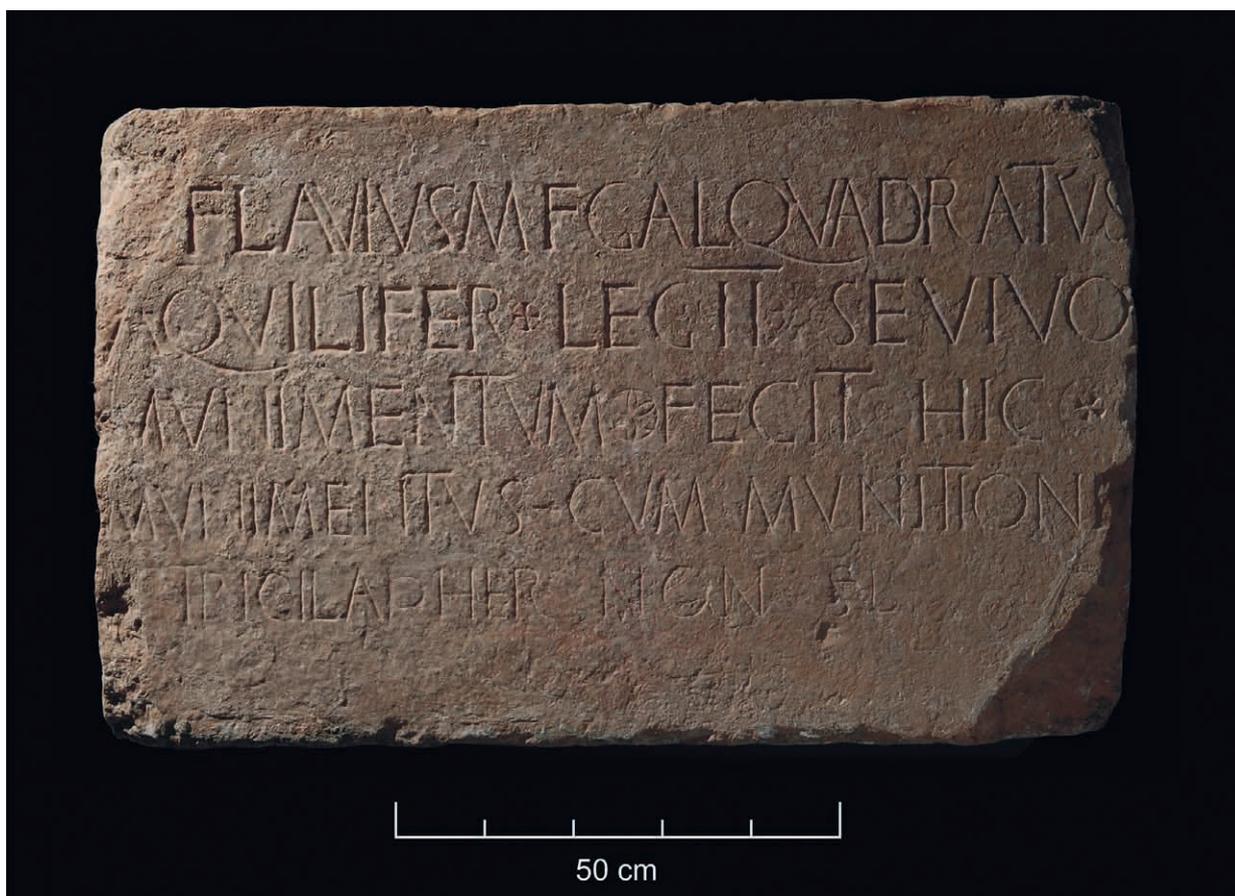


Fig. 33 – Lápide funerária do *aquilifer* Quinto Flávio Quadrado de Laveiras. Calcário lioz branco/rosado. Comprimento máximo: 118 cm. Museu Nacional de Arqueologia. Foto de C. Santos (seg. CARDOSO, 2011).

A tradução proposta por aquele autor é a seguinte: “(...) Flávio Quadrado, filho de Marco, da tribo Galéria, aquilífero da II Legião, em vida fez o monumento. Este monumento com munições e caramanchão não passam ao herdeiro.”

A última proposta interpretativa publicada (GUERRA, 2009), difere ligeiramente da anterior, correspondendo à seguinte lição:

Q(VINTVS) FLAVIVS M(ARCI) F(ILIVS) GAL(ERIA TRIBV) QVADRATVS / AQVILIFER LEG(IONIS) II  
(SECVNDAE) SE VIVO /MVNIMENTVM (sic) FECIT HIC / MVNIMENTVS (sic) CVM MVNITIONE  
TRIC(H)ILATO (sic) HER (EDES) NON SEQ (VETVR)

cuja tradução seria: “Quinto Flávio Quadrado, filho de Marco, da tribo Galéria, aquilífero da II Legião, mandou fazer em vida este monumento. Este monumento, com a sua estrutura em forma de caramanchão, não passará para os herdeiros”.

Trata-se de inscrição de características muito raras, e a única que, em território peninsular menciona um *aquilifer*, ou porta estandarte da águia legionária, neste caso incorporado na Segunda Legião que, tendo escolhido o local onde descansaria para sempre, mandou construir não só o seu túmulo propriamente dito, mas ainda um arranjo envolvente, com um caramanchão, tendo, porém, a preocupação de reservar o espaço só para ele, excluindo os seus herdeiros de, também, o poderem usufruir.

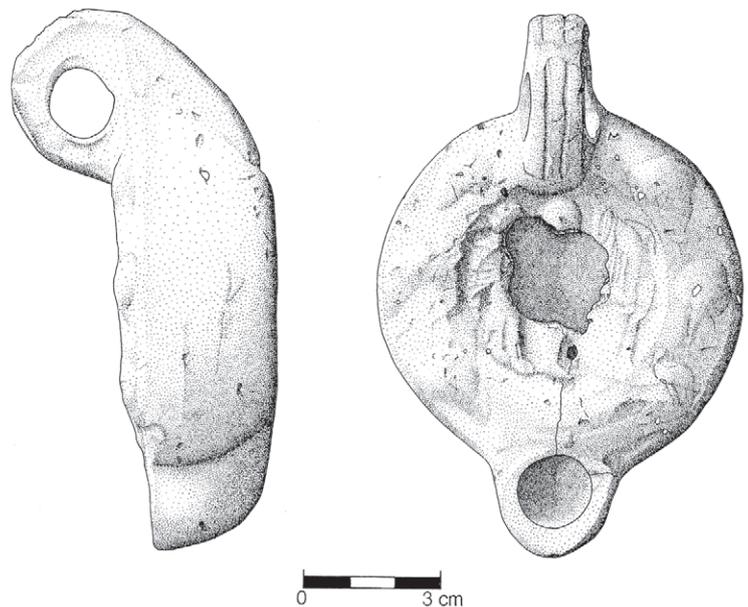
Abordando a presença no Império desta Legião, F. Alves Pereira (PEREIRA, 1933) concluiu que o referido *aquilifer* poderia ter sido recrutado na região lisbonense aquando do estacionamento da legião na Lusitânia, cuja presença reputa segura no tempo de Augusto, isto é, antes de 15 d.C. Tornada aqui desnecessária, foi mobilizada para Mogúncia, na Germânia, integrando soldados hispânicos, cujos epitáfios têm sido ali descobertos. Desconhecendo-se o percurso deste militar, admite-se que este, já no final da sua carreira, ocupando o alto posto de porta-estandarte, pudesse estar integrado na guarnição que controlaria a exploração aurífera a que respeita o próprio topónimo de Oeiras, na origem do qual se encontra a palavra latina *auraria*, correspondente a “mina de ouro”, sem dúvida relacionada com a exploração das areias do Tejo ou dos depósitos sedimentares por este outrora acumulados (GUERRA, 2009). Com efeito, é certo que tais explorações, feitas usualmente por conta do Estado, exigiam o estacionamento de tropas para assegurar a ordem. O autor, em abono desta conclusão invoca diversos argumentos de carácter cronológico, concluindo que o monumento teria sido edificado antes de 20 d.C., época em que a legião a que este militar pertencia permaneceu na Hispânia, podendo assim ter acompanhado pessoalmente a construção do seu próprio monumento sepulcral.

Em Laveiras assinala-se ainda a existência de lápide funerária reaproveitada, publicada por Félix Alves Pereira (PEREIRA, 1933), que configura a presença de um *vicus* ou *villa* no local (CARDOSO & CARDOSO, 1993).

### 3.2.2 – Baixo Império

Ao Baixo Império e período tardo-romano reportam-se seguramente duas necrópoles:

A necrópole de Sol Avesso em Porto Salvo, parcialmente explorada no ano de 1964, na sequência de obras de construção de bairro social que conduziram à sua identificação, e onde foram escavadas três sepulturas de inumação, (MATOS, 1970). Uma delas continha lucerna dos séculos III/IV d.C., cujo *discus*, muito erodido, representa provavelmente uma cena erótica (Fig. 34), e uma tigela de *terra sigillata* clara C, estudada em pormenor pelos autores (CARDOSO & ANDRÉ, 1997/1998) (Fig. 35). Trata-se de exemplar da forma Hayes 52B, pertencente ao estilo de transição de Hayes, onde predominam, a nível decorativo, as representações de motivos zoomórficos e de vegetais isolados, nas paredes e abas dos recipientes. Esta variante pode situar-se entre 280/300 d.C. e finais do século IV/princípios do século V d. C. (COUTINHO, 1997, p. 33). O exemplar de Sol Avesso pode, mais concretamente, situar-se entre finais do século III e meados do século IV d. C., atendendo ao tamanho do exemplar, critério invocado por J. S. Nolen (NOLEN, 1994) dado que os exemplares mais tardios são de maiores dimensões. As produções de *terra sigillata* clara C seriam originárias da Tunísia (CARANDINI, 1975, p. 62) sendo por essa razão, designadas por alguns



**Fig. 34** – Necrópole de Sol Avesso, Porto Salvo. Lucerna muito erodida com possível cena erótica representada no disco. Comprimento máximo: 12 cm. Foto C. Santos (seg. CARDOSO, 2011).

autores por “*sigillata africana*”. Salienta-se a ampla difusão destas produções, distribuindo-se por todo o Mediterrâneo, desde a costa atlântica ao litoral do Mar Negro, com penetrações pela Europa, ao longo dos principais vales que a atravessam, de rios tributários do Mediterrâneo.

A outra necrópole tardo-romana, atingindo a Antiguidade Tardia ou mesmo o período visigótico é a da Junção do Bem (Fig. 36).

Nesta necrópole, José Leite de Vasconcelos, escavou quatro sepulturas no final de 1901, cujos trabalhos arqueológicos foram apenas mencionados pelo próprio em manuscritos conservados no arquivo do Museu Nacional de Arqueologia (Fig. 37). Tais trabalhos foram, até 1996, época em que se publicaram pela primeira vez (CARDOSO & CARREIRA, 1996), apenas referidos por Vergílio Correia (1913), que ao estudar uma sepultura romana de Freiria, do vizinho concelho de Cascais, aludiu brevemente ao cemitério de Oeiras (VASCONCELOS, 1915, p. 322). Do local, presentemente conhecido pelo nome de “Junção do Bem” (na época “Quinta do Costa”) é provável que sejam provenientes diversas lápides funerárias romanas estudadas por HÜBNER (1892, inscrições n.ºs 5009, 5011 e 5016). O espólio exumado encontrado nos revolvimentos que antecederam a exploração arqueológica, foi escasso, noticiando-se apenas uma asa de ânfora e as grandes tijoleiras que integravam as diversas sepulturas destruídas. Referenciadas como “Cemitério de Oeiras”, conservam-se ainda diversos materiais no Museu Nacional de Arqueologia do final da Idade do Ferro (CARDOSO, 1996) ou da plena romanização, relacionando-se estes últimos com a *villa* (GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996), cuja parte rústica se estenderia aos terrenos posteriormente ocupados pela necrópole. Comparativamente à necrópole de Talaíde, são assinaláveis as semelhanças na tipologia e organização das sepulturas sugerindo cronologia próxima. Em Talaíde obtiveram-se três datas de radiocarbono que sugerem utilização prolongada da necrópole, entre os meados do século II d.C. e os meados do século XI d.C. sendo no entanto, as sepulturas mais recentes totalmente desprovidas de espólio; tendo tal facto em consideração poderemos concluir que as quatro sepulturas escavadas da necrópole de Oeiras por J. Leite de Vasconcelos serão coevas das mais recentes de Talaíde, conclusão que pode estender-se à parte da necrópole anteriormente destruída, que também não parece ter oferecido espólio. A única oferenda funerária resume-se a uma concha não classificada em pormenor, recolhida por Leite de Vasconcelos na sepultura 4, a qual poderá considerar-se como oferenda fúnebre da comunidade cristã a um dos seus mortos. Neste contexto, as lápides romanas estudadas por HÜBNER (1892), a provirem do mesmo local, documentariam uma necrópole mais antiga, talvez coeva da ocupação da *villa* urbana situada actualmente no perímetro antigo de Oeiras.

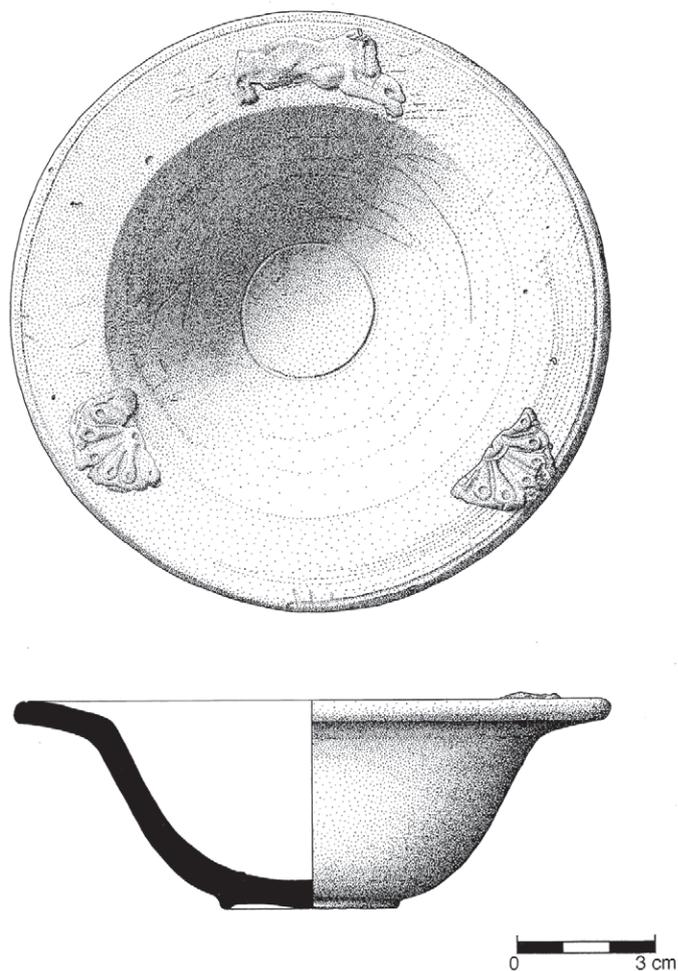


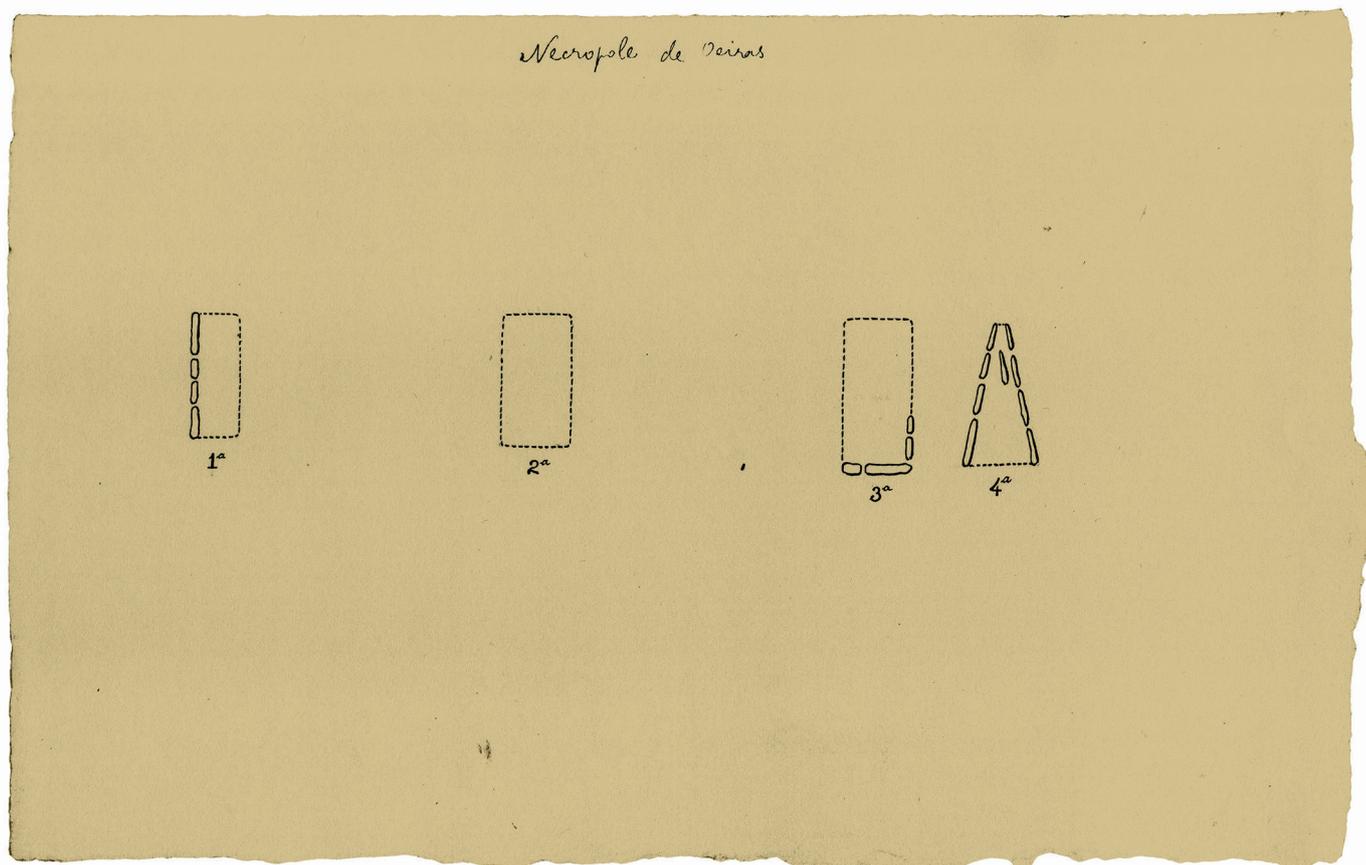
Fig. 35 – Necrópole de Sol Avesso, Porto Salvo. Tígela de *terra sigillata* clara C tipo Hayes 52 B. Séculos III/IV d.C. Desenho de Bernardo Ferreira (seg. CARDOSO, 2011).

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço actualmente ocupado pelo concelho de Oeiras foi precocemente romanizado; os elementos disponíveis indicam a presença de uma população autóctone aculturada, que adoptou completamente os hábitos romanos – até na morte – logo nos inícios do século I d.C.; a facilidade e rapidez deste fenómeno não é de admirar, dada a já longa convivência anterior dos habitantes da região com povos e culturas mediterrâneas, ao longo de toda a Idade do Ferro, conforme atestam os materiais que se encontram presentes nas estações romanas que foram objecto de explorações arqueológicas, como é o caso da *villa* de Oeiras e do estabelecimento agrícola de Leião. Segundo as constatações até agora realizadas no vizinho concelho de Cascais, as *villae* ali identificadas pertenceriam a cidadãos com desaforo económico que viveriam perto da cidade, mas independentes dela (CARDOSO & ENCARNÇÃO, 1995), o que não significa que aquela não dependesse das produções agrícolas das *villae*, como os próprios autores reconhecem. Com efeito, para alimentar os cerca de 30 000 a 40 000 habitantes de *Olisipo*, no tempo de Augusto (ALARCÃO, 1990), seriam precisos múltiplos contributos das áreas circundantes, dependendo a grande cidade do abastecimento em géneros produzidos nas *villae* adjacentes. Assim, se as hortas e os pomares situados no aro imediato supriam diariamente as necessidades dos habitantes das *villae* e da própria urbe, já os cereais, o vinho e o azeite – afinal os três produtos mais característicos da agricultura mediterrânea – poderiam, em parte, provir de um aro situado entre os 5 e os 20 km de distância, abarcando todo o território oeirense (CARVALHO & ALMEIDA, 1996), de acordo com o modelo de Von Thünen. *Olisipo* comportar-se-ia, deste modo, como um verdadeiro pólo de atracção à escala regional, promovendo a exploração agro-pastoril do *ager* olisiponense do qual dependia, em parte a sua própria existência. Deste modo, as *villae* nele existentes, para além de auto-suficientes, constituiriam verdadeiras unidades de produção: o grande celeiro encontrado na *villa* de Freiria, destinar-se-ia, talvez, a concentrar as produções cerealíferas de uma região maior que a propriedade onde estava instalado; nalguns casos, para além de unidades produtoras, as *villae* desempenhariam também papel de centros redistribuidores, com a consequente recolha de mais-valias, que justificaria o desaforo vivido pelos seus proprietários, particularmente evidente no caso da pars urbana da *villa* de Oeiras, cujos produtos seriam escoados facilmente pelo rio Tejo, a partir da enseada existente na foz da ribeira da Lage.



Fig. 36 – Necrópole tardo-romana e alto-medieval da Quinta da Costa, designada presentemente por Junção do Bem, Oeiras. Foto obtida aquando da sua exploração por J. Leite de Vasconcelos em 1901. Arquivo do Museu do Nacional de Arqueologia (seg. CARDOSO & CARREIRA, 1996).



**Fig. 37** – Necrópole tardo-romana e alto-medieval da Quinta da Costa, designada presentemente por Junção do Bem, Oeiras. Planta das quatro sepulturas exploradas por J. Leite de Vasconcelos em 1901, e por si registadas. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia, reprodução inédita realizada em 1996.

## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J. de (1990) – A demografia. Portugal das origens à Romanização (J. de Alarcão, coord.). *In Nova História de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença. 1, pp. 395-408.
- ALVAREZ BURGOS, F. (1984) – *Prontuario de la Moneda Hispanica*. Madrid: Vico & Segarra Editorial.
- BLÁZQUEZ CERRATO, M. C. (1992) – *La dispersion de las monedas de Augusta Emerita*. Mérida: Museo Nacional de Arte Romano.
- BORGES, M. F. (1996) – A decoração geométrica do mosaico de Oeiras. *Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Colibri, p. 55-65.
- BUSTAMANTE - ÁLVAREZ, M. (2012) – Las cerâmicas comunes altoimperiales de Augusta Emerita. In BERNAL, B. & RIBERA, A. (Eds.) *Cerâmicas hispanorromanas II producciones regionales*. Cádiz, p. 407-433.
- CARANDINI, A. (1975) – A propòs des céramiques de Conimbriga. *Conimbriga*. Coimbra. 14, p. 69.
- CARDOSO, G. (1995) – Estela funerária de Peça Vinagre (Oeiras). *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 49, p. 222.

- CARDOSO, G. (2002) – Aspectos da Romanização no *Ager Olisiponensis*. Trabajo de Tercero Ciclo. Universidad de Extremadura. Departamento de História, Área de Arqueologia. Cáceres (policopiada).
- CARDOSO, G. (2009) – Ânforas. In BATALHA, L. *et al.* (coord.) – *A villa romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira)*. Lisboa: EPAL, p. 63-88.
- CARDOSO, G. (2016) – Estudio arqueológico de la “villa” romana de Freiria. Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Departamento de Historia. Universidad de Extremadura, Cáceres.
- CARDOSO, G. (2018) – *Villa romana de Freiria. Estudo arqueológico*. Cascais: Câmara Municipal e Cascais.
- CARDOSO, J. L. (1995) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra. 34, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (1996) – O final da Idade do Ferro no concelho de Oeiras: um contributo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 361-365.
- CARDOSO, J. L. (2010/2011) – O casal agrícola do Bronze Final do Abrunheiro (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (2000) – Sítios, pedras e homens. Trinta anos de Arqueologia em Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 9.
- CARDOSO, J. L. (2011) – *Arqueologia do Concelho de Oeiras. Do paleolítico inferior arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2016/2017) – A ocupação do Bronze Final do Centro Histórico de Oeiras. Os materiais da Rua das Alcássimas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 531-554.
- CARDOSO, G. & CARDOSO, J. L. (2005) – A ocupação agrária do concelho de Oeiras na época romana. *VI Encontro de História Local do concelho de Oeiras (Oeiras, 2003)*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 41-55.
- CARDOSO, G. & ENCARNÇÃO, J. d' (1995) – A villa romana de Freiria (Cascais) e o seu enquadramento rural. *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa. 2, p. 51-62.
- CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (1997) – Acerca de uma tigela de *Terra Sigillata* Clara da Necrópole de Sol Avesso, Porto Salvo (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 7, p. 219-22.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) – Carta arqueológica do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 4, p. 1-12.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1996) – O povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças (Leião, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 351-359.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1996) – A necrópole tardo-romana e alto-medieval de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 407-417.
- CARDOSO, J. L. & SILVA, C. T. (2012) – O casal agrícola de Gamelas 3 (Oeiras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 5, 2, p. 353-398.
- CARDOSO, J. L.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. & REGO, M. (2014) – Outurela I e Outurela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do estuário do Tejo (concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 393-428.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & MARTINS, F. (2018) – Oeiras na Antiguidade Tardia: Alguns materiais recolhidos nas escavações arqueológicas realizadas na rua Marquês de Pombal, 3-7 (Centro Histórico de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24, p. 471-482.

- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G.; BATALHA, L. & MARTINS, F. (e.p.) – A presença romana e medieval no Centro Histórico de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 28 (e.p.)
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T. DA; MARTINS, F. & ANDRÉ, M. C. (2010/2011 b) – O estabelecimento rural romano tardo-republicano e alto-imperial de Leião (Oeiras) *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 103-146.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. T.; MARTINS, F. & ANDRÉ, C. (2010/2011 a) – O casal agrícola da I Idade do Ferro de Leião (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 75-102.
- CARVALHO, A. M. F. de & ALMEIDA, F. J. N. S. (1996) – Aspectos económicos da ocupação romana na foz do Tejo. *Primeiras Jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e do Sado*. Actas. Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações D. Quixote, Coleção Nova Enciclopédia, 54, p. 137-155.
- CORREIA, V. (1913) – Sepultura romana nos arredores de Oeiras. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 18, p. 93-95.
- COUTINHO, H. M. (1997) – Terra sigillata *Clara do Montinho das Laranjeiras – 1990 e 1991*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.
- DELGADO, M. (1975) – Sigillée Claire D. *Fouilles de Conimbriga*, In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE R. (ed.). Paris: Diffusion E. de Boccard, 4, p. 261-284.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2001/2002) – Uma interessante inscrição romana de Laveiras (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 405-413.
- FERREIRA, O. V. & FERREIRA, S. V. (1962) – Algumas notas histórico-arqueológicas sobre Oeiras. Porto: *Actas do 26.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1962)*, VII, p. 221-228.
- GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (1996) – O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 367-406.
- GUERRA, A. (2009) – A propósito do topónimo “Oeiras”: algumas considerações linguísticas e históricas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 595-605.
- HAYES, J. (1972) – *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.
- HÜBNER, E. (1892) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*. 2 (Suplemento). Berlim.
- MATOS, J. L. (1970) – Cemitério romano de Sol Averso, Oeiras. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 3, p. 191-194.
- NOLEN, J. U. S. (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares – Balsa*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- OLIVEIRA, C. F. (2003) – *A Villa romana de Rio Maior. Estudo de mosaicos*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (*Trabalhos de Arqueologia*, 31).
- PEREIRA, F. A. (1933) – Duas lápides suburbanas de Olisipo. *Arquivo Histórico de Portugal*. Lisboa. 1 (3), p. 106-117.
- SEAR, D. R. (1981) – *Roman coins and their values*. London: Seaby Publications Ltd.
- SEAR, D. R. (2000) – *Roman coins and their values, the Millenium edition*. London: Spink & Son.
- SEPÚLVEDA, E.; BOLILA, C. & SANTOS, R. (2014/2015) – LRC (PRSW) e LRD (CRSW) provenientes da escavação de emergência efetuada na *villa* romana do Alto do Cidreira (Cascais). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 4/5, p. 357-393.
- SOUSA, E. M. (2001) – Contributo para o estudo da Cerâmica Foceense Tardia (“Late Roman C Ware”) no municipium Olisiponense. Sua representatividade no contexto peninsular». *Conimbriga*. Coimbra. 40, p. 199-224.

VASCONCELOS, J. Leite de (1915) – *Historia do Museu Etnologico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, J. Leite de (1916) – Mosaicos romanos de Portugal. Mosaico de Oeiras. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 21, p. 142-145.

VASCONCELOS, J. Leite de (1985) - *Etnografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 9.

**Nota:** sempre que o local de depósito das peças descritas no texto, reproduzidas nas figuras que ilustram o presente trabalho, não seja indicado, entenda-se que as mesmas se encontram depositadas no Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

## **CABO DE SOMBRINHA ROMANA DE MARFIM ACHADO EM OEIRAS (PORTUGAL)**

### ***IVORY ROMAN UMBRELLA HANDLE FOUND IN OEIRAS (PORTUGAL)***

Germán Rodríguez Martín\*, João Luís Cardoso\*\* & Guilherme Cardoso\*\*\*

#### **Abstract**

In the archaeological excavations carried out in 2017 in the Historic Center of Oeiras (Lisbon, Portugal), an ivory parasol handle was collected in a Roman context whose chronology does not exceed the end of the 2nd century AD. This is the first time that a specimen of this nature it is identified in the Iberian Peninsula, underlining its extreme rarity, whose use was reserved for the ladies of the social elite of the time.

*Keywords:* roman parasol; ivory; Oeiras; Portugal.

## **1 - INTRODUÇÃO**

No decurso das escavações arqueológicas realizadas no âmbito da recuperação do prédio urbano situado na Rua Marquês de Pombal, no Centro Histórico de Oeiras, por iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras e no âmbito do Programa “Habitação Jovem” (Fig. 1), foi identificada uma peça de marfim torneado, reconhecendo-se desde logo tratar-se de exemplar atribuível a um cabo de instrumento, de grande raridade. Face a tal constatação, solicitou o responsável das escavações (J.L.C.) a outro autor deste estudo (G.C.), o seu parecer sobre o achado, sendo este da opinião de que se trataria de cabo de uma sombrinha de época romana. Esta hipótese carecia de desenvolvimento e de ser devidamente enquadrada, pelo que foi solicitada a colaboração do primeiro signatário (G.R.M.), de que resultou a confirmação da aludida atribuição funcional. Reuniam-se deste modo as condições para a realização de um estudo monográfico devidamente documentado, plenamente justificado pelo interesse da descoberta; com efeito, até ao presente não se conheciam paralelos para a mesma em território português.

---

\* Doutor em Arqueologia. germanroma@gmail.com

\*\* Universidade Aberta. Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). Investigador do ICarEHB (Universidade do Algarve).

\*\*\* Centro de Arqueologia de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa). gijpcardoso@gmail.com



Fig. 1 – Ortofotomapa do Centro Histórico de Oeiras, com a delimitação da área onde se realizou em 2017 a escavação arqueológica, no quadro da sua reconversão urbanística. Base Googlemaps.

## 2 – LOCALIZAÇÃO E CONDIÇÕES DO ACHADO

A peça foi recuperada no interior de um edifício de planta rectangular (Fig. 2), após desmonte de um nível de telhas, o qual corresponde ao derrube do telhado da habitação ou telheiro, que teria colapsado bruscamemente (Fig. 3) (CARDOSO; CARDOSO & MARTINS, 2018). O achado efectuou-se no canto formado por duas das paredes de alvenaria que o integravam, jazendo sob o referido nível de derrube de telhas, a uma profundidade de 50 cm numa fina camada de terras acastanhadas, compactas que, por sua vez, assentava em camada avermelhada, estéril, que corresponde ao substrato geológico, correspondendo a depósito natural de *terra rossa*, resultante da alteração dos calcários cretácicos do Cenomaniano superior, aflorantes antes da construção deste edifício.

## 3 – CRONOLOGIA

O nível de derrube do telhado da habitação, exclusivamente constituído por fragmentos de *imbrices* separa os depósitos romanos de época tardo-republicana e alto-imperial (século I a.C. a finais do século II d.C.) dos



**Fig. 2** – Planta da área intervencionada, com a localização do achado (1) e a indicação das estruturas de época romana (Fase I) e da Antiguidade Tardia (Fase 2) e a localização do artefacto em marfim no terreno (n.º 1). Planta elaborada por F. Martins e revista por J. L. Cardoso. Tintagem de B. L. Ferreira.

depósitos de entulhos com espólios de várias épocas, desde o Baixo-Império a materiais das épocas moderna e contemporânea. O depósito, constituído por *imbrices*, corresponde a um nível estratigráfico de referência essencial no estabelecimento da sequência ocupacional verificada na área escavada, podendo concluir-se assim que a cronologia da peça objecto deste estudo, tendo presente a sua recolha sob o referido nível, se situará entre o final do período republicano e o final do Alto Império.



Fig. 3 – Nível de derrube da cobertura do edifício, constituída por *imbrices*, sob o qual se recolheu o cabo de marfim romano.  
Foto de J. L. Cardoso.

## 4 – CARACTERIZAÇÃO DA PEÇA

### 4.1 – Matéria-prima

Avulta desde logo a raridade desta peça entre as produções similares da *Hispania* romana. Trata-se de exemplar de marfim, material escasso e valioso, apenas acessível às classes mais ricas. A presença de artefactos marfim na época romana na Península Ibérica é restrita, desconhecendo-se até agora qualquer oficina onde o mesmo fosse manufacturado, embora a comercialização<sup>1</sup> de produtos oriundos de oficinas forâneas<sup>2</sup> fosse uma realidade na época. Tal realidade contrasta com a forte tradição artesanal do trabalho do marfim em épocas

---

<sup>1</sup> Tendo presente a natureza das produções hispânicas (onde se evidencia uma maior qualidade) afigura-se a existência de comércio deste tipo de objectos desde o início da conquista romana até ao final do Império. Prova desta intensa permuta são os conhecidos marfins da *villa* romana de Carranque (Toledo) (BAQUEDANO & CABALLERO, 2001, p. 141 e seg.), e os de Valdetorres de Jarama (Madrid), produções de época copta procedentes do Egipto (CARRASCO & ELVIRA, 1994, p. 201-208), de finais do século IV ou princípios do V d.C. A estes podem-se juntar as placas recolhidas por Taracena (TARACENA, 1947, p. 103) do século III d.C., a par dos fragmentos decorados de um leito alto-imperial procedente da Colonia de *Hasta Regia*. (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2017), entre outras ocorrências.

<sup>2</sup> Sobretudo de Itália e do Egipto.

mais antigas: é o caso das produções de Valencina de la Concepción (Sevilla), estação do terceiro milénio a.C. (NOCETE et al. 2013, p. 1579-1592)<sup>3</sup>, da oficina argárica de Fuente Álamo (Cuevas de la Almanzora, Almería) (LIESAU & SCHUHMACHER, 2012, p. 121 e seg.), da de Mola D' Agres (Alicante) (PASCUAL, 2012, p. 177 e seg.) e, mais próximo do período que nos ocupamos, da oficina de tradição fenícia de Huelva (GONZÁLEZ de CANALES et al. 2006, p. 105 e seg.). Contudo, na época romana conhece-se assinalável número de oficinas dedicadas à produção de peças de osso, como é o caso das de *Augusta Emerita* (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2014), *Cartago Nova* no Cerro de los Molinetes (MARTÍNEZ SÁNCHEZ, 2009/2010, p. 180) e *Italica*, oficina de Cañada Honda (MARTÍNEZ SÁNCHEZ, 2009/2010, p. 180).

#### 4.2 – Descrição e técnica de fabrico

Trata-se de cabo com 8,74 cm de comprimento máximo, com diâmetro na base de 3,07 cm e de 1,68 cm na zona de encabamento (Fig. 4). Possui um orifício central axial, onde se fixava um espigão, fosse este de metal ou de outra natureza como se verá adiante. A profundidade deste orifício é de 7,86 cm, correspondendo a boa parte do comprimento da peça. Esta possui pequena fractura accidental antiga na parte superior, que facilita a visualização directa do interior da cavidade, evidenciando-se o processo de execução desta, com estrias provocadas pela rotação de uma broca (Fig. 5). Perto da abertura da cavidade assim executada, observa-se um fragmento de madeira incarbonizada aderente à parede daquela. Esta presença de carvão não se verificou no sedimento que embalava a peça, pelo que se pode deduzir que resultou da degradação da haste de madeira que se encontrava fixada ao cabo.

A extremidade inferior da peça, evidencia muito bem o modo como foi executada, através de corte por movimento rotativo ao torno, pelas estrias curvilíneas do centro para a periferia nela observadas (Fig. 6).

Tomou-se um bloco de marfim em bruto, de formato alongado, o qual foi primeiramente seccionado em ambas as extremidades. Seguiu-se depois a execução da abertura da cavidade longitudinal que ocupa a quase totalidade do comprimento da peça, com uma broca, como acima se referiu.

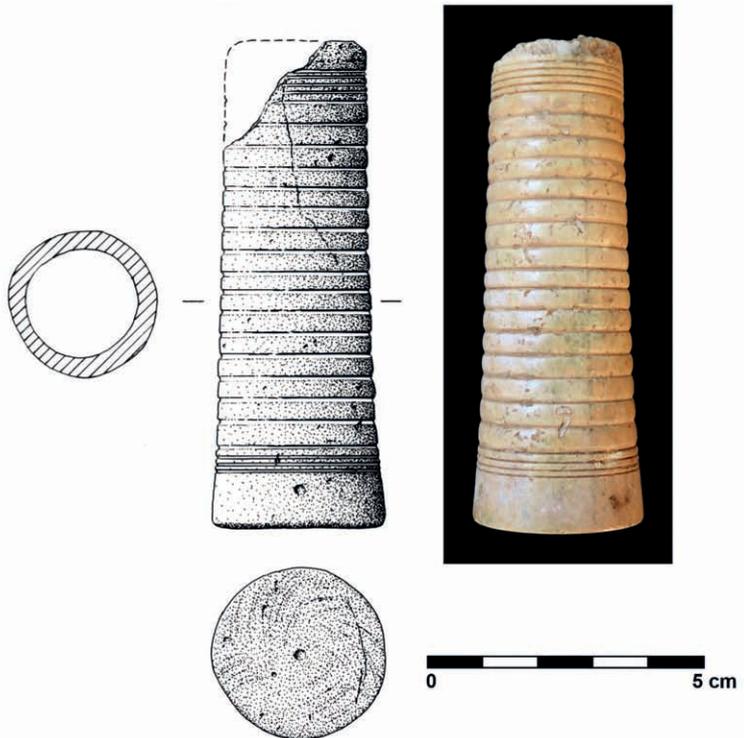


Fig. 4 – Cabo de marfim de sombrinha romana, de Oeiras.  
Desenho de F. Martins; foto de B. Ferreira.

<sup>3</sup> Trata-se de oficina associada a un bairro metalúrgico: “El estudio demuestra que el lugar – ya a comienzos del tercer milenio a.C. – era escenario de una red de intercambio que se extendía hasta Oriente Próximo”. Com efeito, como sublinham os autores, Valencina de la Concepción é o local da Península Ibérica de onde provém a maior quantidade de peças pré-históricas de marfim: braceletes, pentes, caixas cilíndricas, cabos de facas, entre outras.

A partir desse momento procedeu-se ao acabamento da superfície exterior da peça, ainda em tosco, executada ao torno, correspondente à regularização da superfície e à elaboração da decoração, a qual se prolongou até à base.

Para melhor fixação da peça ao torno, aquando da execução do seu afeiçoamento final, em posição axial, praticou-se pequeno orifício central, observado no centro da base, o qual é bem visível na Fig. 6.

A decoração da peça realizou-se mediante o rebaixamento da superfície da mesma produzido pela sujeição daquela a uma ponta cortante, possivelmente uma goiva, aplicada à peça enquanto esta girava, fixada no torno.

O campo decorado integra dois sectores claramente distintos. Assim, em ambas as extremidades observa-se um conjunto de finas incisões em número desigual: cinco na extremidade superior e três na inferior. A parte restante da superfície foi decorada por caneluras, mais largas e profundas, igualmente com recurso ao torno, por forma a garantir uma melhor aderência à mão.

A última etapa do fabrico da peça consistiu na aplicação de um ténue polimento generalizado a toda a superfície, conferindo-lhe brilho acetinado.



Fig. 5 – Cabo de marfim de sombrinha romana de Oeiras. Pormenor do interior da cavidade nele existente, evidenciando-se as estrias produzidas pela rotação da broca e fragmentos de madeira incarbonizada aderentes à parede daquela, atribuíveis à haste de madeira desaparecida.

#### 4.3 – Funcionalidade

Segundo Kovac (KOVAC, 2017, p. 98), os cabos ósseos de época romana relacionam-se normalmente com espadas e facas, ou outros utensílios domésticos. A matéria-prima empregue em peças produzidas em metais mais nobres, eram o osso, o corno, a haste e, mais raramente, o marfim. As propriedades mais importantes de estas matérias-primas eram a durabilidade e a elasticidade, sendo ideal para a produção de cabos que tinham de suportar esforços consideráveis. Deste modo, segundo MacGregor (1985, p. 165), afigura-se problemático diferenciar os cabos de facas domésticas dos punhos das espadas, no caso de estes não estarem completos.

As características morfológicas do exemplar de Oeiras afastam a hipótese de corresponder a punho de espada, dado que neste caso o espigão da arma deveria atravessar a totalidade do cabo, para fixação ao pomo que o remataria, ocupando a extremidade proximal, o que não se verifica no exemplar em estudo, visto o furo não atingir a base da peça.

A hipótese de corresponder a cabo de objecto cortante como faca ou cutelo é mais difícil de rebater, dado que as medidas e a decoração registadas, sendo esta propícia à melhor aderência à mão, seria compatível com



**Fig. 6** – Cabo de marfim de sombrinha romana de Oeiras. Vista da extremidade basal do cabo, onde se observa o orifício central de sujeição ao torno e linhas de corte e fricção curvilíneas, da periferia para o centro, resultantes do seccionamento produzido a torno. Note-se ainda a pequena depressão central relacionada com a fixação da peça no torno em que foi trabalhada. Foto de B. Ferreira.

tal hipótese (HRNCIARIK, 2017, p. 63 e seg.)<sup>4</sup>. No entanto, a presença de um grande orifício para o encabamento, como se observa no exemplar em apreço, não é compatível com a fixação do espigão de metal, que deveria ser fino e fusiforme para a base. Deste modo, seria necessário existir um elemento intermédio que assegurasse a sua fixação ao cabo, que poderia corresponder ao preenchimento com um ligante do espaço restante da cavidade. Esta hipótese afigura-se difícil de explicar, não só por não existirem vestígios de tal elemento na cavidade, mas sobretudo porque havia a possibilidade durante a sua execução de adaptar o seu tamanho ao do espigão ao qual se deveria ajustar.

Existe ainda um outro elemento, mais decisivo, para excluir a hipótese de se tratar de cabo de faca ou de cutelo, que é a ausência de oxidação do metal na superfície interna do cabo, frequente em exemplares que tenham encabado peças metálicas (cf. ANDERES, 2006, p. 6: “La ausencia de restos de oxidación de metal no permite especificar la naturaleza del elemento, ni el destino del mango”).

Discutidas e afastadas as diversas alternativas anteriormente apresentadas e tendo presente as dimensões da cavidade, a sua profundidade e o respectivo diâmetro, e tendo ainda em consideração os pequenos fragmentos carbonosos conservados no seu interior – os quais não existiam no sedimento que embalava a

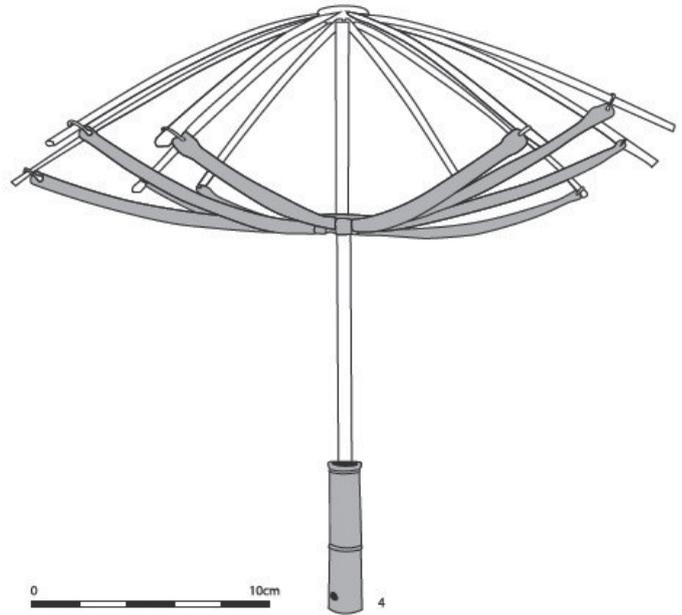
---

4 Estas grandes facas ou cutelos também se utilizavam como armas, tanto nas refregas como na caça.

peça – a alternativa que se afigura mais adequada é a de a atribuir ao cabo de uma sombrinha (*umbracula*) (Fig. 7). Com efeito, esta alternativa corresponde a um objecto com larga tradição no mundo pré-clássico e clássico, existindo exemplos registados na Pérsia (Fig. 8), no Egipto e na Grécia antiga (Fig. 9), de onde passou ao mundo romano.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sombrinha romana gozava de grande aceitação entre as damas da alta sociedade, como símbolo de distinção que integrava o *mundus mulieribus*. A sua função era a de proteger a senhora dos raios solares, de modo a manter a sua habitual palidez e não se utilizava para resguardo da chuva, sendo a cobertura de couro. Tal como as sombrinhas e guarda-chuvas actuais, abriam-se e fechavam-se (Ovid. *Ar. Am.* II. 209) (BÉAL, 2015, p. 189, Fig. 10-12).



**Fig. 7** – Reconstituição gráfica da sombrinha do Museu de Tarquinia, com base nos elementos existentes, indicados a sombreado (BÉAL *et al.* 2015, p. 187).



**Fig. 8** – Exemplo de sombrinha na cultura persa. Iran Facts and History.



**Fig. 9** – Pormenor de vaso com a representação de uma mulher com uma sombrinha. Campania (Italia). Note-se o pormenor do cabo, possivelmente de marfim, como o de Oeiras. Giclee Print by | Art.com.

O exemplar de Oeiras corresponde ao cabo, no qual se fixaria a haste de madeira ao longo da qual se deslocava, apoiado numa corrediça, a estrutura articulada móvel constituída pelas varetas e pelos braços das mesmas, apoiados na corrediça, conforme se indica na Fig. 7.

A decoração, constituída por caneluras, é motivo muito frequente, pois possuía também uma finalidade prática, a de facilitar a apreensão do objecto à mão. Conhecem-se variantes para estas decorações no mundo romano, o que dificulta a identificação de paralelos exactos para o exemplar de Oeiras. É o caso dos punhos de espadas ou os cabos de cutelos/facas de Mainz (Alemanha) (MIKLER, 1997, lám. 50, n.º 2 y 3) de Chew Valely Lake (Inglaterra) (MacGREGOR, 1985, p. 168), de (Sz ny, Hungria) (BIRÓ, 1994, p. 141, Fig. III, n.º 14), com caneluras mais espaçadas, e o cabo da navalha de *Avgvsta Emerita* (Mérida, Badajoz) (RODRÍGUEZ MARTÍN, e.p), entre outros. O paralelo mais próximo, no respeitante à decoração, que não à funcionalidade, pois trata-se do punho de uma espada, é o de Dunapeutele (Hungria) (BIRÓ, 1994, p. 141, Fig. III, n.º 17), ao qual corresponde cronologia próxima do exemplar do Oeiras, dado que a autora referida o situa na segunda metade do século II d.C.

A apenas cerca de 4 km para norte de Oeiras localizava-se a *villa* romana de Freiria, onde foi recolhida a ponta em osso de uma vareta de sombrinha (CARDOSO, 2018, p. 368, Fig. 295, n.º 10) (Fig. 10).

A singularidade do achado, durante a escavação do peristilo da *pars urbana* desta *villa* levantou uma questão que, com a descoberta do cabo de sombrinha da *villa* romana de Oeiras, em parte se dissipou. Com efeito, sendo a sombrinha, uma rara peça utilitária das classes romanas mais abastadas, o facto singular de apenas até agora se conhecer uma ocorrência confirmada no território peninsular fica, em parte explicado pela identificação do belo cabo de Oeiras. Assim, não obstante serem apenas estes os exemplares que até agora se identificaram em toda a Península Ibérica, a sua ocorrência muito próxima leva a admitir que se estará perante uma moda entre as mulheres das elites proprietárias das *villae* região ocidental do *ager olisiponensis*.

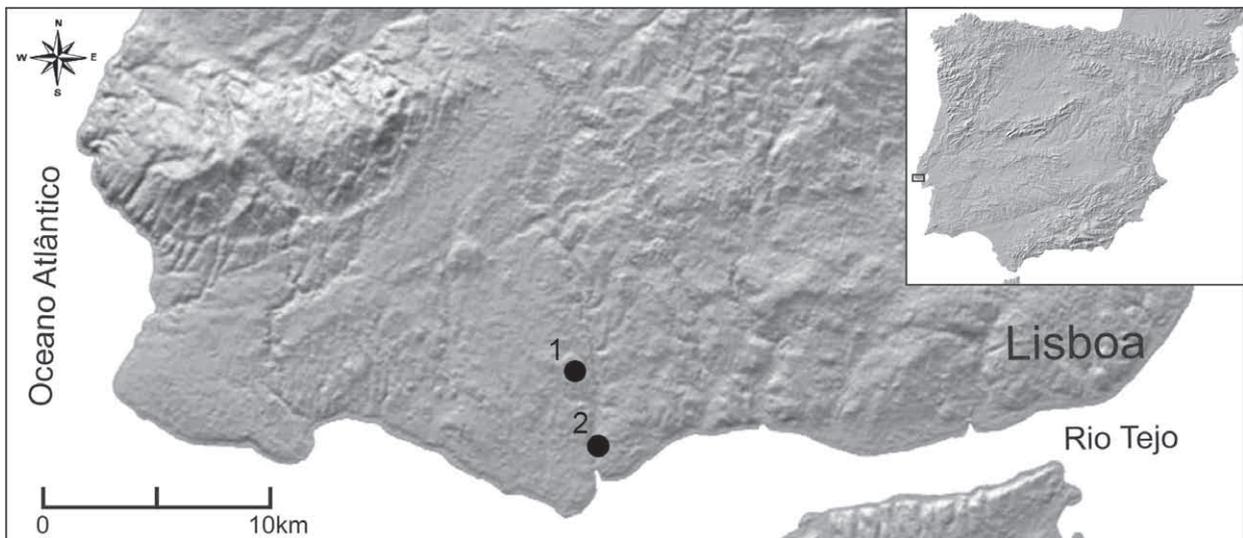


Fig. 10 – Localização da *villa* romana de Freiria (1) e da *villa* romana de Oeiras (2), na região ribeirinha da margem norte da foz do rio Tejo.

## REFERÊNCIAS

- ANDERES, C. (2006) – *Il y a un os! Artisanat d'un matériau singulier: de l'os à l'Objet*. Nyon.
- BAQUEDANO, E. & CABALLERO, C. (2001) – Marfiles excepcionales de Carranque. In CORTÉS, E. & PATÓN, B. (Coord.), *Carranque. Centro de Hispania romana*. Catálogo de la Exposición celebrada en el Museo Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid, 27 de Abril al 23 de Septiembre de 2001, Alcalá de Henares, p. 141-150.
- BÉAL, J. C.; BEL, V. & BONNET, CH. (2015) – À propos de trois ombrelles antiques en contexte funéraire dans la vallée du Rhône. *Revue archéologique de Narbonnaise*. 48, p. 181-192.
- BÍRÓ, M. T. (1994) – *The bone objects of the Roman collection*. Catalogi Musei Nationalis Hungarici, Series Archaeologica II (Budapest).
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & MARTINS, F. (2018) – Oeiras na Antiguidade Tardia: alguns materiais recolhidos nas escavações arqueológicas realizadas na Rua Marquês de Pombal, 3-7 (Centro Histórico de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 24, p. 471-482.
- CARDOSO, G. (2018) – *Villa Romana de Freiria Estudo Arqueológico*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GONZÁLEZ DE CANALES, F.; SERRANO, L. & LLOMPART, J. (2006): “Las evidencias más antiguas de la presencia fenicia en el sur de la península”, *Mainake*. 28, p. 105-128.
- HRN IARIK, E. (2017) – *Bone and antler artefacts from the roman dort at Iza*. Archaeologica Slovaca Monographie, XXIII. Nitra-Tyrnavia- Komárom.
- LEQUÉMENT, R. (1977) – Rapport préliminaire sur deux sondages effectués à Mérida. Septiembre-Octubre 1973. *Noticiario Arqueológico Hispánico. Arqueología*. 5, p. 145-166.
- LIESAU VON LETTOW-VORBECK, C. & SCHUHMACHER, TH.X (2012) – Un taller de marfil en el yacimiento argárico de Fuente Álamo (Cuevas de Almanzora, Almería). In BANERJEE, A; LÓPEZ PADILLA, J. A & SCHUHMACHER, T. X. (Edts.), *Elfenbeinstudien, Faszikel 1: Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental*. Actas del Coloquio Internacional celebrado en el Museo Arqueológico de Alicante en 2008. Iberia Archaeologica, 16 (1), Mainz, p. 121-138.
- KOVA, M. (2017) – Gladijator s obale Drave. In T. HRSAK, *Provijest archeoloskih istrazivanja u osječkoj Turdi. Turda u Osijeku Festum in Esseg (Fortress in Osijek. Exhibition catalogue)* Muzej Slavonije, p. 45.
- LUZÓN NOGUÉ, J. M. (1975): *La Itálica de Adriano*. Sevilla.
- MACGREGOR, A. (1985) – *Bone, Antler and Horn. The Technology of Skeletal Materials since the Roman Period*. London.
- MIKLER, M. (1997) – *Die römischen Funde aus Bein im Landesmuseum Mainz*. Montegnac: Monographies Instrumentum, 1.
- MARTÍNEZ SÁNCHEZ, M. A. (2009/2010) – Elementos óseos de Morería (Ladera Noroccidental del Cerro del Molinete, Cartagena). *Anales Murcia*. 25-26, p. 177-211.
- NOCETE, F.; VARGAS, J. M.; SCHUHMACHER, T. X.; BANERJEE, A. & DINDORF, W. (2013) – The ivory workshop of Valencina de la Concepción (Seville, Spain) and the identification of ivory from Asian elephant on the Iberian Peninsula in the first half of the 3rd millennium BC. *Journal of Archaeological Science*. 40 (3), p. 1579-1592.  
<http://paleorama.wordpress.com/2013/04/08/publican-articulo-sobre-el-taller-de-marfil-mas-antiguo-de-europa/>
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2014) – Artesanos y talleres del hueso en la Hispania romana”. In BERNAL, D. & BUSTAMANTE, M. (Edts.), *Artifices Idoneos. Artesanos, talleres y manufacturas en Hispania* (Mérida, 25 y 26 de octubre de 2012). *Anejos de AEsPA* 65, p. 376-410.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2017) – *Fragments de lecho funerario romano*, Museo Arqueológico Municipal de Jerez. La pieza del mes (Jerez de la Frontera).
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (e.p.) – *La industria ósea en época romana en Hispania*.
- TARACENA, B. (1947) – Objetos de la necrópolis romana de Palencia. Objetos de hueso. Madrid: *Adquisiciones del Museo Arqueológico Nacional (1940-45)*, p. 83-103.

**SOBRE A PRESENÇA DE *CONUS PULCHER* (LIGHTFOOT), 1756 NA GRUTA DAS FONTAINHAS (CADAVAL) OU A OCORRÊNCIA DE OBJECTOS EXÓTICOS AFRICANOS EM PORTUGAL NO DECURSO DO SÉCULO XVI**

***ABOUT THE PRESENCE OF CONUS PULCHER (LIGHTFOOT), 1756 IN THE CAVE OF FONTAINHAS (CADAVAL) OR THE OCCURRENCE OF EXOTIC AFRICAN OBJECTS IN PORTUGAL DURING THE 16TH CENTURY***

João Luís Cardoso\*

**Abstract**

We present the study of two specimens of *Conus pulcher* (Lightfoot), 1786, whose geographical distribution extends from the coast of Mauritania to the Gulf of Guinea, collected in the archaeological excavations carried out in 1879/1880 in the cave of Fontainhas (Lisbon District, Cadaval municipality). The dating obtained by radiocarbon preferably places the age of the specimens between the last quarter of the 15th century and the mid-17th century. Thus, both the chronology and the geographic distribution of these specimens are compatible with the production, both in the Sierra Leone region and in Benin, of ivory pieces that supplied the Kingdom and the courts of Europe as sumptuous and exotic products. The presence in Portugal of this two shells can thus be explained by being exotic pieces that aroused interest, even by their beauty. However, the reason for their intentional deposition in a cave set up in a deserted place, such as the culminating platform of the Montejunto mountain remains unknown.

*Keywords:* *Conus pulcher*; Sierra Leone; Benin; Portuguese Trade; XVI century.

**1 – OS DADOS E OS PROBLEMAS**

A caracterização da presença do género *Conus* sp. em estações arqueológicas portuguesas foi objecto de estudo anterior publicado nas páginas desta Revista, tomando como justificação imediata a existência na gruta das Fontainhas de um grande exemplar cuja origem não poderia ser atribuída ao território peninsular (CARDOSO & GUERREIRO, 2001/2002). Com efeito, ao litoral da Península Ibérica encontra-se reportada apenas a espécie *Conus mediterraneus* Hwass in Bruguière, 1792, cuja distribuição, na actualidade, se concentra em diversos esteiros do litoral algarvio (NOBRE, 1932, p. 73).

Desta forma, o referido exemplar só poderia ser atribuído a espécie exógena ao litoral atlântico português, à semelhança de outras, identificadas em diversas estações pré-históricas do nosso território, designadamente

---

\* Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). Investigador do ICArEHB (Universidade do Alentejo). cardoso18@netvisao.pt

a lapa *Patella safiana* Lamarck, 1819. Um exemplar reportado a esta espécie, transformado por polimento em objecto de adorno, provavelmente pendente, foi identificado no povoado neo-calcolítico do Pedrão (Setúbal) (SOARES & SILVA, 1975, Est. 18, n.º 237).

A presença desta espécie, na actualidade, circunscreve-se a parte do litoral norte africano e arquipélago de Cabo Verde (WoRMS taxon details, consultado a 14/4/2020). Outro exemplo de uma lapa cuja origem é reportável ao litoral norte africano é *Patella candei* d'Orbigny, 1840, representado no sítio neo-calcolítico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz) por diversos exemplares (VALERA & ANDRÉ, 2016/2017), espécie presente nas Canárias (WoRMS taxon details, consultado a 14/4/2020).

Deste modo, existiam argumentos a favor de uma origem norte-africana destes exemplares, transformados ou não em objecto de adorno, acompanhando a importação de marfim, incluindo peças em bruto, de elefante africano, bem demonstradas no Calcolítico do centro e sul do território português por um já abundante conjunto de ocorrências provenientes daquela região. Foi à luz desta evidência que a presença do exemplar de *Conus pulcher* (Lightfoot), 1786 proveniente da gruta das Fontainhas foi interpretada.

A gruta é particularmente relevante pelo registo de vertebrados plistocénicos nela recuperados, estudados primeiramente por E. Harlé (HARLÉ, 1910/1911) e, muito mais tarde, pelo signatário (CARDOSO, 1993). A este conjunto de interesse paleontológico, soma-se um conjunto de espólios arqueológicos mais modernos cuja cronologia vai do Neolítico Antigo evoluído à Idade do Bronze (GONÇALVES, 1990/1992). Desconhecendo-se espólios de épocas mais recentes, seria no intervalo de tempo referido – incluindo o Calcolítico, representado designadamente por alguns fragmentos de produções campaniformes – que o exemplar já estudado se integraria, constituindo oferta funerária que acompanharia algum dos sepultamentos então ali realizados. Sendo a presente distribuição desta espécie – que é comum nos locais onde ocorre – exclusivamente circunscrita ao litoral africano ocidental (desde a Mauritânia – banco de Arguim – Senegal e Golfo da Guiné) (WoRMS taxon details, consultado a 14/4/2020), seria mais um exemplo expressivo da presença de produtos exógenos em contextos pré-históricos portugueses de origem africana, neste caso alargando ainda mais para sul as permutas então estabelecidas, ainda que de forma esporádica.

Contudo, a possibilidade de existirem produtos de época pré-histórica no território peninsular provenientes do litoral africano para além do Cabo Bojador obrigava a possuir uma evidência mais sólida da simples ocorrência de um exemplar isolado, para mais descontextualizado. Tais cuidados eram ainda mais justificados pelo facto de os produtos seguramente reconhecidos de origem africana não ultrapassarem o âmbito geográfico do litoral marroquino, como indica *Patella safiana* indo, quando muito, até às Canárias, tendo presente a já referida ocorrência de *Patella candei* no sítio neo-calcolítico dos Perdigões.

Assim sendo, em virtude de *Conus pulcher* corresponder a origem muito mais meridional do litoral africano, tal obrigaria a admitir, na Pré-História, a existência de relações, directas ou indirectas com regiões ainda não representadas no registo arqueológico, realidade que carecia de confirmação.

## 2 – LOCALIZAÇÃO E HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES

A gruta das Fontainhas é uma cavidade de origem cársica aberta nos calcários do Jurássico existente no topo da serra de Montejunto (concelho de Cadaval), situando-se a cerca de 400 m de altitude.

As suas coordenadas geográficas são as seguintes (Fig. 1):

39° 11' 37'' lat. N; 9° 02' 39'' long. W de Greenwich

A gruta foi explorada em 1879/1880, tal como outras da região (CARDOSO, 2020), pelo colector Manuel Roque, da Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, sob direcção de Nery Delgado, tendo em vista a recolha de espólios paleontológicos e arqueológicos susceptíveis de engrandecerem as colecções daquela instituição, tendo em vista a realização em Lisboa, em Setembro de 1880 da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, no decurso da qual se realizaria a visita dos congressistas ao Museu já então existente na sede da Secção. Por tal motivo, e dado o escasso tempo disponível, as escavações realizadas na gruta foram pouco cuidadosos; segundo Paul Choffat, “Elle fut exploré encore plus négligemment que les autres, parce que les fouilles avaient commencé trop tard pour pouvoir être utilisées pour le congrès” (CHOFFAT, 1920, p. 152). Os trabalhos estiveram a cargo do colector Manuel Roque, sem qualquer acompanhamento ou supervisão, o qual, desencorajado pelo abandono a que foi votado, como constatou Choffat quando o visitou no terreno, não terá feito qualquer relatório desconhecendo-se por isso as condições de jazida dos espólios recuperados.

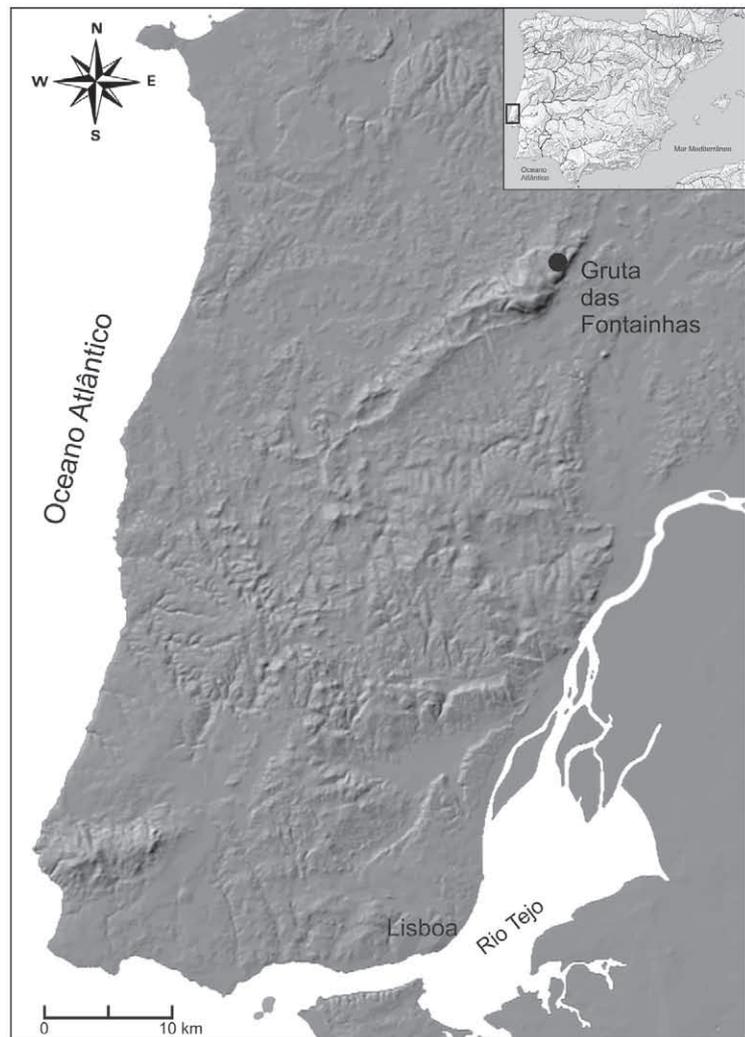


Fig. 1 – Localização da gruta das Fontainhas.

### 3 – TRABALHOS REALIZADOS; RESULTADOS OBTIDOS

Procedeu-se à revisão dos espólios recolhidos na gruta das Fontainhas e conservados no Museu Geológico do LNEG, tendo em vista a eventual identificação de espólios de épocas modernas ou mesmo contemporâneas susceptíveis de justificarem, em alternativa à cronologia pré-histórica antes admitida, a ocorrência do único exemplar de *Conus pulcher* identificado que até ao presente era conhecido em território português em contexto arqueológico.

Embora se tenha confirmado a ausência, entre os espólios actualmente conservados, de materiais de épocas mais modernas que a Idade do Bronze, tal não significa que estes não ocorressem nos depósitos arqueológicos, podendo simplesmente não ter sido recolhidos aquando da escavação devido à sabida falta de interesse científico que então se lhes atribuía.

O trabalho de revisão efectuado conduziu, no entanto, à identificação de um segundo exemplar de *Conus pulcher* muito semelhante ao anteriormente ali identificado, embora ligeiramente maior.

Ambos os exemplares evidenciam assinalável erosão superficial, com a perda da coloração e do brilho originais, apresentando-se com superfície rugosa e esbranquiçada, o que afasta a possibilidade de corresponderem a peças recentes.

A presença do exemplar (Fig. 2, n.º 2) agora identificado entre os espólios conservados da gruta reforçava a necessidade de reapreciação da sua cronologia.

Assim, foi remetido ao Laboratório de radiocarbono da Universidade de Waikato (Nova Zelândia), uma amostra de pequenos fragmentos retirados em partes iguais de ambas as conchas, ao longo da abertura das mesmas.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

Wk - 45569 - 961 +/- 15 BP.

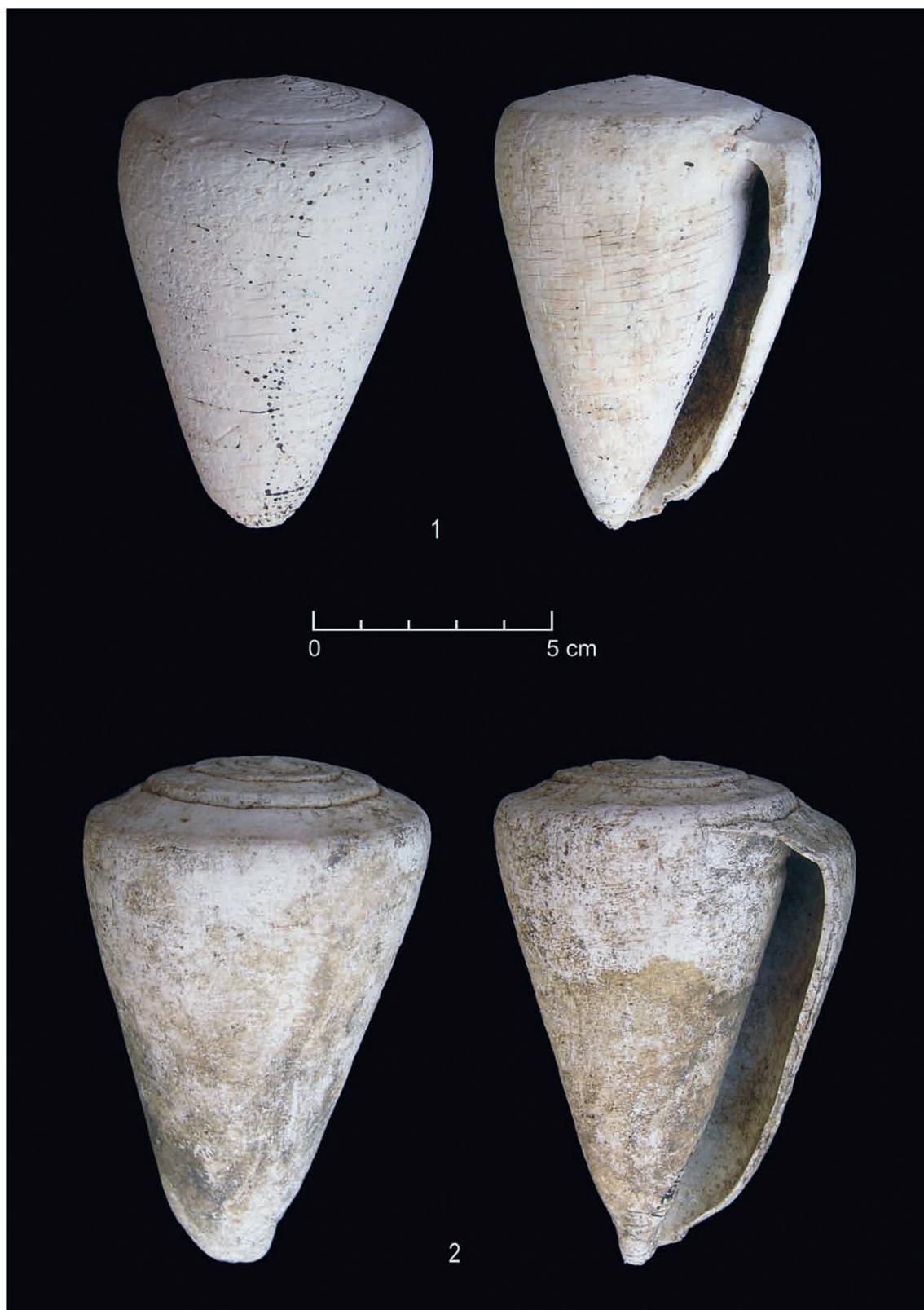
Esta data corresponde aos seguintes intervalos em anos de calendário, obtidos com recurso ao programa OXcal bem como do programa para correcção do efeito de reservatório oceânico de Reimer et al., 2013 (Fig. 3):

- para 68,2% de probabilidade: 1470-1660 d.C.
- para 95,4 % de probabilidade: 1400-1810 cal d.C.

Pode assim concluir-se que a maior probabilidade se situa no século XVI, conclusão que se afigura muito interessante, já que pode ser relacionada com o início da presença portuguesa em estabelecimentos de natureza comercial implantados na mesma faixa litoral de onde provêm estes dois exemplares.

#### 4 - DISCUSSÃO

No decurso da segunda metade do século XV, especialmente no último quartel, os Portugueses estabeleceram-se ao longo do litoral em diversos locais dos quais o mais importante foi o castelo de São Jorge da Mina, situado no litoral do actual Gana, entre a Costa do Marfim e o Benim, edificado rapidamente em 1482 com materiais de construção trazidos do Reino. Mais a norte, o litoral da Serra Leoa foi também frequentado com intuítos comerciais, que acresceu o comércio de escravos. Assim se obtinha, por troca, o ouro, e também outros produtos de luxo manufacturados de marfim, sob a forma de objectos exóticos destinados a exportação, tanto de índole litúrgica (píxides), como profana (olifantes, saleiros, colheres) de extraordinária beleza para os olhos dos europeus, que lhes concediam o estatuto de preciosidades raras, integrando-se desde logo no quotidiano das casas nobres e da alta burguesia comercial, para além de diversas casas reais europeias, em cujas colecções nalguns casos ainda hoje se conservam. Atendendo à respectiva tipologia das peças, bem como às suas temáticas e técnicas decorativas, foi possível propor centros de produção diferenciados (Bassani & Fagg, in RAPOSO, 1993; MASSING, 2009; RODRIGUES, 2018), o primeiro correspondente à região da Serra Leoa e o segundo respeitante ao Benim. O período de produção dos marfins da Serra Leoa pode situar-se ente 1490 e 1530/1550 (Bassani & Fagg, in MARK, 2009), enquanto que até ao final do século XVI as produções de marfim que continuaram a afluir à Europa seriam produzidas, segundo os mesmos autores, na região do Benim. Esta visão dicotómica tem sido contrariada por outros autores, que, baseados em relatos contemporâneos, referidos por Peter Mark, admitem que até meados do século XVII os povos da região da Serra Leoa



**Fig. 2** – Os dois exemplares de *Conus pulcher* (Lightfoot), 1786 do Museu Geológico do LNEG. Em cima, o exemplar já conhecido e publicado (CARDOSO & GUERREIRO, 2001/2002). Note-se o desgaste da superfície de ambos os exemplares. Fotos de João Luís Cardoso.

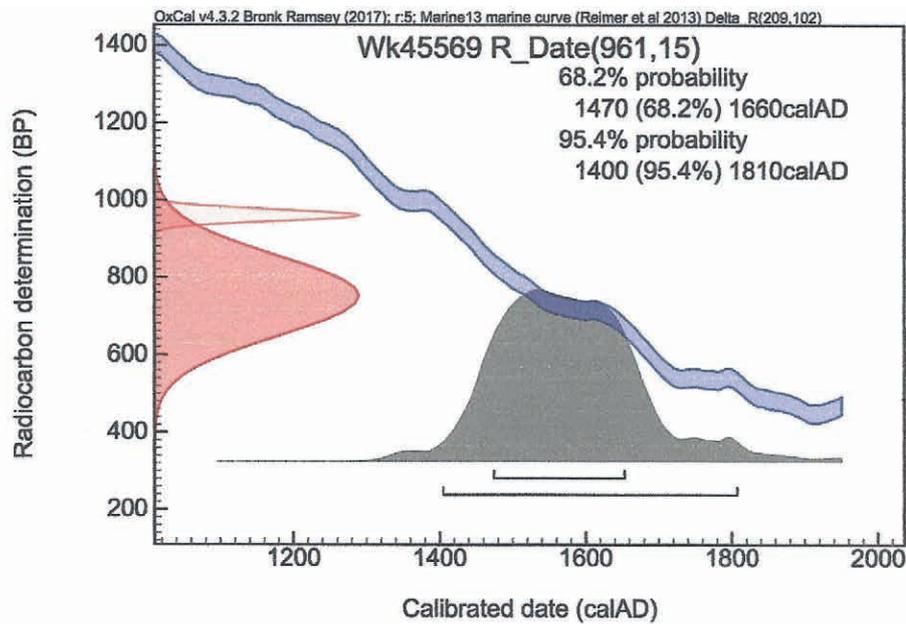


Fig. 3 – Distribuição de probabilidade da datação Wk 45569 depois de calibrada e corrigida do efeito de reservatório oceânico.

continuaram a praticar o trabalho do marfim, sem excluir a possibilidade de, também no Benim, se terem continuado a produzir peças até ao século XVII.

Infelizmente, este tipo de peças só muito raramente ocorre em contextos arqueológicos. O inventário recentemente realizado (GOMES, 2017) aponta apenas para três ocorrências, cada uma delas representada por um ou diversos artefactos, oriundos da região da Serra Leoa ou do Benim, de acordo com o referido arqueólogo: trata-se de um fragmento de colher, representando crocodilo, proveniente da Rua da Cerca, em Almada; de um outro fragmento com cabeça de ave, proveniente das escavações realizadas no Largo de Jesus, em Lisboa; de dois fragmentos de colheres oriundas de São Vicente de Fora, em Lisboa, uma delas com a representação de português; e de uma colher quase completa recolhida na Av. Miguel Fernandes, em Beja.

O estado fragmentário de todos estes artefactos, recolhidos em antigas lixeiras, indica, no entanto, a presença ainda assim assinalável deste tipo de produções do século XVI em contextos urbanos, cujo uso reflectia o gosto das elites ali residentes por produtos exóticos e de prestígio, até então completamente desconhecidos dos europeus.

A importação de marfim africano por essa época também se fazia em bruto, conforme documenta, entre outros, o achado subaquático de uma defesa de elefante recolhida numa rede de arrasto ao largo do Cabo Sardão, cuja datação por radiocarbono realizada igualmente no Laboratório de radiocarbono da Universidade de Waikato deu o seguinte resultado:

Wk 35560: 2377 +/- 25 BP, data que, depois de calibrada fazendo uso o programa Calib, corresponde aos seguintes resultados: para uma probabilidade de cerca de 95%, a cronologia da peça corresponde aos intervalos entre 1447 e 1524 e entre 1571 e 1631, sendo que a probabilidade da data pertencer ao intervalo mais antigo é superior em mais do dobro à do intervalo do mais moderno (CARDOSO, 2016).

\* \* \*

A extensa informação disponível acerca da presença de peças de marfim africano trabalhadas, com origem geográfica e cronologia comparável aos dois exemplares de *Conus pulcher* ora estudados, leva à conclusão da sua presença poder ter acompanhado o comércio de tais peças. Importa ter presente que se trata de uma espécie de grandes dimensões e cuja forma era completamente desconhecida dos habitantes do Reino. Poderia deste modo ter sido trazida, conjuntamente com os marfins manufacturados ou em bruto acima referidos por se tratar, também, de objectos exóticos e de grande beleza, e como tal merecerem admiração e procura. É sabido que em todas as épocas os marinheiros e viajantes, mesmo os menos instruídos, tinham como prática corrente o transporte nas suas bagagens de objectos exóticos, incluindo animais, revelando permanente curiosidade perante o desconhecido. É desta forma que a ocorrência destes dois búzios em território português, em data situável com toda a probabilidade no decurso do século XVI, época do apogeu das produções da Serra Leoa e do Benim, encontra explicação.

Mais difícil é justificar a sua presença numa gruta situada em região erma, a plataforma culminante da serra de Montejunto. A total ausência de transformação dos dois exemplares, contrasta com a verificada em outros, utilizados, por polimento, como objectos de adorno ou incorporados na indumentária ritual como é o caso de um “thunderbolt belt” produção da etnia Tinggi, das montanhas de Luzon, ilha do norte das Filipinas, do século XIX/XX, presentemente exposto no Museu de Quai Branly (Paris) (Fig. 4).

Assim sendo, tudo indica tratar-se de peças que, para além do seu valor intrínseco conferido pela beleza e exotismo, tinham significado próprio, justificando por isso ocultação isolada, talvez por parte de algum africano que, no século XVI, tivesse comparecido naquele local desabitado e inóspito exclusivamente com a intenção de cumprir tal propósito.

## 5 – CONCLUSÕES

Este estudo permitiu chegar às seguintes conclusões gerais:

- 1 – As duas conchas de *Conus pulcher* (Lightfoot), 1786 recolhidas na gruta das Fontainhas aquando da sua exploração em 1879/1880, pelo colector Manuel Roque, da então Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal atestam a presença de um molusco cuja distribuição geográfica se estende desde a Mauritânia (banco de Arguim) até ao Golfo da Guiné ou mesmo até Angola. Esta realidade merecia aprofundamento, pois a serem de época pré-histórica – como o espólio conhecido retirado da gruta sugeria – tratava-se da evidência mais meridional no contexto das relações económicas e culturais então estabelecidas entre o litoral africano e o actual território português. Tal possibilidade, embora não fosse impossível, carecia de aprofundamento e discussão.
- 2 – Obtida uma amostra constituída em partes iguais por material retirado de ambos os exemplares, tendo em vista a sua datação pelo radiocarbono, foi a mesma remetida ao Laboratório da Universidade de Waikato (Nova Zelândia). O resultado, depois de calibrado e corrigido o efeito de reservatório oceânico, indica que a cronologia em anos de calendário se situa num intervalo entre 1470 e 1660 para uma probabilidade de 68,2%.
- 3 – A cronologia das duas conchas é assim idêntica à da época de apogeu das produções de objectos de marfim afro-portugueses, destinados a abastecer as casas ricas da Europa, oriundos de dois núcleos, a região da Serra Leoa e o Benim, os quais se sobrepõem, por seu turno, à área de distribuição geográfica preferencial desta espécie.



Fig. 4 - "Thunderbolt belt" da etnia Tinggi, das montanhas de Luzon, ilha do norte das Filipinas, do século XIX/XX, presentemente exposto no Museu de Quai Branly (Paris). Foto de João Luís Cardoso.

O exotismo destes exemplares poderia assim ter justificado a sua vinda para o Reino, acompanhando aqueles produtos de luxo eborários tão apreciados à época, com reconhecida presença em contextos arqueológicos urbanos situáveis no século XVI das cidades de Lisboa, de Almada e de Beja.

- 4 – Explicada a origem dos dois exemplares de *Conus pulcher* em território português por via do comércio marítimo africano, teriam os mesmos chegado ao Reino, face à cronologia absoluta obtida, muito provavelmente no decurso do século XVI. Pode assim concluir-se que, a par dos escravos, do ouro e dos objectos manufacturados de marfim, e para além dos próprios dentes de elefante em bruto, afluíam também daquelas paragens outros produtos exóticos, igualmente apreciados pelas elites europeias da época, entre os quais se inserem os dois búzios agora estudados, cuja forma e tamanho não deixariam de despertar interesse.
- 5 – Falta, no entanto, conhecer as razões da ocorrência destes dois objectos exóticos numa gruta situada em região inóspita da plataforma culminante da serra de Montejunto. A tal respeito pouco se poderá adiantar admitindo-se, à falta de melhor razão, que a sua ocultação se tenha ficado a dever a eventual prática votiva ou propiciatória, por parte de algum africano, dos muitos que então afluíam ao Reino, que tenha escolhido este local precisamente pelas suas características agrestes e isoladas. Desta forma, para além da sua beleza e exotismo, estes dois búzios valiam por si mesmos, isto é, detinham um significado próprio e imaterial, só conhecido de alguns.

## AGRADECIMENTOS

Ao Doutor Miguel Magalhães Ramalho e ao Dr. José António Anacleto (LNEG) pelas facilidades concedidas no acesso e estudo dos exemplares pertencentes ao espólio do Museu Geológico daquela instituição.

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2016) – Vantajosas cautelas (2). A defesa de elefante recolhida no mar ao largo do Cabo Sardão e a sua cronologia. *Al-Madan*. Almada. Série II, 20, p. 222-224.
- CARDOSO, J. L. (2020) – A primeira escavação arqueológica metodologicamente moderna foi realizada em Portugal em 1879/1880: a intervenção de Nery Delgado na gruta da Casa da Moura (Óbidos, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 26, p. 123-242.
- CARDOSO, J. L. & GUERREIRO, A. (2001/2002) – Presença do género *Conus* sp. no Neolítico ou Calcolítico da Estremadura portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 363-373.
- CHOFFAT, P. (1920) – Le bouquetin du Gerez et le bouquetin du Monte Junto. *Boletim Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais*. Lisboa. 8 (2), p. 151-153.
- GOMES, M. V. (2017) – Marfim africano comércio e objectos, séculos XVI-XVIII. *Colóquio internacional*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Livro de resumos, p. 29-30.
- GONÇALVES, J. L. M. (1990/1992) – As grutas da serra de Montejunto (Cadaval). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10, p. 41-201.

- HARLÉ, E. (1910/1911) – Les mammifères et oiseaux quaternaires connus jusqu'ici en Portugal. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 8, p. 22-85.
- MARK, P. (2009) – Portugal na África Ocidental – os marfins afro-portugueses. In *Portugal e o Mundo nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, p. 131-143.
- MASSING, J. M. (2009) – Escultura em pedra e em marfim na Serra Leoa. In *Portugal e o Mundo nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, p. 115-130.
- NOBRE, A. (1932) – *Moluscos marinhos de Portugal*. Porto: Instituto de Zoologia da Universidade do Porto.
- RAPOSO, F. H. (1993) – O afro-português. In *A expansão portuguesa e a arte do marfim*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 21-26.
- REIMER, P. J. *et al.* (2013) – IntCal13 and marine radiocarbon age calibration curves 0-50,000 years cal BP. *Radiocarbon*, 55 (4), p. 1869-1887.
- RODRIGUES, T. (2018) – Um polvorinho de marfim com cenas cinegéticas. *Herança – revista de História, Património e Cultura*. Lisboa. 1 (1), p. 24-42.
- SOARES, J. & SILVA, C. Tavares da (1975) – A ocupação pré-histórica do Pedrão e o Calcolítico da região de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, p. 53-153.
- VALERA, A. C. & ANDRÉ, L. (2017) – Aspectos da interacção transregional na Pré-História Recente do sudoeste peninsular: interrogando as conchas e moluscos dos Perdigões. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 189-218.

## **EVOCACÃO DO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA ATRAVÉS DE UM MONUMENTO IMPRESSIVO**

### ***EVOCATION OF THE PREHISTORIC SETTLEMENT OF LECEIA THROUGH AN IMPRESSIVE MONUMENT***

João Luís Cardoso\*

#### **Abstract**

The inauguration of a monument alluding to the prehistoric village of Leceia, in the municipality of Oeiras, on 10 July 2020 is the object of this notice.

Integrated in the urban rehabilitation of the area, this monument, due to its visibility, its aesthetic and architectural quality and the symbolism of the chosen iconographic motifs, together with the use of materials alluding to the Copper Age, constitutes one of the most notable contributions to the public recognition of the prestige of the Portuguese archaeological Heritage, in the case due to the initiative of the Oeiras Municipal Council.

*Keywords:* Monument; public recognition; Oeiras Municipality; Portuguese archaeological Heritage

## **1 - INTRODUÇÃO**

No dia 10 de Julho de 2020, pelas 10.00 h da manhã foi inaugurado na povoação de Leceia e a escassa distância do povoado pré-histórico do mesmo nome um notável monumento evocativo daquele sítio arqueológico internacionalmente conhecido. O monumento ocupa o centro de uma rotunda de distribuição do trânsito rodoviário, de grande visibilidade constituindo assim referência visual privilegiada e incontornável para os milhares de traseuntes que diariamente por ali circulam, e ao mesmo tempo marca identitária do espaço arqueológico e para os muitos habitantes do local.

Ficou assim o País dotado de um dos escassíssimos monumentos públicos dedicados do Património Arqueológico Nacional, neste caso devido a uma iniciativa do Poder Autárquico, contribuindo decisivamente para a divulgação e prestígio do nosso rico e quase sempre esquecido Património Arqueológico.

Neste caso, a fonte inspiradora para a decisão de construir esta evocação foi o exemplo que constitui a escavação, valorização e divulgação do povoado pré-histórico de Leceia, numa longa, pertinaz e esclarecida acção dirigida ao longo de várias décadas sob coordenação do signatário com o apoio determinante da Câmara Municipal de Oeiras.

---

\* Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). Investigador do ICArEHB (Univrsidade do Algate). cardoso18@netvisao.pt

O total investido neste empreendimento foi 307 816,70 euros e o prazo de execução de 120 dias. O arranjo da área exterior do monumento é da autoria de “Paulo Pedrosa, gabinete de estudos e projectos Lda”, com a coordenação da CMO, assegurada pela Eng.<sup>a</sup> Rita Gomes e o projecto do monumento é da responsabilidade da Arq. Lília Diniz, da Divisão de Estudos e Projectos do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Oeiras. De referir ainda que o projecto de iluminação cénica, de grande efeito, esteve a cargo de “Epete”.

Na fase de obra intervieram vários serviços da Câmara Municipal de Oeiras: DGEP e UPGO (Eng.<sup>a</sup> Licínia Cordeiro, Fiscal Artur Ramos; Dr.<sup>a</sup> Andreia Ramos, Eng. Alexandre Marques), DGEV (Arq.<sup>a</sup> Joana Caires e Eng.<sup>a</sup> Sofia Almeida), tendo a empreitada ficado a cargo da Empresa Sibafil, sendo o Eng. Paulo Silva o Director Técnico e tendo como Encarregado o Senhor José Ferreira.

A inauguração, simples e despretensiosa, corporizada pelo descerramento de uma pedra de granito polido contendo inscrição alusiva, na presença de elementos da população local, de representantes da Junta de Freguesia de Barcarena, de vereadores e de dirigentes da Câmara Municipal de Oeiras, foi presidida pelo Presidente da Edilidade, Dr. Isaltino Morais (Fig. 1).



Fig. 1 – Cerimónia de inauguração do monumento, presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais. Foto de Bernardo Ferreira.

## 2 – JUSTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO

Esta iniciativa teve como objectivo, para além da reconversão e melhoria do espaço público urbano, com o aumento do espaço pedonal e a reordenação do trânsito automóvel “a criação de um espaço cénico com uma imagem associada ao Castro de Leceia e ao Homem do Calcolítico, constituindo, ao mesmo tempo, um ponto de referência no local”, conforme se lê na Ficha de Inauguração respectiva. Ali se refere ainda que “o projecto traz para a rotunda um memorial ao barro e ao cobre enquanto materiais utilizados na altura do povoado”. Por outro lado, a situação geográfica e a altimetria onde este se encontra implantado foram também elementos decisivos que informaram a elaboração da proposta. Ao mesmo tempo, os materiais utilizados asseguram uma manutenção de baixo curso de todo o espaço cénico.

O desafio que se colocou à Arq. Lília Diniz foi, por conseguinte, a identificação das melhores soluções para que aqueles elementos informativos fossem devidamente valorizados, e integrados num discurso coerente, inovador e criativo, objectivos que foram plenamente atingidos, surpreendendo a solução obtida pela sua expressiva qualidade plástica e evidente originalidade (Fig. 2).



Fig. 2 – Vista geral do monumento. Foto de João Luís Cardoso.

O monumento ocupa uma área de 201 m<sup>2</sup> correspondente a círculo com 16 m de diâmetro, a que acresce um anel circular exterior de protecção, com 1 m de largura.

O espaço foi intencionalmente modelado, com a criação de superfície ondulada, de desnível assinalável de um dos lados, procurando-se assim evocar as próprias condicionantes geomorfológicas envolventes do espaço arqueológico, que foram determinantes para a escolha do local onde se implantou o povoado pré-histórico. Com efeito, este possui excelentes condições de defesa de dois dos seus lados, devido à existência de escarpa natural que o delimita, constituindo esporão sobre o vale da ribeira de Barcarena.

O centro da superfície assim modelada foi forrado de placas quadrangulares de barro artesanal, com 50 cm de lado, evocando a importância das produções cerâmicas no quotidiano das comunidades pré-históricas que o ocuparam durante centenas de anos. O espaço culminante dessa colina artificial, foi simbolicamente ladeado do lado de maior declive por um troço de muralha arqueado tal como o que foi identificado no terreno, munido de bastiões externos semi-circulares, evocando o dispositivo defensivo construído no início da Idade do Cobre, época também sublinhada pelo material utilizado. Trata-se de chapas perfuradas e soldadas, com acabamento de “cobre envelhecido” constituindo uma estrutura de secção quadrada com 30 cm de lado e iluminação embutida. No centro deste espaço assim constituído ergue-se um cilindro metálico, com cerca de 3,0 m de diâmetro e a altura de 6,0 m, com acabamento de “cobre envelhecido”. De um dos seus lados encontra-se recortado o perfil de uma das duas estatuetas de barro representando porcas, do Neolítico Final, ali encontradas (visível na Fig. 2); do outro, recorta-se o contorno do triângulo genital feminino (Fig. 3), tal qual o gravado em um pequeno cilindro de calcário da Idade do Cobre recolhido em Leceia, reproduzindo-se deste modo uma das mais notáveis peças simbólicas dali provenientes.



**Fig. 3** – Vista geral do monumento, evidenciando-se a modelação do terreno evocativa da geomorfologia natural do espaço onde se implantou o povoado pré-histórico, bem como um dispositivo defensivo, corporizado por estrutura metálica com acabamento de “cobre envelhecido”. Ao centro, ergue-se cilindro metálico com cerca de 6,0 m de altura, réplica metálica do pequeno ídolo cilíndrico de calcário recolhido com a representação em uma das faces, visível na foto, do triângulo genital feminino. Foto de João Luís Cardoso.

Ambas as representações – estatuetas de barro de suídeo (Fig. 4) e ídolo cilíndrico com representação do triângulo genital feminino (Fig. 5) evocam os ritos propiciatórios típicos das sociedades agrárias da bacia mediterrânea, no decurso do 3.º milénio a.C., quando a dependência da fertilidade da terra e dos animais domésticos, associada às boas colheitas e ao aproveitamento da carne, para além da força motriz, passou a ser cada vez mais importante para o próprio sucesso desta comunidade agro-pastoril primitiva.



**Fig. 4** – Uma das duas estatuetas de barro representando suídeos recuperadas em contexto do Neolítico Final de Leceia. Foto de João Luís Cardoso.



**Fig. 5** – Ídolo cilíndrico com a representação do triângulo genital feminino num dos seus lados, recolhida em contexto da Idade do Cobre de Leceia. Foto de João Luís Cardoso.



**Fig. 6** – Vista geral nocturna do monumento, cuja iluminação destaca de forma expressiva, as suas principais características, valorizando-o como espaço cénico. Foto de João Luís Cardoso.



**Fig. 7** – Vista geral do monumento, evidenciando-se, como marcador periférico do espaço cénico o friso linear de luz vermelha. Foto obtida por “drone” de Filipe Jahnel.

Estas duas expressivas evocações da super-estrutura cognitiva das comunidades que entre os finais do 4.º milénio e os finais do 3.º milénio a.C. ocuparam Leceia, encontram-se separadas por linhas ao alto, abertas no cilindro, com a seguinte legenda: CASTRO DE LECEIA/IDADE DO COBRE.

O monumento assim constituído ficou muito valorizado pelo projecto de iluminação nocturna, que, conforme se encontra referido na Memória Descritiva da autoria da Arq. Lília Diniz e datada de Setembro de 2018 se afigura muito importante “por forma a criar um “cenário” de cores e contrastes que possam valorizar a proposta”. Na verdade, a iluminação interior do cilindro provoca uma valorização das representações e legendas nele abertas, ao mesmo tempo que a iluminação, também interior das estruturas metálicas que evocam as muralhas, dão-lhe visibilidade acrescida (Fig. 6).

Enfim, importa referir que a periferia deste notável espaço cénico é marcada por fontes lineares de luz vermelha rasante, que dá relevo acrescido às placas de barro, conferindo uma ambiência extraordinariamente sugestiva ao conjunto (Fig. 7), evocativa das primeiras sociedades metalúrgicas da Europa Ocidental.

### 3 – INTERVENÇÕES

O descerramento da inscrição comemorativa foi seguida de três intervenções, a cargo, sucessivamente, do signatário (Fig. 8), da Arq. Lília Diniz, que descreveu, em curto improviso, as características da obra e do Dr. Isaltino Morais (Fig. 9), que, também de improviso, relevou a importância do povoado pré-histórico de Leceia e das investigações ali realizadas para o conhecimento da arqueologia oeirense, cuja visibilidade é agora reforçada pelo monumento hoje inaugurado.



Fig. 8 – Intervenção do signatário aquando da inauguração do monumento. Foto de Bernardo Ferreira.



**Fig. 9** – Intervenção do Dr. Isaltino Morais, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras que encerrou a cerimónia de inauguração do monumento.

Transcreve-se, de seguida, a intervenção do signatário, com base no texto por si então apresentado.

*Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais*

*Senhores autarcas e dirigentes municipais,*

*Ilustres Convidados*

*Senhoras e Senhores*

*Como acontece com a maioria das coisas desta vida, deve-se a um simples acaso, já longínquo, o facto de hoje aqui estarmos reunidos para inaugurar este monumento cheio de significado para a Pré-História oeirense.*

*Em 1970, um jovem de 13 anos, já fascinado pela Arqueologia, recebeu das mãos de um seu familiar, um exemplar da obra que o General Carlos Ribeiro apresentara à Academia das Ciências de Lisboa em 1878, oferecida pelo próprio ao Conselheiro Augusto José da Cunha, Par do Reino e por duas vezes Ministro em governos do Partido Progressista chefiados por José Luciano de Castro. Esse jovem era eu.*

*No dia seguinte, percorri de bicicleta, com o livro numa mão, o caminho entre Caxias e Leceia, passando por Laveiras, Murganhal e Barcarena acompanhando o lindíssimo vale da ribeira de Barcarena, ainda hoje pequena jóia paisagística conservando o seu encantador cunho bucólico e mediterrâneo.*

*Ao chegar ao local indicado no mapa de Carlos Ribeiro, pisando terra lavrada, lembro-me da incredulidade que senti: aos meus olhos, o terreno encontrava-se juncado de fragmentos de cerâmicas pré-históricas, nos terrenos*

*lavrados, que até então julgava serem preciosidades só vistas em vitrinas inacessíveis de Museus austeros e só para deleite dos sábios.*

*Importa dizer que nessa época muitos dos inúmeros terrenos aqui existentes eram ainda lavrados por força de tracção animal, sobretudo bois, e que muitos dos habitantes de Leceia, sobretudo a população mais idosa, pouco tinha saído ao longo da sua vida deste pequeno espaço rural então relativamente isolado, com excepção de Barcarena, com cujos habitantes existia acrimónia antiga, como frequentemente acontece entre habitantes de povoações próximas.*

*Datam dessa época as intensas recolhas de materiais arqueológicos que jaziam no solo, em recorrentes visitas, a pé ou de bicicleta, faltando às aulas no Liceu, que se prolongavam pelas intermináveis férias de Verão e fins de semana, ansiando por um dia poder dar o melhor de mim próprio na escavação sistemática deste povoado pré-histórico que sabia estar ainda totalmente por explorar.*

*A oportunidade surgiu em 1983, quando, já assistente universitário, aqui passei os verões dos vinte anos seguintes da minha vida, animado com a visita do Dr. Isaltino Morais que, sozinho ou acompanhado, aqui acorria todos os anos, verificando pessoalmente o progresso dos trabalhos arqueológicos, nos quais participaram, no total, muitas centenas de estudantes que aqui viveram uma experiência que, estou certo, jamais esquecerão.*

*E os trabalhos prosseguiram, de forma mais estruturada e apoiada, a partir de 1988, com a criação do Centro de Estudos Arqueológicos da Câmara Municipal de Oeiras, por proposta à Câmara do Dr. Isaltino Morais, sendo um dos mais antigos no seu género a ser criado pelo Poder Autárquico em Portugal. Os trabalhos de escavação prosseguiram, até ao presente, com o estudo e publicação sistemáticos dos espólios encontrados, que se podem observar na exposição permanente patente ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena, correspondendo a cerca de centena meia de publicações científicas dadas à estampa em Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Alemanha, entre outros países, tornando Leceia um nome reconhecido internacionalmente pela importância científica dos espólios e estruturas arqueológicas aqui postas a descoberto.*

*A população de Leceia, face às grandes reportagens publicadas nos jornais e na televisão, que todos os Verões a colocava no mapa, adoptou as escavações como suas e foi com orgulho compreensível que surgiram painéis de azulejos e notícias de jornais emolduradas nos poucos espaços públicos que felizmente ainda aqui existem.*

*Hoje, Leceia, para além de constituir um dos raros sítios de referência internacional da Arqueologia portuguesa, assinalado em mapas existentes em diversos museus europeus de Arqueologia e mencionada em inúmeras publicações internacionais, sendo tema de ensino de estudantes de Arqueologia de muitos países, que aqui acorrem regularmente, tornou-se também visita obrigatória para os jovens de Oeiras e concelhos limítrofes, no quadro das suas actividades escolares, objectivo recentemente muito favorecido pelo programa Oeiras Educa, augurando assim um futuro cada vez mais concreto e útil para o passado aqui posto literalmente a descoberto. Na verdade, quem desconhece ou, pior ainda, despreza, o seu próprio passado, compromete irremediavelmente o futuro, no quadro da sociedade do conhecimento que é a nossa.*

*É neste contexto que surge a bela obra de arte que hoje se inaugura e cujo projecto, da responsabilidade de Arq. Lília Diniz, se iniciou ainda o Eng. Luiz Melo era o Director do DOM. Registo com muito apreço e agradecimento a excelente colaboração que com ambos mantive, de que resultou este espaço único, verdadeiro marco cultural de excepção do nosso concelho, para não dizer, do nosso País, por muitos e muitos anos.*